

**Universidade do Porto**

**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**AMBIENTES RECREATIVOS NOTURNOS – AS DIMENSÕES  
AMBIENTAIS E OS FENÓMENOS DO USO DE SUBSTÂNCIAS  
PSICOATIVAS, DO RISCO E DA PROTEÇÃO**

Maria Carmo de Azevedo Carvalho

Tese apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto  
para obtenção do grau de Doutor em Psicologia, sob a orientação do Professor Doutor Jorge Negreiros

## RESUMO

A investigação suporta-se no paradigma da Psicologia Ambiental e Ecológica para estudar o fenómeno do lazer noturno e o funcionamento dos ambientes recreativos noturnos. Esse interesse foi motivado pela grande centralidade da participação em ambientes recreativos noturnos como facto civilizacional, social, económico e político. Extensa literatura tem posto em evidência como a participação nestes ambientes, por parte de setores sociais mais jovens mas também por outros grupos etários, está aparentemente relacionada com o aparecimento e a proliferação de um conjunto de riscos sanitários, psicológicos e criminológicos, que desafiam a ordem pública e a saúde e segurança desses participantes. Não obstante a evidente materialidade espacial destes problemas, estes não têm sido alvo de particular atenção do ponto de vista da sua compreensão ecológica.

Procurámos obter respostas a três objetivos centrais: identificar as dimensões ambientais do funcionamento desses ambientes; descrever os fenómenos que emergiam do seu funcionamento; e compreender a manifestação ambiental e ecológica desses fenómenos do ponto de vista da interação entre dimensões físicas e sociais dos espaços.

Para o efeito recorremos a metodologia qualitativa semi-indutiva inspirada em pressupostos da *grounded theory*. Recolhemos dados através de observação direta naturalista, estruturada por um instrumento que orientou o contacto com o terreno. Numa fase inicial foram mapeados N=1248 eventos. Dessa base foram intencionalmente selecionados n=128 eventos para observação direta. Numa etapa mais avançada da análise n=14 eventos foram analisados através de um processo que valorizou a comparação constante. Na análise dos dados contamos com o suporte do *software Nvivo9®*.

O estudo permite uma descrição dos ambientes recreativos noturnos em termos das suas dimensões fisicoambientais, macro e microfísicas, temporais e socioambientais (relativas aos eventos e seus atores sociais). Da análise do seu funcionamento emergiram os fenómenos do consumo, risco, proteção, controlo, transgressão, fruição, dimensão comercial e subculturação. O estudo demonstra que o uso de SPA ilícitas pode ocorrer em qualquer tipo de ambiente recreativo noturno. Trata-se de um fenómeno de grande visibilidade, amplamente disseminado e normalizado numa diversidade de ambientes de características muito diversas. O risco, numa vertente comportamental e ambiental, está amplificado nos ambientes recreativos associados à participação de jovens universitários. A sua presença, mesmo quando gravosa, é percebida como um aspeto normal desses ambientes. A proteção ocorre mais frequentemente por estratégias informais dos participantes que zelam por si mesmos e pelos seus pares, do que por iniciativas intencionais de intervenção de RRMD. Os ambientes de maior risco são frequentemente deixados a descoberto de ações de proteção, sendo evidente a incongruência na associação risco - proteção.

## ABSTRACT

The research is supported in the paradigm of Environmental and Ecological Psychology to study the phenomenon of nighttime leisure and its settings. This interest was motivated by the relevance of participation in nightlife recreational settings as a civilizational, social, economic and political process. Extensive literature has highlighted how participation in these environments, by younger social sectors but also for other age groups, is apparently related to the emergence and proliferation of a number of health risks, psychological risks and criminological risks, that challenge public order, public health and safety of participants. Notwithstanding the obvious spatial materiality of these problems, these have not been properly analyzed from the point of view of its ecological understanding.

We tried to obtain answers to three main objectives: to identify the environmental aspects of the functioning of these environments; describe the phenomena emerging from its functioning; and understand the environmental and ecological manifestation of these phenomena from the point of view of the interaction between physical and social dimensions of spaces.

We developed semi-inductive qualitative observational research inspired by grounded theory strategies. We collected data through naturalist direct observation, structured by an instrument that guided contact with the naturalistic settings. Initially we mapped N = 1248 events. This base allowed theoretical sampling of n=128 events for direct observation. In a more advanced stage of analysis n=14 events were analyzed through a process of constant comparison. We used Nvivo9® software for data analysis.

The study provides a description of nighttime recreational settings in terms of their physical-environmental dimensions (macro physical, microphysical and temporal dimensions) and in terms of their social-environmental dimensions (related with events and their social actors). A number of phenomena emerged – substance use, risk, protection, control, deviance, pleasure, commercial interest and subculturization. The study demonstrates that the use of illicit PAS can occur in any type of nighttime recreational setting. Illicit substance use is highly visible, widespread and common in a variety of environments. Risk presents behavioral and environmental dimensions. It is amplified and associated with events known for the participation of university students. Risk is perceived as a normal process even when it is considered severe. Protection occurs mostly through informal strategies - participants care for themselves and their peers. This is more frequent than intentional harm reduction initiatives. Riskier environments are often left uncovered by protection actions. Divergence between risk and protection is highlighted.

## RÉSUMÉ

La recherche est soutenue dans le paradigme de la psychologie environnementale et écologique pour étudier le phénomène de loisirs et de fonctionnement des lieux de divertissement nocturne. Cet intérêt a été motivé par la grande centralité de la participation dans les lieux de loisirs en tant que événement civilisationnelle, sociale, économique et politique. Une littérature abondante a souligné que la participation à ces environnements, par les secteurs sociaux les plus jeunes mais aussi pour les autres groupes d'âge, est apparemment liée à l'apparition et la prolifération d'un certain nombre de risques pour la santé, psychologiques et criminologiques, afin défiant la santé publique et la sécurité des participants. Malgré l'importance de l'espatialité évidente de ces problèmes, cette approche n'est pas particulièrement prise soin de partir du point de vue de sa compréhension écologique.

Nous avons essayé d'obtenir des réponses à trois objectifs principaux: identifier les aspects environnementaux du fonctionnement de ces environnements; décrire les phénomènes émergents de son fonctionnement; et comprendre la manifestation environnementale et écologique de ces phénomènes du point de vue de l'interaction entre les dimensions physiques et sociales des espaces.

À cette fin, nous avons recours à une méthodologie qualitative semi-inductive inspiré par les hypothèses de la *grounded theory*. Nous recueillons des données par le biais de l'observation directe naturaliste, structurés par un instrument qui a guidé le contact avec le terrain. Au départ, les lieux de loisir ont été cartographiés (N=1 248). Cette base a été choisie intentionnellement n = 128 événements pour l'observation directe. Dans un stade plus avancé de l'analyse n = 14 événements ont été analysés par un procédé qui a apprécié la comparaison constante. En analysant les données nous comptons sur le soutien du *software* Nvivo9®.

L'étude fournit une description des lieux de divertissement de nuit en fonction de leurs dimensions physiques-environnementales, macro et microphysiques, temporelles et sociaux-environnementales (concernant les événements et leurs acteurs sociaux). L'analyse de son fonctionnement a permis l'émergence des thèmes de usage, risque, protection, contrôle, déviance, jouissance, la taille commerciale et subculturization. L'étude démontre que l'utilisation de PAS illicites peut se produire dans n'importe quel type de réseaux de loisirs. Il est un phénomène très visible, généralisée et normalisée dans une variété d'environnements de caractéristiques très différentes. Le risque à des aspects comportementaux et environnementaux, est amplifié dans les lieux de loisirs associés avec la participation d'étudiants universitaires. La présence du risque, même si onéreuse, est perçue comme un aspect normal de ces environnements. La protection se produit le plus souvent par des stratégies informelles des participants qui prennent soin d'eux-mêmes et par leurs pairs que par interventions intentionnelles de réduction des risques. Environnements plus risqués sont souvent laissés à découvert des actions de protection, étant incongruité évidente dans l'association risque - protection.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho foi apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através da atribuição da bolsa de investigação com a referência SFRH/BD/22199/2005 financiada pelo POPH - QREN - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES.

Para a sua conclusão contribuíram um vasto conjunto de pessoas a quem devo agradecer. Esses contributos ocorreram a distintos níveis do desenvolvimento da investigação, desde a delimitação do tema, à recolha de dados, análise e revisão do texto. Existe ainda um conjunto de pessoas que, pela sua dedicação, estímulo, presença, amizade e apoio incondicional no meu contexto de trabalho e na minha vida quotidiana, me proporcionaram o fundo emocional indispensável à conclusão de uma etapa cuja resolução vi muitas vezes difícil. Sei, também, que esse processo demasiado longo teve consequências sobre pessoas a que quero bem e às quais não ofereci o melhor de mim. Aqui fica o meu reconhecimento.

Ana Doroteia Moreira. Ana Pires. Andreia Cruz. António Fonseca. António Santos. António Passos. Bárbara Moreira. Cláudia Cunha. Daniela Ferreira. Diogo Barros. Eduardo Oliveira. Elisa Veiga. Emília de Castro. Francisca Carvalho. Francisco Lopes. Francisco Marques Teixeira. Joana Bastos. Joana Fernandes. Jorge Negreiros. Leandro Soares. Liliana Cunha. Liliana Trigueiros. Luís Fernandes. Luísa Trigo. Lurdes Veríssimo. Mariana Barbosa. Mariana Bernardo. Mariana Negrão. Mariana Pinto de Sousa. Marta Antunes. Marta Rosas. Mónica Cardoso. Orlando Azevedo. Orlando Von Doellinger. Patrícia Costa. Paula Frango. Paulo Azevedo. Pedro Gonçalves. Pedro Moutinho de Carvalho. Raquel Matos. Rita Samico. Rui Ramada. Sónia Santos. Susana Azevedo. Susana Costa. Susana Fernandes. Tiago ACM Ribeiro. Vera Campos. Vítor Ribeiro.

## LISTA DE ABREVIATURAS

**EMCDDA** – *European Monitoring Center for the Control of Drugs and Drug Addiction*

**EO** – Eventos Observados

**ES** – Eventos Sinalizados

**ESPAD** – *European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs*

**GOMF** – Grelha de Observação em Meio Festivo

**HBSC** – *Health Behavior for School Aged-Children*

**IDT** – Instituto da Droga e da Toxicodependência

**INME** – Inquérito Nacional em Meio Escolar

**LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

**MMM** – Meios e micromeios

**NFA/FA** – Nível Físicoambiental

**NSA/SA** – Nível Socioambiental

**OEDT** – Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**PLV** – Prevalência ao Longo da Vida

**PO** – Protocolo de Observação

**PUA** – Prevalência no Último Ano

**PUM** – Prevalência no Último Mês

**QCI** – Questão Central de Investigação

**QI** – Questões de Investigação

**QT** – Questão Teórica

**RRMD** – Redução de Riscos e Minimização de Danos

**SC** – Sistema de Categorias

**SICAD** – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e outras Dependências

**SPA** – Substância(s) Psicoativa(s)

**UE** – União Europeia

**US** – Unidades de Sentido

**VIH/SIDA** – Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – O LAZER, O LAZER NOTURNO E A FESTA.....	22
1. De um proto-lazer ao aparecimento do trabalho como processo civilizacional central.....	24
2. A emergência do discurso científico sobre o lazer.....	30
3. Os discursos económico, social e político sobre o lazer noturno urbano.....	42
4. Os discursos científicos sobre o lazer noturno urbano e o fenómeno da festa.....	47
5. O lazer noturno urbano como problema social, sanitário e criminológico.....	53
6. O lazer noturno urbano como questão de bem-estar.....	68
CAPÍTULO II – MÉTODO.....	72
1. Um percurso pelas origens do estudo do comportamento humano em contexto e a emergência da Psicologia Ambiental Ecológica.....	74
2. Psicologia Ambiental Ecológica e Ambientes Recreativos Noturnos.....	84
2.1. Lazer, Ambientes Recreativos Noturnos e Experiência Juvenil.....	86
2.2. Ambientes Recreativos Noturnos, Uso de Substâncias Psicoativas, Risco e Experiência Juvenil.....	87
3. Um estudo empírico sobre os Ambientes Recreativos Noturnos: justificação e objetivos de investigação.....	90
4. Fundamentação das opções metodológicas.....	93
5. Procedimentos de Amostragem.....	98
6. Procedimentos de Recolha dos Dados.....	102
6.1. A Observação e os Observadores.....	102
6.2. A Grelha de Observação em Meio Festivo.....	105
6.3. Os Protocolos de Observação.....	107
7. Procedimentos de Análise dos Dados.....	108
7.1. A seleção dos casos para análise.....	110
7.2. A construção do Sistema de Categorias.....	111
7.3. A resposta às Questões de Investigação.....	113
7.4. A elaboração de Modelos Conceptuais.....	114
8. Procedimentos de Validação dos Resultados.....	115
CAPÍTULO III – O SISTEMA DE CATEGORIAS.....	119
1. Caraterização dos Eventos.....	120
1.1 Caraterização dos eventos sinalizados.....	121
1.2 Caraterização dos eventos observados.....	122
1.2.1 Caraterização geral dos eventos observados.....	122
1.2.2 Nível Físicoambiental dos eventos observados.....	125
1.2.3 Nível Socioambiental dos eventos observados.....	130

1.3	Caraterização dos eventos analisados.....	134
2.	Dados de Conteúdo.....	136
2.1	O Evento.....	137
2.2	Os Atores Sociais.....	168
2.2.1	Características dos Atores Sociais.....	170
2.2.2	Comportamentos dos Atores Sociais .....	194
2.2.3	Papel Ambiental.....	229
2.3	As Percepções.....	238
2.3.1	Interpretações sobre o clima.....	239
2.3.2	Qualidades.....	241
3.	Síntese Integrativa dos Dados de Conteúdo.....	245
CAPÍTULO IV – ENTRE A DESCRIÇÃO DOS DADOS E A RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....		258
CAPÍTULO V – AMBIENTES RECREATIVOS NOTURNOS E USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.....		271
1.	Um ponto de situação entre os dados e a literatura.....	272
1.1.	O caso do Álcool.....	273
1.2.	O caso das Substâncias Psicoativas Ilícitas.....	277
2.	Dimensões Físicoambientais e Socioambientais do Uso de Substâncias Psicoativas em Ambientes Recreativos Noturnos.....	285
2.1.	Dimensões Físicoambientais do Uso de Substâncias Psicoativas.....	286
2.2.	Dimensões Socioambientais do Uso de Substâncias Psicoativas.....	292
3.	O Uso de Substâncias Psicoativas em Ambientes Recreativos Noturnos: proposta integrativa.....	300
CAPÍTULO VI – AMBIENTES RECREATIVOS NOTURNOS E RISCO.....		307
1.	Um ponto de situação entre os dados e a literatura.....	308
2.	Dimensões Físicoambientais e Socioambientais do Risco em Ambientes Recreativos Noturnos.....	315
2.1.	Dimensões Físicoambientais do Risco.....	319
2.2.	Dimensões Socioambientais do Risco.....	325
3.	O Risco em Ambientes Recreativos Noturnos: proposta integrativa.....	342
CAPÍTULO VII– AMBIENTES RECREATIVOS NOTURNOS E PROTEÇÃO.....		347
1.	Um ponto de situação entre os dados e a literatura.....	348
2.	Dimensões Físicoambientais e Socioambientais da Proteção em Ambientes Recreativos Noturnos.....	350
2.1.	Dimensões Físicoambientais da Proteção.....	355
2.2.	Dimensões Socioambientais da Proteção.....	359
3.	A Proteção em Ambientes Recreativos Noturnos: proposta integrativa.....	365



CAPÍTULO VIII – DISCUSSÃO FINAL.....	370
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	382
ANEXOS.....	400

---

## **INTRODUÇÃO**



*“A proposta era de um S. João Electrónico, misto de trance e techno, com um live-act de um conhecido DJ de Trance. (...) Passamos a Afurada e continuamos no sentido de Lavadores quando começamos a avistar os primeiros grupos de pessoas: grupos de 2 a 4 miúdos, de bonés, alguns ainda de martelinho de S. João na mão, que seguiam a pé pela marginal quase sem iluminação. (...) A entrada custava 20€ - um preço considerável, e que não vinha anunciado no cartaz. Ouviam-se queixas: ‘Que roubo!’. (...) O espaço era uma clareira de terra batida, cercada por estacas com vedação, até ao limite de uma zona florestada. Logo à entrada dava para perceber que esta não era uma festa de trance como as outras. Misturavam-se as referências aos dois géneros. Cores fluor e uma batida seca, repetitiva e acelerada, muito pouco psicadélica. (...) Logo à entrada parecia esperado que as pessoas se distribuíssem pelo espaço reservado ao género da sua preferência, num convívio muito pouco ‘comunicante’. A proporção de espaço ocupado era desigual. Na área trance os participantes concentravam-se próximo da mesa, ocupando todo o dancefloor. Na área techno menos gente, e imenso espaço, desocupado, a separar o pouco público recolhido junto ao bar da mesa onde também já decorria o live-act.” (Diário de Campo, 2002, não publicado)*

*À entrada do Teatro XXX duas porteiras: senhoras na casa dos 70 anos, unhas vermelhas e muita maquilhagem, fardadas de bata carmin. (...) A sala tinha, à semelhança das duas porteiras, um aspecto de outros tempos: talha dourada, tetos pintados de cor viva, boca de cena típica de uma pequena sala de teatro – tudo com um aspecto a reclamar obras e restauro. (...) Em palco uma banda de rock alternativo ia soltando uns solos inesperados de trompete enquanto o vocalista se contorcia à volta do microfone. (Diário de Campo, 2004, não publicado)*

*Neste espaço há um consentimento tácito no que diz respeito ao uso do haxixe, que se dá, sobretudo, no exterior: um terraço muito bem situado, com uma vista bonita sobre a Serra do Pilar, favorecida pela elevação em que a casa está construída. No terraço existem bastantes mesas, ocupadas por grupos numerosos. Neste dia dedicavam-se sobretudo a beber vinho verde branco. Apesar do consentimento implícito sobre o uso de haxixe, os frequentadores não deixam de ser discretos, sobretudo quando estão a enrolar, e um pouco mais descontraídos, depois, quando estão a fumar. (Diário de Campo, 2002, não publicado)*

Neste trabalho apresenta-se uma investigação que teve por alvo o lazer noturno urbano e os ambientes recreativos que cumprem a função de albergar essa forma de lazer. Foi nossa intenção buscar uma explicação suportada em conceitos da Psicologia Ambiental Ecológica para alguns dos fenómenos que ocorrem nestes ambientes, e que têm sido alvo de atenção e problematização não só pelas ciências sociais e humanas, como também pelas ciências da saúde e pela criminologia. Propomos, concretamente, uma compreensão ambiental para os fenómenos do consumo de substâncias psicoativas (SPA), do risco e da proteção, tal como se manifestam nos ambientes recreativos noturnos.

Esta escolha é ancorada num conjunto de motivações pessoais e de ordem científica, por vezes muito intrincadas ao longo do nosso percurso em investigação. O interesse pelo estudo de ambientes com forte participação juvenil surgiu da evolução de um caminho iniciado com a investigação do fenómeno droga num momento em que os discursos sociais, científicos, sanitários, políticos e criminológicos se focavam sobretudo na vertente problemática da relação com os usos, e na toxicodependência (Fernandes & Carvalho, 2000; Fernandes & Carvalho, 2003a; Fernandes & Carvalho, 2003b). No final dos anos 90 era já

incontornável, porém, que os fenómenos do uso de SPA e a procura de estados alterados de consciência não podiam continuar a ser reduzidos ao *problema da droga*, esquecendo motivações que acompanharam a história da humanidade e que sempre se mantiveram presentes até aos nossos dias. Essa conjuntura motivou um primeiro trabalho académico cujo recorte obedeceu a uma tendência que podia antecipar-se na altura – parecia evidente que a participação juvenil em ambientes de lazer noturno associados à explosão da música electrónica de dança estava relacionada com as mudanças de hábitos e de padrões de consumo, ainda que tais mudanças passassem à margem dos dados epidemiológicos disponíveis. Em alguns desses ambientes recreativos, próximos de estilos musicais, estéticos e subculturais que recuperavam a ligação ao psicadelismo, as opções pareciam estar em particular descontinuidade com a definição de uso problemático. Esse foi o critério que nos orientou para a sua eleição como objeto de estudo e ponto de partida para uma reflexão sobre as culturas juvenis e seus usos de drogas num trabalho anterior (Carvalho, 2007).

Um aspeto dessa experiência inicial de contacto com o terreno e com os ambientes recreativos noturnos foi deixada em aberto. Parecia evidente, já então, que a diversidade dos espaços físicos em que a *festa de trance* acontecia trazia consequências, entre outros aspetos, sobre o que estava a acontecer do ponto de vista da relação com os usos de SPA, com o risco, com as estratégias usadas pelo controlo social. Essas consequências eram visíveis nos diferentes tipos de espaços que a *festa de trance* ocupava, mas eram também visíveis nas nossas incursões por outros tipos de ambientes recreativos noturnos com características espaciais muito distintas.

Não tivemos, nessa ocasião, oportunidade de aprofundar conhecimento sobre as implicações das várias configurações espaciais dos ambientes de lazer noturno. Daí a motivação para um novo trabalho, iniciado anos depois, e que agora se finaliza. Não se tratou da única motivação. Parecia necessário um olhar que integrasse os comportamentos que ocorrem em ambientes recreativos noturnos com o fenómeno mais amplo que é a participação, não só de população juvenil como de outros sectores sociais, no lazer em geral e no lazer noturno em particular. À medida que fomos clarificando as nossas opções sobre o enfoque a dar a uma nova investigação ficamos surpreendidos com a escassez de contributos para uma compreensão ambiental de um conjunto de fenómenos, entretanto tornados objeto de grande preocupação social, que tinham na especificidade das suas configurações espaciais a principal razão de ser.

Muitas ordens de motivos têm vindo a tornar evidente o interesse em estudar o lazer, o lazer noturno em particular, e os ambientes recreativos em que este acontece. Entre 1990 e

2004 cresceu entre a população portuguesa, de forma assinalável, o consumo de atividades assentes na promoção da sociabilidade e do lazer. Concretamente, foi entre as atividades de recreio, educação e cultura, a par com as despesas de saúde e higiene, que se registou o maior crescimento durante o período analisado (Pinto dos Santos & Moreira, 2008). Estes factos são interpretados pelos autores como indicativos da centralidade que o lazer passou a assumir na vida quotidiana, sobretudo quando está presente uma relação próxima com o espaço urbano. Na mesma linha, e de acordo com dados do Pordata (2014), entre 2013 e 2014 o valor investido pelos portugueses em saídas noturnas cresceu 5,5%. De acordo com a mesma fonte, em pleno período de crise económica, o investimento das famílias portuguesas em atividades de lazer, recreação e cultura pode ascender a oito mil euros anuais, em contraste com os mil e quinhentos euros investidos anualmente em educação.

Enquanto componente central da vida moderna que os dados apontados para o contexto português bem indiciam, o lazer toca todo o ciclo vital. No entanto, algumas das suas manifestações, com especial enfoque para o lazer noturno, constituem-se como um domínio privilegiado de observação e análise do comportamento juvenil, com grande potencial para compreender não só aspetos desenvolvimentais normativos e até de saúde, como também processos relacionados com a adesão a comportamentos de risco motivados por diversas fontes de vulnerabilidade que estão presentes na participação no lazer noturno. Ainda que os dados disponíveis não permitam uma associação direta com a experiência de lazer, um estudo de 2009 da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a mortalidade da população juvenil mundial identificou os acidentes de viação como a mais proeminente causa de morte, explicando respetivamente 14% e 5% das mortes de jovens rapazes e raparigas entre os 10 e os 24 anos (Patton, Coffey, Sawyer, Viner, Haller, Bose, Vos, Ferguson & Mathers, 2009). Essa tendência relativa ao risco rodoviário é corroborada por dados relativos aos países nórdicos (Twisk & Stacey, 2007) e por dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a União Europeia (UE) (Peden, Scurfield, Sleet, Mohan, Hyder, Jarawan & Mathers, 2004). São dados que colocam em evidência o risco acrescido que representa o consumo de álcool, a condução de veículos por jovens durante as noites do fim de semana, e as viagens na companhia de pares (Anderson, Moller, Galea, 2012; Twisk & Stacey, 2007; Peden et al, 2004), factores globalmente relacionados com a experiência do lazer noturno. Balsa (2005) baseou-se em dados extraídos do primeiro *Inquérito Nacional ao Consumo de Drogas na População Portuguesa* de 2001 para concluir que dois terços das motivações para o consumo identificadas por este inquérito, na população entre os 15 e os 64 anos, tinham que ver com a

“melhoria das performances em situações festivas de diversa índole, entre elas os ambientes recreativos noturnos” (p.17).

Estes são apenas alguns dos argumentos que permitem justificar a relevância do estudo do lazer noturno, um fenómeno na verdade tão central quanto vários outros tipos de ambientes participados pelo ser humano em geral e pelo jovem em particular, como o espaço doméstico, familiar ou escolar. Com uma diferença significativa – é que ao contrário da atenção dedicada ao estudo destes ambientes, pela Psicologia mas também por um conjunto de outras ciências, é incompreensível o desprezo a que tem sido votada a atenção aos ambientes que são ocupados pela função de lazer em geral, e de lazer noturno em particular – espaços de vida fundamentais para o homem moderno e, simultaneamente, setores dos quais a vida urbana depende significativamente na atualidade por motivos de ordem social mas, sobretudo, económica.

É esta falta de atenção por parte da ciência e dos poderes públicos às características e problemas do lazer noturno que explica, por consequência, a escassez de investigação sobre as necessidades de regulação e de controlo social, de gestão do risco, ou de promoção do bem-estar em ambientes recreativos de configuração diversa. Como teremos oportunidade de perceber ao longo dos capítulos iniciais deste trabalho, apesar de as dimensões ambientais servirem por vezes de pretexto para justificar algumas iniciativas de prevenção e promoção da segurança nestes espaços, carece a essas iniciativas um conhecimento sobre o risco e demais fenómenos suportado nas dimensões ambientais e ecológicas que podem contextualizar a manifestação dos mesmos, e que podem mais intencionalmente servir as necessidades de intervenção. Essa inconsistência explica também o desequilíbrio que encontramos, entre os países da UE, na investigação e intervenção sobre o lazer noturno urbano. Enquanto que países como o Reino Unido ou a Espanha assumem desde cedo grande protagonismo ao nível da produção de conhecimento, da intervenção de proximidade e da produção de regulação, já os países do Báltico, do Sul da Europa e, particularmente, o nosso país, apresentam a muitos níveis atraso considerável na afetação de investimento público em investigação e intervenção, não obstante o enquadramento legislativo que entre nós permite a regulação da prática de redução de riscos e minimização de danos, e não obstante serem estes os destinos de eleição para os jovens do Norte da Europa em procura de experiências de lazer.

Estes são, em traços largos, os motivos que justificam em nosso entender a necessidade deste trabalho. No entanto, e em consonância com uma abordagem ao processo de construção de conhecimento que reconhece o seu carácter construído (Sousa Santos, 1988), o nosso ponto de vista não é neutro nem isento de um conjunto de compromissos

paradigmáticos materializados, do ponto de vista metodológico, na aproximação ao indutivismo, à produção de conhecimento enraizado nos dados empíricos, e às metodologias qualitativas. É por esse motivo que nos parece pertinente a identificação das premissas epistemológicas que nortearam a pesquisa, que consubstanciam a intenção que assumimos desde logo de produzir uma “teoria da construção do conhecimento que é baseada na visão do mundo do investigador” (Saldaña, 2011, p.81). Ou seja, começaremos por apresentar o conjunto de valores, atitudes, pressupostos que enquanto investigadores adotamos sobre o tópico da pesquisa, e que entendemos deverem ser assumidas desde uma fase inicial da apresentação deste trabalho, ainda que legitimadas de forma mais compreensiva pelas opções que vão ser apresentadas ao longo dos capítulos seguintes. Por hora antecipamos, porém, que são um conjunto de pressupostos provenientes da nossa experiência de investigação e intervenção no domínio da Psicologia, especificamente no domínio da Psicologia do Comportamento Desviante e, mais especificamente ainda, a partir de um percurso iniciado com a investigação do fenómeno dos usos de substâncias psicoativas (SPA). São elas:

*Estudar o comportamento humano em contexto é uma boa forma de conhecer o comportamento humano.* Este é o posicionamento da psicologia ambiental ecológica, que desde etapas precoces da sua formação como disciplina vem advogando a importância da análise teórica e empírica do papel do ambiente físico no comportamento humano; a natureza contextual da experiência e ação humana enquadradas pelo ambiente físico; a necessidade de adoptar metodologias que explorem a complexidade das relações pessoa-ambiente; e a necessidade, neste enquadramento, de desenvolver teoria e investigação dirigidos a problemas do quotidiano, privilegiando o estudo da sua manifestação em condições naturalistas (Winkel, Saegert & Evans, 2009; Günther & Rozenstraten, 2005; Carneiro & Bindé, 1997). Assim, e ainda que aceitando que os indivíduos reagem ao seu ambiente em função da sua percepção individual, a opção desta disciplina é pelo enfoque básico no ambiente físico na sua relação com o comportamento, procurando-se as “condições da congruência entre indivíduo e ambiente” (p.331) e procurando-se uma perspectiva inclusiva, holista e transaccional nesta análise, nas várias escalas espaciais que acolhem essas relações (Moser, 2003). O pressuposto é o de que “certas especificidades ambientais tornam possíveis algumas condutas, enquanto inviabilizam outras” (Moser, 1998, p.122) e, nesse entendimento, de que nos comportamos diferenciadamente consoante o espaço físico em que nos encontramos. Características como a preocupação com o holismo, com o enfoque ecológico, ou a orientação para a resolução de problemas quotidianos são apontadas como claramente influenciadas pela herança de Kurt



Lewin e pela forma como conceptualizou a função do ambiente no comportamento humano. Essas características foram depois aprofundadas por discípulos como Barker, que leva mais longe a aproximação à dimensão ambiental, propondo-se estudar o comportamento humano *in situ*, em situações reais, e no resultado de múltiplos fatores (Popov, 2010; Günther & Rozenstraten, 2005; Carneiro & Bindé, 1997); ou U. Bronffebrenner, que apresenta a sua primeira formulação da ecologia do desenvolvimento humano recuperando Kurt Lewin para criticar a forma como a Psicologia parecia estar a atrofiar o conhecimento do comportamento à sua dimensão intrapsíquica (Bronffebrenner, 1979). Outros enfoques existem, naturalmente para o estudo do comportamento humano, desde o infra individual (a biologia, a genética), ao intrapsíquico (a personalidade), ao social e contextual (a cultura, os grupos, os espaços ...). No caso dos comportamentos que desafiam a relação com as normas, como é o caso dos comportamentos de uso de SPA e o envolvimento em condutas de risco em ambientes recreativos, é reclamado um olhar que convoque, articuladamente, o biológico, o psicológico, e o ecossocial (Agra, Marques Teixeira, Carvalho & Fernandes, 1993; Agra, 1995). A situarmos a nossa abordagem neste contínuo, ela está assumidamente mais próxima do último componente desse eixo, propondo-se contribuir para o conhecimento de dimensões do comportamento cuja origem pode ser situada num nível claramente supra individual.

*O uso de SPA é um comportamento que resulta, em primeiro lugar, de uma escolha individual. Assim, a ação do Estado e dos mecanismos de controlo social em geral que visam regulá-lo é por nós entendida com reserva.* Devido a um número de processos sociais que resultam mais do foro da moral pública do que da evidência científica, a alteração voluntária da consciência através do uso de SPA permaneceu durante décadas um comportamento ilícito, sancionável pela lei, cenário este que só recentemente começa a ser desafiado pelos sistemas jurídicos de alguns países ocidentais. Na senda de campanhas morais que perseguiram a publicação de imagens obscenas no princípio do séc. XX foram iniciadas as primeiras cruzadas antidrogas nos EUA, de que resultou a moldura que ficou conhecida como *proibicionismo* (Szasz, 1993). O proibicionismo teve por consequência a criminalização do consumo e venda de SPA, processo que acabou por contribuir para a delimitação sócio-histórica do *problema da droga*. O modelo penal, fortemente comprometido ideologicamente, fortemente valorativo, e distante de qualquer formulação mais científica sobre o fenómeno, foi responsável pela criminalização do consumo, pela estigmatização dos consumidores, pela construção de um mercado paralelo ligado à venda, e pela disseminação de forças burocráticas e policiais ligadas ao controlo (Romani, 1999). Outra consequência foi a prática

de mascarar o fenómeno como uma doença, e a sua repressão como iniciativa terapêutica. Mas esta doença foi rodeada de particularidades – uma doença diagnosticada pelo tribunal, com um tratamento imposto por um juiz (Szasz, 1993). Progressivamente, a história recente tem-se encarregado de demonstrar a ineficácia desta abordagem começando a consolidar-se na atualidade, como dizíamos, os primeiros esforços concertados para a retirada do fenómeno deste enquadramento. Torna-se evidente que a coação penal pode ser útil no controlo de alguns comportamentos, mas não de todos, já que as drogas não deixaram de proliferar nas sociedades ocidentais. Isto apesar dos avultados recursos investidos no seu controlo e repressão, apesar da falta de exemplos de sucesso na redução substancial e prolongada da severidade dos problemas relacionados com o consumo, ou da falta de sucesso na redução da oferta, da procura, ou na redução dos danos associados ao problema (Quintas, 2011; Lamo de Espinoza, 1993). Não só não foram atingidos quaisquer destes objetivos na eliminação deste tipo de delinquência, como inclusivamente fica registada a iatrogenia da abordagem, que acabou por contribuir para a criação de novas formas de desviância, e por ter estimulado o consumo – já que é amplificado o interesse em redor desse interdito, uma consequência especialmente grave no caso dos jovens (Lamo de Espinoza, 1993; Negreiros, 1998). Se resistem, então, poucas dúvidas sobre o fracasso do efeito dissuasor da repressão sobre o comportamento de uso de SPA (Quintas, 2011), estamos em condições de reclamar “o direito às drogas” (Szasz, 1993). Esse direito supõe, na perspectiva de Th. Szasz, “o direito de qualquer cidadão adulto a dispor de si e do seu corpo, o reconhecimento da propriedade de cada um sobre a sua pessoa singular, e o reconhecimento de que a relação das drogas com o comportamento humano comporta bons e maus efeitos” (Szasz, 1993, p.216). Esta perspectiva consolida a nossa premissa de que o uso de SPA deve ser entendido como um comportamento individual livre. Esta perspectiva é consolidada, ainda, por uma outra abordagem segundo a qual o uso de SPA partilha de um conjunto de características comuns a outros comportamentos frequentemente designados como *crimes*, e que correspondem na verdade a transações consensuais e voluntárias entre adultos, cuja presença de uma vítima é questionável, dado não ocorrer dano claro e direto infligido por uma pessoa a outra, e em que é questionável também a presença de uma violação de um bem jurídico identificável e concreto (Schur, 1965; Lamo de Espinoza, 1993). Reconhecendo o importante percurso neste debate até à atualidade, podemos mesmo assumir a entrada num novo paradigma sobre a relação entre o uso de SPA e o fenómeno do controlo social. Efetivamente, e num clima de erosão das normas na modernidade (Fernandes, 2009), estamos perante um cenário em que é o próprio fenómeno droga a confrontar e a provocar a ordem estabelecida, num processo em

que “a incerteza e o risco são aceites como fazendo parte da vida quotidiana” (Fernandes, 2009, p. 14). Este clima será, porventura, responsável também pelas interpretações científicas sobre a evolução atual do consumo nos países ocidentais, a que corresponde a proposta da *tese da normalização* do uso de drogas (Duff, 2003; Measham, Newcombe & Parker, 1994; Measham, Parker & Aldridge, 1998; Parker, 2005; Parker, Williams & Aldridge, 2002), assim como a abertura ao debate e a implementação efetiva de políticas alternativas ao proibicionismo em várias geografias mundiais (Csete, 2012; Domostawski, 2011; Greenwald, 2009; Grund & Brecksmas, 2013; Rosmarin & Eastwood, 2012).

*As condições e os riscos que rodeiam o comportamento livre de uso de SPA podem ser melhor entendidas e modificadas se a abordagem a esse conhecimento e intervenção se estender para domínios que estão para além da esfera do indivíduo, abarcando também o ambiente em que esse comportamento se manifesta. No conjunto dos ambientes relevantes para o estudo deste fenómeno entre a população juvenil, a nossa opção é pela abordagem aos ambientes recreativos noturnos.* Os motivos pelos quais as sociedades contemporâneas assistiram a tão expressiva evolução na popularidade destes ambientes serão discutidos adiante. Por agora enfatizaremos que o reflexo dessa popularidade nos discursos sociais e científicos se fica em grande parte a dever ao tema do risco associado ao seu funcionamento (EMCDDA, 2012; Allart, 2011; Calafat, Blay, Bellis, Hughes, Kokkevi, Mendes, Cibin & Tripodi, 2011; Calafat, Mantecón, Juan, Adrover-Roig, Blay & Rosal, 2011; Calafat, Juan, Becoña, Fernández, Carmena, Palmer, Sureda & Torres, 2000; Gálligo, Indave, Álvarez & Montejo, 2012; Hadfield, 2011; Trimbos Institute, 2011), especialmente o risco associado ao consumo de álcool e outras SPA (EMCDDA, 2012; Fletcher, Calafat, Pirona & Olzewski, 2011; Hughes, Quigg, Bellis, Calafat, Van Hasselt & Kosir, 2012; Hughes, Quigg, Bellis, Calafat, Hasselt, Kosir, Voorham, Goossens, Duch & Juan, 2012). Ora, ainda que do foro comportamental, o consumo de SPA lícitas e ilícitas em ambientes recreativos noturnos parece poder ser influenciado também por fatores de ordem ambiental, como as diversas fontes ocupadas com a produção de orientações para a prevenção e minimização do risco têm vindo a enfatizar, e de que são exemplo a divulgação e venda irresponsáveis de bebidas alcoólicas a muito baixo custo (Alcohol and Drug Policy Group, 2010; Homel, Carvolth, Hauritz, McIlwain & Teague, 2004; Measham, 2004), a influência do desenho dos espaços sobre a circulação de pessoas e outras causas ambientais dos incidentes de violência (Calafat, Bellis, Fernandez del Rio, Juan, Hughes, Moleo, Becoña, Duch, Stamos & Mendes, 2013; Wellsmith, 2009; Castro & Agra, 2007; Finney, 2004; Homel et al, 2004), a influência da

oferta de serviços de transporte público em horários tardios na diminuição da sinistralidade (Hadfield, 2011; Calafat & Juan, 2003), a possibilidade de influenciar o consumo de SPA ilícitas a partir das opções musicais (Forsyth, 2009); etc. Acreditamos que a ênfase no estudo e intervenção em redor dos fatores ambientais do lazer noturno e seus ambientes, associada à emergência de problemas no seu funcionamento que afetam negativamente os indivíduos que neles participam, encerra uma oportunidade. Uma oportunidade para a progressão desde um discurso centrado na prevenção e minimização do risco, até à promoção do bem-estar (Calafat et al, 2011; Sumnall, Bellis, Hughes, Calafat, Juan & Mendes, 2010). Uma oportunidade para transitar de um discurso centrado nos problemas para a saúde até um discurso centrado nas questões da segurança e da qualidade (Modus Vivendi & Quality Nights, 2009; Allart, 2011). Enquanto fenómenos comportamentais, o uso de SPA ou a violência têm motivações complexas, oscilantes, nem sempre fáceis de identificar, nem sempre ao alcance da intervenção. Pelo contrário, e se ultrapassada a prioridade atribuída ao lucro (entre os empresários do lazer noturno, mas também entre a gestão urbana pública que beneficia dos fenómenos concomitantes do turismo e do aumento da circulação de pessoas), atingimos uma parte da equação sobre a qual mais facilmente podemos agir. A eleição do enfoque ambiental neste trabalho persegue, também, esse objetivo mais pragmático.

*A atividade do lazer, especificamente o lazer noturno urbano e a participação em ambientes recreativos noturnos, integra a matriz do comportamento adolescente, mas também de sectores sociais e etários progressivamente mais alargados na atualidade.* Tivemos já oportunidade de enunciar as evidências que, do ponto de vista das tendências na população alargada, colocam a atividade do lazer e especificamente do lazer noturno numa posição de grande centralidade para o homem moderno (Pordata, 2014; Pinto e Moreira, 2008). Revimos números que oferecem uma perspetiva sobre o lugar que ocupam, na atualidade, as atividades de lazer no quotidiano dos cidadãos, associadas a funções sociais como a promoção do bem-estar, a estimulação do consumo e a expressão de identidades (Roberts, 2011; Trenberth, 2005). No caso dos jovens e adolescentes tem vindo a ser demonstrado que a participação em atividades de lazer em geral, e em atividades de lazer noturno em particular, constitui uma experiência relevante nas transições desenvolvimentais entre a infância e a vida adulta (Caldwell & Faulk, 2013; Northcote, 2006; Zeijl, Du Bois-Reymond & Te Poel, 2001). Tem também existido investigação que demonstra que a opção por participar em atividades de lazer de carácter estruturado está relacionada com fatores de personalidade associados ao bem-estar psicológico dos jovens (Caldwell & Faulk, 2013; Trainor, Delfabbro, Anderson &

Winefiled, 2010); e que o lazer, o gozo e a cultura representam na atualidade formas de reivindicação da participação social entre estes, tornando-se definidoras da experiência de cidadania neste segmento da população (Machado Pais, 2008). Apesar de a opção pelo estudo da atividade do lazer poder justificar-se, então, pela sua função no desenvolvimento humano, pelas oportunidades de participação social e cidadania que encerra, e pela sua relevância na organização do sistema económico das sociedades do capitalismo avançado e do desenvolvimento tecnológico (Santos & Moreira, 2012; Howarth & Veal, 2004; Csikzentmihalyi, 1981), surpreende-nos a reduzida presença do estudo desta atividade humana nas ciências psicológicas. Isto é verdade também no que toca à participação no lazer noturno, que parece envolver tão vastos sectores da população (Pordata, 2014), e que parece estar relacionada com fenómenos frequentemente rotulados pela opinião pública como ‘preocupantes’, de que são exemplo os consumos de SPA entre outros riscos.

Este conjunto de premissas perpassam a vários níveis a estrutura e o conteúdo do trabalho de investigação que agora reportamos. O Capítulo I enquadra teoricamente as origens e os fundamentos da atividade humana do lazer, do lazer que tem lugar durante a noite, até chegar a uma consideração do estado da arte que tem em conta o conhecimento sobre os ambientes que alojam este fenómeno, enquanto objetos de estudo científico. Procuramos ao longo deste percurso apresentar a atividade humana do lazer como um comportamento antigo do ponto de vista evolutivo, que cumpriu diversas funções na adaptação da espécie, e que se formaliza como setor da vida e da sociedade muito mais tarde, por ocasião do recorte do trabalho como fenómeno central da estruturação da vida social. Reportamos o processo de delimitação de um discurso científico sobre o lazer e procuramos organizar esses distintos discursos de acordo com tendências mais alargadas. Procuramos criar, deste modo, o contexto para a abordagem específica ao fenómeno do lazer noturno, percorrendo fontes de produção de discurso de carácter económico, social e político, antes de chegarmos à abordagem dos discursos científicos sobre o lazer noturno e sobre os seus principais problemas. Terminamos com a tendência que pode enunciar-se na atualidade, e que é a produção de um discurso sobre o lazer noturno e sobre os ambientes recreativos noturnos que procura afastar-se da enunciação dos riscos e dos problemas, para aproximar-se do tema do bem-estar e da promoção da segurança.

O Capítulo II, que é já o capítulo metodológico, começa por percorrer ainda fundamentos importantes para as nossas opções teóricas e epistemológicas, com maior impacto para as opções metodológicas da investigação. Começamos, assim, por percorrer

brevemente as origens do estudo do comportamento humano em contexto com vista a situar a emergência da Psicologia Ambiental Ecológica (PAE). Apresentamos um ponto de situação sobre a investigação produzida por esta disciplina que tem por objeto os ambientes recreativos noturnos, em dois eixos principais – o discurso ambiental sobre a relação entre o lazer e a participação juvenil em ambientes recreativos; e o discurso ambiental sobre o comportamento juvenil de uso de SPA e outros riscos nestes ambientes. Revisto este estado da arte são justificados e formulados os nossos objetivos para esta investigação e proposto o seu desenho, com a enunciação adicional de questões de investigação e conceitos orientadores. Apresentamos genericamente os fundamentos para as principais opções metodológicas antes de iniciarmos a apresentação dos procedimentos de amostragem, de recolha e análise dos dados, e de validação dos resultados.

O Capítulo III inaugura o primeiro de vários momentos de apresentação e análise de resultados. Numa primeira fase procuramos reportar o produto básico da investigação conduzida, materializado na apresentação exaustiva do sistema de categorias, com a intenção de pôr em evidência a integridade dos dados, mostrando como as explicações produzidas nesta etapa, como em etapas subsequentes, são enraizadas nos mesmos. Começamos por reportar um primeiro nível de resultados descritivos sobre as propriedades dos documentos que integraram a análise, e passamos num momento subsequente à apresentação dos dados de conteúdo propriamente ditos, enunciando as principais categorias analíticas, descrevendo os padrões que emergiram dos dados nelas contidos, exemplificando o seu conteúdo, e discutindo as tendências emergentes no contraste com a literatura.

O Capítulo IV procura um distanciamento em relação aos dados de conteúdo resultantes do sistema de categorias, procurando um primeiro contraste desse nível de resultados, com as questões de investigação. Desse esforço resulta a identificação de um conjunto de temas que orientam as explorações subsequentes dos dados. Nessa continuidade, os Capítulos V, VI e VII aprofundam, respetivamente, a exploração dos dados do sistema de categorias que permite, já de uma forma axial e orientada pelas questões de investigação, a produção de enunciados teóricos que explicam, de um ponto de vista ambiental, os fenómenos do uso de SPA, do risco e da proteção em ambientes recreativos noturnos.

Finalmente, o Capítulo VIII reúne de uma forma sumária e mais integrada o conjunto dos principais contributos da pesquisa, estabelece o seu contraste com o estado da arte e discute limitações e implicações da investigação.



---

## **CAPÍTULO I**

### **O Lazer, o Lazer Noturno e a Festa**





Este capítulo dedica-se a enquadrar teoricamente o nosso interesse pelo tema geral do lazer, pelo lazer que tem lugar durante a noite, e pelos ambientes que alojam este fenómeno, enquanto objetos de estudo científico. Essa tarefa não é fácil, sobretudo porque somos levados a formular questões que, do ponto de vista teórico, convocam respostas de áreas disciplinares tão variadas, que o nosso limitado poder de análise fica estrangido a pouco mais do que uma referência superficial a esses contributos. O que estamos, concretamente, a querer dizer é que apresentar e discutir a origem, as explicações propostas, e as discussões atuais sobre porque é que o ser humano precisa de tempo-livre, desde quando se deu conta disso, como é que o utiliza, porque é que uma parte dessa utilização se exprime por momentos de celebração, e porque é que algumas dessas celebrações têm a noite (e os horários que lhe são adjacentes) por cenário e a dança por manifestação comportamental central, é uma tarefa que ultrapassa largamente a descrição dos ambientes que a festa ocupa hoje em dia que constitui a finalidade da investigação que levamos a cabo. No entanto, não poderíamos começar por abordar diretamente esses ambientes sem antes oferecermos uma contextualização sobre o que é o fenómeno central que alojam – o lazer –, e que função social, psicológica, filogenética, neuronal, antropológica, cultural e histórica apresenta. Arrogarmo-nos, porém, a almejar a competência que esse exercício convoca não é uma posição sensata. Melhor assumirmos, desde já, a nossa dificuldade em percorrer esse caminho da forma exaustiva, rigorosa e crítica que merece.

A literatura que se tem esforçado por reconstituir a evolução do conceito de lazer como objeto do estudo científico é antiga, variada, e destaca precisamente os desafios que decorrem de um domínio que toca outros conceitos multifacetados, e que convocam uma grande amplitude de áreas disciplinares (Veal, 2004). Tem refletido, ainda, a forma como o campo do estudo do lazer acaba por traduzir, ao longo da sua evolução, transições mais alargadas no estudo do homem em sociedade – ou seja, o estudo do lazer é um bom analisador, em ciências sociais e humanas, da forma como abandonamos uma perspetiva centrada na estrutura, em que entendemos o sujeito como modelado por forças e acontecimentos sociais e económicos que o transcendem, para abraçarmos uma perspetiva centrada na agência e no reconhecimento de que o sujeito atua e influencia ativamente as suas situações de vida (idem). Essa literatura reflete, finalmente, uma evolução considerável desde um tempo em que a função social do lazer é formalmente desconhecida entre os seus atores sociais, até à ascensão do estudo do lazer a uma posição de centralidade que decorre da sua

progressiva significância social e económica, influenciando políticas e planeamento públicos, debates sobre participação pública, sobre o ambiente, ou sobre a qualidade de vida (ibid.).

Por agora começaremos por explorar as origens mais ancestrais do comportamento de lazer e de algumas das suas manifestações, centrais para a expressão que o fenómeno assume ainda nos nossos dias, e que recolheram a atenção desta investigação – o caso da música e da dança.

## **1. De um proto-lazer ao aparecimento do trabalho como processo civilizacional central**

A primeira explicação que emerge quando buscamos compreender a origem da atividade humana do lazer é uma explicação histórico-antropológica em que encontramos o que nos parece uma certa “filogénese da festa” - ou seja, em que nos damos conta da relevância que as atividades que ainda hoje a integram (dançar, produzir música), e que pareciam não cumprir função direta na garantia da sobrevivência das primeiras comunidades humanas, tiveram na história da humanidade e na evolução da espécie. Esta perspetiva reconhece, e de acordo com Wilson (1981), que as origens da experiência humana do lazer originaram consequências e possibilidades que em termos sociais e evolutivos permitiram o desenvolvimento de processos como a criatividade, a invenção, a descoberta.

Nas sociedades recolectoras, sem uma distinção entre o tempo despendido em caça e recolha e o tempo despendido noutras atividades, o trabalho acontecia quando os primeiros homens se dedicavam a fazer o que era necessário para assegurar a sobrevivência - a caça e a recolha foram aqui o equivalente a “trabalho” e, consequentemente, o tempo que “sobrava” após estas atividades, tempo de lazer (Veal, 2004). De acordo com Veal (2004) as atividades de lazer das primeiras comunidades humanas terão incluído, provavelmente, tempo dedicado a repousar, a cantar, a dançar, a trocar objetos, a lutar de forma encenada, e a envolver-se em rituais religiosos. De certa forma, a função cumprida por estas atividades era já muito próxima à função do lazer nos nossos dias: proporcionava entretenimento através da oportunidade de interação social, tinha um carácter cerimonial, ritual, artístico... Nesta linha conclui-se que a função do lazer parece ser bem mais central para a evolução da humanidade do que a função do trabalho: “A cultura humana não começou com a necessidade de trabalhar. Começou com a linguagem, a dança, o riso, a encenação, a mímica, os rituais, e uma grande variedade de outras formas de jogo” (Rojek, 2000, p.115, citado por Veal, 2004, trad. livre). Estas condições mostram-nos que as primeiras comunidades humanas apresentavam a resposta ideal ao problema do lazer: “a falta de posses materiais, longe de ser um indicador de pobreza e de

existência miserável, pode antes ser vista como evidência de uma sociedade em que se atingiu o equilíbrio satisfatório entre necessidades materiais, trabalho e lazer” (Sahlin citado por Veal, 2004, pp. 17).

Parece, então, que o nosso antepassado tinha em muitos sentidos melhor resposta ao problema do lazer do que o que temos hoje, desde que o trabalho foi eleito o processo central da civilização. Não só o nosso antepassado usava o lazer, como o lazer lhe permitiu evoluir. Sabemos, por e.g., que a dança, o seu ritmo, os seus movimentos, permitiram a expressão de sentimentos, estados de ânimo, celebrados em contextos em que havia que ritualizar acontecimentos importantes, ou por motivos religiosos (Carlés, 2004). Para além desta função cultural ancestral parece ainda que a festa, a dança, a música e a celebração coletiva cumpriram funções bem mais ambiciosas sobre a filogénese.

Efetivamente, existe um amplo conjunto de atividades sensório-motoras que envolvem a integração do ritmo, da coordenação espacial, da sincronização de estímulos externos de forma coordenada com o corpo, que estão associadas a adaptações evolutivas da espécie que permitiram a caça, a luta, o jogo - atividades tão naturais e inconscientes para o ser humano que tendemos a praticá-las sem delas nos darmos conta (Brown, Martinez & Parsons, 2006; Brown & Parsons, 2008). Estas competências estão presentes no comportamento de dançar, o que tem justificado o interesse em investigar as origens neuronais da dança (Brown, Martinez & Parsons, 2006). Enquanto comportamento ancestral universal associado a rituais de grupo, exercida de forma coletiva e sincronizada, e com uma coordenação interpessoal do espaço e do tempo típica de contextos sociais (Sachs, 1937 e Farnell, 1999 citados por Brown, Martinez & Parsons, 2006; Brown & Parsons, 2008), a dança é provavelmente tão antiga quanto o bipedismo, a marcha e a capacidade de correr (Ward, 2002, Bramble & Lieberman, 2004 citados por Brown, Martinez & Parsons, 2006). Devido às mudanças anatómicas introduzidas pelo bipedismo é provável que o recurso ao corpo como instrumento musical se tenha desenvolvido, assim como a capacidade de manter ritmo interno, essencial para a produção de marcha, para a capacidade de correr e, conseqüentemente, para perseguir presas e escapar de predadores (Mithen, 2009). Da capacidade de usar o ritmo para a locomoção, deveremos ter evoluído para a capacidade de manter, acompanhar ou produzir ritmo com o corpo – e com isso desenvolveu-se a capacidade para dançar (idem).

O facto de a dança se definir por um conjunto de movimentos organizados em padrões espaciais, sincronizados pelo tempo/ritmo musical, torna-a uma competência exclusiva da espécie humana. A sua investigação tem contribuído para aumentar a nossa compreensão sobre as origens, não só neuronais como psicológicas, de comportamentos criativos e

artísticos únicos à nossa espécie (Brown, Martinez & Parsons, 2006; Brown & Parsons, 2008). A sua investigação tem contribuído, ainda, para responder a questões centrais, como “porque dançamos?” e, concomitantemente, “porque precisamos da música?”. Nesse sentido, e se atendermos à proximidade da relação entre dança e música, percebemos que a dança gera som, como o atesta o facto de várias culturas ancestrais usarem artefactos que produzem ruído enquanto se dança, inseridos até nas próprias vestimentas (Brown & Parsons, 2008). Essa associação parece ser indicativa de que “a dança começou por ser um fenómeno sonoro; logo depois, dança e música (sobretudo a percussão) seguiram evoluindo em paralelo, conjugadas como formas complementares de criar ritmo” (Brown & Parsons, 2008, p.89, trad. livre). No entanto, a dança possui uma capacidade superior de representação por imitação, o que a torna uma forma primária de linguagem. Esta associação foi comprovada por estudos que demonstram a proximidade das regiões cerebrais ativadas por ambos os processos de dançar e de produzir fala (Brown & Parsons, 2008). De acordo com Bouso (2010): “El hecho de que una coreografía se materialice en las mismas áreas cerebrales que el language hablado, el área de Broca, es lo que hace pensar a algunos neurocientíficos que el baile fue el protolanguage que con el discurrir de la evolución derivó en una gramática universal: el language”. (p.33).

A dança constitui-se, então, como a primeira forma provável de comunicação, a primeira forma provável de transmissão de cultura, para onde conflui “a capacidade representativa da linguagem e o carácter rítmico da música, que nos permite contar relatos utilizando a expressão corporal e sincronizar o nosso movimento com os demais, de uma maneira que favorece a coesão social” (Brown & Parsons, 2008, p.89, trad. livre). Por todos estes motivos, o par música-dança parece ter sido essencial à vida dos nossos antepassados hominídeos pré-linguísticos. A sua influência repercute-se até hoje no nosso desejo herdado em nos envolvermos com a música, mesmo que beneficiando já de sistemas de comunicação assentes na linguagem verbal, e mesmo que esse comportamento já não cumpra nenhum benefício adaptativo para nós enquanto espécie (Mithen, 2009).

Aparentemente, a razão pela qual precisamos, então, destas atividades de um ponto de vista evolutivo foi porque, à semelhança da alimentação e do sexo, a música (e a sua experiência através da dança), foram essenciais à sobrevivência, ao mesmo tempo que pareciam associar-se ao que hoje definiríamos como sendo também uma experiência de lazer. Essa condição teve um profundo impacto na estrutura e funcionamento do cérebro humano e explica que até aos nossos dias nos sintamos compelidos a envolver-nos com estas atividades antigas para nós enquanto espécie. O ser humano evoluiu como um ser musical porque essa capacidade está profundamente inscrita no genoma humano, como parte da nossa biologia

mais do que como um produto da nossa cultura, o que provavelmente se explica pela proximidade entre os fenómenos da música e da dança, e a necessidade de comunicar antes do aparecimento da linguagem (Mithen, 2009). As variações na tonalidade, no ritmo, o uso da harmonia, a sincronização dos movimentos corporais facilitados por modificações anatómicas trazidas pelo bipedismo e reforçadoras dessas modificações, foram essenciais à sobrevivência em aspetos tão centrais como no cuidado das crias, nos rituais de acasalamento, na caça. Ou seja, ainda sem outro recurso, e perante a necessidade de coesão social para garantir a implementação de estratégias de sobrevivência (como caçar, quando sair para colectar, como garantir a segurança da prole durante estes momentos), o nosso antepassado dançava para comunicar e para manter a tribo unida, dançava para reconhecer-se, a si e aos seus pares, como membros de um grupo (Bouso, 2010). Por esse motivo, e apesar da perda de significado da música e da dança nos dias de hoje, continuamos a ser “os felizardos beneficiários de um passado da Idade da Pedra pré-linguístico mas musical” (Mithen, 2009, p.11, trad. livre).

Estas evidências não só garantem a ancestralidade do comportamento humano de experienciar o lazer através de formas de celebração que incluem fenómenos que ainda hoje reconhecemos (dançar, ouvir música), como oferecem pano de fundo a interpretações correntes para o comportamento de lazer que exibimos hoje em determinados contextos, e que recuperam esse carácter ancestral. Hutson (1999) é disso exemplo. Recorreu a diversos paralelismos com a cultura ancestral e com o tribalismo para descrever a experiência da participação em *raves*. Segundo o autor, o DJ é um xamã que, auxiliado por símbolos-chave, guia os *ravers* numa viagem de êxtase a um estado pré-social de indiferenciação e partilha (*communitas*), um processo que é facilitado pela entrada em estados alterados de consciência. Essa experiência traria ao *raver* um apaziguamento fundamental ao enfrentamento de uma sociedade “ansiosa e incerta” (p.54). O que parece acontecer, na opinião do autor, é que quando o *raver* deixa para trás o *mundo real*, se aproxima de ideais de tribalismo (o “*go tribal, go deep*”, a decoração e a comunicação através de imagens e símbolos primitivos, a música que facilita o retorno às origens tribais, etc.), que representam o mundo tribal em grande contraste com a civilização ocidental. Interpreta a *rave* enquanto experiência *technoxamânica*:

“O paraíso intemporal, alegre, indiferenciado e pré-sexual teorizado por M. Eliade parece corresponder de forma próxima com as concepções dos ravers sobre as suas origens tribais, e serve como modelo para a viagem proposta pela *rave*. (...) A *rave* tem a capacidade de transcender todos os pequenos detalhes, superando raça, credo ou religião. (...) (Opera como) uma *communitas* no sentido em que é uma comunidade indiferenciada ou mesmo uma comunhão de indivíduos iguais, que funde a homogeneidade e a camaradagem num momento que está dentro e fora do tempo.” (Hutson, 1999, p.66, trad. livre)

O autor apresenta inúmeras evidências deste paralelismo, a partir de dados da sua pesquisa empírica, e do estudo comparativo entre os traços da *rave* e os traços do tribalismo, que incluem a modificação da vivência do tempo, a abertura, a busca de um estado de indiferenciação e unidade em relação ao outro, de um estado de total solidariedade, a que corresponde o referido ideal de *communitas*.

De sociedades nômadas e recolectoras passamos, na evolução, a sociedades sedentárias e agrícolas. É aqui que surge a primeira forma de trabalho como hoje o definimos, que é o trabalho agrícola. O trabalho agrícola não fazia parte das primeiras experiências humanas, surgindo mais tarde, depois de a espécie se ter tornado produtora de objetos. Essa atividade facilitou o desenvolvimento da agricultura, o aparecimento do sedentarismo, e o aparecimento do trabalho na sua forma reconhecível pelo olhar da modernidade (Veal, 2004). É a partir desta transição que se inauguram os diversos tipos de trabalho artesão, e que as sociedades evoluem em torno da especificidade de papéis sociais que começam por ser papéis laborais. Com esta diferenciação social surgem também as classes dispensadas do exercício do trabalho manual, habitualmente membros das elites (Veblen, 1898 citado por Veal, 2004).

A existência deixa de estar ameaçada por tantos e tão perigosos constrangimentos do ambiente - daí que a emergência formal do conceito de lazer como espaço e função da vida tenha de corresponder, necessariamente, a períodos da história em que a espécie dispõe de maiores recursos para sobreviver, e em que algumas estruturas e papéis sociais podem existir sem função aparente na garantia da sobrevivência. Como dizia Aristóteles a respeito da civilização Egípcia: “Todas as distintas artes estavam já constituídas, quando por fim se descobriram as ciências que não se referiam nem aos prazeres nem às necessidades, e que nasceram nos países em que era possível o lazer.” (Aristóteles citado por Mendo & Sánchez, 2008, para. 2, trad. livre)

Parece, então, que para o que entendemos hoje como lazer tenha emergido como função social contribuiu não só a possibilidade de se assegurar a sobrevivência em graus de relativa confiança, como também a entrada na modernidade com a organização da vida em redor do trabalho. De acordo com Roberts (2006) “o lazer nas nossas vidas é um produto da organização moderna do trabalho, das nossas economias de mercado, das liberdades civis de que gozamos, e do enfraquecimento dos controlos familiares, comunitários e religiosos que exerceram a sua influência na vida desde tempos ancestrais.” (p.1, tradução livre).

Durante muito tempo, então, as pessoas e as sociedades viveram este processo, deram sentido às suas vidas e às circunstâncias que as rodeavam sem reconhecerem a função social

do lazer ou sem para ele terem uma definição conhecida. Apesar de os filósofos Gregos, nomeadamente Aristóteles que já citamos, se terem já dedicado ao conceito nos seus escritos, essa definição social alargada e o reconhecimento da função social do lazer só parece ter acontecido a partir de finais do séc. XIX, quando “o termo lazer passou a ser aplicado às vidas dos trabalhadores industriais britânicos” (Cunningham, 1980, citado por Roberts, 2006, trad. livre) - o momento que equivale, também, ao aparecimento da primeira sociedade moderna industrial.

A definição de lazer tem vindo, desde aqui, a refletir sempre a presença progressivamente mais determinante dos fatores económicos e produtivos - como referem Mendo & Sánchez (2008), o lazer foi-se tornando um *bem de consumo de primeira necessidade*. Como aconteceu este processo? Um sem número de referências da história do lazer partilham do foco no séc. XIX e na luta entre classes trabalhadoras e capital, para explicar o processo do controlo do tempo de trabalho e do tempo do lazer ao longo da industrialização e da urbanização (Veal, 2004). Esta linha de análise é corroborada por um conjunto de marcos da nossa história recente que ilustram o reconhecimento alargado deste processo – entre 1860 e 1960, a semana de trabalho na Europa passou de 70 a 37 horas; só em França, no mesmo período, a transição foi das 85 para as 48 horas (Mendo & Sánchez, 2008); a partir de 1936 o direito ao lazer passa a ser visto como uma “conquista da dignidade operária”, e a partir de 1950 uma “necessidade absoluta da pessoa humana” (Lafargue, 1991 citado por Pinto dos Santos e Moreira, 2008, pp.1); em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama “o direito a disfrutar de tempo livre”; e um conjunto de processos são postos em marcha, todos a contribuir para a redução do tempo de trabalho e, consequentemente, para o aumento considerável do tempo de lazer – menos horas de trabalho diárias, diminuição dos dias de trabalho por semana, menos semanas de trabalho por ano, menos anos de trabalho ao longo da vida (Mendo & Sánchez, 2008, para.42).

A que ficam a dever-se estas transições? Que motivações as explicam? O reconhecimento do direito ao lazer como princípio e liberdade fundamental? A garantia da eficácia do tecido social produtivo e, portanto, uma estratégia de bio poder (Foucault, 1994)? Um setor de mercado que já não podemos dispensar? Provavelmente estas motivações foram evoluindo com, e fizeram evoluir, a definição de lazer. A chegada da Revolução Industrial trouxe, antes da afirmação do direito ao lazer, um aumento da jornada de trabalho que atingiu picos insustentáveis. Progressivamente mais consciente dessa situação, a massa laboral iniciou



movimentos sindicais reivindicativos que acabaram por conduzir à progressiva diminuição do tempo dedicado ao trabalho entre as classes laborais inicialmente, processo que se estendeu depois a toda a sociedade (Mendo & Sánchez, 2008). As classes burguesas, as *exploradoras* dessa mão de obra, *assentiram* provavelmente a este processo ao darem-se conta da impossibilidade de tirar partido de recursos humanos fisicamente esgotados – e o empregador passa a impor o lazer como “obrigação no local de trabalho que, para melhorar a produtividade dos seus funcionários, determina no tempo de emprego, a integração de períodos de atividades de desenvolvimento e de sociabilidade” (Pinto dos Santos & Moreira, 2008, p. 70). A boa surpresa vem com a constatação de que o tempo livre é tempo dedicado a novas formas de consumo – uma consequência oportuna se pensarmos que assistimos, com a industrialização e com a urbanização, à entrada na moderna sociedade de consumo, com salários generalizados, e ofertas de lazer progressivamente mais variadas do ponto de vista espacial (Saez, 2002, citado por Pinto dos Santos & Moreira, 2008).

## **2. A emergência do discurso científico sobre o lazer**

Ao longo deste processo de evolução histórica, social e, sobretudo, económica, o lazer transforma-se num “elemento central da sociedade de consumo contemporânea”; num “atributo do progresso civilizacional”; numa necessidade à qual dedicamos progressivamente maiores recursos para “obter mais, melhor e mais diversificado lazer”; “num produto a que se tem acesso num mercado de relações espaciais intensas (...) que o tornam um bem material de grande relevância socioeconómica” (Pinto dos Santos & Moreira, 2008, p.72). Decorre um período de tempo considerável, porém, até que recolha a atenção do discurso científico, que se dedica globalmente a compreender como é que o fenómeno se tornou, enquanto processo histórico, social e económico, num contributo determinante para a construção da modernidade. Chega mesmo a discutir-se que esse reconhecimento surge algo tardiamente por relação com a expressão que o fenómeno social do lazer já vinha assumindo – Dumazedier & Prost (1966, Pinto dos Santos & Moreira, 2008) afirmam, por exemplo, que a necessidade de uma abordagem científica do lazer tardou a afirmar-se, tendo sido durante muito tempo subestimada pelas Ciências Sociais, enquanto facto civilizacional industrial e urbano.

Desenvolvemos uma pesquisa e revisão bibliográfica extensivas com a intenção de esclarecer os contornos conceptuais e disciplinares desse debate, situando desse modo a origem de algumas das preocupações presentes na investigação empírica que levamos a cabo.

Quadro 1  
Classificação das Definições de Lazer

Classificações Temáticas	Classificações Ideológicas	Classificações Disciplinares
(Mendo & Sanchez, 2008)		
<p><b>Perspetivas Clássicas</b></p> <p>Com origem nos ideais da Rev. Francesa, próximas do ideal de liberdade e do direito ao lazer enquanto manifestação desse ideal; ponto de vista apreciativo sobre o lazer.</p> <p>(Pieper, 1952 citado por Veal, 2004; DeGrazia, 1962 citado por Veal, 2004; Dumazedier, 1966 citado por Mendo &amp; Sanchez, 2008)</p>	<p><b>Perspetivas Marxistas</b></p> <p>(Abordagem coletivista e objetivista do lazer; crítica do lazer como <i>produto burguês</i>)</p>	<p><b>Perspetivas Psicológicas e Psicossociais</b></p> <p>Estudo do lazer na sua relação com variáveis psicológicas e psicossociais como a motivação, o <i>locus de controlo</i>, o <i>coping</i> e o desenvolvimento. Lazer, bem-estar e qualidade de vida. Lazer e liberdade percebida. Lazer como <i>flow</i>. Lazer como experiência subjetiva e como estado da mente.</p> <p>(Csikzentmihaly, 1975, 1988, 1992 citado por Mendo &amp; Sanchez, 2008; Driver &amp; Toucher, 1970 citados por Mendo &amp; Sanchez, 2008; Driver &amp; Brown, 1975 citados por Mendo &amp; Sanchez, 2008; Driver, 1976 citado por Mendo &amp; Sanchez, 2008; Grazia, 1963 citado por Mendo &amp; Sanchez, 2008; Kleiber, Hutchinson &amp; Williams, 2002; Manner &amp; Kleiber, 1997; Pieper, 1962 citado por Mendo &amp; Sanchez, 2008)</p>
<p><b>Perspetivas Económicas</b></p> <p>Refletem a centralidade do tema do trabalho e a necessidade de diferenciação trabalho-lazer inaugurados pela Revolução Industrial. Debate que, embora sujeito a crítica, é presente até hoje fruto da crescente relevância económica do lazer como atividade de consumo.</p> <p>(Dumazedier &amp; Prost, 1966 citados por Pinto dos Santos &amp; Moreira, 2008; Mendo &amp; Sanchez, 2008; Pinto dos Santos e Moreira, 2008; Roberts, 2006)</p>		
<p><b>Perspetivas Críticas</b></p> <p>Desafiam a dicotomia trabalho-lazer, superam a definição económica de lazer e defendem a tónica nas dimensões da liberdade, da expressão e do prazer.</p> <p>(Csikzentmihaly, 1981; Kelly, 1981, 1992; McDonald, Wearing &amp; Ponting, 2007; Pinto dos Santos &amp; Moreira, 2008; Roberts, 2011; Rojek, 2004, 2009; Wilson, 1981)</p>	<p><b>Perspetivas Burguesas</b></p> <p>(Abordagem individualista e liberalista do lazer; o lazer enquanto manifestação de liberdades subjetivas)</p>	<p><b>Perspetivas Sociológicas, Geográficas e Culturais</b></p> <p>Crítica ao <i>psicologismo</i> prevalecente no estudo do lazer. Reconhecimento de que as forças sociais, políticas e económicas influenciam atitudes, necessidades e situações sociais da vida diária que são igualmente determinantes no comportamento de lazer. Estudo do lazer na sua relação com a cultura e, especialmente, na sua relação com a cultura juvenil. Contributos da sociologia do lazer e da sociologia da juventude.</p> <p>(Aguila, Sicila-Camacho &amp; Roberts, 2012; Chicka, 1998; Kelly, 1981, 2009; Machado Pais, 2008, 2010; McDonald &amp; Shildrick, 2007; Pinto dos Santos &amp; Moreira, 2008; Roberts &amp; Parsell, 1994; Wearing, McDonald &amp; Wearing, 2013; Veal, 2001)</p>
<p><b>Perspetivas Integrativas</b></p> <p>Estabelecem um consenso sobre o que é lazer para efeitos da operacionalização do conceito em investigação. Propõem definições de consenso e aproximam-se da dimensão do bem-estar no estudo do lazer.</p> <p>(Lanfant, 1972 citado por Mendo &amp; Sanchez, 2008; Mendo &amp; Sanchez, 2008; Roberts, 2006, 2011; Trenberth, 2005; Trilla, 1989 citado por Mendo &amp; Sánchez, 2008; Veal, 2004)</p>		

Esse exercício pode ser resumido no Quadro 1, que representa de forma estática a nossa proposta de organização das perspectivas sobre o lazer, através de um enfoque em três grandes classificações para as suas definições: *temáticas*, *ideológicas* e *disciplinares*. Existem clarificações adicionais que podem ser desenvolvidas a respeito de cada uma delas, assim como aproximações mais dinâmicas que podem ser assinaladas entre essas definições, as bases ideológicas que as atravessam, e as disciplinas teóricas de base que as propõem.

De um ponto de vista temático, i.e., explorando as definições de lazer existentes na literatura e classificando estas propostas em função das suas convergências do ponto de vista histórico, mas também teórico e conceptual, antecipamos a existência de *perspetivas clássicas*, *perspetivas* com um enfoque nos processos *económicos*, *perspetivas críticas*, e *perspetivas integradoras*.

As perspetivas clássicas sobre o lazer são tributárias dos ideais de liberdade e igualdade disseminados desde a Revolução Francesa. De acordo com estas o direito ao lazer é uma manifestação do ideal de liberdade, já que uma espécie de “condição da alma” ou “estado do ser” só se cumpriria através da experiência do tempo livre (Pieper, 1952 e DeGrazia, 1962 citados por Veal, 2004). Historicamente inauguradas pelos processos (também económicos) postos em marcha com a Revolução Industrial, a perspetiva clássica vai fazer corresponder o lazer à “medida de tempo que equivale, em realidade, a tempo livre” (Mendo & Sánchez, 2008, para.17, tradução livre). Na definição de Dumazedier (1966 citado por Mendo & Sánchez, 2008, para.14): “o ócio é o conjunto de operações a que o indivíduo pode dedicar-se voluntariamente, seja para descansar ou divertir-se, ou para desenvolver desinteressadamente a sua informação ou formação, a sua participação social ou a sua livre capacidade criadora. Isto quando se libertou já das suas obrigações profissionais, familiares e sociais.” (trad. livre)

Estas definições acabam, porém, por encerrar uma posição claramente apreciativa sobre a função e importância pessoal e social do lazer, *prescrevendo* o que entendem por atividades de lazer adequadas à satisfação destes ideais. Estes pressupostos virão a ser criticados por perspetivas subsequentes que lhes apontam a limitação decorrente de uma divisão rígida e artificial entre tempo livre e tempo de trabalho.

Como percebemos pela secção anterior, o aparecimento do trabalho é um dos processos mais centrais na história da civilização, em dois marcos fundamentais – o aparecimento do trabalho agrícola e o aparecimento do trabalho industrial. Desde esse aparecimento formal que os tempos da vida se estruturam quase sempre em seu redor, e consequentemente também os tempos de lazer. A perspetiva económica surge na sequência do aparecimento do trabalho industrial com a Revolução Industrial britânica. Um sem número de

processos são aqui postos em marcha, decorrentes da necessidade de diferenciação trabalho-lazer. Já vimos atrás que as motivações subjacentes à necessidade desta diferenciação podem ser filantrópicas (o imperativo da defesa dos direitos dos trabalhadores na sua saúde física e mental), como podem ser encaradas como estratégias de bio poder (o tempo de lazer como estratégia fundamental para combater a fadiga e melhorar a produtividade), como podem ser encaradas como estratégia económica (no seu tempo livre as classes trabalhadoras dedicam-se sempre a alguma forma de consumo, o que dinamiza o sistema social e económico emergente). Apesar de o capitalismo ter começado por recluir o tempo de lazer, vendo nele uma ameaça ao tempo produtivo, assim que o sistema evolui passa a ver no ócio um “importante ponto de apoio para o interesse económico, já que as massas passam a dispor de uma capacidade temporal suficiente para o consumo” (Mendo & Sanchez, 2008, para.74). As *perspetivas económicas* propõem-se discutir, precisamente, esta última leitura.

É graças a este enfoque na função económica do lazer que o seu reconhecimento como processo social sofre forte impulso. Atividades de lazer entendidas no passado recente como *socialmente danosas*, de que é exemplo o lazer noturno, veem nos nossos dias o seu estatuto normativo reconhecido graças a esta atenção à sua função económica. Um conjunto de definições com este enfoque popularizam-se (Mendo & Sanchez, 2008), e vemos o lazer apresentado como *bem de consumo de primeira necessidade*, como “necessidade de produção traduzida pelo intervalo no tempo de trabalho para se poder atingir melhores rendimentos” (para.20), ou como “indústria organizada (...) ditada pelo valor de mercado” (para.28)

As *perspetivas clássica e económica*, pela sua sustentação numa diferenciação rígida da dicotomização entre trabalho-lazer, vieram a ser, porém, progressivamente sujeitas a crítica. Reunimos esses contributos no Quadro 1 precisamente no conjunto chamado *perspetivas críticas*, na medida em que desafiam a dicotomia trabalho-lazer, propondo uma superação da definição económica que recupera a dimensão da liberdade, rodeada agora pelo subjetivismo da pós-modernidade e pela apologia do direito à expressão e ao prazer. Essa posição é, por exemplo, traduzida por Wilson (1981) quando afirma “entendo ser fútil a procura de uma definição rígida de trabalho ou de lazer. A nossa experiência não cai em categorias rígidas, e há uma postura de lazer que pode ser adotada em relação ao trabalho quando este é prazeroso e energético.” (p.288)

A *perspetiva económica* disseminou toda uma dependência do lazer relativamente à estrutura socioeconómica e às instituições e sistemas sociais. Esse processo encerrou o significado do lazer na sua instrumentalidade, na sua relação com a estratificação social, com a produtividade e com a urbanização (Csikzentmihaly, 1981). No entanto, o lazer é também

uma “atividade não-essencial, opcional, em contraste com as funções necessárias à sobrevivência oferecidas pelas atividades instrumentais.” (idem, p.333, trad. livre). Disciplinarmente mais próximo de uma *perspetiva psicológica*, Csikzentmihaly coloca as atividades expressivas numa etapa ontogenicamente anterior às atividades instrumentais, na medida em que aquelas contribuem para uma avaliação dessas atividades instrumentais (e não o inverso):

Se atendermos ao ciclo de vida de uma pessoa, as experiências encontradas no contexto das atividades expressivas são ontogenicamente anteriores e ajudam a desenvolver um *standard* de qualidade contra o qual são avaliadas as atividades instrumentais. As primeiras experiências de vida de uma pessoa incluem o cuidado (*nurturing*), a alimentação (*nourishing*) e o jogo (*play*). Estas atividades, intrinsecamente compensadoras, estabelecem a referência a partir da qual as outras experiências são comparadas. À medida que uma pessoa amadurece, as experiências mais enriquecedoras continuam a ser encontradas em contextos de lazer expressivo, como jogos, desportos, interações íntimas, atividades artísticas e religiosas (...) que oferecem um critério para a realização pessoal que é um critério *standard* para avaliar o resto da vida. (Csikzentmihaly, 1981, p.333, trad. livre)

E concretiza o seu argumento sobre a subordinação das atividades expressivas às atividades funcionais da seguinte forma:

Enquanto que é possível que algumas atividades tenham uma função puramente expressiva em que as preocupações instrumentais não têm qualquer função - como fazer amor, ouvir música, escalar uma montanha - , é por outro lado difícil de conceber atividades puramente instrumentais em que as pessoas não possam recolher uma experiência de gratificação mínima no momento. Logo, pode argumentar-se que o significado mais básico do trabalho e de outras atividades instrumentais é naturalmente determinado por referência a significados desenvolvidos a partir dos contextos de lazer, e não o inverso. (p.333, trad. livre)

Em suma, o ponto de vista de Csikzentmihaly encerra uma *perspetiva crítica* sobre as *perspetivas clássicas e económicas*, porque ao removerem a gratificação associada ao trabalho e a outras atividades instrumentais, consequência da dicotomização trabalho-lazer operada, estas perspetivas prejudicaram a qualidade de vida:

Quando as pessoas não podem esperar fazer corresponder as recompensas resultantes das suas experiências expressivas ao seu local de trabalho, tendem a depender cada vez mais de atividades não-produtivas por forma a recuperarem esse ingrediente de qualidade perdido das suas vidas. Assim, a vida acaba por inevitavelmente reduzir-se a trabalho sem significado e a lazer sem sentido. (Csikzentmihaly, 1981, p.334, trad. livre)

Outros motivos existem, porém, que obrigam ao questionamento da dicotomia trabalho-lazer. Desde logo porque não existem consensos sobre o que chamar ao tempo que sobra depois de todas as obrigações do quotidiano terem sido satisfeitas, assim como não existe consenso sobre que atividades constituem ou não lazer - “Uma vez que virtualmente qualquer atividade pode ser lazer ou não, é a qualidade e não a forma da atividade que a transforma em lazer.” (Kelly, 1981, p. 305, trad. livre). Assim, é sobretudo a condição de se constituir como experiência livre (Kelly, 1981; Pinto dos Santos e Moreira, 2008; Rojek,

2009) e significativa (Kelly, 1981; Csikzentmihaly, 1981), e não tanto a sua diferenciação por relação com o tempo de trabalho, que define o lazer. Até porque as atividades e contextos do lazer moderno são intermináveis (Kelly, 1981), o que torna a sua delimitação no cotidiano difícil e inoperante:

“Não podemos continuar a ver o lazer como algo anti-quotidiano, em oposição ao trabalho, mas sim como algo complementar a esse trabalho e simultaneamente expressão maior e diferenciadora do tempo individual. (...) A continuidade e a quotidianidade estão na relação trabalho/lazer e torna-se importante saber como se ajusta o ser humano a esta interrelação funcional de duas ou mais esferas de ação que envolvem espaços e tempos tão diferenciados.” (Pinto dos Santos & Moreira, 2008, p.70)

As *perspetivas críticas* afirmam, por fim, que o grande desafio que se levanta ao homem moderno na gestão do lazer é a preservação desse espaço, tempo, e atividades como domínios de uma experiência de liberdade. Num cenário em que as relações lazer-trabalho são não só questionadas como invertidas, o que é suposto fazer-se nos tempos de lazer torna-se o contrário de liberdade, acabando por apresentar-se como formas de trabalho. Apesar de ao lazer ter sempre estado associada a ideia de liberdade, escolha e flexibilidade, ao homem moderno é hoje pedido que seja competente, relevante e credível não só no seu espaço de trabalho, como quando está na companhia dos seus pares, filhos, familiares, ou na sua comunidade (Rojek, 2009). Deste modo, todas as expectativas criadas sobre a sua capacidade de empatizar, apresentar valores socialmente desejáveis, e formas adequadas de autoapresentação acabam por “exigir trabalho, muito dele concentrado em atividades não-laborais, que comprometem a relação tradicional entre lazer e liberdade” (idem, p. 2), e que comprometem a natureza essencialmente livre do lazer. Perante esta *ameaça* de diluição dos fundamentos do lazer há que recordar as suas funções essenciais: promover o bem-estar, manter a procura de consumo, permitir a expressão de identidades. E há que recordar a importância de, no cumprimento dessas funções, as escolhas de lazer se manterem livres e inconsequentes (Roberts, 2006).

Este é um debate conceptual mas é também, e como se depreende, um debate ideológico. É evidente que a necessidade da separação trabalho-lazer, que acaba por traduzir-se na radicalização dessa oposição, nasce com os movimentos laborais inspirados pelo marxismo, que trará sobre o lazer uma perspetiva coletivista e objetivista. Com efeito, o debate ideológico vai impregnar a abordagem científica ao lazer, que se inaugura precisamente pela necessidade de delimitar os dois grandes discursos – o discurso burguês e o discurso marxista. As definições burguesas do lazer caracterizaram-se, de um ponto de vista psicológico, pelo seu subjetivismo - porque o lazer permite a experiência de um estado de liberdade subjetiva; de um ponto de vista sociológico, pelo seu individualismo - porque o

lazer integra uma esfera distinta do coletivo, e se apresenta como uma experiência individual que não depende dos outros; e de um ponto de vista político, pelo seu liberalismo - porque o lazer faz parte da esfera privada, e porque a sociedade não pode determinar como é que o indivíduo decide empregar o tempo que lhe dedica. Já as definições marxistas, que contrastam com a heterogeneidade do entendimento burguês do lazer, põem a tónica na relação entre o tempo livre, a alienação e a patologia, “típicas” das sociedades industriais capitalistas. Apresentam a sua própria definição do que deve ser o tempo livre, ou seja, o tempo que se opõe ao tempo dedicado ao trabalho, conferindo a essa definição um carácter bem mais objetivo, coletivo e planificado, pouco adequado aos desafios da modernidade.

Assim, o que designamos na nossa proposta como *perspetivas integradoras* é uma categoria que traduz o esforço de conciliação de ambas as visões – burguesa e marxista - no sentido de uma moderna *teoria do lazer*, promotora de um consenso sobre a discussão empírica do tema.

De acordo com Lanfant (1972 citado por Mendo & Sánchez, 2008) constituem pontos de consenso: (i) o facto de o tempo livre se diferenciar do tempo de trabalho; (ii) o facto de o tempo livre ser apreendido pelo sujeito como uma *totalidade abstrata*; (iii) o facto de o tempo livre aumentar com o incremento da produtividade; (iv) o facto de o tempo livre evoluir com a autonomia do sistema social; (v) o facto de as atividades típicas do tempo livre serem *atividades livres*; (vi) o facto de o indivíduo ser livremente determinado em função das suas necessidades pessoais; (vii) o facto de as atividades e os valores do tempo livre estarem ligados entre si pelas escolhas individuais, as quais se ordenam livremente; (viii) e o facto de o lazer ser um sistema permutável de valores e escolhas.

As definições de lazer que têm potencial para uma aceitação mais ampla, inclusiva e ajustada a uma operacionalização para a investigação são as que reconhecem que o lazer não pode definir-se como o tempo que não é ocupado pelo trabalho remunerado, nem pelo trabalho não-remunerado, nem pelos afazeres e obrigações pessoais (Veal, 2004; Roberts, 2006); que veem o lazer como “uma atitude, um comportamento, algo que tem lugar durante o tempo livre, em que não importa tanto o que se faz mas sobretudo como se faz – já que independentemente da atividade concreta de que se trate, o lazer é uma forma de utilizar o tempo livre através de uma ocupação livremente eleita e realizada, e cujo desenvolvimento resulta satisfatório ou prazeroso para o indivíduo” (Trilla, 1989 citado por Mendo & Sánchez, 2008, para.16); que é sinónimo de “experiência positiva, motivação intrínseca, autonomia, prazer” (Veal, 2004, p.5, trad. livre). São, desse modo, definições que assumem, também, que esse tempo pode ser empregue em “más” atividades, porventura contestadas e sujeitas a

apreciação moral; mas também em atividades positivas e saudáveis, que nos ajudam a formar-nos como pessoas e a prevenir males sociais comuns (depressão, solidão, isolamento, alcoolismo, dependências, doenças crônicas, etc.) (Mendo & Sánchez, 2008), e que têm um contributo fundamental para o bem-estar (cf. por exemplo Trainor, Delfabbro, Anderson & Winfield, 2010).

A reflexão sobre as perspectivas que têm contribuído para a definição e reflexão sobre o lazer podem ser exploradas, para além do ponto de vista ideológico, também do ponto de vista disciplinar. Globalmente oriundos da esfera das ciências sociais e humanas, esses contributos podem ser agrupados no conjunto das *perspetivas psicológicas e psicossociais* sobre o lazer e no conjunto das *perspetivas sociológicas, geográficas e culturais* sobre o lazer. Esta organização é decorrente da proximidade que alguns conceitos aplicados à análise do lazer apresentam relativamente a esses domínios disciplinares.

Foi no campo da Psicologia, e especialmente da Psicologia Social, que o estudo científico do lazer terá emergido (Mendo & Sánchez, 2008). Um “marco” desta etapa são os trabalhos de Berne em 1964 (Mendo & Sánchez, 2008; Wilson, 1981), que se dedica ao estudo dos jogos e da psicologia das relações humanas, iniciando nesse contexto a investigação psicológica do lazer. Poucos anos depois, em 1969, é fundada a primeira publicação científica – o *Journal of Leisure Research*. Ao longo dos anos 70 aprofunda-se este enfoque psicossocial, com uma aproximação do estudo do lazer aos temas da motivação, da percepção do tempo, do *locus de controlo*, da liberdade percebida (Driver & Toucher, 1970; Driver & Brown, 1975; Driver, 1976; citados por Mendo & Sánchez, 2008). Em 1974, Neulinger (citado por Mendo & Sánchez, 2008) aprofunda a perspetiva psicológica do lazer com um modelo de três fatores – lazer como *tempo livre* numa perspetiva económica; lazer como *atividade*, numa perspetiva sociológica; e lazer como *estado mental*, numa perspetiva psicológica. Este autor tem como contributo central a aproximação do lazer ao tema da qualidade de vida, definindo-o como o “estado da mente produzido pelas experiências ou pelas atividades que se produzem sob a condição de liberdade percebida”. Este estado foi resumido por Csikszentmihaly (1975, 1988, 1992 citado por Mendo & Sánchez, 2008; Csikszentmihaly, 1998 citado por Rojek, 2005) no lazer como *flow*, ou seja, lazer é um momento de experiência ótima em que os sujeitos estão absorvidos de forma intensa e agradável, experienciando uma perda da consciência de si, e que surge quando existe um equilíbrio entre competências e desafios. *Flow* significa ainda, para Csikszentmihaly, que o lazer permite um estado em que o eu social se desvanece, dando oportunidade à expressão de



um eu mais estritamente individual, e em que os problemas têm possibilidade de desvanecer-se, e a percepção do tempo se altera.

Durante os anos 90 consolida-se o estudo da relação entre lazer e bem-estar/qualidade de vida, entre lazer e saúde, e dissemina-se um enfoque no estudo científico do comportamento e da experiência do lazer dos indivíduos em situações sociais. Neste âmbito o estudo do lazer é apresentado como um tema pertinente para o contributo das ciências sociais na promoção da felicidade, saúde e qualidade de vida, mostrando como estes propósitos têm condições de ser atingidos na vida quotidiana (Manner & Kleiber, 1997; Pinto dos Santos & Moreira, 2008; Rojek, 2005; Trenberth, 2005). Estes enfoques apresentam clara aproximação ao momento em que as perspetivas sobre o lazer se tornam mais críticas da dicotomização trabalho-lazer, voltando a exigir o foco na questão da liberdade e inaugurando a aproximação ao tema da expressão. Lazer passa a ser sinónimo de experiência, de estado psicológico, influenciado por variáveis individuais como a motivação ou a personalidade (idem).

Um outro eixo da aproximação mais psicológica e psicossocial ao estudo do lazer é o da relação entre lazer e desenvolvimento humano. Esta perspetiva reconhece que o lazer pode contribuir para o desenvolvimento, saúde e bem-estar do adolescente, porque é um contexto que oferece oportunidade para o desenvolvimento da identidade e da autonomia, promove a experimentação, o desenvolvimento da competência, da iniciativa, promove a saúde física, cognitiva, social, emocional e espiritual, entre outros processos adaptativos (Caldwell & Faulk, 2013). Outro contributo clássico para esta perspetiva é o de Csikzentmihaly (1981). O autor refere que enquanto período de maior vulnerabilidade para a socialização, é durante a adolescência que o ser humano percebe que tem opções em relação “ao tipo de pessoa que deseja ser” (p.335). No entanto, a escolha de um papel adulto é um processo difícil, o que fica a dever-se em grande parte à discrepância vivida entre as atividades expressivas (promovidas pelo lazer), e as atividades instrumentais, socialmente mais estruturadas, a que está associada a vida adulta:

“Para que tenham vontade de crescer, os adolescentes têm de ser convencidos de que é possível disfrutar dos papéis instrumentais. Precisam de modelos adultos que possam mostrar-lhes que ser adulto não implica uma perda total. Infelizmente, as instituições de socialização formal, assim como a maioria dos “adultos responsáveis”, raramente veem necessidade para enfatizar as possibilidades expressivas da vida adulta, tentando interessar os adolescentes apresentando exclusivamente vantagens instrumentais e extrínsecas como resultados escolares, sucesso, perícia, dinheiro e segurança material. Acontece que quem responde a essas recompensas é quem já está socializado na aceitação desses símbolos. E muitos adolescentes não se encontram nesse cenário. Por isso continuam a procurar prova de que é possível ser expressivo, procurando modelos mais velhos que possam mostrar-lhes como crescer sem abdicar do que é significativo nas suas vidas.” (Csikzentmihaly, 1981, p.336, trad. livre)

Esta parece ter sido, então, outra das consequências da dicotomização trabalho-lazer operada pelas perspectivas clássicas e económicas que, ao promover a separação entre as esferas do trabalho e do lazer através do afastamento da satisfação e da gratificação do espaço quotidiano, complicaram a socialização e a entrada do adolescente na vida adulta.

Apesar de, no conjunto destas abordagens, prevalecer um enfoque psicossocial, estas não escapam às críticas sobre as limitações de uma abordagem excessivamente *psicologista* no estudo do lazer (Mendo & Sánchez, 2008; Pinto dos Santos & Moreira, 2008; Rojek, 2005). As *perspetivas psicológicas e psicossociais* acabam por centrar-se (excessivamente) nos processos individuais que rodeiam o lazer, deixando de fora a influência das forças sociais, políticas e económicas sobre as atitudes, necessidades e situações sociais da vida diária das pessoas, e que obrigam a um olhar mais amplo por parte das ciências sociais (Mendo & Sánchez, 2008).

É nesta medida que podemos encontrar alguma especificidade da parte de outras propostas das ciências sociais – *perspetivas sociológicas, geográficas e culturais*. Essa especificidade não se faz tanto pela inovação nos conceitos globalmente chamados a interpretar o lazer, mas antes no olhar disciplinar (supra-individual) com que são interpretados esses processos. Deste modo, se com as *perspetivas psicológicas* vemos o lazer ser interpretado por relação com o seu significado, com variáveis individuais como a personalidade ou a motivação, e por relação com a adolescência como etapa do desenvolvimento, aqui encontramos leituras para o lazer como fenómeno social influenciado pelos papéis e conflitos típicos do nosso sistema social (Kelly, 2009), como um fenómeno experienciado por um ator social, como um comportamento que inclui dimensões do contexto (Kelly, 1981). O significado da experiência de lazer é social porque deriva, precisamente, do prazer nas relações que se estabelecem a partir da atividade em contexto:

“Muitas formas de lazer combinam um significado social essencialmente intrínseco (como a “companhia”), com a satisfação em desenvolver relações com uma base em papéis imediatos. Esse é o caso do casamento, da parentalidade ou das relações de amizade. Esses papéis sociais são integrados no lazer sob a forma de atividades, sob a forma de ambientes e situações, e sob a forma de recursos disponíveis. Todos juntos, estes aspetos oferecem as variáveis a partir das quais se fazem as escolhas de lazer.” (Kelly, 2009, p.307, trad. livre)

Para Kelly (1981) essa dimensão relacional que reforça a leitura social do lazer é ampliada pelo facto de o lazer oferecer oportunidade ao desenvolvimento de relações íntimas, muitas vezes do tipo primário. O lazer está frequentemente no centro dessas relações, quer devido aos espaços que ocupa, quer devido ao aprofundamento e enriquecimento que oferece a essas relações. Não está, portanto, nas margens do sistema social, a ocupar o “tempo que

sobra” - está antes a desempenhar uma função central no sistema social – o que se configura como mais um argumento a adicionar ao leque de objeções das *perspetivas críticas* à dicotomização trabalho-lazer por parte das perspetivas clássicas e económicas.

Para além da proximidade com contextos e relações sociais dos atores sociais, outro argumento que coloca em evidência a natureza sociológica do lazer é o que analisa o fenómeno por relação com a experiência juvenil, enquanto experiência sociocultural. Aqui, e apesar da proximidade com uma análise mais desenvolvimental, encontramos um enfoque afastado da tendência “psicologista” de que falávamos atrás. Essa presença é comprovada pela proximidade que exibem os campos da sociologia do lazer e da sociologia da juventude, de que é exemplo o trabalho de K. Roberts (2011) ou de JR Kelly (1981), e que explora o facto de o lazer se constituir como um valor pós-moderno típico dos jovens e que os coloca, também nesse sentido, em contraste com as gerações mais velhas (Machado Pais, 2010). Complementarmente, a investigação sobre o lazer na sua aproximação à experiência juvenil é, entre outras coisas, oportunidade para a consolidação do estudo sociológico da formação da identidade ao longo da vida (Kelly, 1981).

Para Machado Pais (2008) a proximidade do tema do lazer com as práticas juvenis surge muito através das necessidades da juventude, que “reclamam um sentido de cidadania distinto do que está a ser-lhes oferecido” (p.227). Esta posição reconhece que a cidadania definida no sentido clássico, tributária dos ideais da Revolução Francesa, apela a um universalismo, a uma tendência uniformizadora das identidades e apresenta uma tendência assimiladora que é pouco compatível com o reconhecimento da diferença e da subjetividade de que se alimenta a construção da identidade juvenil. Consequentemente, o *comportamento performativo* dos jovens, expresso no seu uso do corpo (a estética, as tatuagens e as modificações corporais) e outras das suas manifestações culturais podem ser interpretadas como “sinais de ansiedade em relação aos sistemas fechados que turvam o seu futuro” (p.228, trad. livre) – são expressões de formas renovadas de cidadania e de participação cívica que manifestam discordância (*dissent*) em relação a essa definição tradicional de cidadania. Ora os domínios em que essas formas alternativas de cidadania estão a expressar-se são os domínios do lazer, da diversão (*play*) e da cultura. É através da sua participação em ambientes de festa, de que a *rave* é exemplo, que os jovens recuperam essa possibilidade de redefinição da identidade e da cidadania, constituindo-se este processo como um dos que permite a aproximação entre os temas da juventude e do lazer, especialmente do lazer noturno.

A análise do lazer enquanto experiência juvenil tem sido desenvolvida, então, por relação com diversos analisadores – por relação com a questão da cidadania (Machado Pais,

2008); por relação com as questões de classe (Aguila, Sicila-Camacho & Roberts, 2012); por relação com as questões de género e etnia (Marsland, 1982); por relação com a exclusão e a identidade cultural (McDonald & Shildrick, 2007); por relação entre a juventude e outras etapas do ciclo vital. Este conjunto de aproximações ao estudo do lazer justifica uma área disciplinar específica dentro da sociologia – a sociologia do lazer (Kelly, 1981), muito próxima de um outro domínio – a sociologia da juventude. A sociologia do lazer tem-se estruturado, enquanto disciplina, em redor de duas grandes correntes sociológicas – a corrente estrutural e a existencial, a última das quais tributária das teses da interação social (Blumer, 1982) e da Teoria dos Papéis de Parsons. Essas influências são bem traduzidas no facto de as situações de lazer encerrarem expectativas sobre os papéis a desempenhar, ao mesmo tempo que permitem incorporar identidades de papel únicas que o ator social traz para a situação, e significados que emergem no decurso das interações que se estabelecem num evento de lazer; e que propõem a consideração do lazer como um processo que é influenciado pelo conceito de liberdade, mas também de identidade (Kelly, 1981).

Essas influências autorizam concluir que o lazer permite uma manifestação de novas formas de cidadania (Machado Pais, 2008) de que a participação dos jovens em contextos de ócio noturno representa bom exemplo – são eventos de lazer de natureza temporária e situacional, que não implicam compromisso a longo-prazo, sem custo para o ator social, com um desfecho indeterminado, em aberto, de natureza emergente; são abertos à interação, permitem a dramatização de papéis que se constitui como oportunidade para a definição de identidades e o estabelecimento de relações facilmente ‘descartáveis’; encorajam a experimentação e o jogo (*play*), não são sérios e não desafiam papéis normativos (académicos, profissionais ou familiares) (Kelly, 1981). Por todos estes motivos, as situações de lazer em geral (como as define Kelly), e as situações de lazer noturno em particular, encerram boas oportunidades para uma *socialização pelo lazer* - "A socialização pelo lazer é mais do que ir-se envolvendo em atividades novas ao longo do ciclo de vida. É antes a possibilidade de desenvolver definições de si através de atividades que põem o self à prova." (Kelly, 1981, p.315, trad. livre).

A sociologia do lazer tem claramente um contributo a desempenhar no que toca à análise da função do lazer ao longo do ciclo de vida, como transparece dos seus contributos para a interpretação da experiência da juventude e formação da identidade nesta etapa (Kelly, 1981; Machado Pais, 2008). Mas esse não é o seu único enfoque. Crichter, Bramham & Tomlinson (1995) propõem o estudo da relação lazer-família, a relação com as questões de classe, de etnia, e os tipos de ofertas de lazer. Roberts (2006) propõe, para além da questão do

lazer ao longo do ciclo vital, uma organização da disciplina à volta do estudo da evolução lazer-trabalho, da relação com as questões de género, do lazer como experiência, da relação com o consumo, e à luz do contributo para a formação de identidades e estilos de vida. E Rojek (2005) enfatiza a relação com o tema do poder, da regulação social e com as questões espaciais. Apesar destas possibilidades, e das propostas de uma teoria sociológica do lazer com princípios e práticas metodológicas com identidade disciplinar reconhecível (Rojek, 2005), o estudo sociológico do lazer não deixa de apresentar-se como uma forma menor do interesse sociológico (Kelly, 1981), que as outras ciências sociais e humanas como a geografia social, urbana e cultural (Alves, 2010; Mimoso, 1998; Pinto dos Santos & Moreira, 2008), ou a antropologia, apesar da relevância dos seus contributos, não conseguem contrariar.

### **3. Os discursos económico, social e político sobre o lazer noturno urbano**

Ao longo deste capítulo temos estado envolvidos no processo de organizar algumas etapas da evolução do lazer - desde as primeiras comunidades humanas até à sua formalização como fenómeno socialmente relevante sob influência do aparecimento da questão social do trabalho, e até à sua chegada ao discurso científico inaugurando-se como objeto de estudo. Nesse caminho recuámos a processos ancestrais, visto que é muito precoce o aparecimento de comportamentos que ainda hoje fazem parte das manifestações específicas de lazer que nos ocupam neste trabalho – a música e a dança são hoje, como no início da humanidade, elementos centrais de um certo tipo de lazer festivo, ainda que com configurações que foram evoluindo com a cultura. Ora é sobre esse tipo de lazer que queremos a partir deste momento debruçar-nos de forma mais aprofundada. A evolução dos discursos sociais e científicos sobre o lazer deu-se de forma relativamente inespecífica. As perspetivas clássicas reclamaram um direito ao lazer por oposição com o tempo de trabalho sem nos dizerem muito, porém, sobre as formas de lazer a que se dedicavam as primeiras classes trabalhadoras do mundo ocidental. Quando exploramos a literatura científica sobre o lazer ou, mais especificamente, a literatura sociológica que se ocupa genericamente do tema, não encontramos mais do que aportes residuais ao estudo do lazer que tem a noite, a festa e os seus espaços por contexto. Não obstante, uma reflexão sobre algumas das definições e perspetivas que fomos analisando até aqui não deixam dúvidas sobre a extraordinária tipicidade que tem esta forma particular de lazer. Efetivamente, poucos fenómenos encerram, como o lazer noturno, melhor metáfora para a relação com a liberdade, com a experiência ‘inconsequente’, com o prazer, com a possibilidade de formação de identidades juvenis e com a dramatização de papéis

‘descartáveis’, indeterminados, descomprometidos, em espaços temporários, promovedores de experimentação, entre outras características que temos estado a identificar. Mais ainda, o lazer noturno pode constituir-se quase como o ‘elo perdido’ que une as nossas necessidades humanas de lazer, os nossos processos de transição da juventude à idade adulta, aos dos nossos antepassados; que une as nossas manifestações de lazer, as das sociedades do capitalismo avançado, ao ‘proto-lazer’ em que já se envolviam as primeiras comunidades humanas. Essa é, por exemplo, a proposta de Northcote (2006) quando explora a transição da juventude para a idade adulta à luz de ritos de passagem que não são específicos das sociedades industrializadas, e que se baseiam em formas de lazer juvenil que têm na participação em espaços de ócio noturno a possibilidade do cumprimento dessa função. Para o autor, as atividades que têm lugar nos espaços de ócio noturno oferecem, pelo facto de permitirem a exploração do equilíbrio entre formas identitárias independentes que competem entre si, o cenário ideal para a transição da juventude para a idade adulta. Nestes ambientes as normas e valores da vida adulta são suplantados pelo poder das emoções juvenis que se exprimem livremente por influência da música, da dança, da sexualidade, do consumo de álcool e outras SPA, e da estimulação visual. E neste contexto é possível o processo através do qual a relevância do grupo de pares vai dando lugar a uma categoria identitária independente. Ou a proposta de Hutson (1999), a que atrás fazíamos referência, quando descreve a experiência da *rave* em paralelo com o tribalismo e a expressão comunitária dos primeiros grupos humanos.

Existe, seguramente, um vasto conjunto de aspetos que permitem perscrutar a especificidade desta forma de lazer. Um deles encerra, porém, em nosso entender, maior transversalidade. Referimo-nos à característica que está presente, por definição, no fenómeno – um lazer que é noturno e que tem, portanto, a noite por cenário. A oferta de formas de lazer que têm a noite por pano de fundo e a festa por proposta, não é indiferente a processos que podem ser situados nas últimas décadas, e que puseram em marcha “mudanças sociais e técnicas (...) muito significativas no modo como vivemos este espaço-tempo” (Alves, 2010, p.5).

Essas mudanças criaram, na perspetiva de Alves (2010), um cenário em que “dormimos menos horas e com ritmos e horários diferentes dos do passado” (p.5); em que as outrora típicas atividades diurnas passam a estender-se para a esfera noturna, como acontece com um sem-número de atividades laborais, ofertas comerciais, meios de comunicação social, e outros tipos de consumo em geral; em que os horários de trabalho se flexibilizam; em que os períodos de férias se encurtam porque passam a ser repartidos por períodos mais curtos, que

deixam de surtir o efeito de descanso do passado; e em que, em consequência, “se dessincronizam os tempos de vida social e familiar (...) que modificam as relações sociais e os comportamentos individuais e as relações com o território” (p.34). O facto de a vida urbana se basear cada vez menos na “diferenciação entre dia e noite, diversificando-se os ritmos e os modos” (Pinto dos Santos & Moreira, 2008, p.74), teve um grande impulso também a partir do momento em que se “conquistam os espaços públicos pela luz artificial” (idem).

Daqui decorrem um sem número de implicações que acarretam sempre, em certa medida, implicações económicas. Acontece, por exemplo, que o lazer noturno se torna determinante para o turismo, isto porque apesar de a oferta turística começar por ser diurna, apresenta tendência à diversificação, sobretudo a diversificação “da oferta de lazers noturnos como a música, a dança, a festa; depois associados a estadias curtas, a turismo de negócios, a idas a espetáculos, restaurantes e bares; visitas alternativas à cidade”, entre outras (Alves, 2010, p.104). Para além de económicas, estas implicações são também sociais, estendendo-se inclusive à forma como definimos matrizes tão estruturantes do nosso quotidiano como é a delimitação entre *noite* e *dia* – o lazer noturno opera uma transformação tão expressiva na definição do que são horários habitáveis do quotidiano, agora claramente expandidos, que complexifica a própria definição do que é a noite, do que são os seus limites: “A noite pode ser definida em função da diminuição da intensidade das atividades económicas e das relações da vida social no espaço público e pelo crescimento das funções que se orientam para a esfera privada. (...) Mas há áreas nas grandes cidades que só ganham vida depois da meia-noite, quando começam a chegar os clientes das discotecas e dos bares.” (Alves, 2010, p.44)

Na perspetiva de Gwiazdinski (2012), a cidade é desafiada, por via do ócio noturno urbano, também na sua definição do tempo. Como referem Pinto dos Santos e Moreira (2008, pp.74), “a noite, realidade temporal de duração cósmica variável, cujo carácter obscuro levou a que fosse conotada como um tempo de repouso, de recato, de vinculação ao espaço privado, deixa de se contrapor ao dia como tempo de ação, de obrigação, envolvendo o espaço público, e passando a assumir-se como um tempo e um espaço com dinamismo próprio e, de igual forma, com uma expressão pública relevante”. Logo, podemos também nesta perspetiva assumir o lazer noturno como fator desencadeador desse ganho de expressão pública.

Existem, então, grande número de dimensões de impacto sobre a organização e a dinâmica urbanas que são consequência do lazer noturno. Ao ocupar o centro e outros territórios urbanos em momentos que desafiam as convenções sobre a estrutura das atividades sociais e económicas, o lazer noturno cria oportunidade para o encontro de população proveniente de muitos lugares – “estes indivíduos podem pertencer, em termos de residência

ou de trabalho, às periferias urbanas ou a áreas rurais mas, em termos de lazer, recreio e cultura, pertencem ao centro da cidade” (Alves, 2010, p.81). Essa população encerra, do ponto de vista da sua origem cultural e social, uma diversidade de contrastes que enriquecem a cena urbana, espalhando-se em nichos ou de forma mais indiferenciada – “A noite e os centros das cidades são uma espécie de mosaico onde se justapõem várias tribos, seitas e castas, com os seus espaços específicos, que até podem misturar-se nalguns espaços públicos, mas com uma segregação muito acentuada nos espaços privados” (idem, p.81). Na perspectiva de Pinto dos Santos e Moreira (2008) a noite encerra oportunidade para a expressão de outros “tempos, espaços e modos” (p.74), frequentemente em contraste com as sociabilidades, esferas de ação e intervenientes típicos do período do dia.

Do ponto de vista social e etário parece existir uma clara predominância de faixas mais jovens e jovens adultas, que vivem “sem constrangimentos familiares, (...) que assumem compromissos familiares cada vez mais tarde, (...) que estão livres de encargos por permanecerem mais tempo em casa dos pais, e até mais tarde nas suas vidas” (idem, p.88); ou, como dizem Espinasse e Buhagiar (2004, citados por Alves, 2010), “Os adultos jovens com emprego e sem constrangimentos familiares, quer em termos de tempo, quer em termos económicos, são os principais consumidores das atividades de lazer e recreio associados à noite” (p.88).

Essa dinâmica urbana noturna promove, necessariamente, os tipos de oferta que, do ponto de vista do consumo, vão de encontro à ocupação do tempo livre, mesmo que tal implique a “mercantilização da transgressão e da marginalidade”, transformados agora em bens de consumo mais *underground* ou *avant-garde* (Alves, 2010). Essa oferta cumpre a função de permitir a “libertação das rotinas que marcam os dias, a transgressão, a subversão das normas de comportamento, a busca do prazer, da emoção, da excitação.” (Pinto dos Santos & Moreira, 2008, p.74); essa atividade cria, no “quotidiano da população urbana (...), os tempos, os espaços e os modos que permitem a fuga à rotina e a gratificação pelo trabalho alienado ou pelas tarefas obrigatórias do dia-a-dia” (Pinto dos Santos & Moreira, 2008, p. 75). Mas neste contexto, os tipos de oferta *alternativa* no espaço urbano não resistem a processos de *mainstreamização* – muito por ação da participação juvenil, e por todo o interesse que reúne este grupo social enquanto grupo de consumo, a tendência à uniformização da oferta é incontornável e visível através de processos que têm que ver com a produção de oferta de lazer, com a regulação dessa oferta, e com as oportunidades de consumo que essa oferta encerra (Chatterton & Hollands, 2002).



A consciência alargada sobre estas novas possibilidades chega necessariamente aos políticos e às políticas urbanas, que com as suas decisões aproveitam estes processos apostando na *vivificação estratégica da noite urbana* (Alves, 2010) e na exploração do seu potencial económico. Até porque o lazer noturno e a ocupação do espaço noturno em geral, representam não só oportunidade de investimento e desenvolvimento económico, como recurso de dinamização do capital cultural – “A noite dá significado não só ao valor imobiliário, mas também ao capital cultural representado pelos centros históricos recuperados pelos urbanistas, recriando-os como sítios de uma nova *urbanidade* centrada em torno do lazer” (Lovatt & O’Connor, 1995 citados por Pinto dos Santos & Moreira, 2008, p.75).

O lazer noturno apresenta-se, em suma, como uma possibilidade, em primeiro lugar, tecnológica e civilizacional – o espaço noturno passa a estar disponível com outras configurações a partir do momento em que a luz artificial invade o espaço público. Em segundo lugar, é um facto económico – a iluminação como novo recurso permite o alargamento das atividades primeiro laborais, e depois de lazer, que tiram partido desse espaço assim reconquistado. E existem alguns grupos sociais que, na modernidade, apresentam estilos de vida que são os que melhor se adequam ao aproveitamento desse espaço como espaço de lazer. Esse facto económico assume, finalmente, tamanha expressão que acaba por se constituir também como facto político – na consequência da relevância do investimento financeiro de que é alvo a atividade urbana noturna, e para garantir a sua acomodação e rentabilidade, a gestão pública permite e incentiva o alargamento das atividades de lazer noturno urbano (Alves, 2010). Não será então fruto do acaso que muitas das análises sociológicas, antropológicas ou criminológicas acabem por refletir a dimensão que têm os processos económicos na produção do fenómeno do lazer noturno e suas consequências, e de popularizar a expressão de origem britânica *night-time economy* para designar globalmente as atividades de lazer noturno que têm lugar no espaço urbano (Bellis & Hughes, 2005; Hadfield, 2011; Hadfield, Lystor & Traynor, 2009). Reconhecida a centralidade destes processos, vejamos agora como se transferem para a esfera do discurso científico.

#### **4. Os discursos científicos sobre o lazer noturno urbano e o fenómeno da festa**

De que forma foram evoluindo os discursos científicos sobre o lazer noturno urbano? Terão estes acompanhado a progressiva expansão do fenómeno como atividade social e económica de relevo? Que acontecimentos específicos da história do lazer noturno influenciaram a produção de discurso científico? Que disciplinas produzem esse discurso?

Enquanto objeto de estudo científico, o lazer noturno urbano parece constituir-se como domínio pouco explorado (Pinto dos Santos & Moreira, 2008). Se tivéssemos de usar um critério epistemológico para caracterizá-lo diríamos ser um campo que se encontra, para usar a linguagem de Th. Kuhn, na *fase das escolas* – ou seja, naquela etapa desorganizada e pré-científica que antecede a formação da ciência propriamente dita, e que é anterior ao aparecimento dos modelos que permitem interpretar um grande número de factos sob condições coerentes, que Kuhn designou por *paradigma* (Kuhn, 1962)<sup>1</sup>. É assim que interpretamos a grande proliferação de olhares e contributos que se debruçam sobre o fenómeno central do lazer noturno e sobre os epifenómenos que nele têm lugar. São contributos provenientes, efetivamente, de uma enorme variedade de campos disciplinares e discursivos – da sociologia (Pinto dos Santos & Moreira, 2012; Rodrigues, 2012; Teixeira Lopes, 2000); da economia (Bellis & Hughes, 2005; Hadfield, 2011; Hadfield, Lyster & Traynor, 2009); da geografia social (Alves, 2010; Mimoso, 1998; Chatterton & Hollands, 2003); da criminologia (Castro & Agra, 2007; Forsyth, 2009; Hadfield, Lyster & Traynor, 2009; Recasens, 2007); do jornalismo (Collin, 1997); da antropologia (Duff, 2003; Gourley, 2004); dos estudos religiosos (Sylvan, 2013); da epidemiologia (Balsa, 2005; Calafat et al, 2011); das neurociências (Brown & Parsons, 2008); em menor medida, também da psicologia (Bogt, Engels & Duban, 2006; Bogt & Engels, 2004). Esta diversidade (leia-se desorganização), embora rica e prolífera, tem inúmeras consequências: carece de coerência teórica, complicando severamente o exercício de delimitação de um campo teórico a partir do qual enquadrar um problema de investigação; falha em proporcionar escolhas coerentes na identificação dos fenómenos a explicar, ou nas metodologias a usar na produção de conhecimento; assim como resulta bastante aleatória a escolha das teorias consolidadas por referência às quais devem ser discutidos novos contributos. A consequência (assumiríamos mais positiva) deste cenário é que o investigador pode assim reclamar-se uma grande autonomia na realização destas opções.

A desorganização deste domínio como campo científico não ensombra o facto de o lazer noturno se constituir como um fenómeno social de relevância crescente ao longo da modernidade e até aos nossos dias, crescimento esse que se deu de forma global e em muitos sentidos uniforme, independentemente do contexto geográfico que o viu desenvolver-se:

---

<sup>1</sup> Já genericamente a respeito do campo de estudos do lazer, parece ser consensual a constatação de que se encontra, do ponto de vista epistemológico, na fase de procura de um novo paradigma ou, na linguagem Kuhniana, num período de *crise* (Henderson, 2010).

“Apesar de as descrições destes eventos poderem parecer estranhas e invulgares a quem nunca participou numa *rave*, efetivamente milhares de pessoas se envolvem regularmente nestas atividades a cada fim de semana em muitos locais de todo o planeta. Desde meados/finais dos anos 80 que as *raves* e toda a cultura em seu redor se tornaram um fenómeno global gigantesco, com enorme impacto não só nas vidas das pessoas neles diretamente envolvidas, mas também em muitos aspetos da cultura popular *mainstream*.” (Sylvan, 2013, p.8, trad. livre)

Existem algumas garantias sobre a consistência deste argumento. O lazer noturno e os fenómenos que engloba, independentemente da sua configuração (a festa de música electrónica, a cultura *rave*, a oferta das grandes discotecas urbanas, dos festivais de verão mais *mainstream* ou mais alternativos, etc.) é um fenómeno global, ou seja, independentemente do ponto do globo em que nos situemos, de um ou outro lado do Atlântico, acima ou abaixo do Equador, algo acontece nestes ambientes que obedece a traços relativamente estáveis e comuns, que obedece a uma certa *uniformidade*, e que vai de encontro com a enorme capacidade do fenómeno em acomodar diferenças – “A cultura do ecstasy e do movimento *acid house* funcionam de acordo com uma lógica inclusiva. Não existe uma ideologia dominante – há um sem número de possibilidades que cada um pode adaptar para definir a sua própria identidade, background, estatuto social, e sistema de crenças.” (Collin, 1997, p.8). U. Hannerz (1980) explica porquê. É possível, na atualidade, uma “cultura mundial” que “não é uma repetição do uniforme, mas antes uma organização da diversidade, uma crescente interconexão das culturas locais que não está ancorada num território concreto” (p.165, trad. livre). Por este motivo, e apesar de ser ainda um fenómeno emergente, difundido a partir de geografias por vezes tão distantes e específicas (Ibiza, o Reino Unido, os EUA, o Sul da Europa, a Austrália, ...), a cultura de dança se disseminou tão rapidamente e de forma tão hegemónica. E por isso os seus traços subculturais iniciais se foram diluindo progressivamente na oferta urbana *mainstreamizada* que podemos tão facilmente encontrar hoje em dia. Uma popularidade que tem explicação: “a rápida disseminação da cultura do ecstasy e do movimento *acid house* deu-se porque foi a melhor forma de diversão disponível no mercado, em que diferentes tecnologias (musical, química e informática) se combinaram para produzir estados alterados de consciência, produzindo também transformações na forma como as pessoas sentem, agem e vivem” (Collin, 1997, p.7)

Não restam, então, quaisquer dúvidas sobre a materialidade e a universalidade do fenómeno que nos ocupa, a despeito das dificuldades que se levantam ao seu mapeamento epistemológico. Desenvolvendo esforços para clarificar esse território, parece poder dizer-se que do interesse genérico das ciências humanas pelo estudo do lazer (nas perspetivas da sociologia, antropologia, psicossociologia) como revimos em secções anteriores, surge um

campo de estudos de delimitação pouco reconhecida, pouco disseminada, referida na literatura anglo-saxónica como os *club studies* (Measham & Moore citados por Sanders, 2006; Measham & Hadfield, 2009). Vamos apresentá-los aqui como um ramo dos estudos de lazer e dos estudos culturais que tem procurado trazer compreensão sociológica, antropológica, criminológica ao fenómeno da festa nas suas diversas manifestações. Esse foco faz-se por via da eleição de diversos fenómenos como pretexto para a análise científica – ora o tema das subculturas e sua evolução (cf por e.g. Carvalho, 2007; Readhead, 1997; Thornton & Gelder, 1996), na tradição dos estudos culturais e da *resistência através dos rituais* da Escola de Birmingham (Hall & Jefferson, 1975); ora o tema da música electrónica (cf por e.g. Collin, 1997; Lyttle & Montagne, 1992; Shapiro, 1999); ora o tema dos usos de substâncias convocados por esses novos espaços, seus públicos e suas características culturais (Collin, 1997; Shiner & Newburn, 1999; Mignon, 1991; Eisner, 1994; Shapiro, 1999; Lyttle & Montagne, 1992); ou, o mais das vezes, pelo conjunto destes três.

Há, depois, uma narrativa em redor de alguns acontecimentos, uma certa história partilhada, que é quase sempre evocada como o ponto de partida destes estudos. O prisma da música ajuda a situar o debate. Se cronologicamente podemos situar o arranque nos anos 60 e 70, já o critério do gosto musical puxa a discussão para outras nuances no caminho comum que é a popularização da festa como pretexto para a difusão do lazer noturno – o movimento psicadélico saído dos grandes *outdoors* dos anos 60, por um lado; o *disco sound* dos anos 70 nos EUA, por outro. Sempre critérios não totalmente aleatórios, embora próximos disso. A música electrónica de dança encontra raízes em praticamente todos os géneros de música não-erudita (ou popular) da segunda metade do séc. XX – no jazz, no rock’n’roll, na pop, no rhythm’n’blues (Carvalho, 2007). Deste conjunto de influências, porém, aconteceu que o *disco sound* se popularizou a partir dos espaços que lhe emprestaram a origem do nome – nas discotecas, inicialmente dirigidas à população homossexual nova-iorquina, primordialmente de origem latina e afro-americana, em que o género se ouvia e, sobretudo, se dançava (Sylvan, 2013). O *disco sound* populariza-se tanto que se transforma numa moda chique, que interessa a ricos e famosos, que é pretexto para a abertura de novas grandes discotecas. Este género *dançável* caracterizava-se por ser repetitivo, insistente, com uma batida maquinal, suportado nas possibilidades da tecnologia sonora emergente, e em música gravada, selecionada e misturada por um *disc jockey* que “oferecia uma banda sonora contínua à multidão assegurando a ausência de interrupções na energia assim criada na pista” (Sylvan, 2013, p.19, trad. livre).

Depois de um pico de popularidade, o “*disco* retira-se do *mainstream* de volta à sua subcultura original” (idem, p.19). Mas as suas características musicais e tecnológicas centrais continuam a desenvolver-se para dar lugar às grandes discotecas dos anos 80, agora capazes de sonoridades altamente amplificadas, e assistindo aos contributos de DJ’s mais criativos. É este o contexto do aparecimento do *house*, o primeiro género reconhecível de música electrónica de dança (idem). Num trabalho anterior dissemos por que, em nosso entender, *house* e *techno* (outra das primeiras variantes da música electrónica) se constituíam como géneros fundadores da música electrónica de dança (Carvalho, 2007). Aqui repetiremos, talvez, que a sua relevância advém do facto de ultrapassarem em muito o seu significado como formas musicais e artísticas, para se abrirem como pretextos à reflexão sobre o seu papel social, com relação com ideologias e estilos de vida dos seus atores sociais, e das opções destes do ponto de vista estético, cultural e do lazer.

Assim, desde o início que o *house* surgiu como “uma sonoridade de interior, adequada ao contexto do clube urbano, seus atores e suas sociabilidades, (...) o que vincula o género ao espaço fixo e fechado do clube ou do pavilhão que se assumirá como o seu contexto de eleição” (Grynszpan, 1999); surgindo, desde o início, como um estilo de música mas também como um tipo de clube noturno em que a *ecstasy* era ingerida e um tipo de música era tocado (Lyttle & Montagne, 1992). Já o *techno* com o seu apelo à perturbação direta da ordem social (Grynszpan, 1999), “assiste à emergência de uma nova estrutura de lazer, de uma nova forma de fazer a festa – a *rave* -, reveladora de como a associação entre um género musical e uma manifestação de lazer é, também nas expressões mais recentes das subculturas juvenis como o *trance*, uma constante.” (Carvalho, 2007, p.134). Ou seja, quando emergem e se disseminam os primeiros géneros de música electrónica de dança, essa difusão faz-se desde logo a partir da sua ancoragem a espaços e ambientes físicos e sociais bastante específicos.

O roteiro geográfico que permite situar o aparecimento inicial do movimento pode situar-se de um ou de outro lado do Atlântico, mas é quase sempre anglo-saxónico. Sylvan (2013) faz o percurso em terras norte-americanas como atrás descrevíamos. Lyttle e Montagne (1992) partem do Reino Unido como ponto de referência – “Uma primeira versão do *disco sound* e do *rock psicadélico* sob as suas formas dançáveis surgiu pela primeira vez em larga escala no início do ano de 1988 em Manchester, no norte de Inglaterra, em Londres, e na Escócia. Aparecendo depois na cidade de Nova Iorque e em Dallas, Texas, mais tarde nesse mesmo ano” (p. 1161, trad. livre). Eisner (1994) transporta-se para 1987 e para as festas em Ibiza organizadas a pensar nos jovens britânicos das classes operárias.

O que pretendemos reter desta incursão pela origem da música electrónica de dança é que a música é, precisamente, um dos eixos fundadores do lazer noturno urbano. E que quando começa a delimitar-se de forma mais independente dos géneros fundadores originais, esse recorte assume, desde cedo, um critério espacial – ou seja, a procura de uma configuração que responda à necessidade de fazer caber o fenómeno num espaço com características ambientais adequadas à sua plena expressão, independentemente de nos reportarmos à discoteca urbana, ou à grande *rave* em *outdoors*.

Depois da música existe, como também anunciávamos, o eixo de análise em redor dos usos das drogas que melhor se adequam à vivência destes espaços e à amplificação da experiência que oferecem, e que é outro dos pretextos principais que reclamam os *club studies* para a análise do fenómeno da festa: “Como é que um fenómeno social que envolve o uso de drogas como componente ritual ou ideológica, ainda que essa componente não seja o desencadeador do fenómeno, se desenvolve na sociedade? Quando e porquê são as drogas envolvidas em alguns fenómenos subculturais? Que papel jogam os criadores do fenómeno, os profissionais da saúde pública, os *mass media*, e o governo na sua exacerbação ou na diminuição dos efeitos associados com esse uso de drogas?” (Lyttle & Montagne, 1992, pp.1160; trad. livre)

Com estas interrogações Lyttle e Montagne (1992) situam o debate. Encontram diversas evidências da centralidade das drogas no desenvolvimento do lazer noturno associado à música electrónica de dança. Apontam as referências às drogas nos títulos e nas letras dos temas e álbuns musicais que “ênfatizam de forma específica a relação entre a música, o ambiente dos clubes noturnos e o uso de drogas, com diversas referências a estados de transe e à perda de controlo sobre o corpo.” (p.1164). Apontam a relação privilegiada com substâncias específicas, como a MDMA e o LSD, cedo amplificadas pelos media. Apontam a função desses produtos, “drogas energizantes para serem usadas num *setting* de socialização” (idem, p.1167). Tudo isto apesar da dificuldade em esclarecer a relação entre estes fenómenos de um ponto de vista estritamente epidemiológico.

Eisner (1994) e Crichter (2000) destacam o clima que se fazia sentir nas origens do movimento *rave*, com a camaradagem e o convívio pacífico entre membros de diferentes grupos étnicos, sociais e económicos, estimulado pelo uso de substâncias conhecidas pelo seu potencial empatogénico, e que contrariava abertamente a rígida estratificação social britânica. Descrevem como, com o crescimento da popularidade das *raves*, cresce também o consumo de SPA ilícitas, com várias consequências: os primeiros relatos de uso abusivo; a criminalização (com o *Criminal Justice Act* de 1994 e o *Public Order Act*) implementada

pelos Governos Thatcher – uma criminalização não só da ecstasy como da forma de lazer noturno que lhe estava associada – a *rave*; a diminuição da qualidade do produto circulante no mercado; os primeiros episódios de morte – mais associados às condições ambientais do uso do que às propriedades farmacológicas das substâncias; a exploração do movimento pela indústria do lazer noturno; toda a amplificação mediática em redor destes acontecimentos. Percurso idêntico é percorrido por Gamella e Roldán (1999) quando descrevem os fatores de êxito da ecstasy, emparelhando-a com a cultura de dança e com a festa, analisando diferentes cenas de uso que correspondem a distintos cenários de lazer noturno. Em suma, percebemos como um conjunto de inovações na música, na dança e nas drogas foram acomodadas de forma amplamente negativa pelos media, pela política e pelos governos.

Os usos de álcool e drogas demarcam-se, então, e a par da música electrónica de dança, como o outro eixo fundador do lazer noturno urbano. Ambos formam a festa, de que a *rave* é a expressão mais rica, recuperando a relação com o tribalismo de que já nos ocupamos; facilitando a passagem da adolescência para a idade adulta porque permite, à semelhança dos ritos ancestrais, satisfazer nos jovens a “necessidade de se ouvirem, de dançarem as suas danças, de cantarem os seus cânticos, de tomarem as suas drogas, e terem as suas visões” (Eisner, 1994, p.17). É porque oferecem o terreno para novas formas de espiritualidade e religião (Sylvan, 2013) que se populariza a sua ideologia - “Sentimentos utópicos emergentes do calor e do pico da experiência da *rave* acabam eventualmente por ser articulados para formar o início de uma ideologia coerente, simbolizada pelo acrónimo *PLUR* – que significa *peace, love, unity, respect*. Ideais partilhados pelos milhares de jovens que frequentam as *raves*” (p.26). E a festa pode, assim, começar a ser reconhecida por um conjunto de traços razoavelmente estáveis, razoavelmente reconhecidos, pelos que nela participam devotamente, pelos que a procuram pelo seu interesse enquanto fenómeno psicossocial, económico, político.

Adotamos a sistematização de Sylvan (2013) sobre essas características centrais.

i) A festa é uma combinação entre o sagrado e o secular, apresenta frequentemente uma orientação espiritual que atinge um pico na experiência de contacto com o *dancefloor* e pode inclusive apresentar muitos elementos que se equiparam aos elementos cerimoniais na sua estrutura e decoração; pode por isso mesmo constituir-se como oportunidade de conexão com o divino.

ii) A festa é uma forma de expressão artística, que combina diversas formas de arte, especialmente a música, a dança e as artes visuais.

iii) A festa é uma expressão da cultura popular que acontece em muitas geografias do globo. Não é um fenómeno de elites ou de privilegiados. É um fenómeno democrático, livre e inclusivo.

iv) A festa valoriza a experiência, mais do que o conteúdo. Desde logo pelos potentes estados alterados de consciência que os seus participantes frequentemente procuram, amplificados não só pelas substâncias ingeridas como pelas características da música e do ambiente.

v) A festa atribui importância central ao corpo, já que é o corpo o veículo dos estados alterados de consciência agora mesmo referidos; e é o corpo o veículo da experiência espiritual que pode acontecer através da dança e da música no *dancefloor*.

vi) A festa usa as tecnologias digitais, o multimédia, as formas de comunicação globalizadas. Tira partido destes recursos pelo potencial que encerram de amplificar e intensificar a experiência.

vii) A festa tem uma essência pós-moderna, híbrida, é um mosaico de influências culturais, religiosas, históricas, “apropriando-se seletivamente de elementos dessas várias tradições, transportando-os para contextos culturais completamente diferentes, e combinando-os por forma a servir o seu próprio propósito, distinto do propósito original em que esses elementos foram criados.” (Sylvan, 2013, p.12)

Diríamos, ainda, que a universalidade da festa, a forma simplificada como estamos a referir-nos ao lazer noturno que hoje encontramos em qualquer grande cidade do mundo, advém não só do seu carácter transgeográfico, global, capaz de replicar os traços resumidos independentemente do ponto do globo em que se manifesta, como também do facto de estes processos poderem surgir numa grande variedade de ambientes físicos e sociais – desde os armazéns urbanos abandonados que alojam eventos ilegais de grande escala, aos eventos de circuito mais comercial, aos pequenos bares e discotecas urbanos, aos eventos em ambiente natural *outdoors*, aos festivais de verão mais *underground* ou mais *mainstream*.

## **5. O lazer noturno urbano como problema social, sanitário e criminológico**

Com a secção anterior quisemos reunir um conjunto de evidências que permitem demonstrar que o fenómeno do lazer noturno pode, apesar do seu estatuto epistemologicamente incipiente, constituir-se como objeto de estudo científico. Essa evidência foi reunida a partir de quatro argumentos principais: o facto de grande número de áreas disciplinares produzirem discurso científico sobre o lazer noturno; o facto de o fenómeno se revestir, e apesar da sua capacidade para acomodar contrastes e características



culturalmente muito diversas e de se manifestar em contextos geográficos disseminados por todo o globo, de uma considerável estabilidade e universalidade nas suas dimensões centrais; o facto de serem identificáveis algumas linhas de reflexão que são recorrentemente chamadas a oferecer o pretexto para a sua análise; e finalmente o facto de serem igualmente reconhecíveis alguns acontecimentos fundadores na história recente da cultura ocidental que formam uma narrativa partilhada que pode ser evocada como o momento fundador (ainda que plural) do fenómeno.

Nesta próxima etapa continuamos a organizar o discurso científico produzido em redor do lazer noturno, mas colocando em evidência uma outra etapa da sua evolução. Alguns contributos revistos na secção anterior já foram apontando a dificuldade com que os dispositivos do controlo social e os discursos mediáticos foram lidando com a crescente popularidade que atingiram algumas formas de lazer noturno ao longo dos anos 90 (Crichter, 2000; Eisner, 1994). Assim, parece-nos fundamental neste momento a apresentação do debate que vai contribuir para a delimitação do lazer noturno como um problema social, sanitário e criminológico, e que foi o pretexto para a proliferação dos discursos científicos focados na relação do lazer noturno com o risco em geral e com o consumo de álcool e drogas em particular; mas também com a desordem, com a violência e com a exclusão social.

A emergência dessa dimensão problemática seria de esperar, decorrente que é do clima assumidamente diverso, ao nível cultural, ideológico, social, étário,... que está presente na festa – “A noite na cidade é composta por alteridades que se manifestam de forma mais ou menos clara ou contraditória, que formam um mosaico espaço-temporal que se tenta apreender (...) e que produz dialéticas de inclusão/exclusão, de colonização/cosmopolitismo” (Rodrigues, 2012, p.1, trad. livre). Pinto dos Santos & Moreira (2008, p.35) apresentam precisamente a mesma expectativa:

Estas encruzilhadas de pessoas buscando o espaço e os modos certos para o seu tempo de lazer, fugindo à rotina e procurando a aventura ocasionam problemas. A *economia da noite* provoca conflitos entre atividades de lazer e outras funcionalidades urbanas, sendo o ruído, o crime, o comportamento antissocial, algumas das situações que motivam a confrontação. A conquista da noite faz-se, por isso, através da animação noturna, da busca de prazer, mas, também, através da promoção da segurança e controlo. (...) Como é óbvio, muitos lazes envolvem riscos para as pessoas que os praticam, para parceiros e para o ambiente. Não se propõe aqui que se o risco existe não existe lazer. De facto, o prazer está relacionado com níveis de adrenalina cada vez mais elevados e intensidades cardíacas crescentes, de forma a criar novas sensações a quem participa e a permitir uma sensação de fuga às rotinas e às obrigações. (p.35)

Em consequência de alojar a festa, de com ela beneficiar do ponto de vista urbanístico, económico, social, e a tantos outros níveis, a cidade torna-se “locus de consumo e transgressão” (Measham, 2004, p.1). Acaba por ser inevitável a intervenção dos poderes

públicos que contribui, num efeito já sobejamente descrito pela criminologia e pelo estudo dos comportamentos desviantes, para a sua amplificação – reforçam-se a presença policial e as iniciativas governamentais para reduzir a desordem; modificam-se os padrões de uso de álcool e outras substâncias, agora em *poliuso*, em *binge-drinking*, associados a inúmeras variáveis (preços, acessibilidade, disponibilidade, subculturas...); atua-se *a quente* em reação a supostas mortes relacionadas com o consumo desprezando-se variáveis ambientais que explicam esses episódios críticos (Measham, 2004). Ao mesmo tempo, e porque os poderes públicos não podem já dispensar o aporte económico que representa este sector de mercado para a cidade, liberaliza-se o licenciamento de atividades de lazer noturno, em plena consciência de que ao proceder deste modo se promove também a liberalização do álcool e se promovem riscos associados a esta dinâmica (Measham, 2004), cuja contenção e redução não beneficiam da mesma atenção que é posta na promoção do lazer.

É neste contexto que o grande tema do risco chega aos discursos sobre o lazer noturno, estimulando a esmagadora maioria dos esforços de investigação científica que têm, de forma mais central ou secundária, e desde um passado muito recente e até à atualidade, os ambientes recreativos noturnos e o fenómeno da festa por pretexto. Em suma, o risco e o lazer noturno tornam-se um tema prolífero, a motivar extensa produção científica. Vamos aqui abordá-la de forma sintética, organizando-a em alguns níveis de análise que nos parecem mais pregnantes: (i) a investigação científica destinada a descrever (e menos frequentemente a compreender) a associação genérica entre o risco e o lazer noturno; (ii) a investigação científica destinada a descrever e a compreender a relação específica entre os riscos associados uso de SPA e o lazer noturno; (iii) e a investigação científica, assim como os documentos oficiais, que se destinam a formalizar as necessidades, objetivos e estratégias de intervenção entendidas como adequadas para lidar com o par risco – lazer noturno.

O primeiro nível de análise procura, como dizíamos, descrever a associação genérica entre risco e lazer noturno. Essa abordagem é primordialmente epidemiológica e foca um enorme *cluster* de fenómenos que materializam a presença do risco nestes contextos – não só o uso de SPA ilícitas (Calafat, Blay, Juan, Adrover, Bellis, Hughes, ... Bohrn, 2009), como também o uso do álcool e a embriaguez (Calafat et al, 2009), a violência (Schnitzer, Bellis, Anderson, Hughes, Calafat, Juan & Kokkevi, 2010), a desordem, o risco rodoviário (Calafat et al, 2009), questões de género (Schnitzer et al, 2010), entre outros. Procura descrever-se quem são estes públicos, que comportamentos exibem, que condições fazem variar esses comportamentos, qual a sua frequência e intensidade, que consequências deles advêm.

O melhor exemplo deste esforço é protagonizado pelo grupo europeu IREFREA -

*Instituto Europeo de Estudios en Prevención.* Desde finais dos anos 80 e até ao presente, esta rede europeia, apresentada como “uma das redes profissionais mais antigas no campo da prevenção do consumo de drogas” ([www.irefrea.org](http://www.irefrea.org)), elegeu o lazer noturno como sua preocupação central. O grupo funciona como uma rede de parcerias num número crescente de cidades europeias, que contribuem de forma articulada para a recolha de dados sobre a realidade do ócio noturno e seus riscos, investindo assim num esforço que é simultaneamente local e global. A atividade do grupo tem sido tão consistente que os seus dinamizadores se tornaram figuras ativas de todos os grandes fóruns de debate internacional, científico e de decisão política no campo das drogas e da juventude. Essa lógica comparativa tem permitido a integração de dados de algumas cidades europeias, incluindo cidades do nosso país (Lomba, Apóstolo, Mendes & Campos, 2011; Calafat et al, 2013; Hughes, Bellis, Calafat, Blay, Kokkevi, Boyiadji, Mendes & Bajcàrova, 2011; Sumnall et al, 2010).

Nos últimos anos, e acompanhando o interesse crescente pelo comportamento dos jovens em períodos de férias e em locais distantes da sua residência, o foco tem sido na caracterização das manifestações específicas do fenómeno em algumas instâncias turísticas do mediterrâneo e do sul da Europa, a pretexto de que os problemas relacionados com a violência, a embriaguez, o uso de SPA, entre outros riscos, assumiriam nestes cenários expressão ainda mais relevante (Calafat et al, 2011; Calafat, et al, 2011; Hughes et al, 2011; Calafat et al, 2013).

Duas limitações podem ser apontadas a este esforço, sem dúvida fundamental, de delimitação e caracterização do problema do risco associado ao lazer noturno. Apontaríamos como primeira limitação o descomprometimento para com uma leitura compreensiva e integradora dos motivos que permitem a associação entre os dois fenómenos. Efetivamente esta abordagem, que apresenta informação extensa e exaustiva sobre o comportamento dos jovens que participam nos ambientes recreativos, valorizando o que esse comportamento encerra de mais disfuncional, quase nunca exhibe a necessidade de compreender ou interpretar essa coocorrência.

Alguns esforços, porém, procuram suplantam esta limitação. Hadfield e Newton (2010) explicam os problemas decorrentes do uso excessivo do álcool na economia do lazer noturno (como o poliuso de drogas, a segurança rodoviária, as implicações sobre os transportes e os cuidados de saúde de emergência, o abuso e saúde sexual, a violência pelo *staff* dos espaços, desordem pública e perturbação da vizinhança), a partir da avaliação do impacto das medidas reguladoras aplicáveis à economia de lazer noturno em Inglaterra. Concluem que é insuficiente a confiança na autorregulação para garantir o cumprimento da lei e da ordem

públicas, apontando a vontade política como o fator primordialmente definidor da garantia da segurança e do controlo do risco, num contexto em que os benefícios do mercado de lazer são já difíceis de contrariar até mesmo por parte das agências públicas reguladoras. Measham e Hadfield (2009) interessam-se por explicar de que forma os modernos tipos de ambientes recreativos noturnos implementam estratégias (no lançamento de novos espaços, na oferta de promoções na *internet*, nos *dress codes*, ...) que contribuem para formar *elites recreativas*; e como com este processo se criam, necessariamente, fenómenos de exclusão assentes não raro em critérios étnicos. Tutenges (2013) explica que o comportamento de risco dos jovens turistas nórdicos em *resorts* do Báltico, cuja oferta assenta primordialmente no lazer noturno, é muito intencionalmente influenciado por guias turísticos cuja função é garantir que as inibições naturais são eliminadas e que um estado de excesso que designa por *efervescência coletiva* é atingido. Esse resultado obtém-se por estratégias como o recurso a técnicas corporais, efeitos de som e discurso, manipulação do comportamento das multidões e incentivo ao uso do álcool.

Se considerarmos, depois, que é assumido que o risco associado ao lazer noturno tem lugar nos espaços com essa função, é surpreendente a fraca valorização que é dada às dimensões ambientais na investigação disponível. Essa é, em nosso entender, a segunda limitação que decorre desta linha de trabalhos – a ausência de uma compreensão ambiental para o fenómeno do risco em ambientes recreativos, interrompida apenas por alguns esforços relativamente pontuais (Hughes et al, 2012; Alcohol and Public Policy Group, 2010; Forsyth, 2009; Graham & Homel, 2012; Mason, Mennis, Coatsworth, Valentel, Lawrence & Patef, 2009; Hughes et al, 2012; Anderson, Braddick, Reynolds & Gual, 2012). Estes estudos acabam por reconhecer que apesar da prevenção dos riscos associados aos espaços noturnos em que existe consumo de álcool ter ascendido recentemente ao estatuto de prioridade nas políticas aplicáveis ao álcool na UE, deparámo-nos ainda com “uma escassez de investigação e conhecimento sobre o comportamento de uso de álcool nos ambientes recreativos noturnos europeus, e sobre os fatores dos espaços de ócio noturno que estão associados com níveis de intoxicação mais elevados” (Hughes, Quigg, Bellis, Calafat, Van Hasselt & Kosir, 2012). Esse cenário justifica, na opinião dos autores, o esforço de investir em projetos que promovam conhecimento sobre a relação entre características de ambientes específicos e o comportamento de uso de álcool que neles tem lugar.

Um segundo nível de análise diz respeito à compreensão da relação específica que apresenta o lazer noturno com os riscos associados ao uso de SPA. Trata-se de um nível de análise suportado no pressuposto implícito de que as novas configurações do lazer noturno e a

experiência que lhes está associada foram o principal motor para a modificação da relação com o uso de SPA, incluindo novos padrões de uso, novos utilizadores, novos produtos de eleição e, consequentemente, novos riscos. É uma perspetiva que tem o seu ponto alto nas propostas reunidas pela *tese da normalização dos usos de drogas* (Parker et al, 1999; Aldridge et al, 2011; Parker, 2005).

A partir de uma investigação que teve por alvo uma amostra de jovens britânicos em idade escolar, estudados longitudinalmente até aos 18 anos, os autores da *tese da normalização* concluem que existem cinco argumentos centrais que permitem reunir evidência sobre a modificação de fundo na relação com os usos de drogas a partir dos anos 90, a saber: a acessibilidade às drogas ilícitas aumentou de forma significativa entre as populações juvenis; as taxas de consumo aumentaram de forma progressiva e consistente atingindo picos desconhecidos até então; os usos de SPA, com um carácter recreativo e com uma presença muito expressiva do álcool, estendiam-se durante carreiras longas de utilização; era possível encontrar atitudes positivas face ao consumo, de evidente aceitação e desproblematização face às SPA ilícitas, mesmo entre jovens não utilizadores; e, finalmente, partindo dos discursos mediáticos, era possível detetar numerosos exemplos que revelavam uma tendência de *acomodação cultural ao ilícito*, aplicável ao comportamento de utilizar drogas ilegais, que afastavam esse comportamento do que antes era uma associação ao comportamento desviante, subcultural, transformando-a numa conduta socialmente normativa (Parker et al, 1999; Parker, 2005).

A evidência para esta tese foi encontrada em duas ordens de dados fundamentais. Em primeiro lugar, a evidência epidemiológica. Analisando os dados dos inquéritos nacionais ao consumo entre jovens em Inglaterra, os autores puderam demonstrar que apesar de um aumento progressivo no consumo desde os anos 60, em meados dos 90 os valores atingiram um pico histórico. Estagnaram, depois, até finais de 90, começando a decair de forma consistente a partir do ano 2000 (Aldridge et al, 2011). Esta tendência, embora não síncrona com o fenómeno britânico, foi encontrada em vários países que também analisaram a epidemiologia do consumo entre os jovens, como por exemplo a Austrália (Duff, 2003) ou os EUA (Bahora, Sterck & Elifson, 2009), mas também no nosso país (Balsa, Vital, & Urbano, 2013; Balsa, 2011; Feijão, Lavado & Calado, 2011; Gaspar de Matos, Simões, Tomé, Camacho, Ferreira, Ramiro ... & Equipa Aventura Social, 2010).

Efetivamente, entre nós foi também evidente um aumento no consumo entre a população escolar do ensino secundário (Feijão et al, 2011), embora várias diferenças devam ser apontadas por comparação com o contexto britânico. Para começar, porque no nosso país

não existem dados epidemiológicos específicos do consumo entre população juvenil anteriores a 2001. Depois, porque é desde 1999 que está em vigor um novo quadro legislativo aplicável ao consumo em Portugal (a descriminalização), uma variável com que o Reino Unido não se deparou, e que não sabemos que implicações ter trazido, atendendo à ausência de dados epidemiológicos disponíveis para o período anterior à vigência da lei. E depois porque, entre nós, e no período compreendido entre 2001 e 2011(aquele para o qual estão disponíveis medidas dessa evolução), a progressão conta com oscilações que também não se evidenciaram em Inglaterra. Entre nós, e citando dados relativos a população escolar do ensino secundário, depois dos valores de 2001 situados em cerca de 28% para a experimentação de drogas ilícitas ao longo da vida, com a cannabis a assumir a única posição de destaque, assistimos a uma queda muito acentuada em 2006 (20%), até um novo pico próximo dos 30% em 2011 (Feijão et al, 2011).

A outra fonte de evidência para a tese da normalização foi a investigação sobre as trajetórias de uso percorridas pelos jovens utilizadores, um estudo que é complementar à análise dos dados epidemiológicos, e que é sem dúvida o contributo maior deste modelo para a compreensão do fenómeno do consumo de drogas entre os jovens, e que ainda se encontra por replicar entre nós. Com o seu estudo inicial, Parker e cols (1998) perceberam ser evidente um padrão na evolução das trajetórias de uso que resumiram num conjunto de etapas popularizadas pelo lema *starting-switching-slowng-stopping*. Após uma iniciação precoce no consumo de substâncias ilícitas, muito motivada pela acessibilidade aumentada aos produtos, e num padrão de contacto marcado pela experimentação (*starting*), os jovens britânicos pareciam evoluir para um período de intensificação do consumo, diversificando os produtos das suas experiências e aumentando a frequência da sua utilização (*switching*); atingido, porém, esse pico na relação com o consumo, pareciam entrar numa trajetória descendente marcada por um abrandamento (*slowng*), e até à interrupção do consumo de drogas ilícitas com a entrada na vida adulta e com o assumir das tarefas normativas associadas a essa fase da vida (*stopping*) (Parker et al, 1998; Measham et al, 1998). Este padrão, que começou a recortar-se logo desde o estudo inicial em 1998, veio a ser amplamente validado pelos dados de 2011 e num momento em que a amostra longitudinal estava já a chegar próximo dos 30 anos de idade – com a entrada na vida adulta, no mundo do trabalho, nas relações de longa duração e na parentalidade, a função e a frequência dos usos de álcool e drogas modificaram-se radicalmente. Estes outrora frenéticos utilizadores de drogas recreativas transformaram-se em cidadãos “arquetípicos numa sociedade marcada pelo risco” (Aldridge et al, 2011, p.1; trad.livre).

Em vários momentos a tese da normalização refere a experiência juvenil do lazer noturno como um fator determinante da evolução na relação com o uso de drogas. São descritos padrões de uso regular de álcool e drogas que ocorrem em contexto recreativo; é a participação precoce nestes ambientes que oferece o cenário para a iniciação; e estes jovens são apresentados como desafiados a viver numa sociedade de lazer orientada para o consumo, e com uma economia do lazer noturno em fortíssima ascensão (Aldridge et al, 2011). Outras fontes formulam em moldes idênticos a função do lazer noturno na modificação dos padrões de relação com o consumo de álcool e drogas. Calafat e cols (2011) chamam a atenção para o facto de as saídas noturnas “se terem convertido num fenómeno coletivo em que participa um elevado número de jovens” (p.1, trad.livre), constatando que também em Espanha “o consumo de drogas de tipo recreativo está a ocupar cada vez mais um espaço central e dominante neste modo de viver o tempo de lazer” (p.1; trad.livre); e que as drogas recreativas se transformaram num elemento da realidade quotidiana, devendo ser abandonada a interpretação anterior em que surgiam como um pretexto para escapar a essa realidade.

No discurso das entidades oficiais, a preocupação volta-se para os padrões de poliuso que se sabe serem os mais frequentes entre os jovens que participam em ambientes recreativos (EMCDDA, 2009). Uma consequência é que surge finalmente o esforço por operacionalizar uma definição que clarifique o que se entende por uso recreativo – “o uso de SPA que é motivado pela procura de prazer, que ocorre tipicamente entre pares, em contextos recreativos formais como bares e discotecas, e/ou em settings informais como as ruas ou o ambiente doméstico.” (Fletcher, Calafat, Pirona & Olzewski, 2011, p.357, trad.livre). Surge, ainda, e talvez enquanto contributo mais determinante, o reconhecimento de que estes novos modos de relação com o consumo apresentam considerável descontinuidade com o que se sabia sobre as motivações, os padrões de uso, os significados e os problemas associados aos usos de drogas noutros momentos da moderna história do fenómeno. Consolida-se a ideia de que o consumo de drogas ilegais é, cada vez mais, um *consumo não-problemático*, “uma prática cada vez mais comum em cidadãos ‘convencionais’, como forma de diversão e busca de prazer (...) em que muitos consumidores têm consciência dos potenciais danos das drogas mas, ponderando os seus riscos e benefícios, optam por utilizá-las”, resultando que o seu “ajustamento global não é significativamente prejudicado por esta prática” (Cruz & Machado, 2010, p.39). Surgem evidências de que se trata de uma modalidade de relação com o uso marcada pelo autocontrolo, em que os utilizadores, sobretudo jovens adultos, para além de perceberem o seu comportamento como “seguro, e com consequências negativas para a saúde ausentes ou muito limitadas”, o praticam obedecendo a critérios de escolha sobre o tempo e o contexto

dessa utilização (Moore, M., Measham, F., Østergaard, J., Fitzpatrick, C. & Bhardwa, B. (2011). Surgem, finalmente, evidências em que se reconhece, inclusive, que o comportamento de uso de SPA pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento da competência da autorregulação na adolescência, com impacto para prevenir um potencial devir problemático do uso de substâncias na idade adulta (Percy, 2008).

Em suma, a análise do risco no lazer noturno que emerge especificamente do uso de SPA, permite validar amplamente o que foram os contributos das teses da normalização, desde a sua proposta inicial em finais dos anos 90, e até à sua revisão proposta mais recentemente (Parker et al, 1999; Aldridge et al, 2011). Permite identificar o corpo de evidências que apontam o lazer noturno como sendo, efetivamente, motor de um conjunto de dinâmicas que transportam o fenómeno do uso de SPA para uma etapa do seu desenvolvimento na história da humanidade que está em descontinuidade com o que fomos dele conhecendo com a aproximação do final do milénio. Mas falha, ainda, em apresentar uma compreensão evidentemente ambiental para um fenómeno cuja materialidade espacial é inquestionável. Ou seja, sabemos o que acontece nos ambientes recreativos do ponto de vista do consumo, identificamos várias causas sociais e culturais mais alargadas para esse acontecimento, percebemos moderadamente o que procuram e qual a experiência dos seus atores sociais, mas ainda não compreendemos quais as características dos ambientes que o influenciam e o modulam.

Apontávamos, finalmente, um último nível de análise que organiza o campo do debate científico sobre a relação entre o risco e o lazer noturno. Esse último eixo diz respeito à investigação científica e aos discursos oficiais suportados em evidência destinados a formalizar as necessidades, objetivos e estratégias de intervenção entendidas como adequadas para lidar com o par risco – lazer noturno. Trata-se da referência ao conjunto de fontes que contribuem para formalizar a intervenção no lazer noturno que tem por finalidade lidar com o risco identificando problemas e necessidades, elencando distintos níveis de atuação, guiando para o cumprimento de orientações e estratégias, exemplificando boas práticas. Esse esforço foi desencadeado, em primeiro lugar, pelas agências não-governamentais que procuram atuar na proximidade com o fenómeno, nos ambientes em que ocorre, e junto dos seus públicos-alvo. Estamos a falar de projetos de base comunitária, muitas vezes iniciados por técnicos que conhecem os contextos e seus públicos porque também neles participam, e porque são possuidores de um conhecimento das necessidades impossível de atingir através de um olhar exterior. Foi a esses projetos pioneiros que coube originalmente a iniciativa de criar e oferecer soluções para os problemas do lazer noturno, seus ambientes e seus públicos. É com essa



intenção que surgem em Portugal o projeto Check-In/Agência Piaget para o Desenvolvimento; em Espanha o projeto Energy Control/ABD (Gállico, Indave, Álvarez & Montejo, 2012); de forma mais integrada, ao nível europeu, o projeto NEWIP/TEDI (2013); ou, nos EUA, o projeto Dance Safe; entre muitos outros que poderíamos mencionar.

Foi a essas agências não-governamentais que coube a iniciativa para lidar eficazmente com os problemas resultantes do lazer noturno, muito antes da chegada da atenção por parte dos poderes públicos. Progressivamente, porém, e apesar de um desfasamento considerável no tempo entre as duas iniciativas, o discurso sobre a necessidade de uma intervenção ajustada às necessidades do lazer noturno e sobre a forma de melhor pô-la em marcha, acaba por chegar aos discursos oficiais e à esfera política. Passa a ser possível encontrar-se, então, um conjunto de documentos produzidos pelos poderes públicos com responsabilidades no zelo pela segurança, pela saúde e pela ordem, agora mais comprometidos com a necessidade de eleger o domínio do lazer noturno como um campo merecedor de atenção e investimento.

Essa atenção, quando chega, vai ditar a aposta pelo reforço da regulação e do controlo social, justificados pela visibilidade e risco associado ao poliuso de drogas; pela desordem urbana motivada pela embriaguez alcoólica e pelo risco associado ao *binge-drinking*; pela necessidade de decidir sobre a regulação dos horários de funcionamento por forma a evitar a concentração de pessoas em simultâneo nas ruas, competindo pelos serviços disponíveis; pela gestão do ruído e da perturbação da vizinhança; pela necessidade de garantir uma cobertura eficaz em termos de disponibilidade dos transportes públicos; pela garantia de uma cobertura de iluminação eficaz em limitar o risco de vitimação; eventualmente, também, pelo interesse em promover o bem-estar dos públicos participantes (Hadfield, 2011). A estratégia seguida pela iniciativa dos agentes no terreno tinha sido outra – tinha partido de uma compreensão profunda sobre o funcionamento dos ambientes recreativos noturnos e sobre as necessidades dos seus participantes; tinha visado a redução dos riscos e a promoção da segurança e do bem-estar, sem proferir juízos sobre o ajustamento ou adequação das opções livres de lazer dos cidadãos livres que dele disfrutam. Os poderes públicos, pelo contrário, vão optar por uma ação regulatória que se torna cada vez mais sistemática e disseminada, comprometida em transformar o lazer noturno e seus ambientes em espaços e atividades progressivamente mais regulados, um pouco por toda a Europa (Sadler & Kosir, 2011). Essa presença crescente do controlo social transforma a cena urbana. Em Inglaterra proliferam os códigos aplicáveis ao funcionamento dos espaços e ao licenciamento do álcool; a presença e visibilidade das forças policiais aumenta em escala idêntica, e a ação policial endurece (Hadfield, Lister & Traynor, 2009). Desta atenção vão resultar consequências positivas, mas também negativas.

Como consequências positivas do reforço do controlo social enumeraríamos, em primeiro lugar, o facto de documentos fundamentais sobre a estratégia de intervenção no campo das drogas terem passado a incluir, ainda que de forma tímida, alguma referência aos ambientes recreativos. O relatório da RAND Corporation (Culley, Skoupy, Rubin, Hoorens, Disley & Rabinovich, 2012) que avalia a estratégia de drogas da UE no período entre 2005-2012 menciona a necessidade de medidas específicas para lidar com as substâncias utilizadas no lazer noturno, menciona especificidades dos padrões de uso de substâncias entre utilizadores recreativos, e faz referência a medidas de redução de riscos e minimização de danos (RRMD) como o teste de substâncias, que são específicas do lazer noturno. O Observatório Europeu das Drogas e das Toxicodependências (OEDT) dedica um número monográfico de 2010 à evidência, impactos e desafios da RRMD. Nessa edição, um capítulo é dedicado à especificidade da intervenção de RRMD dirigida a jovens frequentadores de ambientes recreativos noturnos (Fletcher et al, 2010; Fletcher et al, 2011). Nesse documento começa por reconhecer-se a importância dos processos grupais e de formação da identidade juvenil que podem ser facilitados pelo uso de substâncias em ambientes recreativos, para depois se progredir para o reconhecimento dos desafios para a saúde que resultam desse comportamento, em crescimento entre a população juvenil. Assim, e depois da referência aos riscos para a saúde e para a saúde mental apresentados por substâncias específicas como a cannabis, a ecstasy ou a cocaína, alude-se também aos efeitos indiretos motivados por ferimentos acidentais, danos autoinfligidos, risco de suicídio, relações sexuais desprotegidas, risco rodoviário, entre outros comportamentos problema frequentemente associados à participação dos jovens no lazer noturno. O texto aponta a necessidade, já amplamente reconhecida, de uma intervenção de promoção da saúde suportada nas características dos contextos de vida, recuperando uma resolução da ONU de 1986, segundo a qual “a saúde é influenciada pelos sítios em que as pessoas aprendem, trabalham, jogam e amam, facto que deve integrar o novo pensamento sobre a promoção da saúde” (Fletcher et al, 2010, p.367, trad.livre). Reconhecem, ainda, que desde finais dos anos 80, e com o estabelecimento alargado do que são as intervenções de promoção da saúde, que fazem sentido mudanças transferíveis para ambientes recreativos como as discotecas, ou para ambientes institucionais como as escolas, “por forma a lidar-se eficazmente com as determinantes sociais e ambientais dos danos associados aos usos de drogas” (idem, p.367). O documento não chega, porém, a apresentar qualquer esclarecimento específico sobre como são, ambiental e socialmente, produzidas tais determinantes. Para explicar consequências mais uma vez exaustivamente elencadas como a violência, os riscos associados ao comportamento sexual e rodoviário, etc.,

não encontramos mais do que uma referência genérica a uma *atmosfera permissiva* ou ao sobrepovoamento dos espaços.

O documento reconhece avanços nos esforços feitos para lidar com desafios de ambientes específicos, nomeadamente a literatura com orientações para a produção de ambientes recreativos noturnos mais seguros; e a identifica algumas medidas específicas que oferecem essa garantia, como o livre acesso a água potável, a acessibilidade a serviços de emergência, a existência de intervenções de proximidade desenvolvidas por pares, entre outras. No entanto, a conclusão sobre a disseminação dessas respostas é desanimadora, destacando “a limitação da disponibilidade de medidas simples que permitem prevenir ou reduzir os riscos para a saúde e o uso de drogas nos ambientes recreativos na Europa.” (*ibid*, p.368, trad.livre).

Em 2012 o OEDT vai um pouco mais longe, lançando uma edição temática que se propõe apresentar as bases de uma intervenção ajustada nos usos de drogas e problemas relacionados que ocorrem em ambientes recreativos. Ao contrário da edição anterior a que acabamos de fazer referência, que se limitava a uma menção aos ambientes recreativos como mais um campo da intervenção de RRMD, esta nova publicação apresenta, ainda que de forma pouco mais do que residual, o que podem ser as bases de uma intervenção em ambientes recreativos noturnos com um carácter articulado e suportado em boas práticas, e em que se reconhece que mais do que a intervenção (preventiva) ao nível do indivíduo utilizador, fazem falta estratégias ambientais - “o papel do álcool nos poliusos de drogas, e portanto o papel da indústria de venda de bebidas alcoólicas e os problemas associados ao uso de álcool e drogas, são susceptíveis de serem exacerbados pelos aspetos físicos e ambientais dos espaços que acolhem os eventos” (EMCDDA, 2012, p.6, trad.livre). Apesar de não serem, uma vez mais, propostas quaisquer explicações, ambientais ou de outro tipo, sobre porque é que essa influência acontece, problemas como uma atmosfera permissiva, os descontos e promoções nas bebidas, a falta de limpeza dos espaços, o sobrepovoamento, a música muito alta e a falta de preparação dos recursos humanos são apresentados como estando relacionados com maiores taxas de consumo do álcool e com os problemas de violência (Hughes, et al, 2011). Apesar de este não ser um documento a partir do qual existam bases suficientes para desencadear mudanças no terreno de forma orientada e validada pela evidência são sugeridas dimensões a contemplar que têm o mérito de alargar as necessidades da intervenção e a formulação dos problemas muito para além da esfera das dimensões individuais relativas ao frequentador desses ambientes. Exemplo disso é a sugestão de treino

especializado para *staff*, intervenções visando promotores, e a recomendação da adoção de medidas ao nível da legislação e policiamento.

Na Austrália e Nova Zelândia a consciência sobre a necessidade de uma intervenção nos riscos associados ao lazer noturno a partir de um enfoque nas características ambientais dos espaços de ócio tem sido suportada, e ao contrário do cenário europeu, numa sólida base de evidência científica (Homel, Carwolth, Hauvitz, McWilwain & Teague, 2004; Alcohol and Public Policy Group, 2010). Nesta linha de trabalhos, para além de revisão epidemiológica e análise económica, é apresentada evidência sobre as condições que interferem ambientalmente com a manifestação de problemas decorrentes do impacto negativo do consumo do álcool e que permitem a identificação de estratégias de intervenção de forte recorte ambiental, destinadas a minimizar o impacto negativo do fenómeno. Essa responsabilidade foi assumida também pela Polícia Neozelandesa e pelo Alcohol Advisory Council of New Zealand (2010), num documento que identifica orientações para a gestão do uso de álcool em eventos de grande dimensão, e que incluindo recomendações para promotores, gestores locais, *barmans* e seguranças, e para agências públicas com responsabilidades reguladoras.

Em Portugal, o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 (SICAD, 2013) identifica várias linhas organizadoras da intervenção, desde o critério desenvolvimental, à consideração dos contextos de vida, e dos níveis de intervenção e áreas de missão específicas de atuação, em função desses critérios. Neste âmbito, um vasto conjunto de contextos necessitados de atenção específica da parte da intervenção são considerados, especificamente o meio familiar, escolar, comunitário, laboral, rodoviário, prisional, desportivo e, também, o recreativo.

Em suma, e apesar de serem insuficientes as explicações sociais e ambientais apresentadas para o fenómeno do risco em ambientes recreativos noturnos; apesar de serem ainda incipientes e extraordinariamente genéricas as referências ao comportamento, necessidades e hábitos dos seus públicos; e apesar de serem ainda muito limitadas as respostas destinadas a lidar com estes problemas; constitui sem dúvida um fator positivo para a progressão na formalização da intervenção no domínio, o facto de as agências nacionais e internacionais com responsabilidades na distribuição dos recursos disponíveis à intervenção, começarem a produzir documentos que incluem a referência ao problema do risco nos ambientes recreativos, e de que os relatórios revistos oferecem apenas um brevíssimo retrato. A expectativa é para que a consequência última desse caminho resulte numa maior dedicação

orçamental dos financiamentos disponíveis para lidar com as necessidades destes ambientes e seus públicos, que contribuem de uma forma tão expressiva para a economia urbana.

A atenção por parte dos poderes públicos e das agências oficiais, nacionais e internacionais, não ocorre porém isenta de consequências negativas. Existe toda uma linha de estudos que se dedicam globalmente a refletir sobre o significado e a direção das iniciativas de regulação legal da economia do lazer noturno, e que questionam a legitimidade de estender a regulação a este domínio da vida social e cultural das sociedades contemporâneas. Este processo de aceleração das estratégias regulatórias, que Talbot (2011) resume com a expressão *juridificação da vida noturna*, é um exemplo de puro poder disciplinar sobre este sector da vida moderna. O processo não é recente nem original - a atenção dos poderes públicos às atividades de livre entretenimento tem séculos no Reino Unido, e deu lugar a um sem fim de *folk devils* emparelhados com as culturas juvenis das classes trabalhadoras do pós-guerra. A autora interessa-se, sobretudo, por perceber como é que o “conjunto de abordagens que (...) ao longo dos últimos vinte e cinco anos de modificações a leis e licenciamentos que datam de séculos, produziu a desregulação da oferta e das horas de funcionamento, contribuindo para a formação de um cenário muito distinto na modernidade tardia, e que é a economia do lazer noturno do capitalismo permissivo” (Talbot, 2011, p.81). Isto não acontece linearmente – a economia do lazer noturno tornou-se um sector de mercado tão importante que esse *imperativo comercial* motivou uma certa desregulação dos controlos públicos, que passaram a proteger o potencial de negócio do setor. Essa relevância económica produziu uma uniformização da oferta do lazer noturno que limitou as ofertas da cultura alternativa, de que a proibição das *raves* pelos governos de Thatcher nos anos 90 é o melhor exemplo. O lazer noturno tornou-se uma verdadeira máquina de produção de identidades juvenis suportadas no consumo, que passou a ocorrer quase exclusivamente em espaços licenciados, em que o controlo social praticamente deixou de existir, e em que a violência (exercida sobretudo por seguranças), se estabeleceu como norma – “Na nossa sociedade, o lazer perspetivado nesta análise passou a estar intrincado nos requisitos comerciais do capitalismo da modernidade tardia; como tal, tornou-se necessário mais policiamento público, e não menos.” (p.82; trad.livre). A autora nota que, nos últimos anos, as estratégias de regulação proliferaram, então, com a intenção de diferenciar cada vez mais os públicos, e de garantir a viabilidade económica dos espaços, o que favorece as cadeias de espaços do ócio noturno de circuito urbano, formal e *mainstream*, e limita o aparecimento de espaços alternativos. Favorecem-se os espaços com base num critério muitas vezes racial em relação aos seus promotores e frequentadores; e alegam-se motivos morais para limitar hábitos culturais e proteger

interesses económicos. É este padrão que justifica que na investigação que se dedica a descrever a desordem e o risco associados ao lazer noturno, os ambientes descritos como desordeiros sejam recorrentemente os frequentados pelas minorias étnicas, pelas classes trabalhadoras ou os que simplesmente apresentam uma oferta alternativa ao *mainstream*. É esse padrão que justifica ainda, na opinião de Talbot, a escalada nos poderes conferidos às autoridades para o licenciamento dos espaços.

Outros autores reforçaram esta leitura. Hadfield e cols (2009) também deram conta de um critério espacial na escolha dos indivíduos e dos negócios cujas ações são alvo de atenção por parte dos poderes públicos britânicos, acusando a sua evidente seletividade na forma como é imposto o controlo social – “a iniciativa e a capacidade de aplicar o poder a indivíduos transgressores em comparação com os negócios que transgridem é muitas vezes variável e assimétrica. A forma como a negociação da ordem pública é implementada na economia do lazer noturno está rodeada de tensões e ambiguidades que refletem a natureza *ad hoc* do poder e a escalada rápida da arquitetura regulatória.” (p.465; trad.livre).

As consequências negativas da atenção dos poderes públicos à questão do risco no lazer noturno podem, então, ser brevemente resumidas. Os riscos associados à experiência do lazer noturno contribuíram para a delimitação do fenómeno como um problema social, sanitário e criminológico. Essa problematização acabou por chamar a atenção dos poderes públicos que têm vindo a intensificar a aplicação de medidas regulatórias que vários autores consideram excessivas, e que traduzem a intensificação da presença do poder sobre comportamentos livres, de cidadãos livres. Esse exercício do poder tem-se materializado de acordo com critérios vistos também como arbitrários. Trata-se de uma atividade que parece privilegiar, em primeiro lugar, a proteção dos interesses comerciais que rodeiam a economia do lazer noturno e que, por esse motivo, favorecem uma oferta mais hegemónica, percebida como claramente favorecida pelas ações do controlo social. Essa ação fomenta práticas de risco (violência, usos de substâncias) nos espaços *protegidos* que escapam mais facilmente à vigilância e regulamentação; limita a oferta disponível, de cariz mais minoritário e alternativo; e fomenta o aparecimento de processos de exclusão dos atores sociais (étnica e culturalmente minoritários) e dos espaços não hegemónicos, identificados como alvos prioritários da atenção do poder. Não podemos deixar de apontar, porém, uma importante limitação a estas reflexões. Têm em comum o facto de serem produzidas quase em exclusivo a partir do contexto britânico, uma realidade que não permite o estabelecimento de paralelos lineares com o nosso país, fruto de importantes contrastes legais, económicos, sociais e criminológicos.

## 6. O lazer noturno urbano como questão de bem-estar

Um vasto leque de argumentos antecipam este último momento da evolução do campo de estudos e intervenção no lazer noturno. Existem argumentos desenvolvimentais que tivemos já oportunidade de rever, e que enfatizam a importância do lazer na experiência juvenil e a sua relação com aquisições normativas estruturantes para o ser humano (Caldwell & Faulk, 2013). O lazer noturno, em particular, satisfaz esta importante função (Fletcher et al, 2010; EMCDDA, 2006). O facto de o campo científico do lazer se ter vindo a aproximar do estudo da relação entre lazer e qualidade de vida oferece um bom exemplo para este argumento (Haworth & Veal, 2004). Existe, depois, o reconhecimento de que a intervenção em saúde não se destina exclusivamente a antecipar e limitar o aparecimento de riscos e consequências negativas, mas também cada vez mais a promover segurança, bem-estar, qualidade de vida e adaptação psicológica (WHO, 2009). Existe, finalmente, o argumento de que as cidades competem na sua capacidade de oferecer experiências de qualidade de vida, oferta essa em que o ócio noturno assume especial relevância (Gwiazdzinski, 2005). Enfim, mais argumentos poderiam ser evocados para explicar que a partir de dada altura, a atenção que o lazer noturno recebe começa a repartir-se – perde o seu foco exclusivo na questão do risco e passa a aproximar-se, precisamente, da questão da promoção do bem-estar.

Alguma investigação científica começa a explorar as várias vertentes da associação entre lazer noturno e bem-estar. Sumnall e cols (2010) examinam os comportamentos de uso de SPA de jovens europeus com a intenção de explorar a associação entre índices autorreportados de bem-estar mental e o valor atribuído à saúde. Concluem que a opção pelo uso de SPA estava associada a menor satisfação com a vida e a um interesse em divertir-se, que contrastava com o interesse na preservação da saúde a longo-prazo, sobretudo entre os jovens considerados em maior risco (que se iniciavam mais precocemente no uso, que apresentavam uso mais frequente, que utilizavam cocaína para além de outras substâncias, e que se apresentavam como bi ou homossexuais). Bellis, Hughes & Lowey (2002) entendem ser necessário contribuir para a intervenção de RRMD a partir do esforço em promover *settings saudáveis*, já que a relação entre os efeitos para a saúde resultantes do uso de SPA e os ambientes que estes ocorrem ultrapassa em larga medida as variáveis mais imediatas como o controlo da temperatura ou o acesso a água potável, alargando-se ao ambiente noturno na sua totalidade. Entendem ser, por esse motivo, necessária uma abordagem que identifique o leque de fatores associados a maior risco assim como as iniciativas que se dirigem à sua limitação, sem com isso prejudicar a função desses ambientes de proporcionarem prazer e

diversão aos seus participantes. A sua intenção era apresentada como uma iniciativa para identificar soluções inclusivas que permitissem a redução dos riscos nestes ambientes, que pudessem assim ser aprofundadas e disseminadas. Mais tarde Calafat e cols (2011) propõem um conjunto de medidas estandardizadas cuja adoção recomendam, com vista a disseminar a oferta de ambientes recreativos noturnos mais saudáveis e seguros. A principal motivação para este esforço foi o reconhecimento de que a situação da gestão da segurança e promoção do bem-estar era altamente discrepante entre os diferentes países da Europa. Trata-se de literatura em que notamos a emergência do reconhecimento da necessidade de trabalhar de perto com a indústria do lazer noturno para poder atingir-se uma modificação eficaz da promoção de segurança dos participantes. Esse esforço é percebido como essencial, já que não pode ser substituído à regulamentação e ao reforço do controlo social por parte dos poderes públicos. Assim, o estudo de Calafat e cols (2011) procura avaliar a adesão dos representantes da indústria em relação à aceitação, implementação, eficácia e regulação desse conjunto de medidas estandardizadas.

Na mesma linha encontram-se os esforços das agências não-governamentais, que vão acedendo a financiamentos europeus com a mesma missão. O projeto belga *Modus Vivendi* lança em 2009 um guia metodológico dirigido a operadores locais que desejem implementar uma oferta noturna de qualidade na sua região. O projeto europeu NEWIP-*Safer Nightlife* (Allart, 2011) publica um documento que identifica os dez aspetos centrais de uma oferta de ócio noturno segura e de qualidade, que contempla variáveis ambientais (físicas e sociais) na definição de prioridades de intervenção; e que, para além disso, procura constituir-se como todo um guia para a promoção de ócio noturno, ajudando no processo identificar necessidades, identificar recursos e parcerias úteis, envolver figuras-chave, promover comunicação eficaz, e avaliar e manter a qualidade da oferta.

Alguns destes recursos pretendem constituir-se também como alternativas para os poderes públicos, promovendo a adoção de medidas regulamentares suportadas em evidência – o Trimbos Institute (2011) promove, a este nível, a iniciativa *Healthy Nightlife Toolbox* com a intenção de reunir informação “destinada a *policy makers* locais, regionais e nacionais assim como a profissionais a trabalhar na prevenção” que é oferecida numa base de dados compreensiva sobre intervenções avaliadas, literatura, informação útil e identificação de peritos a trabalhar na vida noturna na UE (*Healthy Nightlife Toolbox*, 2010). Estas iniciativas partilham da mesma lógica – a intenção de reunir o interesse por parte de uma ampla gama de agentes sociais na promoção de lazer noturno seguro e de qualidade.



Não temos forma de avaliar, de forma válida e alargada, se esta missão foi ou está a ser bem sucedida. Ou seja, não temos forma de saber até que ponto o esforço de envolvimento de agências públicas, promotores, agências não-governamentais e equipas de pares na promoção de lazer noturno seguro e de qualidade está ou não a ser conseguido a partir destes esforços. Por muitos motivos, a começar talvez pelo facto de os cenários serem muito variados no panorama internacional. Se em alguns países os promotores podem identificar benefícios evidentes na adoção destas estratégias, beneficiando de atenção mediática positiva, de proteção legal para a prática da redução de riscos, e de colaboração e retorno positivo por parte dos poderes públicos; já noutros países, de que é exemplo paradigmático o caso dos EUA, a presença de equipas de intervenção com uma atenção nos riscos relacionados com o consumo e na promoção da segurança e do bem-estar dos utilizadores é entendida como uma ameaça ao funcionamento, capaz de chamar a atenção negativa das autoridades, constituindo-se como ameaça ao licenciamento. O raciocínio, nestes contextos, é bastante linear – permitir a presença da intervenção no lazer noturno representa para o promotor o reconhecimento explícito de que os riscos e o consumo existem; e representa assim expôr-se ao imperativo da ação policial que atua duramente sobre o ilícito do consumo e venda de substâncias ilícitas. Neste contexto a situação do participante no ócio noturno é, claramente, de vulnerabilidade acrescida.

O cenário na Europa é, globalmente, muito distinto. No entanto, aos dias de hoje continuam a ser extraordinariamente pontuais os exemplos de promotores que investem ativamente os seus orçamentos na implementação de estratégias promotoras da segurança, redução do risco e garantia de qualidade. A título ilustrativo, refira-se o ainda atípico exemplo dos promotores de um mega festival português associado à cultura psicadélica, em que são oferecidos há uma década serviços de intervenção médica de emergência, intervenção na crise psicológica, teste de substâncias, entre outras medidas, que resultam nos últimos anos de esforços concertados entre os promotores, o SICAD, agências não-governamentais, e um contexto universitário, que garantem em conjunto a implementação e a avaliação das intervenções (Carvalho, Pinto dos Santos, Frango, Dias, Carvalho, Rodrigues & Rodrigues, 2014).

Independentemente da diversidade dos cenários no que toca à oferta de intervenções promotoras da segurança e do bem-estar, alguns aspetos mais transversais podem ser destacados. Em primeiro lugar trata-se do reconhecimento de que esta nova dimensão inaugura um campo de produção de discurso científico sobre o lazer noturno, que acrescenta novidade aos discursos anteriores. Em segundo lugar fica demonstrada a necessidade de

evoluir, fruto da ineficácia de uma ação pautada, exclusivamente, pelo reforço da ação do controlo social. E em terceiro e último lugar, o facto de termos chegado a um nível de reflexão em que as necessidades de intervenção parecem reclamar, de forma mais evidente do que assistíamos até ao momento, a necessidade de evidência suportada em conhecimento sobre dimensões ambientais.



---

## **CAPÍTULO II**

### **MÉTODO**



O Cap. anterior situou o debate sobre o nosso objeto de estudo. Começou por contextualizar o aparecimento do tema do lazer noturno como fenómeno social, e depois científico. Desenvolveu esforço idêntico para o campo mais restrito do lazer noturno urbano, e apresentou a sua emergência como domínio de relevância social, económica e política. E também a sua emergência como problema social, sanitário e criminológico, como terreno para o aparecimento de novos riscos, e para a transformação de riscos já conhecidos. Terminou com a transição desde um discurso centrado *no problema*, até ao discurso focado na promoção da segurança e bem-estar associados à experiência recreativa. Este novo capítulo pretende, a respeito da necessidade de definir e justificar opções metodológicas para o trabalho empírico, clarificar que objetivos decorreram, genérica e especificamente, do campo de debate teórico enunciado atrás. Em vários domínios fomos apontando as lacunas que se levantam a um olhar sobre o fenómeno do lazer noturno urbano que valorize a sua dimensão eminentemente espacial. Os argumentos que vamos rever ao longo deste capítulo metodológico encarregam-se de continuar a clarificar, por um lado, porque é que a leitura ambiental é relevante para explicar o funcionamento dos espaços em que o ócio noturno acontece; e, por outro lado, qual é a grelha teórica de referência que nos permite, a partir do campo disciplinar da Psicologia, operacionalizar essa tarefa. Finalmente apresentam-se, percorrendo as etapas convencionais do método qualitativo, quais as opções que nos guiaram no trabalho empírico.

O objetivo geral desta investigação é o contribuir para o conhecimento das relações pessoa-ambiente, quando estão em causa ambientes de natureza e tipos muito diversos mas unidos pela partilha da função do lazer noturno. A investigação pretende contribuir, ainda, para o conhecimento da situação específica em que a participação nesses ambientes está associada à adesão a um conjunto de comportamentos que, embora esperados, desafiam em graus variáveis a conformidade às normas sociais. Concretamente, pretendíamos compreender que especificidades dos ambientes recreativos noturnos tornam possíveis alguns comportamentos problematizados pela literatura (como uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, a violência, o risco, o controlo social), e que explicações ambientais podem ser evocadas para justificar a maior ou menor visibilidade destes fenómenos em espaços com características físicas e sociais muito distintas. O foco é, salientamos, na visibilidade de que tais fenómenos se revestem e não no conhecimento sobre as condições que determinam, em absoluto, a sua ocorrência – já que as limitações decorrentes da nossa opção por uma metodologia qualitativa assente em recolha de dados em ambiente naturalista nos impedia de monitorizar tais fenómenos do ponto de vista da sua presença/ausência absolutas.

O que pretendemos fazer em seguida é oferecer um enquadramento sobre a forma como uma investigação com este objetivo geral se insere em tradições teóricas e metodológicas em Psicologia que muito a antecedem, e que nos proporcionaram um ponto de partida e uma moldura para os questionamentos que orientaram o trabalho empírico. Esse exercício passa, em primeiro lugar, por abordar as origens ao estudo do comportamento humano em contexto (secção 1.). Procuraremos depois apresentar o que pode ser um ponto de situação sobre como é que, no contexto da Psicologia Ambiental Ecológica (PAE), tem vindo a ser abordado o problema de que se ocupa esta investigação (secção 2.). Prosseguiremos para a justificação dos objetivos de investigação (secção 3.), para a fundamentação das opções metodológicas (secção 4.), e para a descrição detalhada dos procedimentos que nos ocuparam ao longo das diversas etapas percorridas no trabalho empírico, desde a amostragem (secção 5.), à recolha (secção 6.) e análise (secção 7.) dos dados, até às estratégias implementadas para aferir da validade da investigação (secção 8.).

## **1. Um percurso pelas origens do estudo do comportamento humano em contexto e a emergência da Psicologia Ambiental Ecológica**

Reconhecendo a arbitrariedade que pode sempre ser apontada ao ato de limitar o aparecimento de uma corrente de pensamento a um autor, acontecimento histórico ou momento cronológico<sup>2</sup>, arriscaríamos que o início da preocupação com o estudo do comportamento humano em contexto pode ser atribuído, na Psicologia, ao trabalho pioneiro de Kurt Lewin. Apesar de as noções de *meio* e de *ambiente* estarem já presentes na Psicologia desde os primeiros contributos de Galton (com o debate sobre a hereditariedade e o meio), ou nas formulações do behaviorismo de Watson, ou do condicionamento operante de Skinner (para os quais o ambiente era já central na descrição de estímulos, cadeias de estímulo-resposta e manutenção de cadeias de reforços), é nos anos 40 com K. Lewin, que o *espaço* aparece como objeto de estudo relevante, inaugurando-se conceitos como *ecologia*, *ambiente psicológico* ou *espaço de vida* (Fernandes, 1997; 2002a). Lewin pretendia estudar o “mundo como uma dada pessoa o percebe e, por outro lado, como é afetada por ele” (Fernandes, 1997, p. 94). E é devido a esta intenção que veio a ser central na tomada de consciência, em Psicologia, sobre a relevância do estudo do ambiente – “A corrente de atividade a que chamamos comportamento humano resulta da interação contínua de fatores internos à pessoa,

---

<sup>2</sup> Esta posição é próxima do conceito de *epistème* enunciado por M. Foucault na obra *Arqueologia do Saber*, 2005 (orig. 1969).

com fatores externos provenientes do ambiente.” (Lewin, 1951, citado por Popov, 2010, p. 63, trad. livre). Ainda que a sua intenção fosse apenas a de oferecer uma explicação para o comportamento humano no sentido tradicional, e não uma explicação para as interações pessoa-ambiente, a dimensão ambiental é central nas suas propostas, tendo identificado vários tipos de fatores ambientais na descrição do *life space* ou *campo psicológico*, um deles o ambiente físico.

A relevância de Lewin para o estudo das relações pessoa-ambiente e para a emergência da Psicologia Ambiental Ecológica veio a ser demonstrada e consolidada ao longo do tempo, à medida que se foi tornando evidente a sua influência sobre outras referências desta corrente de pensamento, desde Bronfenbrenner, a Barker, e a Wicker. Lewin inaugurou toda uma tradição de estudos protagonizados por cientistas comprometidos em contrariar uma Psicologia que durante décadas insistiu numa imagem individualista e isolada do ser humano (Saegert, 1986). Depois dele, vários autores retomaram e desenvolveram o seu trabalho com a intenção de voltar a atenção da Psicologia e das Ciências Sociais e Humanas para a vida quotidiana e para os ambientes que rodeiam as pessoas (Ittelson, Proschansky, Rivlin & Winkel, 1974).

Outra das figuras de referência na Psicologia a desenvolver e perseguir este compromisso foi, como referimos, U. Bronfenbrenner. Influenciado por K. Lewin e pela teoria dos sistemas, partiu da Psicologia do Desenvolvimento para propor um conjunto de novos paradigmas ecológicos que rejeitaram a idealização de um sujeito autónomo e explicações que “sacrificam com esse propósito a compreensão sobre os contextos culturais, históricos, políticos, económicos e sociais em que o indivíduo se desenvolve, pensa, sofre ou prospera” (Saegert, 1986, p.135, trad. livre). Bronfenbrenner estudou cientificamente “a acomodação progressiva e mútua entre um ser humano ativo em crescimento, e as propriedades em mudança dos cenários imediatos que envolvem a pessoa em desenvolvimento, processo esse que é por sua vez afetado pelos contextos mais vastos em que esses cenários estão inseridos” (Bronfenbrenner, 1979 citado por Bairrão Ruivo, 1991, p. 7). Neste caminho, e com a intenção de oferecer uma leitura ecológica para o desenvolvimento humano, variáveis como o tamanho da família, a posição na classe social, ou a origem étnica passaram a ser chamadas à teoria e ao trabalho empírico, apesar do foco se manter mais sobre o estudo do indivíduo do que sobre os espaços por ele ocupados (Fernandes, 1997).

Não nos cabe aqui percorrer toda a evolução do pensamento de Bronfenbrenner, que foi sofrendo modificações e adaptações importantes ao longo do tempo, e que foi acomodando conceitos progressivamente mais ambiciosos na intenção de explicar o



desenvolvimento humano de uma forma comprometida com uma leitura ecológica, contextualista e transacional. No entanto, destacamos brevemente que é a essas sucessivas formulações que fica a dever-se a chamada de atenção para a dimensão do tempo (*cronossistema*), para a importância de uma *interconexão contexto-indivíduo* (afastada de uma leitura unidirecional do desenvolvimento), para o caráter *proximal* desse processo recíproco, e para os *contextos imediatos* em que esse desenvolvimento ocorre (Bronfenbrenner, 1999 e 1995).

Nos anos 60, R. Barker, um discípulo de K. Lewin, continuava a reagir e a denunciar os estudos laboratoriais que insistiam em fechar as explicações dos fenômenos à sua manifestação em ambientes artificiais, e a situações clínicas e experimentais (Tesch, 1990; Bairrão Ruivo, 1991). Comprometido em acusar o desprezo a que continuava votado o conhecimento sobre os cenários naturais da ação humana, demonstrou que “em muitos casos os resultados do comportamento dos indivíduos podem ser preditos de uma forma mais precisa se partirmos da situação em que se localizam, mais do que partindo da base oferecida pela personalidade.” (Barker citado por Popov, 2010, p. 62, trad. livre). Demonstrou, ainda, que “o meio circundante é altamente estruturante, impondo uma organização dinâmica ao comportamento das pessoas em contexto” (Bairrão Ruivo, 1991, p.7).

É nesse seguimento que propõe o conceito de *cenário comportamental* (*behavior setting*) como a sua unidade de análise, e o estudo dos programas de ação inerentes a esses vários cenários como o seu objetivo de pesquisa (idem). O conceito de cenário comportamental é a ferramenta através da qual Barker se propõe conhecer o ser humano, inserido no seu *habitat natural*, e estudado a partir do seu *meio natural* (Tesch, 1990). Não completamente afastada da abordagem fenomenológica, esta opção distingue-se pela inclusão da consideração do contexto de vida (*life-world*) e do *setting* concreto da vida das pessoas nas explicações produzidas sobre o comportamento (Tesch, 1990; Guiliani & Scopelliti, 2009). Aprofundando a distinção entre *meio* (*milieu*) ou espaço objetivo, e *habitat psicológico* ou contexto subjetivo, Barker propôs-se aceder a este último através das reações emocionais do sujeito ao seu entorno, sendo que o interesse da psicologia ecológica residiria (e ao contrário da fenomenologia) na interação destes dois contextos, potencialmente determinantes das “leis comportamentais” (Tesch, 1990; Popov, 2010). Em suma, Barker propunha-se descobrir comportamentos e suas leis através do estudo do fluxo do comportamento (*behavior stream*), conseguido pela análise de episódios comportamentais agrupados em *behavior settings* socialmente definidos (Tesch, 1990; Popov, 2010). Estes contributos tornaram-no, juntamente com Wright, o fundador designado de uma forma de produzir conhecimento em Psicologia

que passou a ficar conhecida, a partir daqui, por Psicologia Ecológica (Tesch, 1990; Fernandes, 1997).

A influência da teoria dos cenários comportamentais de Barker estendeu-se a outras referências da tradição teórica da Psicologia Ambiental Ecológica, nomeadamente a Wicker. Este seguidor de Barker vai reformular a teoria original para enfatizar que o *behavior setting* não escapa à subjetividade que atravessa qualquer ação humana – “o *behavior setting* é uma construção social. É o resultado da atividade de construção de sentido e do comportamento interativo dos seus participantes” (Wicker citado por Popov, 2010, p. 616, trad. livre).

Podemos concluir, em suma, que nem sempre o olhar transacional fez parte da PAE, que se foi afastando de abordagens mais deterministas sobre a função do ambiente no comportamento (Lima & Sautkina, 2007). As primeiras propostas, ainda que integracionistas e situacionais, eram propostas lineares e unidirecionais, com um claro enfoque no papel dos fatores físicos do ambiente. O contributo das perspetivas transacionais é fundamental, na medida em que é graças a elas que passará a enfatizar-se a reciprocidade das interações pessoa-ambiente, e que será oferecida uma contextualização mais abrangente, incluindo o espaço, o tempo e os aspetos socioculturais (Pinheiro, 1997).

O que esta breve resenha pretende pôr em evidência, num discurso que simplifica um processo cuja delimitação teórica é bem mais complexa nas suas origens e nas subtilezas da sucessão dos diversos contributos, é que:

O *ambiente*, tornado primeiro objeto de problematização social, chega ao discurso científico redefinindo-lhe o ponto central de aplicação: já não o indivíduo (individualidade biológica, psicológica ou social), mas as múltiplas relações deste com os sistemas em que se desenvolve. O que as Psicologias *Ambiental* e *Ecológica* revelam é o esforço de codificação científica da natureza incontornavelmente contextual e transacional da conduta humana, correlativa duma percepção social crescente do papel jogado pelos ecossistemas. (Fernandes, 1997, p.119)

Chegada ao ponto em que já não precisa negociar com outros domínios disciplinares o seu estatuto e objeto científicos, a Psicologia Ambiental Ecológica pode ser apresentada como a disciplina que se dedica a examinar a dinâmica das transações entre as pessoas e os seus ambientes sociofísicos quotidianos, naturais ou construídos (Stokols, 1982; 2000). Em relação a outras áreas da Psicologia que também se ocupam das relações entre os fatores ambientais, os processos interpessoais e o comportamento<sup>3</sup>, a perspetiva da PAE é, para Stokols, em muitos aspetos distintiva, desde logo pela atenção que confere a unidades molares do ambiente (como o espaço doméstico, a vizinhança, os espaços de trabalho, ou da

---

<sup>3</sup> Como as teorias da aprendizagem, da percepção ou da influência social.

comunidade), em contraste com outras abordagens que tendem a focar-se em níveis de estímulos e acontecimentos mais moleculares. Também se distingue dessas outras abordagens pela sua orientação para uma investigação-ação que visa modificar e melhorar essa interrelação, e pela sua abordagem multidisciplinar.

Essa multidisciplinaridade não é, todavia, isenta de desafios. Desde logo na dificuldade que levanta para uma delimitação da identidade da disciplina, que não se conforma a um paradigma ou tradição de investigação únicos (Stokols, 2000). O nível terminológico ilustra bem essas dificuldades, desde logo devido ao sentido diverso que é encerrado pelos termos *ambiente* e *ecologia*, este último podendo ser sinónimo, simultaneamente, de uma preocupação com o *ambientalismo* (no sentido da preservação dos ecossistemas e estudo dos comportamentos e atitudes pró-ambientais), assim como sinónimo de preocupação com a interação do indivíduo com os diversos sistemas de vida (no sentido originalmente proposto por K. Lewin ou U. Bronfenbrenner).

Há que atender, portanto, às regularidades existentes num domínio que integra um conjunto dispar de perspetivas e áreas de investigação, mas que têm em comum o foco nas relações que as pessoas estabelecem com o seu ambiente sociofísico. E que mais do que um ramo da Psicologia, se apresenta como um campo multidisciplinar na abordagem ao ambiente e ao comportamento que combina perspetivas metodológicas de diversas disciplinas (Stokols, 2000). Atualmente a opção pela designação Psicologia Ambiental (*Environmental Psychology*) sobre passou a designação Psicologia Ecológica (*Ecological Psychology*), inicialmente proposta por Barker (1968). Na base dessa opção reside o facto de o rótulo *ambiental* ser potencialmente mais inclusivo e teoricamente mais neutro (Giuliani & Scopelliti, 2009), sem desprezo pelo reconhecimento da natureza inerentemente multidisciplinar do estudo científico das interrelações entre comportamento humano e seu *setting* ambiental. Para efeitos desta investigação a nossa opção recaiu sobre a designação Psicologia Ambiental Ecológica, pela maior proximidade deste rótulo com as diversas origens e tradições teóricas da disciplina.

Essas regularidades não se esgotam no foco consensual no estudo das relações pessoa-ambiente. Alguns eixos da análise em Psicologia Ambiental Ecológica têm-se mantido igualmente estáveis ao longo do seu desenvolvimento como área científica e disciplinar, e no recorte do seu objeto de estudo, tais como “o interesse na análise teórica e empírica do papel do ambiente físico sobre o comportamento humano, a natureza contextual da experiência e ação humanas em *settings* físicos, a procura de metodologias ajustadas à caracterização e análise das complexidades da relação pessoa-ambiente, enquadradas pelo recurso a

metodologias multidisciplinares que busquem contribuir para problemas do mundo real” (Winkel, Saegert & Evans, 2009, p.318, trad. livre); ou o exame da influência do ambiente sobre a percepção e comportamento dos indivíduos, procurando um olhar sobre a congruência desta relação que contemple a dimensão da situação e escape assim ao reducionismo da consideração estrita de aspectos particulares desse ambiente (Moser, 2003).

Wicker (1979) define o objeto de estudo da Psicologia Ambiental Ecológica como o estudo da relação interdependente entre as ações das pessoas, dirigidas para um objetivo, e os cenários comportamentais nos quais estas ações ocorrem. Anguera (2001) afirma que a Psicologia Ambiental Ecológica se ocupa dos diferentes conceitos criados pelo indivíduo, que são representações do espaço e das respostas do ser humano perante a multiplicidade de estímulos a que está submetido; e no entendimento de que a relação que o indivíduo estabelece com o seu meio ambiente, natural ou construído, não é passiva nem unilateral – pelo contrário, o indivíduo é um organismo vivo que seleciona e modifica esse meio ambiente na sua vida quotidiana.

Em suma, são premissas centrais da Psicologia Ambiental Ecológica, o reconhecimento de que: (i) os processos psicológicos estão profundamente intrincados nos contextos físicos, económicos e sociais, que têm poder para influenciá-los; (ii) as relações pessoa-ambiente devem ser estudadas com atenção à sua dimensão e natureza temporal; (iii) existem relações recíprocas entre sujeitos como agentes individuais, e os seus contextos sociais e ambientais de pertença (Saegert, 1986; Winkel et al, 2009).

Ao longo da evolução teórica e epistemológica da Psicologia Ambiental Ecológica foram emergindo um conjunto de conceitos que contribuíram para consolidar esta leitura do comportamento humano e permitiram a operacionalização das suas premissas no campo empírico. Alguns destes conceitos, pela proximidade que apresentam com as nossas opções teóricas e metodológicas, merecem-nos uma referência particular.

*Ambiente* ou *meio ambiente* são termos amplos e imprecisos que fazem referência a tudo o que nos envolve, especialmente as condicionantes e influências de que está rodeada ou em que vive uma pessoa (Anguera, 2001). O ambiente oferece um quadro para o comportamento e as atividades que nele decorrem. É no âmbito desse quadro de vida que o *espaço* construído exprime, de forma concreta, o sistema social que influencia as nossas atividades e a nossa relação com o outro. Um dado ambiente pode contemplar diversos espaços, nomeadamente espaços construídos, que funcional e instrumentalmente organizam as nossas ações (Dias, 2000). Ou seja, é nesse espaço construído que ocorrem as diferentes atividades humanas que caracterizam o comportamento diário do indivíduo (*atividades quotidianas*), ou os

acontecimentos diários da vida real que a Psicologia Ambiental Ecológica se propõe observar em condições de vida naturais, não modificadas experimentalmente (Anguera, 2001; Popov, 2010; Barker, 1968). Cada *espaço* integra um conjunto de *meios e micromeios* que encerram modelos de conduta específicos (*behavior settings* ou *cenários comportamentais*), já que é dentro deles que ocorrem os sistemas de interações entre características físicas e sociais que interferem com os elementos ou dados culturais próprios duma determinada situação e seus participantes.

Já tínhamos referido que os cenários comportamentais são unidades ou conjuntos naturais limitados no tempo e no espaço, relacionados com a organização dos acontecimentos de vida diária, na qual se desenvolvem os comportamentos ou a ação humana de uma forma semelhante, de acordo com um padrão estável de comportamento, e a partir da interação com elementos físicos e com outros participantes (Barker, 1968; Popov, 2010). Essa leitura molecular não é feita por referência a unidades espaciais de maior grandeza, mas antes por referência aos tais meios e micromeios que enquadram, a uma escala menor, “as cenas ou cenários que sugerem a adoção de tal ou tais comportamentos” (Dias, 2000, p.15). De acordo com Fischer, 1989 (citado por Dias, 2000, p.16), meios e micromeios são:

sistemas de estímulos que podem produzir, facilitar ou dificultar um determinado comportamento, como por exemplo o que acontece com uma sala de aula, um cinema, um campo de futebol, uma igreja, um café, todos eles ambientes que induzem a comportamentos específicos. (...) Cada meio decompõe-se num conjunto de micromeios que são elos intermédios, sem os quais não é possível perceber os laços tecidos entre a sociedade e o indivíduo. O micromeio é o ambiente imediato do sujeito num determinado momento, e enquanto tal é a manifestação específica dum determinado espaço social que implica contatos mais ou menos estáveis com um mesmo lugar. O local que uma pessoa ocupa num determinado momento, tal como um sítio da casa, o espaço de uma enfermaria do hospital, a sala de aulas dos alunos numa escola, o gabinete ou o escritório numa empresa, constituem micromeios.

Atendendo à evolução teórica já descrita, o estudo do comportamento humano em contexto requer o reconhecimento de que o ambiente apresenta, na sua interação com o comportamento, dimensões de ordem física, mas também de ordem social, já que estas últimas medeiam a percepção, a avaliação e as atitudes do indivíduo perante o ambiente (Carvalho, 2007; Fernandes, 1997; Moser, 1998; Winkel et al, 2009). A atenção à *dimensão física* está mais próxima da tradição situacionista e interacionista da Psicologia Ambiental Ecológica; já a atenção à *dimensão socioambiental* é decorrente da tradição mais transacionista, que reconhece que o ambiente físico não é neutro nem livre de valores culturais, que inclui esses aspetos culturais e temporais, inalienáveis das interrelações pessoa-ambiente (Moser, 2003; Pinheiro, 1997). Reconhece-se, assim, que o ambiente físico “evoca respostas humanas complexas que se manifestam por sentimentos, atitudes, valores, expectativas e desejos e é neste sentido, bem como nas características físicas conhecidas, que se deve compreender a sua

relação com a experiência humana e com o comportamento” (Prochansky et al, 1967 citado por Dias, 2000). Ou que, “o ambiente tem uma manifestação física a fim de proporcionar significado. O ambiente materializa as psicologias daqueles que vivem nele. É utilizado para atribuir significado, promover identidade, localizar a pessoa social, cultural e economicamente” (Moser, 2003, p.333, tradução livre).

Desse processo que o ambiente desencadeia, de influenciar a experiência humana e de pôr em marcha a atribuição de significado, resulta a percepção de um certo *clima psicológico*. Este diz respeito à percepção e à significação que os sujeitos atribuem ao seu ambiente, um processo molar que “engloba as representações psicológicas significativas dos acontecimentos, processos e estruturas organizacionais próximas dos indivíduos, e da forma como se apropriam e representam cognitivamente o ambiente em termos do seu significado e importância” (Carvalho, 2007, p.23), e que também sofre a influência das variáveis físicas e sociais em dependência recíproca (Dias, 2000).

Estabelecendo um paralelo entre esta terminologia e o nosso desenho teórico e empírico, diríamos que o ambiente urbano noturno possui um conjunto de espaços (construídos e, pontualmente, também naturais), *indoor* e *outdoor* (Giuliani & Scopelliti, 2009), dedicados à função do lazer noturno. São espaços muito diversos, que se dedicam todos à mesma função (a do lazer noturno), e que são habitados por pessoas envolvidas nas transações que aí ocorrem, que desempenham papéis com um contributo variado para o exercício dessa função. Quando estamos perante espaços construídos, estes estendem-se habitualmente de uma a várias salas. Quando estamos perante espaços naturais, estes encontram-se normalmente próximos da natureza, ocupam parques urbanos, e estão próximos de áreas povoadas. Cada um desses espaços é composto por meios e micromeios que merecem a nossa atenção por poderem convocar cenários de interação em que é provável ocorrerem algumas atividades específicas. Uma discoteca, por exemplo, integra um conjunto de micromeios (o bar, a pista de dança, os WC’s, os espaços exteriores, etc.) que permitem antecipar interações e atividades (cenários comportamentais) que são esperadas ou prováveis nesses micromeios (beber no bar, dançar na pista de dança, consumir substâncias psicoativas e conversar no WC, etc.). A nossa intenção na análise dos ambientes recreativos noturnos é perceber quais as propriedades ambientais (físicas e sociais) desses ambientes que têm potencial para explicar alguns dos fenómenos que a literatura aponta como esperados, e por vezes problemáticos ou conflitantes com normas sociais.

Reconhecemos, então, que as características físicas dos espaços dos ambientes recreativos noturnos têm uma ação que se dá por processos *moderadores*, em que dimensões

como o gênero, as estratégias de *coping* ou as características do *setting*, alteram a natureza da relação entre o ambiente físico e o comportamento humano (Winkel et al, 2009). O que torna esse efeito moderador saliente é o conhecimento produzido sobre os mecanismos subjacentes à interação pessoa-ambiente, que permite o aparecimento de constructos explanatórios sobre a forma como o ambiente afeta o comportamento (idem). Os estudos em Psicologia Ambiental Ecológica, que têm estudado sobretudo ambientes residenciais, referem neste sentido, a importância de processos como o controle social informal, as redes informais de vizinhança, a coesão social da vizinhança, etc., como variáveis moderadoras. No nosso caso propomo-nos descobrir quais os processos em questão quando o estudo é, não sobre o ambiente residencial, mas sobre o ambiente recreativo noturno. Nesse sentido, antecipávamos que emergissem da investigação um conjunto de conceitos, forjados em redor de dimensões físicas e sociais, que fossem capazes de explicar a forma como alguns dos fenómenos presentes e decorrentes dos vários cenários comportamentais destes espaços (uso de álcool e SPA ilícitas, outros comportamentos de risco, dinâmicas de controle social, violência, etc.), estavam a surgir.

Esse esforço está rodeado de desafios metodológicos que são discutidos pela Psicologia Ambiental Ecológica enquanto disciplina científica que se tem esforçado, ao longo da sua evolução, por apurar procedimentos capazes de colocar em evidência uma interação entre variáveis tão díspares e complexas que podem por vezes parecer quase inconciliáveis. Efetivamente, estamos perante o desafio de olhar, em simultâneo, o comportamento e o seu entorno, o que acontece e o que é percebido, o impacto sobre aspetos imediatos e o significado atribuído pelos participantes.

Essa é a dualidade em redor da qual se constrói, precisamente, a necessidade da opção por métodos qualitativos vs. quantitativos na investigação científica. Cada um deles oferece, no seu encontro com a Psicologia Ambiental Ecológica, possibilidades distintas. Se por um lado “a investigação quantitativa falha frequentemente em capturar aspetos chave destas teorias, porque se foca em aspetos únicos e em variáveis isoladas, que representam de forma desadequada os contextos físicos e sociais com que os indivíduos estão relacionados, e prestam pouca atenção aos processos psicológicos que intervêm na relação entre o ambiente físico e a pessoa” (Winkel et al, 2009, p.319, trad. livre); por outro lado, e ainda que a investigação qualitativa consiga produzir asserções teóricas sobre a natureza multifacetada e reciprocamente causal das relações pessoa-ambiente, “dedica-se a amostras mais pequenas que dificilmente distinguem entre o que é generalizável e o que é único nas experiências e comportamentos dos sujeitos, produzindo comumente representações teóricas e práticas demasiado complexas, confiando excessivamente nos relatos verbais e na capacidade do

sujeito de descrever em que medida o ambiente afeta a sua experiência e comportamento.” (idem, p.319, trad. livre)

Os contributos revistos na literatura posicionam-se forma distinta em relação a este debate. Alguns autores, assumindo a sua preferência, são peremptórios em reconhecer que as perspetivas que parecem estar em maior sintonia com os fundamentos e objetivos da Psicologia Ambiental Ecológica são a *grounded theory* e a investigação-ação (Saegert, 1986; Stokols, 2000), até porque a proximidade com a orientação cedo impressa por K. Lewin obriga a uma atenção, não só à explicação da natureza das relações pessoa-ambiente, como também ao compromisso com algum pragmatismo e com a otimização dessas relações através do contributo para um planeamento urbano e um desenho ambiental mais eficazes (Stokols, 2000).

É, porém, sobre a complementaridade de ambos os olhares que parece recair a opção do trabalho empírico realizado no domínio, e na conciliação entre *quantis* e *qualis* (Giuliani & Scopelliti, 2009; Saegert, 1986). Giuliani & Scopelliti (2009) identificaram quatro grandes tópicos em redor dos quais se organizam as opções de investigação em Psicologia Ambiental Ecológica: (i) o estudo do ambiente residencial; (ii) o estudo da cognição ambiental; (iii) o estudo do comportamento no ambiente; (iv) e o estudo da natureza e do ambiente global. Neste sentido, parece ser essa complementaridade que melhor se adequa ao estudo de ambientes de características e dimensões muito variáveis, com atores sociais a desempenhar papéis ambientais igualmente diversos. Assim, as escolhas metodológicas vão depender de questões práticas levantadas por estes objetivos, assim como preferências do investigador, e do tipo de informação disponível sobre a relação pessoa-ambiente (Giuliani & Scopelliti, 2009). Na concretização dos seus projetos, os investigadores em Psicologia Ambiental Ecológica desenvolvem estudos de terreno em que as fontes para os dados são a observação, os relatos ou a recolha indireta; nestes estudos o investigador relaciona-se diretamente com o terreno da pesquisa, ou elabora entrevistas ou questionários em que os participantes avaliam ou reconstróem a sua experiência com o ambiente; também pode surgir o recurso a simulações gráficas, visuais ou virtuais do ambiente; ou, ainda, o recurso a estudos laboratoriais. Várias estratégias metodológicas contribuem, então, para as diversas etapas. Na amostragem, desde o estudo de caso etnográfico, à amostragem de conveniência, à amostragem intencional, ou representativa. E os resultados que se podem esperar decorrentes destas opções são possibilidades muito variadas, que giram sempre em redor do conhecimento dos padrões de relação entre pessoa e ambiente (idem).

Uma dessas possibilidades é o estudo observacional do comportamento no seu ambiente, enquadrado por uma territorialidade e por um espaço pessoal, esclarecendo sobre as transações



que ocorrem com o ambiente a um nível operativo (por e.g. organização e uso do espaço, escolhas de localização) e responsivo (por e.g. propriedades ambientais e impacto do ambiente natural ou construído na performance, saúde, comportamento) (Giuliani & Scopelliti, 2009). Diversos tipos de *settings*, com funções muito diversas, podem ser estudados por esta estratégia. Aqui estão incluídos os *settings* que se dedicam à função do lazer. Estes estudos permitem a investigação sobre ambientes naturais ou construídos, *indoor* ou *outdoor*, em vários lugares específicos (a rua, a escola, o parque, o museu, etc.) e têm por alvo sobretudo os clientes destes espaços. A abordagem de terreno, com uma centralidade para a recolha de dados por observação através de amostras oportunistas é uma opção frequente. Na sua metanálise, que incluiu a revisão de todos os estudos empíricos publicados nas duas principais publicações em Psicologia Ambiental Ecológica, Giuliani & Scopelliti (2009) concluíram que este tipo de estudos integra o segundo maior grupo de investigações no domínio (21%), apenas ultrapassado pelo grupo dos estudos experimentais (23%). Foi sobre esta opção que recaíram também as nossas escolhas, fundamentadas ao longo das próximas secções deste capítulo.

Esperando conseguir lidar com as limitações apontadas ao olhar qualitativo, em profundidade, e mais limitado na produção de explicações amplas sobre os fenómenos em análise, o nosso estudo partiu de um mapeamento alargado dos ambientes recreativos noturnos e procurou, a partir daí, reunir uma amostra de grande dimensão, suportada em relatos mediados por observação direta e estruturada. Ainda assim, os esquemas explicativos obtidos no final do processo são encarados como produtos de *pequeno alcance*, orientados para a explicação de fenómenos específicos que ocorrem nos ambientes em análise, e não enquanto explicações sobre o funcionamento global desses ambientes, generalizáveis a outros.

## **2. Psicologia Ambiental Ecológica e Ambientes Recreativos Noturnos**

Tal como tivemos já oportunidade de referir, o olhar da Psicologia Ambiental Ecológica tem-se voltado de forma bem mais sistemática para os ambientes residenciais e para os sistemas de vizinhança, do que para os ambientes recreativos e para a função do lazer (Giuliani & Scopelliti, 2009). Não temos uma explicação para oferecer sobre esta declarada tendência, embora possamos assumir que a transitoriedade (Fischer, 1989) e a intermitência com que os ambientes recreativos são ocupados os torne incapazes de obter vantagem na competição pela atenção da investigação ambiental. Os espaços residenciais são definitivamente mais centrais e estáveis na experiência humana, o ser humano permanece neles incomparavelmente mais tempo, as cidades e a gestão urbana dedicam-lhes necessariamente mais área habitada, as preocupações que geram são claramente mais

“preocupantes”... E por todos esses motivos, os espaços residenciais também contribuem de forma necessariamente mais marcante para outros fenômenos sociais concomitantes, como a diferenciação social e cultural, a desviância, a transgressão e o seu controle.

Para esta tendência pode também contribuir o facto de a recreação e o lazer se apresentarem como *categorias residuais de relações* (Hannerz, 1986), muito difíceis de relacionar com transformações sociais. Hannerz apresenta-as como esferas menos diferenciadas nas modernas cidades ocidentais, atendendo a que mesmo no exercício do lazer, a maioria das pessoas dedica o seu tempo livre ao círculo de elementos do seu lar e parentes mais próximos; ou quando muito permanecem na companhia dos colegas de trabalho após as horas laborais, ainda que dedicando-se a atividades completamente distintas. Se a esta leitura adicionarmos o facto de que os contextos são definidos sócio-histórico-culturalmente e que é expectável, nesse sentido, que a investigação tenda a privilegiar os que têm um carácter mais estável como é o caso da escola ou da família, temos reunido um conjunto de argumentos importante que explica a ainda fraca aposta na investigação dos ambientes recreativos. É verdade que tem sido feito o estudo de espaços transitórios ou liminares (Fischer, 1989), onde poderíamos enquadrar os espaços dedicados ao ócio noturno. Mas fazem falta abordagens que discutam os limites entre ambos – os de carácter mais estável e permanente, por oposição aos mais transitórios –, explicando como é que num caso e noutro cumprem funções fundamentais para a construção de identidade cultural. Não existe, tão pouco, uma *Teoria do Ócio* que explique a relativa separação social que a vida ociosa alcança e os vínculos entre outros âmbitos, na eleição de formas de lazer (Hannerz, 1986).

Perante isto, e se virmos todas as lacunas e obstáculos que se levantam ao processo, tão importante em ciência, de identificar outros antes de nós que perseguiram objetivos idênticos, resultou desafiadora a tarefa de tomar decisões sobre um caminho para o trabalho empírico, e a justificação das nossas opções. Mas este cenário pode contribuir também para reforçar, precisamente, a pertinência e a necessidade do olhar que um estudo se propõe desenvolver. No nosso caso particular, essa pertinência sai reforçada pelo facto de, apesar de o terreno anterior ser escasso, não parecerem existir dúvidas sobre alguns pressupostos de partida: (i) o de que os ambientes recreativos noturnos ocupam um espaço considerável na vida e na experiência da população juvenil; (ii) e o de que os ambientes recreativos noturnos oferecem o cenário no qual têm lugar alguns dos fenômenos que geram na atualidade grande preocupação social, como parecem ser os comportamentos de risco protagonizados pelos jovens, de que o uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas é apenas o exemplo mais referido.

## **2.1 Lazer, ambientes recreativos noturnos e experiência juvenil**

A revisão desenvolvida coloca este primeiro pressuposto em evidência. Os ambientes recreativos noturnos são fortemente participados pelos jovens, e essa participação é por eles fortemente valorizada (Aguila et al, 2012; Freire, 2013; Korpela, 1992; Legendre, Amador, Bignami & Canales, 2002; Lomba et al, 2011). Todas as atividades partilhadas com pares adquirem a partir da adolescência, como é sabido, enorme importância (De Bruyn & Cillessen, 2008; Freire, 2013; Lerner & Galambos, 1998; Marsland, 1982). Como tivemos oportunidade de discutir no capítulo anterior, o motivo poderá residir, precisamente, na centralidade da função do lazer para o desenvolvimento humano, ontológico e filogenético (Bouso, 2010; Wilson, 1981), e para a construção da identidade juvenil nesta fase da vida (Csiczentmihaly, 1981; Kelly, 1977, 1981; Marsland, 1982; Machado Pais, 2008; Roberts, 2011; Trenberth, 2005 ). Mais do que isso o lazer é, como vimos, um fenómeno apontado como garante de bem-estar, saúde mental e ajustamento social nas sociedades contemporâneas (Caldwell, 2005; Kelly, 1972; Trainor, Delfabbro, Anderson & Winefield, 2010; Trenberth, 2005), uma verdadeira conquista da civilização, que não só promove ajustamento, como ajuda a superar adversidades (Kleiber, Hutchinson & Williams, 2002). Ainda assim, e apesar do reconhecimento da sua natureza contextual (Kelly, 1992), não só não é imediata como é até bastante difícil de encontrar, uma compreensão ambiental e ecológica do lazer na literatura, salvo exceções algo pontuais (cf por exemplo Rodrigues, 2010, 2012; Santos & Moreira, 2012). Como são também difíceis de encontrar os estudos que discutam a relação entre a função do lazer e os ambientes recreativos noturnos, já que a investigação do lazer que estuda a experiência juvenil só exceccionalmente opta por um foco no estudo destes ambientes (cf. por exemplo Angal-Jones, Pritchard & Morgan, 2010; Flynn & Frew, 2014).

Apesar de a função do lazer, e do lazer noturno em particular, apresentar um impacto desenvolvimental importante, uma abordagem aos ambientes recreativos noturnos que se deixe encerrar no olhar sobre a participação juvenil nestes ambientes não escapa a um reducionismo grosseiro. São muito mais variados os grupos sociais e etários que frequentam os ambientes recreativos noturnos, ainda que essa possa ser a consequência de um processo que alguns nomeiam como a “juvenilização” das sociedades contemporâneas (Goulding & Shankar, 2004).

Não obstante estas evidências persistem consideráveis lacunas no conhecimento disponível, do ponto de vista dos analisadores propostos pela Psicologia Ambiental

Ecológica, sobre a participação dos jovens, ou de quaisquer outros grupos sociais, em ambientes recreativos noturnos. Como é também escasso o conhecimento sobre como é que as características destes ambientes influenciam essas distintas formas de participação. Nesta disciplina, os estudos de ambientes recreativos que se cruzam com o lazer noturno ou com outros espaços em que ocorrem fenómenos juvenis ligados, por exemplo, ao uso de SPA são praticamente inexistentes<sup>4</sup>. Deste modo, a enorme variedade de ambientes específicos e respetivas dinâmicas que parecem guardar-se sob a alçada do lazer noturno permanece amplamente desconhecida ao olhar ambiental e ecológico.

## **2.2 Ambientes recreativos noturnos, uso de substâncias psicoativas, risco e experiência juvenil.**

O segundo pressuposto que identificámos reconhece que os ambientes recreativos noturnos são um dos cenários mais prováveis para a manifestação de fenómenos que rodeiam a juventude, que geram na atualidade considerável reação social, de que o uso de SPA constitui exemplo mais frequente. Outras preocupações sobre o comportamento juvenil têm emergido, que guardámos comumente sob o rótulo dos *comportamentos de risco na adolescência* (Lerner & Galambos, 1998). O ponto de partida foi o reconhecimento de que sempre que os jovens são motivo de preocupação é frequente olharmos os ambientes por eles participados – é o caso dos espaços de festa, como é também o caso do espaço da escola, por exemplo. Assumimos, então, que os ambientes recreativos noturnos encerram a oportunidade de aceder ao conhecimento de comportamentos juvenis atualmente problematizados pelas ciências médicas, sociais e humanas, tais como o uso de SPA, a violência, a transgressão, o risco relacionado com o comportamento sexual, o comportamento ao volante, entre outros. Neste domínio fomos especificamente à procura de perceber qual a presença desta preocupação na literatura ambiental e ecológica – ou seja, fomos à procura de perceber se na literatura que se ocupa em explicar os riscos inerentes a algumas condutas juvenis, e que desenvolve esse exercício no reconhecimento da centralidade do lazer e da participação em ambientes recreativos noturnos pelos jovens, surgem explicações baseadas em analisadores (físicos e sociais) da Psicologia Ambiental Ecológica.

---

<sup>4</sup> Uma revisão do *Journal of Environmental Psychology* em Setembro de 2012 a partir da expressão de pesquisa “recreational settings” retornou apenas uma referência bibliográfica, datada de 1985. Pesquisa idêntica na Revista *Environment & Behavior* permitiu identificar 166 referências. No entanto, após análise mais detalhada, percebeu-se que nenhuma destas dizia respeito ao estudo de ambientes recreativos noturnos em particular, e antes a outros tipos de atividade e espaços recreativos (por e.g. a frequência de parques e jardins).

Sabíamos, à partida, que se arredássemos da equação o foco nos ambientes recreativos noturnos, a literatura que tem no passado oferecido leituras ambientais e ecológicas para o fenómeno droga como problema social, assim como leituras ambientais e ecológicas sobre outras formas de desviância, é antiga, profícua e abundante. L. Fernandes (1997; 2002a; 2002b) investigou, por exemplo, as dimensões físicoambientais e socioambientais do bairro social problemático descrevendo como é que características deste espaço físico (os blocos de habitação, os espaços públicos, o aspeto geral do bairro) se relacionavam com aspetos sociais também presentes (quem habita os espaços, como é que esses habitantes se relacionam com o lugar, como reagem os habitantes às atividades desviantes do consumo e venda de drogas). Nesse percurso enfatizou a dimensão do clima social e do ambiente humano do bairro social problemático, respondendo a questões sobre a forma como são vividas as relações no bairro, as relações específicas entre os atores das drogas, e destes com os restantes habitantes. É um exemplo de um trabalho que partiu da descrição do ambiente físico e social para a desocultação das significações associadas ao espaço do bairro social problemático, uma proposta que é encerrada no conceito de *território psicotrópico*. Ph. Bourgois (2003) investigou a dedicação dos imigrantes porto-riquenhos do bairro nova iorquino do Harlem, nos anos 80, à atividade de venda e consumo de *crack* e à desorganização social e à violência que rodeavam estas atividades nesse território urbano. Propôs uma explicação que não só valorizava a espacialidade e as relações sociais em que estava envolvido o fenómeno, como recuava a dimensões históricas e económicas da relação do país de origem destes cidadãos com o colonizador norte-americano, e como essa relação desapropriou os porto-riquenhos do seu sistema de valores, do seu modo de vida e das suas possibilidades de sobrevivência. P. Adler (1993) tirou partido da proximidade, na sua vizinhança, de uma abastada família de narcotraficantes, para oferecer um relato do seu mundo social e de todo o funcionamento do sistema de tráfico de drogas a uma alta escala.

Estes são apenas três exemplos de uma vasta literatura que partilha a ancoragem numa tradição etnográfica, ecossocial e antropológica da criminologia e do campo de estudos do comportamento desviante. Aqui o olhar da Psicologia Ambiental Ecológica acaba por estar presente por se partilhar, nesta abordagem ao desvio, da tradição da Escola de Chicago (Park, 1984) e do Interacionismo Simbólico (Blumer, 1982) que são correntes epistemologicamente próximas das premissas também partilhadas pela Psicologia Ambiental Ecológica, e em que o foco na relação pessoa-ambiente é invocado para explicar fenómenos de desviância.

A evolução da natureza do fenómeno droga com a entrada nos anos 90 foi acompanhada de uma evolução no conhecimento que sobre ele foi sendo produzido, e que em

certa medida procurou preservar esta tradição. A partir deste período os usos de SPA passaram a ser sinónimo de festa, dança e excesso, num contexto de progressiva normalização, e de progressivo afastamento duma compreensão criminológica emparelhada com a desviância (Aldridge et al, 2013; Parker, 2005; Parker et al, 1999). As preocupações sociais que daqui emergiram passaram a ter cada vez menos que ver com transgressão e desorganização social (cf. por exemplo McDonald & Shildrick, 2007; Owens, 1985; Williams & Walker, 2006), e cada vez mais com risco para a saúde física e mental dos novos atores sociais do fenómeno, primordialmente população juvenil e jovem adulta (Calafat et al, 2011; Calafat et al, 2011; Caldwell & Darling, 1999; Crabbe, 2006; EMCDDA, 2012; Energy Control, 2012; Forsyth, 2009; Hughes et al, 2012; Hughes et al, 2012; James, Sigenthaler & Lord, 2000; Lomba et al, 2011; Shinew & Parry, 2005; Sumnall et al, 2010). Esse processo é largamente tributário da associação aos ambientes recreativos noturnos, e há vários trabalhos empíricos que colocam em evidência essa proximidade (Angal-Jones, Pritchard & Morgan, 2010; Chatterton & Hollands, 2003; Demant, Ravn & Thorsen, 2010; Flinn & Frew, 2014; Hubbard, 2013; Tutenges, 2013), agora inseridos numa nova disciplina – os *Club Studies*, como são conhecidos na literatura nórdica e anglo-saxónica.

No nosso país também se desenvolveu de forma muito significativa a informação disponível sobre o comportamento dos jovens, e sobre as dimensões mais problemáticas desse comportamento, nomeadamente o uso de SPA. Ao longo das últimas décadas a informação tornou-se mais sistemática, sendo reportadas atualmente tendências provenientes de indicadores muito diversos, e de elevada comparabilidade (Balsa, Vital & Urbano, 2013; Feijão, 2012). Mas apesar de os ambientes recreativos noturnos serem frequentemente apontados como uma dimensão fundamental para a compreensão do comportamento de uso de SPA na população juvenil, os contributos para o conhecimento do fenómeno no contexto português são pouco mais do que residuais (Carvalho, 2007; Chaves, 2003; Henriques, 2003; Lomba et al, 2011; Silva, 2005).

A mesma tendência mantém-se quando optamos, na revisão efetuada, por fazer variar as áreas disciplinares de referência da produção científica, estendendo-as da Psicologia Ambiental Ecológica para a investigação mais epidemiológica, antropológica, sociológica, criminológica, ou focada na psicologia da justiça e do comportamento desviante. Em todos estes domínios verificamos não ocorrer uma explicação ambiental para a relação entre estes ambientes, a juventude, e fenómenos social e cientificamente relevantes como o uso de SPA, outros fatores de risco para a saúde física e mental dos jovens, a violência, ou dinâmicas de exclusão e distinção social.

Não queremos com isto dizer que os ambientes recreativos noturnos não geram investigação empírica, o que seria uma incorreção grosseira. Na literatura são abundantes as caracterizações dos espaços que elegem quase sempre algum tipo de “festa” (a festa *techno*, a festa *house*, a festa de *trance*, a *rave*, os *clubs* urbanos, os *resorts* de férias, etc.), definidos por relação com a música mas também com a espacialidade, e encerrando dinâmicas próprias que permitem explicar alguns dos fenómenos que nos propomos estudar (Bellis et al, 2002; Bogt & Engels, 2005; Bogt, Engels & Dubas, 2005; Carvalho, 2007; Degenhardt, Copeland & Dillon, 2005; Donkin & Birks, 2007; Duff, 2004; Duncan, 2007; Finney, 2004; Grynszpan, 1999; Lallemand & Scheppens, 2002; Lomba, Apóstolo, Mendes & Campos, 2011; McCaughan, Carlson, Falck & Siegal, 2005; Measham, 2004; Measham & Hadfield, 2009; Moffata, Johnsona & Shovellerb, 2009; Pinto dos Santos & Moreira, 2008; New Zealand Police & ALAC, 2010; Northcote, 2006; Racine, 2002; Readhead, 1997; Recasens, 2007; San Julián & Quirós, 2001; Sanders, 2006; Sanders, 2005; Silva, 2005; Tutenges, 2013; Wellsmith, 2009; Widén & Erlandsson, 2007; etc.). O que fica, no entanto, a faltar a esta extensa literatura é uma explicação estritamente ambiental para essa relação, expressa em termos da interação de dimensões físicas e sociais dos espaços, e sua relação com os comportamentos manifestos dos seus atores sociais. Ou seja, fica a faltar uma explicação desses fenómenos ancorada em analisadores da Psicologia Ambiental Ecológica, assumindo que esses analisadores se adequam à compreensão das relações pessoa-ambiente, e que colocam em evidência as especificidades dos ambientes recreativos noturnos que os fazem emergir, conferindo-lhes maior ou menor visibilidade.

### **3. Um estudo empírico sobre os Ambientes Recreativos Noturnos: justificação e objetivos de investigação.**

No seu conjunto estes motivos permitem-nos concluir que um estudo da natureza do que propomos parece ser relevante e necessário para a compreensão do comportamento humano em contexto no que toca a estes ambientes e aos fenómenos em apreço. Procurando contribuir para se superarem estas limitações, a investigação que desenvolvemos visa especificamente uma caracterização dos ambientes que apresentam a função de lazer e recreação (Giuliani & Scopelliti, 2009), quando essa função está a ocorrer em circunstâncias de lazer predominantemente (embora não exclusivamente) noturno, e com forte participação de atores juvenis. A nossa intenção foi o estudo de ambientes de características físicas e sociais potencialmente muito contrastantes, mas que partilhassem a função recreativa.

Na tradição da Psicologia Ambiental Ecológica, o estudo do fluxo do comportamento até atingir-se a descrição detalhada de comportamentos que ocorrem naturalmente pode concretizar-se de várias formas (inclusive as orientadas para a quantificação), contando que as estratégias usadas contribuam para uma explicação do comportamento na relação com o seu contexto de ocorrência (Tesch, 1990). Pressupondo que os comportamentos nunca ocorrem em situações neutras mas antes em *settings* físicos e sociais específicos, a Psicologia Ambiental Ecológica analisa não a lógica interna desses comportamentos e acontecimentos, mas antes as regras que governam a influência dos *settings* ambientais no comportamento (Tesch, 1990). Neste sentido procuramos que a recolha e a análise de dados considerasse intencionalmente os níveis Físicoambiental (NFA) e Socioambiental (NSA), que classicamente têm vindo a estruturar as abordagens ao estudo do ambiente em Psicologia Ambiental Ecológica (Giuliani & Scopelliti, 2009). Tratou-se, então, de eleger contextos quotidianos associados ao lazer e ao consumo de SPA entre os jovens, mas onde é possível observar a manifestação de outros fenómenos, procurando para essa relação uma explicação ambiental-ecológica.

Ao nível físicoambiental era esperado que os lugares contidos nestes ambientes pudessem apresentar considerável variabilidade quanto à sua *tipologia, natureza e tamanho*, as dimensões que a par da *função* são mais frequentemente chamadas a classificar tipos de *settings* e a descrever a natureza das relações pessoa-ambiente que neles ocorrem (Giuliani & Scopelliti, 2009). Ao NSA a intenção foi caracterizar os participantes presentes nas transações pessoa-ambiente que estavam a ocorrer nos ambientes recreativos noturnos, com um foco em alguns dos seus comportamentos. Pretendíamos, especificamente, perceber quais as condições ambientais da emergência dos fenómenos do uso de SPA lícitas e ilícitas, do risco, da proteção e do controlo social (formal e informal). Foi nosso interesse garantir uma compreensão para os comportamentos dos participantes em contexto, relativa a esse conjunto específico de dimensões.

Numa investigação anterior (Carvalho, 2007) já tínhamos recorrido à observação naturalista dos ambientes recreativos noturnos para procurar compreender um tipo de *festa* – a festa de *trance* –, explorando a relação entre características dessa proposta e o fenómeno do uso de SPA. Nessa altura fomos mobilizados pelo interesse em descrever as práticas recreativas e as dinâmicas específicas de um género da música electrónica de dança e suas formas de lazer noturno – o movimento do *trance psicadélico*, e a festa de *trance* como sua manifestação mais central (Carvalho, 2007). Esse interesse havia sido já orientado para a exploração da forma como uma espacialidade definida pela imersão em ambientes naturais, e



por uma exuberante estética psicadélica, estavam a contribuir para o reforço da ligação dos participantes a uma certa espiritualidade, ao uso de SPA ao serviço da amplificação intencional da consciência, e a ideologias *new age*. Estes aspetos foram reconhecidos como traços subculturalmente relevantes desse movimento.

Procuramos aí descrever, particularmente, como é que do ponto de vista da relação com o uso de SPA alguns padrões emergiam com a presença, por exemplo, de uma grande diversidade de produtos usados, a preferência por alucinogénios (fruto da relação destes com o psicadelismo), e algumas atitudes espontâneas de RRMD. Nestas contava-se a procura por substâncias e formas de uso menos vulneráveis à adulteração e uma intencionalidade na relação com os usos que diferenciava as suas finalidades e apresentava o utilizador como salvaguardado na sua liberdade e autonomia. Esse utilizador, particularmente informado e esclarecido sobre produtos e seus efeitos, veio a ser entretanto conceptualizado de forma mais exaustiva por investigação posterior (Cruz, 2011; Cruz & Machado, 2010; Cruz, Machado & Fernandes, 2010).

Estudando aquele ambiente recreativo noturno particular, sua dinâmica e organização, apercebemo-nos como funcionavam elementos como a acessibilidade, a divulgação, o controlo, a segurança ou a redução dos riscos. Procurámos uma descrição daqueles elementos que, baseada na observação naturalista e nos testemunhos de informantes, traduzisse a visão do participante sobre a vivência desses elementos aludindo desse modo, e ainda que de forma menos intencional, para a relação entre NFA, NSA e comportamento, descrição essa que continuou a guiar o nosso interesse na atualidade.

Essa experiência de investigação prévia foi determinante. Nas opções que viemos a desenvolver futuramente antecipávamos que quando observávamos globalmente um evento, a presença manifesta, explícita, de fenómenos como o uso de SPA e outros comportamentos de risco variava consideravelmente entre ambientes com configurações espaciais distintas, e variava inclusivamente dentro do mesmo evento, se fossem observados distintos nichos. Quando o critério da observação eram os comportamentos dos participantes (e já não o espaço mais holisticamente considerado), também era clara a presença dessa variabilidade, regulada pela ocupação que estes atores faziam desses diferentes nichos. Isto parecia suceder ainda que estes atores sociais se mantivessem unidos pela experiência comum da participação no lazer noturno, pelo interesse em géneros musicais e estilos subculturais relativamente comuns, e por características demográficas igualmente homogéneas. Em suma, foi este trabalho anterior que nos colocou perante o problema da influência das dimensões ambientais na explicação desta variabilidade, e nos abriu à intenção de alargar essa descrição inicial a um conjunto mais

amplo, mais diverso e intencionalmente contrastante de ambientes recreativos noturnos, procurando a compreensão da natureza das relações entre os seus elementos, mas mantendo a abertura para a emergência de novos temas e novas relações não-antecipadas entre os fenómenos. Por esse motivo o presente exercício foi alargado a uma amostra mais variada de ambientes ampliando-se, consequentemente, a natureza das relações a conhecer entre espacialidade e comportamentos.

O Quadro 2 apresenta mais exaustivamente a estrutura dos objetivos e das questões de investigação (QI) que orientaram a pesquisa, assim como o elenco dos conceitos transformados posteriormente em indicadores que foram considerados na construção do instrumento de recolha dos dados. São QI orientadas para responder ao *o quê* e ao *como* do que acontece nestes ambientes, e que é passível de ser filtrado pela observação. São QI claramente menos orientadas para a resposta ao *porquê* das problemáticas em causa, essencialmente porque, como veremos, a metodologia adotada não contempla o ponto de vista dos atores sociais que participam no ócio noturno, a que poderia aceder-se, por exemplo, através de entrevistas em profundidade. Em consequência, o desenho de investigação adotado resulta relativamente pobre em conteúdo interpretativo, embora seja claramente abundante em conteúdo descritivo. Creswell (2007) discute sobre se o método qualitativo deve reportar essencialmente os pontos de vista dos sujeitos (puramente interpretativo ou *interpretive turn*), ou se deve reportar o contexto desses comportamentos na procura de uma compreensão do fenómeno a explorar, e não estritamente dos atores sociais que o integram (*understanding of social worlds*) (p.3). A nossa opção, como se pode constatar pela análise do Quadro 2, é claramente pela descrição dos contextos de uma forma menos comprometida com o sentido que os indivíduos conferem à sua experiência de participação nos mesmos.

#### **4. Fundamentação das opções metodológicas**

Como alguns dos argumentos apresentados até ao momento permitem antecipar, fomos orientados, no recorte do objeto de estudo e das QI, pelo paradigma e metodologia qualitativos, recorrendo ao método descritivo e à técnica da observação naturalista e estruturada na descrição das dimensões de NFA e NSA dos ambientes recreativos noturnos, e na construção de modelos compreensivos explicativos da relação entre estas dimensões e os fenómenos já enunciados. Esse compromisso para com as opções técnicas do processo de investigação é um compromisso, antes de mais, teórico: “Saber fazer investigação não é uma questão de saber técnico (instrumentos, planos ou amostras); tudo isso é importante, mas nada

disso tem significado se não soubermos porque o fazemos e que estatuto devemos dar aos nossos dados, como os podemos interpretar. E isso é uma questão de teoria”. (Machado, 2004, p.35). Trata-se, então, de explicitar de que forma os pressupostos e as implicações da tradição da Psicologia Ambiental Ecológica, mas também da investigação qualitativa, etnográfica em articulação com os pressupostos da *grounded theory*, influenciaram a formulação dos objetivos da pesquisa (que seguem possibilidades e implicações preconizadas nessas abordagens), assim como as restantes opções metodológicas.

De acordo com Creswell (2007) o contributo da investigação qualitativa é especialmente relevante quando, entre outros aspetos, necessitamos de uma abordagem prática que garanta a proximidade com os participantes e com os contextos naturais de ocorrência das suas experiências, características que se adequaram de forma particularmente estratégica às nossas intenções de pesquisa. Efetivamente, desde o início do nosso percurso enquanto investigadores que fomos valorizando o olhar naturalista, proximal e holista inspirado numa abordagem etnográfica ao terreno da pesquisa. As razões que justificam a opção pela investigação qualitativa são amplas, e vão desde as convicções do investigador baseadas na sua experiência, à natureza do problema de investigação, à necessidade de conhecer fenómenos ainda pouco descritos, à possibilidade de expor detalhes de fenómenos difíceis de abordar através dos métodos quantitativos, entre outros aspetos (Strauss & Corbin, 1990). Todos estes argumentos poderiam ser genericamente chamados a justificar o nosso percurso e as nossas escolhas nesta investigação.

A nossa experiência neste domínio surgiu pela oportunidade, numa etapa inicial do nosso percurso, de treinar a adoção desta abordagem no estudo do fenómeno do uso problemático de drogas (Fernandes & Carvalho, 2003), e posteriormente no estudo de culturas juvenis e ambientes recreativos apontados, entre outras características, pela forte presença do uso de SPA (Carvalho, 2007). Em segundo lugar, a investigação de comportamentos rodeados, ainda que de forma variável, por algum grau de estigma e ocultação<sup>5</sup>, como é o caso do uso de SPA ilícitas nos seus contextos naturais de ocorrência (Strauss & Corbin, 1990),

---

<sup>5</sup> Num trabalho anterior investigamos o consumo problemático de drogas com relação ao conceito de “população oculta” (Fernandes & Carvalho, 2003). Nesse trabalho demos conta da experiência de consumo entre dois grupos distintos, socialmente integrados vs. socialmente excluídos. Apesar do uso de um procedimento de amostragem em cadeia especialmente adaptado à investigação de fenómenos cujas práticas estão rodeadas de secretismo e cujos Atores resistem ao contato com dispositivos que de outro modo lhes confeririam maior visibilidade, foi especialmente difícil o recrutamento de participantes oriundos dos mundos socialmente mais diferenciados. Isto aconteceu mesmo adotado um critério de amostragem que permitia a inclusão de participantes cujo padrão de uso não configurava, à data da recolha dos dados, um problema relacionado com o consumo.

integra claramente o domínio dos fenómenos de mais difícil acesso à investigação, pressupondo a grande adequação da investigação qualitativa para o seu conhecimento.

No decurso do processo de investigação, e apesar da experiência prévia ter permitido antecipar um grande conjunto de indicadores para a recolha dos dados, outras dimensões não contempladas inicialmente acabaram por emergir enquanto temas igualmente relevantes. Foi o caso do tema do controlo social (formal e sobretudo informal). Para Creswell (2007), ainda que o processo de investigação em investigação qualitativa se inicie com a formulação do problema de investigação, dos objetivos da pesquisa e QI, esta definição é suscetível de avanços e recuos, sendo o desenho flexível. A evolução do nosso projeto refletiu a necessidade desta flexibilidade, já que se foi tornando evidente que a forma como os vários temas (antecipados na recolha e emergentes da análise) se estavam a associar entre si, poderia vir a permitir a identificação de regularidades explicativas do processo de emergência dos fenómenos em análise nos ambientes recreativos noturnos. Dessa constatação resultou um

## Quadro 2

### Desenho da Investigação

Objetivos Gerais e Específicos		Questões de Investigação	Conceitos orientadores
(1) Identificar as dimensões ambientais dos AR	Descrever os AR ao Nível Físicoambiental (NFA)	Como é que se caracterizam os AR relativamente a dimensões físicoambientais básicas – tipologias, natureza, tamanho, organização espacial, organização temporal)?	<p>Ambientes Naturais vs. Construídos (Krämmer, 1995)</p> <p>Ambientes <i>Outdoors</i> vs. <i>Indoors</i> (Krämmer, 1995)</p> <p>Níveis de tamanho dos ambientes construídos (salas, edifícios, áreas de construção, bairros, cidades) (Krämmer, 1995)</p> <p>Níveis de antropização dos ambientes naturais (proximidade com natureza; parques urbanos/zonas naturais; áreas rurais; áreas selvagens naturais) (Krämmer, 1995)</p> <p>Meio interno e envolvente externa</p> <p>Duração; sazonalidade; horário</p>
		Quais são os elementos físicoambientais específicos dos AR? Que <i>settings</i> específicos podem ser identificados? Que elementos compõem esses <i>settings</i> ?	<p>Meios e micromeios (Fischer, 1989)</p> <p>Elementos de <i>settings</i> (Giuliani &amp; Scopelliti, 2009)</p> <p>Tipos de <i>settings</i> (Krämer, 1995)</p>
	Descrever os AR ao Nível Socioambiental (NSA)	Quais são os atores sociais dos AR? Que comportamentos protagonizam?	<p>Idade desenvolvimental e grupos etários (Giuliani &amp; Scopelliti, 2009)</p> <p>Género (por e.g. Romo, 2001)</p> <p>Questões de classe e origem social</p> <p>Papel ambiental (Barker, 1968; Hannerz, 1986; Giddens, 2000)</p> <p>Estilo, estética visual e grupos subculturais de pertença (por e.g. Hebdige, 2002)</p> <p>Comportamentos</p> <p>Percepções</p> <p>Mobilidade</p>
		Como são divulgados os AR?	Estratégias de divulgação e comunicação
		Como funcionam os AR? Que elementos asseguram esse funcionamento?	Os preços, a entrada, a oferta, as etapas
		Que incidentes estão a ser identificados? Quem são os atores sociais que os protagonizam? Como é que os observadores/participantes percebem e qualificam o que está a acontecer ao nível do uso? Qual é a relação entre os fenómenos e as características FA e SA de um evento?	<p>Descrição dos incidentes de Consumo de SPA em AR</p> <p>Descrição de incidentes que configuram risco ambiental</p> <p>Descrição incidentes que configuram promoção segurança e bem-estar</p> <p>Descrição de incidentes que configuram CS (formal e informal)</p> <p>Descrição de dinâmicas e incidentes de violência e outras situações problemáticas</p>
(2) Descrever como é que se manifestam, nos diversos AR, os fenómenos do uso SPA, da segurança, do risco, da violência e do controlo social. E (3) compreender como estão a relacionar-se as dimensões ambientais identificadas com os fenómenos em questão.	Descrever e compreender as condições da manifestação do fenómeno do uso de SPA, do risco, da segurança e bem-estar, do controlo social e da violência.		
(3) Propor uma leitura compreensiva da relação entre as dimensões ambientais e os fenómenos descritos nos AR.		Como é que o conhecimento sobre as dimensões FA e SA dos AR explica a manifestação dos distintos fenómenos em análise? Esse conhecimento faz emergir padrões nessa relação? Que regularidades podem ser identificadas nos AR?	<p>Dimensões FA</p> <p>Dimensões SA</p> <p>Dinâmicas sobre o Uso de SPA</p> <p>Dinâmicas sobre o Risco</p> <p>Dinâmicas sobre a Violência</p> <p>Dinâmicas sobre a Proteção</p> <p>Dinâmicas sobre o Controlo Social</p>

objetivo adicional – formular explicações ambientais (NFA e NSA) sobre os fenómenos do uso de SPA, risco e proteção que permitissem compreender a diversidade da manifestação desses fenómenos em ambientes de características física e socialmente muito distintas (cf. Objetivo 3, Quadro 2).

Do ponto de vista da operacionalização da análise foi nossa intenção geral descrever regularidades nos dados, identificando e categorizando elementos e explorando as suas relações. Nessa etapa fomos orientados pelas estratégias preconizadas pela *grounded theory*. A *grounded theory* prevê uma aproximação ao terreno que permita ancorar a compreensão dos fenómenos em análise produzindo teoria enraizada, no reconhecimento da natureza constantemente evolutiva da experiência, do papel ativo dos sujeitos na modelagem dos seus contextos de vida, e no reconhecimento de inter-relações entre condições, significados e ações (Strauss & Corbin, 1990), que descreva regularidades nos dados e estabeleça relações. É dessa dinâmica que emerge a teoria enraizada, compreensiva dos dados obtidos e que “apresenta um conjunto de proposições teóricas de tipo explanatório, que afirmam relações passíveis de serem conhecidas, entre entidades dos dados” (Tesch, 1990, p.85). Deste modo, e antes de o investigador partir para a clarificação da natureza dessas relações, deve dedicar-se a descobrir essas entidades ou categorias.

As categorias podem ser inteira ou parcialmente derivadas de teorias ou conceitos pré-existentes. Ou podem ser, em alternativa, totalmente derivadas dos dados. Esta última opção é a que corresponde, em essência, à tradição da *grounded theory* e a um procedimento integralmente *indutivo* – i.e., em que toda a conceptualização e teorização sobre origem e relações entre conceitos derivam exclusivamente dos dados empíricos. No primeiro caso temos as situações em que a análise assume um carácter confirmatório e *hipotético-dedutivo*. E no segundo caso, as situações em que apesar de um ponto de partida no desenho das categorias ser, em certa medida, prévio e informativo da recolha dos dados, prevalece uma atitude de abertura do investigador para a descoberta de elementos não antecipados no desenho da investigação, e que possam surgir ao longo da análise – *procedimento semi-indutivo* (Yin, 2003). Nesta modalidade de desenho da investigação qualitativa o projeto mobiliza, simultaneamente, o pressuposto indutivo de que a teoria é orientada pelos dados, e o pressuposto dedutivo de que a teoria prévia pode orientar o sentido da análise. Assim, o investigador suporta-se em constructos existentes, mas também permite a emergência de ideias a partir dos dados, de modo a desenvolver novas perspetivas teóricas que enriquecem o estado do conhecimento existente (Yin, 2003). Nos desenhos indutivos e semi-indutivos o investigador aceita, ao longo da análise, que os conceitos inicialmente identificados têm um carácter provisório, progredindo no seu desenvolvimento através de procedimentos de

*codificação aberta* e de *produção de memorandos*, partindo depois para a *codificação axial* e, finalmente para a *codificação seletiva* que permite a eleição da(s) *core-categories* (Strauss & Corbin, 1990; Glaser & Strauss, 1967).

No nosso caso foi selecionado um procedimento semi-indutivo na análise dos dados provenientes da observação que permitiu identificar e descobrir elementos dos ambientes recreativos noturnos e descrever padrões de relações entre elementos físicos e sociais desses ambientes, assim como comportamentos e dinâmicas protagonizados pelos seus atores sociais ao nível dos fenómenos do uso de SPA, do risco e da proteção. A análise permitiu, deste modo, o desenvolvimento de proposições teóricas, através da descoberta de regularidades nos dados que emergem da identificação e categorização de elementos, e exploração das suas relações.

## **5. Procedimentos de Amostragem**

Para estudarmos a relação pessoa-ambiente em ambientes recreativos noturnos usamos procedimentos de amostragem intencional inspirados na amostragem teórica proposta por Glaser e Strauss (1967), mas também por reformulações posteriores sobre a operacionalização desta estratégia (Chamarz, 1990; Strauss & Corbin, 1990). Na sua proposta original, Glaser e Strauss (1967) preconizaram que a amostragem teórica se caracterizava pelo facto de as decisões relativas aos dados a recolher, assim como a estratégia para essa recolha, serem escolhas ancoradas na teoria emergente dos dados. Colocar este princípio em prática significa tomar decisões sobre os casos a incorporar numa investigação de forma síncrona com a análise dos dados. No nosso caso, e porque sentimos a necessidade de começar por um mapeamento dos ambientes recreativos antes da tomada de decisão sobre que contextos observar, o processo não decorreu de acordo com este princípio. No entanto, outros autores que contribuíram para o desenvolvimento da *grounded theory* posteriormente à obra fundadora de Glaser e Strauss vieram a preconizar a possibilidade destes critérios iniciais se poderem pôr em marcha de formas mais variadas, preservando ainda assim a essência da metodologia. Charmaz (1990) avançou, por exemplo, que a amostragem teórica é mais vantajosa quando já descobrimos alguns conceitos-chave. É por esse motivo que recomenda uma recolha inicial com um grupo *aleatório* de pessoas que experienciaram o fenómeno em estudo, começando depois a desenvolver os conceitos, usando a amostragem teórica para gerar mais dados que confirmem ou refutem as categorias originais. O facto de o nosso desenho de investigação ter sido, como expusemos atrás, decorrente de investigação anterior

que influenciou a escolha dos conceitos orientadores da recolha dos dados coloca-nos próximos deste caminho sugerido por Charmaz. Utilizamos, deste modo, amostragem teórica a partir de uma recolha de dados prévia, e não integralmente decorrente da teoria emergente. Esse procedimento implica abordar a informação previamente recolhida e tomar decisões sobre a inclusão de casos na análise de acordo com critérios de formação de grupos contrastantes. Strauss & Corbin (1990) também admitem a possibilidade de conduzir *grounded theory* em situações em que se opta por recolha prévia dos dados. Essa opção não é incompatível com a *grounded theory* se a informação a submeter a análise for sendo incorporada de acordo, precisamente, com os critérios da formação de grupos contrastantes (Glaser & Strauss, 1967; Lincoln & Guba, 1991; Machado, 2004). Parece ser esse também o caso de algumas investigações no domínio da Psicologia da Justiça que fizeram derivar de um estudo quantitativo prévio, a eleição dos casos a incorporar na análise qualitativa (Machado, 2004; Matos & Machado, 2007).

No nosso caso, e enquanto decorria a compilação de uma base de dados que mapeava os ambientes recreativos noturnos, um conjunto mais restrito de eventos foi observado e caracterizado para algumas dimensões descritivas globais. Posteriormente essa exploração permitiu a eleição de um conjunto de casos a incorporar na análise qualitativa mais aprofundada. A amostra foi inteiramente composta por eventos que integravam a oferta regular de ócio noturno da região norte do país, privilegiando contextos geográfica ou socialmente<sup>6</sup> urbanos, e que foram considerados ambientes recreativos noturnos com condições adequadas para a observação de ações e interações sujeito-ambiente, permitindo a descrição de características de NFA e de NSA. Especificamente cumpriram-se critérios que implicavam que o evento estivesse a acontecer em períodos predominantemente noturnos, que fossem fortemente (embora não exclusivamente) participados por população juvenil, e incluíssem a música como sua oferta central. Destes critérios decorreu que a amostra tivesse integrado bares e discotecas durante o seu funcionamento regular ou durante eventos específicos (por exemplo um concerto); eventos que estavam a decorrer em espaços urbanos não originalmente destinados ao ócio noturno; festivais em grandes espaços em outdoors; entre outros formatos. Colocados estes critérios prosseguimos ao longo de várias etapas que

---

<sup>6</sup> Com isto pretendemos que um contexto é urbano pelo facto de geograficamente se situar dentro de um perímetro urbano, ou que é urbano porque apesar de geograficamente se situar fora de um perímetro urbano, são urbanos os seus públicos.



foram reunindo subgrupos de dimensão variável aos quais fomos dedicando diferentes estratégias.

Um primeiro nível foi constituído pelo grupo dos *eventos sinalizados* (ES). Durante um período de cerca de 24 meses compilamos numa base de dados um total de N=1248 eventos classificados quanto à sua designação comercial, localização, e informações suplementares sempre que disponíveis (por e.g. instruções sobre o itinerário, contatos, preço da entrada, etc.) (Cf Quadro 3). Na compilação desta base de dados, que tinha a intenção de reunir um mapeamento da oferta de ócio noturno no território abarcado pela pesquisa, usamos um conjunto de estratégias, mais e menos sistemáticas. Por estratégias *sistemáticas* queremos designar a subscrição de *newsletters* de fóruns e *websites* ligados a eventos de música electrónica de dança e outros géneros, assim como *websites* de espaços específicos do ócio noturno. Essa informação foi recebida e ativamente procurada por nós com um carácter regular (semanal) durante os dois anos em que se concentrou este processo. No entanto o acesso a essa informação, apesar de garantir conhecimento sobre um número muito vasto de eventos, não foi suficiente para assegurar a sua diversidade. Por esse motivo privilegiou-se posteriormente, na sinalização e seleção dos eventos a observar, outras estratégias de carácter não sistemático como o recurso a *informantes*, a recolha de *flyers* em espaços de divulgação frequente (bares de uma universidade, estabelecimentos comerciais, espaços de ócio noturno), a informação dos *media*, e até mesmo as experiências de *saídas* noturnas *regulares* dos observadores da equipa. Podemos então concluir que se numa fase inicial este procedimento foi orientado por um critério mais exploratório, de conveniência, progressivamente a recolha da amostra foi-se tornando mais intencional.

Um segundo nível foi constituído pelos *eventos observados* (EO) (n=128). Estes foram extraídos da base anterior, e a sua observação decorreu em simultâneo. Os EO foram alvo de uma descrição geral que incluiu *ano da observação*, *área geográfica*, *estratégia de sinalização usada na amostragem*, *tempo decorrido entre o evento e a finalização do registo*, *total de horas observadas*, e existência de dados suplementares à observação como *mapas e imagens*. Foram também controladas nesta etapa algumas características de NFA e NSA, importantes para a decisão sobre que eventos observar, privilegiando o máximo contraste. (Cf. Quadro 3). Nesta etapa a decisão sobre os eventos a abordar através de observação foi-se tornando mais intencional, acompanhando o processo em que a diversidade existente de contextos e ofertas se ia tornando mais clara, e em que era possível tomar decisões sobre que eventos observar a partir da presença de características específicas (Giuliani & Scopelliti, 2009).

### Quadro 3

#### Caracterização da Amostra de Eventos

	Eventos Sinalizados (n=1248)	Eventos Observados (n=128)	Eventos Analisados (n=14)
Ano			
2007	452	83	7
2008	796	45	6
2009			1
Localidade			
Outras Norte	61	15	2
Porto Cidade	900	75	9
Porto Ár. Metrop.	182	21	3
Centro	91	11	
Sul/Outras	2	4	
Desconhecido	12		
Estratégia Amostr.			
Sistemática	1032	32	2
Informante	122	35	6
Saída Regular	30	12	1
Flyer	56	25	1
Media	8	18	4
Outra		2	

Um terceiro e último nível foi constituído pelos *eventos analisados* (EA) (n=14) identificados a partir da base de *eventos observados*. Estes eventos foram considerados para efeito de uma análise compreensiva ao conteúdo das observações através da produção de um sistema de categorias e de uma análise semi-indutiva ao seu conteúdo, para além de uma descrição quanto ao mesmo conjunto de dimensões usadas anteriormente (Cf Quadro 2, especificamente a síntese de todas as dimensões analisadas). De acordo com Saldaña (2011), e apesar de a partir dos três a seis casos ser já possível garantir a amplitude dos dados sob análise, a investigação qualitativa que pretende garantir descobertas mais credíveis e fiáveis deve assegurar uma amostra composta por um intervalo de dez a vinte casos.

## 6. Procedimentos de Recolha dos Dados

A apresentação e justificação dos procedimentos de recolha dos dados inclui a referência à observação como estratégia central dessa recolha, aos observadores enquanto agentes desse procedimento, à necessidade do instrumento que mediou o procedimento, e à tarefa de reorganização dos dados num formato subsequente – os protocolos de observação (PO) - que se tornou necessária para a sua adequação ao software usado na análise.

### 6.1 A Observação e os Observadores

Atendendo a que era nosso objetivo produzir descrições sobre *espaços habitados*, sobre *comportamentos* e sobre fenómenos que estavam a ser protagonizados pelos participantes desses eventos, a nossa amostra foi, como vimos, formada por ‘eventos’ provenientes de diversos tipos de ambientes recreativos noturnos, e não por indivíduos participantes nesses ambientes. Para efeitos desta investigação, a atividade de participação em ambientes recreativos noturnos foi entendida como uma *atividade quotidiana* para a qual a técnica da observação parece excecionalmente adequada. De acordo com M. T. Anguera, “a análise da quotidianidade implica contemplar condutas variadas a distintos níveis de uma estrutura piramidal. (...) À medida que descemos nessa pirâmide podemos fragmentar a quotidianidade em diferentes planos (família, profissão, relações sociais, ócio,...) e contemplá-la a partir de distintos âmbitos transversais (saúde, afeto, tensão, satisfação, conflito, ...).” (Anguera, 2001, p.11, trad. livre). Especificamente, estamos a considerar condutas que têm um carácter perceptível, que fazem parte do quotidiano dos indivíduos e que apresentam uma relação interativa com o seu contexto. A sua análise requer, necessariamente, uma segmentação em unidades mais discretas de conduta, e potencialmente uma complementaridade na consideração de dimensões qualitativas e quantitativas. Nesse processo, e de acordo ainda com Anguera, vamos descendo desde a molaridade da descrição dos contextos que produzem as condutas, até à molecularidade de uma infinita variedade de comportamentos.

Esta investigação recorreu a uma metodologia naturalista na recolha dos dados, no sentido em que preservou a natureza das condições de observação, e no sentido em que ocorreu nos ambientes naturais de ocorrência do fenómeno do ócio noturno, junto de atores que participavam naturalmente nas interações quotidianas que tinham lugar nesses ambientes (Adler & Adler, 1994). Recorreu, especificamente, à técnica da observação simples, não-interferente e não-participante (Lee, 2003; Firmino da Costa, 1999; Anguera, 1997; Trochim

& Donnelly, 2007), estruturada de acordo com um instrumento de observação de preenchimento posterior à experiência de contato com o terreno pelo observador. Durante a observação dos ambientes recreativos noturnos o estatuto do observador não era conhecido pelos observados, um procedimento descrito na literatura como observação não-intrusiva (ou não-interferente) (Lee, 2003; Trochim & Donnelly, 2007), e que se concretiza através do recurso a um estatuto coberto do investigador no terreno da pesquisa. Nesta abordagem são possíveis diversas modalidades no que toca, precisamente, à componente da participação do observador no contexto observado (Adler & Adler, 1994; Fernandes, Neves & Chaves, 2001; Trochim & Donnelly, 2007). No nosso caso essa opção recaiu por uma modalidade de observação-participação, em que podia ocorrer participação casual do observador nas atividades do grupo no decurso da recolha de dados por observação (por e.g. dançar, beber, ...), e em que o contato do observador com os demais participantes do contexto se dava de forma superficial, em caso de conhecimento, mas sem a intenção de desenvolver o aprofundamento dessa relação ou de desenvolver uma identidade enquanto participante em ambientes recreativos noturnos.

A observação esteve a cargo da investigadora, mas também de uma equipa formada por um conjunto de outros observadores que foram colaboradores do estudo, e que receberam formação para esse efeito. Tal como já tivemos oportunidade de enunciar a respeito dos procedimentos de amostragem, a observação decorreu em eventos sinalizados pelo investigador, que valorizou pontualmente experiências da restante equipa na sua atividade espontânea de saídas noturnas na sua escolha. Aos observadores era pedido que após uma experiência de saída noturna registassem *a posteriori*, e num instrumento especialmente concebido para o efeito, os dados resultantes dessa experiência. Nesse registo de informação, e apesar de as percepções dos observadores poderem claramente mediar as possibilidades da informação recolhida, não estava a ser solicitada a partilha da sua experiência pessoal como participante e frequentador do ócio noturno, o que se adequava à nossa opção por um estatuto de observador-participante.

Ao longo de todo o período de recolha de dados colaborou com o estudo uma equipa de N=27 observadores identificados a partir da rede pessoal de contatos da investigadora, equipa essa em que também se contava a própria investigadora. Os critérios que presidiram à seleção dos observadores foram: exibir interesse pela participação em ambientes recreativos noturnos, apresentar sensibilidade para a investigação científica e para os critérios de rigor e exaustividade que a acompanham, e ter disponibilidade para colaborar no estudo.

A equipa de observadores (cf Quadro 4) recebeu uma formação de 3h que esclareceu sobre os objetivos do estudo, que apresentou o instrumento de recolha dos dados (a Grelha de Observação em Meio Festivo - GOMF) e ofereceu treino no seu preenchimento, e que esclareceu sobre outros procedimentos na gestão da informação. Foram oferecidas algumas contrapartidas por esta colaboração, nomeadamente o pagamento de um valor de 15€ relativo à tarefa de preenchimento do instrumento, o pagamento das despesas relativas à deslocação (em Km), e o pagamento do valor de entrada no evento (ou o *custo de consumo mínimo obrigatório*) quando aplicável. O Quadro 4 resume algumas características da equipa de observadores.

Todos os *observadores* se situavam na faixa etária entre os 20-30 anos. Eram maioritariamente mulheres (n=19) e o seu grau académico elevado (Licenciatura ou Mestrado). A área de formação não foi considerada um critério relevante para ser *observador*, já que o que se pretendia era a partilha da experiência quotidiana do contato com os ambientes recreativos noturnos mediada por um instrumento de observação. Adicionalmente, o instrumento encontrava-se estruturado de forma a permitir um preenchimento facilitado independentemente da formação de base ou grau académico do observador.

Esta foi uma equipa de grande dimensão o que pode constituir-se como uma limitação da recolha dos dados – vários observadores estão, potencialmente, a reportar as experiências de terreno de forma igualmente variada, e a usar critérios também potencialmente variados na atenção que é dispensada aos vários aspetos a observar num evento. Acreditamos, porém, que a elevada estruturação na organização do instrumento de recolha dos dados (cf. Anexo A) permitiu lidar com essa limitação de forma eficaz.

O recurso à observação, nas suas variadas modalidades, é não só uma estratégia comum na investigação das relações pessoa-ambiente, objetivo genérico da Psicologia Ambiental Ecológica (Anguera, 2001; Giulliani & Scopelliti, 2009), como também uma opção frequente na investigação dos ambientes recreativos noturnos e dos variados fenómenos que neles ocorrem (Recasens, 2007; McCaughan et al, 2005; Gourley, 2004; Calafat & Juan, 2002).

#### Quadro 4

##### *Caraterização Sociodemográfica dos Observadores*

<i>Código</i>	<i>Idade</i>	<i>Género</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Grau Académico</i>
1	21	F	Estudante	Licenciatura
2	21	F	Estudante	Licenciatura
3	23	M	Estudante	Licenciatura
4	21	F	Estudante	Licenciatura
5	21	F	Estudante	Licenciatura
6	24	F	unknown	Mestrado
7	23	M	Designer	Licenciatura
8	21	F	Estudante	Licenciatura
9	21	M	Estudante	Licenciatura
10	21	M	Estudante	Licenciatura
11	24	F	Psicóloga	Mestrado
12	21	F	Estudante	Mestrado
13	22	F	Psicóloga	Licenciatura
14	21	F	Estudante	Mestrado
15	21	F	Estudante	Licenciatura
16	31	F	Psicóloga	Mestrado
17	21	F	Estudante	Licenciatura
18	24	F	Enfermeira	Licenciatura
19	21	M	Estudante	Licenciatura
20	21	F	Estudante	Licenciatura
21	21	M	Estudante	Licenciatura
22	20	F	Estudante	Licenciatura
23	20	F	Estudante	Licenciatura
24	24	M	Assistente Soc.	Mestrado
25	24	F	Assistente Soc.	Licenciatura
26	21	F	Estudante	Licenciatura
27	33	M	Tec.Of.Contas	Licenciatura

## 6.2 A Grelha de Observação em Meio Festivo

Atrás tivemos já a oportunidade de contextualizar em que medida um conjunto de conceitos prévios, em parte resultantes de estudos anteriores (Carvalho, 2007), foram identificados pela sua relação com objetivos e QI (Quadro 2). Nesse momento também referimos que esses conceitos acabaram por permitir a identificação de indicadores de recolha dos dados que nos orientaram intencionalmente na etapa de construção do instrumento de observação. Concluída a elaboração do instrumento, e antes das primeiras experiências na sua utilização para aferir da sua adequabilidade, este foi submetido à revisão de outros investigadores e técnicos especializados no estudo e intervenção nos ambientes recreativos noturnos.

A *Grelha de Observação em Meio Festivo – GOMF* (cf Anexo A) incluiu itens apresentados em formato aberto e fechado, com a intenção de permitir a descrição de um evento visitado a

respeito de uma saída noturna. O Quadro 5 resume as secções incluídas no instrumento e suas finalidades. Este conjunto de dimensões de recolha direta e também complementar pretendia a recolha de um verdadeiro *dossier* sobre o evento observado, que trazia para a recolha de dados elementos oferecidos na verdade por várias fontes – não só a observação, mas por vezes também a recolha documental através de imagens, *flyers*, informações dos media e a produção de mapas pelo observador que retratassem fielmente a organização espacial da oferta do evento. As experiências observadas e os espaços em que as mesmas estavam a decorrer, ambas dimensões potencialmente muito diversas em função do tipo de ambiente em questão, tinham assim o potencial de ser exaustivamente descritos. De certa forma, e apesar do elevado grau de estruturação do instrumento, a sua finalidade era na verdade oposta ao objetivo comum do recurso a checklists de observação estandardizada, às quais é frequentemente apontada a limitação de oferecerem uma análise desenvolvida antes do facto, e que se limita a reunir os dados em categorias pré-determinadas (Lincoln & Guba, 1991). No nosso caso, a inclusão de itens abertos que permitiam a descrição de cenas e episódios relativos a fenómenos específicos (como a violência, o uso de SPA ilícitas, o uso de álcool, entre outros comportamentos), e que permitiam a descrição de características físicas dos ambientes de uma forma complementar aos itens fechados estava em nosso entender a permitir ultrapassar essa limitação, permitindo apesar da estruturação a abertura à novidade dos dados, e permitindo voltar a análise para dimensões potencialmente não antecipadas.

A *GOMF* era facultada aos observadores antecipadamente à observação agendada. O seu preenchimento deveria ocorrer imediatamente a seguir à experiência da observação. Quando finalizado o preenchimento da *GOMF* deveria garantir-se que estavam coligidos, nesse suporte único, todas as informações diretas (observação) e complementares (mapas, imagens, etc.) sobre o evento. Essa garantia de múltiplas fontes de dados na investigação qualitativa tem vindo a ser referida como um fator importante no seu fortalecimento (Charmaz, 2006).

Quadro 5

*Estrutura e Dimensões da Grelha de Observação em Meio Festivo*

<i>Secção N°</i>	<i>Designação</i>	<i>Descrição</i>
Secção 0	Descrição do instrumento e instruções de preenchimento	
Secção I	Mapa do Evento	Diagrama do espaço, pré-existente ou criado pelo observador, sinalizando a localização das estruturas físicas e funcionais
Secções II e III	Imagens	Inclusão de imagens originais ou pré-existentes relativas a temáticas sugeridas e a suportes de divulgação do evento
Secção IV	Ficha Técnica (início)	Dimensões relativas às condições da observação.
Secção V	Caraterização do Evento	Dimensões físicoambientais e socioambientais do funcionamento global e de settings específicos.
Secção VI	Atores Sociais	Características socioambientais gerais dos vários tipos de atores sociais dos ARN
Secção VII	Episódios de Violência e outras situações problemáticas	Quantificação (presença/ausência) e descrição de cenas observadas relativas a violência, vandalismo, venda de SPA ilícitas, etc.
Secção VIII	Caracterização dos Atores Sociais	Características socioambientais específicas dos atores sociais e seus comportamentos, por período do evento.
Secção IX	Caracterização dos consumos de SPA ilícitas e de álcool	Quantificação e descrição de cenas observadas relativas a comportamento de uso de SPA lícitas e ilícitas por período do evento.
Secção X	Ficha Técnica (fim)	Dimensões relativas às condições da observação e procedimentos de verificação

### 6.3 Os Protocolos de Observação

A elaboração, a partir da GOMF, de protocolos de observação (PO) que reorganizaram, em formato textual, a informação disponível no instrumento foi um procedimento de preparação dos dados que se tornou necessário *a posteriori*, no momento em que iniciámos a análise. Os procedimentos de preparação dos dados são referidos por diversos autores como estratégias que facilitam a análise em investigação qualitativa, através da preparação formal (edição) dos conteúdos (Bardin, 2009), ou da sumarização de notas de terreno (Creswell, 2007; Miles & Huberman, 1994). Estes procedimentos ajudam a lidar com o facto de, na sua procura por dados ricos, o investigador qualitativo estar frequentemente envolvido na análise



de texto obtido através de fontes que envolvem terceiros na escrita dos dados, que recebem um grau variável de instrução do investigador na sua produção, e que envolvem interlocutores com um grau de interesse variável sobre os tópicos em estudo (Charmaz, 2006). No nosso caso, os dados sobre os ambientes recreativos noturnos provenientes das GOMF foram efetivamente recolhidos em parte por outros que não o investigador. Mas esses agentes receberam instruções muito estandardizadas sobre a informação a produzir-se, para além de que apresentavam um interesse pelo lazer noturno e entendiam como relevantes as questões que a pesquisa se propunha explorar (Charmaz, 2006). Foi ainda possível a discussão e a clarificação de aspetos contidos na GOMF que pareciam merecer ao investigador aprofundamento adicional, uma oportunidade que nem sempre está disponível noutros formatos mais convencionais de recolha de dados (Charmaz, 2006).

No nosso caso, a necessidade destes protocolos que transformavam em dados textuais conteúdos da GOMF provenientes de diversos formatos e suportes resultou da constatação da impossibilidade de manipular dentro do *software Nvivo9®* o formato em tabela em que o instrumento se encontrava estruturado.

Os PO possibilitaram integrar num mesmo documento a informação proveniente das várias fontes incluídas na GOMF, diretas e complementares. Permitiu ainda a eliminação de texto da GOMF relativo aos itens e indicadores a observar, o que também se constituía como um obstáculo à utilização de ferramentas do *software* que não discriminam entre material textual resultante do instrumento e material textual resultante dos dados empíricos. Permitiram, finalmente, introduzir algum distanciamento relativamente à linguagem e à estrutura da recolha dos dados proveniente do instrumento (Creswell, 1995), à semelhança do que acontece quando, ao analisar entrevistas, nos procuramos distanciar do guião que orientou a sua recolha. A ênfase foi, assim, colocada nos dados empíricos resultantes dos itens abertos, assim como nos dados resultantes da descrição dos materiais complementares à observação (imagens, flyers, mapas) sempre que estes estavam disponíveis. No Anexo B pode ser consultado um exemplo de dados empíricos que apresenta a GOMF inicialmente recolhida, assim como a sua retradução num PO submetido a análise. Os PO foram criados apenas para o grupo da amostra que designámos por *eventos analisados* (n=14). O grupo da amostra que designamos por *eventos observados* não necessitou deste procedimento porque as operações do *software Nvivo9®* usadas na sua análise não eram incompatíveis com o formato da apresentação dos dados na GOMF. Estas opções são clarificadas na secção 7., relativa aos procedimentos de análise dos dados.

## **7. Procedimentos de Análise dos Dados**

É possível organizarem-se as pretensões da análise de dados qualitativos em dois grandes objetivos alternativos – a *produção de teoria* ou a *teorização sobre os dados* (Popov, 2010; Tesch, 1990). De acordo com Tesch (1990) a opção pela teorização sobre os dados desenvolve uma análise que é orientada para a descoberta de regularidades, o que significa que o investigador se foca na exploração da estrutura dos dados, nas suas propriedades e conceitos, buscando relações e assumindo que a análise tem potencial para colocar esses padrões em evidência. A descoberta de regularidades nos dados, com a identificação e categorização de elementos e exploração das suas relações é, de acordo com a autora, uma opção frequente na investigação em psicologia ambiental ecológica e em *grounded theory*.

Esta secção apresenta e fundamenta opções de análise dos dados que dizem respeito, no nosso trabalho empírico, a distintos grupos de eventos traduzidos na amostra pelas designações de *eventos sinalizados* (ES) (n=1248), *eventos observados* (EO) (n=128) e *eventos analisados* (EA) (n=14). Visando a teorização sobre os dados relativos aos ambientes recreativos noturnos podemos sintetizar as nossas opções de análise em dois grandes níveis. Num primeiro nível, os EO foram revistos com a intenção de obter-se uma descrição geral das suas características ambientais, físicas e sociais, decorrentes dos itens fechados do instrumento de recolha dos dados – a GOMF (cf Anexo A). Tratou-se de uma exploração mais descritiva, operacionalizada pela organização e descrição de dados de atributo sobre os *eventos observados*, através de um conjunto de ferramentas do *software Nvivo9®* especialmente orientadas para essa descrição. Referimo-nos à função *classificações* e, nesse âmbito, à organização dessa informação em dimensões designadas como *atributos*. Os atributos dizem respeito, então, à informação sobre os eventos que tem condições de ser antecipada, identificada e classificada em todos os *eventos observados*, principalmente devido à estruturação prévia resultante do instrumento, e atendendo ao seu carácter transversal. Os dados resultantes desta primeira análise descritiva são apresentados no Cap. III, secção 1.

Neste primeiro nível incluímos ainda a produção de um sistema de categorias a partir dos *eventos analisados*, que deu conta de forma integral e exaustiva de todas as dimensões trazidas pela recolha, relacionadas ou distanciadas das questões de investigação, antecipadas ou não pelo instrumento. Esse sistema de categorias é descrito no Cap. III, secção 2. Os EA foram submetidos quer a procedimentos de análise descritiva, quer a procedimentos de carácter mais compreensivo. É relativamente às opções que orientaram a análise dos dados oferecidos por este grupo que entendemos necessária uma apresentação mais exaustiva e fundamentada, que ocorrerá ao longo desta secção 6.

Num segundo nível orientamos a análise para uma exploração mais abrangente dos dados, realizando operações seletivas que visaram a detecção de padrões e relações entre os dados de atributos e o sistema de categorias, visando encontrar as respostas às questões de investigação, e produzir mapas conceituais explicativos de alguns dos fenômenos emergentes da análise. Esse contributo pode ser consultado nos capítulos IV, V e VI.

No seu conjunto, estas opções ilustram o processo de uma análise qualitativa semi-indutiva, mais interessada em aprender com os dados saídos do terreno do que em testar variáveis ou esquemas conceituais pré-existentes (Yin, 2003; Creswell, 2007).

O grupo de ES, e na medida em que a sua função primordial foi o desenvolvimento de um mapeamento da oferta de ócio noturno anterior à recolha de dados, que permitisse orientar escolhas futuras para a observação, foi apenas globalmente descrito no Quadro 3 deste capítulo, e não foi alvo de procedimentos de análise adicionais.

## **7.1 A Seleção dos Casos para Análise**

As opções nesta etapa partem do princípio de que, ao contrário da proposta inicial de Glaser e Strauss (1967), os fundamentos da *grounded theory* podem ser aplicados a amostras prévias, desde que reconhecida e salvaguardada a limitação da impossibilidade de recolha de informação adicional em caso de necessidade (Charmaz, 1990; Strauss & Corbin, 1990; Tesch, 1990).

Na nossa investigação, e tomando a amostra de EO (n=128) como ponto de partida, começamos por selecionar um pequeno conjunto de PO que fossem ricos no volume, pertinência e profundidade da informação incluída. Fomos progredindo na identificação desses casos através da estratégia dos grupos contrastantes (Guba & Lincoln, 1994), que preconiza que na seleção dos casos a integrar numa análise se comece por minimizar as diferenças entre grupos de comparação, o que ajuda a definir as condições sob as quais uma categoria existe. Numa fase posterior maximizam-se as diferenças entre grupos comparados, aumentando a probabilidade de recolher dados diferentes e variados assentes numa categoria, mantendo a descoberta estratégica de procurar semelhanças entre os grupos.

Progredimos até se atingir o conjunto de n=14 EA em que consideramos ter esgotado a variabilidade possível de eventos e suas categorias de análise (*saturação teórica*). Para Strauss e Corbin (1990) a *saturação teórica* não se refere apenas à cessação da emergência de novas categorias ou temas relevantes para a análise; implica também que cessem de surgir novas propriedades, dimensões e variações nesses temas e categorias. Nesta linha, a decisão

de interromper a inclusão de novos casos surgiu quando cessaram de emergir novos códigos e propriedades desses mesmos códigos relativos a características físicoambientais e socioambientais dos ambientes recreativos noturnos; e também quando consideramos esgotada a variabilidade desses códigos na explicação dos fenómenos do *consumo*, *risco*, *controlo* e *proteção*.

## 7.2 A construção do Sistema de Categorias

Num primeiro momento, de codificação inicial e aberta dos dados, o conteúdo de n=4 PO foi recortado de acordo com o critério *uma ideia completa*, ou seja, a unidade mais pequena possível que pudesse ser compreendida sem informação adicional que não a fornecida pelo contexto geral do estudo (Guba & Lincoln, 1994), doravante designada por US (*unidade de sentido*). A cada uma destas US<sup>7</sup> era em paralelo atribuído um código, identificado por um processo que privilegiou as estratégias da *codificação descritiva*, da *codificação invivo*, e da *codificação simultânea* (Saldaña, 2009). Esta etapa permitiu a segmentação dos dados em partes discretas, e depois o seu exame e comparação em detalhe para captação de semelhanças e diferenças, com o objetivo de se identificarem propriedades e dimensões das categorias (Saldaña, 2009). Neste caminho o investigador coloca várias questões aos dados, a mais importante das quais é *que categoria parece ser apontada por este incidente*. Os códigos, que rapidamente se sucedem nesta fase, são uma designação provisória atribuída a essa categoria. De acordo com Strauss (1987, cit in Tesch, 1990) “este processo começa a abrandar através da verificação contínua de que cada código efetivamente se aplica” (p.85, tradução livre). No nosso caso, esta primeira etapa conduziu à emergência de cerca de 400 códigos.

Num segundo momento esses códigos foram reduzidos e agrupados em categorias de âmbito mais abrangente, numa configuração mais próxima de um sistema de categorias hierárquicas. As US foram, então, categorizadas de acordo com um sistema de organização que foi predominantemente derivado dos dados, e que assegurou que cada porção de dados processados pertencia ao mesmo conjunto reunido por tópicos conceptuais e físicos. (Tesch, 1990). A procura de designações para essas categorias mais abrangentes incluiu conceitos emergentes dos dados assim como conceitos da literatura, o que é uma possibilidade na investigação qualitativa semi-indutiva (Creswell, 2007). De notar que ao longo de todo o processo de construção do sistema de categorias estas se mantiveram sempre abertas e

---

<sup>7</sup> No contexto do software Nvivo9® este elemento recebe a designação de *referência*.

flexíveis - atendendo a que as categorias são desenvolvidas essencialmente a partir dos dados durante a análise, elas devem permitir acomodar dados posteriores, sendo modificadas em função disso e refinadas até se encontrar um sistema satisfatório (Tesch, 1990).

No momento seguinte o número de PO da análise foi alargado, o que permitiu derivar dos dados as propriedades das várias categorias. Nesta etapa foi fundamental garantir que cada novo protocolo/caso incluído apresentava propriedades contrastantes com os casos anteriores (Strauss & Corbin, 1990; Charmaz, 2006). O procedimento dos *grupos contrastantes* foi importante para garantir que a estruturação prévia da informação proveniente de um instrumento de observação não comprometia o carácter aberto e a indutividade da análise. Também fomos confirmando, ao longo deste processo, que os procedimentos utilizados em ambas as etapas – recolha e análise dos dados – estavam a permitir uma *descrição densa* (Geertz, 1994) dos ambientes que nos propúnhamos conhecer. O conteúdo de cada categoria<sup>8</sup> foi revisto, verificando-se os incidentes codificados e desenvolvendo o processo de identificação das propriedades das categorias. Paralelamente essas propriedades eram fixadas através da produção de memorandos.

Numa fase final deste processo recorremos a procedimentos de verificação da exaustividade da codificação através de ferramentas do software (*coding queries*), cessando a incorporação de novos protocolos de observação quando deixaram de emergir novas categorias e novas propriedades para as categorias já encontradas – saturação teórica.

O produto final deste trabalho, que é apresentado ao longo de todo o capítulo III e também no Anexo D, pode ser resumido numa estrutura que contemplou três categorias de primeira ordem – *evento*, *atores sociais* e *percepções*. A categoria *evento* reuniu informação físicoambiental e socioambiental da oferta em ambientes recreativos noturnos; a categoria *atores sociais* descreve aspetos relativos às características e aos comportamentos de todos os participantes nos ambientes recreativos noturnos, abarcando a diversidade dos papéis ambientais desempenhados por esses atores sociais; finalmente, a categoria *percepções* procurou refletir a informação que se reportava a aspetos apreciativos sobre o clima e as características dos ambientes recreativos noturnos tal como estavam a ser refletidos pelo discurso dos observadores. O conjunto das categorias valorizou, simultaneamente, a identificação de aspetos físicoambientais e socioambientais dos ambientes recreativos noturnos, uma grelha de análise em psicologia ambiental ecológica que é sucessivamente

---

<sup>8</sup> No contexto do software Nvivo 9® este elemento recebe a designação de *nó*.

tomada por referência em estudos de diversos tipos de ambientes, naturais e construídos (Fernandes, 1997; Giuliani & Scopeliti, 2009).

### 7.3 A Resposta às Questões de Investigação

Uma vez estabilizado e dado por concluído o sistema de categorias passamos a uma fase mais compreensiva da análise, e que teve por finalidade a busca das respostas às questões de investigação (QI), um procedimento que no âmbito do software de análise de dados qualitativos *Nvivo9*® foi possível graças sobretudo às possibilidades das ferramentas *Queries*, e dentro destas, particularmente das *matrizes*.

Recordamos que no momento da produção do sistema de categorias se procurou um olhar orientado para a descrição exaustiva da totalidade dos dados, mais próximos ou mais distantes da grelha de observação que orientou a sua recolha, e independentemente da sua produtividade para a resposta às QI. Nesta nova etapa essa atitude é abandonada para dar lugar, como dizíamos, a uma análise mais focalizada e compreensiva, que começa por seleccionar e depois relacionar as categorias com maior potencial para a identificação da resposta às questões de investigação, e que procuramos resumir na Figura 14). Essa etapa da análise, também conhecida em *grounded theory* por *codificação axial* ou *seletiva* (Strauss & Corbin, 1990), solicitou a reconsideração das questões de investigação inicialmente formuladas, que puderam agora ser reajustadas e refinadas por forma a garantir também a proximidade com as potencialidades encerradas pelos dados. Nesta etapa foi revista a decisão inicial de colocar a identificação de regularidades e a teorização sobre os dados ao serviço da elaboração de uma tipologia dos ambientes recreativos noturnos, que foi substituída pela decisão de encontrar explicações ambientais (físicoambientais e socioambientais) para alguns dos fenómenos mais pregnantes emergentes do seu funcionamento. Essa decisão está já refletida no desenho final da investigação resumido pelo Quadro 2 deste capítulo, concretamente no seu ponto número 3. O caminho percorrido para a busca dessas respostas, com vista à produção e uma explicação ambiental para esses fenómenos, é descrito ao longo dos Capítulos IV, V e VI.

#### 7.4 A elaboração de Modelos Conceptuais

A metodologia da análise de dados em *grounded theory* preconiza que quando o investigador está suficientemente seguro da amplitude e profundidade de uma categoria, ele passa a explorar as relações entre os códigos dessa categoria, e as relações entre essa categoria e as restantes categorias do seu sistema. Esse processo culmina com a identificação de uma categoria central (ou *core-category*) que é aquela com maior potencial para se impor, explicando as restantes dimensões do sistema que passam a ser-lhe subordinadas, e assim garantir uma teoria parcimoniosa (Glaser & Strauss, 1967; Strauss & Corbin, 1990). No nosso caso, e em coerência com a opção de formular teorizações sobre os dados mais do que produzir uma teoria, orientamo-nos nesta fase para o foco nos fenómenos do *uso de SPA*, do *risco* e da *proteção*, buscando a explicação sobre as condições ambientais da sua manifestação em ambientes recreativos noturnos. Não foram estes os únicos fenómenos relevantes no funcionamento destes ambientes identificados pela análise. Para além deles também pareceu ser evidente e necessária a procura de uma explicação ambiental para os fenómenos do *controlo social*, da *transgressão*, da *fruição*, da *dimensão comercial dos eventos*, e da *subculturização*. Perante a impossibilidade de estender a análise à busca de todas as explicações para todos os fenómenos que ocorrem nos ambientes recreativos noturnos, optámos por seleccionar aquelas cujo impacto se nos afigurou mais relevante do ponto de vista teórico, e potencialmente com maiores implicações práticas sobre a melhoria da experiência dos seus atores sociais.

Operacionalmente esta etapa concretizou-se através do questionamento de todos os dados disponíveis (atributos de nível mais descritivo, sistema de categorias e tendências encontradas nas respostas às questões de investigação), relativamente às condições ambientais em que esses fenómenos específicos estavam a ocorrer. Ao longo dessa exploração fomos produzindo relatos de carácter explanatório (Ritchie & Lewis, 2003), típicos de uma fase mais avançada da análise, e que traduzem o esforço pela formulação de explicações que detetam padrões de associação entre os dados, assim como as razões pelas quais esses padrões ocorrem. Esse processo é resumido na Figura 15, e desenvolvido mais aprofundadamente ao longo dos Capítulos IV, V e VI.

A análise foi dada por concluída com o atingimento de um sumário compósito que descreveu padrões e temas sobre os fenómenos elencados, no contexto de um quadro mais largo e consolidado (Tesch, 1990), que nos parece garantir um conjunto de explicações sobre a estrutura fundamental da sua manifestação nos ambientes recreativos noturnos.

## 8. Procedimentos de Validação dos Resultados

Em investigação científica, a validade tem que ver com a precisão e correção da leitura para o fenómeno que é apresentada pela investigação – ou o seu rigor –, que se concretiza na resposta a duas questões: se um estudo investiga o que se propõe investigar (validade interna); e se os constructos ou postulados gerados pela investigação são aplicáveis a outros grupos ou settings dentro da mesma população (Ritchie & Lewis, 2003). Estas formulações nem sempre são ajustadas à especificidade da investigação qualitativa e sua epistemologia, pelo que os autores deste domínio têm sugerido como alternativas às preocupações clássicas da validação, as questões da *credibilidade*, *transferibilidade* ou *plausibilidade* da pesquisa qualitativa (Lincoln & Guba, 1995; Glaser & Strauss, 1967). Mais do que modificar a linguagem metodológica sobre a problemática da validade é sobretudo importante implementar estratégias próprias, que garantam a proximidade com a identidade da investigação (Long & Johnson, 2000). No nosso caso procurámos essa garantia através do recurso ao método da comparação constante, através da manutenção de um diário reflexivo e da produção de memorandos, através da triangulação, através do *member-checking*, através de um envolvimento prolongado com a pesquisa, e através do recurso a uma observação persistente.

*Comparação constante.* Já aludimos ao recurso a esta estratégia enquanto procedimento da análise dos dados (secção 6). No entanto, a opção de derivar hipóteses de uma parte dos dados (através dos primeiros códigos, por exemplo), depois submetidas a escrutínio pela incorporação de novos dados que permitem o contraste dessas conclusões provisórias com outros casos, locais, tempos, observadores, etc., constitui paralelamente um procedimento importante do ponto de vista da garantia da validade interna de uma investigação qualitativa (Ritchie & Lewis, 2003). Esse procedimento, típico da *grounded theory*, tem vindo inclusivamente a justificar a dispensa por outros procedimentos de garantia de rigor, como é o caso do recurso a juizes independentes na verificação da codificação e categorização dos dados (idem).

*Diário Reflexivo e Produção de Memorandos.* O Diário Reflexivo é um texto narrativo onde o investigador vai acrescentando entradas ao longo do processo da pesquisa, em que regista decisões metodológicas e os fundamentos para essas decisões, aspetos logísticos do estudo, e reflexões sobre a relação entre os diversos produtos da pesquisa e a leitura do próprio investigador (Lincoln & Guba, 1985). Traduz o facto de se reconhecer que qualquer pesquisa deve assumir o seu carácter reflexivo, ou seja, deve assumir-se o processo através do qual o



investigador questiona as suas crenças pessoais com as possibilidades que vão sendo levantadas pelos dados (Hammersley & Atkinson, 1995; Licoln & Guba, 1985; Long & Johnson, 2000).

Durante as várias etapas da investigação mantivemos um diário reflexivo que teve por intenção global garantir a coerência dos procedimentos e opções tomadas ao longo da mesma, com os objetivos e questões centrais da investigação, assim como com as opções teóricas e metodológicas de partida e sua revisão. Apesar desta ferramenta ter sido utilizada sobretudo pela oportunidade de preservar a coerência entre as diversas etapas, acabou também por constituir-se, por isso mesmo, como um importante recurso ao serviço da validação da pesquisa. Quando esse processo dizia respeito, especificamente, à etapa da análise dos dados e à atividade de registo das propriedades dos códigos e categorias emergentes, assim como da relação entre estes, a atividade passa a designar-se por *produção de memorandos*, uma espécie de registo contínuo sobre os *insights*, hipóteses e discussões sobre as implicações da análise e reflexões que a mesma suscita ao investigador. Os memorandos permitem a progressão da análise até um nível mais analítico e conceptual para além de constituírem, em si mesmos, procedimentos úteis à validação desse processo analítico. O diário reflexivo da nossa pesquisa estendeu-se por cerca de 400 páginas de notas físicas, para além dos memorandos produzidos dentro do software Nvivo9®, a respeito dos diversos componentes do projeto.

*Triangulação.* A triangulação é uma estratégia que abarca diversas opções, mas que mais frequentemente diz respeito ao recurso a múltiplas fontes de dados, de estratégias de recolha, e de investigadores/observadores (Ritchie & Lewis, 2003; Long & Johnson, 2000). Tem sido indicada como especialmente adequada para garantir a validade externa da pesquisa, embora também seja reconhecido que o esforço de fazer variar as estratégias de recolha pode simplesmente significar a opção por um método menos ajustado ao fenómeno, do que aquele inicialmente selecionado (Bloor, 1997 cit in Long & Johnson, 2000). No nosso caso, a complementaridade da observação com a recolha documental e o mapeamento prévio dos ambientes a observar, assim como a inclusão pontual de dados sobre um mesmo evento a partir de observadores distintos, constituíram as principais formas através operacionalizamos a triangulação na presente investigação.

*Peer-debriefing.* Esta estratégia consiste na submissão da análise e suas conclusões à avaliação de pares, que podem ser colegas ou supervisores com quem se partilha o processo

de forma regular, fóruns científicos onde se apresentam os resultados da pesquisa, ou grupos interessados no objeto de estudo (Long & Johnson, 2000). Quando os resultados da pesquisa e as evidências encontradas são devolvidos aos respondentes, ou a um grupo com características ou experiências paralelas, para confirmação das interpretações produzidas pelo estudo por parte daqueles que contribuíram para a pesquisa para começar, o procedimento é referido como *validação oferecida por respondentes* ou *member-checking* (Ritchie & Lewis, 2003). No nosso caso pudemos contar com colegas experientes em métodos de investigação qualitativa que nos ofereceram a oportunidade de revisão do processo assim designada<sup>9</sup>. Para além desse recurso, e numa fase final do processo de investigação, oferecemos ao escrutínio de um grupo de jovens adultos a parte dos resultados correspondente aos modelos conceptuais sobre o uso de SPA, risco e proteção em ambientes recreativos noturno. Alguns desses elementos também tinham colaborado na recolha dos dados em anos anteriores. Tinham idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos. No entanto, para a sua seleção contribuiu sobretudo o facto de serem, no presente, frequentadores destes ambientes, sobretudo na região do Grande Porto. O pedido foi enviado a um universo de n=19 revisores e consistiu, especificamente, na leitura dessa componente mais explanatória da análise, pronunciando-se sobre a sua adequação e transferibilidade aos ambientes recreativos noturnos por si frequentados na atualidade. O feedback obtido foi predominantemente confirmatório da adequação dos postulados para explicar os fenómenos em questão. Foram partilhados pelos revisores um conjunto de detalhes que refinam, em seu entender, as condições da aplicabilidade de alguns desses postulados, que são tomados em consideração na discussão dos resultados da investigação.

Em suma, a revisão da pesquisa por pares aconteceu sobretudo em dois grandes momentos – durante a recolha dos dados e do processo de construção do sistema de categorias; e numa etapa final de partilha e revisão do produto final da análise.

Para além deste conjunto de procedimentos mais intencionalmente implementados, existem outras características da investigação que podem ser apontadas como estando a contribuir, indiretamente, para a validação dos resultados. Desde logo o facto de termos posto em curso um envolvimento prolongado com o terreno, que se estendeu por cerca de 3 anos, entre a primeira e a última observação. Depois o facto de cada observação ter decorrido por

---

<sup>9</sup> Referimo-nos, especialmente, às colegas Maria Elisa Pina Veiga e Raquel Carvalho Matos, ambas docentes da Faculdade de Educação e Psicologia da Católica Porto, e investigadoras do Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano na mesma Universidade.

um período médio de tempo considerável (em relação à sua duração total), e por último as nossas opções ao nível da apresentação dos procedimentos metodológicos e dos resultados da pesquisa, que encerram em si mesmas a oportunidade de avaliação da credibilidade da evidência reunida. Segundo Long e Johnson (2000) o *envolvimento prolongado* e a *observação persistente* aumentam a sensibilidade do investigador às discrepâncias entre as manifestações do fenómeno e a leitura do investigador, o que oferece uma via para a promoção da validade da investigação.

---

**CAPÍTULO III**  
**O SISTEMA DE CATEGORIAS**



O processo de apresentação dos resultados da pesquisa pretende pôr em evidência a integridade dos dados, mostrando como as explicações obtidas são enraizadas nos mesmos. Também procura apresentar o processo de uma forma que permita a auditoria do olhar externo, garantindo a apresentação em igual medida dos padrões emergentes dos dados que exprimem regularidades ou tendências, assim como a sua diversidade e a referência ao que é atípico. A inclusão de fragmentos ilustrativos dos dados codificados obedeceu à mesma intenção. Deste modo organizamos a apresentação dos resultados em três níveis – a descrição do sistema de categorias (Cap. III), a exploração e apresentação de respostas às QI, e a formulação de mapas conceptuais com as proposições teóricas obtidas a respeito de temas centrais emergentes da análise (Caps. IV, V, VI e VII). Efetivamente, e numa fase avançada da análise, finalizada a descrição do sistema de categorias e o processo de obtenção de resposta às QI, começaram a tornar-se evidentes um conjunto de conceitos emergentes do processo de integração dos dados, relativos a um conjunto de temas – uso SPA, risco, proteção. Optamos nesta etapa por continuar a desenvolver a análise no sentido de obter explicações enraizadas para uma seleção desses temas, oferecendo mapas conceptuais sobre a relação entre os vários conceitos, acompanhados de uma narrativa que descrevesse e integrasse as proposições teóricas emergentes dos dados.

## **1. Caracterização dos Eventos**

Esta secção pretende apresentar um primeiro nível de resultados relativos a informação descritiva sobre os vários níveis de dados integrados no projeto. As ferramentas disponibilizadas pelo *Software* de Análise de Dados Qualitativos *QSR Nvivo9* contemplam a possibilidade de registar informação descritiva e propriedades das fontes (*sources*) que compõem a amostra de dados, assim como manejá-la para efeitos dos procedimentos posteriores de interrogação aos dados (*Queries*). Essas propriedades podem dizer respeito a características sociodemográficas dos participantes, dos lugares ou de outras entidades que integrem a amostra, através de um processo de definição de atributos. Os valores desses atributos constituem a classificação pretendida para os dados<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> A título de e.g., a classificação do sexo tem dois valores de atributos – masculino e feminino.

O nosso projeto contemplou, como dizíamos, vários níveis de dados. Com uma amostra constituída não por ‘pessoas’ mas por ‘eventos’, foi necessário gerir informação relativa a vários níveis de ‘eventos’ – os ES, os EO e os EA, procedimento cujos critérios metodológicos tivemos já oportunidade de clarificar no capítulo anterior.

Os ES, num total de N=1248, foram classificados relativamente a *designação* (comercial), *local*, *estratégia de sinalização* e informações adicionais pontuais (relativas a instruções sobre como chegar, contatos, preço de entradas, entre outros). Os EO, identificados a partir da base de ES, e num total de N=128, foram classificados quanto a um conjunto de características gerais como o *ano da recolha*, *área geográfica*, *estratégia de sinalização*, *tempo no registo*, *total de horas observadas*, e existência de *mapas* e/ou *imagens*. Foram classificados, ainda, relativamente a propriedades relacionadas com o NFA e o NSA. Finalmente os EA, num total de N=14, integrados na análise a partir da base de *eventos observados*, foram classificados relativamente às mesmas propriedades. A informação descritiva que está na base destas classificações de propriedades dos dados estava já antecipada na etapa da recolha dos dados (GOMF).

### **1.1 Caracterização dos Eventos Sinalizados**

Os ES correspondem ao conjunto de eventos cuja ocorrência foi incluída numa base de dados resultante de várias *estratégias de sinalização*, sistemáticas e não-sistemáticas, e que tivemos já oportunidade de descrever. Durante um período de 17 meses, entre Março de 2007 e Agosto de 2008, foram identificados N=1248 eventos por recurso à sua designação, local, estratégia usada nessa sinalização, e ocasionalmente informações adicionais como instruções para chegar, contatos, preço de entradas, entre outros. Essa informação de base permitiu a identificação dos eventos a observar efetivamente, assegurando que essa seleção fosse feita a partir de um critério de contraste e variabilidade. Durante esse intervalo de tempo, em que ocorreram em paralelo a sinalização e a observação, fomos inserindo semanalmente cada registo numa base de dados. O conjunto dos EO (EO) foi selecionado a partir dessa base – foi esse o caso de n=103 EO. Um número adicional de n=25 EO resultou de outras estratégias de sinalização já mais focalizadas, e já não da monitorização a partir desta base. Isto sucedeu porque numa fase avançada de seleção da amostra de eventos a observar era já possível perceber quais os eventos menos presentes no conjunto dos dados, obrigando-nos a focarmos na identificação e observação desses. Esse processo dispensou já o procedimento relacionado com a gestão da base de dados.

## 1.2 Caracterização dos Eventos Observados

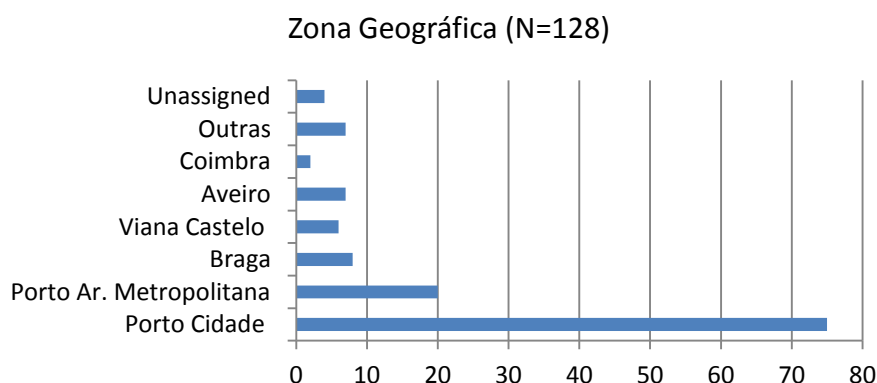
Os EO, num total de N=128, foram descritos a um nível geral, ao nível físicoambiental (NFA) e ao nível socioambiental (NSA). Essa descrição exaustiva é apresentada no Anexo B, nos Quadros 49, 50 e 51. Aqui serão destacadas e resumidas algumas características mais salientes da amostra de EO.

### 1.2.1 Caracterização Geral dos Eventos Observados

A caracterização geral dos EO permite contextualizar a nossa amostra quanto a dimensões como o *ano da recolha*, a *zona geográfica*, a *estratégia de sinalização do evento*, o *tempo de registo*, o *total de horas de observação* e a existência de dados complementares à observação direta como *mapas* e *imagens*.

A amostra de EO foi recolhida entre os anos de 2007 e 2008 em várias regiões do Norte e Centro do país. Em termos de zona geográfica, houve um enfoque na cidade do Porto e sua Área Metropolitana, com a distribuição que pode ser consultada na Figura 1.

**Figura 1.** Zona Geográfica dos Eventos Observados



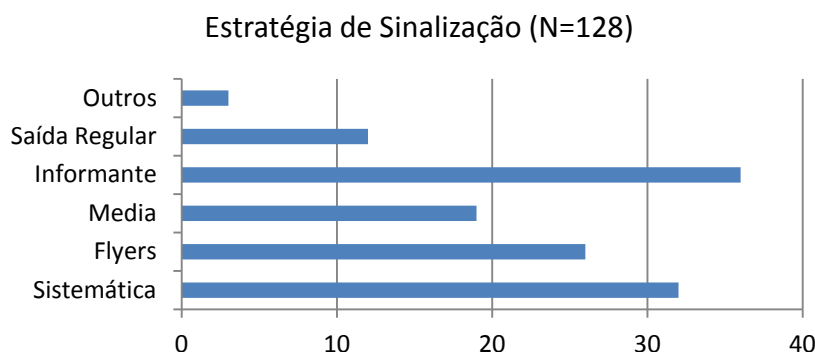
Apesar de um pequeno número de eventos (n=7) ter sido observado noutras cidades e localidades do Centro e Sul do país, não constituiu uma intenção do estudo assegurar um âmbito nacional na cobertura dos eventos. Assim, o critério da localização geográfica exprime simplesmente a necessidade de assegurar a observação de eventos de características contrastantes, critério que presidiu à inclusão dos mesmos no grupo dos EO.

Foram utilizadas um conjunto de estratégias distintas na sinalização dos eventos, como a informação sobre os ES integrada no Quadro 3 já havia dado conta. No que toca especificamente aos EO, essas estratégias estavam a distribuir-se de acordo com a tendência no gráfico da Figura 2.



Por estratégias *sistemáticas* entende-se o recurso a *newsletters* de fóruns e *websites* ligados a eventos de música electrónica de dança e outros géneros, assim como *websites* de

**Figura 2.** Estratégia de Sinalização dos Eventos Observados



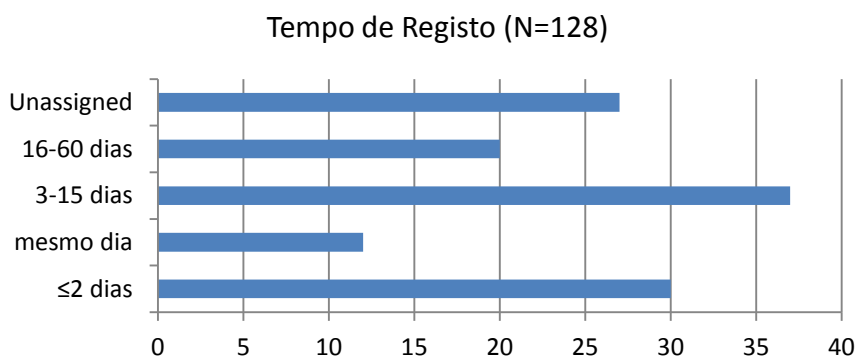
espaços específicos do ócio noturno. Essa informação foi recebida e ativamente procurada por nós com um carácter regular (semanal) durante os dois anos em que se concentrou este processo. No entanto o acesso a essa informação, apesar de garantir conhecimento sobre um número muito vasto de eventos, não foi suficiente para assegurar a sua diversidade. Por esse motivo privilegiou-se, na sinalização e na escolha dos eventos a observar, outras estratégias de carácter não sistemático como o recurso a *informantes*, a recolha de *flyers* em espaços de divulgação frequente (bares de uma universidade, estabelecimentos comerciais, espaços de ócio noturno), a informação dos *media*, e até mesmo as experiências de *saídas* noturnas *regulares* dos observadores da equipa.

Tal como descrito na secção relativa aos procedimentos de recolha dos dados, a GOMF era facultada aos observadores antecipadamente, que deveriam preenchê-la a seguir à sua experiência de observação, coligindo para o efeito nesse suporte único todas as informações recolhidas de forma direta (observação) e complementar (mapas, imagens, notícias nos *media*, etc.) ao evento. Não foi dado um tempo limite aos observadores, mas foi recomendado que o período que mediava a experiência do evento e o preenchimento da grelha fosse o *mais breve possível*. A Figura 3 descreve os tempos médios que decorriam entre as duas tarefas.

Percebemos com este gráfico que a experiência da observação da maioria dos EO estava a ser registada num tempo médio entre *os 3 e os 15 dias*. No entanto, um número superior de eventos estava a ser registado num período bastante curto, não superior a 2 dias após a observação. Adicionalmente constata-se que a observação de n=57 eventos estava a ser registada num tempo mais longo, entre *3 e 60 dias*. No entanto, do nosso contato com os dados não podemos inferir uma menor qualidade ou grau de detalhe nos registos devido a essa

circunstância. Acreditamos que esse cenário está relacionado com o elevado grau de estruturação do instrumento, facilitador da evocação dos incidentes cuja descrição estava a ser solicitada.

**Figura 3.** Tempo do Registo da Observação

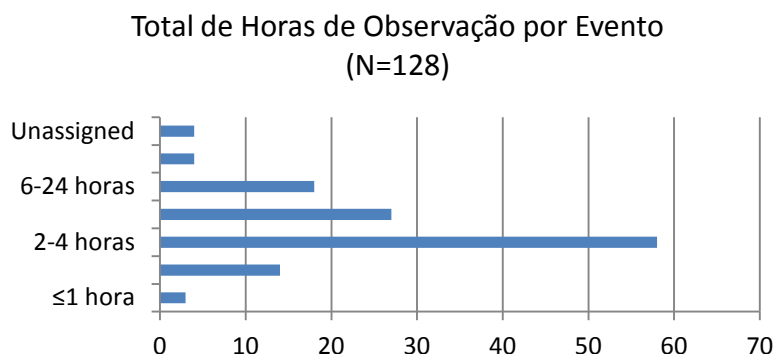


Quisemos perceber, ainda, qual o total médio de horas observadas por evento, informação que é resumida pela Figura 4. Este indicador é de difícil interpretação, já que as horas da observação estão grandemente dependentes da duração do evento, que podia ser muito variável. Ainda assim interessava-nos perceber se a experiência da observação estava a cobrir pequenos momentos de permanência do observador ou, pelo contrário, permanências longas. Esse indicador é relevante já que a probabilidade de ter contato com alguns dos incidentes cuja observação estava a ser proposta (violência, uso de substâncias, venda de substâncias, etc.) é proporcional à intensidade da experiência do observador num evento, o que também pode ser aferido por um critério quantitativo (duração da observação).

O contexto alargado também estava a ser descrito através da discriminação de *níveis de antropização*. Estes últimos estavam a ser classificados através dos atributos *zona ribeirinha/marginal urbana, zona industrial urbana, zona urbana da 'baixa', zona urbana de centro histórico, zona residencial urbana, outro tipo de zona urbana, zona rural próxima de povoação, e zona rural distante de povoação*.

O contexto alargado também estava a ser descrito através da discriminação de *níveis de antropização*. Estes últimos estavam a ser classificados através dos atributos *zona ribeirinha/marginal urbana, zona industrial urbana, zona urbana da 'baixa', zona urbana de centro histórico, zona residencial urbana, outro tipo de zona urbana, zona rural próxima de povoação, e zona rural distante de povoação*.

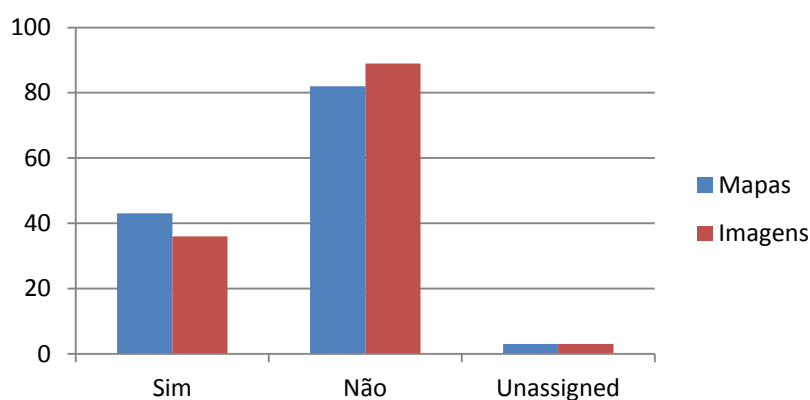
**Figura 4.** Total de horas de observação por evento



Quisemos, finalmente, conhecer a amostra dos *eventos observados* do ponto de vista da integração de informações complementares à observação direta – concretamente, *mapas* e *imagens* (Figura 5). À semelhança das dimensões anteriores, essa era uma possibilidade integrada na GOMF a que os observadores deveriam atender. No caso dos *mapas* solicitava-se a elaboração de um pequeno croqui manual que representasse os vários meios da oferta de um evento, e que os assinalasse no recinto do evento. Essa informação complementar contribuiu para uma importante estratégia de validação dos resultados, operacionalizando assim um procedimento conhecido por *triangulação de fontes* (Denzin & Lincoln, 1994; Guba & Lincoln, 1994).

Ainda que globalmente baixo o número de *eventos observados* que incluem estas fontes de dados complementares, procurámos maximizar o seu efeito incluindo no conjunto de *eventos analisados* os protocolos de observação de GOMFs mais completas, i.e., que contivessem as descrições mais exaustivas e oferecessem preferencialmente estas fontes de informação suplementar.

**Figura 5.** Dados complementares dos eventos observados

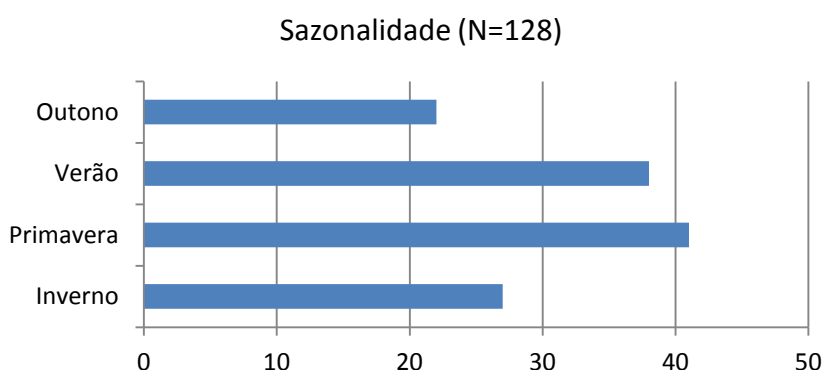


### 1.2.2 Nível Físicoambiental dos Eventos Observados

Conhecer o NFA dos EO constituía, a par com a descrição do NSA, um dos aspetos mais centrais para os nossos objetivos de investigação. Ainda que a informação sobre esta dimensão surgisse também nos dados de conteúdo (Sistema de Categorias) parte dela pôde ser traduzida em classificações dos EO organizadas em atributos. Essa informação diz respeito a *capacidade* do recinto, *níveis de tamanho*, *níveis de antropização*, *carácter Indoors vs. Outdoors*, *carácter natural vs. construído*, *duração do evento*, e sua *sazonalidade* (expressa através duma codificação da *data do evento*). O conjunto das classificações que foram atribuídas aos EO para o nível fisicoambiental pode ser consultado no Quadro 50 do Anexo B.

A distribuição dos EO no tempo, a partir da sua data, foi organizada em trimestres que traduzem de forma grosseira as quatro estações do ano, resumidos na Figura 6.

**Figura 6.** Sazonalidade dos eventos observados



A relativa homogeneidade desta distribuição adquire relevância particular quando for possível compreender, numa etapa mais avançada da análise, de que forma está o período do ano a relacionar-se com a oferta de ambientes recreativos noturnos particulares. Aquando da etapa de sinalização dos eventos estávamos a perceber um conjunto de tendências. Percebemos, por exemplo, que os eventos relacionados com as festas académicas se concentravam em Maio e no arranque no ano letivo; os Festivais de Verão na estação com o mesmo nome; e uma expressiva diminuição da oferta em discotecas urbanas também estava a verificar-se no período do Verão. Assim, tornava-se relevante perceber, em explorações posteriores dos dados, quais os ambientes cuja oferta se revelava mais sensível à questão da *sazonalidade*.

Para além da informação sobre a *duração* associada especificamente à permanência do observador, também quisemos perceber se os EO estavam a ocorrer numa única ocasião/único dia (tendencialmente, mas não exclusivamente, noturna) ou se, pelo contrário, configuravam uma oferta mais longa, estendendo-se por um ou mais dias. Percebemos que a maioria dos EO

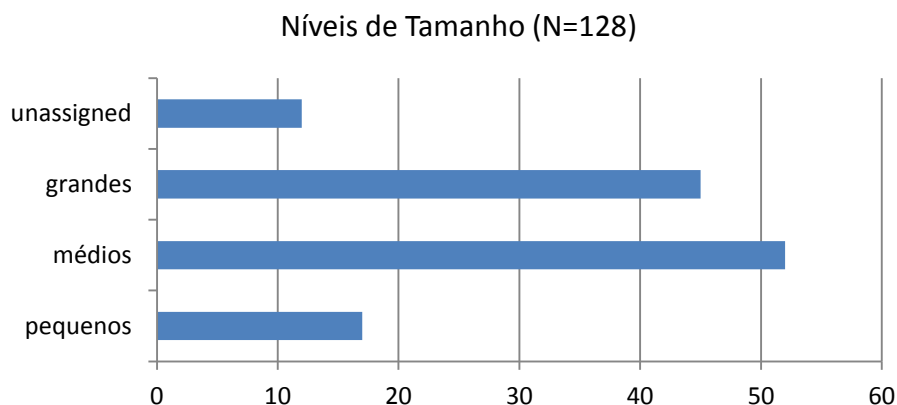
(n=89) dizia respeito à primeira situação – i.e., um evento que ocupava um momento único. No entanto, um conjunto saliente de n=38 EO dizia respeito a um tipo de oferta mais longa, deixando-nos interessados em compreender, em etapas mais avançadas da análise, como se estariam a apresentar dinâmicas específicas relativas aos fenómenos alvo da nossa atenção em função da dimensão da *duração*.

Quisemos perceber, depois, como se apresentava a amostra de *eventos observados* relativamente ao *tamanho* e à *capacidade* dos recintos. Deste modo definimos três atributos para a classificação de *níveis de tamanho* dos EO, a saber, *recintos pequenos* quando se estimava que a área ocupada era  $\leq$  a 100 m<sup>2</sup>; *recintos médios* quando a área ocupada estava estimada entre 100 e 500 m<sup>2</sup>; e *recintos grandes* quando a área ocupada era estimada em +500m<sup>2</sup>. Essa informação é apresentada na Figura 7. Percebemos que na amostra de *eventos observados* se conseguiu uma boa diversidade de espaços de dimensões variadas, com uma predominância dos espaços de *tamanho médio* (n=52).

Associada à dimensão da área ocupada por um evento está a sua capacidade estimada (Figura 8). Procurámos traduzi-la através da percepção dos observadores sobre o número aproximado de participantes num recinto. A classificação de ambas as dimensões pareceu-nos pertinente atendendo a que é da relação da dimensão do espaço com a sua ocupação que pode obter-se, em nosso entender, uma avaliação da *sobrelotação* de um recinto do ócio noturno, um importante critério da avaliação da segurança nestes espaços (Bellis, et al, 2002). Essa estimação da capacidade de um recinto pelos observadores foi classificada em *capacidade baixa* quando se estimava a presença de  $\leq$ 100 participantes; *capacidade média* quando se estimava uma presença entre 100 e 500 participantes; e *capacidade alta* quando se estimava a presença de +500 participantes.

Percebe-se que a *capacidade alta* é a predominante (n=68 EO). Esta distribuição não acompanha o que estava a ser identificado quanto ao indicador dos *níveis de tamanho*, em que predominava a dimensão *média* (100-500m<sup>2</sup>). Este dado pode estar a descrever três cenários distintos. Por um lado pode refletir simplesmente a dificuldade dos observadores em oferecerem uma estimação coerente sobre estes indicadores. Por outro lado, pode significar que os espaços de dimensão média são tipicamente adequados para albergar os grupos de participantes mais numerosos. Por outro lado, ainda, pode estar a acontecer que os espaços

**Figura 7.** Níveis de tamanho dos eventos observados



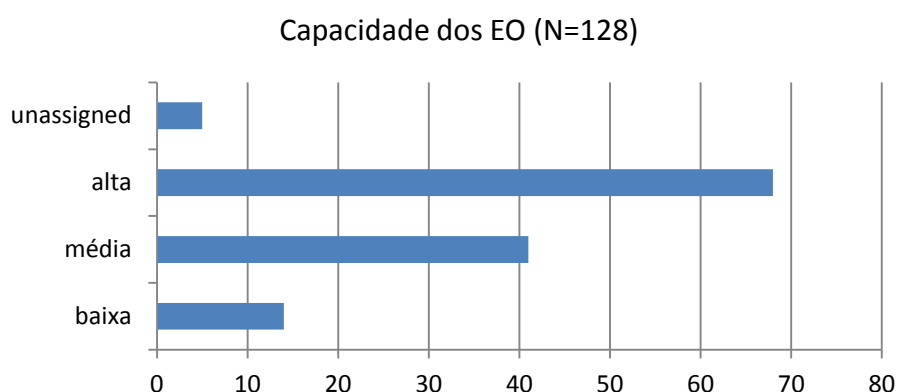
médios se apresentam como os mais vulneráveis à questão da *sobrelotação*. Estas possibilidades mantiveram-nos interessados em perceber, em fases mais avançadas da análise, como estavam a relacionar-se nos PO as dimensões do *tamanho* e da *capacidade* entre si, e também na sua relação com o risco de *sobrelotação*.

Quisemos, finalmente, caracterizar os EO quanto à sua integração num espaço alargado, e também quanto à sua tipologia em termos de contexto mais restrito. A Psicologia Ambiental-Ecológica (PAE) utiliza nas suas classificações dos ambientes a distinção entre *ambientes naturais vs. construídos* e a distinção entre *ambientes Indoors vs. Outdoors* (Giuliani & Scopelliti, 2009). Distingue ainda, no caso dos *ambientes naturais*, uma classificação que discrimina entre diversas formas de relação com o natural (*idem*). Essas classificações destinam-se a organizar a forma com os ambientes se apresentam relativamente à ação humana na sua transformação – fenómeno conhecido por *antropização* (*ibidem*).

Na nossa caracterização dos EO estas dimensões foram traduzidas em três classificações da amostra – *ambientes Indoors vs. Outdoors*, *ambientes naturais vs. construídos*, e *níveis de antropização*. Em n=89 dos EO o tipo de recinto (contexto restrito) era fechado (*Indoors*).

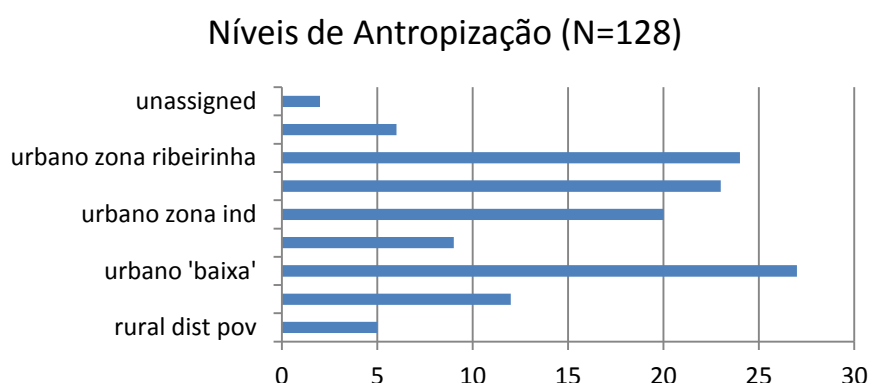
O contexto alargado estava a ser classificado através da distinção *ambientes naturais vs. construídos*. Em n=16 dos *eventos observados* a tipologia descrita foi *ambientes naturais*, o que significa que a amostra de eventos integra sobretudo ambientes construídos. No entanto, esses *ambientes naturais* estavam a ser classificados também em ambientes que estavam a acontecer dentro do espaço urbano.

**Figura 8.** Capacidade dos Eventos Observados



O contexto alargado também estava a ser descrito através da discriminação de *níveis de antropização* (Figura 9). Estes últimos estavam a ser classificados através dos atributos *zona ribeirinha/marginal urbana, zona industrial urbana, zona urbana da 'baixa', zona urbana de centro histórico, zona residencial urbana, outro tipo de zona urbana, zona rural próxima de povoação, e zona rural distante de povoação*.

**Figura 9.** Níveis de Antropização dos Eventos Observados



Esta classificação apresenta-se particularmente variada, e com uma predominância dos eventos que ocorrem no espaço urbano. No entanto as várias possibilidades contidas nesta classificação asseguram uma base suficientemente contrastante para uma exploração que tem em conta não só as implicações dos eventos que ocorrem em espaço urbano vs. rural, como também as implicações que decorrem das várias formas de integração de um evento no espaço urbano.

### 1.2.3 Nível Socioambiental dos Eventos Observados

Os EO foram classificados relativamente a um conjunto de dimensões socioambientais que tocam não só aspetos relativos ao espaço que são delimitados de forma independente da questão da espacialidade física, como também alguns aspetos relativos já ao comportamento dos observadores. Entendemos ser também útil classificar de forma mais genérica a presença de alguns fenómenos alvo do nosso interesse na amostra global dos EO, especificamente os fenómenos do *uso de SPA*, *venda de SPA*, *presença de RRMD*, e existência de incidentes de *violência ou outras situações problemáticas*. A forma como os EO se distribuem integralmente por estas classificações pode ser consultada no Quadro 51 do Anexo B.

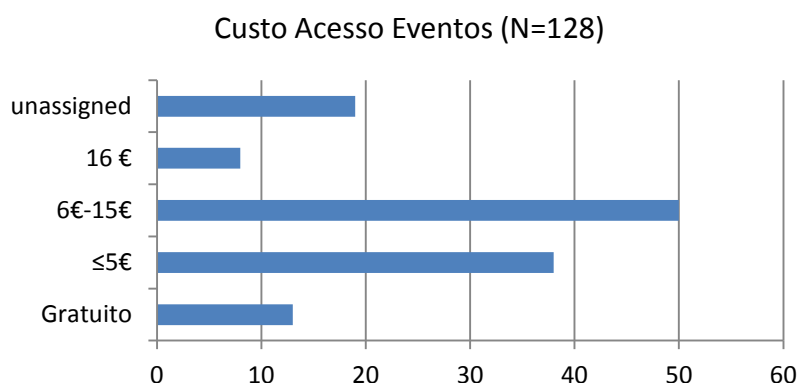
Foram classificados como aspetos do NSA relativos ao espaço, a *entidade promotora* do evento, a *estratégia de venda* do evento, o *custo do acesso* ao evento, e a *estratégia de controlo do acesso ao evento*. As *entidades promotoras* do tipo *privado* são amplamente dominantes (n=95). Esta classificação está a dizer respeito a estabelecimentos que são propriedade de privados, mas também eventos que ocupam recintos variados e que estão a ser organizados por entidades promotoras de eventos, frequentemente especializadas, por exemplo, num género musical, em parceria ou não com marcas conhecidas do mercado. No caso das *entidades públicas* estamos a referir-nos sobretudo à atividade de organização de eventos por parte de autarquias e em que essa entidade está a ser identificada de forma central, independentemente da associação a privados (por e.g. marcas). Quanto as entidades promotoras estavam a ser identificadas como associações (por exemplo associações académicas) ou organizações não-governamentais, foram também classificadas como *públicas*.

A *estratégia de venda* classifica a possibilidade de o acesso a um evento implicar a aquisição de um bilhete ou *cartão de consumo* à entrada do mesmo ou, pelo contrário, implicar a aquisição prévia de um bilhete num local especificamente designado para o efeito. Este é o caso dos festivais de música de vários dias, ou das semanas académicas. A situação do acesso através da aquisição de um bilhete ou outro à entrada foi a situação predominante (n=81 EO). No entanto em vários dos EO surgia também a possibilidade de mais do que uma estratégia de venda estar a ser utilizada (n=17).

O *custo do acesso ao evento*, como resume a Figura 10, estava a ser classificado em eventos com um custo *até 5€*, entre *6€-15€*, *+16€*, e eventos *gratuitos*.

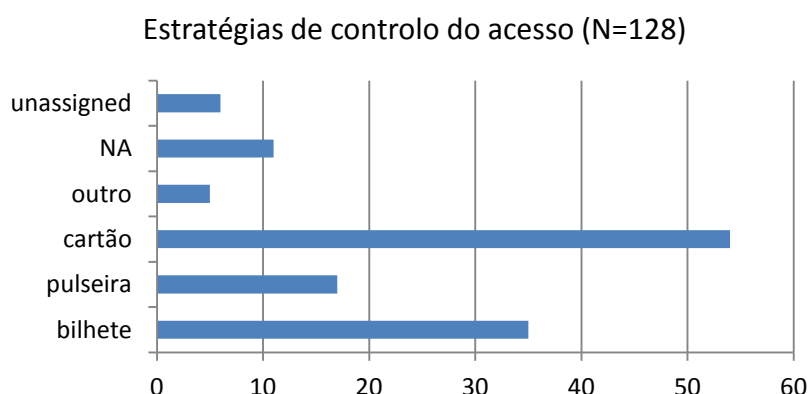


**Figura 10.** Custo do Acesso aos eventos observados



Os EO tinham maioritariamente um *custo médio* (n=50). Foram menos frequentes os eventos de custo superior (n=8). No entanto esta informação não permite nenhuma estimação sobre o custo total de uma saída noturna por pessoa, atendendo a que não podem ser daqui inferidos custos relacionados com a aquisição de bebidas, e atendendo ainda a que um mesmo participante poderá percorrer, por noite, mais do que um evento.

**Figura 11.** Estratégias de Controlo do Acesso nos Eventos Observados



Existem várias possibilidades que estão à disposição dos organizadores de um evento no sentido de controlar o acesso dos participantes, uma estratégia que apresenta uma função estritamente comercial. Essas opções são a aquisição prévia de um *bilhete* que dá acesso ao recinto, a colocação de uma *pulseira*, o recurso a um *cartão de consumo* ou de *consumo mínimo obrigatório*, entre outras formas (contando-se aqui a possibilidade de combinação de várias destas). Essa informação é resumida na Figura 11.

A modalidade *cartão* é a estratégia de controlo de acesso que está a ser usada na maioria dos EO (n=54). Essa estratégia diz respeito à situação em que, à entrada de um espaço, o participante recebe um cartão para registo do seu consumo, cujo pagamento efetua à

saída desse espaço. Nestas situações pode estar a exigir-se que uma despesa mínima em bebidas (*consumo*) seja efetuada – por e.g., pode estar a ser associado um custo de 5€ à entrega do cartão a que corresponde o consumo de duas bebidas de cápsula ou uma bebida branca. Este é o cenário do *consumo mínimo obrigatório*. Noutras situações o cartão pode estar a ser entregue simplesmente para facilitar o registo do consumo e concentração do seu pagamento numa caixa central, sem obrigatoriedade de uma despesa mínima.

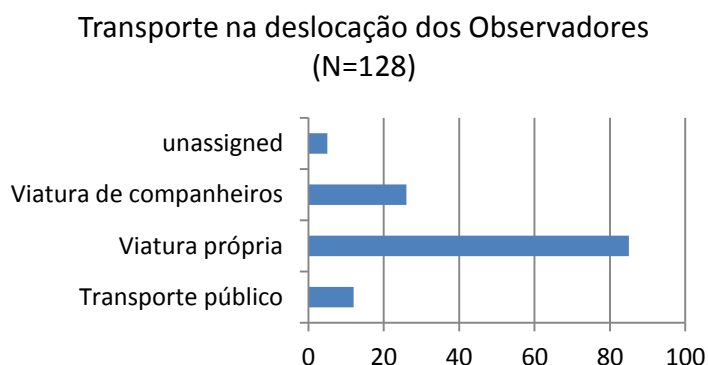
Outras modalidades conferem ao participante uma maior liberdade de circulação entre espaços e eventos. É o caso da *pulseira*, ou até do *bilhete*. A modalidade *outro* está a designar as situações em que mais do que uma estratégia de controlo está a ser usada – por e.g. *pulseira* e *bilhete*. Finalmente, a situação *NA* (*não aplicável*) está a classificar os eventos em que devido ao carácter gratuito do acesso, não há recurso a estratégias de controlo.

Um conjunto de classificações estava, depois, a descrever o NSA do ponto de vista de alguns comportamentos dos observadores. Classificou-se, especificamente, se os observadores estavam a deslocar-se *sozinhos* ou *na companhia* de outros a um evento; e que *transporte* estavam a utilizar nessa deslocação. A situação em que um observador se deslocou sozinho a um evento foi bastante rara (apenas n=4 EO). De destacar, porém, que quando o observador é um *estudante* que está a realizar a observação no âmbito de um trabalho académico relacionado com o projeto (cf. caracterização dos observadores no Cap. IV), essa companhia é frequentemente a de um par em conjunto com o qual o preenchimento da GOMF foi realizado.

Ao descrever o *transporte* usado na deslocação pelos observadores (Figura 12) quisemos contribuir para a descrição do comportamento de *mobilidade* dos participantes em geral, um tema que foi alvo do nosso interesse e que surge também refletido noutros níveis de dados (sistema de categorias).

Percebemos que os observadores estão a privilegiar a deslocação em viaturas automóveis, próprias ou em regime de *boleias*, o que em conjunto dá conta das opções em n=111 eventos. Ficamos a perceber, então, que entre o grupo dos observadores se verifica uma reduzida opção por modalidades de deslocação associadas a maior segurança, como é o caso do recurso aos *transportes públicos* (apenas n=12 EO).

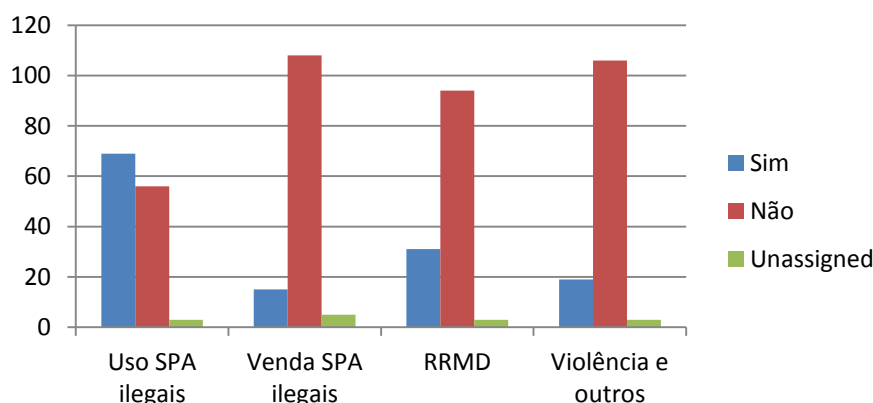
**Figura 12.** Transporte na deslocação dos observadores



Finalmente os EO foram classificados relativamente a um conjunto de dimensões do NSA que descrevem alguns dos fenómenos em que a recolha se focalizou quanto à sua *presença* vs. *ausência*. Referimo-nos, especificamente, à observação de *uso de SPA ilegais*, à *venda de SPA ilegais*, à existência de medidas de *redução de riscos e minimização de danos* oferecidas num *evento observado*, e à ocorrência de incidentes relacionados com *violência ou outras situações problemáticas* (Figura 13). O interesse nesta classificação foi duplo. Por um lado pretendíamos reportar a ocorrência destes fenómenos no contexto mais amplo dos EO. Ainda que outras etapas da análise retomassem estes temas na amostra de *eventos analisados*, esta descrição no contexto mais alargado dos EO oferece uma panorâmica mais alargada relativamente à qual podemos descrever os fenómenos em questão nos eventos do ócio noturno que integraram o nosso projeto. Por outro lado pretendíamos com esta classificação facilitar o processo de incorporação de eventos específicos na etapa da análise aos dados de conteúdo, já que essa seleção também foi feita em função da presença ou ausência destes fenómenos.

Percebemos que a presença de *uso de SPA ilegais* é uma situação relativamente frequente no contexto dos nossos dados, identificada em n=69 dos EO. Percebemos, desde logo, que uma grande variedade de eventos estava a registar a presença de consumo. Essa forte presença permite antecipar que o fenómeno está a ter lugar em eventos de configurações

**Figura 13.** Uso e venda de substâncias psicoativas ilícitas, violência e respostas de redução de riscos nos eventos observados



e características muito distintas. Nesta fase ficam-nos dúvidas sobre que outras dinâmicas específicas e que outras características físicas e ambientais estão a relacionar-se e a contextualizar o fenómeno do consumo, o que só poderá ser esclarecido pela exploração dos dados de conteúdo.

Ainda nesta etapa preliminar da análise, porém, um dado desta caracterização que está a contrastar com a presença do consumo é a oferta de serviços de RRMD. Atendendo a que estes serviços estão sobretudo (ainda que não exclusivamente) orientados para a intervenção sobre o risco relacionado com o uso de SPA ilícitas, a sua fraca oferta (n=31) poderá estar a significar que os potenciais riscos resultantes do fenómeno do consumo de substâncias psicoativas ilícitas estão a receber uma atenção globalmente deficiente no contexto dos nossos dados.

Finalmente, a *venda de substâncias psicoativas ilícitas* no interior do recinto de um evento estava a surgir num pequeno conjunto de EO (n=15). Episódios de *violência e outras situações problemáticas* menos específicas estavam a ser igualmente identificadas de forma pouco frequente (n=19) permitindo-nos concluir que a violência estava a surgir como um fenómeno muito pouco frequente no contexto dos nossos dados.

### 1.3 Caracterização dos Eventos Analisados

Como tivemos já oportunidade de explicar no Cap. II (Método), da base de eventos efetivamente observados foram sendo integrados na análise, e em concordância com critérios de diversidade e contraste inspirados na *Grounded Analysis*, um conjunto de N=14 eventos. O Quadro 6 reúne informação que sumariza esse conjunto relativamente às dimensões gerais, físicoambientais e socioambientais que temos estado a descrever.

Quadro 6  
Caraterização dos Eventos Analisados

Protocolos		P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11	P12	P13	P14
Caracterização Geral	Ano Recolha	2008	2008	2007	2007	2007	2007	2007	2007	2008	2009	2008	2008	2008	2007
	Estratégia Sinalização	media	informantes	informantes	sistemática	media	media	informantes	sistemática	informantes	saída regular	flyers	informantes	media	informantes
	Imagens (S/N)	não	não	sim	não	sim	não	não	não	não	não	não	não	sim	não
	Mapa (S/N)	sim	não	não	não	sim	sim	não	sim	não	não	não	não	sim	não
	Tempo de Registo	≤2 dias	Unassg.	≤2 dias	Unassg.	16-60 dias	16-60 dias	Unassg.	≤2 dias	3-15 dias	Unassg.	≤2 dias	16-60 dias	3-15 dias	Unassg.
	Ttoal Horas Observadas	6-24 horas	4-6 horas	4-6 horas	2-4 horas	+24 horas	6-24 horas	4-6 horas	2-4 horas	1-2 horas	2-4 horas	4-6 horas	2-4 horas	6-24 horas	2-4 horas
	Área Geográfica	Porto (Cidade)	Porto (Cidade)	Porto (A.Metrop.)	Porto (A.Metrop.)	Viana do Castelo	Porto (Cidade)	Porto (Cidade)	Porto (Cidade)	Porto (Cidade)	Porto (Cidade)	Porto (Cidade)	Porto (A.Metrop.)	Braga	Porto (Cidade)
Nível Físico - Ambiental	Capacidade	alta	baixa	média	alta	alta	alta	média	baixa	média	média	alta	média	alta	média
	Níveis de Antropização	urb. zona ribeirinha	urb. zona ribeirinha	urb. zona industrial	rur. Dis.pov	rur. prox. pov	urb. Resid.	urb. "baixa"	urb. Resid.	urb. zona ribeirinha	urb. "baixa"	urb. zona ind.	urb. zona resid.	urb. zona resid.	urb. "baixa"
	Indoors/Outdoors	Outdoor	Indoor	Indoor	Outdoor	Outdoor	Outdoor	Indoor	Indoor	Indoor	Indoor	Indoor	Indoor	Outdoor	Indoor
	Naturais/ Construídos	Nat	Const	Const	Nat	Nat	Nat	Const	Const	Const	Const	Const	Const	Const	Const
	Duração do Evento	vários dias	dia único	dia único	dia único	vários dias	vários dias	dia único	dia único	dia único	dia único	Unassg.	dia único	vários dias	dia único
	Níveis de Tamanho	Grande	Médio	Grande	Grande	Grande	Grande	Unassg.	Unassg.	Médio	Médio	Médio	Médio	Grande	Médio
	Sazonalidade	Verão	Primavera	Verão	Outono	Verão	Primavera	Outono	Inverno	Inverno	Primavera	Inverno	Inverno	Verão	Outono
Nível Socio-Ambiental	Companhia na	Sim	Sim	Sim	sim	sim	sim	sim	não	não	Sim	sim	sim	sim	não
	Contolo do Acesso	NA	cartão	cartão	pulseira	pulseira	bilhete	pulseira	bilhete	cartão	cartão	bilhete	cartão	bilhete	cartão
	Custo do Acesso	gratuito	gratuito	6€-15€	Unassg.	>16€	6€-15€	Unassg.	≤5€	≤5€	gratuito	6€-15€	≤5€	6€-15€	≤5€
	Entidade Promotora	pública	privada	privada	privada	privada	pública	privada	privada	privada	privada	privada	privada	pública	privada
	Estratégia de Venda	NA	à entrada	Unassg.	Unassg.	várias	várias	à entrada	à entrada	à entrada	à entrada	à entrada	à entrada	à entrada	à entrada
	RRMD (S/N)	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim	não	não	não	não	não	não	não
	Uso SPA (S/N)	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim	não	sim	sim
	Venda SPA (S/N)	não	sim	não	sim	não	não	sim	não	sim	não	não	não	não	não
	Viol. Sit.Probl. (S/N)	não	não	não	não	não	não	sim	sim	não	Unassg.	sim	sim	não	não
	Tipo de Transporte	viat. terceiros	viat. própria	transporte público	viat. própria	viat. própria	transporte público	viat. própria	viat. própria	viat. própria	Unassg.	viat. própria	viat. de terceiros	viat. própria	viat. própria

## 2. Dados de Conteúdo

De acordo com a nossa intenção de descrever os níveis físicoambiental e socioambiental dos ambientes recreativos noturnos desenvolvemos um sistema de categorias a partir da análise semi-indutiva de n=14 PO extraídos da nossa base de N=128 observações. Esses PO foram selecionados em função da sua exaustividade de entre o conjunto de observações disponíveis. Outro critério de inclusão foi o contraste que cada novo PO oferecia relativamente ao conjunto dos anteriores. Os protocolos analisados deveriam ainda oferecer, no seu conjunto, uma boa ilustração do conjunto dos dados recolhidos. A inclusão de novos PO foi interrompida quando a codificação de um novo protocolo cessou de traduzir-se na emergência de novos códigos (e suas propriedades) no sistema de categorias (*saturação teórica*). De acordo com Charmaz (1990), a análise deve iniciar-se pelo desenvolvimento de conceitos-chave a partir de um conjunto aleatório de dados, recorrendo-se depois à *amostragem teórica* para gerar mais dados que confirmem as categorias iniciais. É dessa etapa inicial, mas já fundamental no que toca à apresentação de resultados da pesquisa, que daremos conta ao longo desta secção do texto.

Como tivemos oportunidade de explicar na secção 5.3 do Método, o processo de codificação foi desenvolvido através de um procedimento aberto em que a cada porção de dados (US) foram atribuídos todos os códigos aplicáveis. Esse procedimento, preconizado pela *grounded analysis*, e oposto aos pressupostos da codificação mutuamente exclusiva da análise de conteúdo tradicional (Bardin, 2009), implica no entanto que o âmbito de cada categoria seja específico, não se sobrepondo com o de mais nenhuma outra.

Para cada uma das categorias e subcategorias do nosso sistema será oferecida a definição básica que emergiu da identificação dos códigos e do aprofundamento das suas propriedades. Refere-se em que medida essa emergência resultou de um processo exclusivamente indutivo ou, pelo contrário, já antecipado na etapa da recolha e diretamente decorrente de objetivos específicos. Passa-se depois à descrição dos códigos dessas categorias e subcategorias, explanando-se o seu sentido, e recorrendo à sua ilustração através de excertos dos dados empíricos.

O sistema de categorias desenvolveu-se em redor de três categorias centrais: O EVENTO (2.1), OS ATORES SOCIAIS (2.2) que neles participam, e AS PERCEÇÕES (2.3) dos observadores, relativamente aos diversos eventos e seus atores sociais. O desdobramento destas categorias informa, simultaneamente, sobre aspetos físicoambientais e socioambientais que procurávamos nos dados. Percorreremos o SC descrevendo os seus diversos níveis de forma autónoma e ainda não configurada nessa estruturação – etapa que será concluída também por ocasião da interrogação do sistema de categorias para obtenção de respostas às

QI. Esta descrição poderá ser complementada com a consulta do Anexo C onde é exaustivamente apresentado o SC através da descrição integral da estrutura de categorias e subcategorias, códigos, exemplos ilustrativos dos dados, e indicadores de frequências relativos ao número de PO (*sources*) e US codificadas (*references*).

## 2.1 O Evento

Esta categoria contempla um conjunto de dimensões físicoambientais e socioambientais presentes nos ambientes recreativos noturnos, tomados aqui de forma ainda desligada dos seus atores sociais e das dinâmicas decorrentes do encontro do indivíduo com o seu ambiente. Integra componentes essenciais a qualquer evento, ainda que conjugáveis em possibilidades muito variadas. São categorias que decorrem predominantemente dos nossos objetivos, estando portanto já antecipadas, em certa medida, no instrumentos de recolha de dados (a GOMF). No entanto, as categorias de última geração que se desdobram em temas mais específicos e que operacionalizam as anteriores emergem diretamente dos dados empíricos, o que afasta este exercício da mera verificação ou confirmação de dimensões prévias à análise.

Antecipávamos que a forma como os observadores, enquanto público, tomavam contato com a informação de que um evento iria ocorrer merecia a pena considerar. Em estudos anteriores percebemos que os canais de divulgação usados por alguns eventos podem ser consideravelmente restritos, o que influencia o tipo de público participante e seus comportamentos em contexto (Carvalho, 2007). A categoria COMUNICAÇÃO (1.1) exprime o interesse em descrever os casos observados relativamente às estratégias de divulgação que estão a ser usadas e aos objetivos subjacentes ao seu uso.

A GOMF também previa a identificação do género ou géneros musicais que estavam a ser oferecidos num dado evento. Constituindo-se como elemento central da experiência de ócio noturno, a música é referida pela literatura como um dos traços culturais mais salientes e definidores de diferentes sensibilidades e experiências recreativas, com forte impacto sobre dinâmicas como o consumo de álcool e SPA ilícitas, clima sexual, ou ocorrência de violência, temas que tendem a concentrar a atenção da investigação (cf. por exemplo Forsyth, 2009). Num trabalho anterior em que tínhamos aprofundado a descrição do ambiente da *festa de trance psicadélico* essa relação tinha sido posta em evidência (Carvalho, 2007). Estes motivos

determinaram o nosso interesse em manter a caracterização do *ambiente musical* dos eventos observados. A categoria MÚSICA (1.2) decorre desta intenção.

Interessava-nos descrever a organização temporal dos eventos a vários níveis – a sua sazonalidade, a sua duração, o horário ou período do dia ocupado – dentro dos limites oferecidos pelas condições da observação e do contato efetivo com o terreno. A questão do licenciamento horário (cf. por e.g. Measham, 2004) e a transgressão a ele associado configuram aspetos centrais da regulação dos ambientes recreativos noturnos. Quer a literatura quer a nossa experiência prévia permitiam antecipar a existência de uma grande diversidade a este nível, com alguns eventos a adotarem uma duração prolongada e um horário atípico (como por e.g. os *after-hours*). O facto adicional de que estes são frequentemente descritos como ambientes em que o uso de SPA tem uma presença relevante determinou a atenção a esta dimensão. Referimo-nos à categoria TEMPO (1.5).

A descrição do espaço físico dos eventos observados foi antecipada como um tema determinante para perceber não só as características fisicoambientais dos eventos analisados, como para a exploração da sua relação com dinâmicas de uso de SPA ilícitas e outros acontecimentos nos dados. Westover (1989) adota um modelo que explora a relação ambiente-comportamento para analisar o tema clássico do sobrepovoamento (*crowding*) em ambientes recreativos noturnos; e Moffata e cols (2009) adotam um enquadramento idêntico para perceber as narrativas de jovens urbanos sobre o uso de *cannabis* em espaços em *outdoor*. Apesar, então, da adoção de uma perspetiva ambiental-ecológica na análise dos ambientes recreativos noturnos e do uso de SPA não constituir novidade, não encontramos na literatura explicações suficientes sobre a relação entre estas duas dimensões para a diversidade de ambiente com que nos deparámos. Deste modo era nosso objetivo descrever, numa primeira análise, onde decorriam os eventos, como estava organizado o seu interior e como se relacionavam com a sua envolvente externa; e num segundo momento explorar a relação desses dados com as dinâmicas do uso de SPA, da violência e de outros riscos. A categoria MEIOS E MICROMEIOS (1.3) exprime, apesar desta intenção que já antecipávamos, um detalhe de inúmeros nichos de dimensão variável que não esperávamos ser tão diversa.

A categoria ELEMENTOS FÍSICOS E SOCIAIS (1.4) diz respeito à necessidade, que não tínhamos previsto, de questionarmos qual a função dos elementos que compõem as várias dimensões da oferta dos ambientes recreativos noturnos, na sua relação com os



acontecimentos e as dinâmicas desses ambientes em redor do uso de SPA, risco, segurança, violência, entre outros fenómenos. Foi já num momento de contato com os dados empíricos que nos demos conta das inúmeras referências às dimensões da oferta dos vários casos analisados, e do seu potencial na compreensão da dimensão mais material dos níveis físicoambiental e socioambiental que compõem os ambientes recreativos noturnos. Esse facto levou-nos a colocar uma questão de investigação adicional, dedicada a descrever a oferta destes ambientes e a relação dessa oferta com as dinâmicas que estavam a ocorrer. Atendendo a que só nos demos conta do interesse neste tema no momento de exploração dos dados empíricos, estamos perante uma categoria cuja delimitação ocorreu, e ao contrário das anteriores, já no decurso da análise.

Finalmente, a categoria RISCO (1.6) resulta do objetivo, antecipado na recolha dos dados, de descrever os eventos observados quanto à presença de riscos de diversa natureza. No nosso projeto estamos a considerar a dimensão do risco em várias categorias, mais e menos relacionadas com o desempenho de atividades e comportamentos específicos dos atores sociais dos eventos – é o caso de categorias e subcategorias como CONSUMOS (2.2.2), ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2), ATIVIDADES DE RISCO (2.2.1.5), ATIVIDADES DE FRUIÇÃO (2.2.1.4) ou ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS (2.2.1.6). Nesta categoria codificamos especificamente as dimensões do risco ambiental dos ambientes recreativos noturnos que podem ser percebidas por um observador que está também a utilizar o espaço para fins recreativos, independentemente da possibilidade de essa observação poder ser relacionada com um protagonista. Esse interesse, mais recente na literatura, mostra-nos que para além do foco nos *comportamentos de risco* dos frequentadores do ócio noturno é importante também a consideração de dimensões que influenciam esses comportamentos, mas que têm mais que ver com as características dos ambientes noturnos em que esse comportamentos ocorrem (Bellis et al, 2002).

Seguidamente passaremos a apresentar de forma desenvolvida o âmbito de cada uma das categorias e subcategorias que permitem a descrição do EVENTO (1.). Numa fase posterior da nossa análise estas categorias serão novamente abordadas com a intenção de explorar-se a sua relação com outras categorias e subcategorias do sistema, o que permitirá a resposta às QI.

### 2.1.1 Comunicação

Sob o tema geral da COMUNICAÇÃO (1.1) descrevem-se um conjunto de estratégias que estão a ser utilizadas para, entre outros fins, divulgar a existência de um evento. Ainda que o nosso não seja um estudo sobre o discurso mediático sobre o ócio noturno, a atenção aos aspetos da comunicação que rodeiam tais ambientes justifica-se amplamente. A investigação tem demonstrado que as camadas juvenis mais normativas, cuja experimentação com SPA é frequentemente limitada, apresentam assim mesmo uma visão sobre as drogas que é amplamente baseada nas fontes mais próximas, como é o caso dos media (Shildrick, 2002).

Para a tese da normalização dos usos de drogas (Parker et al, 1998; Parker, 2005) o discurso mediático é um dos meios através dos quais se procede ao esbatimento entre o lícito e o ilícito de que depende a *normalização dos usos de drogas recreativas*, e que retira o fenómeno da alçada de uma definição subcultural e desviante. Esse processo, designado pelos autores por *acomodação cultural do ilícito*, é visto como facilitador do uso recreativo por disseminar uma linguagem e uma imagética sobre as drogas suportada em indústrias focadas no sector juvenil (indústria da moda, dos media, da música e das bebidas alcoólicas), processo esse que influencia a definição do que é socialmente aceitável enquanto comportamento juvenil. Os processos de comunicação usados na divulgação dos eventos parecem apresentar, então, uma relação relevante com os fenómenos e os acontecimentos que têm lugar nesses ambientes.

Com a intenção de conhecer as estratégias específicas que estão a ser usadas, bem como a intenção subjacente à sua utilização, distinguimos dentro do tema da COMUNICAÇÃO as subcategorias SUPORTES (1.1.1) e FUNÇÕES DOS SUPORTES (1.1.2).

No conjunto dos SUPORTES (1.1.1) mais frequentes encontramos a utilização de uma DESIGNAÇÃO PROMOCIONAL (1.1.1.1), a existência de *FLYERS* (1.1.1.2), o recurso à RÁDIO (1.1.1.3), o recurso a PATROCÍNIOS (1.1.1.4) e o recurso a FRASES TEMÁTICAS (1.1.1.5).

A utilização de uma DESIGNAÇÃO PROMOCIONAL (1.1.1.1) significa que esse evento recebe uma identidade própria, que não é apenas correspondente ao nome do espaço de ócio ou do recinto que o acolhe – “*O evento tinha uma designação promocional* – “Noite da gaitice” - *inserida na Semana de XXX da XXX* [ referência ao organizador e sua instituição de origem ] , *uma semana académica com outras iniciativas.*” (PO11). A adoção dessa

designação supõe, ainda, uma ocorrência que é extraordinária em relação ao funcionamento habitual de um espaço – *“O evento é uma festa em meio clubbing, que tem como nome promocional Noite Acadêmica, pelo facto de ser uma noite diferente contando com a presença de muitos estudantes e com a atuação especial da Tuna XXX.”* (PO 12)

Os FLYERS (1.1.1.2) são o SUPORTE (1.1.1) que percebemos estar a servir as funções mais variadas. São impressos em papel e de tamanho pequeno, o que facilita a sua maneabilidade e distribuição. São graficamente exuberantes e apelativos, reproduzindo símbolos que contribuem para afirmar a identidade de um evento – *“Surge depois o terço médio da imagem, ao centro, que é ocupado por uma fotografia de um cogumelo gigante, provavelmente duma espécie psicoativa.”* (PO 14). Os flyers são importantes não só no processo de tornar o evento do conhecimento do seu público potencial (ao serem, por e.g., disponibilizados nos locais frequentados por esse público), como por incluírem informações que ultrapassam largamente a dimensão promocional - *“Existe um flyer do evento com representação do mapa e serviços disponíveis no recinto.”* (PO 5); *“(…) No canto inferior direito do flyer é possível ler ainda a seguinte mensagem – ‘Diverte-te com moderação!’ ”* (PO 5).

A RÁDIO (1.1.1.3) é o meio de comunicação social mais referido na divulgação dos eventos – *“Os observadores do evento tomaram conhecimento do mesmo a partir de informações difundidas na rádio”* (PO 6). Entre o conjunto dos dados analisados não existem referências à televisão enquanto canal através do qual um observador tenha tomado conhecimento da existência de um evento. Tal poderá fazer supor uma eficácia acrescida da RÁDIO (1.1.1.3) em comunicar com públicos específicos dos diversos eventos observados, comparativamente com a televisão, enquanto meio de comunicação de massas. De notar que o recurso à RÁDIO (1.1.1.3) ultrapassa, uma vez mais, o interesse mais imediato pelo uso de um canal eficaz de divulgação. A RÁDIO (1.1.1.3) está, por vezes, fisicamente presente nos eventos e é, em alguns casos, um patrocinador importante – *“No intervalo das atuações alguns participantes deslocavam-se para o espaço da rádio XXX, onde participavam cantando e dançando, recebendo t-shirts e sacos com a publicidade da rádio.”* (PO 5).

Consideramos no tema PATROCÍNIOS (1.1.1.4) todas as situações em que um evento integra, nalgum outro canal de divulgação (por e.g. rádio, flyer, imprensa escrita) uma referência a uma entidade pública ou privada, incluindo marcas ou produtos de amplo conhecimento do público geral. Essas entidades podem estar a apoiar o evento de diversas

formas, que não explorámos em detalhe. O que os dados permitem perceber é que a disponibilização de alguma espécie de serviço ou vantagem promocional por parte do patrocinador está a merecer, da parte do promotor do evento, a inclusão de uma referência à marca, entidade ou produto nos seus SUPORTES de COMUNICAÇÃO (1.1.1) – *“Neste gradeamento foi afixada uma lona de grandes dimensões com a marca de cerveja XXX”* (PO 5).

Os PATROCÍNIOS (1.1.1.4) mais frequentes são oferecidos, no que toca a organismos públicos, pelas autarquias; e no que toca a organismos privados, por uma grande diversidade de marcas onde se destacam claramente as cervejeiras e outras marcas de bebidas alcoólicas – *“Finalmente, numa banda transversal inferior, uma lista de vários patrocinadores (‘Apoios’), contando-se marcas de bebidas alcoólicas – XXX [conhecida marca de bebida destilada ], XXX [conhecida marca de cerveja ], Estações de Rádio XXX, outros espaços de comércio, lazer e bem-estar (ginásios, restaurantes e cafés), entre outros”*. (PO 11)

Como vimos a respeito da RÁDIO (1.1.1.3), pode acontecer que o patrocinador esteja fisicamente representado no recinto do evento. Nesses casos acontece estar a contribuir para a oferta de um serviço de lazer suplementar – *“Outros tipos de oferta incluíam pontos de venda (barracas) dum conhecido centro comercial com marca própria e roupas em saldo para compra. Este espaço esteve aberto todo o dia”*. (PO 1)

Designamos por FRASES TEMÁTICAS (1.1.1.5) os *slogans* e mensagens que, mais do que meros recursos publicitários, estão a ser usados como estratégias do reforço da identidade de um evento – *“Entre os elementos cénicos e estéticos disponíveis encontravam-se mensagens, de cariz pró-pacifista e político.”* (PO 13); *“Anunciava-se ainda ‘Strip Feminino’, acompanhado da frase promocional – ‘A melhor noite da invicta’.”* (PO 10).

No conjunto dos SUPORTES menos frequentes encontramos o recurso à INTERNET (1.1.1.6), a LOGÓTIPOS (1.1.1.7), a SMS (1.1.1.8); também o recurso a UNIFORMES (1.1.1.9), MERCHANDIZING (1.1.1.10), IMPRENSA ESCRITA (1.1.1.11), INFORMAÇÕES (1.1.1.12) e, finalmente, a referência a CARTAZES (1.1.1.13). Estes códigos, que apresentam frequências menos expressivas no conjunto dos dados, podem ser consultados no Anexo 1.

Sob o tema geral da COMUNICAÇÃO (1.1) foram ainda identificadas FUNÇÕES DOS SUPORTES (1.1.2). Efetivamente demo-nos conta de que a intenção de divulgar um espaço ou evento, de o tornar do conhecimento do seu público potencial, apesar de ser a função mais esperada para o uso de SUPORTES DE COMUNICAÇÃO (1.1.1), não é a única. Da leitura dos nossos dados tornou-se evidente que os diversos suportes poderiam estar a ser utilizados com distintas funções. Tal constatação levou-nos à criação da categoria FUNÇÕES DOS SUPORTES (1.1.2), tendo-se percebido que a mais frequente dessas funções estava a ser função de CRIAR UMA IDENTIDADE (1.1.2.1) para o evento ou recinto. Esta função está a ser concretizada sobretudo através do suporte DESIGNAÇÃO PROMOCIONAL (que reúne as codificações mais frequentes para esta função). Vários dos eventos observados adquirem uma designação diferente da dos recintos que os acolhem – *“O evento tinha uma designação promocional –XXX Ladies Night – e foi organizado pela discoteca XXX, situada na zona industrial de Matosinhos.”* (PO 3). Interpretamos essa estratégia como revelando o interesse em criar uma identidade única para o evento, potencialmente facilitadora de uma divulgação junto de públicos específicos.

A DESIGNAÇÃO PROMOCIONAL (1.1.1.1) não é o único suporte que está a servir esta função. Através do *Software* de análise de dados qualitativos QSR Nvivo9 elaboramos uma Matriz<sup>11</sup> que cruzou os vários SUPORTES (1.1.1) com as distintas FUNÇÕES (1.1.2) (Quadro 7). Percebemos que para além da DESIGNAÇÃO PROMOCIONAL (1.1.1.1) também as FRASES TEMÁTICAS (1.1.1.5), os FLYERS (1.1.1.2), os LOGÓTIPOS (1.1.1.7), entre outros suportes menos referidos nos dados, estão a cumprir função idêntica.

A função de INFORMAR (1.1.2.2) está a satisfazer uma necessidade que pressupõe que o potencial participante já aderiu ao convite a participar num evento, necessitando agora da orientação do promotor relativamente a elementos básicos para essa participação. O FLYER (1.1.1.2) é o veículo central da disseminação dessas informações – *“A mancha principal do flyer é ocupada com a descrição dos 4 dias de programa, com indicação de palcos, horas, bandas, e atuações”*. (PO 5); *“Um último flyer apresenta um croqui alusivo aos diversos postos de venda de bilhetes.”* (PO 6).

---

<sup>11</sup> Ferramenta do *Software Nvivo9* que permite a exploração dos dados codificados, evidenciando padrões desses dados na resposta a questões do investigador.

Vários SUPORTES DE COMUNICAÇÃO (1.1.1) estão a ser usados com o intuito principal de operacionalizar a colaboração entre um promotor de eventos e o seu patrocinador, e que se exprime na função de FINANCIAR (1.1.2.3) um evento. Como se percebe, o suporte

#### Quadro 7

##### *Funções dos Suportes de Comunicação*

		Funções de Comunicação			
		Criar uma identidade	Divulgar	Financiar	Informar
Suportes de Comunicação	designação promocional	14	1	4	1
	Flyer	5	6	5	20
	frases temáticas	8	0	1	2
	imprensa escrita	0	2	0	0
	Informações	0	0	0	1
	Internet	0	3	0	1
	Logótipo	4	1	4	3
	<i>Merchandising</i>	1	0	0	0
	Patrocínio	3	2	18	4
	placards na cidade	0	2	0	1
	Rádio	0	4	2	0
	SMS	1	2	0	1
	Uniformes	0	0	1	0

*Nota:* Os valores exprimem o número total de unidades de sentido ou referências codificadas. A tonalidade do sombreado exprime a relevância da associação entre as duas categorias.

que exprime esta função de forma mais evidente é, precisamente, o PATROCÍNIO (Quadro 7) – “Para além do apoio do referido patrocinador, também promovia o evento a autarquia local – concretamente, a estrutura da CMX responsável pela dinamização cultural na cidade, e a empresa XXX, uma estrutura pública, portanto.” (PO 1). Mas também o FLYER (1.1.1.2), a DESIGNAÇÃO PROMOCIONAL (1.1.1.1), o LOGÓTIPO (1.1.1.7) exprimem essa necessidade de oferecer visibilidade à entidade que oferece apoio e viabiliza financeiramente um evento.

Finalmente, a função de DIVULGAR (1.1.2.4) parece assumir menor expressão no conjunto das FUNÇÕES DOS SUPORTES (1.1.2) analisados, não existindo nenhum SUPORTE DE COMUNICAÇÃO (1.1.1) que se destaque marcadamente na concretização desta função isolada. Isto só está a acontecer, em nosso entender, porque a função de divulgação do evento se encontra disseminada pela quase totalidade dos restantes suportes identificados.

De notar que as estratégias de comunicação descritas são, quase sem exceção, de carácter hegemónico. Traduzem opções de divulgação que, ainda que em graus variáveis, se dirigem sobretudo a um público *mainstream*. Talvez a única exceção que encontramos à tendência de divulgar a partir da RÁDIO (1.1.1.3), IMPRENSA ESCRITA (1.1.1.11), CARTAZES (1.1.1.13) ou INTERNET (1.1.1.6) seja a troca de SMS (1.1.1.8) entre participantes – no entanto, mesmo aqui, outros canais mais hegemónicos são complementarmente usados. A tónica geral da linguagem que é usada nestes SUPORTES é sempre, e porque de carácter publicitário, de conotação positiva – “*Anunciava-se ainda ‘strip feminino’, acompanhado da frase promocional – ‘A melhor noite da invicta!’.*” (PO 10); “*Num documento com a lista de barraquinhas aprovadas pela organização contavam-se 111 barraquinhas com vários tipos de nomes promocionais – ‘Ponto G’, (...), ‘Play Toy’, ‘Tiro-te as medidas’, (...) ‘Shot Spot’, ‘Que raiva!!! Estou tão sóbrio!!!’, ‘Copuscalense’, (...), ‘Anatomia de Gregue’; etc.*” (PO 6). Podemos notar, todavia, que o canal de comunicação social mais hegemónico – a televisão – fica de fora das opções de comunicação.

### 2.1.2 Música

O interesse no estudo das relações entre subculturas juvenis, seus estilos musicais, e tendências de usos de drogas não é um interesse recente (Hebdige, 2002; Hall & Jefferson, 1975). No entanto essa associação veio a tornar-se, ao longo dos anos 90, tendencialmente mais central à medida que se foi tornando claro o crescente interesse dos jovens na música electrónica de dança, a par do aumento do uso de SPA por adolescentes e jovens adultos, compreendido de uma forma progressivamente afastada de uma leitura subcultural e desviante, e mais aproximada de um comportamento *normalizado* (Parker et al, 1998; Parker, 2005).

A dimensão da música representa, para o estudo dos ambientes recreativos noturnos, um dos elementos mais reconhecidamente definidores da experiência do lazer noturno e dos

seus espaços, assim como dos padrões de uso de SPA que neles têm lugar, e dos atores sociais que neles participam (cf por exemplo Lyttle & Montagne, 1992; Silva, 2005). Efetivamente, vários autores que têm estudado a música electrónica de dança partem da análise da dimensão musical para refletir sobre o papel social daquele género e sobre a relação que exhibe com ideologia, estilos de vida, estéticas e comportamentos de lazer dos seus adeptos (Hennion, 2006; Grynszpan, 1999; Collin, 1997; Lyttle & Montagne, 1992; Silva, 2005).

Num estudo de Forsyth, Barnard & McKeganey (1997) a relação entre ser-se adepto de ‘música rave’ e o uso de SPA foi empiricamente demonstrada junto de uma larga amostra de jovens de escolas escocesas de origem económico-social diversa, e ao longo de um recorte temporal de vários anos. Mais recentemente, Mulder, Bogt, Raaijmakers, Gabhainn, Monshower e Vollenbergh (2009) verificaram a partir de uma amostra representativa de adolescentes de escolas holandesas que, apesar de se manter sem direção conhecida a causalidade da relação música-drogas, as preferências por géneros musicais não-*mainstream* estavam positivamente associadas ao uso.

A relevância da consideração da dimensão da música já nos tinha sido evidente aquando de uma pesquisa de terreno que olhou especificamente as *festas de trance psicadélico*, e que enfatizou a centralidade do género musical para a vivência desse ambiente particular (Carvalho, 2007). Por esse motivo tínhamos a expectativa de que o elemento musical poderia ser particularmente relevante na caracterização dos distintos ambientes observados, pelo que na seleção de eventos a incluir na análise procurámos garantir uma amostra intencionalmente variada também a este nível.

Entre os eventos observados encontramos referência a um total de 11 géneros musicais específicos, que organizamos em duas grandes tendências – os GÉNEROS DO UNIVERSO DA MÚSICA ELETRÓNICA DE DANÇA (1.2.1), e que incluem referência ao HOUSE (1.2.1.2), TECHNO (1.2.1.3), DRUM’N’BASS (1.2.1.4), entre outros – “*Este evento consistia numa “noite” normal de DJ convidado, neste caso o Dj XXX, que reproduz músicas do tipo techno minimal.*” (PO 9); e os GÉNEROS DO UNIVERSO DA MÚSICA POP-ROCK (1.2.2) que incluem, para além deste, as referências ao ROCK ALTERNATIVO (1.2.2.2) e ao ROCK’N’ROLL (1.2.2.3) – “*A oferta musical predominante é, atendendo às bandas indicadas para o palco XXX [conhecida marca de cerveja], do universo da pop rock e rock alternativo – por e.g. XXX [referência a um conjunto de bandas nacionais e*



internacionais J.” (PO 5). OUTROS GÊNEROS (1.2.3) foram adicionalmente identificados, tais como a MÚSICA JAZZ (1.2.3.2), a MÚSICA AFRICANA (1.2.3.3), e a MÚSICA POPULAR PORTUGUESA (1.2.3.4) – “*O Flyer com a Programação da Tenda Cine-Jazz apresenta a lista de atuações de bandas de Jazz para este espaço específico das Noites da XXX [referência a um conhecido evento acadêmico J, dentro do recinto.]*” (PO 6)

Um conjunto importante de referências aludia genericamente à DANCE MUSIC (1.2.1.1), ou apenas à MÚSICA EM GERAL (1.2.3.1). No primeiro caso essas referências foram codificadas dentro da categoria GÊNEROS DO UNIVERSO DA MÚSICA ELETRÔNICA (1.2.1) – “*A dance-music era o único género representado.*” (PO 1). As referências a MÚSICA EM GERAL (1.2.3.1) foram codificadas dentro da categoria OUTROS GÊNEROS (1.2.3) – “*As festas académicas também têm a tradição de apresentar um estilo de música generalista, comercial, sem serem muito específicas quanto a um género musical.*” (PO 11). Ainda que inespecíficas, essas referências remetiam claramente para a percepção do observador de que uma dada experiência ou característica de um evento podia ser relacionada com a questão da oferta musical – “*Todas as noites, pode contar-se com a presença de dois DJ’s residentes, que passam música para todos os gostos.*”; “*Existem vários jogos de luzes e lasers que acompanham a música e tornam o ambiente mais propício à desinibição.*” (PO 10).

Com a intenção de verificar como se distribuíam os eventos analisados relativamente ao tema da MÚSICA (1.2) pedimos uma matriz através do *software* de dados qualitativos QSR Nvivo9 que cruzou os diversos géneros identificados nos dados com os POs submetidos a análise (cf. Quadro 8).

A partir deste resultado foi possível perceber duas tendências no tema da MÚSICA (1.2). Por um lado a existência de um conjunto de eventos com um carácter deveras eclético no que toca à oferta musical, com sonoridades que cruzam géneros muito diversos e sem relação entre si no que toca à sua filiação musical – “*As festas académicas também têm a tradição de apresentar um estilo de música generalista, comercial, sem serem muito específicas quanto a um género musical.*” (PO 11). E, por outro lado, um conjunto de eventos *fechados*, ou dedicados exclusivamente a um género musical, ou a mais do que um género mas da mesma filiação musical - “*Este evento consistia numa “noite” normal de Dj convidado, neste caso o Dj XXX, que reproduz músicas do tipo techno minimal.*” (PO 9).

Quadro 8

Gêneros Musicais nos Protocolos de Observação

		Protocolos de Observação													
		P1	P10	P11	P12	P13	P14	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
Gêneros Musicais	Gêneros do universo da M. electrónica														
	dance music (geral)	1	0	0	0	0	1	0	1	0	4	4	0	0	0
	drum'n'bass	0	0	0	0	0	9	0	0	0	1	0	4	0	0
	electro	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	house	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0
	reggae	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
	techno	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	8
	trance	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0
	Gêneros do universo da Pop-Rock														
	pop-rock	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0
	rock alternativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	3	0
	rock'n'roll	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Outros Gêneros														
	africana	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	geral	4	2	6	2	1	0	1	1	1	28	5	0	2	0
	jazz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2	0	0	0
	popular portuguesa	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Nota: Os valores exprimem o número total unidades de sentido ou referências codificadas. A tonalidade do sombreado exprime a relevância da associação entre as duas categorias.

### 2.1.3 Meios e Micromeios

A categoria MEIOS E MICROMEIOS (MMM) (1.3) permite descrever exhaustivamente os vários nichos de que é composto um ambiente recreativo noturno, com a intenção de responder à necessidade de contextualizar espacialmente as ações e os protagonistas das dinâmicas e dos comportamentos observados nos casos analisados, na sequência de um dos objetivos específicos que tínhamos definido no nosso projeto - descrever

os ambientes recreativos noturnos do ponto de vista da organização do seu espaço interno, a um nível mais micro.

Adotamos o conceito de *meio*, originário da Psicologia Ambiental Ecológica, para delimitar o foco da nossa atenção a este tema da contextualização físiocambiental das ações e fenômenos em curso. Para Barker, “o contexto onde decorrem as atividades – *real life settings* – é um modelo de conduta, já que dá lugar a um sistema de interações entre as características físicas e sociais que interferem com os elementos ou dados culturais próprios de uma determinada situação, assemelhando-se o ambiente ou meio a uma *cena* ou *cenário* que sugere a adoção de tal ou tais comportamentos”. (1968 citado por Dias, 2000, p.15)

Deste modo, a análise do tipo de *setting* revela-se fundamental para descrever o carácter específico que o *lugar* ocupa nas relações pessoa-ambiente (Giuliani & Scopelliti, 2009). A ideia da interdependência, e até mesmo da influência, entre um meio e um comportamento é também reforçada por Fischer (1989). Este autor prevê que cada meio se decompõe num conjunto de micromeios correspondentes ao ambiente imediato ocupado num determinado momento, e que é a manifestação específica dum dado espaço social que implica contatos relativamente estáveis com um mesmo lugar (Fischer, 1989). Nos exemplos do autor são *micromeios* o sítio da casa que ocupamos, o espaço de uma enfermaria de um hospital, a sala de aulas dos alunos.

Nos nossos dados, dentro de um meio que é correspondente a um ambiente recreativo noturno tomado no seu conjunto (por exemplo, a *discoteca*), antecipávamos existirem um conjunto de outros micromeios (a *entrada*, o *bar*, a *pista*, os *WC*, etc.) onde poderiam ocorrer atividades e dinâmicas potencialmente específicas, com esses espaços por cenário. Ainda que, como dizíamos, o objetivo de contextualizar as dinâmicas e comportamentos observados no seu micromeio de ocorrência fosse um objetivo antecipado na recolha dos dados, já o elenco final desses diversos micromeios, a sua variabilidade através dos vários ambientes observados, a sua função percebida e a sua situação relativamente ao recinto ocupado, propriamente dito foi resultante da (e não prévia à) análise.

A categoria MEIOS E MICROMEIOS (M.M.M.) (1.3) desdobra-se, então, em três grandes categorias de segunda-geração: M.M.M. DO EXTERIOR DO RECINTO (1.3.1); M.M.M. DO INTERIOR DO RECINTO (1.3.2); e M.M.M. DO RECINTO GLOBAL (1.3.3). Os M.M.M DO EXTERIOR DO RECINTO (1.3.1) são os que se encontram localizados fora do perímetro do recinto de um evento. Esses M.M.M., apesar duma localização não só externa

como potencialmente bastante distante geograficamente do mesmo, podem apresentar uma relação direta com necessidades ou funções do evento. Nesses casos designámo-los por M.M.M. DE FUNCIONAMENTO (1.3.1.1), em que se integram códigos como ESTACIONAMENTO (1.3.1.1.1) – *“Notas negativas são as condições do parque de estacionamento, situado num terreno acidentado, sem piso alcatroado, e sem luz suficiente”* (PO 1); ou LOCAIS DE VENDA (1.3.1.1.3) – *“Existem locais de venda dirigidos a público geral e a estudantes, localizados em permanência em dois locais, desde uma semana antes do evento, e até ao final do mesmo”* (PO 6).

A um outro nível podemos considerar que a envolvente externa do recinto de um evento, sem qualquer relação de necessidade ou função relativamente a este, pode ainda assim interferir ou estar a ser interferida pela circunstância de esse recinto se localizar na sua proximidade. Esse nível de análise foi designado por M.M.M. DA ENVOLVENTE EXTERNA (1.3.1.2), em que se integram códigos como ÁREA RESIDENCIAL (1.3.1.2.1) – *“Apesar de o evento se localizar num prédio de habitação e por vezes a música estar bastante alta, não se verificou nenhuma queixa por parte da vizinhança, pois penso que o som da música não se ouve do exterior”* (PO 12); ou ÁREA COMERCIAL/PASSEIO (1.3.1.2.2) – *“Espaços como este, situados no centro da cidade, são chamariz de movimentação de pessoas durante o período noturno, contribuindo para transformar estas zonas, habitualmente desertificadas, em espaços mais seguros.”* (PO 14).

Os M.M.M. DO INTERIOR DO RECINTO (1.3.2) dizem respeito aos vários nichos de espaços que, independentemente da natureza aberta (*Outdoors*) ou fechada (*Indoors*) do evento do recinto, estão necessariamente localizados dentro do seu perímetro. Estão organizados de acordo com as funções e contributos distintos que representam para o evento, identificando-se aqui as funções de LAZER (1.3.2.1), de APOIO (1.3.2.2), e de FUNCIONAMENTO (1.3.2.3).

Os M.M.M. do interior do recinto com a função de LAZER (1.3.2.1) são aqueles que têm associada uma oferta cuja finalidade tem a ver com a potenciação da experiência de fruição do participante. Do conjunto de todos os M.M.M. identificados, esta é a categoria de onde emergiu maior número de códigos percebendo-se que, como seria aliás esperado, é neste tipo de nichos de interação que os ambientes recreativos noturnos estão mais próximos de concretizarem a sua função – assegurar uma experiência de lazer e fruição máxima aos seus participantes. Para exemplificar com alguns dos códigos mais frequentes, destacaríamos o

BAR (1.3.2.1.1) – *“Estavam a acontecer promoções de bebidas, com uma oferta limitada de shots, no Bar2, através de um aviso sonoro que se fazia ouvir em todo o espaço.”* (PO 10); A PISTA DE DANÇA (1.3.2.1.2) – *“Apesar de uma maior afluência de participantes melhorar o bem-estar relativamente ao espaço de dança, também gera alguma confusão e diminui o bem-estar de alguns participantes, pois impossibilita de certa forma a realização de atividades como dançar e conversar.”* (PO 10); e o PALCO PRINCIPAL (1.3.2.1.3) – *“Quando nos deslocamos para esta zona para assistir ao DJ set do cabeça de cartaz desta noite, o espaço encontrava-se já repleto, mantendo-se embora boa circulação – seriam cerca de 02.00h da madrugada.”* (PO 14).

Os M.M.M. do INTERIOR DO RECINTO (1.3.2) com a função de APOIO (1.3.2.2) são aqueles que visam oferecer ao participante um conjunto de serviços orientados para a promoção do bem-estar ou orientados para a assistência em situação de risco efetivo. Essa finalidade implícita destes espaços não exclui, porém, a possibilidade de os mesmos poderem estar a ser utilizados pelos participantes com intenção contrária, por exemplo como cenário para usos de álcool e outras substâncias. Dos códigos contidos na categoria M.M.M. de APOIO (1.3.2.2) destacaríamos os WC (1.3.2.2.1) – *“As casas de banho em festas académicas não primam pela excelência. Mas desta vez, nem água havia!”* (PO 11); *“Observa-se um segurança a deslocar-se à casa de banho masculina para retirar os frequentadores que se encontravam a consumir substâncias ilícitas”* (PO 2); e as ÁREAS DE DESCANSO (1.3.2.2) – *“O evento não tem diversidade de oferta no que se refere a estruturas de lazer ou repouso. No entanto existia no segundo andar uma parte com banquinhos que alguns participantes utilizavam para descansar, quando estavam cansados de dançar.”* (PO 3); *“Os consumos observados ocorreram no dance-floor, chill-out e área circundante ao dance-floor. Num desses episódios, especificamente no chill-out, foi observado um consumo de cannabis.”* (PO 1).

Os M.M.M. do INTERIOR DO RECINTO com a função de FUNCIONAMENTO (1.3.2.3) são aqueles que estão orientados para a regulação dos serviços que asseguram esse funcionamento. Incluem espaços de serviço cuja função assiste, mas não está diretamente relacionada, com a oferta de lazer. São espaços que estão a ser protagonizados predominantemente por outros atores dos ambientes recreativos noturnos que não os participantes. Destacaríamos dois códigos do conjunto dos M.M.M. de FUNCIONAMENTO (1.3.2.3) - a ENTRADA (1.3.2.3.1) do recinto – *“À entrada do evento, agentes da PSP*

*indicavam e controlavam a entrada no recinto assim como o tráfego automóvel no local” (PO 1); “O excesso de álcool provocou mal-estar físico em alguns participantes. Por volta da 01.00 da manhã, à entrada do bar, um rapaz e uma rapariga estavam no exterior porque um deles se estava a sentir mal fruto do consumo excessivo de álcool”. (PO 12); e o LIMBO (1.3.2.3.2), o espaço que fica situado entre a primeira barreira de acesso ao perímetro de um evento e a última passagem desse acesso efetivo a uma zona mais central de um evento, e que pode ter extensão muito variável de acordo com os diferentes tipos de eventos observados (apenas alguns metros numa discoteca, ou vários quilómetros numa festa de trance) – “Era necessário percorrer uma distância considerável desde a porta até à festa em si, um trilho no meio da floresta que estava mal iluminado” (PO 4); “Na segunda barreira, já dentro do recinto, 2 agentes verificavam através de um detetor de metais, a presença de objetos perigosos nos participantes”. (PO 11).*

A atenção à dimensão espacial do lazer noturno, apesar de limitada, não está totalmente ausente da literatura científica. Essa literatura procura buscar explicações sobre o processo através do qual os centros urbanos se veem transformados pelo fenómeno do lazer noturno, explorando-se as consequências (económicas, sociais, culturais) dessa transformação (Chatterton, 2002; Measham, 2004; Bellis & Hughes, 2005; Campo & Ryan, 2008). Estas análises tomam, porém, a dimensão espacial do lazer noturno na sua escala mais macro, desprezando as dinâmicas finas relacionadas com a relação entre participantes, seus comportamentos, e os nichos de menor dimensão potencialmente definidores desses comportamentos, que são o foco mais frequente da análise ecossocial da Psicologia Ambiental Ecológica.

Uma exceção é a literatura sobre prevenção, promoção da saúde e RRMD. Fletcher e cols (2010) referem, a respeito duma sistematização do campo da RRMD aplicada aos jovens e ao uso recreativo de SPA, que um tipo de respostas típicas a este nível consiste nas “abordagens baseadas no *setting*”, que propõem modificações aos ambientes recreativos noturnos por forma a dirigirem-se especificamente à dimensão ambiental do uso de drogas pelos jovens. Esta literatura apresenta maior sensibilidade para as interações que se estabelecem entre participantes (e outros atores sociais) e M.M.M. de um evento porque este domínio se tem dedicado a estudar e compreender, por exemplo, que “políticas de porta” asseguram maior segurança aos participantes, que tipo de formação é necessária para qualificar o *staff* a lidar com situações de risco e violência, que políticas e regulamentos sobre

venda de álcool estão associadas a maiores taxas de intoxicação aguda, ou em que medida a comunicação interativa em tempo real com o DJ pode facilitar a gestão do risco nestes ambientes, fortemente pontuados pela associação entre dança e uso de SPA (Kilfoyle & Bellis, 1998; Bellis *et al*, 2002; Calafat & Juan, 2003; Hughes, Stuart, Bennett & Bellis, 2011). Assim, a atenção prestada à descrição aos M.M.M. revelou-se de grande importância para os objetivos do projeto, quer para satisfazer o nosso interesse inicial de caráter mais descritivo, quer para o avanço na interrogação sobre as relações entre esta dimensão e a compreensão dos outros fenómenos alvo da nossa atenção.

#### **2.1.4 Elementos de Meios e Micromeios**

A categoria M.M.M. (1.3) procurou identificar e organizar os vários espaços internos e a envolvente externa dos ambientes recreativos noturnos, etapa fundamental para uma interrogação posterior sobre o seu papel nos comportamentos e fenómenos neles ocorrem. Da exploração desses MMM emergiu a atenção aos elementos físicos e sociais que os compõem, que contribuem para a classificação do tamanho do ambiente (Krämer, 1995; Giuliani & Scopelliti, 2009) e para a compreensão das transações que nele têm lugar. São os aspetos materiais dos eventos observados, que podem dizer respeito a objetos ou a tipos de oferta.

Ao contrário da categoria M.M.M. (1.3), não antecipávamos na nossa estrutura inicial de recolha e análise de dados que a consideração destes elementos pudesse ser relevante para a caracterização sócio e físico ambiental do lazer noturno. Assim, esta é uma das categorias cuja emergência resultou inteiramente do processo de análise dos dados. Os ELEMENTOS DE M.M.M. (1.4) foram classificados na nossa análise relativamente à sua DIMENSÃO AMBIENTAL (1.4.2), relativamente à sua FUNÇÃO (1.4.1), e relativamente ao seu TIPO (1.4.3).

No que toca à DIMENSÃO AMBIENTAL (1.4.2), os ELEMENTOS DE M.M.M. (1.4) que estavam a contribuir para a caracterização do NFA foram codificados em ELEMENTOS FÍSICOS (1.4.2.1). Para Pinheiro (1997) “Os aspetos funcionais dos ambientes devem ser considerados ao lado dos seus atributos simbólicos” (p.390). Nos exemplos que se seguem essa questão fica bem ilustrada, quando o observador descreve a presença de um dado elemento físico (concretamente, a iluminação), e segue interpretando o seu significado - “*Existiam jogos de luzes e lasers. Sendo o evento uma ‘beach party’ ao estilo ‘rave’, o jogo de luzes permitia criar um ambiente psicadélico.*” (PO 1); “*O local de acesso ao evento*

*estava mal iluminado, o que gera um certo sentimento de insegurança que pode levar os participantes a frequentar menos vezes o espaço.*” (PO 10). Isto significa que, do ponto de vista teórico, apesar da atenção ao NFA em Psicologia Ambiental Ecológica se ter desenvolvido por influência dos factores que em termos físicos e perceptuais mais definem a relação pessoa-ambiente, tal não dispensa que o ambiente físico seja considerado “junto com a sua dimensão social, condição inalienável das inter-relações pessoa-ambiente” (Pinheiro, 1997, p. 390). Era sobretudo nesta vertente que nos interessava a exploração dos ELEMENTOS FÍSICOS dos MMM dos eventos analisados.

A subcategoria DIMENSÃO AMBIENTAL (1.4.2), também codificava os ELEMENTOS DE M.M.M. (1.4) que estavam a contribuir para a caracterização do NSA dos eventos, especificamente os factores sociais molares destes ambientes. Essa dimensão foi codificada em ELEMENTOS SOCIAIS (1.4.2.2). Mais uma vez pretendíamos identificar elementos que, apesar de menos materiais, se referiam a aspetos muito concretos da oferta dos eventos para, à semelhança do que sucedia com a consideração dos ELEMENTOS FÍSICOS, questioná-los relativamente à sua capacidade de nos informar sobre dimensões transacionais da relação pessoa-ambiente nos ambientes recreativos noturnos.

No exemplo seguinte o código BARREIRAS (1.4.1.4.2), também codificado em ELEMENTOS SOCIAIS (1.4.2.2), esclarecia sobre a natureza e o objetivo das relações que estavam a ocorrer entre dois atores sociais - participantes e forças policiais: *“À entrada do evento, agentes da PSP estavam a indicar e a controlar a entrada no recinto aos participantes, assim como controlavam o tráfego automóvel no local.”* (PO 1). No caso do código ATUAÇÃO (1.4.1.1.1), outro ELEMENTO SOCIAL, a identificação da performance musical num dado evento estava a ser relacionada com o tipo de público presente – *“O evento é uma festa em meio clubbing que tem como nome promocional ‘Noite Académica’, pelo facto de ser uma noite diferente contando com a presença de muitos estudantes e com a atuação da ‘Tuna Mista XXX’.*” (PO 12).

A forma equilibrada como as unidades de sentido relativas a ELEMENTOS DE M.M.M. (1.4) emergiram distribuídas pelos códigos ELEMENTOS FÍSICOS (1.4.1) e ELEMENTOS SOCIAIS<sup>12</sup> (1.4.2) poderá remeter, precisamente, para a natureza

---

<sup>12</sup> Do código ELEMENTOS FÍSICOS (1.4.2.1) emergiram 194 unidades de sentido na totalidade dos protocolos de observação analisados; do código ELEMENTOS SOCIAIS (1.4.2.2) emergiram 164 unidades de sentido também na totalidade dos protocolos de observação analisados.



interdependente das interpretações que se produzem a respeito dos elementos mais concretos e materiais nos dados.

Adicionalmente à consideração da DIMENSÃO AMBIENTAL (1.4.2), a codificação dos ELEMENTOS DE M.M.M. (1.4) também explorou os dados atendendo à dimensão da FUNÇÃO (1.4.1) que tais elementos pareciam estar a cumprir. Dessa exploração emergiram seis FUNÇÕES distintas dos ELEMENTOS DE M.M.M., resultando dessa exploração um conjunto variável de códigos relativos a elementos específicos. Essas FUNÇÕES foram: ELEMENTOS DE LAZER (1.4.1.1), ELEMENTOS DE PROTEÇÃO (1.4.1.2), ELEMENTOS DE CONTROLO (1.4.1.3), ELEMENTOS DE RISCO (1.4.1.4), ELEMENTOS COMERCIAIS (1.4.1.5) e ELEMENTOS DE MOBILIDADE (1.4.1.6).

Da FUNÇÃO DE LAZER (1.4.1.1) emergiu uma grande parte dos códigos relativos aos diversos elementos identificados, num total de vinte e um códigos distintos. Os elementos de que é feito o LAZER são, na quase totalidade dos eventos analisados, a ATUAÇÃO (1.4.1.1) e o JOGO DE LUZES (1.4.1.1.2). Outros elementos de LAZER com presença importante são, por exemplo, MULTIMEDIA (1.4.1.1.4) ou DECORAÇÃO (1.4.1.1.3) – “Entre os elementos cénicos e estéticos disponíveis encontravam-se mensagens, de cariz pró-pacifista e político”. (PO 13); “Existiam esculturas e outros elementos decorativos. Era uma festa de Halloween e a decoração era apropriada, com a utilização de cores bem vivas e fluorescentes. As cores fluorescentes são características do meio trance, daí que a decoração se adequava a esse estilo.” (PO 4).

Com uma presença idêntica à FUNÇÃO DE LAZER e com o mesmo número de códigos, outro grupo de elementos se destacou relativo à FUNÇÃO DE PROTEÇÃO (1.4.1.2). A expressão *proteção* é frequentemente usada, na literatura, em associação com a definição de *risco*. Assim, se um fator de risco é comumente definido como qualquer fator que aumenta a probabilidade de um resultado ou consequência negativa no desenvolvimento da criança ou do jovem, já a proteção é definida como qualquer variável que diminui essa probabilidade, contendo ou atuando contra o efeito dos fatores de risco (Durlak, 1998). A proteção é, deste modo, a qualidade de uma pessoa, do seu contexto, ou da interação entre ambos, que permite antecipar um melhor resultado quando a pessoa está em situação de risco ou vulnerabilidade (Jessor, Turbin & Costa, 1998) Com esta subcategoria pretendíamos reunir os elementos cuja presença parecia estar relacionada com a intenção de assegurar ao participante uma experiência de segurança e bem-estar durante a sua passagem pelas várias

etapas e *settings* de um evento. Ainda que sendo essa a intenção subjacente à definição desses elementos, a FUNÇÃO DE PROTEÇÃO (1.4.1.2) poderia estar ou não a ser concretizada consoante o bom ou mau uso dado ao elemento em questão. Sob esta função podem destacar-se, a título de exemplo, os códigos ILUMINAÇÃO (1.4.1.2.1) – *“Considerou-se que a localização era num local que gera sentimentos de insegurança dado que se encontra em ruas conhecidas pela prostituição, pouco movimentadas e com iluminação insuficiente.”* (PO 10); ou SINALIZAÇÃO (1.4.1.2.2) – *“Como o bar se localiza no centro da cidade de XXX torna-se acessível. Porém, na minha opinião, quem não conheça o bar pode ser um pouco complicado saber onde é, pois não possui indicações com o acesso.”* (PO 12).

A FUNÇÃO DE CONTROLO (1.4.1.3) e a FUNÇÃO DE RISCO (1.4.1.4) constituem o segundo grupo de elementos mais frequentes nos dados emergindo de cada uma destas subcategorias um total de catorze códigos. Exemplos de códigos contidos na FUNÇÃO DE CONTROLO (1.4.1.3) são BARREIRAS (1.4.1.3.1), BILHETE (1.4.1.3.2) – *“O evento em questão denominava-se ‘Noite da Gaitice’. Na compra do bilhete tínhamos oferta de uma vodka”* (PO 11); ou CARTÃO DE CONSUMO (1.4.1.3.3) – *“Existiam duas barreiras de acesso ao evento. Na primeira, localizada à entrada, dois porteiros que eram seguranças privados, geriam o acesso ao local e a distribuição dos cartões de consumo.”* (PO 2)

A FUNÇÃO DE RISCO (1.4.1.4.) englobava também elementos que, não constituindo risco direto para grupos específicos de atores sociais dos eventos, poderiam remeter para a perturbação ou impacto negativo do evento sobre, por exemplo, a sua envolvente. Exemplos de códigos na FUNÇÃO DE RISCO (1.4.1.4) são RUÍDO (1.4.1.4.1) – *“Do ponto de vista dos elementos de perturbação gerados pelo evento foram identificados alguns aspetos, começando pelo ruído, fruto da proximidade para com uma área residencial”* (PO 1); SUJIDADE (1.4.1.4.2) – *“Na pista de dança por vezes os atores participantes deitam os copos das bebidas para o chão. Isto não é um elemento de grande perturbação porque no final da festa o recinto é limpo. Todavia torna-se, por vezes, incómodo tropeçar nos copos de vidro”* (PO 3); ou AGRESSÕES FÍSICAS (1.4.1.4.3) – *“Vi um rapaz cá fora, ensanguentado no pescoço, com dois polícias a separar dois grupos.”* (PO 11).

A FUNÇÃO COMERCIAL (1.4.1.5) foi usada para reunir códigos que emergiram relacionados com ofertas promocionais, custo ou estratégias de acesso à compra de entradas para um evento. Na quase totalidade dos dados analisados emergiram referências à questão dos PREÇOS (1.4.1.5.1) que incluíam informações específicas sobre o valor de aquisição de

produtos, serviços e acesso ao próprio evento, assim como impressões dos participantes e dos observadores sobre esses valores traduzidas em interpretações sobre o evento – *“A maior representação do público entre os 15 e os 25 anos pode ter a ver com o facto de se tratar de um evento gratuito, não requerendo assim um público com capacidades económicas elevadas.”* (PO 1); *“(…) As bebidas brancas estavam a ser vendidas a 6 euros. (...) Do nosso ponto de vista consideramos que os preços estavam a ser bem recebidos pelos participantes, já que a grande maioria consumia bebidas destiladas.”* (PO 10)

Outro código que emergiu da FUNÇÃO COMERCIAL (1.4.1.5), e que apresenta implicações potencialmente relevantes para explicar dinâmicas relacionadas com o uso do álcool e com o risco, é PROMOÇÕES (1.4.1.5.2). O recurso a PROMOÇÕES está relacionado com a intenção de apresentar uma vantagem para o participante que pode exprimir-se de formas diversas, por exemplo, a disponibilidade de serviços ou espaços temáticos dentro de um recinto – *“O acesso era controlado por uma única via, que permitia chegar (...) a tendas promocionais do patrocinador, que era uma conhecida marca de bebidas energéticas.”* (PO 1). No entanto, a expressão mais frequente de PROMOÇÕES nos nossos dados passa, com maior relevância, pela oferta de vantagens relacionadas com o acesso a bebidas alcoólicas – *“Ainda, na área central do flyer surge a oferta de cartaz para os 3 dias de eventos (...) seguido da expressão ‘Oferta de duas cervejas’.”* (PO 11)

Finalmente, da função de MOBILIDADE (1.4.1.6.1) emergiu, por último, um único código relativo a VIATURAS (1.4.1.6.1) – *“A acessibilidade ao evento fazia-se formas variadas, mas predominantemente através de viaturas particulares como veículos ligeiros, sobretudo utilitários.”* (PO 1).

A categoria ELEMENTOS DE M.M.M. (1.4) incluiu, por último, a subcategoria TIPOLOGIA (1.4.3) destinada à codificação de um conjunto de códigos que diziam respeito a elementos que apresentavam, quer do ponto de vista da sua escala, quer do ponto de vista da sua função, uma materialidade mais difusa e, portanto, não assimilável nas codificações anteriores. A designação desta subcategoria foi inspirada na Psicologia Ambiental Ecológica e na sua distinção clássica entre *ambientes naturais* e *ambientes construídos*, como forma de dar conta do efeito variável da ação humana sobre o ambiente (Giuliani & Scopeliti, 2009). À semelhança dessa classificação foram codificados em ELEMENTOS NATURAIS (1.4.3.1) códigos relativos a elementos como CHUVA (1.4.3.1.3) – *“Durante a atuação de uma das bandas, e com a chuva a cair, um rapaz com intenção de se abrigar sentou-se perto de nós,*

*debaixo da árvore, preparou o seu charro e fumou, enquanto assistia atentamente ao concerto.”* (PO 5); FOGUEIRA (1.4.3.1.4) – “*Não existia espaço chill-out, mas havia um local onde os XXX [organizadores] tinham feito uma fogueira e muitos aproveitavam-no como espaço de descanso e conversa.”* (PO 4); ou ÁRVORES (1.4.3.1.2). Foram codificados em ELEMENTOS CONSTRUÍDOS (1.4.3.2) códigos que exprimiam uma ação humana de maior escala sobre o espaço dos AR, relativos a elementos como ESCADAS (1.4.3.2.1) – “*No piso intermédio estão apenas as escadas de acesso ao piso superior (vedado a participantes), as escadas de acesso ao piso de baixo (onde está o bar e o espaço de concertos), uma mesa para pagamento de consumos, e um placard com informações de eventos.* (PO 8); ou PISOS (1.4.3.2.1.2) – “*A XXX [nome do espaço] foi feito na cave de uma casa restaurada, com vários pisos, não estando os superiores abertos aos participantes* (PO 8).

A categoria ELEMENTOS DE M.M.M. (1.4) foi, como atrás dizíamos, decorrente da necessidade emergente na análise de elencar os aspetos mais materiais que compunham os diversos M.M.M. (1.3). Revista a literatura da esfera da Psicologia Ambiental Ecológica, assim como a literatura mais específica sobre o lazer noturno e fenómenos associados, não foi possível a identificação de outras fontes que tivessem dedicado este tipo de atenção, de carácter micro analítico, aos diversos *settings* que compõem os ambientes recreativos noturno. Essa abordagem constitui-se, portanto, como uma originalidade da nossa abordagem, que contribuiu, em etapas seguintes da análise, para uma contextualização ambiental muito detalhada dos fenómenos que estão a acontecer nos ambientes recreativos noturnos.

### **2.1.5 Tempo**

A consideração da dimensão do *tempo* é aquela que garante o conhecimento *processual* em investigação científica, modo de conhecimento que se distancia das explicações causais e multifactoriais (Agra, 2008). Na nossa investigação, e apesar de essa análise não contemplar a consideração de trajetórias longas, estando antes circunscrita ao curto (embora variável) tempo de vida dos eventos observados, a codificação para a dimensão do TEMPO (1.5) estava relacionada com dois objetivos específicos – por um lado inferir, a partir da duração da experiência do observador no terreno, a duração dos diversos eventos observados; e por outro lado contextualizar os acontecimentos observados em etapas desse tempo de vida.

Essa necessidade foi antecipada na recolha dos dados. Várias secções da GOMF previam a identificação do horário específico de algumas das dimensões observadas (por e.g. os *episódios de violência e outras situações problemáticas*; os *usos de SPA e álcool*; a *caraterização dos participantes*); e existiam também três *Blocos Horários* da evolução de um evento - *Fase Inicial*, *Fase Intermédia* e *Fase Avançada* - a respeito dos quais eram propostas sequências repetidas de observações, sempre que tal fosse simultaneamente aplicável ao evento em questão e exequível para o observador (Cf. Anexo A). Este procedimento viria a permitir não só contextualizar os acontecimentos nos dados relativamente à sua temporalidade, como ainda interrogar cada etapa de um evento em relação aos seus acontecimentos mais típicos.

A categoria TEMPO (1.5) organizou-se em duas subcategorias. A subcategoria TEMPO DA OBSERVAÇÃO (1.5.1), que permitia situar a duração do evento a partir da duração da permanência do observador no terreno; e a subcategoria TEMPO DO EVENTO (1.5.2), estruturada em redor de um conjunto de etapas antecipadas como prováveis em qualquer evento, e que organizavam a sua duração em momentos menos dependentes de um horário e mais próximos da experiência do observador. Em ambas as categorias estávamos perante códigos antecipados na recolha dos dados.

Na codificação para a categoria TEMPO DA OBSERVAÇÃO (1.5.1) começávamos por identificar nos dados relativos a um evento o(s) intervalo(s) de tempo coberto(s) pela observação. No final, quando todas as US de um PO estavam já recortadas e codificadas, pedíamos um *coding query* a partir do Software QSR Nvivo9 que nos identificava esse conjunto de unidades de sentido e permitia a sua codificação em bloco nos respetivos intervalos horários. Este procedimento assegurava que todos os conteúdos de um PO, e consequentemente todos os acontecimentos e propriedades dos dados nele contidos, estavam a ser também codificados para a sua dimensão temporal, de acordo com o princípio da *codificação inclusiva* da *grounded analysis* (Fielding, 1993), segundo a qual cada unidade de sentido deve receber todos os códigos considerados necessários.

A assunção de que a permanência do observador correspondeu à duração integral do evento e que, decorrente disso, esta subcategoria nos informa rigorosamente sobre essa dimensão, é abusiva. A permanência dos observadores nos vários eventos não correspondeu sempre, e apesar do elevadíssimo número total de horas de observação recolhidas pelo projeto, à duração total de todos os eventos analisados. Assumimos, ainda assim, que a

permanência do observador foi sempre proporcional à duração do evento, sendo esperado que nos mais longos a observação terá sido, ainda que nem sempre integral, mais longa também.

Os intervalos de tempo previstos na subcategoria TEMPO DO EVENTO (1.5.1) eram MADRUGADA (03.00-06.00) (1.5.1.1); MANHÃ (06.00-13.00) (1.5.1.2); TODO O DIA (06.00-21.00) (1.5.1.3); TARDE (13.00-21.00) (1.5.1.4); TODA A NOITE (21.00-06.00) (1.5.1.5); NOITE (21.00-03.00) (1.5.1.6); e 24 HORAS (21.00-21.00) – este último código destinava-se a dar conta dos eventos cuja duração permitia uma permanência contínua do observador por um período de um dia ou mais. As US do PO de um evento eram codificadas em todos os intervalos aplicáveis. Apesar do código NOITE (21.00-03.00) (1.5.1.6) estar a qualificar a maioria dos eventos analisados, destaca-se o facto de vários eventos ocuparem também períodos diurnos (MADRUGADA, MANHÃ e TARDE), consecutivos ou não com os vários intervalos noturnos do horário de funcionamento.

Na codificação para a categoria TEMPO DO EVENTO (1.5.2) atendeu-se à contextualização dos acontecimentos numa dada etapa da noite. Antecipávamos que essa atenção viesse a permitir qualificar esses acontecimentos e os seus protagonistas relativamente ao conhecimento do “*quando*” dessas ações, medido não numa escala horária objetiva, mas de acordo com uma escala experiencial da evolução do evento. A razão de ser desta codificação prende-se com o facto de o significado de uma dada hora poder variar de forma considerável em função do tipo de evento em análise<sup>13</sup>.

Os códigos da categoria TEMPO DO EVENTO eram – FASE INICIAL (1.5.2.1), um período em que ainda estão a chegar participantes e em que, por esse motivo, se verifica fraco movimento de pessoas e atividades – “*Aquando da nossa chegada, a ocupação não correspondia a um quarto do tamanho total do espaço, parecendo-nos contar com aproximadamente trinta pessoas, distribuídas maioritariamente pelo Bar1, mais numa lógica de convívio...café.*” (PO 10); FASE AVANÇADA (1.5.2.2), um período de pleno curso de atividades e em que a afluência, independentemente de forte ou fraca, estabilizou – “*Quando nos deslocamos para esta zona para assistir ao set do cabeça de cartaz desta noite – XXX – o*

---

<sup>13</sup> Por exemplo, as 03.00 horas da madrugada poderão dizer respeito ao fim da noite num bar após um concerto, ao início da fase mais intensa de uma noite numa discoteca, ou a um período relativamente inicial de uma festa de trance ou de um after-hours...

*espaço encontrava-se já repleto, mantendo-se embora boa circulação. Seriam cerca das 02.00 da madrugada.”* (PO 14); PICO DE AFLUÊNCIA (1.5.2.3), descrito como um momento em que, como o nome indica, atividades e afluência ao evento atingem um máximo – *“Relativamente aos barmans, estes eram em grande número e simpáticos. Contudo, existiu uma hora da noite em que eram tantos os participantes a aceder ao bar para adquirir bebidas, que os barmans não eram em número suficiente para atender a tantos pedidos; e, consequentemente, alguns participantes esperavam mais de 30 minutos por uma bebida.”* (PO 3); e FIM-DE-FESTA (1.5.2.4), período do evento de diminuição progressiva de atividades e em que se inicia de forma reconhecível o abandono do recinto por parte dos participantes – *“Este episódio foi observado cerca das 07.00 da manhã. Aconteceu no exterior do recinto, perto da entrada da discoteca. Estavam envolvidos um rapaz, dois polícias e os grupos de amigos. A polícia estava a averiguar o estado do rapaz e a separar um grupo de jovens que estava todo junto.”* (PO 11).

As etapas FASE INICIAL (1.5.2.1) e FASE AVANÇADA (1.5.2.2) qualificam a quase totalidade dos eventos analisados. Já as etapas PICO DE AFLUÊNCIA (1.5.2.3) e FIM DE FESTA (1.5.2.4) estão descritas para um menor conjunto de eventos.

No sentido de discutir a relevância da contextualização temporal dos dados foram revistas um conjunto de fontes alusivas a esta temática no campo do lazer noturno. Percebe-se existirem três tipos de referências à dimensão do tempo – a contextualização legal que regula os horários de funcionamento dos *Estabelecimentos de Tipo III*<sup>14</sup>; as referências à questão da regulação do horário de funcionamento a partir da literatura sobre intervenção em espaços de ócio noturno; e a investigação empírica propriamente dita, que relaciona o horário de funcionamento e a duração das experiências de saída noturna dos participantes com variáveis associadas ao risco.

Relativamente à contextualização legal, no nosso país, a Lei Geral fixa o horário de funcionamento dos referidos *Estabelecimentos de Tipo III* até ao limite das 04.00h da madrugada. No entanto, e ao abrigo da legislação que determina a autonomia das Autarquias

---

<sup>14</sup> Embora com nuances distintas, consoante nos reportemos às designações da Lei Geral ou dos Regulamentos Autárquicos, são identificados genericamente como *Estabelecimentos de Tipo III* os “clubs, cabarets, boîtes, dancings, casas de fado e análogos” (cf. por e.g. DL 48/96 de 15 de Maio).

numa série de matérias da administração local<sup>15</sup>, é possível a criação de *Códigos Regulamentares* da responsabilidade das Câmaras Municipais que permitem horários de abertura e funcionamento mais alargados. Analisados os casos específicos dos Municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia verifica-se que em ambos se prevê a possibilidade do alargamento desses limites fixados pela lei geral. No caso do Município de Vila Nova de Gaia, o Artigo 4º do Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais (Câmara Municipal de Gaia, s.d.) prevê o “alargamento de horários em condições especiais” (p.6), exceto quando um evento esteja a ter lugar numa zona residencial. No caso do Município do Porto, o Artigo E1/3º ponto 1 fixa como horário de funcionamento dos *Estabelecimentos do 3º Grupo*<sup>16</sup> o período entre as 06.00h da tarde e as 04.00h do dia imediato. No ponto 5 do mesmo artigo acrescentam-se os motivos que justificam, de acordo com os interesses para a cidade, esse alargamento: “(...) poderá ser até às 06.00h do dia imediato ao da abertura (...) em casos devidamente justificados, a pedido dos interessados, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos: (...) considerar-se tal medida justificada face aos interesses dos consumidores, (...), e contribuir para a animação e revitalização do espaço urbano ou contrariar tendências de desertificação da área em questão. (Câmara Municipal do Porto, s.d., p.151)

Outros países aplicam, desde há muito, medidas idênticas. Especificamente, as mudanças ao *Licencing Act* de 2003 no Reino Unido também se orientaram no sentido do alargamento dos horários em que os clientes podem abandonar um estabelecimento noturno. Essas alterações foram apresentadas e discutidas como necessárias ao controlo da violência associada aos ambientes recreativos noturnos, já que a redução da pressão para aceder a serviços como aquisição de refeições de *fast-food* ou o acesso a transportes no exterior dos eventos dos centros urbanos permitiu diminuir o potencial de conflito associado à procura maciça desses serviços, quando ocorre o fecho simultâneo dos espaços numa hora fixa comum (Marsh & Fox-Kirby, 1992 citados por Finney, 2004). Mas não podemos negligenciar a possibilidade de uma outra inferência, que é a de que a regulação legal aplicável a estes ambientes acaba deste modo por proteger os interesses da economia do ócio noturno, embora

---

<sup>15</sup> Cf. DL 169/99 de 18 de Setembro

<sup>16</sup> “*Clubes noturnos, salas de bingo, estabelecimentos de bebidas ou restauração, com música ou com salas destinadas a dança, casas de fado e outros estabelecimentos análogos*” (Câmara Municipal do Porto, s.d.)



sob a argumentação da proteção dos interesses dos participantes e da organização do espaço urbano.

Torna-se necessário, então, perceber onde se situam os eventos analisados por relação com este cenário de regulação dos horários de funcionamento. Se é verdade que, como dizíamos, a maioria dos eventos analisados (n=6) estão a ser observados durante a etapa que designámos por NOITE (21.00-03.00), funcionando portanto dentro dos limites previstos na Lei Geral, justifica-se que a nossa atenção se volte para o conjunto menor de eventos que está a ultrapassar esse horário. Dentro destes encontramos dois tipos de situações - um pequeno grupo de eventos que está a ser observado durante a MADRUGADA (03.00-06.00) (n=3) ou durante TODA A NOITE (21.00-06.00) (n=4), e que se situa dentro dos limites potencialmente estipulados por autorizações camarárias de carácter especial; e, finalmente, um outro grupo (n=3) que está a ser observado no período da MANHÃ (06.00-13.00). Este pequeno grupo de eventos é constituído pelo PO 9 – um evento numa discoteca que está a receber uma atuação de um conhecido DJ de *techno*; pelo PO 2 – um evento numa discoteca que está a funcionar em regime *after-hours*, e que neste caso se iniciou pelas 08.00h da manhã; e pelo PO 4 – uma *festa de trance* que está a decorrer numa zona afastada de centros urbanos, em ambiente natural. Esta organização dos eventos relativamente à sua duração deverá posteriormente ser questionada relativamente à relação com os fenómenos do risco e da violência, já que discursos distintos emergem na literatura a respeito desta associação.

Já fora do discurso legal, a literatura sobre boas práticas de intervenção preventiva e promoção da saúde em ambientes recreativos noturnos tem vindo a chamar a atenção para vários aspetos em que o tema do TEMPO, e especificamente a *duração* dos eventos, parece estar a jogar um papel de relevo. Wehster (2008), autor do projeto *Safer Nightlife* do *Home Office* britânico, explica como naquele país, e em seguimento do grande impacto económico da indústria do ócio noturno, se foram alargando progressivamente os horários de funcionamento até à madrugada avançada, o que em seu entender tem impacto sobre a segurança dos AR.

A *Healthy Nightlife Toolbox* (2010)<sup>17</sup> chama a atenção para um conjunto de dinâmicas em que a questão dos horários de funcionamento apresenta maior impacto. O projeto defende

---

<sup>17</sup> Trata-se de um projeto financiado pela UE que reuniu diversos parceiros na produção de orientações para a promoção de segurança nos AR

declaradamente a restrição horária enquanto medida legislativa indicada na RRMD no lazer noturno. Os motivos para esta posição são sustentados em argumentos como o efeito positivo dos horários de funcionamento mais alargados sobre os ferimentos relacionados com o álcool e a violência; ou o facto de a violência poder estar a concentrar-se em áreas urbanas com maior presença do ócio noturno, sobretudo após as horas de encerramento.

Estas recomendações resultantes das tendências nas boas práticas de intervenção parecem estar a ser corroboradas pela investigação empírica. Calafat (2001), num estudo que coligiu dados de várias cidades europeias, identificou diversas implicações da duração da experiência recreativa. Concluiu, por exemplo, que a percepção do risco associado ao lazer noturno era significativamente superior entre os indivíduos cuja atividade, estimada em horas por saída, era mais intensa. Entre esses indivíduos também se verificou que o uso de SPA legais e ilegais era superior, e que o controlo sobre o uso de ecstasy era tanto menor quanto maior a duração das saídas noturnas desses grupos. Essas conclusões conduziram à identificação da variável *duração da saída* noturna (em horas) como bom preditor do uso de SPA.

A tendência é corroborada por investigações mais recentes. Stockwell e Chikritz (2009), num estudo de metanálise, demonstraram uma relação clara entre o horário de funcionamento e os danos relacionados com o álcool. Duch, Calafat e Juan (2011) demonstraram, ainda, que os horários alargados estavam relacionados com o aumento no consumo do álcool e riscos relacionados. Nessa linha, concluíram especificamente que a limitação das horas e dias/semana da venda de álcool permitia reduzir o número de episódios de embriaguez por cliente e diminuir outros problemas relacionados com o álcool.

Os três tipos de discursos identificados – legal, interventivo e científico – não seguem tendências paralelas. Entre nós, a tendência da regulação para se aproximar da flexibilização dos horários de funcionamento no sentido de permitir o prolongamento da experiência da saída noturna corre em sentido inverso ao dos discursos interventivo e científico, que identificam nessa opção a promoção de riscos bem estudados.

Trata-se, então, de perceber se no contexto dos nossos dados é ou não confirmada a tendência apontada pelos discursos interventivo e científico sobre a duração de um evento, no que informa sobre a presença de dinâmicas e probabilidade de risco e violência. Interessa-nos, concretamente, perceber se é ou não entre os eventos cuja duração se estende por horários mais tardios e até inesperados (e.g. MANHÃ), que estão a ser identificados os acontecimentos

e características associadas a maior risco. Ainda procuraremos perceber, numa etapa mais adianta da análise, se a especificidade horária do pequeno conjunto de eventos cuja configuração temporal se afasta das modalidades legalmente reguladas surge associado a algum tipo de relação mais específica as dinâmicas de uso de SPA, risco ou proteção.

### **2.1.6 Risco**

A atenção ao tema do *risco* foi antecipada na recolha dos dados já que era nosso objetivo a descrição dos EO quanto a estes episódios nos diversos eventos que integraram a amostra. No nosso projeto a dimensão do RISCO (1.6) está a emergir em várias categorias, mais e menos relacionadas com o desempenho de atividades e comportamentos específicos dos atores sociais dos eventos, como é o caso da categoria CONSUMOS (2.2.2), ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2), ATIVIDADES DE FRUIÇÃO (2.2.1.4), ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS (2.2.1.5), entre outras. Na categoria RISCO (1.6) estamos a codificar especificamente as dimensões do *risco ambiental* dos ambientes recreativos noturnos que podem ser percebidas por um observador que também é participante. Pode acontecer que essas manifestações estejam a ser resultado do desempenho de uma ação observável por um protagonista observável; mas pode acontecer também que essa manifestação esteja simplesmente relacionada com uma característica física do evento de que o observador nos dá conta.

Ao adotar esta definição de risco afastámo-nos do enfoque privilegiado pela investigação, que tende considerar quase exclusivamente o risco emergente dos *comportamentos de risco* dos participantes no lazer noturno. Essa tendência, centrada no indivíduo, deixa de fora o olhar ambiental e ecológico que pretendíamos trazer para a análise deste fenómeno. Podemos antecipar que a centralidade, na literatura, da questão dos riscos associados ao consumo de SPA ilícitas por parte dos participantes no lazer pode ter contribuído para esta delimitação mais estreita do que se entende por risco nestes ambientes.

No nosso projeto esta expressão observável do risco está a ser determinada pela interpretação produzida, numa primeira fase, pelo observador e, numa segunda fase, pelo investigador. Nos dados resultantes da descrição do sistema de categorias para a categoria RISCOS (1.6) emergiram um conjunto de catorze códigos, grandemente decorrentes da estrutura da recolha dos dados, em itens abertos e fechados (cf Anexo A). Esses códigos apresentam frequência muito variável no conjunto dos eventos observados.

Um primeiro conjunto de códigos está a ser codificado para um maior grupo de eventos (n=9/8 eventos). Inclui os códigos RISCO DE DESIDRATAÇÃO E HIPERTERMIA (1.6.1) e INCENTIVO AO CONSUMO (1.6.2). O RISCO DE DESIDRATAÇÃO E HIPERTERMIA (1.6.1) estava a ser codificado nas situações em que o observador descrevia limitações na livre acessibilidade a água potável e também em situações em que dificuldades na ventilação do recinto estavam a criar um ambiente mal refrigerado e com elevada temperatura ambiente. Essas circunstâncias assumem gravidade acrescida quando a esses contextos se associa o consumo de SPA ilícitas como o *ecstasy* e outros psicostimulantes – “*De realçar que não havia água. Tentei comprar água em três bares e não havia. Isto acontece muitas vezes nas festas académicas, a água esgota muito rapidamente. Não vi muita gente a consumir água, talvez seja um produto que a organização não compre em quantidades suficientes.* (PO 11); “*No que toca a estruturas e equipamentos de segurança a ventilação e saídas de ar foram consideradas desadequadas, sentindo-se um ambiente muito pesado, saturado, fruto da ventilação deficiente.*” (PO 12).

O código INCENTIVO AO CONSUMO (1.6.2) estava a ser codificado nas situações em que o observador descrevia dinâmicas que foram interpretadas como encorajadoras do consumo de SPA lícitas e ilícitas, protagonizadas por vários atores sociais, e com o participante como alvo. Essas dinâmicas diziam respeito a situações como a inclusão de promoções e ofertas de bebidas por parte do promotor do evento (por e.g. oferta de bebidas na compra do bilhete), ofertas de bebidas por parte de *barmans* ou outros elementos do *staff*, consumo de álcool por parte de *barmans*, localização estratégica e facilitadora da acessibilidade a áreas de venda de bebidas, e políticas de preços em que as bebidas alcoólicas surgem a muito baixo custo em contraste, por exemplo, com preços de água, outras bebidas não-alcoólicas e alimentos – “*(...) Mal entrámos dirigimo-nos a um segurança a fim de pedir algumas informações e este, prontamente, levou-nos a beber um shot.*” (PO 10); “*Vi também alguns casos em os barmans consumiam bebidas alcoólicas (shots) juntamente com um grupo de pessoas. Eram feitos shots para todo o grupo e bebiam todos ao mesmo tempo.*” (PO 11); “*As bebidas brancas estavam a ser vendidas a 3 € e os shots a 1,5€*” (PO 12).

Um segundo conjunto de códigos está a ser codificado para um grupo menor de eventos (n=3/5 eventos). Inclui os códigos RISCO DE ACIDENTES PESSOAIS (1.6.3), RISCO NA EVACUAÇÃO DE EMERGÊNCIA (1.6.4), SOBRELOTAÇÃO (1.6.5), RISCO SANITÁRIO (1.6.6) e BINGE-DRINKING (1.6.7).

O RISCO DE ACIDENTES PESSOAIS (1.6.3) surgia a partir de várias situações, desde a necessidade de deslocação em percursos acidentados e mal iluminados, o risco de quedas, o risco de cortes com vidros – *“O parque era situado num terreno acidentado, sem piso alcatroado e sem luz suficiente”* (PO 1); *“Na pista de dança por vezes os participantes deitam copos de bebidas para o chão. (...) Por vezes torna-se incómodo tropeçar nos copos de vidro.”* (PO 3). O RISCO NA EVACUAÇÃO (1.6.4) está a codificar situações em que as saídas de emergência são descritas como inexistentes, mal sinalizadas ou de circulação difícil – *“Há sinalização e saídas de emergência. Mas os acessos ao exterior não são muito fáceis porque as saídas são muito estreitas.”* (PO 10). O RISCO SANITÁRIO (1.6.6) está a codificar situações em que são descritos problemas de limpeza e insuficiência de WC’s – *“As casas de banho nas festas académicas não primam pela excelência, mas desta vez nem água havia!”* (PO 11). A SOBRELOTAÇÃO (1.6.5) estava a codificar situações em que o espaço disponível num recinto estava a ser percebido como insuficiente para o seu grau de ocupação, comprometendo o bem-estar dos participantes – *“Havia zonas em que era muito difícil circular, nomeadamente na pista central”.* (PO 11). O BINGE-DRINKING<sup>18</sup> (1.6.7) estava a codificar situações em que o uso de álcool pelos participantes estava a ser percebido como intenso e problemático – *“Nesta fase do evento há pessoas que tentam recuperar o estado de consciência bebendo água ou refrigerantes. Mas também há pessoas que pedem shots e bebidas brancas para acentuar ainda mais a embriaguez.”* (PO 11); *“No que se refere ao consumo de álcool em geral é de salientar que os bombeiros tiveram de intervir diversas vezes devido ao consumo em excesso.”* (PO 5)

Finalmente, um último conjunto de sete códigos, o de maior dimensão, estava a ser codificado apenas para eventos pontuais (n=1/2 eventos). Esses códigos eram RISCO RODOVIÁRIO (1.6.8), RUÍDO E RISCO AUDITIVO (1.6.9), AUSÊNCIA DE ÁREAS DE REPOUSO (1.6.10), CRISE COM SPA (1.6.11), OBJETOS PERIGOSOS (1.6.13), RISCO DE VIOLÊNCIA (1.6.14) e MINAGEM E PARTILHA (1.6.12). Ou seja, um conjunto importante de códigos estava a associar-se a um conjunto igualmente específico de eventos.

---

<sup>18</sup>O fenómeno do *binge-drinking* está a designar um comportamento de consumo intenso e agudo de bebidas alcoólicas que corresponde a beber mais do dobro da dose diária recomendada (3 unidades para mulheres e 4 unidades para homens). Ainda que no nosso projeto essa estimativa não esteja a ser realizada de forma rigorosa, pretendíamos exprimir, deste modo, a alusão a um comportamento de uso excessivo de álcool com contornos aproximados a este critério, e que estava a ocorrer nos participantes.

Como tivemos já oportunidade de referir a respeito de outras categorias do nosso sistema, a fraca representação de alguns códigos no conjunto dos eventos analisados não pode ser inferida, no âmbito desta análise, como menos relevante para os nossos objetivos. Bem pelo contrário, deverá manter-nos atentos à eventualidade desses eventos poderem apresentar especificidades quanto à sua relação com o risco, que poderão configurar tipicidades tornadas mais salientes em etapas subsequentes da análise.

## **2.2 Os Atores Sociais**

A categoria ATORES SOCIAIS (2) é, a seguir à categoria EVENTO (1), a segunda das categorias centrais do nosso sistema. Utilizamos a expressão *ator social* para referir a nossa opção por uma concepção do sujeito enquanto agente de si próprio e do seu ambiente, portador de um ponto de vista particular que emerge da sua posição social, da sua história pessoal e da ação que desenvolve sobre o seu meio, já que é dessa troca e interação que resulta o processo de atribuição de significados. Nas palavras de A. Touraine (2000): “[Ator] como ser autónomo, como um agente de transformação do seu ambiente e da sua situação, como um criador de mundos imaginários, como sendo capaz de se referir a valores absolutos ou de ser capaz de se envolver em relações.” (p.900)

Para Touraine (2000) trata-se, então, de um conceito organizador do estudo de relações sociais significativas limitadas pela necessidade da obediência a regras, normas e instituições, por um lado; mas no reconhecimento de que, por outro lado, o comportamento nunca pode ser reduzido ao determinismo dessas normas e regras, devido ao lugar ocupado por valores e intenções. Exemplo disso mesmo é, como aponta, a existência de desviância, na medida em que esta concepção tem influência na forma como se percebe a relação que o sujeito estabelece com as normas. Como refere Manita (1998):

As normas e regras resultam das relações entre atores sociais que ora se confrontam, ora negociam entre si, com base nas posições sociais que ocupam e nos diferentes níveis de poder que têm. (...) Nas suas relações com as normas, o ator social enquanto sujeito psicológico é guiado mais por lógicas de significação do que por determinações causalistas (Agra, 1990), o que o vem inscrever num registo de autodeterminação e de gestão ética da sua condição existencial e da sua ação, na sua relação consigo mesmo e com os outros. (p.280)

Esta visão apresenta-se particularmente coerente para o nosso estudo das relações pessoa-ambiente nos ambientes recreativos noturnos. Existiam dimensões gerais que orientaram o nosso interesse desde o início, e que tinham a ver com a descrição dos tipos de atores e papéis que povoavam estes ambientes, como se estava a processar a sua relação com

esses ambientes e a forma como estavam a qualificar esses ambientes. Posteriormente, com a evolução da análise e com a nossa compreensão sobre a progressiva centralidade do tema do controlo social na leitura dos dados, essa visão adquiriu pertinência adicional, por se tornar evidente a hipótese de que seria no jogo das relações entre os vários tipos de atores com os vários elementos dos ambientes recreativos noturnos, que estariam a ser geradas as regras e normas definidoras de dinâmicas específicas nos campos do uso de SPA e álcool, risco, controlo, segurança e violência. Seria, também, dessa interação que estariam potencialmente a emergir especificidades desses padrões de interações para cenários específicos, oferecidos pelos vários tipos de ambientes analisados.

Não obstante esta intenção é necessário o reconhecimento de que a nossa capacidade de apreender global e aprofundadamente a natureza dessas interações estava limitada. Recorrer ao enquadramento no conceito de *ator social* implica, como vimos, aceder à dimensão da produção de significados emergentes do processo de interação social, já que as ações sociais ganham significado na relação com o contexto em que se situam, definindo simultaneamente esse contexto (Denzin, 1989 e Hammersley, 1989 citados Fernandes, 1997). Para garantir o acesso a este processo é preciso assegurar, metodologicamente, não só uma abordagem que privilegia a aproximação naturalista ao ambiente (Fernandes, idem), como a recolha aprofundada do ponto de vista dos vários atores sociais participantes desse contexto, o que não sucedemos em concretizar. Assim e embora estejamos, como se perceberá, a aceder ao contexto dessa coprodução de significados e ao produto visível dessa interação pela observação dessas estratégias de ação, não ficamos a conhecer o processo complexo da sua construção nem esses significados propriamente ditos, o que só seria concretizado por um foco maior da pesquisa nos sujeitos. Será de salientar, ainda, que as categorias do sistema que traduzem a aproximação a dimensões mais émicas e a visões dos ambientes recreativos noturnos que traduzem qualificação ou percepção desses ambientes, estão a ser produzidas quase exclusivamente por um PAPEL específico de ator social dos AR no projeto, e que são as figuras dos OBSERVADORES, escolhidos também pela sua capacidade de participação naturalista nesses ambientes.

A categoria ATORES SOCIAIS (2) traduz, então, a necessidade de caracterizar as relações pessoa-ambiente nos ambientes recreativos noturnos, a partir dos sujeitos envolvidos nessas interações (Giuliani & Scopelliti, 2009). Esses sujeitos estão a ser descritos relativamente a um conjunto de dimensões observáveis que foram organizadas em

CARACTERÍSTICAS (2.1), COMPORTAMENTOS (2.2) e PAPÉIS SOCIAIS (2.3). Esta estrutura decorreu, em parte, de objetivos prévios à análise. No entanto, no decurso da mesma houve a necessidade de atender a outros temas emergentes e não antecipados. Passamos, de seguida, à sua descrição.

## **2.2.1 Características dos Atores Sociais**

A descrição das CARACTERÍSTICAS DOS ATORES SOCIAIS (2.1) é feita através das subcategorias GRUPOS ETÁRIOS (2.1.1), GÉNERO (2.1.2), CLASSE SOCIAL (2.1.3) e ESTILO (2.1.4).

### **2.2.1.1 Grupos Etários**

Os GRUPOS ETÁRIOS (2.1.1) dos ATORES SOCIAIS (2) foram descritos por relação com FAIXAS ETÁRIAS (2.1.1.1) previstas na GOMF, e por relação com a IDADE DESENVOLVIMENTAL (2.1.1.2). No que toca à identificação das FAIXAS ETÁRIAS (2.1.1.1) os observadores recebiam a instrução de assinalar, numa *checklist* pré-definida da GOMF, todas as faixas etárias observáveis num dado evento. A *checklist* discriminava intervalos quinquenais, por forma a permitir identificar uma grande variedade de grupos etários. Durante a análise verificou-se, porém, ser irrelevante essa discriminação, procedendo-se a uma aglutinação que resultou nos seguintes intervalos mais grosseiros: 15-25ANOS (2.1.1.1.1), 15-35ANOS (2.1.1.1.2), 18-29ANOS (2.1.1.1.3), 20-30ANOS (2.1.1.1.4), 40-49ANOS (2.1.1.1.5) e >50ANOS (2.1.1.1.6) (Quadro 9).

Já a IDADE DESENVOLVIMENTAL (2.1.1.2) representa uma subcategoria não antecipada, mas que decidimos integrar no nosso SC por se referir à linguagem comumente usada pelos observadores para se reportarem a GRUPOS ETÁRIOS (2.1.1). Esta subcategoria integrava os códigos CRIANÇAS (2.1.1.2.1), JOVENS (2.1.1.2.2), JOVENS ADULTOS (2.1.1.2.3), ADULTOS (2.1.1.2.4) e IDOSOS (2.1.1.2.5).

Para Giuliani e Scopelliti (2009) a caracterização da relação pessoa-ambiente a partir de grupos etários e idades desenvolvimentais é relevante dado que permite flexibilidade para se colocarem questões específicas sobre quaisquer destes grupos num projeto, mesmo quando alguns deles são reconhecidamente mais estudados pela literatura. É esse precisamente o caso dos ambientes recreativos noturnos – ainda que antecipássemos uma presença mais saliente dos JOVENS e dos JOVENS ADULTOS, questionávamo-nos sobre a existência de



referências a outras faixas etárias e idades desenvolvimentais e, em caso afirmativo, que outros temas estavam a surgir na referência a esses grupos, que remetessem para especificidades dos mesmos. Também se colocava a questão de interrogar os vários eventos observados por relação com a maior ou menor heterogeneidade de GRUPOS ETÁRIOS presentes, e como é que esse dado poderia estar a relacionar-se potenciais padrões de funcionamento desses ambientes.

No que toca à literatura no domínio, percebemos que o tema da idade é mais frequentemente abordado nos estudos epidemiológicos ou noutros com um enfoque nos sujeitos enquanto participantes do lazer noturno e que se dedicam, simultaneamente, ao uso de SPA específicas (por e.g. ecstasy). Já o recurso ao tema da idade como dimensão que contribui para a caracterização dos ambientes recreativos surge mais raramente reportado na literatura. Bogt e Engels (2005), numa caracterização dos estilos de festas no contexto holandês, identificam as faixas etárias dos participantes que responderam a um inquérito naturalista em 4 tipos de eventos – *clubbing alternativo* com participantes com média de idades de 28.3 anos; um *megaevento de música electrónica de dança* num centro urbano, descrito como *mainstream*, e com participantes com idade média de 19.1anos; uma festa de *hardhouse*, descrita como um tipo mais agressivo de *dance music*, com participantes com média de idades de 21.3 anos; e um segundo tipo de megaevento de *dance music* em ambiente natural, com média de idades situada nos 22.5 anos. Estes dados, apesar de corroborarem a tendência dos nossos dados, são dificilmente comparáveis com o nosso contexto, fruto de o critério do projeto assinalar, não as regularidades médias das idades dos participantes mas, sobretudo o enfoque nos dados de natureza mais contrastante, e recolhidos por observação direta. Adicionalmente, os autores não recorrem ao critério etário para extrair quaisquer conclusões sobre as tipicidades dos ambientes estudados, a não ser para inferência das tendências de uso de ecstasy dos seus participantes. Ainda assim é possível concluir pela idade média ligeiramente superior dos participantes em festas em meio *clubbing*, e pela idade média ligeiramente inferior dos participantes em megaeventos *mainstream* de música electrónica.

Nos nossos dados estavam, como esperado, representadas sobretudo as FAIXAS ETÁRIAS (2.1.1.1) dos 20-30 ANOS (2.1.1.1.4); seguida dos 15-35 ANOS (2.1.1.1.2) e dos 15-25 ANOS (2.1.1.1.1). E, no mesmo sentido, as IDADES DESENVOLVIMENTAIS mais referidas foram, também, os JOVENS (2.1.1.2.2) e os JOVENS ADULTOS (2.1.1.2.3). No

entanto, a leitura destas categorias deve, em nosso entender, valorizar não tanto a obediência à expectativa inicial de que os AR são predominantemente povoados por público jovem e jovem adulto, mas antes o dado menos esperado relativo à presença, por exemplo, de CRIANÇAS (2.1.1.2.1) e ATORES SOCIAIS (2) percebidos como estando acima dos 50 ANOS (2.1.1.1.6) ou, mesmo, como IDOSOS (2.1.1.2.5) – “*Podiam encontrar-se crianças pequenas (por e.g. 4 anos de idade), mas também adultos com cerca de 50 anos.*” (PO 1); “*A Festa XXX, organizada pelo Partido XXX foi um evento de cariz marcadamente popular e político, com sujeitos de várias faixas etárias, incluindo crianças e idosos.*” (PO 13).

Na literatura no domínio têm surgido tentativas pontuais para conceptualizar o significado da presença de faixas etárias variadas no ócio noturno, que escapam ao segmento mais hegemónico fixado pela participação predominante dos jovens e jovens adultos. Goulding e Shankar (2004) analisaram ambientes de *dança* e *raves* associados às culturas juvenis, com a intenção de perceber quais os grupos etários que os povoam. Concluíram pela presença de um tipo de participante que definem como *oculto*, e que cabe na categoria etária dos 40-50 anos. Essa dinâmica é interpretada pelas autoras como reveladora de um processo em que as atividades tipicamente juvenis estariam a *migrar* para escalas etárias superiores, recorrendo a investigação fenomenológica para dar conta de dimensões subjetivas da idade cognitiva, tais como a “idade sentida”, a “idade aparente”, a “idade de atos” e a “idade de interesses”. No nosso estudo não temos como interpretar o significado da participação de ATORES SOCIAIS (2) dos diversos GRUPOS ETÁRIOS (2.1) a partir de um enfoque nos sujeitos. Antecipamos, porém, que a configuração da participação dos diversos grupos etários, e a sua maior ou menor heterogeneidade, nos venha a informar sobre outras tendências potencialmente relevantes para a nossa análise, e em que a diferenciação etária esteja a funcionar como característica significativa.

No sentido de obtermos uma primeira visão relativamente à heterogeneidade vs. homogeneidade dos GRUPOS ETÁRIOS (2.1.1) nos vários eventos observados pedimos uma Matriz no software QSR Nvivo9 que cruzou os PO dos eventos do projeto com os vários códigos das subcategorias FAIXAS ETÁRIAS (2.1.1.1) e IDADES DESENVOLVIMENTAIS (2.1.1.2), e que pode ser consultada no Quadro 3. Dessa matriz resultou evidente a existência de três grupos de eventos – um primeiro grupo constituído por n=3 eventos que consideramos  *muito heterogéneo*, por agrupar referência a mais de 7 GRUPOS ETÁRIOS (2.1.1); um grupo constituído por n=5 eventos que consideramos

*moderadamente heterogêneo* por agrupar referência a 3 ou 4 GRUPOS ETÁRIOS; e um último grupo que consideramos *homogêneo*, e que inclui n=5 eventos que referem apenas 1 ou 2 GRUPOS ETÁRIOS. Esta primeira análise descritiva será retomada numa fase mais avançada de interrogação do SC, em que procuraremos relacionar o tema dos GRUPOS ETÁRIOS (2.1.1) com outros potencialmente reveladores de tipicidades do funcionamento dos ambientes recreativos noturnos.

Quadro 9

*Grupos Etários nos Protocolos de Observação*

		Protocolos de Observação													
		P1	P10	P11	P12	P13	P14	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
Faixas etárias	15-25 anos	3	0	2	0	0	0	0	0	0	2	1	2	0	0
	15-35 anos	0	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	2	0	0
	18-30	0	0	2	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
	20-30 anos	1	3	0	1	0	0	2	1	0	0	1	0	1	4
	40 anos	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	50 anos	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Grupos Desenvolvim.	adultos	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0
	crianças	1	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0
	idosos	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	jovem adulto	1	0	0	0	1	0	2	0	0	2	1	0	0	0
	jovens	6	0	7	2	3	0	2	2	1	3	3	2	0	0

*Nota:* Os valores exprimem o número total de US (unidades de sentido ou referências) codificadas. A tonalidade do sombreado exprime a relevância da associação entre as duas categorias.

### 2.2.1.2 Género

A segunda subcategoria relativa às CARACTERÍSTICAS DOS ATORES SOCIAIS (2.1) foi o GÉNERO (2.1.2). Esta categoria pretendia qualificar globalmente os eventos quanto ao género predominante presente, mas também qualificar os comportamentos específicos protagonizados pelos ATORES SOCIAIS (2) sempre que essa propriedade surgia nos dados. Assim, a codificação seguiu não só a presença dos géneros num evento tal como estava a ser globalmente percebida pelos observadores que a registavam a partir de itens previstos na GOMF, como também ocorria, sempre que aplicável, a identificação do género dos atores em todas as descrições contidas nos dados, já na fase da sua revisão para codificação (tarefa levada a cabo pelo investigador).

Pretendia-se, nessa medida, responder à questão de conhecer o género dos vários ATORES SOCIAIS (2), e não apenas dos participantes, relacionando-os com

comportamentos específicos que estariam a protagonizar. Pretendia-se, ainda, perceber a relevância da dimensão do GÉNERO (2.1.2) para fazer emergir tipicidades do funcionamento destes ambientes, aferindo da homogeneidade vs. heterogeneidade dos grupos de ATORES SOCIAIS (2) quanto a esta dimensão, assim como a identificação dos papéis ambientais que estavam a ser protagonizados por ambos os géneros.

Procurámos perceber, a partir da literatura no domínio, qual o debate sobre a relação entre o género e o estudo do lazer noturno para concluir, uma vez mais, sobre a quase impossibilidade de considerar esta dimensão desligada do cruzamento com a questão dos usos de SPA. Romo (2004), numa investigação etnográfica em *festas de techno* na Espanha dos anos 90, refere como o início do movimento da *cultura de dança* pareceu desenhar-se em redor da possibilidade de uma oportunidade libertadora para as mulheres que dela começaram por participar. No que circunscreveu como uma primeira etapa da evolução do movimento, entre finais dos anos 80 e 1992, estavam reunidas nos ambientes recreativos noturnos da época, um conjunto de condições que permitiam a “passagem das mulheres a participantes de pleno direito nesta cena, contando com maiores liberdades do que as que gozavam noutros contextos de ócio juvenil” (p.111). Os processos que permitiam esta possibilidade, também descrita por outros autores (Henderson, 1999 citada por Romo, 2004), tinham que ver com uma experiência das *drogas de festa* e a sua boa fama, reforçadora de uma possibilidade das mulheres de exercerem controlo sobre estes consumos e seus efeitos; da reduzida violência, promotora de um sentimento de segurança e bem-estar das mulheres nestes ambientes; e a vivência destes ambientes como menos sexualmente carregados quando comparados com outros espaços de ócio. No entanto, com a massificação do movimento da *cultura de dança* que vários autores indicam como iniciando-se em 1992 (Gamella & Roldán, 1999; Henderson, 1997 citada por Romo, 2004), vulgarizam-se os consumos de SPA e outras dimensões do movimento que remeteram novamente as mulheres para papéis mais tradicionais, e afirmaram os homens como as figuras centrais de um poder sobre estes ambientes que deixa de ser, como dantes, tão partilhado. Especificamente, o aumento do consumo e sua *desideologização*, o aumento concomitante da violência, e o aumento das necessidades de segurança que apelam a uma maior presença de agentes masculinos (como porteiros, seguranças e organizadores). Perante uma cena agora mais erotizada interrompem-se algumas das vantagens anteriores para as mulheres que, em consequência, retraem a sua participação nestes ambientes. A autora acaba concluindo que, perante essa necessidade de

novos papéis masculinos (incluindo os DJ's profissionais) numa cena mais massificada, “as mulheres quase nunca chegam a alcançar este reduto de poder que, na festa, pertencerá quase exclusivamente aos homens” (p.115) e que “a cultura de dança não permitiu superar as diferenças de género que estratificam a vida social das mulheres *festeiras* e que condicionam o seu acesso aos contextos de ócio juvenil” (p.116).

Na mesma linha, em 1993, A. McRobbie via, inclusive, uma tendência no movimento *rave* que não só não facilitava a renovação do papel feminino, como parecia estar a contrariar essa renovação, já presente noutras esferas culturais e sociais do consumo e media orientados para a juventude - “As raparigas parecem estar menos envolvidas na produção cultural da *rave*, dos flyers, dos eventos, do DJ'ing, do que os seus congéneres masculinos. Não podemos, portanto, estar seguros de que a mudança mais alargada das políticas definidoras do clima sexual estejam a ser automaticamente reflectidas na *rave*.” (McRobbie, 1993, p.24)

No entanto, não parecem existir consensos na literatura quanto à relação entre o lazer noturno e os papéis de género. Outra leitura do contexto britânico, por F. Measham (2002), viu no uso de SPA no contexto das culturas recreativas de dança um contributo em si mesmo (a par com outras dimensões da cultura como as formas de lazer, a música, os estilos), para a construção do papel de género feminino. Ou, como a autora coloca – “o género não se limita a influenciar a forma como se usam as drogas [nas culturas de uso recreativas] – o uso de drogas, em si mesmo, pode ser visto como uma forma de ‘construir’ o género” (.336). E um estudo mais recente de Van Havere, Vanderplasschen, Broekaert e Bourdeaudhui (2009) realizado através de uma grande amostra aleatória de participantes em vários tipos de eventos na Bélgica, conclui pelo esbatimento das diferenças de género entre homens e mulheres, na sua participação no lazer noturno e no seu uso de SPA, tendência que interpretou como reflexo das transformações contemporâneas do papel feminino e sua aproximação a padrões de comportamento e valores masculinos, por força de um processo em que, como consumidoras individuais, disfrutariam hoje de maior liberdade.

Perante a tendência geral, de recorte recente, em que mulheres e homens frequentadores se aproximam em termos dos comportamentos mais centrais para a definição da participação nos ambientes recreativos noturnos (como a frequência das saídas noturnas ou o esbatimento das diferenças nas prevalências de uso de SPA), surge adicionalmente a questão da consideração da abordagem diferencial ao risco. A este nível, publicações recentes têm colocado em evidência o facto da vulnerabilidade ao risco ser superior nas adolescentes,

atendendo a que são, por exemplo, mais afectadas do que os rapazes pela influência dos padrões de comportamento (por e.g. de uso de SPA) das suas redes de pares (Calafat e Grupo Pompidou, 2010).

Estas propostas, apesar de comportarem limitações (algo datadas e específicas de outros contextos), podem assim mesmo fazer-nos pensar sobre o que estará a acontecer entre nós no que toca à participação de ambos os géneros nos ambientes recreativos noturnos. O facto de, em Portugal, as tendências da evolução das culturas de dança e das suas formas de lazer noturno nos chegarem com algum hiato comparativamente com outros países europeus pode estar a expressar-se de formas variadas relativamente à questão da participação e papéis masculinos e femininos nestes ambientes. Será que assistimos ao mesmo movimento? Será que ainda iremos assistir? Será que entre nós, fruto de aspetos como a nossa pequena dimensão, por exemplo, ou a relativamente recente disseminação da economia urbana do ócio noturnos, poderemos ter, porventura, “escapado” a estes processos?

Nos nossos dados, e reforçando o facto de que se referem a ambientes variados e não apenas aos mais exclusivamente *underground*, a participação dos dois géneros estava a acontecer de forma explicitamente heterogénea e equilibrada. A totalidade dos eventos analisados foi percepcionada como participada pelo GÉNERO MASCULINO (2.1.2.1), assim como pelo GÉNERO FEMININO (2.1.2.2), quer no que toca à descrição geral da presença desses atores nos eventos, quer no que toca a protagonizar os diversos comportamentos. A quase totalidade dos eventos está a ser percebida, adicionalmente, como globalmente participada por AMBOS OS GÉNEROS (2.1.2.3) no que toca à classificação que o observador está a atribuir à participação geral dos ATORES SOCIAIS (2), em função do GÉNERO (2.1.2) – “*apesar de ser a Noite da Mulher, a presença era equitativa para ambos os sexos.*” (PO 3); “*O sexo feminino e masculino estavam bastante equilibrados*” (PO 7)

No entanto, só explorações mais finas dos nossos dados nas etapas seguintes da análise, permitirão perceber em que papéis e comportamentos específicos está essa participação dos dois géneros a traduzir-se. E se, no caso das mulheres, está remetida ou não para papéis de menor poder, e para menor participação nos ambientes percecionados como menos seguros, com maior risco e consumo, contribuindo-se assim para perceber qual é, entre nós, a configuração possível do tema do GÉNERO (2.1.2) nos ambientes recreativos.

### **2.2.1.3 Classe Social**

A referência às CARACTERÍSTICAS DOS ATORES SOCIAIS (2.1) prosseguiu com a consideração do tema da CLASSE SOCIAL (2.1.3). Esta é uma categoria que estava antecipada na recolha dos dados. No entanto, os itens iniciais da GOMF foram transformados na linguagem dos observadores por estes estarem também a recorrer, direta ou indiretamente, a conceitos como *classe social*, *nível socioeconómico* ou outros relativos à diferenciação social, como forma de qualificarem os ATORES SOCIAIS (2) e, dentro destes, especificamente os participantes dos eventos. À semelhança do que sucede para todo o processo de descrição e consequente codificação dos dados é útil aqui destacar que a identificação, pelos observadores, de uma certa origem social dos participantes dos eventos, está a resultar de um processo interpretativo em redor de sinais subtis dessa origem - os veículos conduzidos, as roupas e outros elementos de estilo, a reação aos preços, etc.

Esperávamos perceber o grau de hibridez apresentado pelos ambientes recreativos noturnos a este nível. Essa resposta não advém, exclusivamente, dos códigos que emergiram para a codificação na categoria CLASSE SOCIAL (2.1.3), já que processos de exclusão e diferenciação poderão estar presentes noutros códigos do SC. No entanto, esta codificação mais global, e que remete para a consideração genérica dos públicos, poderia ajudar na obtenção dessa resposta, e na identificação de tipicidades nestes ambientes em função da questão da diferenciação social.

O número total de referências codificadas em CLASSE SOCIAL (2.1.3) apresentou-se globalmente baixo, o que pode indicar que o tema da diferenciação social não estava a ser central para as descrições que os observadores estavam a produzir sobre os diversos eventos observados. Em n=3 eventos analisados não existe qualquer codificação para a subcategoria CLASSE SOCIAL (2.1.3). Analisados esses casos, percebemos que neles a interpretação sobre os grupos de pertença dos participantes não estava a exprimir-se em termos de classe social de origem, mas antes em função da pertença a outros tipos de grupos sociais, mais determinante para situar os públicos. Esses casos eram, concretamente, *estudantes* num evento académico (PO 6), membros da comunidade LGBT numa discoteca associada a este público (PO 10), público *alternativo* num bar urbano com essa especificidade (PO 14), e público participante de uma *festa de trance* (PO 4). Ainda assim, e dando continuidade ao pressuposto de valorizar, nos dados, tanto o que apresentam de único como o que apresentam de regular, entendemos que olhar esta dimensão poderia ser potencialmente para a nossa caracterização ambiental do fenómeno do lazer noturno.

Dentro, então, da subcategoria CLASSE SOCIAL (2.1.3), o código CLASSE MÉDIA (2.1.3.1) estava a qualificar o maior conjunto de eventos analisados (n=10 eventos). O código CLASSE MÉDIA foi integrado no SC como um código *invivo*, i.e. que recupera uma expressão empregue diretamente nos dados, neste caso pelos observadores; estava a ser usado, também, para referir a presença de sinais que o investigador interpretou como aludindo a essa origem social – *“Os participantes do evento chegaram sobretudo através de viatura própria, sobretudo carros utilitários (...). Ainda era visível alguns participantes usarem o Metro, visto que existe uma paragem de Metro muito próximo da discoteca.”* (PO3); *“A maior representação do público 15-25 anos pode ter a ver com o facto de se tratar de um evento gratuito, não requerendo assim um público com capacidades económicas elevadas.”* (PO 1); *“O sexo masculino estava mais representado e os participantes podem ser genericamente situados na ‘classe média’ “.* (PO 1).

O código VÁRIOS ESTRATOS SOCIAIS (2.1.3.4) foi o código a qualificar, a seguir a CLASSE MÉDIA (2.1.3.1), o maior número de eventos analisados (n=5 eventos). Este código foi atribuído sempre que, nas referências à origem ou CLASSE SOCIAL (2.1.3) dos participantes, estava a ocorrer a percepção do observador de que um evento não era homogéneo desse ponto de vista, podendo estar presentes grupos de origem social diversa e mais ou menos contrastante – *“Atendendo a que a entrada era gratuita e havia possibilidade de trazer bebidas do exterior, esse factor não foi considerado restritivo para os participantes. Pelo contrário, fruto do carácter gratuito do evento, era perceptível a participação de público oriundo de diversos estratos sociais.”* (PO 1); *“Percebia-se a presença de jovens oriundos de sectores urbanos normativos, jovens oriundos de zonas socialmente degradadas, mas também jovens oriundos de elites.”* (PO 11).

Para referir a presença de participantes percepcionados como de recursos económicos mais modestos (n=3 eventos) foi utilizado o código URBANO-DEGRADADOS (2.1.3.3), aplicável a jovens residentes de bairros pobres (Castro & Agra, 2007) – *“Nas festas académicas é normal os preços serem mais baratos e acessíveis (...). Obviamente isto chama outro género de públicos, pessoas com menos possibilidades.”* (PO 11); *“Os participantes foram descritos como sendo sobretudo jovens oriundos de sectores urbanos normativos e de classes mais baixas.”* (PO 5).

As ELITES (2.1.3.2) estavam a qualificar, igualmente, n=3 eventos. De notar, porém, que estes códigos estavam a surgir em associação com outros relativos à CLASSE SOCIAL



(2.1.3). Na nossa amostra, e apesar de termos identificado vários processos ligados a exclusão e diferenciação nos AR, não foram observados eventos em que as ELITES enquanto público se apresentassem com um carácter reconhecidamente exclusivo – “*Os participantes foram identificados como jovens oriundos de elites e grupos socialmente diferenciados.*” (PO 4).

No sentido de produzir uma primeira apreciação sobre como se apresentam os eventos analisados relativamente à homogeneidade vs. hibridez dos seus públicos no que toca à questão da diferenciação social, pedimos uma Matriz no software QSR Nvivo9 que cruzou os PO com os vários códigos da subcategoria CLASSE SOCIAL (2.1.3) (cf. Quadro 10).

Da análise dessa matriz percebemos a existência dos seguintes grupos – um primeiro grupo constituído por n=5 eventos que reúne codificação em mais do que uma CLASSE SOCIAL; um segundo grupo constituído por outros n=5 eventos que tem codificação para

Quadro 10

*Classe Social nos Protocolos de Observação*

		Classe Social			
		A : classe média	B : elites	C : urbano-degradados	D : vários estratos sociais
Protocolos de Observação	P1	3	0	1	2
	P10	0	0	0	0
	P11	1	1	2	2
	P12	1	0	0	0
	P13	1	0	0	0
	P14	0	0	0	0
	P2	1	0	1	1
	P3	1	1	0	1
	P4	0	0	0	0
	P5	1	0	0	1
	P6	0	0	0	0
	P7	1	0	0	0
	P8	1	0	0	0
	P9	1	0	0	0

*Nota:* Os valores exprimem o número total de US (unidades de sentido ou referências) codificadas. A tonalidade do sombreado exprime a relevância da associação entre as duas categorias.

uma única CLASSE SOCIAL, especificamente a CLASSE MÉDIA (2.1.3.1); e um terceiro grupo de n=4 eventos já descrito, para os quais a diferenciação social não se constitui como critério relevante para situar a origem social dos públicos. Ainda que, como dizíamos, outras etapas da análise nos possam oferecer uma descrição mais aprofundada dos processos de diferenciação social que estão a ocorrer nos AR e como é que estes estão a contribuir para

modos específicos de relação pessoa-ambiente, parece bastante evidente que a globalidade dos eventos observados se apresenta, na sua diversidade, bastante consensual no que toca à fraca presença dos processos de diferenciação social no contexto do projeto.

Procurámos perceber como está, do ponto de vista da literatura, formulada a questão na atualidade, e em que medida se afastam ou aproximam os nossos dados dos cenários nela preconizados. Será útil começar por referir que o conceito de *classe* é um conceito historicamente relevante no estudo das culturas juvenis. Foi introduzido pelo *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS) de Birmingham, a primeira escola a intencionalizar e a complexificar o estudo das subculturas juvenis<sup>19</sup>. Esta tradição teórica, de influência reconhecidamente marxista, apresenta uma definição de cultura assumidamente pontuada pelo conceito de *cultura de classe*, no âmbito do qual emergiam as diferentes subculturas. Assim, e no caso das subculturas juvenis, estas teriam de ser conceptualizadas na sua relação com a *cultura parental* (de onde emergem, e com a qual estabelecem relações não unívocas) e com a *cultura dominante* (já que também estão subordinadas à forma como se distribui o poder na sociedade tomada como um todo) (Hall & Jefferson, 1975 citados por Carvalho, 2007). No encontro dos jovens dos novos grupos<sup>20</sup> com a sua ascendência *parental* e *dominante*, produzem-se as práticas subculturais típicas desses grupos, interpretadas no que encerram de *resistência* juvenil a essa ascendência de onde são oriundas<sup>21</sup>.

No entanto, à medida que, por força do aparecimento das novas *culturas da música electrónica de dança*, vai surgindo a necessidade de renovação das conceptualizações sobre as culturas juvenis, o conceito de *classe* e o consenso em seu redor torna-se não só menos relevante, como toda a abordagem dos *cultural studies* será submetida a fortes críticas. Os princípios estruturalistas dos *cultural studies* e a sua ortodoxia passam a ser questionados por estarem a oferecer uma concepção de subcultura como entidade coesa e coerente, que resistiria mal à “evaporação de sentidos e ao desaparecimento do *self* nos eventos rave”

---

<sup>19</sup> Até à obra fundadora de Hall e Jefferson (1975), o estudo das culturas juvenis tinha-se centrado, sobretudo, no estudo das *subculturas delinquentes* (cf A.K. Cohen e Cloward & Ohlin, por e.g.), na tradição da Escola de Chicago e da Sociologia da Desviância.

<sup>20</sup> O CCCS de Birmingham estudou várias manifestações subculturais juvenis, como *punks*, *hippies*, *mods*, *rockers* (Hall & Jefferson, 1975).

<sup>21</sup> Daí esta tradição teórica se ter popularizado, também, sob a designação de *Teses da Resistência através dos Rituais*.

(Muggleton, 2005). Measham e Hadfield (2009) contextualizam na evolução dos *club studies* o mesmo processo, referindo com a emergência das culturas de dança, a passagem para “identidades mais fluídas, híbridas e flexíveis” (p.364).

A discussão dos estudos *pós-subculturais* será centrada, então, em discutir se existe ou não uma estrutura de significados típica das *culturas de dança* e se, a existir, torna necessário ou não, o tema da diferenciação social. Numa etapa inicial dos estudos *pós-subculturais* essa unicidade parece ter sido assumida – “Como Pini (2001) sugere, as explicações pós-modernas e afins tenderam ao totalitário na sua assunção de que as *clubcultures* poderiam ser lidas ou reduzidas a uma estrutura de significado singular.” (Muggleton, 2005, p.214).

Na atualidade, porém, esse consenso esbate-se mais uma vez. Para Rief (2009), apesar da partilha de elementos comuns (como a música, a moda, as drogas), as culturas de dança e *clubbing* do globo não se transformaram numa “cultura global homogênea” (p.3). Os motivos para tal seriam o facto de serem influenciadas por histórias locais, tradições, circunstâncias económicas e sociais, modos locais de gestão da economia noturna, especificidades do sector cultural, musical, de dança, assim como relações de classe e de género, impeditivas dessa uniformização.

E com isto, o tema da diferenciação social volta ao debate, no panorama internacional e em exemplos de investigação entre nós. Através de ampla investigação etnográfica nas cenas de dança britânicas, Measham e Hadfield (2009) colocam em evidência o processo de formação de elites (*culturais* e de *consumo*), ancorado em estratégias como a abertura de novos espaços, a promoção via internet, os *dress-codes* ou as “políticas de porta” que evidenciam processos de segregação, fragmentação e exclusão social e espacial dos grupos sociais cujas práticas culturais não cabem no conjunto dos códigos aceites.

Um outro estudo, realizado entre nós por Lopes, Bóia, Ferro e Guerra (2010) junto de mulheres *clubbers* que participavam das cenas *Techno*, *Trance* e *Drum’n’Bass*, as mulheres do *techno*, “de origem operária e popular e com *habitus* de classe bem vinculados”(p.45) estavam a relatar situações em que tinham sido vítimas de riscos como predadorismo e violência sexual, “minagem” de bebidas, roubo, entre outras situações problemáticas. O estudo permite levantar a hipótese de que nas *festas de techno*, fruto da sua associação à participação de classes desqualificadas, as mulheres estão a ser colocadas em maior risco. E que esses riscos, quando ocorrem noutros tipos de eventos (*festas de trance* ou de *D’n’B*), estão a ser protagonizados por participantes referidos como “gunas do techno”. Numa

pesquisa anterior de tipo etnográfico, Silva (2005) também havia descrito os adeptos do *Techno* como oriundos de “classes sociais mais desfavorecidas, moradores muitas vezes em zonas desfavorecidas ou degradadas das cidades, nomeadamente bairros sociais” (p.64); e as festas deste género como mais pontuadas por situações de confronto variado, incluindo, violência e roubo.

Lopes e cols. (2010) concluem, a respeito da discussão sobre o tema da diferenciação social nas culturas de dança na atualidade, que apesar de a dinâmica da festa e da dança promover alguma “dissolução de diferenças” (p.50) como começou por ser afirmado pelos estudos pós-subculturais, “a desorganização e abstração das pessoas quando dançam não é assim tão absoluta. (...) Logo, não é concebível a ideia de um vazio social e de total apagamento de marcas sociais” (p.51) nas culturas de dança atuais.

Esta discussão traz implicações sobre a forma como poderemos explorar os nossos dados em etapas mais avançadas da análise, abrindo sugestões sobre relações de relevo entre processos de controlo social, exclusão, subculturização, violência, risco e diferenciação social.... Então, e apesar das tendências já apontadas e da atenção inicial às QI formuladas a respeito da heterogeneidade vs. homogeneidade dos eventos observados a este nível, e como contribuem para a emergência de tipicidades dos AR, a intersecção destes temas também merecerá a nossa atenção na resposta aos nossos objetivos.

#### **2.2.1.4 Estilo**

A última subcategoria que descreve CARATERÍSTICAS DOS ATORES SOCIAIS (2.1) é ESTILO (2.1.4). No nosso SC, ESTILO foi definido como o conjunto de sinais ao nível da imagem que podem ser interpretados como estando a comunicar a pertença a grupos. Apesar de o tema do ESTILO ser muito relevante na teorização sobre culturas juvenis e de, tal como essas teorizações, ter sofrido considerável evolução desde os anos 70 (Muggleton, 2005), conserva-se razoável consenso na literatura no que toca à sua definição básica. Assim, o ESTILO diz respeito ao uso que é feito de um conjunto de elementos relativos à imagem, aos maneirismos (*demeanour*) ou ao vocabulário (*slang*) de que fazem uso os grupos ou subculturas juvenis (Brake, 1980; Hebdige, 1979; Jenks, 2005). Esse é um uso simbólico, revestido de significado partilhado (porque aprendido na interação social com outros significativos subculturais), e que comunica um papel e a pertença a um grupo (idem).

O conceito de estilo tem refletido, como dizíamos, a evolução teórica que tem recebido o campo do estudo e teorização sobre as culturas juvenis. A grande proposta da consideração do estilo como domínio central das manifestações subculturais (a par da música, uso de SPA, modos de lazer, e outras formas de consumo e expressão juvenil) foi proposta por D. Hebdige em 1979<sup>22</sup>, e estava inserida na tradição do estudo das subculturas enquadrada pelas *teses da resistência através dos rituais* (Hall & Jefferson, 1975) da tradição do CCCS de Birmingham. O autor definia estilo assim: “(...) somos intrigados pelos objetos mais mundanos – um alfinete de bebê, um sapato bicudo, uma motorizada – que, não obstante, assumem uma dimensão simbólica, tornando-se uma forma de estigma, símbolos de um exílio autoinfligido. (...) Devemos procurar recriar a dialéctica entre ação – reação que torna estes objetos significativos. (Hebdige, 1979, p.1). E logo a seguir, a sua filiação teórica na leitura e interpretação destes signos torna-se mais clara:

As tensões entre grupos dominantes e subordinados podem ver-se reflectidas nas superfícies das subculturas – nos estilos criados a partir de objetos mundanos que assumem um duplo significado. Por um lado, servem de aviso ao mundo ‘straight’ sobre a sua presença sinistra – que é a presença da diferença. (...) Por outro lado, e para aqueles que os transformam em ícones, estes objetos tornam-se signos de uma identidade proibida, fontes de valor. (...) O significado da subcultura está, então, sempre em disputa, e o estilo é o campo em que as definições opostas se digladiam entre si. (...) A construção de um estilo assinala uma Recusa. Eu gosto de pensar que esta Recusa vale a pena, e que estes gestos têm um significado e um valor subversivo. (idem, pp.2-3).

Ou seja, Hebdige afirma a subcultura como constituída, em primeira linha, por estilo. O estilo como constituído de ‘objetos mundanos’ revestidos de significado. E esse significado, no contexto teórico, histórico e social em que estuda o processo, é sinónimo de *recusa, resistência e subversão*. Os elementos (quotidianos) de que se constitui o estilo não são neutros porque estão abertos a uma dupla apropriação: o uso “legítimo” que lhes dão as classes dominantes; e o uso “ilegítimo”, já que são “roubados” por grupos subordinados que lhes vão conferir um significado secreto. Esse significado expressa, sob a forma de código, um tipo de resistência à ordem estabelecida, antítese dos processos da ‘normalização’, do mainstream, do convencional.

Naturalmente, e com o distanciamento que os estudos culturais vão sofrendo relativamente às *teses da resistência através dos rituais* e seu compromisso ideológico (Muggleton, 2005), também esta leitura comprometida do *estilo* se suaviza. Brake (1980)

---

<sup>22</sup> Na obra clássica “Subculture. The meaning of Style”.

reflete já esse distanciamento, apresentando uma definição mais neutra, que mantém, ainda assim, os traços básicos do conceito, recuperando para o efeito a proposta de definição original oferecida por A.K. Cohen<sup>23</sup>: “Um ator aprende que o comportamento significativo da pertença a um papel particular inclui os tipos de roupas que veste, a sua postura, a sua marcha, a escolha do que gosta e não gosta, os temas sobre os quais fala e as opiniões que expressa.” (1965 citado por Brake, 1980)

Ou seja, Brake reconhece que a pertença a uma subcultura é fortemente determinada pelo uso distintivo de um conjunto de símbolos com um significado específico, e que esses elementos de estilo representam o grau de compromisso com a subcultura, pertença essa que comunica a forma como o ator despreza valores dominantes. Há, no entanto, uma diferença essencial na forma como Brake aborda o tema do estilo relativamente a Hebdige, e que é a forma como integra aqui a *questão de classe*. Ao invés de um reflexo direto da *resistência* e da *recusa*, Brake afirma que “A imitação do estilo e indumentária duma identidade pode impôr-se para fora das tradicionais definições de classe” (Brake, 1980, p.13). Ou seja, os elementos de estilo não são envergados como sinais de resistência banhados pela luta de classes e pela pertença à classe trabalhadora; os elementos de estilo são, antes, uma oportunidade para sair fora desse limite que é a classe: “O estilo deixa de ser meramente taxionómico ou informativo (indicativo de um sistema cultural revelador da pertença a uma classe ou subcultura), e torna-se aberto à interpretação sobre o que significa para o ator subjetivamente e objetivamente, no que encerra de afirmativo sobre a relação que este estabelece com o seu mundo”. (Brake, 1980, p.13)

Em suma, o autor apresenta o estilo como uma das formas mais comuns da subcultura, revestido de usos simbólicos, conferindo significado ao comportamento porque está a comunicar um papel e a pertença a um grupo a partir de sinais e elementos como a imagem, os maneirismos e o uso de vocabulário ou gíria típicos. Esse significado partilhado está relacionado com a recusa de valores dominantes, e é aprendido no contexto da interação social com os significativos subculturais. No entanto, a relação dessa significação com a origem de classe é mais aberta do que na formulação de D. Hebdige porque aqui o autor não se limita à possibilidade única da comunicação da *recusa*, *rejeição* ou *resistência* que

---

<sup>23</sup> A.K. Cohen propõe o estudo das subculturas juvenis a partir do conceito de “subcultura delinquente” (Ogien, 2012)

emergem da origem social dos membros nas classes trabalhadoras e na sua intenção de agredir valores dominantes. O recurso ao estilo e a pertença a subculturas representa, sobretudo, a possibilidade de recriar a identidade para além dos limites da condição de classe.

Fica por rever, finalmente, como é formulado o conceito de estilo pelas propostas mais recentes dos estudos culturais. Nesta linha, percebemos que se mantém, na atualidade, e agora de forma mais vincada, a crítica à associação de estilo/subcultura a *revolta/recusa*: “[A Escola de Birmingham] implica estratégia e intencionalidade e agência. Mas será que isto serve? Será que o consumo desenfreado significa protesto? (...) Até mesmo Hebdige é atraído para uma conclusão pessimista sobre a penetração e a veracidade da agenda política dos estudos subculturais à moda de Birmingham.” (Jenks, 2005, p.120)

O autor propõe, em alternativa, uma formulação da *resistência* através do estilo pelo conceito de *bricolage* – “O estilo é agora usado pelo seu look, e não por qualquer mensagem subjacente; ou antes, o estilo passou a ser a mensagem” (Muggleton, 1998 citado por Jenks, 2005). Esta formulação seria, na opinião do autor, mais ajustada ao uso que as culturas juvenis da atualidade, marcadas pela adesão à cultura da música electrónica de dança, fazem da questão do estilo.

As implicações do percurso que acabamos de traçar são vastas, e têm vindo a ser discutidas noutras secções do nosso texto. Aqui interessava-nos, mais especificamente, traçar a origem do conceito já que não parecia possível deixar completa a apropriação que lhe fizemos, sem esta clarificação teórica. No entanto, uma dessas implicações terá de ser destacada. Apresentado o processo que demonstrou, em certa medida, a banalização dos significados inerentes ao conceito de estilo, poderá ser isto sinal de que o conceito de subcultura, para o qual o conceito de estilo contribui tão centralmente, estará também banalizado nas manifestações juvenis atuais? Manter-se-à pertinente? E em que medida pode o estudo dos ambientes recreativos noturnos contribuir para essa discussão? Estas são questões implícitas que emergiram, como veremos, da apresentação e discussão dos nossos dados empíricos a este nível, e que traduziremos já na apresentação da categoria ESTILO (2.1.4), e também na apresentação de outras etapas da análise.

No nosso projeto, este elemento da caracterização dos ATORES SOCIAIS (2) fazia parte da estrutura inicial da recolha dos dados, através de itens específicos (abertos e

fechados) da GOMF<sup>24</sup>. No entanto, a sua configuração final assumiu códigos mais próximos da linguagem dos observadores. Pretendíamos elencar esses elementos de estilo que estavam a ser observados, com a intenção de perceber se os mesmos obedeciam a algum tipo de organização indicativa dessa pertença a grupos. Pretendíamos, ainda, perceber como era a presença do tema do ESTILO nos diversos eventos observados (sua homogeneidade vs. heterogeneidade), e de que forma estava o ESTILO a contribuir para a emergência de tipicidades dos ambientes recreativos.

Durante o processo de codificação apercebemo-nos que os observadores estavam a descrever o tema do ESTILO recorrendo, por vezes, à mera identificação de elementos discretos; e, noutras vezes, interpretando a copresença de elementos como um traço assumidamente subcultural, associando-os a um grupo específico. Deste modo, optamos por respeitar ambas as estratégias que estavam a ser usadas pelos observadores, criando a subcategoria ELEMENTOS DE IMAGEM (2.1.4.1) para o primeiro caso, e a subcategoria GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2) para o segundo caso. Tínhamos a expectativa que o cruzamento posterior das coincidências entre ambas as codificações nos informasse sobre a consistência dessa relação entre elementos isolados e dimensões subculturais.

Da subcategoria ELEMENTOS DE IMAGEM (2.1.4.1) emergiram um total de 17 códigos, de frequência muito variável. Alguns dos códigos mais frequentes foram GANGAS (2.1.4.1.1) – *“Visualmente, alguns elementos de estilo que puderam ser identificados diziam respeito a estilos alternativos – gangas justas, sapatilhas All-Star, óculos Ray-Ban, tranças decorativas no cabelo, camisolas alusivas a discotecas e vida noturna”* (PO 1); PIERCINGS (2.1.4.1.2) e TATUAGENS (2.1.4.1.3) – *“Como elementos de estilo percebia-se o uso de gangas, piercings, bonés, tatuagens”* (PO 10); e RASTAS (2.1.4.1.4) – *“Elementos de estética mais presentes foram os piercings, as tatuagens, rastas e térérés no cabelo”* (PO 4). Adicionalmente foi criada a categoria OUTROS (2.1.4.1.18) que reuniu um conjunto de 17 códigos de frequência muito reduzida (codificados apenas numa referência e num único PO).

---

<sup>24</sup> Na recolha de dados com a GOMF solicitávamos ao observador: a caracterização dos Atores participantes quanto à pertença a grupos sociais ou subculturas como “estudantes”, “Atores sociais de outros sectores urbanos normativos”, oriundos de zonas urbano-degradadas”, “oriundos de elites”, ou de “outras subculturas identificáveis” (item VI.1.1); a caracterização quanto a elementos de estilo e estética visual como “piercings”, “bonés”, “tatuagens”, etc. (item VI.1.2); e ainda uma descrição livre quanto a elementos de estilo e grupos de pertença (item VI.1.3).



A título de exemplo, esses códigos foram SALTO ALTO, FLUORESCENTES, ROUPA PRETA, entre outros.

Da subcategoria GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2) emergiram um total de 10 códigos. Deste conjunto destaca-se o código ESTILO ALTERNATIVO (2.1.5.1) codificado em n=10 POs. Esse código foi atribuído a referências em que para além do recurso direto à expressão *alternativo*, também estavam a ser usadas outras como *urbano*, *contemporâneo* ou *moderno* – “A estética era genericamente de inspiração urbana e contemporânea”. (PO 10); “O público-alvo apresentava um estilo alternativo e diferenciado, característico deste tipo de eventos” (PO 7). Outros códigos que emergiram nesta subcategoria, de menor expressão, foram ESTILO HIPPIE (2.1.5.2) – “Em termos de elementos de estilo percebia-se a presença de piercings, rastas, estética urbana e contemporânea, estética de inspiração hippie e t-shirts com mensagens temáticas de cariz político-partidário.” (PO 13); “A estética predominante era de inspiração hippie. E também com presença de grupos rastafári que se associam ao estilo de vida hippie.” (PO 4); e ESTILO REGGAE (2.1.5.3) – “Nesta noite, por ser XXX o cabeça de cartaz, foi possível ver mais atores com rastas entre os participantes – no entanto, esta presença não era expressiva e não era suficiente para alterar o perfil dominante dos participantes presentes – estudantes universitários.” (PO 6). Códigos como ESTILO PUNK (2.1.5.8), ESTILO TRANCE (2.1.5.5) ou ESTILO GUNA (2.1.5.6) apresentaram frequência muito baixa no conjunto das referências codificadas para GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2). No entanto, mantemos a expectativa de que estes códigos serão da maior relevância para perceber as especificidades do tema do ESTILO nos eventos particulares a que se referem, o que exploraremos em etapas posteriores da análise.

Com intenção de progredir nesta descrição, e de responder a algumas das questões de partida avançadas relativamente ao tema do ESTILO (2.1.4), recorreremos a um conjunto de matrizes no Software Nvivo9. Começamos por questionar-nos relativamente à associação que estava a ocorrer entre os ELEMENTOS DE ESTILO (2.1.4.1) quando combinados entre si, através de uma matriz. Tínhamos a expectativa de que dessa resposta pudessem emergir eventuais padrões, com associação potencialmente específica a certos GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2), indicação valiosa para retratar os ambientes recreativos noturnos quanto à especificidade da presença do tema do ESTILO. Para o efeito começámos por pedir uma matriz cujos eixos cruzavam os ELEMENTOS DE ESTILO entre si (cf Anexo E1). A elevada associação entre os diversos elementos de imagem tornou impossível a detecção de

qualquer padrão, levando-nos a levantar a hipótese de que esta simultaneidade podia estar a remeter para um grande ecletismo na forma como os atores participantes estão a fazer uso destes elementos nos eventos analisados.

Num segundo momento, procurámos perceber se olhando agora cada GRUPO DE PERTENÇA (2.1.5) encontraríamos ELEMENTOS DE ESTILO (2.1.4) mais típicos, que pudessem atestar de alguma especificidade desses grupos no que toca ao uso de sinais subculturais que estivessem a ser transmitidos através da imagem dos participantes. Pedimos, para o efeito, uma matriz que cruzou essas duas subcategorias (cf Quadro 5). Nesta matriz percebemos que o ESTILO ALTERNATIVO (2.1.5.1) estava a reunir o maior número de elementos. Interpretamos este dado como sugestivo de que, encontrando-se neste grupo a maior dispersão (diríamos mesmo ‘amalgama’) de elementos de imagem, nos poderíamos estar a deparar com uma tendência em que, apesar de existir um grupo maioritário descrito

Quadro 11

*Elementos de Estilo em Grupos de Pertença*

		Grupos de Pertença									
		estilo académico	estilo alternativo	estilo gótico	estilo gunga	estilo hippie	estilo punk	estilo rave	estilo reggae	estilo techno	estilo trance
Elementos de Estilo	animais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	bonés	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
	brincos e colares	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
	cachecóis	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0
	calças largas	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0
	casaco com capuz	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0
	chinelos.sandálias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	cores vivas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	gangas	2	6	1	0	2	1	0	1	0	0
	óculos de sol	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0
	piercings	0	7	1	0	3	1	0	1	0	0
	rastas	2	1	0	0	1	0	0	2	0	0
	roupa descontraída	0	2	1	0	1	1	0	0	0	0
	sapatilhas	0	2	1	0	1	1	0	0	0	0
	tatuagens	0	3	1	1	1	1	0	1	0	0
	traje académico	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	t-shirt	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0

*Nota:* Os valores exprimem o número total de US (unidades de sentido ou referências) codificadas. A tonalidade do sombreado exprime a relevância da associação entre as duas categorias.

como ‘alternativo’, ‘moderno’, ‘urbano’ e ‘contemporâneo’, esse grupo estava, na verdade, a apresentar-se como dominante no seu uso inespecífico de traços subculturais. Interpretamos

este dado como sugestivo do oposto à exclusividade do *underground* e que vemos habitualmente descrito, precisamente, como *mainstream*.

Esta matriz levou-nos ainda a algumas conclusões adicionais. Alguns dos GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2) estavam a ser descritos com recurso a ELEMENTOS DE ESTILO (2.1.4) pouco esperados em relação à expectativa que tínhamos para o que são sinais da imagem de certos grupos<sup>25</sup>. Entendemos que esse dado poderia ser submetido a distintas leituras. Por um lado poderia ser indicativo de que os observadores estavam a descrever os ELEMENTOS DE ESTILO (2.1.4) presentes num evento elencando-os na sua variedade, referindo também GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2), mas não olhando estes últimos com enfoque na discriminação dos seus traços de imagem. Por outro lado poderia ser indicativo de que os eventos observados estavam a apresentar-se muito variados e heterogêneos do ponto de vista do tema do ESTILO (2.1.4), impedindo-nos de comprovar a intenção de partida de estabelecer uma relação entre ELEMENTOS DE ESTILO (2.1.4) organizados em GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2).

Foram exceções a esta tendência, e apesar do reduzido número de referências codificadas para esse cruzamento, a associação mais específica entre o GRUPO DE PERTENÇA (2.1.5) relativo ao ESTILO TRANCE (2.1.5.5) e o ELEMENTO DE ESTILO (2.1.4) CORES VIVAS (2.1.4.1.14); e o GRUPO DE PERTENÇA (2.1.5) relativo ao ESTILO TECHNO (2.1.5.4) e os ELEMENTOS DE ESTILO (2.1.4) BONÉS (2.1.4.1.5), BRINCOS E COLARES (2.1.4.1.6) e ÓCULOS DE SOL (2.1.4.1.7). Interpretamos este dado como potencialmente indicativo de que nestes ESTILOS (2.1.4) poderá ser mais consistente a relação entre ELEMENTOS DE ESTILO (2.1.4.1) e GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2), e portanto mais consistente também a dimensão subcultural dos eventos em que os atores caracterizados deste modo estão a participar.

---

<sup>25</sup> A título de exemplo, apesar de ser esperado ver o ESTILO GÓTICO (2.1.5.7) descrito com códigos como ‘roupa preta’, ‘cabelos compridos’, ‘maquilhagem exuberante’, o que acontecia era que o mesmo estava a ser simultâneo com códigos como ‘calças largas’, ‘casaco de capuz’, ‘gangas’ ou ‘sapatilhas’.

Quadro 11

*Grupos de Pertença nos Protocolos de Observação*

		Protocolos de Observação													
		P1	P10	P11	P12	P13	P14	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
Grupos de Pertença	estilo académico	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
	estilo alternativo	2	1	1	1	3	0	0	1	0	2	0	5	2	1
	estilo gótico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
	estilo guna	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	estilo hippie	0	0	0	0	2	0	0	0	1	2	0	0	0	0
	estilo punk	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
	estilo rave	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	estilo reggae	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0
	estilo techno	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0
	estilo trance	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0

*Nota:* Os valores exprimem o número total de US (unidades de sentido ou referências) codificadas. A tonalidade do sombreado exprime a relevância da associação entre as duas categorias.

Num terceiro momento, e oferecendo ao tema um olhar mais abrangente, procurámos perceber como se apresentavam os eventos observados relativamente aos GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2) dos seus participantes, no sentido de perceber se os eventos estavam a apresentar-se como homogéneos, ou pelo contrário como heterogéneos, do ponto de vista da presença do ESTILO (2.1.4). Para esse efeito pedimos uma Matriz no Software Nvivo9 que cruzou os PO com os diversos códigos integrados em GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2) (cf Quadro 6). Dessa matriz resultou a identificação de 3 grupos de eventos. Um primeiro grupo era constituído por n=6 eventos e foi designado por *Grupo de Eventos Homogéneos* para o tema do ESTILO (2.1.4), por apenas um GRUPO DE PERTENÇA (2.1.4.2) estar a ser codificado neste conjunto. Um segundo grupo, de igual dimensão (n=6 eventos), foi designado por *Grupo de Eventos Moderadamente Heterogéneos* para o tema do ESTILO, por dois GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2) estarem a ser codificados neste conjunto. Um terceiro e último grupo, constituído por n=2 eventos, foi designado por *Grupo dos Eventos Muito Heterogéneos*, por se verificar que mais de três GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2) estavam a ser codificados para os eventos deste conjunto. Estes dados foram interpretados como reveladores de uma assinalável heterogeneidade dos eventos observados relativamente ao tema do ESTILO (2.1.4). Essa interpretação foi substanciada no facto de que mesmo no *Grupo de Eventos Homogéneos*, a quase totalidade dos eventos estava a ser exclusivamente codificada para o GRUPO DE PERTENÇA (2.1.4.2) ESTILO ALTERNATIVO (2.1.5.1), grupo que já havíamos descrito como o mais eclético, dominante e *mainstream* do conjunto

de códigos emergentes. Essa estava a ser também a tendência do *Grupo Moderadamente Heterogéneo*, em que pelo menos um dos dois GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2) codificados para esse conjunto de eventos estava a ser, também, o ESTILO ALTERNATIVO (2.1.5.1).

Não parece ser possível, então, e partindo do estudo das manifestações do estilo nos ambientes observados, e apesar da sua grande diversidade, contrariar as teses mais recentes sobre o tema, e que afirmam o esvaziamento do seu significado, com uma redução do conceito ao uso avulso (*bricolage*) feito de elementos de imagem, sem comunicação de outros sentidos de pertença subcultural. Outras leituras são possíveis, adicionalmente. Em primeiro lugar, e como já referimos, o facto de que tomámos consciência, ao interrogarmo-nos sobre este tema, de que uma outra interrogação estava a surgir de forma latente, concretamente, a constatação de que ao nos interrogarmos sobre as possibilidades do tema do ESTILO nos eventos observados, nos estávamos a interrogar também, e necessariamente, sobre as possibilidades da existência de subculturas emparelháveis com os mesmos. Ou, dito de outra forma, estávamos a questionar-nos também, sobre se os eventos analisados permitiam dar conta de ambientes específicos no que toca à presença de subculturas. Colocados diante da conclusão de que quanto ao tema do ESTILO imperava a heterogeneidade e a impossibilidade de uma associação específica entre ELEMENTOS DE ESTILO, GRUPOS DE PERTENÇA e eventos observados, pareceu-nos nesta etapa evidente a conclusão de que os ambientes da nossa análise comprovariam, com grande probabilidade, o esvaziamento ou mesmo a ausência da dimensão subcultural quando o foco é o estudo dos ambientes de lazer noturno. No entanto, e perante a possibilidade de outras subcategorias por descrever e por explorar do ponto de vista das suas relações poderem vir a apontar no sentido dessa *subculturização* dos eventos analisados, assumiremos esta conclusão como provisória, e carente de demonstração em etapas mais avançadas da análise.

Em segundo lugar, pareceu-nos ser também de relevo a consideração do significado das qualidades ‘alternativo’, ‘underground’ e ‘mainstream’ quando utilizadas na descrição da maioria dos eventos codificados para ESTILO (2.1.4). Aparentemente, o qualificativo ‘alternativo’ não está a ser sinónimo, como se poderia esperar, de ‘underground’, ‘exclusivo’, ‘minoritário’ mas, bem pelo contrário, está a ser sinónimo de ‘dominante’, ‘maioritário’ e até

‘normativo’<sup>26</sup>. Uma interpretação possível para este dado poderá ser a necessidade de uma redefinição dos âmbitos do *mainstream* e do *underground* quando os qualificativos são usados para descrever os ambientes recreativos na atualidade. Assim, a discussão de questões como: ‘Será que existe *mainstream*?’, ‘Será que o *underground* se *mainstreamizou*?’ poderão assumir para este efeito, e a partir dos nossos dados, relevância teórica.

No sentido de evoluir na interpretação dos nossos dados sobre este tema explorámos a literatura com a intenção de aprofundar a relação entre o estudo do estilo e o estudo do lazer noturno. Webber (1999) realizou observação participante e entrevistou uma amostra de jovens de eventos *rave* percebendo a importância, para os atores juvenis, do tema da ‘autenticidade’ daquele ambiente. No discurso dos jovens entrevistados, a cena estaria em transformação por ter aumentado a participação de grupos vistos como não lhe ‘pertencendo’. Sinais como a aparência física influenciada pelas roupas, acessórios, cortes de cabelo, postura e linguagem corporal, “combinados com (falta de) atitude e aceitação das diferenças do outro” (Webber, 1999, p.331) eram signos que estavam a ser referidos pelos jovens como importantes na delimitação entre o grupo dos *ravers* e o grupo dos *recém-chegados*. O grupo dos *ravers*, especificamente, estava a ser descrito como variado na sua demografia (idade, classe, etc.), mas homogêneo nas suas motivações para participar da cena *rave* (divertir-se, escapar, ser genuíno consigo mesmo e com outros, disfrutar da música). Também é referido que a *rave* estava a ser cenário de diferenciação cultural e social, já que do discurso dos entrevistados resultavam avaliações sobre o aspeto e o comportamento ‘desadequados’ de alguns participantes de outros grupos raciais. Este artigo, apesar de sugestivo de implicações interessantes sobre a forma como estão a ser relacionados elementos de estilo com uma cultura de dança, nunca intencionaliza a discussão em termos das suas implicações sobre a pertença a grupos ou subculturas e a função do estilo nesse processo.

Silva (2005), desenvolve uma pesquisa etnográfica que caracterizou as cenas *techno*, *house*, e *trance* como grupos de pertença (expressão uma vez mais não assumida), que estavam a ser descritos pelas suas especificidades do ponto de vista das características e origem social dos atores, opções de ambientes de festa, e preferências de uso de SPA. O estudo aponta especificidades dos três grupos que podem ser demonstrativas do contraste

---

<sup>26</sup> Uma ‘text search query’ no software Nvivo9 demonstrou ser esta uma expressão de presença frequente nas referências codificadas para ESTILO ALTERNATIVO (2.1.4.2.1)

entre três culturas da música electrónica de dança frequentemente tomadas como indistintas na literatura (nomeadamente no que toca aos usos de SPA). Mas, mais uma vez, a discussão, focada aqui no que a investigação clarifica sobre as especificidades das formas de relação dos três grupos com o uso de SPA, não faz qualquer discussão sobre o que os dados indicam quanto à possibilidade destes grupos se constituírem como subculturas, ou do contributo para o efeito do conceito de estilo.

Fernandes e Pinto (2008), realizaram uma pesquisa etnográfica sobre a figura do ‘guna’, um ator juvenil da periferia urbana pobre, descrito como:“(...) figura ambígua, sem estatuto claro de criminoso, sem ter sido ainda rotulado pelas instâncias formais como delinquente, habitando uma zona de incerteza entre o ameaçador, o desordeiro e o criminal, uma zona movediça entre a marginalidade e a convencionalidade (...)” (p.185)

O enfoque do trabalho não é nas opções de lazer noturno deste ator social. No entanto, é curioso verificar que a o retrato sobre o *Guna* é concretizado através do relato de um profissional da noite: “Como nos dizia R., um profissional de segurança cuja atividade se desenvolve há vários anos em contextos juvenis de diversão: ‘Criou-se foi esta forma de vestir, que é a tal forma de vestir que nós chamamos ‘olha, é um guna’. Uma pessoa tira logo pela pinta, os bonés, o cabelo com madeixas, um monte de brincos’.” (Fernandes & Pinto, 2008, p.187).

O conceito de estilo, uma vez mais não intencionalizado, está a ser importante aqui para descrever este ator social: “Mais do que por alguma prática que fosse marca identitária dos gunas, caracterizam-se pela adesão a um certo estilo – desde logo no visual -, a uma certa atitude (associada a determinadas gestualidades e interações), a uma certa forma de estar em público (algo ruidosa por se falar alto, por se elevar demasiado o volume da música no carro...), etc.” (p.189).

Arriscando contrariar o sentido dado pelos autores, diríamos que, no caso no *Guna* o estilo está a constituir-se como a própria *marca identitária*, com outras pesquisas a sugerir outras destas ‘marcas’. Como já havíamos citado, na investigação de Lopes et al. (2010), a respeito da caracterização da experiência das mulheres *clubbers*, alusões eram feitas ao impacto específico da figura do *Guna* em ambientes recreativos que lhe eram próprios (por e.g. a Festa de Techno) e em ambientes recreativos de que se apropriava (Festas de Trance e D’n’B), tendo esse impacto que ver, invariavelmente, com a criação de ambientes mais violentos e inseguros.

Apercebemo-nos de que, não obstante a investigação empírica e as reflexões teóricas sobre subculturas e culturas juvenis serem abundantes e frequentemente enraizadas no estudo do lazer noturno, já a reflexão que envolve especificamente o conceito de estilo nesse trinómio se revela bastante escassa. Verifica-se, ainda, que apesar dos autores recorrerem a esses conceitos, tal está a ocorrer de forma implícita e teoricamente não assumida, o que resulta no empobrecimento da discussão neste campo. Efetivamente, trata-se de estudos cuja intenção não é a de discutir os processos de subculturização desses grupos e atores sociais, embora da nossa leitura desses trabalhos nos pareça que a mesma está a ser assumida.

Apesar, então, de outros estudos estarem a sugerir a existência de grupos de pertença na caracterização dos ambientes recreativos noturnos ou das experiências dos seus atores, concretamente nas culturas da música electrónica de dança, essa tendência não é consentânea, pelo menos nesta etapa da nossa análise, com a dos nossos dados já que não reunimos evidência consistente entre ELEMENTOS DE ESTILO (2.1.4.1) suportados na imagem, e GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2) emergentes de modo evidente.

### **2.2.2 Comportamentos dos Atores Sociais**

A categoria COMPORTAMENTOS (2.2) é, a seguir a CARACTERÍSTICAS (2.1) como GRUPOS ETÁRIOS (2.1.1), GÉNERO (2.1.2), CLASSE SOCIAL (2.1.3) e ESTILO (2.1.4), a próxima a contribuir para o aprofundamento do conhecimento da relação pessoa-ambiente em AR, particularmente no que toca à dimensão SA. Sob o rótulo geral COMPORTAMENTOS (2.2) reúnem-se um conjunto de subcategorias, algumas antecipadas na recolha dos dados e outras emergentes do processo da análise, que têm em comum o facto de estarem a contribuir para o conhecimento do comportamento dos atores em contexto. Os COMPORTAMENTOS (2.2) observados recobrem várias dimensões da relação com os AR, desde a descrição básica dos atos protagonizados, à forma como se associam os protagonistas com o seu entorno, comportamentos e formas de deslocação no acesso a um evento, e comportamento específico de uso de SPA lícitas e ilícitas. As subcategorias que estão a contribuir para este tema são ATIVIDADES (2.2.1), CONSUMOS (2.2.2), MOBILIDADE (2.2.3) e RELAÇÕES (2.2.4). Trata-se de uma categoria fundamental para compreender as transações que os ATORES SOCIAIS (2) estão a protagonizar, atores esses que serão, na categoria seguinte, qualificados quanto ao seu PAPEL AMBIENTAL (2.3).



Antes de progredirmos na descrição destas subcategorias deve destacar-se que na nossa abordagem ao *comportamento* nos deparamos com as limitações decorrentes dos nossos objetivos e, conseqüentemente, com a natureza dos dados recolhidos. De acordo com estas, o foco do nosso interesse está a voltar-se para as dimensões estritamente observáveis do comportamento, ficando de fora do âmbito do nosso projeto o conhecimento das motivações que, do ponto de vista do pensamento, sentimentos, atitudes e processos de atribuição de significado em geral, contribuem para as ações em que se envolvem os atores sociais.

### 2.2.2.1 Atividades

A subcategoria ATIVIDADES (2.2.1) está a reportar-se a *atividades típicas* nos ambientes recreativos, captáveis pelos observadores e circunscritas, portanto, à esfera do *percebido* (Anguera, 2001), recobrando uma grande diversidade de condutas, *molares* e *moleculares*<sup>27</sup>, que estão a fazer parte do padrão de relação interativa dos atores sociais com esse contexto. Aqui estamos a seguir de perto a proposta de Anguera (2001) na sua definição de *atividade quotidiana*:

A atividade quotidiana pressupõe um avanço continuado no tempo, em que se sucedem diversas condutas, homogêneas ou dispare (…), num processo dinâmico em que nem sempre somos conscientes de quanto albergam. (...) A sua análise implica contemplar condutas muito diversas e de distintos níveis, distribuídos numa pirâmide. No topo da pirâmide a quotidianidade remete-nos para a trajetória vital do indivíduo na sua relação com o seu projeto de vida. Descendo a pirâmide desmontamos a quotidianidade em diferentes planos – família, profissão, relações sociais, ócio. (...) À medida que continuamos a descer revela-se uma estrutura em árvore que continua a subdividir-se em situações em que se interrelacionam condutas tendentes à molaridade com os contextos em que se produzem, até à base formada por uma variedade infinita de condutas percebidas cada vez mais como moleculares. (p.11)

Trata-se, então, de uma análise que se foca no que está a acontecer a partir do que Anguera (2001) situa como o “meio da pirâmide”, em que o plano do ócio e das relações sociais aí emergentes estão a ser descritas, e em que estão a ser exploradas relações entre essas condutas e os contextos específicos em que as mesmas estão a ser observadas – *condutas molares*, portanto. Estas são também, e ainda que grosseiramente, situáveis num processo temporal – o dos diversos momentos do *tempo recreativo* - que já apresentámos na

---

<sup>27</sup> Bronfenbrenner (1979) define *atividade molar* como “uma atividade que se estende por um período de tempo (...) percebida como tendo sentido ou intenção para o participante do setting que a desempenha” (p.45), e *atividade molar* como “uma atividade percebida como instantânea e sem significado” (idem).

categoria TEMPO (2.1.5), ainda que nesta descrição que se segue essa relação não vá ainda ser explorada.

No nosso projeto, esta subcategoria está a contribuir para compreender como é que os ATORES SOCIAIS (2) estão a relacionar-se com os eventos observados, permitindo responder a questões como: ‘O que está a acontecer?’, ‘O que estão a fazer e que comportamentos estão a protagonizar os atores sociais?’, e ‘Quando é que essas atividades estão a acontecer no tempo dos eventos?’. Apesar de estar antecipada na recolha dos dados a atenção a um conjunto específico de aspetos do comportamento dos atores em contexto, foi já no decurso da análise que nos demos conta do potencial do nosso material empírico para descrever as interações mais básicas que estavam a ser protagonizadas pelos diversos PAPÉIS AMBIENTAIS (2.3), por forma a interrogá-las quanto à sua relação com potenciais tipicidades dos AR.

A codificação em ATIVIDADES (2.2.1) requeria a presença da descrição de uma ação desempenhada por um protagonista identificável na US a codificar. Após a emergência do conjunto de códigos sobre ATIVIDADES (2.2.1), os mesmos foram agrupados por um critério temático, que colocava em evidência a intencionalidade subjacente a cada ação tal como estava a ser percebida pelo investigador. Dessa organização temática dos códigos descritivos emergentes da codificação inicial resultaram um conjunto de sete subcategorias: ATIVIDADES DE PROTEÇÃO (2.2.1.1), ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2), ATIVIDADES DE CONTROLO (2.2.1.3), ATIVIDADES DE FRUIÇÃO (2.2.1.4), ATIVIDADES DE RISCO (2.2.1.5), ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS (2.2.1.6) e ATIVIDADES NEUTRAS (2.2.1.7).

(a) *Atividades de Proteção.* A subcategoria ATIVIDADES DE PROTEÇÃO (2.2.1.1) reúne as atividades em que os atores sociais se envolvem com a intenção de diminuir ou prevenir o impacto de potenciais riscos relacionados com a participação num evento. Essas ações podem ser protagonizadas pelos participantes que assim se protegem desse impacto, ou podem estar a ser protagonizadas por outros atores sociais de um evento quando estes exibem ações de proteção dirigidas aos participantes. Para que uma atividade seja codificada como sendo de proteção, a sua intenção tem de suplantar a do *controlo*, i.e., tem de visar explicitamente o zelo pelo bem-estar e pela defesa dos interesses e da segurança do público de

um evento, desempenhados proactivamente, e independentes do zelo pelos interesses, por exemplo, económicos, dos promotores de um evento.

Na subcategoria ATIVIDADES DE PROTEÇÃO (2.2.1.1) emergiram um total de nove códigos. Um grupo de dois códigos estava a ser codificado para n=6 eventos, representando o grupo das ATIVIDADES DE PROTEÇÃO (2.2.1.1) mais frequentes; um grupo de quatro códigos estava a ser codificado para n=3 eventos e tinha frequência menor; finalmente, um grupo de três códigos estava a ser codificado para um menor grupo de eventos e tinha uma frequência muito reduzida no conjunto dos dados. De entre o grupo de códigos mais frequentes destacamos a atividade DESCANSAR (2.2.1.1.1) – *“O evento não tem diversidade de oferta no que se refere a estruturas de lazer ou repouso. No entanto, existia no segundo andar uma parte com banquinhos, que alguns participantes utilizavam para descansar quando estavam cansados de dançar.”* (PO 3); e a atividade ACONSELHAR (2.2.1.1.2) – *“Existia oferta de RRMD através de uma equipa especializada (XXX). Estava a ser oferecido aconselhamento e informação, eram oferecidos espaços de prestação de cuidados para situações críticas e existiam testes de alcoolemia.”* (PO 8). De entre o grupo de códigos de frequência moderada destacam-se APOIAR (2.2.1.1.6), CIRCULAR (2.2.1.1.4), DISTRIBUIR (2.2.1.1.5). De entre o grupo de códigos menos frequentes destacam-se HIDRATAR-SE (2.2.1.1.8) e PARTILHAR (2.2.1.1.10).

As ATIVIDADES DE PROTEÇÃO (2.2.1.1) destacadas recobrem-se de especificidades relevantes para a leitura do perfil dos eventos quanto à questão da promoção da segurança dos participantes e quanto à oferta geral de RRMD. No processo de codificação para a atividade DESCANSAR (2.2.1.1.1) demo-nos conta de que a oferta dos eventos quanto a esta estrutura básica de apoio ao público se apresentava muito variável. O caso da atividade de ACONSELHAR (2.2.1.1.2) também nos permite algumas conclusões. Apesar de esta recobrir uma variedade de estratégias<sup>28</sup>, não pudemos deixar de concluir por um cenário bastante lacunar dos eventos observados a este nível. Globalmente, e atendendo à multiplicidade de estratégias de RRMD atualmente implementadas pela intervenção que atua especificamente neste tipo de ambientes, o leque de atividades que emergiram nos dados, assim como a sua frequência, apresentam-se bastante baixos e insuficientes para indicar uma

---

<sup>28</sup> Desde o fornecimento de informações sobre SPA, aconselhamento sobre formas de prevenir ou diminuir impacto de outros riscos, teste de SPA, entre outras.

atitude de interesse e valorização das questões da segurança e bem-estar. Estas leituras dos dados remeteram-nos para a importância de explorar, numa fase mais avançada, como se apresentavam genericamente os eventos observados no que toca à questão da proteção, antecipando-se variabilidade na relação dos mesmos com este tema.

A forma como foram definidas no nosso projeto as ATIVIDADES DE PROTEÇÃO (2.2.1.1) está próxima da definição dos objetivos e âmbito da RRMD e da sua aplicação aos ambientes recreativos noturnos. De acordo com os pressupostos desta abordagem, a RRMD atua de uma forma pragmática, multidisciplinar, seletiva, focalizada, próxima dos alvos de intervenção e fora dos dispositivos formais de apoio, numa lógica de participação e advogando pelos direitos humanos, na promoção do bem-estar e na redução dos riscos associados aos consumos de drogas (Fernandes, 2008; Fernandes & Ribeiro, 2002; Fernandes, Pinto & Oliveira, 2006). No lazer noturno em particular, essas intervenções assumem variadas formas, como a distribuição de informação, o *pill-testing*, os testes de alcoolemia, a distribuição de preservativos, e de parafernália utilizada nos consumos de SPA, a distribuição de água potável e bebidas isotónicas, as abordagens mediadas pela internet e pelo uso de videojogos e realidade virtual, a promoção do envolvimento e formação de promotores e *staff*, e a disseminação de orientações para a promoção da saúde a partir do desenho dos próprios contextos (*healthy settings*). Percebe-se, então, que uma pequena seleção destas estratégias de intervenção estava transformada em ATIVIDADES DE PROTEÇÃO (2.2.1.1) no nosso SC.

(b) *Atividades de Consumo*. A subcategoria ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2) reúne um conjunto de códigos emergentes nos dados relativos a comportamentos específicos do consumo de substâncias lícitas (álcool, tabaco) e ilícitas (*cannabis*, cocaína, *ecstasy*) que estão a acontecer nos eventos observados. Quando descrevermos, mais adiante, a categoria CONSUMOS (2.2.2) cobriremos um conjunto de dimensões específicas dos mesmos que complementam e devem ser lidas em conjunto com estes dados, como as *cenar de uso*, os *modos de utilização* e as *substâncias* a que esse comportamento se refere. Optamos, no entanto, por organizar aqui os códigos emergentes relativos a ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2) por estarem a ser observados e poderem ser descritos a uma escala mais micro-analítica.

Nesta subcategoria emergiram um total de nove códigos. Um primeiro grupo de quatro códigos estava a ser codificado para a quase totalidade dos eventos. Esses códigos foram

BEBER (2.2.1.2.1) – *“As atividades a que os participantes se dedicavam eram sobretudo dançar, circular pelo recinto e ingerir bebidas alcoólicas. Todas estas atividades apresentavam um carácter normal e adequado ao evento em questão. Estas atividades decorrem sobretudo em grupo (...)”* (PO 1); FUMAR (2.2.1.2.2) – *“(...) Um deles tirou a substância do bolso e começou a queimar. Entretanto o outro sentou-se ao seu lado e pediu para fumar. O primeiro misturou a substância com tabaco e enrolou o preparado numa mortalha. Depois de acender e travar algumas passas, passou para o desconhecido.(...)”* (PO 1); PARTILHAR (2.2.1.2.3) - *“Foi neste momento que verificamos os primeiros consumos de substâncias psicoativas, vulgo charro, em pequeno grupo, sendo os consumos observados efetuados de forma partilhada e sempre no mesmo local do espaço do evento.”* (PO 10); e CONSUMIR (2.2.1.2.4) - *“A segurança privada estava a circular dentro do espaço para vigiar os participantes (...). Observa-se um segurança a deslocar-se à casa-de-banho masculina para retirar os frequentadores que se encontravam a consumir substâncias.”* (PO 2). O código CONSUMIR (2.2.1.2.4) estava a ser codificado quando existia uma referência a um consumo estava, mas não existiam elementos na descrição para perceber a natureza específica do mesmo.

Um segundo grupo de quatro códigos estava a ser codificado para um menor grupo de eventos (entre n=4/5 eventos). Esses códigos eram ENROLAR (2.2.1.2.5) - *“(...) A substância foi enrolada com tabaco por um dos elementos e rodada por todos os membros do grupo em círculo”* (PO 1); SNIFAR (2.2.1.2.6) - *“Observou-se um consumo que ocorreu no WC, entre um par de participantes, que snifaram uma substância em pó. Parecia tratar-se do consumo de cocaína”* (PO 7); MISTURAR (2.2.1.2.7) – *“Foi observado um grupo de indivíduos a minarem uma das bebidas e a partilharem-na com os restantes elementos do grupo”* (PO7); COMPRAR-VENDER (2.2.1.2.8) – *“A única forma de aceder a água era comprá-la nas barraquinhas”* (PO 6). Finalmente, um último código estava a ser codificado num único evento, e dizia respeito à atividade QUEIMAR (2.2.1.2.9).

As ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2), pela proximidade que apresentam com o tema do consumo a que faremos referência na próxima categoria desta descrição de COMPORTAMENTOS (2.2), não serão por enquanto discutidas por relação com a literatura no domínio. No entanto parece-nos útil clarificar que, como se percebe, várias destas atividades estão a ser referidas no âmbito de uma mesma *cena de consumo*, e estão a dizer respeito à mesma substância.

c) *Atividades de Controlo*. A subcategoria ATIVIDADES DE CONTROLO (2.2.1.3) reúne um conjunto de códigos relativos a comportamentos dos atores sociais que estão a visar a gestão do espaço de um evento, com a intenção de salvaguardar os interesses comerciais de outros atores (quando, por exemplo, porteiros ou seguranças controlam para garantir que todos os participantes têm bilhetes e/ou pulseiras); ou a intenção de colaborar com os interesses securitários de outros atores (quando, por exemplo, se “controla” para impedir o consumo de substâncias ilícitas, ou para evitar problemas de tráfego, em colaboração com as autoridades).

Nesta subcategoria emergiram um total de cinco códigos. Deste conjunto, o código GERIR ENTRADA (2.2.1.3.1) estava a ser codificado para a totalidade dos eventos observados, surgindo como a ATIVIDADE DE CONTROLO mais frequente e mais disseminada, não obstante a variedade de eventos considerados – *“Estava a ser cobrada uma entrada de 10€ à chegada ao recinto, na bilheteira da organização. Alguns participantes também poderiam ter adquirido previamente o bilhete e apresentaram-nos aos seguranças à porta. (...)”* (PO 11). GERIR ENTRADA (2.2.1.3.1) é uma atividade de organização do espaço e de facilitação do acesso dos participantes ao interior do recinto, mas é também uma atividade, como se vê pelo exemplo, com motivações de ordem comercial – entregar cartões, vender bilhetes, colocar pulseiras... Nesse processo pode acontecer que seja necessário o recurso à força nas situações em que os participantes tentam contornar estes procedimentos. Não está a ser codificada aqui uma outra atividade que surge contextualizada na gestão das entradas, mas que não acontece com a mesma frequência do ato mais genérico da *gestão*. Referimo-nos ao ato específico de excluir participantes, fruto de uma atividade que é SELECCIONAR (2.2.1.3.4), e que estava a ser codificada apenas para n=2 eventos – *“Existem claras diferenças entre as entradas numa festa académica e numa festa organizada pelo próprio XXXX [referência ao nome da discoteca]. Neste caso da festa académica, as pessoas não são sujeitas a um processo de triagem de acordo com a preferência da organização da casa.”* (PO 11)

Existe depois um segundo grupo de códigos de frequência moderada, que estão a ser codificados para cerca de metade dos eventos observados (n=6/8 eventos), e que reúne os códigos VIGIAR (2.2.1.3.2) e REVISTAR (2.2.1.3.2). O ato de VIGIAR (2.2.1.3.2) é uma ATIVIDADE DE CONTROLO (2.2.1.3) em que alguns atores sociais (nomeadamente

seguranças) estão a percorrer o espaço de um recinto com a intenção de identificar proactivamente situações de ameaça à segurança de um evento. É uma atitude de índole preventiva, na medida em que pretende antecipar a ocorrência de problemas. No entanto, consideramo-la como apresentando uma intenção securitária (mais do que de apoio), uma vez que a atitude percebida dos atores que protagonizam esta ação pode ser uma atitude de força, em que se pretende que a própria atividade de VIGIAR funcione como dissuasor desses eventuais problemas de segurança – *“Existia Segurança Privada que percorria o recinto com o objetivo de evitar confrontos e problemas de segurança envolvendo os participantes.”* (PO 1); *“De realçar que existiam alguns seguranças ‘a paisana’ que sempre qua viam alguém a fumar (na zona onde era proibido) mandavam imediatamente apagar o cigarro. Vi isso várias vezes”*. (PO 11). A atividade de REVISTAR (2.2.1.3.2), com intenção idêntica e também a ocorrer no momento da entrada, tem a mesma intenção proactiva de conter potenciais problemas de segurança, pela identificação e retenção de objetos ou materiais perigosos para o recinto de um evento – *“Os agentes desta barreira eram os membros da organização. (...) O objetivo era controlar entradas, verificação de mochilas, controlar objetos que podem ou não entrar, passar no detetor de metais.”* (PO 5).

Finalmente, o código AUTORIZAR (2.2.1.3.5) diz respeito à situação específica de um evento de grande dimensão, em que os promotores estão a exigir, relativamente a outros organizadores no recinto, a obediência a um conjunto de normas relativas, por exemplo, a horários de funcionamento – *“As portas do evento abriram pelas 23.00h. As barraquinhas tinham autorização da organização para funcionar a partir das 22h.”* (PO 6).

(c) *Atividades de Fruição*. A subcategoria ATIVIDADES DE FRUIÇÃO (2.2.1.4) reúne um conjunto de códigos protagonizados sobretudo por participantes, relativos a comportamentos em que estes revelam uma atitude de prazer e envolvimento na relação com um evento. Ainda que essa atitude possa ter graus variáveis – desde a simples presença relativamente descomprometida com uma conversa ao balcão do bar, até à procura ativa da intensificação dessa presença através, por exemplo, do reforço do uso de álcool ou do recurso a SPA ilícitas – o denominador comum é, como dizíamos, o prazer e a diversão que o envolvimento nessas atividades está a transmitir ao observador.

Esta subcategoria reúne, como poderia ser esperado, a maioria dos códigos sobre ATIVIDADES (2.2.1), num total de 14 códigos. Um primeiro grupo de códigos diz respeito a

ATIVIDADES DE FRUIÇÃO (2.2.1.4) que estão a acontecer na quase totalidade dos eventos observados (n=11/13), como CONVERSAR (2.2.1.4.1), CIRCULAR (2.2.1.4.2) e DANÇAR (2.2.1.4.3). O código CONVERSAR (2.2.1.4.1) estava também a codificar as US que, não fazendo embora referência específica ao ato de *conversar*, faziam alusão a *convívio*, ou *conviver*. O ato de CONVERSAR (2.2.1.4.1) merece-nos destaque se atendermos a que o RUÍDO (1.4.1.5.1) é o ELEMENTO FÍSICO (1.4.2.1) e de RISCO (1.4.1.5) mais comum nos eventos observados. Como tal, não anteciparíamos esta como a atividade de fruição mais frequente, apesar do seu inegável valor como atividade de comunicação e partilha básica. Assim, CONVERSAR (2.2.1.4.1) está a ser a ATIVIDADE DE FRUIÇÃO (2.2.1.4) mais presente nos dados – “*As atividades que predominavam eram a conversa entre os grupos, o beber bebidas alcoólicas, o fazer brindes, etc. A mais saliente eram os pequenos grupos a falar e a conviver. (...)*” (PO 12). O ato de CIRCULAR (2.2.1.4.2) é, depois, um comportamento que está a ser descrito como *frequente, esperado e habitual* nos participantes, motivado por *ir buscar bebidas, dançar, procurar espaços para fumar* ou usar SPA, ou sem nenhuma destas motivações e simplesmente como forma de um participante se relacionar com o espaço do evento – “*A partir deste bloco horário o número de pessoas decresceu para metade. Como tal houve mais espaço para circular*” (PO 11); “*Existiam algumas pessoas a circular nos corredores e pátios fechados a céu aberto, mas estes não se encontravam lotados a esta hora.*” (PO 14).

Um segundo grupo de códigos está a ser codificado para um conjunto menor de eventos (n=5/6 eventos), e incluiu ASSISTIR (2.2.1.4.4) – “*Há algumas dezenas de pessoas a assistir ao concerto*” (PO 13); “*Ao fundo percebe-se público numeroso a assistir ao concerto*” (PO 5); e NAMORAR (2.2.1.4.5) – “*De forma menos frequente, observamos pessoas do mesmo género a namorar*” (PO 10); “*Foi neste bloco horário que assisti a comportamentos erotizados. Perto do fim da festa era frequente ver pares a dançar e a envolverem-se em comportamentos erotizados.*” (PO 11).

Finalmente, um grupo maior de nove códigos estava a ser codificado para um conjunto reduzido de eventos (n=1/3 eventos). Esses códigos eram, por exemplo, CANTAR (2.2.1.4.6), SORRIR (2.2.1.4.7), FOTOGRAFAR (2.2.1.4.12) ou NADAR (2.2.1.4.14).

Da exploração dos dados emergiu a hipótese que as ATIVIDADES DE FRUIÇÃO (2.2.1.4) podem estar a ser intensificadas por ELEMENTOS DOS M.M.M. (1.4) ou por outras dinâmicas cuja função pode estar a ser, precisamente, estimular esse envolvimento,



promovendo a aproximação entre o participante e o evento. A exploração dessa relação será relevante em etapas posteriores da análise.

No que toca ainda a exploração da relação desta categoria com outras no nosso sistema, e atendendo a que o volume, detalhe e natureza específica dos dados relativos ao *consumo* de SPA (lícitas e ilícitas) nos remeteu para a opção de codificar esses conteúdos em subcategorias autónomas como CONSUMOS (2.2.2) e ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2), a subcategoria ATIVIDADES DE FRUIÇÃO (2.2.1.4) que agora analisamos está a excluir a consideração do *consumo* enquanto *fruição* e enquanto *risco*, temas que antecipamos apresentarem relação no seu conjunto. Essa relação terá de ser explorada, então, em fases mais avançadas da análise.

Na literatura, a referência ao tema da vivência do *prazer* e da *fruição* no lazer noturno também está a ser reportada através da sua relação com o tema do *consumo*. Measham (2004), num artigo em que analisa as mudanças nos padrões de consumo no Reino Unido e em que apresenta interpretações possíveis para a origem dessas transformações, refere como o tema do comportamento no tempo de lazer de fim-de-semana da população masculina de jovens adultos das classes trabalhadoras foi sempre associado ao álcool, aos estabelecimentos associados ao seu consumo, e à produção de desordem pública com ele relacionada (Harrison, 1971, Bailey, 1978, Gofton, 1990, Marsh & Fox Kirby, 1992 citados por Measham, 2004). Nesse artigo a autora também defende que “a cultura do consumismo e do hedonismo prioriza e modifica o prazer por meios farmacológicos e comportamentais, sobretudo no caso do prazer físico induzido por estados alterados e aumentados de consciência.” (p.319). Apresenta esse como um fenómeno de “hedonismo calculado” e de “perda controlada do controlo” (p.319), uma vez que obedece aos limites do tempo (por exemplo de fim-de-semana), do espaço (do clube ou festa), da companhia (de amigos apoiantes) e de intensidade. Nesse sentido, a relação das práticas de consumo e do excesso contemporâneos, obedeceriam a processos de autorregulação, bastante distintos do modo como habitualmente os *media* retratam a atividade de ON juvenil.

Na mesma linha, Duff (2004) refere que apesar de não ser evidente que as culturas juvenis de uso de drogas valorizem sempre a moderação e o recurso responsável ao “uso do prazer” (p. 390), existem ainda assim expressões espontâneas de moderação e uso controlado. Adicionalmente, “muitos *settings* de consumo possuem um conjunto de normas e convenções específicas que encorajam a moderação e desencorajam o consumo excessivo” (p.390), já que

o uso descontrolado em alguns grupos pode ser sinónimo de inexperiência e irresponsabilidade, motivando os seus participantes a evitar o embaraço e estigma associados a esse descontrolo.

Existem, porém, reservas a apresentar-se o fenómeno do *prazer* (e da sua autorregulação) como um processo exclusivamente individual. Assim, Measham (2004) identifica um conjunto de dimensões que interferem de forma complexa o “desejo individual de alteração de consciência” (p.319): “Claramente, o estado de intoxicação individualmente desejado é afectado não só pelas políticas e práticas de licenciamento das autoridades nacionais e locais, e por desenvolvimentos comerciais da indústria de bebidas alcoólicas e do sector corporativo do lazer, mas também por processos relacionados com preços, acesso e disponibilidade das SPA, pelos determinantes socioculturais que medeiam estes factores, e pelos níveis de intoxicação desejáveis ou aceitáveis quando elas são consumidas” (Measham, 2004, p. 319).

Nos nossos dados sobre ATIVIDADES (2.2.1) é evidente que o que ocupa os participantes dos eventos observados é, sobretudo, a dedicação a alguma forma de expressão de *prazer*, *envolvimento*, *fruição* na relação com os ambientes recreativos noturnos. Outra conclusão relevante é que o tema da *fruição* não pode ser dissociado dos temas do *risco* e do *consumo* de SPA, como a literatura está a apontar. Finalmente, e na linha dos nossos dados assim como da literatura, outras dimensões da *fruição* e do *prazer* devem ser destacadas. Ainda que de modo mais ou menos relacionado com o tema do *consumo*, a apresentação dos ambientes recreativos noturnos como acontecimentos que estão a promover o encontro e o convívio com pares socialmente, grupalmente ou subculturalmente valorizados, o disfrutar de uma cena musicalmente valorizada, o envolvimento através da dança, e a oportunidade para interações erotizadas emergem, igualmente, como temas cuja associação deverá ser explorada.

Algumas questões resultantes deste panorama teórico e da exploração dos nossos dados podem formular-se, no sentido de contribuir para o objetivo geral de identificação de tipicidades dos ambientes recreativos noturnos a partir das condutas dos atores sociais que neles estão presentes. Desde logo, como se distribui, nos EO, a expressão da *fruição* e do *prazer*; qual a associação entre esse tema e o tema do *consumo*; e, ainda, quais as dimensões do NFA que estão a promover essas associações. Fica excluída a possibilidade da exploração do impacto de variáveis relacionadas com práticas de licenciamento, acessibilidade e disponibilidade das SPA, e outras dinâmicas da indústria do lazer noturno e do marketing de

bebidas alcoólicas que reconhecidamente influenciam também a expressão da *fruição* e do *prazer* (Measham, 2004), mas a que o nosso projeto não permite aceder.

(d) *Atividades Transgressivas*. A subcategoria ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS (2.2.1.5) está a codificar um pequeno conjunto de códigos relativos a comportamentos que configuram uma ação ilegal. A estrutura da recolha dos dados antecipava a atenção a fenómenos problemáticos potencialmente a ocorrer nos eventos observados, tais como *violência*, *tráfico* ou *insegurança*. Perante um incidente deste tipo os observadores gozavam de grande liberdade para apresentar descrições dos episódios percepcionados como problemáticos, em itens abertos e em tipificações em itens fechados. No decurso da codificação, excluindo desta subcategoria as ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2) que mereceram codificação autónoma e que não configuram na nossa legislação uma transgressão jurídico-penal, foram identificadas duas atividades que apresentam em comum a delimitação exposta – as atividades TRAFICAR (2.2.1.5.1) e AGREDIR (2.2.1.5.2).

A atividade TRAFICAR (2.2.1.5.1) está a ser codificada para um conjunto de n=4 eventos. Está a dizer respeito ao ato de vender substâncias ilícitas a participantes, por parte de outros participantes, mas que estão a ser identificados como *traficantes*. Essas transações estão a acontecer no interior dos recintos dos eventos, em meios e micromeios de visibilidade muito variável – “*O episódio de venda de substâncias foi efetuado no meio da pista de dança, com alguma relutância por parte dos dois atores envolvidos (comprador e vendedor).*” (PO 9); “*Observou-se um indivíduo com um volume considerável de dinheiro, em notas, no WC, durante a transação. O mesmo indivíduo deslocava-se com muita frequência ao WC e abordava frequentadores e vice-versa.*” (PO 7).

A atividade AGREDIR (2.2.1.5.2) está a ser codificada para um conjunto de n=3 eventos. Está a dizer respeito a atos de agressão física entre participantes, que estão a ocorrer dentro dos recintos dos eventos ou na proximidade da sua entrada. De notar que apesar de outros atores sociais estarem a ser referidos nestes incidentes (nomeadamente agentes policiais e seguranças), esses estão a ter um papel de mediação do conflito. Não estão a desempenhar, portanto, nem o papel de vítimas nem de agressores. A título de exemplo – “*(...) Vi um rapaz cá fora ensanguentado no pescoço, com dois polícias a separar dois grupos.*” (PO 11); “*Perto do palco principal, dois participantes, talvez mais, envolveram-se numa cena de pancadaria. (...) Observámos os seguranças a correr e a deslocarem-se. (...)*

*Depois ouvimos comentários de participantes que assistiram e que referiam que foi uma briga, fazendo gestos de ‘murro’ para explicar.” (PO 5).*

O conjunto dos dados relativos a ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS (2.2.1.5) está a indicar-nos, em síntese, um cenário em que a violência e a perturbação parecem ser pouco expressivos no conjunto dos dados, com episódios de reduzida gravidade, com interações agressivas que estão a envolver especificamente os participantes, e sem que estes possam ser associados a qualquer perfil identificável do ponto de vista da sua pertença cultural.

Explorámos a literatura relativa ao tema da *violência* no lazer noturno com o objetivo de contextualizar os nossos dados empíricos. A literatura anglo-saxónica, não só britânica mas também canadiana e australiana, tem levado a cabo investigação de considerável detalhe sobre os determinantes e preditores da violência nestes contextos. Verifica-se, para começar, que os episódios violentos descritos com maior frequência nestes contextos dizem respeito a agressões físicas, com destaque para os ferimentos faciais (motivados por ‘cortes’) (Finney, 2004). A dinâmica da interação violenta está bem descrita e parece dizer respeito a um padrão em que participantes desconhecidos entre si, sobretudo do sexo masculino e sob o efeito do álcool, incorrem em algum tipo de contato casual (um encontrão num espaço sobrelotado, uma bebida que se entorna sem intenção), que evolui depois numa escalada violenta (Ramsay, 1982 citado por Finney, 2004).

No que toca ao contexto português, um dos escassos estudos sobre o lazer noturno no nosso país versou, precisamente, a questão da relação com a violência (Castro & Agra, 2007). Nessa pesquisa de recorte etnográfico, a violência associada que ocorreu num conjunto alargado de eventos de diferentes configurações na cidade do Porto, estava a ser descrita como de reduzida gravidade, de reduzido impacto, e com as agressões físicas a serem descritas como incidentes raros. Estavam a ser identificados grupos específicos protagonizando um tipo de agressão de maior gravidade - os *Gunas* e os atos de vandalismo, insulto, agressão física, tráfico, furto e roubo. Este cenário duplo conduziu os autores a concluir pela ausência de um padrão de violência típico nestes contextos, que configuram, em alternativa, “estilos violentos” (p.140) que oscilam entre a *violência primária* e a *violência ritualizada* e mais predatória; entre a *violência tolerada* e a *violência perigosa*.

Do ponto de vista compreensivo, as explicações para o fenómeno da violência e da natureza da agressão no lazer noturno estão a ser referidas ao nível de três ordens de factores, ainda que por vezes entrecruzados: as explicações centradas nos atores sociais, as explicações

centradas nas políticas e no controlo social, e as explicações centradas em dimensões ambientais. Destacaremos, sobretudo, as primeiras e as últimas para efeitos da discussão dos nossos dados.

As explicações centradas nos atores sociais estão a evidenciar o tema do abuso do álcool na sua relação com a violência no lazer noturno (Hadfield & Newton, 2010; Graham, Bernards, Osgood & Wells, 2006). Hadfield e Newton (2010) referem, por exemplo, que na análise das tendências de associação entre uso de álcool e estatísticas criminais no Reino Unido nos últimos dez anos, a diminuição do uso do álcool se fez acompanhar da diminuição da violência. Ainda que interagindo com factores de ordem ambiental e com as políticas aplicáveis à regulação formal e informal dos ambientes recreativos, o estudo da relação do consumo com a violência tem algumas especificidades. Hughes et al (2007) sugerem que o padrão ou a forma do consumo, mais do que a presença do álcool, parece estar a determinar a explicação da relação entre os dois fenómenos, apontando o caso específico estudado – o *pre-loading*<sup>29</sup>. No contexto português, assim como no internacional, é apontada a interação entre álcool e uso de outras SPA num padrão de poliuso, como factor relevante para compreender a extensão e as dinâmicas da violência no lazer noturno (Castro & Agra, 2007; Lomba et al, 2011; Calafat et al, 2011; Hughes et al, 2011).

Outros factores centrados nos atores sociais são relativos ao perfil do cliente (Castro & Agra, 2007; Dorkin & Birks, 2007; Finney, 2004). Para além da associação ao consumo, esse perfil é descrito como dizendo respeito sobretudo a jovens rapazes com reduzido interconhecimento (Finney, 2004), e com pertença a grupos subculturais marcados pela atividade delinquencial (*Gunas*) (Castro & Agra, 2007). Quigley, Leonard e Collins (2003) sustentam que características individuais e de personalidade como a idade, o grau de dependência do álcool e o controlo da raiva estão a explicar o facto de os indivíduos mais vulneráveis à agressão estarem a preferir frequentar espaços classificados como mais violentos também.

Finalmente, a figura do *segurança* também está a ser alvo de atenção. Finney (2004) e Castro e Agra (2007) colocam em evidência o papel deste ator na interação violenta, não apenas como mediador e agente mais ou menos passivo, mas como protagonista ou como

---

<sup>29</sup> Fenómeno estudado no Reino Unido que diz respeito ao ato de beber bebidas alcoólicas antes de uma saída noturna, decorrente da crença juvenil de assim intensificar a experiência da saída noturna e consumir mais álcool no espaço de uma noite a menor custo.

agente com potencial para influenciar de forma determinante o curso da interação violenta e sua escalada de agressividade. Finney (2004) destaca que o segurança acaba por ter sempre um papel bastante influente na gravidade da agressão - por um lado, a falta de seguranças pode explicar a agressão mais grave entre clientes; mas, por outro lado, mais seguranças e mais coordenados também poderão prever agressão mais grave nos incidentes que envolvem *staff*. Logo, o papel do segurança pode mesmo ser formulado como preditor da violência em ambientes recreativos (Quigley et al., 2003).

Do ponto de vista das explicações ambientais, a literatura refere factores de ordem física e de ordem social relativamente consistentes e transversais aos vários estudos. Estas abordagens estão a discutir como as explicações centradas nos atores sociais e seu uso de álcool se apresentam limitadas na sua capacidade de dar conta e desenvolver intervenções dirigidas à violência nos ambientes recreativos noturnos, ainda que a interação entre consumo e factores ambientais seja frequentemente evocada. Os factores de ordem física que estão a explicar a associação com a violência são o desconforto e a falta de espaços de repouso (Homel et al, 2004; Hughes et al., 2004; Hughes et al., 2007); a sobrelotação (Finney, 2004; Hughes, 2007); os problemas de acessibilidade ao recinto e a espaços específicos como os bares, os problemas de ventilação e o ruído elevado (Finney, 2004; Quigley et al., 2003); o fumo (Finney, 2004); a temperatura (Quigley et al., 2003; Castro & Agra, 2007); a intensa estimulação visual e auditiva (Castro & Agra, 2007), entre outros. Os factores de ordem social que estão a explicar a violência são a má gestão dos espaços/espacos desorganizados (Hughes et al., 2007); a permissividade ao excesso (embriaguez, uso de SPA, etc.) (Hughes et al., 2007; Finney, 2004; Graham et al, 2006); a pressão sexual, o contato e a competição (Homel et al., 2004; Graham et al., 2006; Hughes, et al., 2007; Calafat et al., 2012); a venda de álcool barato (Hughes et al., 2007) e a oferta de promoções e jogos que incentivam o consumo (Finney, 2004); a tendência dos clientes em permanecer nas imediações dos espaços após o seu encerramento (Graham et al., 2006); a fraca oferta de transportes públicos (Homel et al., 2004); entre outros. Finalmente, Forsyth (2009) destaca ainda como a música parece desempenhar um papel Socioambiental fundamental, fruto da sua interferência nas dinâmicas de consumo, de atividade casual e de pressão sexual, e da sua capacidade de exercer controlo sobre as hordas de clientes e de influenciar a sua movimentação dentro de um espaço.

De acordo com os elementos revistos, a presença da violência em ambientes recreativos noturnos surge de forma consistente, ditando a agenda da investigação sobre o

fenómeno e seus atores sociais, particularmente no Reino Unido e em outros países anglo-saxónicos. Ainda assim, existem também propostas que apelam à necessidade de alguma relativização dessa associação. Romani (2007), num texto que reflete sobre as tendências dos estudos na associação entre violência e lazer noturno num projeto em várias cidades europeias, afirma precisamente essa necessidade: “A violência dos jovens nas áreas de lazer tem sido amplificada, o conflito intra-jovens também sofre dessa amplificação, pelo que apesar de alguns sectores juvenis serem responsáveis pela maioria dos episódios, tal não justifica o alarme social frequentemente criado em redor do fenómeno.” (p.194), diz. Essa tendência, de concentração dos incidentes em sectores juvenis específicos cuja visibilidade resulta amplificada e demonizada mediaticamente, foi a encontrada pela investigação de Castro e Agra (2007), aliás elaborada no âmbito do mesmo projeto. No entanto, esta investigação é anterior a importantes transformações no desenho geográfico do lazer noturno no território do Porto se terem operado. Nessas transformações assistiu-se à emergência (recente) e afirmação do centro histórico do Porto como território de lazer noturno (Rodrigues, 2010; 2012). Esse processo permite antecipar que a forma como não só a insegurança urbana, como também a criminalidade, são vividas pelos atores sociais do fenómeno, resulta fluída e *suavizada*: “Parece que a Baixa do Porto é um lugar de contato, nem sempre envolvendo conflito – como algumas profecias colonialistas parecem ditar -, aberto a diferentes identidades, gerações, boémios, culturas, modos de vida, estilos musicais” (Rodrigues, 2012, p.6)

Assim parece estar a acontecer nos nossos dados empíricos. Nos eventos analisados a violência não surge, definitivamente, como um tema definidor destes ambientes. E nos incidentes registados, o tipo de agressões físicas descritas e os atores envolvidos não seguem as tendências apontadas na literatura, atendendo a que a agressão é de gravidade menor e de reduzido impacto, está a ocorrer sempre entre participantes, e sem envolvimento de seguranças ou outros agentes. Adicionalmente, os participantes também não apresentam sinais claros de pertença subcultural a grupos percebidos como protagonistas de desordem (*gunas*), como outros estudos apontaram (Lopes et al., 2010; Castro & Agra, 2007). De igual modo, e se os factores ambientais estão a justificar, nos estudos revistos, uma espécie de *cluster* de problemas que envolve intenso consumo de álcool e SPA, tolerância e permissividade a esses comportamentos e a um clima de uma certa pressão sexual, a par da agressão, ficam-nos dúvidas sobre se o mesmo emparelhamento pode ser concluído da nossa análise, atendendo a

que os comportamentos transgressivos expressos em TRAFICAR (2.2.1.6.1) e AGREDIR (2.2.1.6.2) não estão a ocorrer nos mesmos eventos.

O que os nossos dados indicam como o principal acontecimento problemático, com uma maior frequência de incidentes, é a atividade de TRAFICAR (2.2.1.6.1), ainda assim não claramente percebida como problemática pelos observadores. Os protagonistas do tráfico estão a ser descritos, na literatura, como pequenos distribuidores que são, eles próprios, consumidores e que usam sobretudo a sua rede de interconhecimentos nessa distribuição (Priez, s.d.). Podem ser utilizadores que se iniciaram no pequeno tráfico como forma de se financiarem, como forma de consumir sem custos, porque estão a sofrer pressão dos pares para vender, ou porque estão interessados no tipo de atenção que essa prática lhes proporciona do ponto de vista social; e podem ser, por outro lado, traficantes que se iniciaram no consumo por força da necessidade de aumentar a confiança da sua clientela, porque há um interesse na avaliação da qualidade do produto, pela disponibilidade e acessibilidade aumentada às SPA, ou por não reconhecer na atividade consequências ou impactos negativos (Idem). Trata-se de um ponto de vista muito naturalizado (diríamos, mesmo, normalizado) sobre a figura do ator do tráfico que não é, todavia, o único.

Noutra investigação Sanders (2005) distinguiu, a partir de observação participante, duas dinâmicas centrais de tráfico associado ao lazer noturno – o que se desenvolve na rua, nas imediações de um recinto; e o tráfico mais organizado que decorre no interior dos espaços, “com um ambiente de *club* que contém uma cultura de drogas e uma economia de drogas” (p.242). Para esta última estratégia é descrito o papel central da segurança na regulação e gestão de uma economia do tráfico interior aos espaços, ainda que salvaguardando a não generalização desta atividade ao conjunto da classe.

Nos nossos dados a atividade do tráfico está a ser protagonizada por participantes que utilizam o espaço e que são identificados como *traficantes*. Isto significa que, ainda que do ponto de vista do seu perfil estes atores sociais não sejam, sócio-demograficamente ou subculturalmente, discerníveis de qualquer outro participante, a sua presença e os comportamentos que lhe estão a ser identificados são claramente reveladores de uma intencionalidade dessa participação relacionada com a venda de SPA ilícitas – esses comportamentos são a posse de quantidades visíveis e significativas de montantes em dinheiro, as constantes idas ao WC, ou o envolvimento em transações em micromeios de grande visibilidade (como a pista de dança) dentro de um recinto, como os excertos



transcritos estavam a exemplificar. A participação de outros agentes, nomeadamente *seguranças* ou promotores de eventos, e o seu papel nesta dinâmica não pode ser explicado pelos nossos dados. Ainda que nenhum destes agentes esteja a ser referido nos incidentes observados, e que as transações estejam a ocorrer estritamente entre os dois tipos de atores sociais referidos (participantes e *traficantes*), não pode ser descartada a hipótese de uma atitude permissiva, e portanto conivente, entre os responsáveis pela gestão e segurança, e a atividade do tráfico – *“Apesar de existir algum controlo à entrada do evento, essa restrição não é feita relativamente à presença de substâncias ilícitas no local, pelo que o tráfico e o consumo de substâncias está presente neste espaço.”* (PO 2)

Para finalizar a apresentação e discussão dos nossos dados relativos a ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS (2.2.1.5) resta-nos apontar algumas linhas de reflexão que a análise terá de retomar nas etapas seguintes. Uma dessas linhas de discussão dos nossos dados tem que ver com os atores sociais que estão a ser associados, no nosso projeto, ao desempenho das ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS (2.2.1.5). Aparentemente, os envolvidos nestes comportamentos são sobretudo *participantes*, que poderão estar a assumir papéis ambientais complementares como é o caso dos *traficantes*. No entanto essa exploração só ficará completa quando forem revistos os PAPÉIS AMBIENTAIS (2.3) dos atores sociais dos eventos observados, e explorada a relação desta categoria com a categoria ATIVIDADES (2.2.1).

Outra dessas linhas tem a ver com a exploração da associação de dimensões problemáticas nos eventos. Será que os ambientes percebidos como mais permissivos (do ponto de vista da tolerância à embriaguez, ao consumo e ao excesso em geral) estão relacionados com maior frequência de agressão? Com a intenção de explorar esta hipótese junto dos nossos dados quisemos perceber se no conjunto dos eventos observados estava a verificar-se a ocorrência simultânea destas duas ‘atividades-problema’ – a *agressão* e o *tráfico*. Para o efeito pedimos uma Matriz no software Nvivo9 que cruzou os vários PO com as duas atividades em questão. Verificamos que estas estavam a ocorrer sempre em eventos distintos, não se comprovando nem a coocorrência dos problemas da *agressão* e do *tráfico*, nem o seu contributo para um tipo específico de evento (cf Quadro D2).

No entanto esta exploração deverá ser aprofundada em etapas seguintes da análise, atendendo a que outros temas e categorias poderão ser acrescentados a esta exploração, como os RISCOS (1.6), os ELEMENTOS DE RISCO (1.5.1.5), os CONSUMOS (2.2.2), e as ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2). Para a confirmação desta interpretação poderá ser

ainda de relevo a exploração intencional dos dados da nossa amostra no sentido de identificar possíveis eventos em que essa simultaneidade esteja presente. Nesse momento, a questão será a de perceber se, do ponto de vista das regularidades emergentes, poderemos ou não concluir pela existência de *eventos-problema*.

Terminada a apresentação e a discussão relativa às várias ATIVIDADES (2.2.1) que emergiram da exploração dos COMPORTAMENTOS (2.2) dos ATORES SOCIAIS (2) nos eventos observados, é útil uma panorâmica sobre a forma como estão a surgir estas atividades no conjunto dos dados, o que nos pode oferecer uma primeira perspetiva sobre como se organizam e se relacionam entre si os temas que estão a ser protagonizados pelos atores. Com essa finalidade pedimos uma matriz no Software Nvivo9 que cruza os PO analisados com as várias subcategorias da categoria ATIVIDADES (2.2.1), a saber ATIVIDADES DE PROTEÇÃO (2.2.1.1), ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2), ATIVIDADES DE CONTROLO (2.2.1.3), ATIVIDADES DE FRUIÇÃO (2.2.1.4) e ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS (2.2.1.5)<sup>30</sup>.

Dessa exploração dos dados percebemos que as ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2), de FRUIÇÃO (2.2.1.4) e de CONTROLO (2.2.1.3) estavam a ser codificadas em todos os PO analisados (N=14). Desse conjunto de atividades destacava-se o código ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2), que estava a reunir o maior número de US (n=236), surgindo como o código mais central relativo a ATIVIDADES (2.2.1) que estavam a ser observadas nos eventos analisados. São codificadas ATIVIDADES DE PROTEÇÃO (2.2.1.1) em n=11 eventos analisados. Finalmente, as ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS (2.2.1.5) estão a ser codificadas em apenas n=7 eventos, surgindo como as menos frequentes neste conjunto, mas ainda assim permitindo assinalarem-se incidentes deste âmbito em metade dos eventos analisados.

Esta distribuição dos temas relativos a ATIVIDADES (2.2.1) deverá orientar a nossa exploração dos dados em etapas seguintes, no sentido de perceberem-se tendências na sua associação. Nessa etapa posterior também seremos orientados pela exploração de relações entre as ATIVIDADES (2.2.1) e as subcategorias PAPÉIS AMBIENTAIS (2.3), MEIOS E

---

<sup>30</sup> O SC integra uma subcategoria adicional decorrente da análise, que não consideramos para este efeito – a subcategoria ATIVIDADES NEUTRAS (2.2.1.6), cuja apresentação se encontra resumida nas grelhas do Anexo C.

MICROMEIOS (1.3) e TEMPO (1.5), que permitem, respetivamente, responder mais especificamente às questões sobre o ‘quem’, o ‘onde’ e o ‘quando’ dos comportamentos agora descritos reportados.

Quadro 12

*Atividades nos Protocolos de Observação*

		Atividades				
		Atividades de proteção	Atividades de consumo	Atividades de controlo	Atividades de fruição	Atividades transgressivas
Protocolos de Observação	P1	4	19	4	7	0
	P10	0	31	4	25	0
	P11	3	30	9	28	5
	P12	1	6	3	8	0
	P13	2	13	4	13	0
	P14	0	2	3	1	0
	P2	3	24	17	6	6
	P3	2	9	7	11	0
	P4	4	12	11	5	3
	P5	14	20	28	54	1
	P6	5	32	17	15	0
	P7	4	30	3	15	9
	P8	0	5	4	14	2
	P9	2	15	7	7	5

*Nota:* Os valores exprimem o número total de US (unidades de sentido ou referências) codificadas. A tonalidade do sombreado exprime a relevância da associação entre as duas categorias, a partir da frequência dessa codificação.

## 2.2.2.2 Consumos

A categoria CONSUMOS (2.2.2) reúne as dimensões observáveis do comportamento de uso de substâncias, psicoativas e não-psycoativas, lícitas e ilícitas, que estavam a ser utilizadas nos eventos analisados. Essas dimensões são, especificamente, as SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (2.2.2.3), os seus MODOS DE UTILIZAÇÃO (2.2.2.2) e as descrições das interações que rodeiam a sua utilização na subcategoria CENAS DE USO (2.2.2.1). A categoria CONSUMOS (2.2.2) exprime uma intenção antecipada nos objetivos e questões de investigação da pesquisa que consistia em olhar com o detalhe possível, dentro das limitações e potencialidades da metodologia de observação, o comportamento de uso e outras referências a SPA em ambientes recreativos noturnos, que estavam a ocorrer durante a permanência num evento por um observador.

Com a antecipação da atenção à dimensão dos CONSUMOS (2.2.2) pretendíamos contribuir para compreender qual a expressão e a extensão dos usos de SPA, sobretudo ilícitas, nos eventos analisados questionando-nos, para começar, sobre que eventos apresentavam *consumo SPA* e quais as suas características; assim como que eventos não apresentavam *consumo de SPA* e suas características. Esta intenção enquadrava-se no interesse em identificar os fenómenos que estavam a ocorrer nos eventos observados e compreender as condições da sua emergência a partir da exploração da sua relação com as dimensões FA e SA desses eventos. Esperávamos, adicionalmente, responder a questões mais específicas sobre as propriedades dos incidentes nos dados relacionados com o *consumo*, tais como: ‘Que SPA e bebidas alcoólicas estavam a ser usadas?’, ‘Por quem?’, ‘Onde?’, ‘Como se exprimem os comportamentos de uso?’, ‘Como é que os observadores percebem e qualificam o que está a acontecer ao nível do uso?’, ‘Que impacto reconhecem ter o fenómeno na geração de um clima específico no evento?’, ‘Qual é a relação entre o fenómeno do *consumo* e dimensões mais ligadas ao processo do evento, como a *duração* e as *etapas*?’. Antecipávamos, ainda, que o tema do *consumo* pudesse vir a relacionar-se com outros fenómenos como o *controlo*, a *transgressão* e o *risco*. Pretendíamos também perceber essa relação específica.

Para o efeito, a GOMF propunha ao observador uma recolha sistemática de todos os episódios de consumo observados, através de um conjunto de indicadores específicos (itens fechados) relativos às substâncias (lícitas e ilícitas, psicoativas e não-psycoativas), aos espaços do evento em que o *consumo* estava a ocorrer, e a propriedades relativas ao comportamento dos atores sociais consumidores (cf Anexo A). Adicionalmente, o observador era convidado a produzir um registo livre, descritivo, relativo a cada incidente observado. Deste processo resultou que as subcategorias SUBSTÂNCIAS (2.2.2.3) e MODOS DE UTILIZAÇÃO (2.2.2.2) surgem grandemente decorrentes dessa estruturação prévia ao nível da recolha. Já a categoria CENAS DE USO (2.2.2.1) resulta de um conjunto de dados não antecipados e que se revelaram ricos para a compreensão das dinâmicas mais específicas que rodeiam a interação para o *consumo*.

Na subcategoria SUBSTÂNCIAS (2.2.2.3) emergiram um conjunto de códigos grandemente antecipados na recolha, que reúnem as SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (2.2.2.3.1), LÍCITAS (2.2.2.3.1.1) e ILÍCITAS (2.2.2.3.1.2), e as SUBSTÂNCIAS NÃO-PSICOATIVAS LÍCITAS (2.2.2.3.2) cuja presença estava a ser identificada pelo observador

relativamente aos comportamentos de consumo dos atores sociais. A subcategoria SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS LÍCITAS (2.2.2.3.1.1.) agrupa um conjunto de quatro códigos, dos quais se destacaram BEBIDAS DESTILADAS (2.2.2.3.1.1.2) – *“O consumo de álcool acontecia por todo o recinto. As bebidas aparentemente mais consumidas pareciam ser a cerveja e as bebidas destiladas em copo (whisky e vodka misturados com refrigerantes”* (PO 1); e CERVEJA (2.2.2.3.1.1.3) – *“As bebidas consumidas eram diversificadas, desde cervejas e refrigerantes, e eram consumidas com a finalidade da socialização.”* (PO 12). Estes códigos estavam a ser codificados em n=13 dos eventos analisados. O maior conjunto de códigos nesta subcategoria estava a dizer respeito a SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS LÍCITAS INESPECÍFICAS (2.2.2.3.1.1.1), codificadas em todos os eventos analisados (n=14), e que no contexto dos dados estavam a exprimir referências genéricas ao consumo de bebidas alcoólicas por parte dos participantes. Finalmente, em n=2 eventos foram codificadas US relativas a VINHO (2.2.2.3.1.1.4).

A subcategoria SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ILÍCITAS (2.2.2.3.1.2) agrupa um conjunto de quatro códigos de entre os quais se destaca o código CANNABIS (2.2.2.3.1.2.1), codificado para um conjunto de n=10 eventos – *“Foi neste momento que observámos os primeiros consumos de substâncias psicoativas, sob a forma de charros, em pequeno grupo, estando os consumos a ser feitos de forma partilhada e sempre no mesmo local do evento.”* (PO 10). O código com maior expressão nesta subcategoria é relativo à referência inespecífica ao consumo – ILÍCITAS INESPECÍFICAS (2.2.2.3.1.2.2) – e está presente em n=10 eventos. Adicionalmente foram ainda codificadas as substâncias COCAÍNA (2.2.2.3.1.2.3) – *“Foi possível observar no WC dois participantes a consumirem substâncias por via snifada. Deduz-se que se trate de cocaína”* (PO 2), e MDMA (2.2.2.3.1.2.4) – *“Um pequeno grupo de participantes no dance-floor estava a partilhar uma garrafa de água minada, provavelmente com MDMA”* (PO 4), em n=4 e em n=3 eventos, respetivamente.

A subcategoria SUBSTÂNCIAS NÃO-PSICOATIVAS LÍCITAS (2.2.2.3.2) agrupa um conjunto de seis códigos, o mais codificado dos quais é ÁGUA (2.2.2.3.2.1), em n=11 eventos – *“Existiram alguns participantes que se queixaram do preço, afirmando que o preço das bebidas brancas, da cerveja e até da água era muito caro”.* (PO 3). O TABACO (2.2.2.3.2.2) e os REFRIGERANTES (2.2.2.3.2.3) estavam a ser codificados na maioria dos eventos (n=8/9 eventos). Adicionalmente existiam ainda referências num conjunto menor de n=2/3 eventos a BEBIDAS ENERGÉTICAS (2.2.2.3.2.6) e a CAFÉ (2.2.2.3.2.5).

A categoria CONSUMOS (2.2.2) integrou, para além da referência às substâncias específicas envolvidas nos comportamentos de consumo, a referência às estratégias que estavam a ser utilizadas pelos atores sociais consumidores na utilização dessas substâncias. Assim, a subcategoria MODOS DE UTILIZAÇÃO (2.2.2.2) reúne um conjunto de seis códigos que permitem esclarecer sobre as formas de apresentação das substâncias e práticas do seu uso. O código INGERIDO (2.2.2.2.1) é o que está a aplicar-se à maioria dos incidentes de uso observados (n=13 eventos). Refere-se ao consumo de substâncias, lícitas (álcool) ou ilícitas, por via oral. Está a aplicar-se, portanto, ao ato de ingerir SPA sob a forma de pastilhas ou de beber bebidas alcoólicas, mas também ao ato de misturá-las com outras substâncias, ou de beber álcool sob a forma de *shots*. Ainda que estes MODOS DE UTILIZAÇÃO (2.2.2.2) tenham recebido codificações próprias, está nelas também presente uma forma de ingestão, pelo que se duplicou a sua codificação aqui. A título de exemplo – *“As atividades a que os participantes se dedicavam eram sobretudo dançar, circular pelo recinto e ingerir bebidas alcoólicas. Todas estas atividades apresentam um carácter normativo e adequado no evento em questão. (...)”* (PO 1); *“Um pequeno grupo de participantes no dance-floor estava a partilhar uma garrafa de água minada, provavelmente com mdma.”* (PO 4). Outro MODO DE UTILIZAÇÃO (2.2.2.2) que está a ser codificado na quase totalidade dos eventos é FUMADO (2.2.2.2.2). Este código está a codificar o ato de consumir TABACO (2.2.2.3.2.2), mas também CANNABIS (2.2.2.3.1.2.1) – *“(...) Depois de acender e travar algumas passas, passou para o desconhecido”* (PO 1).

Os quatro códigos restantes estavam a ser codificados para um grupo menor de n=3/5 eventos. Esses códigos eram SHOTS (2.2.2.2.3), POLIUSO (2.2.2.2.6), MINADO (2.2.2.2.5) e SNIFADO (2.2.2.2.4). Os SHOTS dizem respeito à ingestão de micro-doses de bebidas alcoólicas destiladas, conhecidas pela sua grande concentração de álcool, e vendidas a muito baixo custo – *“Era normal um elemento de um grupo comprar shots e trazer para perto do grupo e consumir os shots todos juntos.”* (PO 11). O POLIUSO é definido como o “uso de mais do que uma droga ou tipo de droga (incluindo o álcool) por um indivíduo, consumida ao mesmo tempo ou de forma sequencial” (EMCDDA, 2009). No nosso projeto foi utilizado para codificar incidentes em que se observa o uso combinado ou imediatamente sequencial de pelo menos uma SPA ilícita e uma bebida alcoólica – *“Vi um grupo que consumia bebidas alcoólicas enquanto fumava um charro”* (PO 11). MINADO diz respeito ao ato de diluir uma SPA ilícita numa bebida alcoólica e ingerir dois produtos de forma combinada numa única

ocasião, o que apesar de dizer respeito a uma situação específica que entendemos descriminar, também representa uma forma de POLIUSO – “*Foi observado um grupo de indivíduos a minarem uma das bebidas e a partilharem-na com os restantes elementos do grupo.*” (PO 7). Finalmente, menos frequente mas também presente em alguns dos incidentes de *consumo* observados, surge SNIFADO que representa um tipo de utilização em que uma SPA em pó está a ser aspirada por via nasal – “*Foi possível observar no WC dois indivíduos a consumirem substâncias por via snifada, deduz-se que se trate de cocaína.*” (PO 2).

A categoria CONSUMOS (2.2.2) integra, finalmente, a subcategoria CENAS DE USO (2.2.2.1). Esta emergiu da análise dos dados por se ter verificado o seu potencial na resposta às questões ‘Como se desenvolve a interação entre os atores envolvidos num consumo?’ e ‘Quais as etapas de uma cena de uso de SPA?’. Ao contrário do que estava a acontecer para as subcategorias SUBSTÂNCIAS (2.2.2.3) e MODOS DE UTILIZAÇÃO (2.2.2.2), aqui estamos a descrever apenas o que está a acontecer nas situações que envolvem uso de SPA ilícitas. Ficam de fora destas *cenar* os incidentes relativos ao uso de álcool cujas dinâmicas estão descritas noutros momentos do SC.

Ao analisarmos e categorizarmos o que está a acontecer durante uma *cena de uso de SPA* em termos das etapas típicas das interações que estão a surgir nesse comportamento, protagonizadas sobretudo por *participantes*, estamos a aproximar-nos do conceito de *guião* (*script*) e do conceito de *cena*, que têm formulações específicas em psicologia. O conceito de *guião* emerge do interesse desta disciplina na natureza esquemática das representações mentais de objetos e acontecimentos do mundo real – um esquema simples é, precisamente, o *guião* na medida em que integra o conhecimento de sequências estereotipadas de acontecimentos (Abelson, 1981)<sup>31</sup>. A Teoria dos Guiões (*Script Theory*) preconiza que o comportamento humano cabe em padrões que oferecem um ‘programa para a ação’. Esses

---

<sup>31</sup> Usado pela primeira vez por Tomkins para descrever os processos complexos que ocorrem durante a aprendizagem, o conceito de *guião* permitiu caracterizar a variabilidade das respostas afectivas e emocionais que o autor entendia estarem enraizadas na biologia e na biografia do sujeito (Kelly, 1992). Com grande aplicação em psicologia do desenvolvimento, o contributo de Tomkins explica o processo de acordo com o qual o recém-nascido começa, desde cedo e por influência da biologia mas também da aprendizagem, a formar os *guiões* que permitem a modificação das expressões afectivas inatas. Esse processo permite a evolução das expressões afectivas básicas até respostas emocionais mais mediadas cognitivamente e que operam sobre esses afectos básicos (idem).

padrões são compostos por uma unidade de análise básica chamada *cena*, que é uma sequência de eventos interligados pelos afectos que se desencadeiam durante a experiência desses eventos. Assim, os padrões podem ser agrupados de acordo com critérios como os tipos de pessoas e lugares envolvidos, e o grau e intensidade dos afectos experienciados (Nathanson, 1992; Sedgwick & Frank, 1995; Tomkins, 1987; Tomkins, 1979).

O nosso foco estrito na descrição de dimensões observáveis do comportamento nos eventos analisados limita-nos, obviamente, na exploração dessa dimensão básica e construída dos afectos que estão a ser vivenciados durante uma interação. Mas os dados pareciam, de outro modo, traduzir-se bem nessas *cenas* ou unidades de análise que interligam acontecimentos, neste caso no âmbito específico do comportamento de *consumo*. Identificámos um conjunto de cinco dessas *cenas básicas*. A *cena abordagem* estava a designar a situação em que um participante-consumidor é abordado por outro que solicita envolver-se no consumo, quando não parecia existir interconhecimento prévio entre ambos. A *cena convívio* estava a designar uma situação em que estava a ocorrer algum tipo de interação com um parceiro de uso, imediatamente antes, durante ou imediatamente após o consumo – essa interação podia estar a traduzir-se por vários comportamentos como dançar, conversar, assistir a um concerto, entre outros. A *cena desenvolvimento* estava a dizer respeito a atividades de preparação do consumo como *queimar* uma porção de cannabis misturando-a com tabaco ou *enrolar* esse preparado numa mortalha, por exemplo. A *cena pico* estava a referir-se ao momento em que o consumo se concretiza, podendo corresponder ou não ao fim da interação. A *cena partilha* estava a referir-se ao ato de partilhar o consumo de uma SPA com outros parceiros de consumo, conhecidos ou desconhecidos.

Da organização dessas *cenas* em padrões típicos em que estas surgiam em sequências variáveis emergiram três *guiões*. O *guião* CONVÍVIO-DESENVOLVIMENTO-PARTILHA-PICO-CONVÍVIO (2.2.2.1.1) está a referir-se a uma situação em que a interação entre atores do consumo é precedente ao ato de consumir podendo manter-se após a concretização do mesmo. É uma situação em que dispomos de elementos que remetem para a dimensão marcadamente convivial que rodeia o momento do uso, formada por vários elementos de partilha, e em que a partilha de uma SPA e os restantes comportamentos ligados à sua preparação representam apenas ‘mais um’ componente desse conjunto complexo – “*Na zona do palco principal, num dos intervalos dos concertos, os participantes sentavam-se na relva e mesmo ao nosso lado um grupo de 4 rapazes conversava e bebia cerveja, enquanto um deles*



*preparava um charro. Posteriormente partilharam-no.*” (PO 5). Este padrão estava a ser identificado num conjunto de n=10 eventos surgindo como o tipo de interação em redor do consumo de SPA ilícitas presente na maioria dos eventos analisados.

O *guião* DESENVOLVIMENTO-PICO (2.2.2.1.2) refere-se a situações em que o ator consumidor pode estar sozinho ou acompanhado, mas em que o grau de interação descrito pelo observador é muito limitado e pobre, circunscrevendo-se às interações minimamente necessárias para a ocorrência do consumo. Este padrão está a verificar-se mesmo quando há partilha de SPA, já que na presença de outros atores-consumidores a interação entre indivíduos conserva esta centração no consumo – *“Dois participantes estavam a partilhar um consumo de uma substância em pó, snifando-a, no exterior do recinto.”* (PO 4). Este padrão estava a ser identificado num conjunto de n=7 eventos.

Finalmente, o *guião* ABORDAGEM-DESENVOLVIMENTO-PICO-PARTILHA-CONVÍVIO (2.2.2.1.3) está a descrever situações em que uma interação com vista ao consumo se desencadeia entre desconhecidos – um ator consumidor que tem a SPA e a prepara ou consome, e um outro que o aborda pedindo para juntar-se a esse consumo. Verifica-se ainda que após a concretização do consumo, ambos mantêm e prolongam a interação para além do ato de consumir – *“(…)Um deles tirou a substância do bolso e começou a queimar. Entretanto o outro sentou-se ao seu lado e pediu para fumar. O primeiro misturou a substância com tabaco e enrolou o preparado numa mortalha. Depois de acender e travar algumas passas, passou para o desconhecido. Depois de terminarem o consumo ficaram os dois sentados a conversar.”* (PO 1). Este padrão foi encontrado num único incidente de um único evento.

Em síntese, o conjunto dos dados na categoria CONSUMOS (2.2.2) está a descrever o comportamento específico de uso de substâncias (psicoativas e não psicoativas, lícitas e ilícitas) a dois níveis: identificação das SUBSTÂNCIAS (2.2.2.3) que estão a ser usadas, e seus MODOS DE UTILIZAÇÃO (2.2.2.2). Adicionalmente, e no que toca às SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ILÍCITAS (2.2.2.3.1.2), também compreendemos que existem dinâmicas mais ‘finas’ que rodeiam a interação com vista ao consumo, na subcategoria CENAS DE USO (2.2.2.1).

Um dos objetivos primeiros com esta categoria era perceber o grau de expressão e extensão dos usos de SPA, sobretudo ilícitas, nos eventos analisados. A partir de uma análise simples do número de PO em que se identificaram incidentes que envolvem a referência a

SPA ilícitas percebemos que a extensão do seu uso nos eventos analisados é bastante disseminada. Do ponto de vista das SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ILÍCITAS (2.2.2.3.1.2) utilizadas destaca-se a CANNABIS (2.2.2.3.1.2.1). Também estão a surgir referências, embora com menor frequência, a COCAÍNA (2.2.2.3.1.2.3) e a MDMA (2.2.2.3.1.2.4).

Os MODOS DE UTILIZAÇÃO (2.2.2.2), fruto da centralidade do uso de bebidas alcoólicas, exprimem-se sobretudo pela INGESTÃO (2.2.2.2.1) por via oral. No entanto, são também identificados outros que pressupõem variantes da ingestão com maior risco associado, como é o caso do POLIUSO (2.2.2.2.6), em que são combinados álcool e outras SPA. Aqui destacamos a prática da MINAGEM (2.2.2.2.5) de bebidas como um modo de utilização que deve merecer-nos maior atenção do ponto de vista da relação com o *risco*.

A subcategoria CENAS DE USO (2.2.2.1) está, finalmente, a remeter-nos para um dado mais original e menos esperado e que é a identificação de padrões de interação variados que rodeiam o ato de consumir uma SPA ilícita. Ficamos a perceber, aqui, que existem graus e formas variadas de *convivialidade* em redor destas interações.

### **2.2.2.3 Mobilidade**

A categoria MOBILIDADE (2.2.3) está a descrever o comportamento dos participantes do ponto de vista dos meios utilizados para se deslocarem a um evento. A categoria refere-se aos meios de deslocação cuja utilização pôde efetivamente ser observada (MEIOS DE TRANSPORTE – 2.2.3.1); mas também aos recursos presentes para o acesso a um evento cuja presença nas imediações de um recinto estava a ser registada pelos observadores independentemente da sua utilização pelos participantes (UTILIZAÇÃO – 2.2.3.2).

Com a antecipação da atenção à dimensão da MOBILIDADE (2.2.3) incluída na GOMF, pretendíamos contribuir para compreender como se estavam a deslocar os participantes de um evento, olhando essa dimensão SA da experiência dos AR. Num estudo anterior (Carvalho, 2007) já havíamos estado atentos à questão da mobilidade e da acessibilidade aos eventos, num AR específico – a *feira de trance*. Nesse momento foram visíveis dinâmicas que aludiam ao percurso como uma etapa já de fruição, em que se iniciava a consolidação de um sentimento de grupo durante esse percurso, mesmo entre participantes de grupos distintos que se cruzavam de forma fortuita, e em que os consumos de SPA

(sobretudo de álcool e cannabis) começavam a ter lugar. Notávamos também a questão da inacessibilidade como estratégia intencional para controlar o tipo de público participante.

No projeto atual pretendíamos saber, especificamente, como estava a acontecer a acessibilidade aos eventos e que estratégias de mobilidade estavam a ser usadas pelos participantes. Antecipávamos, ainda, que o tema da MOBILIDADE pudesse vir a relacionar-se com fenómenos como o *risco*, a *segurança* e os usos de SPA, atendendo a que a sinistralidade rodoviária, além de estar no centro da atenção do CSF, é um dos problemas de saúde mais graves frequentemente assinalados a respeito da participação juvenil nos AR (Calafat et al, 2009; Twisk & Stacey, 2007). Para o efeito, a GOMF propunha ao observador a referência ao tipo de transporte utilizado na sua própria deslocação ao evento através de um conjunto de itens fechados, e a referência à oferta disponível sobre os meios de transporte que estavam predominantemente a ser usados no acesso ao evento através de um conjunto de itens abertos e fechados (cf. GOMF no Anexo A, itens IV.6 e V.5.1). Deste processo resultaram as subcategorias MEIOS DE TRANSPORTE (2.2.3.1) e UTILIZAÇÃO (2.2.3.2), grandemente decorrentes, portanto, dessa estruturação prévia no momento da recolha.

Os códigos resultantes da subcategoria MEIOS DE TRANSPORTE (2.2.3.1) podem ser agrupados em três conjuntos de tendências. Num primeiro conjunto predominante de n=12/14 eventos estavam a ser referidas as VIATURAS PRIVADAS LIGEIRAS (2.2.3.1.1) – *“a observação foi conduzida por um elemento da equipa de RRMD a colaborar com a investigação. Deslocaram-se através da viatura da equipa, num total de 3 elementos.”* (PO 1) -, e os TRANSPORTES PÚBLICOS (2.2.3.1.2) – *“Caracteriza-se por ser um local de fácil acesso, tendo o metro e vários autocarros nas imediações. É, também, um local perto da Baixa.”* (PO 10). Com frequência moderada (n=9/6 eventos) estavam a ser referidos como meios de deslocação, a deslocação A PÉ (2.2.3.1.3) – *“Os participantes estavam a chegar a pé, mas também em viaturas particulares”* (PO 8) -, por VIATURAS PRIVADAS INESPECÍFICAS (2.2.3.1.4) – *“O acesso para este recinto é feito preferencialmente por viatura própria”* (PO 11) -, por TÁXI (2.2.3.1.5) – *“Adicionalmente existiam vários transportes públicos disponíveis – paragens de autocarro, metro e táxis.”* (PO 14) -, e por VIATURAS PRIVADAS DE GAMA ALTA (2.2.3.1.6) – *“Os participantes estavam a chegar em viatura própria, sobretudo viaturas ligeiras de gama média e de gama alta”* (PO 12). Um último grupo de eventos referia MEIOS DE TRANSPORTE de frequência inferior (n=5/1 eventos), contando-se aqui as BOLEIAS (2.2.3.1.7) – *“Muita gente deslocava-se à*

*boleia porque geralmente os carros vinham cheios*” (PO 11) -, o TRANSPORTE DA ORGANIZAÇÃO (2.2.3.1.8) – “(...) *Existiu transporte gratuito concessionado pela organização, desde a estação de comboios até ao recinto*” (PO 5) -, e as CARAVANAS (2.2.3.1.9) – “*Quanto a transportes de acesso ao evento estavam a ser utilizados sobretudo viaturas próprias – utilitários e algumas caravanas também.*” (PO 4).

Algumas especificidades rodeiam esta codificação. Apesar de dois grandes tipos de transporte estarem globalmente a ser utilizados (os transportes públicos e os privados), decidimos codificá-los fora dessa estruturação básica, por se entender ser dessa forma mais fácil estabelecer posteriormente relação com a dimensão do *risco*. Esperávamos, adicionalmente, usar também estes códigos na discriminação de características dos públicos como por e.g. a *classe social*. Foi por este último motivo que o código TÁXI (2.2.3.1.5) foi considerado fora do âmbito do código TRANSPORTES PÚBLICOS (2.2.3.1.2), por exemplo.

Também nos demos conta de que chegar a um evento A PÉ (2.2.3.1.3) podia estar a acontecer em condições variadas, determinadas por e.g., pelo tipo de evento em questão ou sua localização. Percebemos que os participantes podiam estar a decidir deslocar-se *a pé* mesmo quando outros meios de deslocação estavam disponíveis, sobretudo em eventos localizados dentro do espaço urbano, ou em zonas marginais ou ribeirinhas (por e.g. nos PO 2, PO 1 e PO 8). Uma leitura possível deste cenário em que ir a pé é uma opção, poderá ser a de que este tipo de deslocação pode estar a ser vista como apazível e tomada já como integrante da experiência da saída noturna. Noutros eventos, porém, a deslocação *a pé* configura apenas um segmento necessário do percurso, fruto de uma distância considerável a ser percorrida entre o local em que as viaturas são deixadas e o acesso ao recinto propriamente dito (por e.g. PO 4). Numa fase mais avançada da análise será necessária a exploração da forma como a categoria MOBILIDADE (2.2.3) está a contribuir para a emergência de tipos de eventos específicos.

No entanto, as descrições acima não permitem diferenciar entre aqueles *meios de transporte* que estavam meramente *disponíveis* e aqueles que estavam a ser referidos como efetivamente *utilizados* por observadores e demais participantes. Por esse motivo decidimos cruzar os dados da subcategoria MEIOS DE TRANSPORTE (2.2.3.1) com os dados da subcategoria UTILIZAÇÃO (2.2.3.2). Antecipávamos ser possível desse modo reunir evidência sobre que tipo de comportamento associado ao percurso e à mobilidade estava a representar, efetivamente, maior *risco*. Para este efeito começamos por pedir um *Coding*

*Query* no *Nvivo9* que agrupou todas as referências relativas aos códigos VIATURAS PRIVADAS LIGEIRAS (2.2.3.1.1), VIATURAS PRIVADAS DE GAMA ALTA (2.2.3.1.6), VIATURAS PRIVADAS INESPECÍFICAS (2.2.3.1.4), BOLEIAS (2.2.3.1.7) e CARAVANAS (2.2.3.1.9) – o resultado deste *Query* permitiu considerar todos estes códigos como VIATURAS PRIVADAS, já que era esta a formulação mais útil à *matriz* que pretendíamos para conhecer a diferença entre meios de transporte DISPONÍVEIS (2.2.3.1.2) e UTILIZADOS (2.2.3.2.2), e exploração posterior da relação com o *risco*.

Quadro 13

*Meios de Transporte Disponíveis e Utilizados*

		Utilização	
		Disponíveis	Utilizados
Meios de Transporte	TIPOS DE VIATURAS PRIVADAS	45	43
	a pé	9	8
	táxi	10	7
	transporte da organização	5	5
	transportes públicos	24	11

*Nota:* Os valores exprimem o número total de US (unidades de sentido ou referências) codificadas. A tonalidade do sombreado exprime a relevância da associação entre as duas categorias.

Terminado este procedimento solicitamos uma Matriz no *Software Nvivo9* que cruzou os MEIOS DE TRANSPORTE (2.2.3.1) com as condições DISPONÍVEL (2.2.3.2.1) e UTILIZADO (2.2.3.2.2) (cf. Quadro 8). O código DISPONÍVEL (2.2.3.2.1) estava a codificar as situações em que o observador descrevia uma determinada oferta de um meio de transporte, mas cuja utilização não estava a ser efetivamente observada. O código UTILIZADO (2.2.3.2.2) estava a codificar as situações em que um meio de transporte estava não só disponível, como o observador também dava conta do seu uso efetivo. Através desta Matriz percebemos, então, que as VIATURAS PRIVADAS estavam a ser a forma de deslocação predominante, cuja utilização foi observada em n=8 eventos. Adicionalmente, se forem consideradas em conjunto as referências dos códigos TÁXI, TRANSPORTES PÚBLICOS, e TRANSPORTE DA ORGANIZAÇÃO por todas dizerem respeito a um tipo de transporte público, percebemos que apesar das frequências ao nível da disponibilidade serem semelhantes ao que acontece para as VIATURAS PRIVADAS, já as frequências para a utilização representam apenas metade do que se verifica para viaturas privadas. Isto significa que enquanto que no caso das VIATURAS PRIVADAS a disponibilidade segue de perto a utilização efetiva (sinónima de risco), já no caso dos TRANSPORTES PÚBLICOS a

utilização é consideravelmente menor do que a disponibilidade destes meios (igualmente sinónima de risco).

É possível concluir, deste modo, que a deslocação para os eventos observados está predominantemente associada a um MEIO DE TRANSPORTE (2.2.3.1) de risco, sobretudo se tivermos em consideração a elevada disseminação do uso de álcool e de outras SPA nos eventos analisados. Também se conclui que existem eventos em que outras alternativas definidas como mais seguras estão disponíveis – TÁXI (2.2.3.1.5), TRANSPORTE DA ORGANIZAÇÃO (2.2.3.1.8) e TRANSPORTES PÚBLICOS (2.2.3.1.2) – mas cuja utilização efetiva não está a ser observada. Este dado, embora de interpretação não linear fruto das limitações da metodologia de observação, poderá estar a indicar que os participantes escolhem intencionalmente meios de deslocação de maior risco, desprezando uma oferta ao nível dos transportes que é, em vários eventos, descrita como variada e adequada.

Analisámos literatura específica sobre a questão da mobilidade e dos transportes no campo do ON com a intenção de melhor contextualizar e discutir os nossos dados. O tema é, como dizíamos, de grande relevância atendendo a que está relacionado com uma das mais sérias e frequentes ameaças à saúde dos jovens frequentadores dos AR. Twisk e Stacey (2007) numa análise ao comportamento de risco rodoviário dos jovens europeus concluíram que 50% das mortes em jovens entre os 15 e os 19 anos são devidas a ferimentos; e que 30% desses ferimentos são relacionados com acidentes de viação, tornando esta a primeira causa de morte também entre jovens dos 18-24 anos. As autoras estudaram o perfil e os factores de risco acrescido concluindo que o risco rodoviário estava concentrado nos jovens rapazes, com idades entre os 18 e os 19 anos, a conduzir ao fim-de-semana, e transportando vários companheiros.

Este dado está a mostrar-nos que o comportamento de chegar ou abandonar um evento através de BOLEIAS (2.2.3.1.7), observado em n=4 dos eventos analisados, configura à luz da literatura um comportamento de risco rodoviário aumentado. Várias dinâmicas poderão rodeá-lo e às quais não pudemos aceder. No entanto, a literatura está a mostrar-nos que um dos factores que explica a relação entre comportamentos de risco rodoviário (e os acidentes de viação propriamente ditos) com o uso de SPA está a traduzir-se numa probabilidade aumentada de aceitar uma boleia de alguém que está sob o efeito do álcool (Calafat et al, 2009), o que reforça a associação deste comportamento ao risco.

Estas circunstâncias explicam a pertinência de estudar o risco rodoviário em associação com o ON. Esse foi, precisamente, o objetivo do estudo conduzido por Calafat et al (2009), junto de uma amostra de jovens frequentadores habituais de AR de nove cidades europeias. Nesse estudo o uso de viaturas privadas estava a surgir como a forma de transporte mais frequente. Cerca de 93% dos inquiridos estava a usar uma viatura privada para chegar aos AR; sendo que a probabilidade registada era de que a mesma opção também estivesse a ser usada para abandonar os mesmos. De seguida contavam-se transportes públicos como os autocarros e comboios; e os táxis, como a segunda estratégia mais frequente para abandonar os AR.

Apesar de o nosso projeto não discriminar entre observações de MEIOS DE TRANSPORTE (2.2.3.1) usados à chegada e à partida de um evento, podemos concluir globalmente por uma expressão paralela nos nossos dados, encabeçados pela grande tendência do uso de VIATURAS PRIVADAS, seguida dos TRANSPORTES PÚBLICOS (2.2.3.1.2) e dos TÁXIS (2.2.3.1.5). Isto significa que o perfil de risco rodoviário encontrado no nosso projeto segue, então, a tendência do que outros estudos mais específicos desta problemática estão a reportar.

Outro dado descrito por Calafat *et al* (2009) diz respeito à relação entre o uso de SPA e o risco rodoviário. Os autores notam que ao contrário da embriaguez, para a qual não estava a ser registada uma relação com o risco de acidentes de viação, quer o uso de cannabis quer o uso de cocaína estavam fortemente associados não só ao comportamento de risco rodoviário como à frequência efetiva de acidentes de viação. Este dado foi interpretado como estando relacionado com a maior ênfase das campanhas públicas na relação entre álcool e condução. Essa condição promove uma percepção do risco relacionado com a condução entre os bebedores que não estaria a acontecer em relação aos consumidores de outras SPA. O facto de no âmbito do nosso projeto o uso de SPA estar a ser bastante frequente entre os eventos analisados justifica uma atenção futura da nossa análise à relação entre risco rodoviário e uso de SPA.

Um dado adicional tem que ver, ainda, com os motivos apontados na amostra deste estudo para não usar transportes públicos. Verifica-se, a este nível, que 77% indicaram que esse não-uso e opção por uma viatura privada correspondia sobretudo a motivos de preferência pessoal. Os nossos dados também seguem esta tendência, já que não obstante a disponibilidade de uma variedade de opções de transportes públicos percebida como

adequada em vários dos eventos analisados, tal não representava garantia dessa eleição através do comportamento observado nos participantes. Este dado tem consequências importantes que implicam considerar os factores pelos quais os transportes públicos não são escolhidos. Ainda que muitos dos respondentes ao estudo de Calafat et al (2009) estejam a apontar a ausência de transportes públicos em horário tardio como o segundo motivo para o seu não-uso (11%), esta tendência obriga não só a aumentar a sua disponibilidade nesses horários, como necessariamente a intervir na influência sobre as crenças que podem estar associadas à preferência pelas viaturas privadas (relacionadas, por e.g. com parecer-se mais adulto, com maior estatuto social, ou aumentar a probabilidade de um parceiro sexual) (idem).

A relação com o risco rodoviário e com o uso de álcool e outras SPA não são, porém, as únicas pontes de relação entre o tema da mobilidade e dos transportes e o lazer noturno. Hadfield (2011) destaca que assegurar uma oferta que garanta que as pessoas chegam a casa de forma rápida e segura após uma saída noturna pode também representar um contributo importante para a diminuição de outros problemas como a desordem, a violência, e para a promoção da inclusão social e da apazibilização dos centros urbanos. Uma fraca disponibilidade de transportes em horários tardios significa para o autor que as pessoas têm de permanecer mais tempo nas áreas recreativas após as horas de fecho, gerando-se nesse cenário sentimentos de frustração e competição por recursos escassos, e a opção consequente por modos de deslocação de maior risco. Assim, a falta desta oferta a um custo baixo ou moderado está a ser interpretada como potenciadora não só de maior risco de acidentes de viação (porque os indivíduos num estado alterado tentarão andar ou conduzir para chegar até casa), como também de disputas por táxis e lugares num autocarro (risco de violência), e vulnerabilidade a assaltos. Este dado justifica uma atenção posterior da nossa análise à relação entre a questão da MOBILIDADE (2.2.3) e os incidentes de AGRESSÃO (2.2.1.6.2).

Finalmente, no contexto da literatura revista nenhum estudo faz referência às características dos ambientes recreativos que os colocam em maior risco de mobilidade e risco rodoviário, pelo que esse é um contributo útil que antecipamos para os nossos dados. Assim, numa fase mais avançada da análise, será possível relacionar a questão da MOBILIDADE (2.2.3) com outras dimensões FA e SA, explorando-se como está este tema relacionado com outras categorias do âmbito do risco, e explorando como pode este ser compreendido a partir de características desses ambientes.



#### 2.2.2.4 Relações

A categoria RELAÇÕES (2.2.4) está a descrever a organização grupal dos atores sociais, predominantemente entre os participantes. As propriedades observáveis dessa organização foram a DIMENSÃO DO GRUPO (2.2.4.1) e o GRAU DE INTERCONHECIMENTO (2.2.4.2) percebido entre os seus elementos.

A atenção à dimensão das RELAÇÕES (2.2.4) foi em parte antecipada na recolha dos dados e em parte emergente da análise. Na GOMF (cf Anexo A) pretendíamos perceber como estavam a relacionar-se entre si e a organizar-se do ponto de vista grupal, alguns dos atores sociais dos EO enquanto protagonizavam comportamentos específicos. Pretendíamos perceber como é que os observadores estavam a associar-se entre si no seu percurso para os eventos (item IV.6 da GOMF – Anexo A), e como é que os participantes estavam a associar-se entre si nos episódios de uso de SPA (item VIII.1.1 idem) e nos episódios de uso de bebidas alcoólicas (VIII.2.1 – idem). Esperava-se, assim, que o NSA respeitante às RELAÇÕES (2.2.4) contribuísse para contextualizar o COMPORTAMENTO (2.2.2), sobretudo ao nível das ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2) dos participantes.

No decorrer da análise dos dados percebemos, porém, que essa contextualização estava a ocorrer nos dados da observação relativamente a um conjunto mais amplo de comportamentos. Deste modo, e apesar de os códigos que integram a categoria serem grandemente decorrentes da estruturação da recolha, o âmbito dos dados que esses códigos finalmente qualificam é decorrente da análise. E é de dimensão consideravelmente mais alargada do que inicialmente antecipado.

A categoria RELAÇÕES (2.2.4) encontra-se, então, estruturada em duas subcategorias a subcategoria DIMENSÃO DO GRUPO (2.2.4.1) e a subcategoria GRAU DE INTERCONHECIMENTO (2.2.4.2). A DIMENSÃO DO GRUPO está a qualificar atividades em que os participantes se envolvem em PEQUENOS GRUPOS (2.2.4.1.1) – *“Dançar, conversar e também consumir substâncias pareciam ser as atividades que mais se relacionavam com a organização em pequenos grupos – as pessoas reuniam-se em círculos, interagindo entre si.”* (PO 1); SOZINHOS (2.2.4.1.2) – *“(…) Existem alguns participantes que estão a beber de forma isolada”* (PO 10); em PARES (2.2.4.1.3) – *“Observa-se ainda que muitos pares de participantes se envolvem em comportamentos erotizados”* (PO 10); e em GRANDE GRUPO (2.2.4.1.4) *“A maior parte dos sujeitos presentes no evento encontravam-se em grandes grupos, que conversavam e bebiam de forma animada.”* (PO 13).

Curiosamente, os códigos predominantes relativos à DIMENSÃO DO GRUPO (2.2.4.1) são bastante contrastantes entre si. Não é surpreendente que o código PEQUENO GRUPO (2.2.4.1.1) surja como o mais frequente, presente em n=12 eventos analisados. Menos esperado, porém, é o facto de estar SOZINHO (2.2.4.1.2) surgir como o segundo código mais frequente, em n=10 dos eventos analisados. Do conjunto das possibilidades, a menos presente é relativa ao código GRANDE GRUPO (2.2.4.1.4). O sentido da tendência deste tema terá de ser explorado numa fase mais avançada da análise. Nessa altura perceberemos como estão estes códigos a distribuir-se pelos vários PO, em que medida fazem emergir regularidades, e como se associam a eventuais atividades específicas.

A subcategoria GRAU DE INTERCONHECIMENTO (2.2.4.2) está a qualificar o tipo de relação percebida entre os participantes do ponto de vista da sua familiaridade/proximidade vs. distanciamento/desconhecimento. Dois códigos emergiram – AMIGOS/CONHECIDOS (2.2.4.2.1) – *“Os amigos davam boleia aos amigos.”* (PO 12); e DESCONHECIDOS (2.2.4.2.2) – *“(…) Num desses episódios, (…) foi observado um consumo de cannabis – eram dois jovens adultos do sexo masculino com cerca de 30 anos, aparentemente desconhecidos entre si.”* (PO 1). O interconhecimento surge assim, e como esperado, como a tendência predominante. A única interação registada nos dados como estando a ocorrer entre DESCONHECIDOS (2.2.4.2.2) está a dizer respeito a um consumo de cannabis, o mesmo já descrito, aliás, na categoria CENAS DE USO (2.2.2.1). Será útil, numa fase mais avançada da análise, a exploração do conjunto dos dados recolhidos com a intenção de identificar, intencionalmente, outros episódios de interação entre desconhecidos (no geral e relacionados com o uso de SPA), antes de mais leituras poderem ser efetuadas a respeito desta propriedade das interações.

Procurámos explorar a literatura no domínio com a intenção de oferecer uma contextualização para os nossos dados sobre a organização grupal dos comportamentos e dos atores no lazer noturno. Tal exercício apresentou-se com escassíssimos resultados, atendendo a que a literatura não se refere habitualmente a dimensões micro-analíticas do comportamento dos atores sociais dos ambientes recreativos noturnos, embora se refira amplamente à forma como as relações de pares e outras relações proximais (como a família) jogam um papel central na determinação do comportamento de uso de drogas adolescente (Oetting & Beauvais, 2011; Dishion, Capaldi, Spracklen & Li, 1995). O esforço mais aproximado a um contributo para compreender a expressão das relações entre pares em ambientes recreativos

noturnos foi elaborado por Balsa (2005) quando procura associar os temas da *festa* e da *droga* a respeito de uma análise focalizada dos dados epidemiológicos provenientes dos inquéritos nacionais ao consumo de SPA de 2001 em Portugal. O tema do interconhecimento é referido pelo autor a respeito de várias dimensões da análise. Uma dessas dimensões é o *modo de acesso* às SPA ilícitas. Balsa (2005) conclui que não existe uma grande distância social entre quem consome e entre quem fornece SPA, já que os fornecedores são amigos, familiares ou outras pessoas próximas, afectiva ou espacialmente, do consumidor. No entanto, se as SPA em questão forem a heroína ou a cocaína, o recurso a fornecedores mais distantes adquire maior relevo.

Outra circunstância dos consumos recreativos em que o tema das relações surge nos dados do autor é respectiva às *razões para consumir*, em que 50% dos motivos evocados se aproximam de “preocupações relacionadas com a sociabilidade” (p. 24), tais como *ser sociável* ou *acompanhar os amigos* (Balsa, 2005). Esta ordem de motivos estava a ser evocada com maior centralidade no que respeitava ao consumo de cocaína, uma SPA em que se esperará, então, menor presença do consumo isolado.

Nos nossos dados a associação a pares em grupos de dimensão variável é certamente um elemento referenciado na literatura que também estamos a identificar, embora nesta etapa da análise não seja ainda claro para que actividades está essa associação a produzir-se. Atendendo a que os ambientes recreativos noturnos são socialmente valorizados pela população (juvenil ou de outras faixas etárias) que deles participa, parece-nos especialmente relevante a exploração das situações em que essa associação não está a acontecer, e em que os participantes estão sozinhos enquanto protagonistas de actividades várias.

### **2.2.3 Papel Ambiental**

Para Hannerz (1986) “quando o comportamento manifesto de diferentes indivíduos é comparável no essencial e adota formas aproximadamente estandardizadas, pode dizer-se que esses indivíduos desempenham o mesmo papel” (p.119). Sendo a vida social urbana composta por situações em que os indivíduos participam em busca de uma certa gama de objetivos prevê-se que este desenvolva *participações situacionais intencionais*, na medida em que independentemente da sua entrada nessas situações ter sido voluntária, a sua conduta está sempre guiada por alguma ideia do que quer ou não que ocorra nelas (idem). À totalidade dos

tipos de participações que se apresentam entre membros de uma unidade social maior, Hannerz chama *inventário de papéis* dessa unidade ou comunidade.

Ao longo do texto temos vindo a designar os vários atores sociais da pesquisa como *participantes*, *observadores*, ou *organizadores*. Temos estado a usar, neste processo, uma classificação que caracteriza a relação pessoa-ambiente a partir do *papel ambiental* apresentado pelos diversos atores sociais, e que tem em conta o tipo de envolvimento e a duração (mais ou menos longa) da relação estabelecida com um *setting* (Barker, 1968). A categoria PAPEL AMBIENTAL (2.2.3) parte da definição de *papel* apresentada acima reconhecendo que essas *formas de comportamento manifesto* comparáveis e estandardizadas estão presentes nos eventos analisados. Propomo-nos, então, apresentar nesta categoria *inventário de papéis* que emergiram da análise dos dados. Nos nossos objetivos propúnhamo-nos caracterizar os ATORES SOCIAIS (2) dos ambientes recreativos. Na etapa da recolha dos dados essa intenção foi claramente antecipada no que tocava ao papel dos *participantes*, descritos no nosso projeto a diversos níveis, desde a sua demografia percebida, a comportamentos, elementos de estilo, entre outras dimensões. Já o mesmo não sucedeu relativamente a um vasto conjunto de outros atores sociais cuja função veio a emergir apenas no decurso da análise dos dados. Deste modo diríamos que a necessidade desta categoria foi parcialmente decorrente do processo de análise, não estando completamente antecipada, portanto, na estruturação inicial da recolha dos dados.

De acordo com Barker (1968) a dimensão do *envolvimento* na relação com um *setting* oscila entre um *papel ativo* e um *papel passivo*. Já a consideração da *duração* desse papel permite diferenciar, por exemplo, entre atores *visitantes* vs. atores *residentes*. Esta definição proposta por Barker permite antecipar que no estudo dos papéis ambientais dos atores sociais que participam de um qualquer ambiente, possam discriminar-se: (i) papéis relacionados com a gestão desse ambiente (*gestores, policy makers, designers*); (ii) papéis relacionados com a utilização desse ambiente (*utilizadores gerais, residentes, trabalhadores e visitantes*); e (iii) *sujeitos experienciais* (fruto da assunção de que o mapeamento cognitivo do espaço pode ser estudado numa população independentemente da especificidade do seu papel ambiental) (Giuliani & Scopelliti, 2009).

Quando começou a tornar-se evidente a diversidade de atores sociais que povoam os AR, o conceito de *papel ambiental* apresentou-se como uma boa alternativa para facilitar a organização de uma categoria que desse conta dessa diversidade, e que é a última no nosso

SC a codificar dimensões respeitantes aos ATORES SOCIAIS (2). Um vasto conjunto de códigos relativos a papéis ambientais específicos emergiu, sendo posteriormente reduzido a três categorias gerais de PAPÉIS AMBIENTAIS (2.3) - os GESTORES E ORGANIZADORES (2.3.1); os OBSERVADORES (2.3.2) e os UTILIZADORES (2.3.3).

Os GESTORES E ORGANIZADORES (2.3.1) estão ativamente envolvidos com os AR e relacionam-se com estes de uma forma prolongada. São, na terminologia da tipologia apresentada (Giuliani & Scopelliti, 2009), o que podemos designar por atores *residentes*. A função de organização e gestão de um evento pode estar a ser assegurada por um conjunto variado de agentes, públicos e privados, de forma independente ou associada entre si. Nos registos dos PO a referência aos GESTORES E ORGANIZADORES (2.3.1) está a surgir fruto da observação direta de atividades protagonizadas por esses ATORES SOCIAIS (2), mas também em reflexões dos observadores sobre características dos AR que se assume serem interferidas por decisões destes atores sociais, no que toca, por e.g., a políticas de venda de bebidas alcoólicas, questões de segurança ou de gestão do risco.

O papel de *gestão e organização* está a ser protagonizado por PROMOTORES (2.3.1.1) e por PATROCINADORES (2.3.1.2). Estes últimos apresentam, por comparação com os PROMOTORES (2.3.1.1), um envolvimento e relação menos intensivos com o evento. Os nossos dados não permitem esclarecer rigorosamente quais os contornos da colaboração que se estabelece entre PROMOTORES (2.3.1.1) e PATROCINADORES (2.3.1.2) do ponto de vista das contrapartidas e condições contratuais dessa colaboração. No entanto, os dados da observação tornam evidentes alguns processos que se manifestam mais visivelmente e de formas variadas nos AR. Existem situações em que o PATROCINADOR (2.3.1.2) parece estar a utilizar o espaço para promover o seu próprio produto ou serviço, desconhecendo-se porém se essa situação resulta de uma contrapartida obtida por via do apoio financeiro a custos do evento cedidos ao organizador – “*De costas para a imagem está um barman de um bar de cerveja XXX – marca patrocinadora do evento.*” (PO 5). Noutras situações, para além desse objetivo comercial, está também a oferecer-se um serviço que é de utilidade para os participantes – “*E as tendas do patrocinador de bebidas energéticas eram iluminadas e tb. eram usadas para repouso. Este facto talvez explique o facto de os promotores não terem investido muito na questão dos pontos de descanso*”. (PO 1).

Na maioria dos eventos analisados (n=10) os PROMOTORES (2.3.1.1) são PRIVADOS (2.3.1.1.1). Isto significa que são indivíduos ou entidades proprietárias dos

espaços físicos onde o evento decorre - “*Analisando a informação contida no flyer do evento encontram-se vários elementos, que anunciam globalmente o conjunto de eventos previstos para a "rentrée académica", que se estendem ao longo de 3 noites, e que ocorrem todos nesta discoteca, em colaboração com a Associação de Estudantes da Faculdade de XXXXX da Univ. XXX.*” (PO 11). Podem também ser empresas dedicadas à organização de eventos associados a géneros musicais específicos - “*Trata-se de uma festa trance realizada pelos XXX, um grupo de organizadores especializado neste género musical.*” (PO 4).

Outros PROMOTORES (2.3.1.1) são entidades públicas ou associações, tais como AUTARQUIAS (2.3.1.1.2), ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES (2.3.1.1.3) ou PARTIDOS POLÍTICOS (2.3.1.1.4). Nestas situações o PROMOTOR (2.3.1.1) não é autónomo na realização do evento, sobretudo devido à condição de não ser proprietário do espaço físico em que o mesmo decorre. Por esse motivo é frequente a associação a outros promotores privados ou patrocinadores.

Os OBSERVADORES (2.3.2) são um outro PAPEL AMBIENTAL (2.3) considerado na análise. É um papel que decorre de uma das condições centrais da recolha de dados, que recorreu a um conjunto de indivíduos que partilharam com a investigação as características dos eventos que visitaram nas suas experiências de ON, no âmbito das suas saídas regulares ou sob proposta da investigadora. A recolha dos dados antecipava a atenção a algumas dimensões do COMPORTAMENTO (2.2) dos OBSERVADORES (2.3.2), tais como os PERCURSOS (2.2.3), por e.g.. No entanto, no decorrer da análise dos dados fomo-nos dando conta da necessidade de clarificar outras dimensões do COMPORTAMENTO (2.2) e da participação dos OBSERVADORES (2.3.2), o que obrigou à codificação do seu PAPEL AMBIENTAL (2.3.2).

Seguindo a proposta de Giuliani e Scopelliti (2009) a relação pessoa-ambiente também pode ser estudada a partir do ponto de vista de *sujeitos experienciais* que apresentam, ao nível do seu *papel ambiental*, uma relação menos específica com o espaço em questão. No caso dos OBSERVADORES (2.3.2) enquanto ATORES SOCIAIS (2) do nosso projeto, não estamos propriamente perante uma situação em que o *papel ambiental* é pouco específico, mas antes perante uma situação em que esse papel é ambíguo. Isto sucede na medida em que estes indivíduos estão a assumir, por um lado, a colaboração com a pesquisa que tem uma intencionalidade e um conjunto de objetivos antecipados; e por outro lado estão a apresentar-se à experiência do ON na qualidade de participantes comuns. Tomámo-los para este efeito

como *sujeitos experienciais* já que assumimos que o seu ponto de vista sobre os AR merecia ser estudado independentemente do seu papel ambiental – i.e., independentemente da relação com um evento estar a surgir como uma relação natural (de frequentador habitual), ou produzida para efeitos da recolha de dados por observação direta. Independentemente dessa ambiguidade está a assumir-se, na sequência do que é sugerido pela literatura, que o seu ponto de vista é válido para efeitos da caracterização da relação pessoa-ambiente e, nesse pressuposto, intencionalizamos aqui o seu PAPEL AMBIENTAL (2.3.2).

Revistas as US codificadas em OBSERVADORES (2.3.2) percebemos que as mesmas dizem respeito a ações comuns destes atores da pesquisa, tais como as que são respeitantes à sinalização do evento - “*O observador teve conhecimento do evento a partir de um informante.*” (PO 14); à identificação de situações específicas decorrentes da atividade de observar – “*O observador estimou que o recinto tivesse capacidade para cerca de 800 pessoas numa área de cerca de 400 m2.*” (PO 11); e à partilha de impressões e percepções de carácter mais pessoal sobre os AR - “*Antes de mais gostava de dizer que os preços que referi acima dizem respeito aqueles que foram praticados a mim.*” (PO 11).

Finalmente, os UTILIZADORES (2.3.3) são o último PAPEL AMBIENTAL (2.3) codificado, integrando-se aqui a vasta maioria dos códigos mais específicos que emergiram dos dados sobre o PAPEL AMBIENTAL (2.3). Efetivamente, percebemos que os papéis que estão relacionados com a utilização de um ambiente no caso específico dos AR ultrapassam largamente a proposta tipológica em que nos baseámos e que prevê apenas quatro tipos de utilizadores - *gerais, residentes, trabalhadores e visitantes* (Giulliani & Scopelliti, 2009). Nos nossos dados, e fruto da diversidade de intenções com que está a concretizar-se a utilização de um AR, emergiram um total de sete códigos respeitantes a tipos de utilizações distintas do espaço. Esses códigos são PARTICIPANTES (2.3.3.1), TRABALHADORES (2.3.3.2), AGENTES DE CONTROLO (2.3.3.3), AGENTES DE ASSISTÊNCIA (2.3.3.4), TRAFICANTES (2.3.3.5), UTILIZADORES PASSIVOS (2.3.3.6) e JORNALISTAS (2.3.3.7).

Os PARTICIPANTES (2.3.3.1) são o público-alvo de um evento, a sua clientela. Garantir a sua presença é a razão de ser dos ambientes recreativos noturnos. Nessa medida, os PARTICIPANTES ultrapassam largamente a utilização de um ambiente na qualidade de meros *visitantes* (Giulliani & Scopelliti, 2009). Aqui, e apesar de a relação estabelecida com o evento ser menos prolongada do que acontece com outras utilizações (como por e.g. a dos

TRABALHADORES), e apesar do envolvimento com o espaço se limitar a uma intenção de fruição aproximando-se, portanto, de um *papel passivo*, a figura do PARTICIPANTE (2.3.3.1) justifica tudo o que está a acontecer nos AR do ponto de vista da sua oferta e do conjunto das dinâmicas pessoa-ambiente que se produzem no espaço por ação de outros papéis ambientais.

O código PARTICIPANTES (2.3.3.1) está a ser atribuído a todas as US com referência a este papel. Tal implica a associação deste código a muitos outros códigos e categorias do SC, o que acontece sempre que o participante está a ser descrito por referência, por e.g., a RISCO (1.6) – “*Outro tipo de consumo que foi observado foi um consumo em pequeno grupo. Um grupo de indivíduos estava a ‘minar’ uma das bebidas e a partilhá-la com os restantes elementos do grupo.*” (PO 7); CARACTERÍSTICAS (2.1) - “*Os participantes masculinos utilizam na sua maioria acessórios como cintos e lenços*” (PO10); “*Os participantes desta foto parecem ser adultos e pessoas de meia-idade, alguns em família.*” (PO 13); COMPORTAMENTOS (2.2) – “*Também era possível identificar vários participantes com o estado de consciência visivelmente alterado*” (PO 5); entre outros temas.

Na categoria TRABALHADORES (2.2.3.2) emergiram um conjunto de onze códigos que discriminam as funções que podem estar a ser desempenhadas por ATORES SOCIAIS (2) envolvidos em algum tipo de papel profissional em AR. Os *trabalhadores* são um dos tipos de *utilizadores* do espaço previsto na tipologia sobre o *papel ambiental* (Giulliani & Scopelliti, 2009). No nosso projeto percebemos serem muito extensos e variados esses papéis, tendo sido inclusive difícil estabelecer uma delimitação entre quais são os papéis laborais em AR, e quais são outras formas de utilização do espaço que, embora impliquem papéis profissionais relacionados com atividades formais ou paralelas, não estão a ser considerados *papéis profissionais* internos aos AR. Deste modo consideraram-se *trabalhadores* os atores sociais envolvidos em papéis que são internos ao espaço físico do evento, que asseguram o seu funcionamento, e que dependem diretamente do papel ambiental GESTORES E ORGANIZADORES (2.3.1). Esta definição do código TRABALHADORES (2.2.3.2) deixa de fora da função de *trabalho* interna aos AR outras atividades como a dos AGENTES DE CONTROLO (2.3.3.3), dos AGENTES DE ASSISTÊNCIA (2.3.3.4) ou até mesmo dos TRAFICANTES (2.3.3.5), que configuram ainda assim outros papéis ambientais do conjunto dos UTILIZADORES (2.3.3).

Especificamente, os códigos relativos a TRABALHADORES (2.2.3.2) são



SEGURANÇAS (2.3.3.2.1) – “*Finalmente existia ainda Segurança Privada que percorria também o recinto com o mesmo objetivo – evitar confrontos e problemas de segurança envolvendo os participantes.*” (PO 1); DJs (2.3.3.2.2) – “*O evento teve a atuação de dois DJs distintos, que passaram um pouco de tudo.*” (PO 12); BARMANS (2.3.3.2.3) – “*Os barmans, sendo oriundos da faculdade, são muito simpáticos, por diversas razões: são pessoas conhecidas, populares, que têm muitos amigos e como tal o convívio com eles é fácil. Existiam em número suficiente.*” (PO11); PORTEIROS (2.3.3.2.4) – “*Relativamente a barreiras de segurança e estratégias para controlo de entradas estas reduzem-se aos porteiros. Estes, do ponto de vista do observador, são simpáticos e acessíveis, e não são agressivos nem pessoalmente e nem mesmo fisicamente.*” (PO 12); e OUTROS MÚSICOS (2.3.3.2.5) – “*Esta imagem mostra um músico que se dirigiu aos participantes mais próximos do palco para dar autógrafos.*” (PO 5). Emergiram, ainda, um conjunto de códigos menos frequentes relativos a ARTISTAS (2.3.3.2.7), LOGÍSTICA (2.3.3.2.8), RELAÇÕES PÚBLICAS (2.3.3.2.9), ECO-TEAM (2.3.3.2.19) e VENDEDORES (2.3.3.2.11). Finalmente, as referências inespecíficas ao conjunto do *staff* de um evento receberam o código STAFF EM GERAL (2.3.3.2.6).

A forma como as frequências das US se distribuem pelos diversos códigos relativos a TRABALHADORES (2.2.3.2) pode interpretar-se, em nosso entender, como um indicador das funções cuja presença é mais central para o funcionamento de um evento. Fazendo essa leitura podemos concluir que o tema da *segurança* (SEGURANÇAS; PORTEIROS), o tema da *venda de bebidas* (BARMANS) e o tema da *música* (DJs, OUTROS MÚSICOS) estão a apresentar uma presença bastante central por comparação com outros *papéis profissionais*.

Outros UTILIZADORES (2.3.3) dos AR que emergiram nos dados foram os AGENTES DE CONTROLO (2.3.3.3), os AGENTES DE ASSISTÊNCIA (2.3.3.4), os TRAFICANTES (2.3.3.5), os UTILIZADORES PASSIVOS (2.3.3.6) e os JORNALISTAS (2.3.3.7). Os AGENTES DE CONTROLO (2.3.3.3) representam a presença das forças policiais que se faz sentir sobretudo nas áreas envolventes externas do recinto de um evento. Por esse motivo não as consideramos internas e essenciais ao funcionamento de um evento. Estes ATORES SOCIAIS (2) estão, no entanto, a utilizar o espaço limítrofe de um evento com a missão de contribuir para a gestão da *segurança*, um tema que volta a emergir no conjunto dos PAPÉIS AMBIENTAIS (2.3) identificados – “*À entrada do evento, agentes da PSP indicavam e controlavam a entrada no recinto, assim como o tráfego automóvel no*

*local*”. (PO 1).

Os AGENTES DE ASSISTÊNCIA (2.3.3.4) estão a utilizar o espaço de um evento com a missão de desenvolver ações de prevenção e de promoção da saúde dirigidas sobretudo aos PARTICIPANTES (2.3.3.1) de um evento. Os AGENTES DE ASSISTÊNCIA estão organizados em equipas de vários elementos e estão a oferecer um serviço no interior do recinto. Mas a sua atividade, embora dependente e articulada com a gestão de um evento, está a desenvolver-se com grande autonomia – *“Existia oferta de serviços de RRMD neste evento. O tipo de serviços especificamente oferecidos eram o teste de SPA, os testes de alcoolemia, informação e aconselhamento sobre SPA e ISTs, e a distribuição de preservativos. (...)”*. (PO 2).

Os TRAFICANTES (2.3.3.5) estão a utilizar o espaço de um evento com a intenção de desenvolver a atividade paralela de venda de SPA ilícitas – *“Apesar de não se ter observado diretamente a venda de SPA ilícitas foi possível identificar os indivíduos que estavam a traficar pela afluência com que se deslocavam à casa-de-banho (um dos possíveis locais de tráfico e consumo) e a forma como abordavam os restantes frequentadores.”* (PO 2).

Os UTILIZADORES PASSIVOS (2.3.3.6) são ATORES SOCIAIS (2) externos a um evento, mas que estão a usufruir da existência do mesmo com alguma vantagem, por e.g., de ordem comercial. São exemplo as populações e negócios locais das povoações que acolhem um evento de grande dimensão – *“É visível algum aproveitamento do evento por parte da população, para efeitos comerciais, ao nível por e.g. da exploração de espaços para acampamentos – alguns residentes divulgam “Parque de Campismo com acesso a água potável”, depreendendo-se que se trataria de um serviço pago.”* (PO 5).

Finalmente, os JORNALISTAS (2.3.3.7) estão a utilizar o espaço com a intenção de, ao experienciá-lo, assegurar a sua divulgação a uma comunidade de interessados que acompanha o evento através dos media – *“No intervalo das atuações alguns participantes deslocavam-se para o espaço da rádio XXX, onde participavam cantando e dançando, recebendo t-shirts e sacos com a publicidade da rádio.”* (PO 5).

Revisitando a literatura com a intenção de discutir os nossos dados no âmbito desta categoria surgiu-nos a definição de Hannerz (1986) que, ao considerar a vida social sob um prisma mais concreto, identifica um conjunto de *situações* em que as pessoas participam “através de modos relativamente uniformes de comportamento deliberado (...)” que designa por “papéis” (p.351). Assim, “à série concreta de modos de comportamento conhecidos numa

unidade social importante” chama *inventário de papéis*. E designa por *repertório de papéis* “a série concreta de modos de comportamento em que um indivíduo participa” (p.351) Esta dinâmica permite identificarem-se *domínios* de papéis – domésticos e de parentesco, de aprovisionamento, recreativos/de lazer, de vizinhança – que englobam um número variável de papéis. Na medida em que o comportamento individual se reporta sempre a *situações*, e na medida em que as *situações* implicam o desempenho de *papéis* específicos, há que considerar ainda os *atributos discriminatórios de papéis* que são características culturalmente definidas inerentes aos indivíduos, que existem de forma independente das *situações particulares* em que atuam. São *atributos discriminatórios dos papéis* dimensões como o sexo, a idade, a etnicidade, entre outras que determinam o *acesso aos papéis*.

Nos nossos dados, estes *atributos* estão disponíveis para qualificar os PARTICIPANTES (2.3.3.1), mas não os restantes ATORES SOCIAIS (2) do projeto. Essa limitação segue, de resto, o enfoque claramente dominante na literatura no que toca à atenção a este elemento dos AR. Efetivamente, e sempre que encontramos um enfoque em dimensões reportadas aos sujeitos dos AR, a literatura descreve, diríamos que quase em exclusivo, comportamentos ou dinâmicas que têm ao centro a figura do *participante*, do *jovem*, do *consumidor*. Por esse motivo, temas relevantes no campo da investigação sobre os AR como o *risco*, o *uso de álcool e outras SPA*, a *violência*, são quase sempre, e invariavelmente, reportados também à figura do *participante*.

Existem, porém, exceções a este olhar mais centrado nos *participantes*, e que apresentam enfoques paralelos ao nosso no que toca à forma como a consideração dos papéis ambientais em AR faz emergir o tema da segurança, do controlo e da regulação. Chatterton (2002), ao reduzir a atenção ao campo da vida noturna urbana (*urbana Nightlife*) a dois temas centrais – o tema do desenvolvimento económico e da criatividade, e o tema da lei, ordem e controlo social – conclui que resulta evidente a emergência de grupos em redor dos quais é *governado* o lazer noturno. Esses grupos, de interesses frequentemente conflituos, são por um lado, os agentes da autoridade e dos licenciamentos, as polícias, as empresas de segurança, os grupos de moradores; por outro lado os empresários e operadores; por outro lado ainda, os consumidores; e finalmente, os trabalhadores.

Um estudo etnográfico de Sanders (2005) coloca em evidência o papel dos *seguranças* nas discotecas urbanas britânicas, ao estudar a forma como este ator social está a relacionar-se com a regulação e gestão da economia do tráfico de SPA ilícitas no contexto do *clubbing*.

Um estudo de Miranda (2012) escapa também ao enfoque habitual sobre os *participantes* do lazer noturno. Abordando antes os profissionais com a intenção de explorar a sua relação com o uso de SPA e as suas percepções sobre o fenómeno do uso de SPA no lazer noturno, a autora identifica numa pequena amostra de profissionais, uma tendência para trajetórias pessoais marcadas pela utilização de psicoativos, um bom conhecimento sobre a lei e sobre os efeitos associados às diversas SPA, e um conhecimento igualmente aprofundado sobre as dinâmicas que rodeiam a sua utilização por parte dos *participantes*. No entanto estas percepções são rodeadas pela descrença generalizada relativamente às formas em vigor de controlo do consumo (de álcool e ilícitas) vigentes no nosso país, cuja adesão é desencorajada pela esfera da gestão dos espaços por se entender ser potencialmente comprometedora do interesse económico e comercial de cuja defesa depende o seu funcionamento.

Fruto duma distribuição desequilibrada da atenção aos vários atores sociais dos AR no ponto de partida do nosso projeto, a informação sobre PAPÉIS AMBIENTAIS (2.3) é consideravelmente mais exaustiva para um UTILIZADOR específico que é o PARTICIPANTE (2.3.3.1), do que para os restantes papéis que emergem desta categoria. Essas limitações são decorrentes do facto de as codificações para outras categorias que se espera auxiliarem o processo de compreender as dinâmicas que rodeiam estes papéis (tais como as CARACTERÍSTICAS 2.1 ou os COMPORTAMENTOS 2.2) terem também estado a incidir sobretudo no PARTICIPANTE. Não perdemos de vista, no entanto, a intenção de contribuir para uma visão mais alargada sobre os atores sociais dos AR organizados na variedade de PAPÉIS AMBIENTAIS (2.3) identificados nos dados. É nossa expectativa, então, que a fase seguinte da análise em que são cruzadas distintas categorias com a intenção de responder às QI, permita conhecer algumas das dinâmicas mais específicas que rodeiam estes atores sociais do ponto de vista da caracterização do seu COMPORTAMENTO (2.2) e da exploração da sua relação com os remas do *risco* ou da *violência*.

## **2.3 As Percepções**

De acordo com a APA (2010), “para a psicologia, a percepção é o processo ou resultado de se tornar consciente de objetos, relacionamentos e eventos por meio dos sentidos, o que inclui atividades como reconhecer, observar e discriminar. Essas atividades permitem que os organismos interpretem os estímulos recebidos transformando-os em conhecimento significativo” (p.695). De acordo com esta definição, a percepção não está presente no nosso

projeto apenas no âmbito da categoria cuja descrição agora iniciamos. Na verdade, e dependentes que se encontram da atividade de observação, os nossos dados refletem sempre, invariavelmente, as percepções dos OBSERVADORES (2.3.2) que contribuíram para a recolha dos dados sobre os AR.

No entanto, e ainda que flutuando no seu carácter ora emergente e indutivo, ora já antecipado pela recolha de dados e pelos objetivos da pesquisa, as categorias revistas até ao momento têm em comum uma formulação que se deteve nas percepções sobre características mais imediatas dos ambientes, procurando manter à distância as apreciações e o ponto de vista produzidos pelo OBSERVADOR (2.3.2) sobre o que observava. Nesta fase, porém, dedicamo-nos, precisamente, a apresentar todo o conteúdo codificado que exprime esse ponto de vista apreciativo. Estão então reunidas sob a designação de PERCEÇÕES (3), todas as categorias e respetivos códigos que refletem uma interpretação do observador, uma avaliação, um juízo sobre quaisquer características dos eventos observados.

A análise destas propriedades dos dados não foi previamente antecipada. No entanto, no seu decurso fomos apercebendo da relevância dos conteúdos em que os observadores exprimem a sua visão sobre o que percebem como mais adequado ou inadequado nas características e nos acontecimentos que têm lugar nos AR, e também dos conteúdos em que formulam *classificações espontâneas* desses ambientes que consideramos enriquecerem o processo de trazer compreensibilidade às suas dinâmicas. Deste modo as PERCEÇÕES (3) dos OBSERVADORES (2.3.2) emergiram sob a forma de INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) e sob a forma de QUALIDADES (3.2).

### **2.3.1. Interpretações sobre o Clima**

Na categoria INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) estamos a seguir de perto o conceito de *clima psicológico* que designa uma percepção e significação que os sujeitos atribuem ao seu ambiente. Na definição original de Lippitt e White (citados por Keller & Aguiar, 2004), *clima psicológico* diz respeito ao “vínculo entre a pessoa e o ambiente”; e na definição de Dias (2000), o *clima* resulta do conjunto das dimensões físicas e sociais – “o estudo das relações homem-ambiente faz-se num sistema aberto que integra as componentes físicas do contexto (sua arquitetura, acústica, iluminação, decoração), enquadrando-as numa dimensão social, em dependência recíproca” (p.12). Nos nossos dados, os observadores estão a perceber um dado ambiente como estando associado a uma estética musical e/ou visual, a

um dado público, entre outros, recorrendo a designações genéricas para esses ambientes que parecem espelhar uma classificação espontânea inspirada nessas dimensões.

Emergiram um conjunto de cinco códigos na categoria INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) em que o processo em causa parece ser o referido – AMBIENTE ACADÉMICO (3.1.1) – *“Existem claras diferenças entre as entradas numa festa académica e numa festa organizada pelo próprio XXX [designação do espaço comercial]. Neste caso, da festa académica, as pessoas não se sujeitam a um processo de triagem de acordo com a preferência da organização da casa”* (PO 11); AMBIENTE DE DISCOTECA (3.1.2) – *“No que se refere a elementos cénicos e estéticos existe diversidade, desde jogos de luzes, o teto com as bolas gigantes, e plasmas com projeção de imagens, ou frases alusivas ao evento em questão. Esta decoração coopera para um ambiente específico de discoteca, e contribui para os atores participantes dançarem de forma mais livre.”* (PO 3); AMBIENTE PSICADÉLICO (3.1.3) – *“Existiam jogos de luzes, esculturas e outros elementos decorativos. Era uma festa de Halloween e a decoração era apropriada, com a utilização de cores bem vivas e fluorescentes. As cores fluorescentes são características do meio trance, daí que a decoração se adequava a este estilo.”* (PO 4); AMBIENTE FESTIVO (3.1.4) – *“(…) Lógico que num ambiente festivo os consumíveis tendem a ter um preço mais elevado que o normal. Contudo, por se tratar de uma festa de longa duração, acredito que muitos frequentadores não comem, e o preço dos alimentos poderá ser um obstáculo.”* (PO 4); e, finalmente, AMBIENTE POLÍTICO-INTERVENTIVO (3.1.5) – *“Este tipo de exposição contribuiu fortemente para a formação de um ambiente específico, marcadamente político-interventivo, e identificava-se com o perfil dos participantes.”* (PO 13).

As US com que acabamos de ilustrar os códigos da categoria INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) estão a evidenciar a forma como a relação entre propriedades físicas do espaço (como os equipamentos e a decoração), e aspetos sociais (como a *política de porta* ou o perfil dos participantes) faz emergir um ambiente global definido por referência a essas propriedades – *académico, político, ...* A nossa expectativa é de que a codificação da PERCEÇÃO (3) dos OBSERVADORES (2.3.2) permita, numa fase posterior da análise, o aprofundamento de outras propriedades mais específicas, no NFA e no NSA, dos ambientes assim percebidos.

De referir, porém, que no conjunto dos eventos analisados (N=14), as US codificadas para a categoria INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) podem ser consideradas

escassas. Efetivamente, o código com maior número de US conta apenas um total de vinte e seis referências (AMBIENTE ACADÊMICO 3.1.1) afastando-se de forma significativa do conjunto dos outros códigos, que contam respetivamente três, duas e até uma US. Podemos interpretar esta tendência de duas formas. Por um lado tal pode significar que no conjunto dos *climas* que emergem das percepções dos observadores, apenas o código AMBIENTE ACADÊMICO está a reunir consistência suficiente para poder ser considerado na sua especificidade, não podendo o mesmo esperar-se relativamente aos restantes. Por outro lado esta tendência pode estar simplesmente a significar que este tipo de apreciação dos OBSERVADORES (2.3.2) não estava a ser incentivado pela metodologia usada na recolha dos dados, ficando aí a dever-se a escassez de conteúdos. Independentemente destas leituras optaremos por explorar, na etapa seguinte da análise, quais destes códigos fazem emergir maior especificidade no que toca a NFA e NSA específicos que contribuam para o aprofundamento do seu conhecimento ambiental e dos acontecimentos que neles têm lugar.

### **2.3.2 Qualidades**

Na categoria QUALIDADES (3.2) estão a codificar-se US que contêm adjetivação usada pelos OBSERVADORES (2.3.2) nas suas descrições dos vários aspetos de um evento. Se na categoria INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) estávamos a encontrar apreciações globais sobre um AR, aqui estamos a encontrar avaliações sobre aspetos específicos da sua oferta e funcionamento, já considerados de um ponto de vista estritamente descritivo nas categorias anteriores do sistema. Também acontece codificarem-se aqui apreciações sobre dimensões dos dados por parte da investigadora, decorrentes do processo de transcrição das GOMF para os PO, mas mantidas próximas dos dados. As QUALIDADES (3.2) refletem, portanto, percepções que qualificam, avaliam, adjetivam os vários aspetos dos EVENTOS (1) e dos seus ATORES SOCIAIS (2).

Um conjunto considerável de códigos relativos a QUALIDADES (3.2) emergiu dos dados. Esses códigos foram posteriormente organizados em quatro subcategorias, consoante exprimiam apreciações claramente POSITIVAS (3.2.1) ou NEGATIVAS (3.2.2); quando essa apreciação resultava em referências cujo sentido podia, dependendo do contexto oferecido pelos dados, conduzir a uma leitura simultaneamente positiva ou negativa, foi atribuído o código QUALIDADES MISTAS (3.2.4); e quando o critério positivo/negativo simplesmente

não se aplicava à qualidade identificada, foi atribuído o código QUALIDADES NEUTRAS (3.2.3).

Na subcategoria QUALIDADES POSITIVAS (3.2.1) emergiram um total de quarenta e três códigos. Um primeiro conjunto de cinco códigos mais frequentes estava a ser codificado para n=10 ou mais PO. Nesse conjunto contam-se, a título de exemplo, os códigos ACESSÍVEL (3.2.1.1) – *“Caracteriza-se por ser um local de fácil acesso, tendo o metro e vários autocarros nas imediações. É, também, um local que se situa próximo da ‘Baixa’.”* (PO 10); ou NORMAL (3.2.1.25) – *“Tratava-se globalmente de visuais cuidados, modernos, mas que podem ser considerados normativos atendendo a que se trata de um espaço urbano.”* (PO 1). Um segundo conjunto de dezassete códigos estava a ser moderadamente frequente (codificado em n=3 a 9 PO). Por e.g. POPULAR (3.2.1.28) – *“Os Barmans, sendo oriundos da faculdade são muito simpáticos, por diversas razões. São pessoas conhecidas, populares, que têm muitos amigos, e como tal o convívio com eles é fácil. Existiam em número suficiente.”* (PO 11); ou SEGURO (3.2.1.33) – *“Não se verificou nenhum elemento de perturbação, na minha opinião porque é uma estrutura conhecida pelos vizinhos. E como se localiza num bom local este não traz qualquer sentimento de insegurança.”*. Um último conjunto, menos frequente, de vinte e dois códigos, estava a ser codificado para apenas n=1 ou 2 PO. São exemplo RELAXADO (3.2.1.30) – *“O evento XXXX é um evento que se realiza num contexto natural, debruçado sobre o rio, com um ambiente relaxado. Deste modo, existe a conjugação da música com a natureza.”* (PO 5); ou NATURAL (3.2.1.24) – *“Quanto à sua envolvente o evento situava-se numa zona rural, próxima de povoações, num espaço arborizado e ribeirinho.”* (PO 5).

Na subcategoria QUALIDADES NEGATIVAS (3.2.2) emergiram um total de dezanove códigos. Um primeiro conjunto de dois códigos mais frequentes estava a ser codificado para n=10 ou mais PO. Nesse conjunto contam-se, a título de exemplo, os códigos INSUFICIENTE (3.2.2.11) – *“Notas negativas são a desadequação dos WC (em reduzido número e de limpeza deficiente), e o parque de estacionamento (o parque era situado num terreno acidentado, sem piso alcatroado e sem luz suficiente), e a ausência de acesso a água potável.”* (PO 1); e DESADEQUADO (3.2.2.13) – *“Por se tratar de um evento no meio de um bosque e durante a noite, a falta de iluminação é sempre sentida, apesar de haver alguns focos de luz.”* (PO 4). Um segundo conjunto de sete códigos estava a ser moderadamente frequente (codificado em n=3 a 9 PO). Por e.g. CARO (3.2.2.6) – *“(…) Regra geral o público*



*referia que os preços praticados eram um pouco elevados.(...).” (PO 1); ou SUJO (3.2.2.18) – “Apesar de os WC’s serem em número suficiente, as suas condições eram más porque estavam sujos e tinham água no chão.” (PO 14). Um último conjunto, menos frequente, de dez códigos, estava a ser codificado para apenas n=1 ou 2 PO. São exemplo AGRESSIVO (3.2.2.2) – “Dentro de todos estes grupos talvez os ‘gunas’ fossem aqueles que destoavam um pouco mais e fossem do tipo de vista estético, aqueles que se apresentavam de forma menos normativa e mais agressiva. (PO 11); ou ACIDENTADO (3.2.2.1) – “(...) O parque de estacionamento era situado num terreno acidentado. (...)” (PO 1).*

Na subcategoria QUALIDADES NEUTRAS (3.2.3) emergiram um total de trinta e cinco códigos. Um código mais frequente estava a ser codificado para n=10 ou mais PO. Esse código foi LONGO (3.2.3.18) – “Durante os dois dias de duração do evento estiveram presentes um total de 8 bandas.” (PO 13). Um segundo conjunto de doze códigos estava a ser moderadamente frequente (codificado em n=3 a 9 PO). Por e.g. COMERCIAL (3.2.3.8) – “Há uma dimensão comercial, pois quanto mais bilhetes forem vendidos, mais dinheiro ganha o organizador da festa, não interessando o género ou tipo de pessoas que possam frequentar o evento.” (PO 11); ou URBANO (3.2.3.33) – “Em relação aos participantes, estes podem ser descritos como jovens oriundos de setores urbanos normativos.” (PO 9). Um último conjunto, menos frequente, de vinte e dois códigos, estava a ser codificado para apenas n=1 ou 2 PO. São exemplo DIURNO (3.2.3.12) – “Alguns elementos do público parecem conversar com o artista, seguram na mão papéis dos autógrafos e sorriem. Isto acontece ainda com luz do dia.” (PO 5); ou INFORMAL (3.2.3.13) – “Os participantes parecem ser jovens adultos e vestem de forma muito casual e descontraída. Há pessoas de t-shirts, calções, gangas e chinelos/sandálias.” (PO 13).

Na subcategoria QUALIDADES MISTAS (3.2.4) emergiram um total de sete códigos. Um primeiro código estava a ser codificado para n=10 ou mais PO. Esse código foi FREQUENTE (3.2.4.2) – “À entrada do evento existem seguranças que revistam os participantes. No interior observa-se um segurança atento a alguns comportamentos, visto as situações de violência ou algum incumprimento serem comuns neste tipo de festas.” (PO 2). Um segundo conjunto de quatro códigos estava a ser moderadamente frequente (codificado em n=3 a 9 PO). Por e.g. BARATO (3.2.4.1) – “Obviamente, o facto de as bebidas serem baratas chama outro género de públicos, pessoas com menos possibilidades. (...)” (PO 11); ou DISTANTE (3.2.4.3) – “Verifica-se que em termos de estruturas disponíveis e oferta no

*evento, a área alimentar é a que se encontra mais distante da zona inicial e central do recinto.”* (PO 6). Um último código, menos frequente, estava a ser codificado para apenas n=1 ou 2 PO, e foi o código GRANDE (3.2.4.6) – *“Percebe-se que é uma área muito vasta, mas com uma ocupação muito baixa para o espaço disponível.”* (PO 13).

Uma consequência desta categoria é que as codificações atribuídas para QUALIDADES só adquirem significado quando analisadas na interseção com as dimensões dos EVENTOS (1) e dos ATORES SOCIAIS (2), codificadas nos outros momentos do SC. Deste modo, só na etapa seguinte da análise se poderá explorar verdadeiramente o seu significado e o seu contributo no conhecimento dos AR.

Mas uma conclusão prévia é já possível. Se agruparmos o conjunto das US codificadas para cada uma das subcategorias revistas percebemos que os códigos relativos a QUALIDADES POSITIVAS (3.2.1) reúnem de longe o conjunto mais expressivo de frequências, num total de quatrocentas e oito US codificadas. Este conjunto é potencialmente mais expressivo se atendermos a que alguns dos códigos relativos a QUALIDADES MISTAS (3.2.4) são também em parte de conotação positiva. As QUALIDADES POSITIVAS (3.2.1) representam, deste modo, aproximadamente o dobro das frequências que se contam para o código QUALIDADES NEGATIVAS (3.2.2), o que permite concluir que os OBSERVADORES (2.3.2) estão a avaliar o conjunto dos AR de forma predominantemente favorável.

Outro dado é o facto de, como esperado, em todos os eventos analisados (N=14) terem sido codificadas US relativas às quatro subcategorias – isto significa que em todos os eventos analisados emergem aspetos positivos e negativos. A nossa expectativa é a de que a exploração desta categoria na etapa seguinte da análise venha a contribuir para esclarecer de forma específica sobre que dimensões FA e SA dos eventos analisados estão a ser avaliadas positiva e negativamente, e de que forma está essa avaliação a relacionar-se com os fenómenos em análise.

Para Fazano (2006) *qualidade* é um conceito subjetivo, emergente das percepções individuais, e sensível a factores como a cultura, os esquemas mentais, os produtos ou serviços prestados e as expectativas do avaliador. É também um conceito multidimensional, na medida em que tendemos para a consideração de várias características do objeto no ato de avaliar. Estes aspetos do conceito são relevantes para o nosso projeto a vários níveis. Em primeiro lugar porque a equipa de OBSERVADORES (2.3.2) foi reunida a partir de critérios

que procuraram um perfil algo específico, e que foi o do estudante ou estudante-trabalhador, da área das ciências sociais e humanas, jovem adulto, frequentador habitual do lazer noturno e, não raro, frequentador dos ambientes específicos que lhe eram propostos observar. Era também um critério importante a disponibilidade para descrever a sua experiência através de um instrumento estruturado, que não esquecesse ainda assim as particularidades do ambiente e dos acontecimentos com que se cruzava no terreno na sua perspetiva. Perante estes critérios é-nos possível concluir que, ainda que não padronizáveis, as percepções sobre os AR estavam a ser emitidas por um conjunto de pessoas que partilhavam entre si um grau considerável de semelhanças do ponto de vista sociodemográfico e do ponto de vista da familiaridade com os ambientes observados. Em nosso entender esse factor contribui para manter a variabilidade das avaliações que estão a ser produzidas dentro de uma margem conhecida, correspondente ao grupo social descrito. Já a multidimensionalidade inerente ao ato de qualificar e avaliar consideramo-la positiva e útil, na medida em que ao desenvolver as suas apreciações os OBSERVADORES (2.3.2) estão frequentemente a chamar a atenção para a relação entre vários elementos, podendo inclusive produzir-se apreciações sobre as suas causas e origens percebidas.

### **3. Síntese integrativa dos Dados de Conteúdo**

Ao longo deste capítulo temos vindo a apresentar um conjunto extensivo de dados de natureza descritiva que caracterizaram os vários níveis de eventos do projeto ( *sinalizados, observados e analisados*) e que definiram, ilustraram e discutiram as categorias emergentes em redor do EVENTO (1), dos seus ATORES SOCIAIS (2) e das PERCEÇÕES (3) dos observadores. Antes de passarmos à etapa seguinte em que esses dados serão agora explorados com vista a responder às QI (inicialmente formuladas, assim como decorrentes da própria análise), entendemos útil uma panorâmica breve sobre alguns aspetos que se destacaram ao longo da descrição do SC. Esta abordagem, de carácter mais panorâmico, poderá ser complementada com a consulta do Anexo D onde é exaustivamente apresentado o SC através da descrição integral da estrutura de categorias e subcategorias, códigos, exemplos ilustrativos dos dados, e indicadores de frequências relativos ao número de PO (*sources*) e US codificadas (*references*).

Recordamos, assim, que o projeto sinalizou um total de N=1248 eventos ao longo de um período de 17 meses, entre Março de 2007 e Agosto de 2008. A partir dessa base foi

selecionado para observação um primeiro conjunto de n=103 eventos observados (EO). Um conjunto adicional de n=25 eventos foi identificado por estratégias mais focalizadas, perfazendo-se assim um total de N=128 EO.

Esses eventos tiveram lugar em várias regiões do Norte e Centro do País, com uma maior concentração na cidade do Porto e sua Área Metropolitana. A sua ocorrência obedeceu a algumas regularidades do ponto de vista da *sazonalidade*, o que se pressupõe ser um critério que pode explicar as variações na oferta do lazer noturno ao longo do ano. A maioria desses eventos ocorreu num único momento/único dia. Predominaram os eventos que ocupavam recintos de tamanho médio (entre 100 e 500m<sup>2</sup>). No entanto, a sua capacidade estava a ser percebida como elevada (mais de 500 participantes presentes).

Os EO estavam a decorrer sobretudo ambientes *fechados (indoors)*, *construídos*, e dentro do *espaço urbano*. O seu *contexto alargado* (envolvente) era muito variado. Vários eventos ocorreram em *espaço natural*. Nesses casos, a envolvente predominante era, ainda assim, o *espaço urbano*.

Os EO estavam a ser promovidos sobretudo por *entidades privadas*. O seu *acesso* está dependente da aquisição prévia de um *bilhete* (à entrada ou em local especialmente designado para o efeito). O *custo* desse acesso fixou-se predominantemente entre os 6€ e os 15€, o que foi considerado um intervalo *médio* para esse custo. A aquisição de *bilhete* cumpre uma função que é não só comercial, como também de *controlo do acesso*. A modalidade mais frequente de controlo do acesso ao evento foi a entrega de um *cartão* para registo do consumo, podendo este implicar um ‘*consumo mínimo obrigatório*’.

Os observadores estavam a deslocar-se aos eventos na companhia de outras pessoas e por meio de veículos automóveis. As situações *sair à noite sozinho* e *deslocar-se de transportes públicos* são muito pouco frequentes nos dados.

O *uso de SPA ilícitas* é uma situação frequente ocorrendo em mais de metade dos EO. Este dado é desde logo indicativo de que o consumo está a ocorrer em ambientes de características muito variadas entre si. O mesmo não acontece quanto à *oferta de serviços de RRMD*, o que pode significar uma atenção deficiente dos ambientes recreativos noturnos aos potenciais riscos decorrentes do uso de SPA ilícitas e sua interação com o álcool. Num pequeno conjunto de EO está a identificar-se a *venda de SPA ilícitas*. Mais raramente ainda aconteceu sinalizarem-se *episódios de violência ou outras situações problemáticas*.

Um conjunto menor de N=14 eventos foi intencionalmente selecionado de entre o conjunto de EO para integrar a etapa seguinte da análise qualitativa de onde resultou, num segundo momento, a apresentação dos Dados de Conteúdo (secção 2 do Cap. III) que agora se conclui. Os critérios que presidiram à incorporação desses PO na referida etapa da análise foram de três ordens: (i) deveriam apresentar uma boa ilustração do conjunto dos dados recolhidos; (ii) deveriam apresentar contraste máximo por comparação com os restantes eventos incluídos na análise; (iii) deveriam oferecer dados de observação ricos e exaustivos. A síntese das características desses eventos pode ser consultada no Quadro 6.

Da análise de N=14 PO emergiu um SC desenvolvido em redor de três dimensões centrais: o EVENTO (1), os ATORES SOCIAIS (2) e as PERCEÇÕES (3).

No âmbito da categoria EVENTO (1) emergiram as categorias COMUNICAÇÃO (1.1), MÚSICA (1.2), MEIOS E MICROMEIOS (1.3), ELEMENTOS FÍSICOS E SOCIAIS (1.4), TEMPO (1.5) e RISCO (1.6).

A categoria COMUNICAÇÃO (1.1) descreve estratégias que são utilizadas não só para divulgar um evento ou um espaço, como também para um conjunto de outras funções. Por esse motivo se apresenta esta categoria desdobrada entre SUPORTES DE COMUNICAÇÃO (1.1.1) e respetivas FUNÇÕES DOS SUPORTES (1.1.2). Os SUPORTES (1.1.1) mais frequentemente usados são o recurso a uma DESIGNAÇÃO PROMOCIONAL (1.1.1.1), FLYERS (1.1.1.2), RÁDIO (1.1.1.3), PATROCÍNIOS (1.1.1.4) e FRASES TEMÁTICAS (1.1.1.5).

As FUNÇÕES DOS SUPORTES (1.1.2) não estão estritamente ligadas à intenção de difundir ou divulgar um espaço ou evento, mas também pretendem contribuir para CRIAR UMA IDENTIDADE (1.1.2.1) que é potencialmente facilitadora da comunicação com públicos específicos. O recurso a uma DESIGNAÇÃO PROMOCIONAL (1.1.1.1), a FRASES TEMÁTICAS (1.1.1.5), FLYERS (1.1.1.2) e a LOGOTIPOS (1.1.1.7) foi interpretada como estando também a contribuir para essa mesma função.

Os eventos analisados estavam a apresentar um conjunto muito variado de géneros musicais, organizados por nós em duas grandes tendências – GÉNEROS DO UNIVERSO DA MÚSICA ELETRÓNICA DE DANÇA (1.2.1) e GÉNEROS DO UNIVERSO DA POP-ROCK (1.2.2). Apresentam duas tendências na forma como se relacionam com o tema da MÚSICA (1.2). Podem apresentar-se muito ecléticos com referências a vários géneros de

universos musicais muito distintos; como podem apresentar-se mais *fechados* sobre gêneros mais específicos do mesmo universo musical.

A categoria MEIOS E MICROMEIOS (1.3) contextualiza as ações e os protagonistas das dinâmicas dos AR em nichos ou *settings* mais específicos e espacialmente circunscritos dentro de um evento. Assumimos aqui a reconhecida interdependência que existe entre cenários de características físicas e sociais próprias, e o comportamento. Identificaram-se M.M.M. DO EXTERIOR DO RECINTO (1.3.1), M.M.M. DO INTERIOR DO RECINTO (1.3.2) e M.M.M. DO RECINTO GLOBAL (1.3.3) associados a diversas funções num evento. Concluímos que este contributo para o conhecimento do nível mais micro-espacial dos AR se constitui como uma originalidade no campo da investigação sobre AR, habitualmente considerados na sua escala espacial mais global.

A categoria ELEMENTOS DE M.M.M. (1.4) resultou da constatação de que esses *settings* de nível micro-espacial descritos em M.M.M. (1.3) são compostos por elementos físicos e sociais que também estão potencialmente a contribuir para a especificidade das interações que neles têm lugar. Esses ELEMENTOS DE M.M.M. (1.4) são objetos ou tipos de oferta de ordem mais material. Emergiram, no âmbito desta categoria, as subcategorias FUNÇÕES (1.4.1), DIMENSÕES AMBIENTAIS (1.4.2) e TIPOS (1.4.3).

A categoria TEMPO (1.5) permite a contextualização dos dados sobre os AR no tempo de vida de duração variável, embora tendencialmente curta, dos eventos analisados. Contextualiza-os, portanto, na sua dimensão mais processual.

Os eventos analisados foram codificados para o seu TEMPO CRONOLÓGICO (1.5.1) – MADRUGADA (1.5.1.1), MANHÃ (1.5.1.2), TODO O DIA (1.5.1.3), TARDE (1.5.1.4), TODA A NOITE (1.5.1.5), NOITE (1.5.1.6) e 24 HORAS (1.5.1.7). Emergiram também categorias que refletem ETAPAS DO EVENTO (1.5.2), e que o descrevem quanto à sua evolução mais global – FASE INICIAL (1.5.2.1), FASE AVANÇADA (1.5.2.2), PICO DE AFLUÊNCIA (1.5.2.3) e FIM DE FESTA (1.5.2.4). A maioria dos eventos analisados foi observada durante o período codificado como NOITE, correspondente portanto com a delimitação mais comum dos horários de licenciamento para o funcionamento dos estabelecimentos noturnos. Existe um conjunto menor de eventos que se prolongam para horários mais tardios como MADRUGADA, TODA A NOITE e MANHÃ. Neste grupo mais restrito de eventos, de funcionamento tardio, interessará, de acordo com o que é sugerido pela

literatura, a exploração da relação com o RISCO (1.6) e com outros fenômenos e dinâmicas mais problemáticos.

A categoria RISCO (1.6) está a codificar o *risco ambiental* dos AR, tal como pode ser percebido por um observador que também é frequentador. Pode acontecer que as manifestações do risco estejam a ser resultado do desempenho de uma ação observável por um protagonista observável, como acontece em CONSUMOS (2.2.2), ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2), ATIVIDADES DE FRUIÇÃO (2.2.1.4), ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS (2.2.1.5), entre outras. Mas pode acontecer também que o risco esteja a emergir de características físicas dos AR que são percebidas pelo observador, não relacionadas com comportamentos ou atores sociais identificáveis.

Emergiram um conjunto de catorze códigos de entre os quais podem assinalar-se, como estando a surgir em associação a um maior conjunto de eventos, o RISCO DE DESIDRATAÇÃO E HIPERTERMIA (1.6.1) e o INCENTIVO AO CONSUMO (1.6.2). De entre o conjunto de *riscos* identificados percebe-se que um grupo maior de entre estes é relacionável com o fenómeno do uso de SPA lícitas e ilícitas. Referimo-nos ao RISCO DE DESIDRATAÇÃO E HIPERTERMIA (1.6.1), ao INCENTIVO AO CONSUMO (1.6.2), ao BINGE-DRINKING (1.6.7), à CRISE COM SPA (1.6.11) e à MINAGEM E PARTILHA (1.6.12). Esta tendência justifica o interesse na exploração da relação entre o tema do RISCO e o tema do CONSUMO e das ATIVIDADES DE CONSUMO. No entanto, os nossos dados justificam também uma exploração do tema do risco em relação com outras dinâmicas decorrentes do funcionamento FA e SA dos AR, não necessariamente decorrentes do consumo.

A categoria ATORES SOCIAIS (2) é a segunda grande categoria do SC do nosso projeto. Esta categoria está a reunir os temas que permitem descrever os vários protagonistas dos AR, a sua relação com esses ambientes, e os *papéis ambientais* que neles desempenham. A categoria traduz a necessidade de caracterizar as relações pessoa-ambiente em AR a partir dos sujeitos envolvidos nessas interações (Giuliani & Scopelliti, 2009), situando-se para o efeito em dimensões observáveis que foram organizadas em CARACTERÍSTICAS (2.1), COMPORTAMENTOS (2.2) e PAPÉIS SOCIAIS (2.3).

Enquanto CARACTERÍSTICAS DOS ATORES SOCIAIS (2.1) emergiram informações relativas a GRUPOS ETÁRIOS (2.1.1), GÉNERO (2.1.2), CLASSE SOCIAL (2.1.3) e ESTILO (2.1.4).

A categoria GRUPOS ETÁRIOS (2.1.1) evidencia uma tendência esperada e que é a da presença mais saliente de JOVENS (2.1.1.2.2) e de JOVENS ADULTOS (2.1.1.2.3) nos eventos analisados. No entanto, um grupo menor de eventos é participado também por CRIANÇAS e por públicos consideravelmente mais velhos, o que levanta a questão de que alguns AR podem estar a surgir como mais *heterogêneos* no que toca o tema da idade.

Essa *heterogeneidade* também está a surgir relativamente ao tema do GÉNERO (2.1.2). Pretendíamos perceber qual a relevância desta dimensão para fazer emergir regularidades dos AR, assim como perceber a sua relação com os papéis ambientais protagonizados pelos mesmos. Nos nossos dados a participação de ambos os GÉNEROS estava a surgir de forma heterogênea, quer no que toca à descrição geral da presença dos atores sociais masculinos e femininos, quer no que toca a protagonizar comportamentos específicos. Em função das tendências da literatura que tem explorado o tema do género no estudo dos AR antecipamos o interesse em explorar se o papel de género feminino está ou não reservado a papéis ambientais de menor poder, e se está ou não menos presente em AR percebidos como menos seguros.

A exploração do tema da diferenciação social, na categoria CLASSE SOCIAL (2.1.3), segue interesse idêntico - ou seja, explorar a questão da *homogeneidade vs. heterogeneidade* dos AR. Esperávamos perceber o grau de hibridiz apresentada pelos AR nesta dimensão, ainda que processos de exclusão e diferenciação possam estar a emergir de outros temas do SC. De destacar que as baixas frequências dos códigos emergentes nesta categoria são interpretados como indicativos de que o tema da diferenciação social não está a ser central nas descrições produzidas pelos observadores a respeito dos eventos analisados. Quando essa codificação emerge ela diz respeito sobretudo a CLASSE MÉDIA (2.1.3.1) e a VÁRIOS ESTRATOS SOCIAIS (2.1.3.4), notando-se também aqui uma tendência para a *heterogeneidade* dos AR.

O ESTILO (2.1.4) é a última das subcategorias que está a descrever CARACTERÍSTICAS DOS ATORES SOCIAIS (2.1). Foi definido como o conjunto de sinais ao nível da imagem, dos maneirismos ou do vocabulário, de que fazem uso as culturas juvenis (Brake, 1980; Hebdige, 1979; Jenks, 2005), que podem ser interpretados como estando a comunicar a pertença a grupos. De um ponto de vista mais teórico pretendíamos perceber se os nossos dados davam suporte à ideia de que nas culturas juvenis relacionadas com a música electrónica de dança e com os AR que lhe estão associados, se verifica o



esbatimento da relevância do conceito de *subcultura* e, por consequência, dos conceitos que, como o *estilo*, lhe foram associados.

Nos nossos dados os observadores estavam a descrever o tema do ESTILO (2.1.4) recorrendo, por vezes, à mera identificação de elementos discretos e, noutras vezes, interpretando a copresença de elementos como um traço assumidamente subcultural, associando-os a grupos de pertença específicos. Dessa tendência emergiram as subcategorias ELEMENTOS DE IMAGEM (2.1.4.1) e GRUPOS DE PERTENÇA (2.1.4.2). Tínhamos a expectativa de que o cruzamento das codificações nestas categorias nos informasse sobre a consistência dessa relação entre elementos isolados e dimensões subculturais.

Os vários ELEMENTOS DE IMAGEM (2.1.4.1) estavam a surgir com elevada simultaneidade, o que nos pareceu ir de encontro à ideia de que os ATORES SOCIAIS estavam a fazer um uso muito eclético dos mesmos nos eventos analisados. Adicionalmente, a exploração da relação entre as categorias ELEMENTOS DE IMAGEM e GRUPOS DE PERTENÇA também estava a reforçar essa *heterogeneidade* e *ecletismo*. No seu conjunto, portanto, os dados sobre o ESTILO (2.1.4) estão a confirmar as tendências da literatura sobre os AR que afirmam o esvaziamento do significado deste tema, reduzido que está ao uso avulso (*bricolage*) de elementos de imagem que não estão a comunicar outros sentidos de pertença subcultural.

A categoria COMPORTAMENTOS (2.2) está a reunir os códigos que descrevem os ATORES SOCIAIS (2) dos AR relativamente a ATIVIDADES (2.2.1), CONSUMOS (2.2.2), MOBILIDADE (2.2.3) e RELAÇÕES (2.2.4). Trata-se de uma categoria que está a contribuir para aprofundar conhecimento sobre dimensões SA da relação pessoa-ambiente relacionadas com o comportamento dos atores em contexto. Traduz, assim, várias dimensões da relação com os AR que incluem descrições básicas dos atos protagonizados, até à forma como se associam os protagonistas com o seu entorno, os seus comportamentos de mobilidade, de uso de SPA lícitas e ilícitas, entre outros.

A subcategoria ATIVIDADES (2.2.1) está a reportar-se a *atividades típicas* em AR, captáveis pelos observadores e circunscritas, portanto, à esfera do percebido (Anguera, 2001), recobrando uma grande diversidade de condutas, *molares* e *moleculares* que estão a fazer parte do padrão de relação interativa dos atores sociais com esse contexto. A codificação em ATIVIDADES (2.2.1) requeria a descrição de uma ação desempenhada por um protagonista identificável na US a codificar. Após a emergência de um conjunto de códigos sobre

ATIVIDADES, os mesmos foram agrupados por um critério temático que colocava em evidência a intencionalidade percebida dessa ação. Dessa organização temática dos códigos emergentes da codificação inicial resultaram as seguintes subcategorias – ATIVIDADES DE PROTEÇÃO (2.2.1.1), ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2), ATIVIDADES DE CONTROLO (2.2.1.3), ATIVIDADES DE FRUIÇÃO (2.2.1.4), ATIVIDADES DE RISCO (2.2.1.5), ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS (2.2.1.6) e ATIVIDADES NEUTRAS (2.2.1.7).

As ATIVIDADES DE PROTEÇÃO (2.2.1.1) têm, à semelhança do que são as limitações no panorama nacional e internacional das intervenções de RRMD em AR descritas pela literatura, uma diminuta expressão no conjunto dos dados analisados. Esse dado parece ser indicativo, portanto, de que o tema da *redução do risco* e da *promoção do bem-estar e segurança* têm uma fraca presença nos eventos analisados.

As ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2) apresentam uma codificação mais frequente, o que é particularmente expressivo no que toca aos códigos BEBER (2.2.1.2.1), FUMAR (2.2.1.2.2), PARTILHAR (2.2.1.2.3), codificados para a quase totalidade dos eventos analisados.

As ATIVIDADES DE CONTROLO (2.2.1.3) são um conjunto de estratégias de carácter informal que estão a ser protagonizadas por diferentes atores sociais, e que podem dizer respeito ao zelo por interesses económicos, ou ao zelo por interesses securitários, ou ainda ao zelo por interesses de promoção da saúde. São atividades que podem estar a cumprir, portanto, distintas funções. Ainda que os AR obedeçam a um conjunto de códigos e legislação específicos, e ainda que sobre eles recaia a supervisão de autoridades formais, a vigilância dos comportamentos que podem ou não ter lugar dentro do recinto de um evento está a obedecer também a códigos não-prescritos que podem variar consideravelmente de evento para evento. A sua gestão é, com algumas exceções, quase integralmente assegurada por agentes internos ao próprio evento tais como porteiros, seguranças privados, ou outros agentes do *staff* e da organização. A ATIVIDADE DE CONTROLO (2.2.1.3) mais frequente e mais disseminada por um maior número de eventos foi a atividade de GERIR ENTRADA (2.2.1.3.1).

Nas ATIVIDADES DE FRUIÇÃO (2.2.1.4) emergiram um conjunto de códigos que estão a ser protagonizados sobretudo por PARTICIPANTES, e que se referem a comportamentos em que estes apresentam uma atitude de prazer e envolvimento na relação com um AR, e que está a apresentar graus de intensidade variável – desde o CONVERSAR

(2.2.1.4.1) ou CIRCULAR (2.2.1.4.2), ao DANÇAR (2.2.1.4.3). Esta é a atividade que ocupa os participantes de forma mais central, e que atendendo à literatura dificilmente poderá ser dissociada do tema do *consumo* e do *risco*.

Finalmente, a subcategoria ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS (2.2.1.5) está a reunir um conjunto de códigos relativos a comportamentos que configuram uma ação ilegal. Nos nossos dados essas atividades foram TRAFICAR (2.2.1.5.1) e AGREDIR (2.2.1.5.2). Percebeu-se que estes fenómenos mais problemáticos no funcionamento de um evento estão a surgir de forma muito pouco expressiva no conjunto dos dados observados e analisados. De acordo com a literatura, os episódios analisados nos nossos dados reúnem um conjunto de características que lhes conferem menor risco, a saber: a sua reduzida frequência, a sua reduzida gravidade, o facto de as interações agressivas estarem a envolver apenas participantes, e sem que estes possam ser associados a qualquer perfil identificável do ponto de vista da sua pertença social e cultural.

No âmbito da categoria COMPORTAMENTOS (2.2) emergiram ainda as subcategorias CONSUMOS (2.2.2.2), MOBILIDADE (2.2.2.3) e RELAÇÕES (2.2.2.4). A subcategoria CONSUMOS está a codificar as dimensões observáveis do comportamento de uso de substâncias, lícitas e ilícitas, psicoativas e não-psycoativas, que estavam a ser utilizadas nos eventos analisados. Os códigos que emergiram têm informação relativa às SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (2.2.2.3), aos seus MODOS DE UTILIZAÇÃO (2.2.2.2), e às interações que rodeiam essa utilização na subcategoria CENAS DE USO (2.2.2.1).

O consumo de BEDIDAS DESTILADAS (2.2.2.3.1.1.2) e de CERVEJA (2.2.2.3.1.1.3) está a acontecer em quase todos os eventos analisados. Ao nível das SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ILÍCITAS (2.2.2.3.1.2) verifica-se que o consumo de CANNABIS (2.2.2.3.1.2.1) está a ocorrer, igualmente, na quase totalidade dos eventos analisados. Percebemos que as cenas de consumo de SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ILÍCITAS estão organizadas em *guiões* que ilustram etapas típicas das interações que estão a surgir em redor desse comportamento. Estes dados remetem-nos para a existência de graus e formas variadas de *convivialidade* que estão a rodear estas interações.

Percebemos, globalmente, que a presença do uso de SPA ilícitas nos eventos analisados está bastante disseminada. Esse uso é encabeçado pela CANNABIS. Mas foram também identificados consumos de outras SPA ilícitas como COCAÍNA (2.2.2.3.1.2.3) e MDMA (2.2.2.3.1.2.4). Estas tendências estão a mostrar-nos que os nossos dados recolhidos a

partir dos AR estão a seguir de perto as tendências enunciadas pelos inquéritos epidemiológicos disponíveis para a população geral e para a população escolar.

Do ponto de vista dos MODOS DE UTILIZAÇÃO (2.2.2.2), para além da tendência esperada para a INGESTÃO (2.2.2.2.1), são também identificados outros modos que apresentam relação com práticas de maior risco, como é o caso do POLIUSO (2.2.2.2.6), e da MINAGEM (2.2.2.2.5).

Os dados recolhidos a respeito de CONSUMOS (2.2.2.2) em AR reforçam, em suma, a leitura proposta pelas *teses da normalização do uso de drogas* (Parker et al, 1998; Parker, 2005) sobre o uso de substâncias na atualidade, sobretudo se atendermos à sua elevada disponibilidade e frequência nos AR.

A categoria MOBILIDADE (2.2.3) está a descrever o comportamento dos participantes do ponto de vista dos meios utilizados para se deslocarem a um evento que puderam ser efetivamente observados – MEIOS DE TRANSPORTE (2.2.3.1) -, assim como dos recursos presentes para o acesso a um evento cuja presença nas imediações de um recinto estava a ser registada pelos observadores, independentemente da sua utilização pelos participantes – UTILIZAÇÃO (2.2.3.2).

Percebemos que as VIATURAS PRIVADAS estavam a ser a forma de deslocação predominante nos eventos analisados. Percebemos ainda que, apesar da elevada disponibilidade de meios de transporte mais seguros (TÁXI, outros TRANSPORTES PÚBLICOS e TRANSPORTE DA ORGANIZAÇÃO), a utilização efetiva destes está a ocorrer em apenas metade dos eventos analisados. Este dado confirma uma tendência dos participantes do ON a optarem por formas de deslocação associadas a práticas de maior risco.

A categoria RELAÇÕES (2.2.4) está a descrever a organização grupal dos atores sociais, predominantemente entre os participantes. As propriedades observáveis dessa organização que emergiram nos dados foram a DIMENSÃO DO GRUPO (2.2.4.1) e o GRAU DE INTERCONHECIMENTO (2.2.4.2) percebido entre os seus elementos. Embora adquira maior sentido quando cruzada com comportamentos específicos (de uso de SPA, de comportamentos de mobilidade, etc.), percebemos globalmente que o PEQUENO GRUPO (2.2.4.1.1) é a dimensão mais frequente. No entanto, menos esperada, é a elevada frequência do código SOZINHO (2.2.4.1.2). Percebemos, ainda, que o *interconhecimento* entre os atores sociais é uma tendência predominante, e que algumas situações específicas (como o uso de

SPA) podem estar a suscitar interações entre participantes que não se conheciam até ao momento da interação para o consumo.

A categoria ATORES SOCIAIS (2) termina, no nosso sistema, com a subcategoria PAPEL AMBIENTAL (2.3), uma classificação da relação pessoa-ambiente que tem em conta o tipo de envolvimento e a duração (mais ou menos longa) da relação estabelecida com um *setting* (Barker, 1968 citado por Giulliani & Scopelliti, 2009). A grande variedade de códigos relativos a PAPÉIS AMBIENTAIS foi posteriormente reduzida a três subcategorias – GESTORES E ORGANIZADORES (2.3.1), OBSERVADORES (2.3.2) e UTILIZADORES (2.3.3).

Os GESTORES E ORGANIZADORES (2.3.1) são atores sociais ativamente envolvidos com os AR e que se relacionam com estes de uma forma prolongada. São também referidos na literatura como atores *residentes*. Percebemos que a organização e gestão de um evento podem estar a ser assegurados por um conjunto variado de agentes, públicos e privados, de forma independente ou associando-se entre si. Nos nossos dados esses agentes são sobretudo privados, o que significa que são indivíduos ou entidades proprietários dos espaços físicos onde o evento decorre. Outra alternativa é tratarem-se de empresas dedicadas à organização de eventos associados a géneros musicais específicos, e que não são proprietários dos recintos em questão.

Os OBSERVADORES (2.3.2) correspondem, no nosso projeto, a um PAPEL AMBIENTAL que decorre de uma das condições centrais da recolha de dados. São os indivíduos que partilharam com a investigação as características dos eventos que visitaram nas suas experiências de ON. Na literatura a relação pessoa-ambiente também pode ser estudada a partir do ponto de vista de *sujeitos experienciais* que apresentam, do ponto de vista do seu papel ambiental, uma relação menos específica com o espaço em questão (Giulliani & Scopelliti, 2009). No nosso projeto não estamos propriamente perante uma situação em que o *papel ambiental* destes atores sociais é pouco específico, mas antes perante uma situação em que esse papel é ambíguo, na medida em que estes indivíduos estão a assumir, por um lado, uma relação com o contexto do ponto de vista de objetivos e intenções antecipadas; e por outro, lado estão a apresentar-se à experiência do ON na qualidade de participantes comuns. Aqui estamos a tomá-los como *sujeitos experienciais*, e assumimos que a sua relação com os AR pode ser estudada independentemente do seu papel ambiental.

Finalmente surgiram um conjunto de PAPEIS AMBIENTAIS que estão a refletir uma grande variedade de possibilidades na utilização que os atores sociais fazem do espaço dos AR. Assim, na subcategoria UTILIZADORES (2.3.3) emergiram os códigos PARTICIPANTES (2.3.3.1), TRABALHADORES (2.3.3.2), AGENTES DE CONTROLO (2.3.3.3), AGENTES DE ASSISTÊNCIA (2.3.3.4), TRAFICANTES (2.3.3.5), UTILIZADORES PASSIVOS (2.3.3.6) e JORNALISTAS (2.3.3.7).

Os nossos dados sobre os PAPÉIS AMBIENTAIS em AR estão a ser mais exaustivos na discriminação dos atributos (por e.g. sociodemográficos) e dos comportamentos dos PARTICIPANTES, que são grupo de atores sociais mais frequentemente descritos na literatura. No entanto, os nossos dados estão também a chamar a atenção para dinâmicas que configuram um leque muito alargado de atores dos AR relativamente aos quais a literatura disponível é consideravelmente mais escassa.

A última categoria de primeira ordem do nosso SC é a categoria PERCEPÇÕES (3). De acordo com a APA (2010), “para a psicologia, a percepção é o processo ou resultado de se tornar consciente de objetos, relacionamentos e eventos por meio dos sentidos, o que inclui atividades como reconhecer, observar e discriminar. Essas atividades permitem que os organismos interpretem os estímulos recebidos transformando-os em conhecimento significativo” (p.695). De acordo com esta definição, a percepção não está presente no nosso projeto apenas no âmbito desta categoria. Na verdade, e dependentes que se encontram da atividade de observação, os nossos dados refletem sempre, e invariavelmente, as percepções dos OBSERVADORES (2.3.2) que contribuíram para a recolha sobre os AR.

Em PERCEPÇÕES (3) estão reunidas todas as categorias e respetivos códigos que refletem uma interpretação do observador, uma avaliação, um juízo sobre quaisquer características dos EO. Estas emergiram sob a forma de INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) e sob a forma de QUALIDADES (3.2).

Definimos a subcategoria INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) a partir do conceito de *clima psicológico*, que designa uma percepção e significação que os sujeitos atribuem ao seu ambiente emergente do “vínculo entre pessoa e ambiente” (Keller & Aguiar, 2004), e emergente do conjunto das dimensões físicas e sociais deste último (Dias, 2000). Nos nossos dados os observadores estão a perceber um dado ambiente como estando associado a uma estética musical e/ou visual e/ou a um dado público recorrendo a designações genéricas para esses ambientes que parecem espelhar uma classificação espontânea inspirada nessas

dimensões. Essas designações foram AMBIENTE ACADÉMICO (3.1.1); AMBIENTE DE DISCOTECA (3.1.2); AMBIENTE PSICADÉLICO (3.1.3); AMBIENTE FESTIVO (3.1.4); e, finalmente, AMBIENTE POLÍTICO-INTERVENTIVO (3.1.5).

A subcategoria QUALIDADES (3.2) é relativa à adjetivação usada pelos OBSERVADORES (2.3.2) nas suas descrições dos vários aspetos de um evento. Se na categoria INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) estávamos a encontrar apreciações globais sobre um AR, aqui estamos a encontrar avaliações sobre aspetos específicos da sua oferta e funcionamento já considerados de um ponto de vista estritamente descritivo nas categorias anteriores do sistema. Também acontece codificarem-se aqui apreciações sobre dimensões dos dados por parte da investigadora, decorrentes do processo de conversão das GOMF para os PO, mas mantidas próximas dos dados. As QUALIDADES (3.2) refletem, portanto, percepções que qualificam, avaliam, adjetivam os vários aspetos dos EVENTOS (1) e dos seus ATORES SOCIAIS (2), a quatro níveis - qualidades POSITIVAS (3.2.1), NEGATIVAS (3.2.2), MISTAS (3.2.4) (quando essa apreciação resultava em referências cujo sentido podia, dependendo do contexto oferecido pelos dados, conduzir a uma leitura simultaneamente positiva ou negativa), e NEUTRAS (3.2.3) (quando o critério positivo/negativo simplesmente não se aplicava à qualidade identificada).

Ainda que as codificações para QUALIDADES só adquiram significado quando analisadas na interseção com as dimensões dos EVENTOS (1) e dos ATORES SOCIAIS (2), uma conclusão prévia é já possível. Numa primeira leitura percebemos que os códigos relativos a QUALIDADES POSITIVAS (3.2.1) reúnem de longe o conjunto mais expressivo de frequências, o que permite concluir que os OBSERVADORES (2.3.2) estão a avaliar o conjunto dos AR de forma predominantemente favorável. Outro dado é o facto de, como esperado, em todos os eventos analisados (N=14) terem sido codificadas US relativas às quatro subcategorias, o que significa que em todos os eventos analisados emergem aspetos positivos e negativos.

---

**CAPÍTULO IV**

**ENTRE A DESCRIÇÃO DOS DADOS E A RESPOSTA ÀS QUESTÕES  
DE INVESTIGAÇÃO**





Terminada a descrição dos dados de conteúdo emergentes da primeira etapa da análise é possível avançar para uma interrogação do SC relativamente aos objetivos da investigação e à resposta às Questões Centrais de Investigação (QCI) e Questões Teóricas (QT) delas decorrentes. Algumas tarefas desse processo podem ser antecipadas. Iniciamo-lo com a exploração do SC em termos da identificação das categorias que melhor estão a contribuir para a elaboração dessas respostas. Enquanto que na etapa anterior estivemos a descrever o processo em que as US foram transformadas em códigos iniciais, posteriormente organizados em categorias e subcategorias de nível mais conceptualizado, interessa-nos agora refletir o processo em que nos continuamos a afastar das propriedades mais imediatas dos dados, e a aproximarmo-nos de temas mais teóricos, abrangentes e compreensivos.

A apresentação da análise nesta etapa será organizada em função das QCI cuja estrutura identificamos no Cap. II (Método). Neste caminho não será descurada a necessidade do refinamento da formulação dessas questões, com a derivação de subquestões mais específicas para as quais fomos sendo conduzidos ao longo da descrição dos Dados de Conteúdo (Cap. III, secção 2).

### **1. QCI A – Quais são as dimensões ambientais dos Ambientes Recreativos Noturnos?**

O primeiro grande objetivo da investigação foi apresentado como a intenção de contribuir para uma descrição informativa das dimensões físicas e sociais que, numa perspectiva Ambiental-Ecológica, entendemos estarem a contribuir para a natureza específica das interações pessoa-ambiente que têm lugar nos ambientes recreativos noturnos. Essa intenção estava contida na QCI A e suas QT:

#### **Quadro 14**

##### *Questão Central de Investigação A)*

QCI A) Quais são as dimensões ambientais dos ARN?	QT1 Dimensões Físicoambientais
	QT2 Dimensões Socioambientais

A dimensão social considerada na sua interdependência com a dimensão Físicoambiental “é uma condição inalienável das interrelações pessoa-ambiente” (Pinheiro, 1997, p.390), devendo os “aspectos funcionais dos ambientes ser considerados ao lado dos seus atributos mais simbólicos” (idem). Pelo facto de o reconhecimento dessa

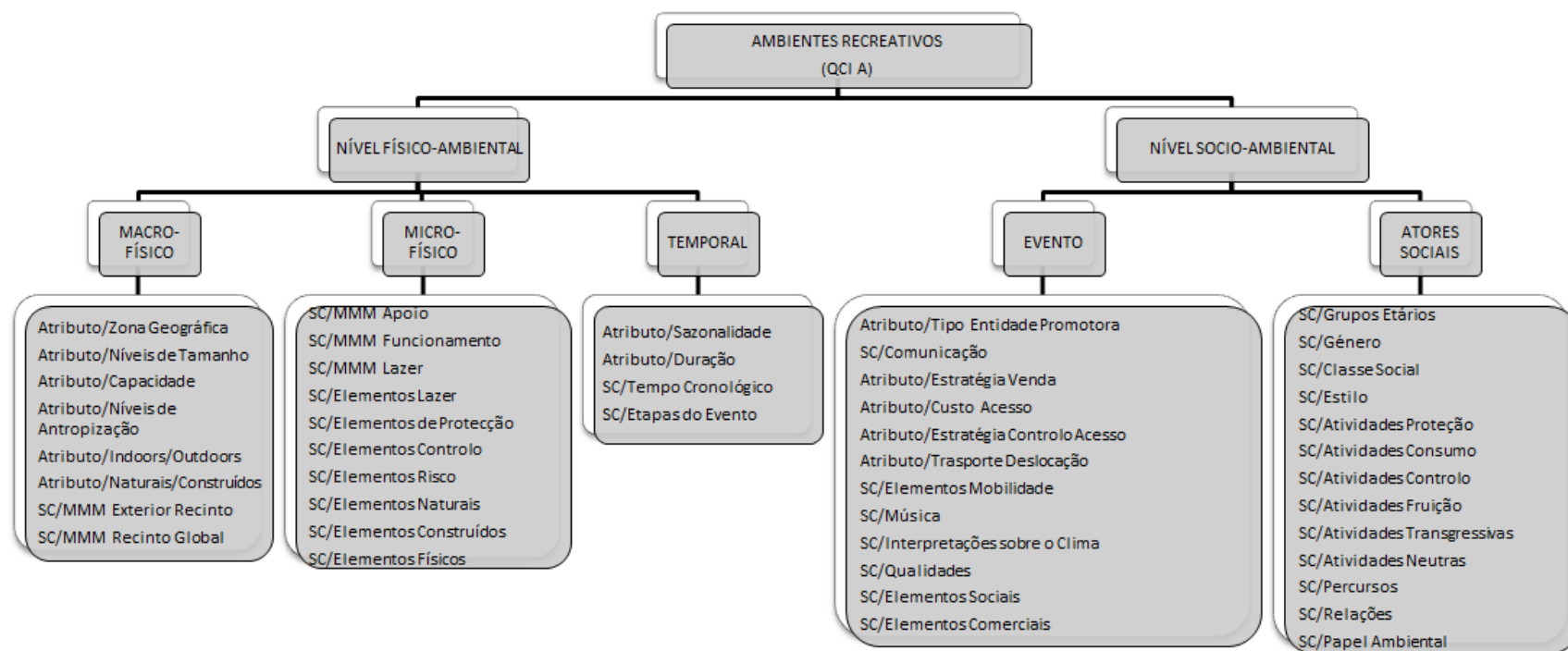
interdependência estar na base do nosso projeto, e tomando por ponto de partida a identificação desses factores a partir dos eventos analisados, avançamos para a sua identificação no SC (cf. Secção 2, Cap. III) e no conjunto das classificações que estavam a caracterizar os dados (cf. Secção 1, Cap. III), com a intenção de buscar as respostas às QT1 e QT2.

Percebemos que os ambientes recreativos noturnos estão, do ponto de vista das *dimensões físicas*, a organizar-se em primeiro lugar em redor de *dimensões macro-físicas* que se reportam, como a designação indica, a aspectos do funcionamento físico geral e de maior escala de um ambiente. Aqui incluem-se categorias e classificações dos dados como a *zona geográfica*, os *níveis de tamanho*, a *capacidade*, os MEIOS E MICROMEIOS DO RECINTO GLOBAL (1.3.3), entre outros. Estão a organizar-se, depois, em redor de *dimensões microfísicas* reportadas a *settings* (ou nichos) mais específicos dentro de um AR, de onde emergem elementos igualmente específicos, como é o caso dos MEIOS E MICROMEIOS DO INTERIOR DO RECINTO (1.3.2) e ELEMENTOS (1.4) interpretados como estando a cumprir distintas funções. Consideramos ainda a *dimensão temporal*, a última das *dimensões físicas*, antecipando que a contextualização dos incidentes relativamente ao processo, temporalidade e duração de um evento se tornaria fundamental, saliente que era a variabilidade dos dados relativamente a esta dimensão.

Um outro conjunto de categorias do nosso sistema estava, depois, claramente a remeter-nos para as *dimensões sociais* no funcionamento organizadas em redor de *dimensões sociais do evento*, e de *dimensões sociais dos atores sociais*. Ainda que quase sempre protagonizadas por atores sociais identificáveis, esta divisão das *dimensões sociais* procura distinguir as categorias que remetem especificamente para os atores sociais e suas características por um lado, e dinâmicas supra-individuais do funcionamento do evento que ultrapassam a sua materialidade física, por outro.

As categorias e classificações dos dados que contribuíram para caracterizar as dimensões ambientais dos ambientes recreativos noturnos foram organizadas na Figura 14, com a intenção de facilitar a sua visualização e ilustração, e que já foram descritas noutros momentos da apresentação dos resultados (cf. Cap. III).

**Figura 14.** Dimensões Ambientais dos Ambientes Recreativos Noturnos.



## 2. QCI B) Que fenómenos emergem do funcionamento dos AR?

A segunda QCI refletia a intenção do projeto de conhecer e descrever os AR do ponto de vista dos fenómenos que estavam a emergir no decurso do seu funcionamento.

Quadro 15

*Questão Central de Investigação B)*

QCI B) Que fenómenos emergem do funcionamento dos AR?	QT3 Incidentes e acontecimentos nos dados decorrentes do funcionamento dos ARN
---	--

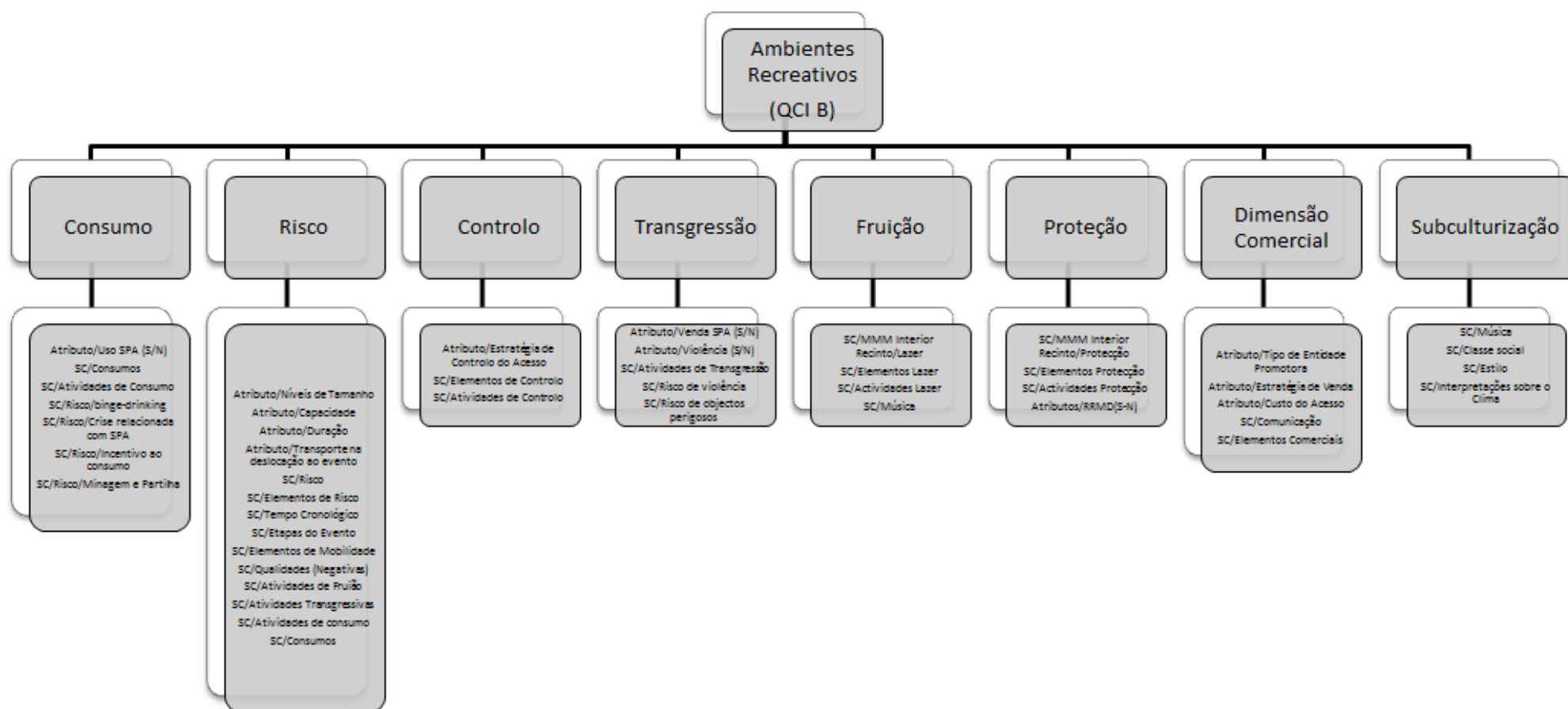
Alguns desses fenómenos (como por e.g. o uso de SPA, a violência, o risco) eram já antecipados na recolha dos dados esperando-se que a investigação contribuisse para o conhecimento mais aprofundado das dinâmicas que rodeiam a sua manifestação. Mas a presença de um conjunto de outros fenómenos foi integralmente decorrente do processo de análise dos dados.

A emergência de uns e de outros tornou-se visível à medida que fomos descrevendo o SC, processo que colocou em evidência a presença de um conjunto de incidentes relacionáveis com *temas* no projeto cujo conhecimento (sobre dimensões FA e SA que rodeiam a sua manifestação) temos condições para aprofundar (QCI C). Assim, a exploração do SC conduziu a uma reorganização das categorias e subcategorias em redor desses *temas*, a saber: *consumo*, *risco*, *controlo*, *transgressão*, *dimensão comercial*, *fruição/bem-estar*, *subculturização* e *proteção/apoio*. Nesta exploração o enfoque foi nas categorias e subcategorias que estavam a fazer emergir de forma direta o tema em questão, excluindo-se aquelas que se limitam a oferecer contexto (Físicoambiental e Socioambiental) a esse tema. A forma como o SC está a contribuir para a emergência destes temas está resumida no diagrama da Figura 15.

O tema *Consumo* está a referir-se ao uso de substâncias, psicoativas e não-psycoativas, lícitas e ilícitas. Está a incluir referências diretas ao uso dessas substâncias, mas também referências às dinâmicas relativas ao seu acesso, manipulação, estratégias de controlo que o têm por alvo, e dinâmicas de risco e proteção que estão a rodeá-lo.

O tema *Risco* é relativo ao *comportamento de risco* dos atores sociais, mas também é considerado por nós na sua expressão mais *ambiental*, atendendo ao conjunto das dimensões (FA e SA) do funcionamento e da estrutura dos ambientes recreativos noturnos que são interpretados como potencialmente promotores de *risco*. O *risco* diz respeito a todos os aspectos que potencialmente interferem com a saúde, bem-estar e segurança dos atores sociais que deles participam, independentemente desses aspectos resultarem de comportamentos

**Figura 15.** Temas emergentes do sistema de categorias



individuais desses atores sociais, ou de características FA e SA do espaço sobre as quais os comportamentos e atitudes dos *participantes* têm nula ou reduzida influência.

O tema do *Controlo* diz respeito ao conjunto das iniciativas por parte de atores sociais ligados à gestão do evento (*organizadores, promotores*) e de atores sociais que trabalham no evento (*utilizadores trabalhadores* tais como *seguranças e porteiros*), que visam zelar por um conjunto de regras de funcionamento, formais e informais, cuja expressão pode variar consideravelmente na sua forma e motivação. Concretamente, percebemos que o comportamento de uso de SPA ilícitas, por e.g., pode estar a ser tolerado num evento, podendo noutro estar a dar lugar a iniciativas específicas e intencionais de vigilância do espaço que têm por alvo o seu controlo (através de atividades como *circular no espaço, fazer revistas aos participantes*, etc.). Percebemos também, como dizíamos, que as motivações para o exercício do controlo podem variar consideravelmente, podendo um mesmo evento apresentar diversas *atividades de controlo* com intenções muito distintas. A motivação mais frequente para o exercício do controlo é o zelo pelos interesses comerciais do *gestor, promotor* ou *organizador* de um evento. Essas iniciativas incluem, por e.g., a atividade *gerir entrada*. Outra motivação diz respeito ao zelo pela segurança e bem-estar dos participantes e está subjacente, por e.g., ao controlo da circulação e consumo de SPA ilícitas num recinto. Esta motivação pode estar a surgir como uma prática efetiva, ou simplesmente como uma prática de *ilusão de controlo* (ou de *ilusão de zelo pelo bem-estar e segurança*) – por e.g., o controlo etário dos *participantes* através do pedido de BI à entrada não é sistemático; os *participantes* são revistados para despistar presença de SPA ilícitas à entrada, e os *trabalhadores seguranças e porteiros* circulam no recinto para controlar tráfico e consumo, mas é permitido acesso aos *utilizadores traficantes* por esses mesmos *trabalhadores*. O controlo pode estar, ainda, a ser utilizado com a motivação da aplicação de procedimentos de diferenciação social através da atividade de *selecionar* participantes no acesso a um evento. Finalmente, um outro tipo de motivação frequente para o controlo social, que é a sua expressão mais repressiva e securitária, parece estar praticamente ausente dos AR o que se conclui pela reduzida presença e intervenção de *agentes de controlo* como *forças policiais*.

O tema *Transgressão* diz respeito a atividades que configuram ações ilegais como *traficar* e *agredir* e que estão a envolver os *utilizadores participantes* e *utilizadores traficantes*. Percebe-se, assim, que a interferências de outros atores sociais como *agentes de controlo* (*forças policiais*) e *utilizadores trabalhadores* (*seguranças*) que são referidos nos incidentes transgressivos estão a apresentar-se exclusivamente num papel de mediação de conflito, não se apresentando nem como vítimas nem como agressores das interações

violentas. O tema da *transgressão* e, consequentemente, o tema da *violência* que nele acaba por estar contido, apresentam uma reduzida expressão nos dados, quer do ponto de vista da sua frequência como da sua gravidade, com interações agressivas que estão a envolver especificamente os *participantes*, e sem que estes possam ser associados a qualquer perfil identificável do ponto de vista da sua pertença cultural. Uma conclusão importante é de que estes temas não são temas definidores do que está a acontecer nos AR. Atendendo a que os incidentes *traficar* e *agredir* estão a ter lugar em PO distintos, os nossos dados não parecem reforçar a ideia de um *cluster de problemas* que a literatura diz ser frequente no lazer noturno noutros países.

O tema da *Fruição*, que configura o que interpretamos como a motivação central para a participação nos ambientes recreativos, diz respeito aos aspectos nos dados que foram interpretados como atitudes de prazer e envolvimento na relação dos participantes com um evento. Ainda que essa atitude possa ter graus variáveis – desde a simples presença relativamente descomprometida com uma conversa ao balcão do bar, até à procura ativa da intensificação dessa presença através, por exemplo, do reforço do uso de álcool ou do recurso a SPA ilícitas – o denominador comum é, como dizíamos, o prazer e a diversão no envolvimento nessas atividades. É esperado, então, que as dinâmicas que rodeiam o tema do *consumo* e do *risco* possam estar a cumprir também esta função. Mas não só. Atendendo a que o que ocupa os participantes dos eventos observados é, sobretudo, a dedicação a alguma forma de expressão de *prazer*, *envolvimento*, *fruição*, outras dimensões da *fruição* e do *prazer* devem ser destacadas. Ainda que de modo mais ou menos relacionado com o tema do *consumo*, a apresentação dos ambientes recreativos noturno como acontecimentos que estão a promover o encontro e o convívio com pares socialmente, grupalmente ou subculturalmente valorizados, o disfrutar de uma cena musicalmente valorizada, o envolvimento através da dança, e a oportunidade para interações erotizadas, emergem como temas de relação potencialmente relevante com a *fruição*.

O tema *Proteção* diz respeito às iniciativas orientadas para a prevenção do impacto de potenciais riscos relacionados com a participação em ambientes recreativos noturnos. Essas iniciativas podem estar a ser protagonizadas pelos *participantes* que estão desse modo a proteger-se do impacto que algumas das características dessa participação podem ter sobre a sua saúde e bem-estar; ou podem estar a ser protagonizadas por outros atores sociais (por e.g. *utilizadores trabalhadores*) cujas atividades estão a visar a proteção dos *participantes*. Para



que uma atividade seja codificada como sendo de proteção a sua intenção tem de suplantar a do *controle*, i.e., tem de visar explicitamente o zelo pelo bem-estar e pela defesa dos interesses e da segurança do público de um evento, desempenhados proactivamente, e independentes do zelo pelos interesses, por exemplo, comerciais, dos promotores de um evento. Nesse sentido é um tema que apresenta semelhança com o âmbito da RRMD. Essas intervenções assumem formas específicas como a distribuição de informação sobre SPA, legislação e saúde, o *pill-testing*, os testes de alcoolemia, a distribuição de preservativos e de parafernália utilizada nos consumos de SPA, a distribuição de água potável e bebidas isotónicas, as abordagens mediadas pela internet e pelo uso de videojogos e realidade virtual, a promoção do envolvimento e formação de promotores e *staff*, e a disseminação de orientações para a promoção da saúde a partir do desenho dos próprios ambientes (*healthy settings*). Os dados incluem referência à oferta de várias destas estratégias e uma avaliação sobre a sua disseminação (que é muito baixa) no conjunto dos eventos observados. Permitem desse modo um retrato de como está a ser concretizada a RRMD nestes ambientes ou, posto de uma outra forma, um retrato sobre a proteção e promoção do bem-estar disponível aos *participantes* dos ambientes recreativos.

O tema a que temos de fazer referência em seguida é a *Dimensão Comercial*. Se atendermos a que o lazer noturno é, em essência, uma atividade económica de prestação de serviços de entretenimento que depende da venda desse serviço e da venda de produtos (como as bebidas alcoólicas) que lhe estão associados, a emergência do tema da *Dimensão Comercial* é inevitável no âmbito do nosso projeto. É para o tema da *Dimensão Comercial* que está a contribuir a categoria *Comunicação*. Também contribuem para este mesmo tema uma grande variedade de *elementos* (como os *preços*, as *promoções*, o *mercandizing*) e de *atividades* (como a *divulgação*, o *acolhimento* e *atendimento* de clientes, o ato de *vender* bebidas e outros produtos, etc.). Já tínhamos visto que um conjunto de *atividades de controle* se destinam, igualmente, a zelar pela salvaguarda dos interesses comerciais das *entidades promotoras*. A *Dimensão Comercial* permite-nos conhecer de que forma os vários eventos se tornam acessíveis e conhecidos do seu público de *participantes*, que estratégias usam do ponto de vista da venda de ingressos e da gestão da acessibilidade, que políticas os orientam do ponto de vista dos preços praticados e da venda de bebidas alcoólicas. Pontualmente os nossos dados informam-nos sobre as percepções dos *observadores* relativamente a como é que essas estratégias são recebidas pelos *participantes*. Também encontramos pistas sobre o

seu impacto do ponto de vista da relação com os temas do *risco* e da *proteção*, através por e.g., do facto de as *promoções* oferecidas terem quase sempre que ver com a venda de bebidas alcoólicas, podendo ser interpretadas como estratégias de *incentivo ao consumo*.

O último dos temas para o qual voltamos a nossa atenção foi o tema da *Subculturização*. Se atendermos a que os ambientes recreativos noturnos são predominantemente (embora não exclusivamente) frequentados por populações juvenis; se atendermos a que no passado uma das vias para estudar a expressão juvenil subculturalmente organizada foi precisamente o estudo das suas formas de lazer e ócio; e se atendermos, finalmente, a que a chegada da música electrónica de dança é reconhecida na literatura como um fenómeno que vem modificar substancialmente a concepção sobre os movimentos e grupos que participam das novas cenas noturnas a ela associadas, *miscigenando* essas cenas e alterando a visão sobre a relação entre o *underground* e o *mainstream*; então o tema da *subculturização* tem necessariamente de merecer a nossa atenção. Nos nossos dados o tema da *subculturização* define-se pelo encontro entre o conjunto das características dos *participantes* (em termos da interpretação sobre a sua *classe social* e sobre os *elementos de estilo* da sua *estética visual*), e o conjunto das características dos eventos (como por e.g. a *música*), que estão a promover um *clima* geral pontuado pela homogeneidade da relação entre características das pessoas e características dos ambientes.

### **3. QCI C) Como é que as dimensões FA e SA interagem para produzir esses fenómenos?**

Na terceira e última QCI antecipávamos que, identificadas as *dimensões ambientais* dos AR e identificados os incidentes que estavam neles a ter lugar pudéssemos agora desenvolver um conhecimento mais específico sobre a forma como *dimensões fisicoambientais* e *dimensões socioambientais* se apresentavam na presença desses incidentes. A expectativa era de que pudéssemos compreender, nesta etapa, que interações entre NFA e NSA estavam a produzir os fenómenos em questão. A QCI C, formulada antes remetia para a exploração dessa relação:

## Quadro 16

### *Questão Central de Investigação C)*

QCI C) Como é que as dimensões FA e SA interagem para produzir esses fenómenos?	QT4 Caracterização FA dos eventos em que se estão a manifestar os incidentes nos dados, decorrentes do funcionamento dos ARN
	QT5 Caraterização SA dos eventos em que se estão a manifestar os incidentes nos dados, decorrentes do funcionamento dos ARN

No entanto, e na sequência do conhecimento produzido através da apresentação e discussão dos Dados de Conteúdo (cf. Secção 2, Cap. III), as QT que visavam a operacionalização dessa questão central puderam ser refinadas. Esse refinamento resultou de ter sido possível nessa etapa anterior, e tal como demos conta a respeito da QCI B, conhecer o conjunto de fenómenos que estavam a ocorrer. A partir daí foi possível a formulação de subquestões de carácter mais específico que permitem que uma operacionalização dessas mesmas questões fosse orientada já pelas possibilidades oferecidas pelo SC. Essas possibilidades dizem respeito à oportunidade de contextualizar cada fenómeno relativamente aos seus elementos constituintes, aos seus protagonistas, ao *setting* específico em que estão a ocorrer, às percepções que são expressas a seu respeito e, finalmente, quanto à sua relação com outros fenómenos.

Essa exploração incidirá, apenas, sobre os temas do *Consumo de SPA Ilícitas*, do *Risco*, e da *Proteção*. Essa exploração não é desenvolvida relativamente aos temas do *Controlo*, da *Fruição*, da *Transgressão*, da *Subculturização* e da *Dimensão Comercial*. Não é incomum o reconhecimento, por parte do investigador qualitativo, de que a pesquisa apresenta um carácter aberto e frequentemente inacabado, ditado por motivos de ordem prática, relacionados por exemplo com o tempo que é possível dedicar à análise ou o término de outros recursos (Saldaña, 2011). O mesmo tipo de constrangimentos ditou a nossa seleção, de entre as possibilidades da análise, pelos temas cuja expressão no conjunto dos dados se afigurava à partida mais rica e intensiva, e também mais coincidente com os nossos objetivos iniciais de investigação. Reconhecemos, todavia, que fica por completar a abordagem a temas de clara relevância para a compreensão do fenómeno.

É o percurso por essa nova estrutura das questões teóricas que orientará a nossa análise ao longo desta secção (cf Quadro 17). Antes desse aprofundamento é necessária, porém, uma

clarificação relativamente aos procedimentos da análise que orientam esta nova etapa. Como já havíamos documentado ao longo do Cap. III, a descrição dos dados foi suportada em dois níveis de informação – a informação resultante de propriedades que caracterizam os eventos em relação a atributos de carácter mais transversal (através das ferramentas *Classifications* e *Attributes*<sup>32</sup> do *Software Nvivo9*) e a informação do SC resultante da análise ao conteúdo dos PO. Esses níveis de informação cobrem universos distintos dos dados, concretamente: o universo dos Eventos Observados (EO) (N=128), e o universo dos Eventos Analisados (PO) (N=14). Assim, enquanto que na análise dos EO podíamos contar apenas com o nível de informação relativo a propriedades e atributos de natureza mais transversal, já no universo dos PO podíamos contar com ambos os níveis de informação (classificações e SC). Interessa clarificar que na exploração das respostas às QI que se segue procurámos tirar partido de todos os níveis de informação disponíveis para a resposta a cada subquestão. Para o efeito foram utilizadas distintas ferramentas do *software Nvivo9* de cuja utilização daremos conta sempre que oportuno.

#### Quadro 17

##### *Questões Teóricas da Questão Central de Investigação C)*

QCI C) Como é que as dimensões FA e SA interagem para produzir esses fenómenos?	<p>QT4 Dimensões FA dos eventos rodeiam os vários fenómenos emergentes nos dados.</p> <p>QT4.1 Dimensões FA do Consumo</p> <p>QT4.2 Dimensões FA do Risco</p> <p>QT4.3 Dimensões FA da Protecção</p> <p>QT5 Dimensões SA dos eventos rodeiam os vários fenómenos emergentes nos dados</p> <p>QT5.1 Dimensões SA do Consumo</p> <p>QT5.2 Dimensões SA do Risco</p> <p>QT5.3 Dimensões SA da Protecção</p>
---	---

---

<sup>32</sup> *Atributos* são uma ferramenta do *Software Nvivo9* que permite classificar os dados do projecto relativamente a propriedades que podem ser expressas em valores ou alternativas de classificação finitas, antecipáveis, classificação essa aplicável a todos esses itens de dados do projeto. As *Classificações* são a ferramenta que, por sua vez, reúne um conjunto de atributos.

Cada tema é explorado, depois, na lógica de um procedimento inspirado na *Grounded Theory*, e que corresponde ao recurso a *grupos contrastantes* (cf Cap. II). Nesta etapa da análise essa abordagem foi operacionalizada a partir da opção por começar por criar, a partir dos dados disponíveis, o grupo dos eventos que se agrupavam de forma mais consistente em redor de cada um dos temas. Essa opção resultou na identificação dos seguintes grupos: GRUPO-CONSUMO, GRUPO RISCO e GRUPO PROTECÇÃO. Cada um destes grupos foi caracterizado por relação com as dimensões FA e SA emergentes das respostas à QCI A). Os Capítulos que se seguem apresentam os resultados da exploração das explicações ambientais que podem ser oferecidas sobre os temas do *consumo*, *risco* e *proteção* nos ambientes recreativos.

---

**CAPÍTULO V**

**AMBIENTES RECREATIVOS NOTURNOS E USO DE SUBSTÂNCIAS  
PSICOATIVAS ILÍCITAS**



## 1. Um ponto de situação entre os dados e a Literatura

É extensivo o material, emergente da descrição do sistema de categorias, que dá conta da presença deste fenómeno nos nossos dados. Esse contributo surge sobretudo da categoria CONSUMOS (2.2.2) em que reunimos as dimensões observáveis do comportamento de uso de substâncias, psicoativas e não-psycoativas, lícitas e ilícitas, que estavam a ser utilizadas nos eventos analisados.

Antes de retomarmos a exploração dos dados propomo-nos apresentar algumas linhas gerais do conhecimento atual disponível sobre o fenómeno do uso de SPA com o objetivo de contextualizar os nossos dados empíricos sobre este tema. Interessou-nos sobretudo essa exploração a partir da informação disponível para o contexto português. Esse conhecimento tem sido obtido primordialmente a partir da metodologia de inquérito, que tem vindo a ser descrita como útil para evidenciar a evolução geral do uso de SPA, mas limitada no que toca à produção de conhecimento sobre a evolução dos consumos que efetivamente causam problemas às pessoas que tomam drogas em particular, e à sociedade em geral (Quintas, 2011). Essa limitação tem vindo a ser contornada com o desenvolvimento de metodologias de *estimação de consumo problemático*<sup>33</sup> que monitorizam indicadores relacionados com o registo de indivíduos em tratamento nas instituições especializadas, mortes relacionadas com o consumo e casos notificados de VIH/SIDA (Negreiros e Magalhães, 2009; Quintas, 2011). Mas outra limitação dos inquéritos sobre drogas a que o contexto português não ofereceu ainda resposta é relativa ao conhecimento da população que frequenta especificamente o lazer noturno, informação essa produzida, embora não de forma regular, noutros países europeus (EMCDDA, 2006). Assim, o conhecimento sobre a evolução dos consumos está organizado em redor de três grandes estratégias – os inquéritos à população geral, os inquéritos em meio escolar, e os inquéritos junto de populações e contextos específicos (inquéritos naturalistas nos ambientes recreativos e a jovens frequentadores, e estimativas do consumo problemático). Esses inquéritos abrangem os consumos de substâncias lícitas (sobretudo álcool, mas também tabaco, psicofármacos e outros psicoativos de venda legal) e ilícitas.

---

<sup>33</sup> O *consumo problemático de drogas* é definido como o “consumo de drogas injectável, ou o consumo prolongado e regular de opiáceos, cocaína e ou anfetaminas” (Quintas, 2011; OEDT, 2004)



## 1.1 O caso do Álcool

No que toca às SPA lícitas existem em Portugal dados relativos ao consumo de álcool na população geral que informam sobre a evolução das prevalências entre 2001 e 2007, sobre as preferências de consumo associadas a diferentes bebidas, sobre a prevalência dos casos particulares do *binge-drinking* e da embriaguez, sobre as tipologias de consumo, e sobre as tendências em função de espaços e lugares, entre outros indicadores (Balsa, Vital & Pascueiro, 2011). Existem, depois, dados de dois grandes inquéritos nacionais em meio escolar – o *Inquérito Nacional em Meio Escolar* - INME (Feijão, 2012) e o inquérito da Organização Mundial de Saúde (OMS) implementado em Portugal designado *Health Behavior for School aged Children* - HBSC (Matos, Simões, Tomé, Camacho, Ferreira, Ramiro, Reis, Diniz, Gaspar, Veloso, Loureiro, Borges & Equipa Aventura Social, 2010). Dados específicos para o consumo de SPA Lícitas no lazer noturno estão disponíveis a partir de um estudo recente realizado junto de uma amostra de jovens participantes nestes ambientes em nove cidades portuguesas, que representa o único esforço nacional de aproximação à especificidade das prevalências do consumo entre esta população (Lomba, *et al.*, 2011).

O inquérito ao *Consumo de bebidas alcoólicas em Portugal* (Balsa, *et al.*, 2011) oferece dados a partir da população geral. No nosso país a PLV (prevalência ao longo da vida) do consumo de bebidas alcoólicas é de 79%, a PUA (prevalência no último ano) é de 70%, e a PUM (prevalência no último mês) é de 59%. Olhando a distribuição etária destas prevalências percebe-se que a PLV “é mais significativa na população com idade superior a 25 anos, destacando-se os grupos etários 25-34 anos, 35-44 anos e 45-54 anos onde a proporção de consumidores ronda os 80%” (p.67). Atendendo a que o referido relatório informa sobre a evolução entre 2001 e 2007 é visível uma tendência de aumento na PLV (de 75,6% para 79%) e na PUA (de 65,9% para 70,6%), e uma estabilização da PUM (que se manteve próxima dos 59%). O relatório refere ainda que, no que toca à análise destas tendências por faixas etárias, foi “particularmente significativo o aumento do consumo entre os mais jovens (15-24 anos).” (p.68) Quanto aos tipos de bebidas e sua frequência de uso percebe-se que o vinho e a cerveja são as consumidas com maior frequência. No caso da cerveja, e ainda que o consumo diário seja de percentagem inferior ao do vinho (8,9% e 23,2% respetivamente), percebe-se que o seu consumo semanal e mensal é superior ao que se encontra para outros tipos de bebidas. A PUA de *alcopops* é superior a dois terços do total de consumidores. E as bebidas espirituosas são as que assinalam, do conjunto, o consumo mais raro em 2007. No que toca à evolução, os

autores concluem que as tendências encontradas nesse ano seguem as já definidas em 2001, observando-se porém “uma ligeira diminuição do consumo diário e repetido de vinho, e uma ligeira diminuição do consumo de bebidas espirituosas” (Balsa, *et al.*, 2011, p.79).

O mesmo inquérito analisa os casos particulares do *binge-drinking* e da embriaguez, fenómenos de grande expressão no lazer noturno. O *binge drinking*, definido pela “frequência de consumo de seis ou mais bebidas alcoólicas na mesma ocasião” (Balsa et al., 2011, p.86) é um padrão de uso reconhecido por 41,6% da população respondente. A prática diminuiu ligeiramente entre 2001 e 2007 (de 43,2% para 41,6%), e está associada às camadas etárias mais jovens, atendendo à sua tendência a diminuir com a idade (as respostas afirmativas atingem percentagens mais altas nos mais jovens, representando 48,3% no grupo dos 15-24 anos). Apesar das tendências de consumo regular de bebidas alcoólicas, a maior parte da população consumidora afirmou nunca ter ficado embriagada nem no UA (79%) nem no UM (92%). Ainda assim, nota-se um aumento (em 6%) da PUA entre 2001 e 2007.

No que toca, ainda, às tendências identificadas em função de *espaços e lugares* (p.131), quisemos perceber como estava tendencialmente organizado o indicador *atividades noturnas durante o fim-de-semana*, por ser o que mais se aproximava com o contexto da recolha dos nossos dados. Balsa, *et al.* (2011) referem que neste indicador é notória “uma clara diminuição das permanências diárias no lar em detrimento do aumento das atividades fora de casa”, com destaque para o “sair à noite para encontrar-se com amigos” (40% da população geral) (p.131). Os autores concluem ser no âmbito das atividades de fim de semana que “mais se fazem notar as diferenças de modos de vida entre abstinentes e entre consumidores de bebidas alcoólicas” (p. 137), sobretudo entre os participantes com perfis de consumo mais intenso. Estes dados, a par de outros analisados neste âmbito, estão a dar consistência à hipótese de que a participação no lazer noturno pode estar a surgir como um elemento diferenciador dos padrões de uso de álcool mais intensivos e frequentes.

A fim de perceber especificidades da população jovem, agora a partir do contexto escolar (2º e 3º ciclos do ensino público), olhamos os dados disponíveis a partir do INME (Feijão, 2011) e que oferecem uma evolução de tendências em três períodos temporais – 2001, 2006 e 2011. Este inquérito conclui, no seu relatório mais recente, que desde 2001 as prevalências de uso de bebidas alcoólicas têm estado a aumentar. Também a prevalência do uso de tabaco, que diminuiu no período compreendido entre 2001 e 2006, voltou a subir no intervalo entre 2006 e 2011, apresentando tendência recente idêntica ao álcool. Deste modo,

nos últimos dez anos, as PLV das bebidas destiladas e do tabaco, começaram por descer, passando depois a subir; e a embriaguez, avaliada desde 2006, apresentou uma subida, de 34% nesse ano para 42% em 2011 (embora essa tendência se altere nos padrões de uso mais recente – PUA e PUM – em que se regista uma diminuição). Nesses indicadores (PUA e PUM), cerveja, vinho, destiladas, alcopops e tabaco também aumentaram no intervalo entre 2006 e 2011. A título de exemplo, o inquérito permite concluir que no padrão de uso mais recente (PUM), 68% dos jovens respondentes consumiram algum tipo de bebida alcoólica, 50% consumiu especificamente cerveja ou destiladas, mais de 25% consumiu vinho, cerca de 1/5 da amostra esteve embriagada, e mais de 1/3 consumiu tabaco. Olhando os tipos de substâncias lícitas mais usados, este estudo apresenta a cerveja a ocupar o topo (51%), seguida das destiladas (50%), dos alcopops (44%), do tabaco (36%) e, finalmente, o vinho (28%). Esta sequência de tendências de uso no que toca a SPA Lícitas aproxima-se mais dos nossos dados resultantes de observação naturalista, comparativamente com o que se verificava com as tendências dos inquéritos à população geral.

Dados sobre o consumo de álcool em jovens frequentadores do lazer noturno em nove cidades portuguesas (Lomba, *et al.*, 2011) apontamos o consumo como generalizado a todas as cidades estudadas, abarcando 80% dos respondentes e integrando o conjunto das SPA mais consumidas (*idem*). O estudo aponta ainda o álcool como a SPA em que a iniciação ao consumo se dá mais precocemente (14 anos), relacionando este dado com o contexto cultural português, em que “o álcool está instituído como elemento naturalmente constituinte de eventos sociais, festivos e de diversão” (p.10). O estudo apresenta, finalmente, dados sobre o caso particular da embriaguez – 52% dos respondentes reconheciam a ocorrência de embriaguez no UM. Entre esses, a frequência desse episódio tinha sido de 1,7 ocasiões.

Apesar das limitações óbvias ao estabelecimento de comparações, os inquéritos ao consumo do álcool na população geral revelam tendências de uso que estão bastante distantes das encontradas nos nossos dados empíricos, contraste esse que se esbate nos dados relativos à população em meio escolar e à população frequentadora de lazer noturno, como seria esperado. Com exceção da centralidade da cerveja, de certo modo notada tanto no nosso estudo como nos dados sobre a população geral, a presença do vinho (tão central na população geral) é praticamente inexistente; e as bebidas destiladas, de consumo mais raro na população geral, assumem grande protagonismo no lazer noturno. Este contraste reforça, em nosso entender, a importância e a necessidade da utilização da metodologia de inquérito

naturalista no lazer noturno se pretendemos conhecer os padrões de utilização e as tendências de uso que são específicas destes contextos e populações, em tempo útil para a sua monitorização e adequação de políticas públicas e intervenção social e psicológica. Balsa, *et al.* (2011) referem precisamente esta limitação quando afirmam que os estudos realizados sobre os consumos de álcool têm uma falha comum universal, e que é a “quase inexistência de referências a contextos onde ocorre o consumo (...) já que para tentar perceber o comportamento social de qualquer tipo torna-se essencial saber em que contextos esses comportamentos ocorrem” (p.198).

No que toca ao fenómeno do *binge-drinking*, nos nossos dados foi utilizada uma definição mais livre que formulámos no âmbito da categoria RISCO (1.6). Usámos esse código para codificar os incidentes nos dados em que o uso de álcool pelos participantes estava a ser percebido como *intenso* e *problemático*. Nessa categoria apresentámos o BINGE-DRINKING (1.6.7) como um dos elementos de risco de frequência moderada, com US codificadas em n=3 dos eventos analisados. A respeito deste fenómeno percebe-se, uma vez mais, que é fundamental uma análise enquadrada pela consideração do seu contexto natural de ocorrência.

Apesar de várias referências à embriaguez dos atores sociais (que está a ser descrita na categoria CONSUMOS (2.2.2) mas também noutros momentos do sistema de categorias), não incluímos uma codificação específica para este incidente dos dados. O que estava a acontecer era que a referência à embriaguez, enquanto dimensão mais qualitativa da relação com o consumo de álcool, acabou por ficar diluída nos dados relativos às outras propriedades deste uso. Tal constitui-se como uma limitação do nosso sistema de categorias, que nos impede de estabelecer qualquer paralelo entre os nossos dados e o fenómeno da embriaguez reportado pela literatura.

Os dados sobre as *atividades* noturnas *durante o fim-de-semana* estão, como dizíamos, a dar consistência à hipótese de que a participação no lazer noturno é um elemento definidor da presença de padrões de consumo de álcool mais frequentes e intensivos. Trata-se de um dado interessante já que permite constatar, a partir do conhecimento sobre os hábitos da população geral, uma tendência em tudo análoga à que também é registada quando olhámos os nossos dados sobre o consumo de álcool, e que remetem para a centralidade do consumo de bebidas alcoólicas. De notar que na categoria SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (2.2.2.3.1), qualquer um dos códigos relativos a bebidas alcoólicas com exceção de VINHO

(2.2.2.3.1.1.4), tem sempre frequência muito superior por comparação com quaisquer outros códigos relativos a SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ILÍCITAS (2.2.2.3.1.2) ou até em comparação com SUBSTÂNCIAS NÃO-PSICOATIVAS (2.2.2.3.2). Isto significa, concretamente, que nos eventos analisados, o consumo de bebidas alcoólicas está a ser reportado como mais frequente do que, por exemplo, o consumo de ÁGUA (2.2.2.3.2.1) ou de TABACO (2.2.2.3.2.2).

## **1.2. O caso das Substâncias Psicoativas Ilícitas**

A evolução epidemiológica dos consumos de SPA ilícitas em Portugal e no panorama europeu são conhecidos, à semelhança do que acontece para as SPA lícitas, através das mesmas metodologias: os inquéritos à população geral, os inquéritos em meio escolar, e os inquéritos junto de populações e contextos específicos (como são exemplo os inquéritos em ambientes recreativos e as estimativas de consumo problemático).

Reverendo os dados relativos aos inquéritos à população geral, percebemos que a PLV do consumo de SPA ilícitas aumentou entre 2001 e 2007 (Balsa, *et al.*, 2008). Essa conclusão é válida para ‘qualquer substância’ (de 7,8% para 12%), para a SPA de maior consumo - a cannabis (de 7,6% para 11,7%), mas também para as de consumo mais residual (e.g. cocaína aumentou de 0,5% para 1,9%; ecstasy aumentou de 0,7% para 1,3%). Essa tendência verifica-se também para os indicadores de consumo no último ano (PUA) e último mês (PUM).

No que toca a tipologias das experiências de consumo, os dados para a população portuguesa indicam que entre 2001 e 2007 duplicou (de 4,4% para 8,2%) a percentagem do tipo *desistentes* (i.e. de indivíduos que consumiram alguma vez na vida, mas não no último ano) no indicador ‘qualquer substância’ (Balsa et al., 2008). Nas tipologias relativas às sequências de consumo de quaisquer substâncias verifica-se que aumentou (de 56,4% para 69%) o *consumo não-recente* (i.e., o consumo que ocorreu alguma vez na vida, mas não no último ano nem no último mês) e que, concomitantemente diminuiu (de 31% para 21%) o *consumo corrente* (i.e., o consumo ao longo da vida, no último ano e no último mês). Estes dados são possivelmente indicativos de que as tendências de maior aumento se registaram entre indivíduos que têm um padrão de experimentação, mas não de consumo regular. O conhecimento sobre o que está efetivamente a acontecer em termos da evolução dos padrões de utilização só pode ser efetivamente apurado através de investigação centrada nos sujeitos e nas suas trajetórias de uso.

Do ponto de vista das SPA ilícitas mais consumidas, os inquéritos à população geral apontam a *cannabis* como a ilícita de uso mais relevante (11,7% de PLV em 2007), cuja prevalência em muito se distancia das ilícitas seguintes – a cocaína (1,9%) e o ecstasy (1,3%). Essa tendência é corroborada pelos dados provenientes do INME (Feijão, 2011), de acordo com os quais a *cannabis* foi experimentada por 28% dos alunos do ensino secundário (PLV). O indicador da experimentação, que havia apresentado uma tendência de diminuição entre 2001 e 2006, voltou a aumentar no período entre 2006 e 2011, crescendo para valores superiores aos registados em 2001 (26%) que era o período anterior de maior consumo. No entanto, e à semelhança da tendência enunciada pelos inquéritos à população geral, o consumo de todas as outras SPA ilícitas apresenta valores bastante residuais que nunca ultrapassam os 2% (PLV). Essa tendência preserva-se nos indicadores de PUA e PUM, em que a *cannabis* cresce em 2011 para 23% e para 16% respetivamente. Mas nestes indicadores a prevalência do uso de todas as outras SPA ilícitas apresenta uma tendência de descida consistente, desde 2001 até à atualidade. Ou seja, desde 2001 que a *cannabis* é a única SPA ilícita a aumentar de forma contínua e consistente, configurando um caso à parte de entre o conjunto das ilícitas.

Existem ainda dados relativos ao consumo de SPA ilícitas em Portugal provenientes dos estudos de estimativa de consumos problemáticos (Negreiros & Magalhães, 2009), e provenientes de inquéritos no lazer noturno (Lomba, *et al.*, 2011), que oferecem dados relativos a contextos e populações de consumidores mais específicos. Claramente distanciados da expressão do fenómeno do consumo em ambientes recreativos, não serão aqui revistos os dados provenientes do consumo problemático de drogas. Já os inquéritos a participantes no lazer noturno apresentam grande relevância para a discussão dos nossos dados. O estudo de Lomba, *et al.* (2011) apresenta a *cannabis*, a cocaína e o ecstasy como as SPA ilícitas mais experimentadas por esta população, mas relativamente às quais é também reportado o abandono posterior do consumo. Comparando dados de nove cidades portuguesas, o estudo regista genericamente uma grande variação do consumo de acordo com o critério geográfico. Genericamente, o ecstasy está a apresentar uma presença de menor expressão comparativamente com a cocaína, o que confirma a maior visibilidade atual desta SPA que é reportada também pelos dados dos inquéritos à população geral (Balsa, *et al.*, 2008). O critério geográfico seguido pelo estudo apresenta Lisboa como a cidade com consumos mais expressivos, o que é uma tendência esperada. Esse critério é de menor

relevância para a discussão dos nossos dados, exceptuando o que toca à possibilidade de analisar o que se passa especificamente com a cidade do Porto, que é também o contexto predominante dos dados da nossa amostra.

No Porto o consumo auto-reportado de cannabis (a ilícita mais expressiva) é de 24% (em Lisboa era de 42%); o consumo de cocaína é de 8,4%; e o consumo de ecstasy é de 4,1%. Comparativamente com outras cidades da amostra, o Porto apresenta um consumo mais expressivo de anfetaminas (2%), assim como consumos mais elevados de outras drogas de menor circulação como é o caso do LSD (3%), da heroína (2%), dos *poppers* (3%), dos cogumelos alucinogénios (3%) e da cetamina (1%) (Lomba, *et al.*, 2011).

Balsa (2005), baseando-se em dados extraídos do primeiro *Inquérito Nacional ao Consumo de Drogas na População* (2001), desenvolve uma “análise mais próxima dos atores, procurando em que circunstâncias (ocasiões, lugares, motivações) são utilizadas as drogas, de forma a perceber a relação dos consumos com as situações festivas ou de lazer” (p.17). Este exercício, ainda que não reportado especificamente aos ambientes recreativos e seus participantes, representa um esforço relevante para a compreensão do fenómeno do consumo entre esses atores e contextos. Quando explorou as motivações para o consumo, o autor percebeu que dois terços destas estavam relacionadas com a “melhoria das performances em situações festivas” (p.18). Dentro das ocasiões descritas como *situações festivas* identificou vários tipos de contextos de uso festivo, em que se contam as *festas de passagem de ano* (47%), as *festas públicas* (27%), as *festas techno/raves* (25%) e as *festas de trance* (19%). Ainda que todas as SPA estivessem a ser referidas em todas as situações, a procura de SPA estava também a ser feita em função de efeitos especificamente procurados pelos participantes. Assim, a *cannabis* estava a ser preferida para contextos de transição (final ano letivo, fim serviço militar) e festas públicas; o ecstasy, o LSD e as anfetaminas estavam a ser preferidas para *festas trance e techno/raves*, e o uso de heroína e cocaína estava a ser reportado a respeito de *festas trance* (*idem*). Os locais das primeiras experiências estavam a ser identificados como as *festas* (36%), os *espaços públicos* (18%) e a *casa de amigos* (25%) (*idem*). Aparentemente, a SPA consumida influenciou a escolha do local para o primeiro consumo, sendo referidas preferencialmente os contextos festivos para o uso de cannabis, anfetaminas e ecstasy; e a casa de amigos para a cocaína e a heroína. Depois da primeira experiência os locais diversificaram-se a “espaços habituais de exercício da vida quotidiana” (Balsa, 2005, p.19). O autor conclui genericamente que quando os consumos ultrapassam a

fase da experiência, podem estar a associar outras motivações de consumo à motivação inicial relacionada com os consumos recreativos e ligados à situação de lazer. Para essas outras motivações podem estar a contribuir a frequência, a intensidade do consumo e dimensões ligadas a características dos espaços, sendo essas modulações a definir o estatuto do consumo e suas consequências.

Os dados que associam usos de SPA ilícitas a contextos festivos específicos (Balsa, 2005) são particularmente interessantes porque nos abrem possibilidades à exploração de como se configuram os consumos em ambientes recreativos de características distintas. No estudo de Balsa (2005) esses dados estão a mostrar uma tendência em que a primeira experiência de algumas SPA, como a cocaína, está a ser reservada para contextos mais privados (a casa de amigos). No entanto, a continuação do uso está a trazer consigo a generalização do mesmo a contextos quotidianos de maior visibilidade. A questão da visibilidade do uso está particularmente presente nos nossos dados. Ainda que com variações de meios e micromeios específicos dentro do espaço global do recinto de um evento, os incidentes de uso observados no nosso projeto estão, por definição, a ocorrer sempre num *contexto quotidiano*. A estabelecer-se um paralelismo com o previsto pelos dados de Balsa (2005), este elemento poderá ser indicativo de que no nosso projeto nos encontramos na presença de utilizadores mais experimentados, que provavelmente iniciaram as suas experiências com SPA em contextos privados mas que agora os exibem em espaços de visibilidade variada dentro do recinto de um evento. A exploração cruzada entre os dados relativos aos incidentes de CONSUMO (2.2.2) para as distintas SPA e os MEIOS E MICROMEIOS (1.3) da sua utilização permitirá aprofundar o conhecimento desta associação. No entanto, nem os dados provenientes de inquérito à população geral, nem a observação naturalista, permitem aprofundar o conhecimento de dimensões como os critérios que presidem à escolha da SPA mais adequada a um contexto, ou o estatuto do consumo e suas consequências.

A descrição do nosso sistema de categorias permitiu confirmar uma tendência de uso bastante disseminado da cannabis, cujo consumo está presente em n=10 dos 14 eventos analisados. Também se confirma a presença, ainda que de expressão consideravelmente menor, da cocaína (n=4) e do ecstasy (n=3), reproduzindo-se deste modo o que são as tendências enunciadas pelos inquéritos revistos. Os nossos dados mostram, ainda, que há um conjunto de práticas de ingestão de maior risco – SHOTS (2.2.2.2.3), POLIUSO (2.2.2.2.6),



MINADO (2.2.2.2.5) e SNIFADO (2.2.2.2.4) – que estão a ser codificados para um conjunto limitado de n=3 a 5 eventos. Numa fase mais avançada da análise pretendemos perceber se essa condição tem algum significado do ponto de vista da relação com outros elementos de risco.

Os dados relativos à cidade do Porto (Lomba, *et al.*, 2011) estão a apontar algumas especificidades deste contexto geográfico, como é o caso do consumo mais expressivo de SPA ilícitas de menor circulação, assim como uma menor expressão dos episódios autorreportados de embriaguez. Os nossos dados resultantes de observação naturalista não permitem discutir esta tendência, devido a limitações que decorrem da metodologia utilizada. No nosso estudo, os incidentes observados de consumo de SPA ilícitas foram genericamente codificados como sendo de COCAÍNA (2.2.2.3.1.2.3) sempre que um observador registava um consumo por via SNIFADA (2.2.2.2.4), e codificados como tratando-se de MDMA (2.2.2.3.1.2.4) sempre que o MODO DE UTILIZAÇÃO (2.2.2.2) de uma SPA ilícita era por via INGERIDA (2.2.2.2.1) e MINADA (2.2.2.2.5). No entanto, esta opção de codificação não afasta a possibilidade de as SPA em forma de pó ou pastilhas poderem ser, na verdade, de outra origem que não a assumida. Essa é uma limitação que se regista tanto para a metodologia de observação como para o uso auto-reportado, já que os participantes de um estudo podem acreditar estar a usar um produto, quando na verdade a composição desse produto pode não corresponder à sua expectativa. Essa limitação só é contornada pelo recurso a amostras biológicas para efeitos epidemiológicos (como fluídos orais, urinas e águas residuais), estratégias que não são usadas no nosso contexto, mas que são já usadas no Reino Unido. No entanto, os dados de consumo auto-reportado permitem dar conta de tendências relativas ao interesse e expectativas da população utilizadora, de uma forma mais precisa do que os dados provenientes de observação naturalista.

O estudo de Lomba, *et al.* (2011) está, como dizíamos, a apresentar a cidade do Porto como rodeada de algumas especificidades. O critério geográfico permitiu apontar essa variabilidade nos padrões de uso, que foi interpretada pelos autores do estudo como indicativa da associação do consumo lazer noturno. No caso do Porto arriscaríamos interpretar a menor expressão da embriaguez e a maior preferência por SPA de menor disponibilidade como sinais indicativos da presença de ambientes recreativos menos *mainstreamizados*, o que pode explicar estas originalidades. No entanto, o território da nossa recolha não diverge de outros

no que toca às tendências principais da presença grandemente disseminada do consumo do álcool e da cannabis.

Nesse sentido, uma hipótese que podemos levantar é a de que os nossos dados sobre o consumo de drogas estão a reforçar a leitura do fenómeno das drogas como fenómeno amplamente *normalizado* na atualidade (Parker, et al, 1998; Parker, 2005; Aldridge et al, 2011). Essa hipótese deriva, perante os dados presentes até ao momento, do facto de as drogas estarem disponíveis (TRÁFICAR 2.2.1.5.1) e estarem a ser consumidas na grande maioria dos eventos observados (n=10) de forma bastante visível. Essa conclusão é reforçada pelo facto de a observação direta da ingestão de SPA ilícitas estar a ser frequentemente reportada pelos observadores. Outras análises sobre a associação dos incidentes de consumo com MEIOS E MICROMEIOS (1.3) específicos poderão responder sobre a visibilidade e sobre a aceitação (ou não-interferência) desse comportamento no regular funcionamento dos espaços, o que permite apresentar o consumo como um comportamento amplamente tolerado.

Um outro aspeto que está a ser evidenciado pela literatura e sobre o qual também nos foi possível recolher evidência, é o tema do *poliuso de drogas*. De acordo com dados do EMCDA, o padrão de consumo em poliuso é um indicador importante no cenário do consumo problemático; e entre a população jovem-adulta (15-34 anos) é sabido que os utilizadores intensivos de bebidas alcoólicas (*heavy-drinkers*) têm duas a seis vezes maior probabilidade de usar cannabis e duas a nove vezes maior probabilidade de usar cocaína (EMCDDA, 2009). Logo, o que está a acontecer no fenómeno do poliuso entre população jovem-adulta, é que o álcool está a desempenhar um papel crucial não só na definição da probabilidade de uso de SPA ilícitas, como está também a definir os problemas relacionados com o uso das mesmas. Nos nossos dados, o POLIUSO (2.2.2.6) é um MODO DE INGESTÃO (2.2.2.2) que está a ser codificado num conjunto moderado de eventos (n=4).

Percebemos, globalmente, que as tendências apontadas pelas distintas metodologias no conhecimento dos usos de SPA são grandemente convergentes no que toca à identificação das SPA que estão a ser preferidas pelos diversos públicos juvenis, abordados de forma indiscriminada (inquéritos à população geral), em contextos normativos (meio escolar) ou em contextos quotidianos ligados ao lazer noturno. Percebemos, ainda, que os dados epidemiológicos da população geral (Balsa et al., 2008) sobre tendências de uso por SPA, sobre padrão de uso e sobre grupos etários (15-24) oferecem, em qualquer desses indicadores, reforço à associação do uso de SPA aos utilizadores jovens, aos consumos não-problemáticos

e, indiretamente, ao lazer noturno (Balsa, 2005). Essa tendência justifica o interesse no aprofundamento do comportamento em contexto dessa população mais específica, para que o nosso projeto visa contribuir.

Existe no que toca ao contraste entre essas diversas metodologias, e para além de outras diferenças de qualidade no conhecimento de especificidades da população utilizadora que as medidas mais generalistas não conseguem obter, uma diferença quantitativa saliente. Referimo-nos ao facto de os inquéritos à população geral e os inquéritos em contextos normativos como o meio escolar tenderem a apresentar valores de prevalências consideravelmente inferiores aos que são encontrados quando a população juvenil é abordada nos seus contextos naturais de ócio noturno, seja por inquérito naturalista seja por medidas auto-reportadas. Essa conclusão é reforçada no relatório do EMCDDA (2006) que compila dados sobre o uso de SPA no lazer noturno na UE – “Os estudos dirigidos a população juvenil que frequenta eventos ligados à música de dança na UE reportam consistentemente uma prevalência de uso de SPA muito superior ao que se encontra nos inquéritos à população geral” (p.39). A este respeito, Lomba, *et al.* (2011) contrastam os valores relativos à população geral (Balsa, *et al.*, 2008) com os valores encontrados para os jovens do seu estudo dando conta de um aumento significativo de consumos na sua população. Concluem que a participação no lazer noturno se apresenta como o factor diferenciador que justifica esse contraste. Especificamente, o que pode estar a acontecer é que a participação em ambientes recreativos noturnos cria condições de acessibilidade e facilidade aumentadas no acesso às SPA, o que pode justificar essa taxa de consumo aumentada, e até a precocidade do consumo e experimentação (Hibell, *et al.*, 2009 citados por Lomba, *et al.*, 2011).

O relatório do EMCDDA sobre o uso de drogas em ambientes recreativos nos países da UE apresenta um conjunto de factores contextuais que introduzem heterogeneidade nestes ambientes, e que podem explicar a variabilidade das prevalências encontradas nestes estudos por comparação com as prevalências de outras metodologias. Esses factores são o tipo de *setting*, o tipo de música, o grupo-alvo desse *setting* e o período temporal de uma pesquisa. O relatório procura aprofundar as consequências metodológicas da adoção dessa outra abordagem ao conhecimento sobre o consumo. A principal limitação prende-se com o facto de a heterogeneidade dos *settings* impedir que até mesmo a amostragem através de *targeted sampling* em ambientes recreativos específicos possa conduzir a qualquer forma de amostra representativa, o que limita consideravelmente as comparações – “Quaisquer comparações

devem ser feitas sempre com cautela extrema, atendendo a que a distribuição de idade e género dos respondentes a um inquérito assim como as variações nos *settings* podem explicar as diferenças observadas” (p.39). Ainda assim, algumas tipologias grosseiras<sup>34</sup> têm sido formuladas com a intenção de contornar estas limitações, e o critério da música é também frequentemente seguido como orientação dessa tipologia, ainda que esbarrando mais uma vez em limitações culturais e de outras ordens entre os vários países, que tornam a comparação sempre difícil.

Esta discussão é reforçadora dos nossos objetivos de conhecer quais as características físicoambientais e socioambientais dos ambientes recreativos que estão a contribuir para o fenómeno do consumo de substâncias. Esse conhecimento está por sistematizar até à data, prevalecendo grande dúvida sobre se o que explica o fenómeno é a questão da escala ou dimensão de um evento, a música, ou outra ordem de características. Esta revisão valida, então, o interesse desse exercício para o conhecimento específico de como os factores de ordem ambiental que moderam as transações pessoa-contexto em ambientes recreativos noturnos estão a explicar a relação com o consumo de substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas.

Existe, finalmente, um elemento nos nossos dados sobre o qual não encontramos qualquer referência em toda a literatura revista. Referimo-nos à categoria CENAS DE USO (2.2.2.1) e aos *guiões* de uso de SPA que descrevem dinâmicas mais finas que rodeiam as interações para o consumo nos nossos dados. Este elemento apresenta-se, então, como uma originalidade do nosso projeto. Esta categoria permitiu-nos perceber que o uso de SPA que está a ser observado é, não só, amplamente tolerado como assume também um carácter marcadamente convivial nos ambientes recreativos noturnos. Este dado contribui para o debate sobre a função e motivações para o uso de SPA nestes ambientes. Aparentemente essa função não fica encerrada no interesse estrito pela alteração da consciência, surgindo como um elemento importante nas relações entre os participantes de um evento. Existem, porém, cenas em que a interação para o uso está claramente focada na substância e seu consumo, e que estão mais esvaziadas desta dimensão convivial. Em análises seguintes interessa-nos perceber, então, em que eventos estão a ocorrer estas cenas e que outros elementos as

---

<sup>34</sup> No referido relatório existe alusão a uma distinção entre “grandes festivais de música para milhares de visitantes” vs. “raves e festas de música de dança em clubes mais pequenos, discotecas, lounges, bares de dança e outras áreas de vida noturna” (EMCDDA, 2006, p.39)

constituem. Interessa-nos perceber, ainda, como é que os vários guiões estão a apresentar-se no conjunto dos protocolos de observação analisados e no conjunto das SUBSTÂNCIAS (2.2.2.3) identificadas. Esse exercício poderá clarificar se há regularidades nas rotinas do consumo, de maior ou menor risco, de maior ou menor complexidade, que contribuam para a emergência padrões reconhecíveis no funcionamento e oferta do ócio noturno.

## 2. Dimensões Físicoambientais e Socioambientais do Uso de Substâncias Psicoativas Ilícitas em Ambientes Recreativos Noturnos

Com esta secção pretendemos retomar os dados disponíveis sobre o tema do uso de SPA no nosso sistema de categorias, interrogando-os agora com a intenção de buscar resposta às questões de investigação que permitem explicar a manifestação ambiental e ecológica do fenómeno. Esse objetivo concretiza-se pelo aprofundamento do conhecimento sobre as dimensões físicoambientais e socioambientais que estavam a surgir associadas ao *consumo de substâncias psicoativas ilícitas*, aqui contida a exploração das categorias que oferecem contexto ao consumo do ponto de vista dos *atores sociais* que o protagonizam, do ponto de vista da sua contextualização temporal, do ponto de vista das *percepções* dos *observadores* que estão a ser partilhadas a seu respeito, e do ponto de vista da exploração da relação que apresentam com outros temas da análise. Essas intenções estão resumidas no Quadro 18.

Quadro 18

### *Questões Teóricas do Tema Uso de Substâncias Psicoativas Ilícitas*

QCI C) Como é que as dimensões FA e SA interagem para produzir esses fenómenos?	<p>QT4 Dimensões FA dos eventos que rodeiam os vários fenómenos emergentes nos dados.</p> <p>QT4.1 Dimensões FA do GRUPO CONSUMO</p> <p>QT4.1.1 Em que eventos (observados e analisados) está a ocorrer <i>consumo</i> de SPA ilícitas?</p> <p>QT4.1.2 Que características FA apresenta o GRUPO CONSUMO (macrofísicas e microfísicas)? QT4.1.3 Quando é que o consumo está a acontecer?</p> <p>QT5 Dimensões SA dos eventos rodeiam os vários fenómenos emergentes nos dados</p> <p>QT5.1 Dimensões SA do GRUPO CONSUMO</p> <p>QT5.1.1 Quais as suas dimensões comerciais?</p> <p>QT5.1.2 Como é que os participantes estão a aceder a esses eventos?</p> <p>QT5.1.3 Que percepções estão a surgir sobre esses eventos? Que qualidades estão a ser-lhes associadas? Existe alguma tendência assinalável do ponto de vista do <i>clima</i> que é oferecido por esses ambientes? Como é que está a ser qualificado o ato de consumir SPA ilícitas?</p> <p>QT5.1.4 Quem é que está a consumir SPA Ilícitas? Como se estão a relacionar entre si esses atores sociais? Em que outras atividades estão envolvidos os atores sociais do consumo? E como estão a ser percebidos enquanto consumidores?</p>
---	---

Num primeiro momento, e como meio para identificarmos o universo dos dados em que estava presente o *consumo* e que nos permitiria orientar pedidos subsequentes (QT4.1.1), elaborámos um *Group Query*<sup>35</sup> com a intenção de recortar, do conjunto dos dados, a totalidade de eventos observados e de protocolos de observação em que o *consumo* estava a ser observado (Quadro 19). Tratou-se, portanto, de fazer emergir o GRUPO CONSUMO de entre o conjunto dos dados.

Quadro 19

*Consumo de substâncias psicoativas ilícitas eventos observados e nos protocolos de observação*

<i>Tema</i>	<i>EO</i> ( <i>N=128</i> )	<i>PO</i> ( <i>N=14</i> )
Atributo/Usos SPA Ilícitas ( <u>S</u> /N)	71	11

Essa presença surge, como tivemos já oportunidade de refletir por ocasião da discussão apresentada em ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2), de forma bastante expressiva - em mais de metade do conjunto de eventos observados, e na maioria dos protocolos de observação intencionalmente selecionados para a análise dos dados. O GRUPO CONSUMO, formado por N=71 EO e N=11 PO, foi transformado num *Set* no *Software Nvivo9*, permitindo assim o manejo deste conjunto para efeitos da exploração das respostas às questões de investigação subsequentes.

## 2.1 Dimensões Fisicoambientais do Uso de Substâncias Psicoativas ilícitas

O questionamento sobre o GRUPO CONSUMO permitiu reunir evidência sobre o conjunto de dimensões FA desses eventos (QT4.1.2). O Quadro 20 resume as conclusões mais

<sup>35</sup> A ferramenta *Group Query* do Software Nvivo9 é um recurso que permite explorar relações entre itens de um projecto. No âmbito deste projecto a ferramenta foi utilizada para esse fim sempre que necessitávamos de identificar grupos de dados que partilhavam propriedades ou codificações comuns. A título de exemplo, a identificação nos dados do conjunto de eventos que apresentavam codificação “Sim” para o atributo “existência de uso de SPA ilícitas”.

salientes sobre a forma como o fenómeno do *Consumo* estava a apresentar-se do ponto de vista da sua expressão macrofísica, dados esses obtidos através de *Group Queries* adicionais.

## Quadro 20

### *Dimensões Macrofísicas do Grupo Consumo*

<i>Dimensões Macro-Físicas</i>	<i>EO</i> (N=128)	<i>PO</i> (N=14)
<b>(Zona Geográfica)</b>		
Porto-Cidade	38	8
Porto-Ár.Metropolitana	10	1
Outras Cidades	23	3
<b>(Dimensão)</b>		
Pequenos	4	-
Médios	27	5
Grandes	36	5
<b>(Capacidade)</b>		
Baixa	5	1
Média	22	4
Alta	44	6
<b>(Abertos/Fechados)</b>		
Abertos/Outdoors	37	5
Fechados/Indoors	33	6
<b>(Naturais/Construídos)</b>		
Naturais	33	4
Construídos	4	6
<b>(Meios e micromeios)</b>		
Urbano	-	3
Rural	-	1
Todo o Recinto	-	9

Da análise destes dados percebemos que o consumo está a surgir sobretudo nos eventos da *cidade do Porto* e sua *área metropolitana*, embora também num conjunto de

outras cidades do Norte e do Centro do país. O consumo surge, assim, como um fenómeno dos ambientes recreativos noturnos *urbanos*, mas também nos de *maior dimensão* (N=36 EO e N=5 PO) e com *capacidade* para acolher um maior número de pessoas (N=44 EO e N=6 PO). De notar, ainda, que o consumo pode surgir como um fenómeno cuja presença é notada de forma generalizada por *todo o recinto* (n=9 PO).

A atenção que foi dedicada a descrever estes ambientes do ponto de vista de características macrofísicas do espaço (dimensão *natural* vs. *construída*, e *aberta/outdoors* vs. *fechada/Indoors*) não está a apresentar-se como discriminativa do GRUPO CONSUMO, embora uma tendência para o consumo em espaços *abertos* e em ambientes *naturais* esteja a ser encontrada.

Não é surpreendente o facto de o consumo estar a surgir como um fenómeno mais expressivo nos ambientes urbanos e, dentro destes, sobretudo na cidade do Porto e sua área metropolitana - esta é não só a zona geográfica mais representada na amostra de eventos sinalizados, observados (EO) e analisados (PO), como é também a cidade de maior dimensão geográfica e populacional do Norte do país, factor que faz esperar uma oferta e acessibilidade aumentadas às SPA ilícitas. Adicionalmente, estas tendências podem ser indicativas de que os participantes estão a escolher realizar os seus consumos em ambientes em que, fruto do carácter *aberto* do espaço, da sua maior dimensão e do seu carácter mais densamente ocupado, estes podem apresentar uma *visibilidade* diminuída e uma eficácia diminuída também do ponto de vista da implementação de estratégias de controlo (formal ou informal, efetivas ou *ilusórias*) dirigidas ao consumo. Assim, e apesar de uma disseminação do consumo por *todo o recinto* estar a ser notada no GRUPO CONSUMO (n=9 PO), estes padrões dos dados poderão ser indicativos de que apesar desta presença *normalizada* do consumo, os consumidores (*participantes*) poderão estar ainda assim a fazer o seu comportamento rodear-se de condições que assegurem um menor impacto sobre o ambiente, espelhados num certo recato ou recolhimento da expressão ambiental do comportamento de uso de SPA ilícitas.

Ainda no âmbito da exploração das dimensões físicoambientais no GRUPO CONSUMO procurámos explorar, depois, a expressão de nível mais microfísico do fenómeno (cf Quadro 18, QT4.1.2). Era nossa intenção perceber quais os MEIOS E MICROMEIOS DO INTERIOR DO RECINTO (1.3.2) e quais os ELEMENTOS DE MEIOS E MICROMEIOS (1.4) do GRUPO CONSUMO. Para o efeito recorreremos à ferramenta *Matrizes* do Nvivo9



que, no âmbito agora do conteúdo dos PO codificados para as categorias em questão cruzadas com a categoria ATIVIDADE DE CONSUMO (2.2.1.2), nos permitia perceber esse contexto. Os Quadros 21 e 22 apresentam os resultados dessas matrizes.

Quadro 21

*Dimensões Microfísicas do Grupo Consumo (Meios e Micromeios)*

	Atividades de Consumo
Meios e Micromeios de Apoio	7
Meios e Micromeios de Funcionamento	1
Meios e Micromeios de Lazer	9

Quadro 22

*Dimensões Microfísicas do Grupo Consumo (Elementos de Meios e Micromeios)*

	Atividades de consumo
Elementos de Lazer	29
Elementos de Proteção	1
Elementos de Controlo	4
Elementos de Risco	1
Elementos Físicos	8
Elementos Naturais	6

Percebemos que do ponto de vista dos nichos de espaços, de natureza aberta ou fechada, que um mesmo recinto de um evento integra (*meios e micromeios*), aqueles que estão presentes no GRUPO CONSUMO de forma mais expressiva são os MMM DE APOIO (1.3.2.2) e os MMM DE LAZER (1.3.2.1). Quando o consumo ocorre nos MMM de APOIO está a ocupar sobretudo pequenos espaços que configuram *áreas abertas* e *áreas de chill-out* dedicadas ao descanso. Quando o consumo ocorre em MMM de LAZER está a ocupar espaços de grande visibilidade como a *pista de dança* e o *bar*. “Um outro episódio foi observado cerca das 24.30h. Tratou-se de um grupo de jovens também no chill-out (...)” (PO1); “Um pequeno grupo de participantes no dance-floor estava a partilhar uma garrafa de água “minada”, provavelmente com mdma” (PO4); “Cerca das 06.00h da manhã observou-se um consumo de cannabis fumada na pista de dança entre 2 participantes.” (PO9)

No que toca aos ELEMENTOS (1.4) que estão presentes nesses MMM de consumo, assume maior expressão o elemento *atuações*, mostrando-nos como a situação de *assistir a*

*uma atuação* (por e.g. um concerto) pode estar a constituir-se como contexto favorável ao consumo. Continuam, deste modo, a confirmar-se aqui as tendências enunciadas pela exploração macrofísica da relação ambiental ao consumo. Faz-se notar, a este nível, também uma certa ambivalência dessa interação, desde o consumo nos espaços de maior recolhimento (como as áreas abertas e outras dedicadas ao descanso habitualmente se apresentam), até ao consumo em espaços de grande visibilidade e centralidade, como é o caso dos espaços de dança e de venda de bebidas.

Procurámos, finalmente, o contexto temporal (a última dimensão Fisicoambiental) (QT4.1.3) do GRUPO CONSUMO. Vários elementos do projeto estavam a oferecer esse contexto. Começamos por explorar, através de *Group Query*, como é que se apresentava o atributo *sazonalidade* e o atributo *duração* no GRUPO CONSUMO, considerando o conjunto dos eventos observados e dos protocolos de observação incluídos neste grupo.

#### Quadro 23

##### *Dimensão Temporal do Grupo Consumo (Sazonalidade e Duração)*

<i>Dimensão Temporal</i>	<i>EO</i> ( <i>N=128</i> )	<i>PO</i> ( <i>N=14</i> )
<b>(Sazonalidade)</b>	13	2
1ºTrim./Inverno		
2ºTrim./Primavera	28	3
3ºTrim./Verão	24	3
4ºTrim./Outono	6	3
<b>(Duração)</b>		
Dia Único	40	6
Vários Dias	31	4

A concentração do consumo nas estações do ano associadas aos meses de maior calor surge como bastante evidente neste conjunto de dados. Motivos para isso poderão ser não só a influência direta do factor físico *temperatura*, como também o facto de o período dos meses mais quentes do ano ser também aquele que vê a oferta de ON crescer consideravelmente, surgindo uma maior diversidade de eventos em ambientes abertos e naturais que representam alternativas importantes aos recintos fechados e aos ambientes de discoteca urbana mais

típicos do inverno. A presença mais acentuada do consumo pode, portanto, ser efeito dessa oferta e não necessariamente um efeito direto da *sazonalidade*.

Procurámos, na continuação da exploração do contexto temporal do GRUPO CONSUMO, perceber ainda em que *tempo cronológico* estavam esses eventos a ter lugar, e em que fase da sua evolução estava o consumo a ser especificamente observado. Para obter estas respostas foram elaboradas um conjunto de *Matrizes* no *Nvivo9* que cruzaram as categorias TEMPO CRONOLÓGICO (1.5.1) e ETAPAS DA EVOLUÇÃO DO EVENTO (1.5.2) com a ATIVIDADE DE CONSUMO (2.2.1.2).

Quadro 24

*Dimensões Temporais do Grupo Consumo (Tempo Cronológico e Etapas do Evento)*

		Atividades de consumo
Tempo Cronológico	madrugada	3
	manhã	3
	todo dia	0
	tarde	3
	toda a noite	3
	24 horas	0
	noite	4
Etapas do Evento	fase avançada do evento	9
	fase inicial do evento	6
	fim-de-festa	1
	pico de afluência	1

Apesar de o consumo de SPA ilícitas se estar a concentrar primordialmente nos eventos que estão a acontecer no período da *noite* (21h-03h) e da *madrugada* (03h-06h), verificamos que existem consumos a acontecer em eventos que decorrem em qualquer um dos períodos analisados. No entanto, quando se analisam os incidentes relativos a consumo em função das *etapas da evolução do evento* (que não estão a ser descritas de forma rigorosamente cronológica, mas antes de acordo com a percepção do observador sobre a evolução do evento), percebemos que o mesmo se concentra de forma muito evidente numa *fase avançada*.

Estes dados são indicativos de que os participantes não regulam o seu comportamento de consumo de SPA em função de um horário específico (por e.g. mais tardio), mas antes em função de uma etapa específica de progressão do evento, interpretada como mais *avançada*. Outros momentos dessa evolução, como o consumo numa etapa inicial e no período de *fim-de-festa* não constituem tendências predominantes, embora existam exceções que podem merecer uma exploração mais focalizada do ponto de vista dos eventos específicos em que essas situações estão a ocorrer. Efetivamente, existe um único evento do conjunto dos protocolos de observação (P11) em que a etapa do *fim-de-festa* não está a corresponder a um abrandamento na observação de consumos, evento esse que configura uma exceção que poderá ser útil explorar.

## **2.2 Dimensões Socioambientais no Uso de Substâncias Psicoativas Ilícitas**

A análise foi orientada, seguidamente, para a exploração das dimensões socioambientais do GRUPO CONSUMO. A reorganização do sistema de categorias resultante da resposta à QCI A (*Quais são as dimensões ambientais dos ARN?*) tinha posto em evidência que esse nível socioambiental se operacionalizava em torno de *dimensões dos eventos* e de *dimensões dos atores sociais*. Essas dimensões serão agora questionadas no âmbito deste grupo, oferecendo o contexto em falta para explicar as manifestações do fenómeno nos ambientes recreativos noturnos.

Começámos por procurar perceber como se apresentavam os eventos com consumo do ponto de vista da *dimensão comercial* do seu funcionamento (QT 5.1.1) (Quadro 25). No passado, eventos reconhecidamente associados a expressões significativas de consumo de SPA ilícitas foram descritos como eventos de divulgação muito restrita (Carvalho, 2007). Pretendíamos, agora, explorar essa dimensão relativamente a uma amostra mais recente e diversificada de ambientes recreativos.

O conhecimento sobre a *dimensão comercial* estava dependente da exploração da relação entre alguns atributos das classificações dos dados (*entidade promotora, estratégia de venda, custo do acesso, estratégia de controlo do acesso*) e da categoria COMUNICAÇÃO (1.1) do nosso sistema de categorias, no conjunto dos eventos com consumo de SPA ilícitas. A ferramenta *Group Query* permitiu operacionalizar, em primeiro lugar, a exploração da apresentação dos atributos referidos nesse grupo de eventos,

Quadro 25

*Dimensões Comerciais do Grupo Consumo*

<i>Dimensões Ambientais</i>	<i>EO</i> (N=128)	<i>PO</i> (N=14)
<b>(Entidade Promotora)</b>		
Pública	24	3
Privada	47	8
<b>(Estratégias de Venda)</b>		
À entrada	38	7
Locais Específicos	10	-
Online	1	-
Várias	14	2
<b>(Custo)</b>		
Gratuito	7	3
Até 5€	17	2
6-15€	29	3
>16€	8	1
<b>(Controlo do Acesso)</b>		
Pulseira	15	3
Cartão	20	4
Bilhete	27	3
Outro	2	-

Com a exploração destes resultados percebemos que os eventos do GRUPO CONSUMO são promovidos sobretudo por *entidades privadas*. A forma como os *participantes* estão a adquirir os seus ingressos não é alvo de nenhuma planificação prévia, já que essa aquisição é tendencialmente efetuada *à entrada* do recinto, facto que faz supor estarmos perante eventos de acesso facilitado. São sobretudo eventos de *custo médio*, embora existam exemplos de todos os tipos de ofertas do ponto de vista do *custo*, o que faz supor uma abertura destes eventos a públicos socialmente muito diversificados.

Adicionalmente elaborámos uma *Matriz* com a intenção de perceber como se estavam a apresentar os eventos com consumo do ponto de vista da sua *comunicação*. Pretendíamos perceber a existência de tendências assinaláveis do ponto de vista dos *suportes de comunicação* e das *funções da comunicação* nesses eventos. Percebemos que as *funções da comunicação* nos eventos com presença de *consumo* não apresentam nenhuma tendência assinalável. Percebemos ainda que, do ponto de vista dos *suportes da comunicação*, estão a ser usados sobretudo *flyers*, *patrocínios* e *designações promocionais* nestes eventos.

Deste modo, o conjunto dos dados sobre as características da *dimensão comercial* dos eventos em que o *consumo* está a ter lugar está a apresentá-los como iniciativas de carácter *mainstream*. Isto significa que estamos perante eventos orientados para grandes públicos, para públicos generalistas, cujas características ao nível da diferenciação social não surgem como relevantes, e que são divulgados através de estratégias presentes em eventos de carácter comercial (por e.g., o recurso a *patrocínios* ou a *designações promocionais*). Por consequência, os nossos dados não permitem qualquer associação do GRUPO CONSUMO a eventos de carácter *underground* ou com qualquer outra especificidade do ponto de vista subcultural.

O segundo objetivo na exploração da dimensão socioambiental destes eventos foi olhar a questão da mobilidade e dos percursos (QT5.1.2). Na mesma linha, estudos anteriores sobre ambientes associados a uma forte expressão do consumo (por e.g. *festas de trance*) foram descritos como apresentando acesso dificultado, conhecido apenas do universo restrito dos públicos participantes (Carvalho, 2007; Chaves, 2003; Silva, 2005).

Essa informação estava disponível a partir de atributos de classificação dos dados relativos a *transportes usados pelos observadores na deslocação* a um evento, e através da categoria PERCURSOS (2.2.3) do sistema de categorias. Essa exploração revelou-se pouco conclusiva, com a *viatura própria* a surgir, à semelhança da globalidade dos dados, como a opção predominante. Este dado é indicativo, uma vez mais, da ausência de especificidade do GRUPO CONSUMO, agora também do ponto de vista das questões da acessibilidade, que não se encontra aqui de modo algum dificultada no que toca ao acesso a grandes públicos. Mais uma conclusão, portanto, a reforçar a tendência *mainstream* destes eventos, que apontávamos atrás.

Procurámos compreender, depois, que *percepções* estavam a ser produzidas a respeito destes eventos (QT5.1.3). Outros estudos têm vindo a apontar a presença do uso de SPA

ilícitas no ócio noturno como fenómeno integrante de um *cluster* de problemas que afectam estes ambientes (Calafat & Juan, 2003; Calafat et al, 2009; Calafat et al, 2011). Aqui pretendíamos perceber, então, como é que estavam a ser avaliados os ambientes com presença do consumo, exploração que ficará completa com a análise da relação entre o GRUPO CONSUMO e outros temas nos dados (como o *risco*, a *proteção* ou o *controlo*). Procurávamos não só a identificação de aspectos distintivos, positivos e negativos, no funcionamento destes ambientes, como também perceber se aspectos distintivos emergiam do ponto de vista do *clima* que estava a ser oferecido. Para esta exploração contávamos com a informação contida nas categorias QUALIDADES (3.2), INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) e MÚSICA (1.2). Começámos por elaborar uma matriz que cruzou os protocolos de observação do GRUPO CONSUMO com as categorias e subcategorias de QUALIDADES (3.2).

#### Quadro 26

##### *Qualidades do Grupo Consumo*

	Grupo Consumo (N=11)
Qualidades Positivas	340
Qualidades Negativas	170
Qualidades Neutras	162
Qualidades Mistas	146

A distribuição das frequências do GRUPO CONSUMO pelas subcategorias de QUALIDADES (3.2) *positivas, negativas, mistas e neutras* segue a tendência geral descrita nos dados, em que se verifica a predominância clara de percepções sobre *qualidades positivas*. Procurámos explorar os códigos que se apresentavam como mais expressivos no conjunto dessas subcategorias, particularmente indicativos de *qualidades dos eventos*<sup>36</sup>. Dessa exploração verificou-se, em primeiro lugar, que as *qualidades positivas* que estavam a ser referidas, ordenadas aqui em função da sua frequência, eram *bom, variado, normal* e *grátis*. Os aspectos dos eventos que estavam especificamente a ser qualificados como *variados* eram a oferta de *elementos de lazer* (bares, palcos, zona VIP, tendas promocionais, cartaz de atuações, exposições, debates e conferência, cinema, etc.), a oferta de *elementos de apoio*

---

<sup>36</sup> Na análise dos códigos relativos às várias subcategorias de QUALIDADES (3.2) deixamos de fora, nesta exploração, aqueles que estavam a reportar-se a *qualidades dos atores sociais*.

(equipas de RRMD, WC's, estacionamento, áreas de descanso), os *meios de transporte* disponíveis para o acesso ao evento, os *preços* (que podiam variar dentro de um mesmo evento, para um mesmo produto), as *atividades* a que os *participantes* se dedicavam (dançar, beber, fumar, usar substâncias, envolver-se em comportamentos erotizados), os *utilizadores trabalhadores* nas várias áreas de um evento, e as *estratégias de controlo* (barreiras de segurança, revistas, uso de detectores de metais).

Um conjunto de elementos destes eventos estava, depois, a ser percebido como *normal*. Esses elementos eram *atividades* que incluíam não só comportamentos como dançar ou beber, mas também o uso de SPA ilícitas, e o consumo de bebidas alcoólicas pelos *trabalhadores*. Estavam também a ser descritos como *normais*, os *preços*, a *circulação no recinto*, e a *afluência* (mesmo quando esta era descrita como muito elevada, pressupondo-se uma ocupação acima da capacidade do espaço disponível).

Como *qualidades negativas* destacaram-se os códigos *insuficiente*, *mau* e *caro*. Os elementos que estavam especificamente a ser referidos como *insuficientes* eram as *acessibilidades* (por e.g. falta de indicações no percurso), os elementos de *segurança* (fraca ventilação), os elementos de *controlo* (ausência de revistas, de uso de detectores de metais, de seguranças a circular pelo recinto), os elementos de *apoio* (oferta insuficiente de WC's, estacionamento, água potável e espaços de repouso), e os elementos de *lazer* (aspectos cénicos e decorativos descritos como pobres ou inexistentes, copos de cerveja com capacidade reduzida, falta de serviços complementares de apoio como postos de abastecimento, cafés e outros espaços comerciais). Finalmente, estava a ser negativamente avaliada a situação em que o espaço físico era exíguo, mas também a situação em que o espaço físico era vasto mas com uma ocupação reduzida. Outras qualidades que estavam a ser usadas para descrever estes eventos foram a sua duração *longa*, a sua localização *central* no espaço urbano, o facto de serem percebidos como eventos *urbanos*, que oferecem promoções de bebidas alcoólicas muito *centrais* na sua *comunicação*, como sendo *comerciais* do ponto de vista da sua oferta musical, e também eventos *baratos*.

Estas tendências estão a mostrar-nos que aspectos são, na percepção dos observadores, mais comprometedores do funcionamento do evento, e quais é que despoletam uma avaliação mais negativa desse funcionamento. É relevante a conclusão de que mais do que a presença de consumo de SPA ilícitas, são claramente as deficiências ao nível das estruturas básicas de promoção da segurança e do bem-estar dos participantes, e também as carências do ponto de



vista da oferta de elementos de lazer suplementares, que estão a provocar essa avaliação negativa. Os dados mostram-nos, mais uma vez, a *heterogeneidade* e relativa indistinção dos eventos com consumo relativamente ao universo da oferta do ócio noturno. Efetivamente, os eventos do GRUPO CONSUMO podem ser eventos de grande ou de pequena dimensão, de acesso caro ou barato, fácil ou difícil, frequentados por muitos ou por poucos participantes, com uma oferta variada ou pobre. Podem ser eventos eficazes do ponto de vista do controlo, ou com controlo e oferta de estruturas de segurança deficientes.

Não eram de esperar, deste modo, quaisquer tendências nos dados indicativas de especificidades destes ambientes do ponto de vista da sua oferta musical ou da presença de um clima percebido como mais propenso ao consumo, conclusão que se tornou efetivamente visível após pedida a matriz que explorou a presença dessas categorias no GRUPO CONSUMO (cf. Quadro 53 do Anexo D).

A exploração da dimensão socioambiental do GRUPO CONSUMO continuou com a exploração das características dos atores sociais do consumo. Adicionalmente procurámos perceber como é que esses atores se estavam a relacionar entre si para efeitos da atividade de consumir SPA, em que outras atividades estavam envolvidos, e como é que estava o seu comportamento a ser percebido (qualificado) pelos *observadores* (QT5.1.4).

No sentido de aceder à caracterização dos atores sociais do GRUPO CONSUMO começamos por criar um *Set* constituído pelos códigos especificamente associados a esse comportamento que incluiu as ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2) *enrolar, misturar, queimar, snifar, fumar e partilhar*; e as SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ILÍCITAS (2.2.2.3.1.2) *cannabis, cocaína, MDMA, e ilícitas inespecíficas*. Posteriormente foi possível a elaboração duma matriz que cruzou esse *set* com um conjunto de códigos e categorias onde as características dos atores sociais estavam a ser codificadas – GRUPOS ETÁRIOS (2.1.1), GÉNERO (2.1.2), CLASSE SOCIAL (2.1.3), RELAÇÕES (2.2.4) e PAPEL AMBIENTAL (2.3) (cf. Quadro 55 do Anexo D).

Da exploração dos resultados dessa *matriz* pudemos perceber que os *atores consumidores* estavam a ser descritos como jovens e jovens adultos na faixa etária entre os 20 e os 30 anos, predominantemente do sexo masculino, e sem qualquer especificidade do ponto de vista da sua pertença a classes sociais. Pudemos perceber, ainda, que o consumo estava a acontecer sobretudo no contexto de pequenos grupos (entre 3 e 5 elementos), embora também existissem exemplos nos dados de outros tipos de relações para o consumo (em pares,

isolados e em grandes grupos). O tipo de relação menos frequente entre consumidores de SPA ilícitas é a situação de *grande grupo* (mais de 5 elementos).

O tipo de relações entre atores sociais que estão a ocorrer em redor do consumo também pode ser conhecido a partir da exploração da categoria CENAS DE USO (2.2.2.1). Na secção de apresentação dos *Dados de Conteúdo* dedicada à apresentação da categoria *Consumo*, já havíamos percebido que o padrão de interação dominante encontrado nos dados analisados correspondia ao *guião* CONVÍVIO-DESENVOLVIMENTO-PARTILHA-CONVÍVIO (2.2.2.1.1), uma situação em que a interação entre atores do consumo é precedente ao ato de consumir podendo manter-se após a concretização do mesmo. Aí tínhamos visto, também, que as interações para o consumo estavam a ser pontuadas pela sua dimensão marcadamente convivial, sendo formadas por vários elementos de partilha, e em que a partilha de uma SPA e os restantes comportamentos ligados à sua preparação representam ‘mais um’ componente desse conjunto complexo.

Acrescentamos a essa exploração o conhecimento sobre as SPA ilícitas que estavam especificamente a convocar cada uma das modalidades de interação. Para o efeito elaborámos uma matriz que cruzou a categoria CENAS DE USO (2.2.2.1) com a categoria SPA ILÍCITAS (2.2.2.3.1.2), e que pode ser consultada no Quadro 27.

Quadro 27

*Cenas de Uso de Substâncias Psicoativas Ilícitas do Grupo Consumo*

		SPA Ilícitas			
		Cannabis	Cocaína	SPA Ilícitas inespecíficas	MDMA
Cenas de Uso	convívio-desenvol-partilh-convívio	7	0	7	1
	desenvolv-pico	6	4	4	1
	início-abordag-desenv-pico-partilh-convívio	1	0	0	0

Percebemos que as interações que rodeavam o consumo de *cannabis* estavam a ocorrer sobretudo em torno do *guião convívio*. Já as interações em redor da *cocaína* estavam a concentrar-se no *guião desenvolvimento-pico*, uma situação em que o ator consumidor pode estar sozinho ou acompanhado, mas em que o grau de interação descrito é muito limitado e pobre, circunscrevendo-se às interações minimamente necessárias para a operacionalização do consumo.

Como seria de esperar estamos perante situações em que predomina o *interconhecimento* nos atores do consumo, embora num protocolo (PO1) tenha sido observada uma interação para consumo entre dois indivíduos desconhecidos até esse momento.

Do ponto de vista da sua função nos ambientes recreativos noturnos, os atores sociais do GRUPO CONSUMO foram exclusivamente identificados como *utilizadores participantes*. Outros *papéis ambientais* estavam presentes nas descrições das situações de consumo, mas não na qualidade de *consumidores*. De notar que em algumas situações foi observado o consumo de álcool por parte de *utilizadores trabalhadores*, mas nunca o consumo de SPA ilícitas.

Para além de consumir SPA ilícitas, os atores sociais do GRUPO CONSUMO estão a dedicar-se a outras atividades. Entendemos que conhecer o que estava a acontecer em simultâneo com o consumo de SPA ilícitas nos ofereceria uma panorâmica importante sobre a natureza das interações que estavam a rodear o consumo. Para conhecermos essas interações elaborámos uma matriz que cruzou o *set* das ATIVIDADES DE CONSUMO (2.2.1.2) de SPA ilícitas com as subcategorias relativas a outras atividades descritas nos dados, no GRUPO CONSUMO (QT5.1.4).

Percebemos que em simultâneo com o comportamento de uso de SPA ilícitas os *participantes* estavam a envolver-se numa grande variedade de outros comportamentos, sobretudo *beber, traficar, conversar, dançar, circular* pelo recinto, *namorar* e *assistir* a atuações. Estes dados estão a confirmar tendências antecipadas pela literatura no que toca ao poliuso de SPA ilícitas e álcool em AR. Estão a confirmar, também, a tendência enunciada pelas conclusões anteriores, de que o consumo está a ocorrer e a fazer-se rodear de uma variedade de outras atividades normativas, da esfera da *fruição*, que reforçam o seu afastamento relativamente a qualquer estigma da sua presença em ambientes recreativos. A única exceção a esta tendência é a simultaneidade com a atividade de *traficar*, em que os *participantes consumidores* estão a envolver-se na qualidade de *compradores*, e que é decorrente da necessidade de obtenção dos produtos para consumo, dificilmente podendo ser interpretada como desviante.

A exploração sobre como é que os *participantes* protagonistas do consumo de SPA ilícitas estavam a ser qualificados no âmbito do nosso projeto poderia permitir, em nosso entender, consolidar esta conclusão em redor do comportamento normalizado do consumo (QT5.1.4). Para o efeito elaboramos uma matriz que cruzou os códigos e subcategorias da

categoria QUALIDADES (3.2), com o *Set dos consumidores de SPA ilícitas*, no âmbito do GRUPO CONSUMO. Na exploração dessa matriz valorizámos apenas os códigos que estavam a qualificar especificamente os *participantes consumidores* e não outros atores sociais ou comportamentos.

Percebemos que os *participantes consumidores* estavam a ser qualificados como *normais*, *variados* (do ponto de vista dos comportamentos em que se envolviam para além do consumo e das características dos seus grupos de pertença), e *alterados* (do ponto de vista do seu estado de consciência). O comportamento de consumo de SPA ilícitas estava, ainda, a ser qualificado como muito *intenso* ou *frequente* num conjunto de n=8 PO.

### **3. O Uso de Substâncias Psicoativas Ilícitas em Ambientes Recreativos Noturnos: proposta integrativa**

O conjunto das explorações anteriores pode ser reduzido a uma narrativa sobre a presença do consumo nos ambientes recreativos noturnos organizada agora em redor de alguns conceitos cuja emergência decorre da integração dos dados.

O primeiro conceito a recortar-se é a *dimensão mainstream e comercial*. O consumo está a surgir como um fenómeno urbano, de eventos de maior dimensão, capacidade e duração, e sem outras características discerníveis, nem ao nível da dimensão fiscoambiental nem ao nível das características dos participantes desses eventos (como a sua pertença subcultural, por e.g.). Os eventos do GRUPO CONSUMO estão a ser promovidos por entidades privadas, tal como acontece com a maioria da oferta de ócio noturno, e divulgados através de canais dirigidos a grandes públicos. São eventos fáceis de aceder, e os seus alvos são, precisamente, os públicos generalistas, indiferenciados (socialmente, subculturalmente), que se dedicam, a par com o consumo, a um conjunto de outras atividades normativas típicas destes ambientes. As qualidades usadas para descrever estes eventos – *urbano*, *central*, *comercial* - reforçam esta dimensão. “*As estruturas de acesso ao evento são diversificadas, fruto da sua inserção no centro da cidade, rico em transportes públicos.*” (PO 14); “*Obviamente que isto tem algo a ver com a dimensão comercial, pois quanto mais bilhetes forem vendidos, mais dinheiro ganha o organizador da festa, não interessando o género ou tipo de pessoas que possam frequentar o evento.*” (PO 11)

Outro conceito que emerge desta integração é a *heterogeneidade*. O consumo de SPA ilícitas está a ocorrer em ambientes de características fiscoambientais muito variadas, como

variados e indiferenciados são também, como dizíamos, os seus participantes. O facto de se cruzarem, nesta caracterização, códigos de tónica inversa (*bom e mau; caro e barato, etc.*) relativos ao mesmo conjunto de eventos, emerge como a principal propriedade do tema da *heterogeneidade*. Embora estes eventos estejam a concentrar-se nos períodos do ano de maior calor, essa associação deve ser entendida à luz do aumento da quantidade e variedade da oferta nesses meses do ano, e não à luz duma especificidade sazonal direta. Já os períodos horários e de evolução do evento ocupados para efeito do consumo são, expetavelmente, o período noturno e mais avançado do desenvolvimento de um evento.

Estão também a contribuir para essa *heterogeneidade*, as avaliações (decorrentes da categoria *percepções*) que os observadores apresentam sobre os ambientes com consumo de SPA ilícitas. Esse contributo advém do facto de a oferta de elementos suplementares ao nível do reforço da dimensão de lazer, a segurança e o controlo surgirem como dimensões que fazem variar consideravelmente a tonalidade dessa avaliação. Assim, um evento percebido como acessível, com forte presença de controlo social (revistas, seguranças a circular), com oferta suplementar de lazer e elementos cénicos, e com boas condições físicas de segurança (por e.g. ventilação e temperatura) recebe a avaliação mais positiva. No entanto, os eventos com consumo apresentam considerável variabilidade do ponto de vista da presença destas dimensões.

O consumo de SPA ilícitas é um fenómeno rodeado de uma grande *visibilidade*, já que está a ocorrer em todo o recinto, ou em nichos de localização muito central num evento. Esta presença do fenómeno faz supor que ele está a ser bem tolerado e não está a ser percebido como interferente no normal funcionamento dos ambientes recreativos noturnos. Este cenário é particularmente adaptado ao consumo de cannabis e de MDMA. O consumo de cocaína está a rodear-se de um maior recolhimento, indicativo de uma intenção de ocultação deste comportamento de consumo específico<sup>37</sup>. Ainda assim, mantém-se para o caso do consumo de cocaína a mesma ausência de especificidade do ponto de vista das características ambientais dos ambientes em que esta SPA está a ser consumida.

O consumo de SPA ilícitas em ambientes recreativos noturnos faz emergir, depois, o conceito de *convivialidade*. Num trabalho anterior este tema já havia emergido como

---

<sup>37</sup> A partir do cruzamento entre as SPA ilícitas identificadas nos dados e o *set* de eventos com consumo, percebemos que apenas no caso da *cocaína* estava o comportamento de consumo a fixar-se em áreas de menor visibilidade dentro do recinto dos eventos, tais como WCs e áreas exteriores.

definidor dos consumos de *cannabis* na lazer noturno (Carvalho, 2007). Nesta nova abordagem a *convivialidade* volta a rodear o uso dessa mesma SPA – a *cannabis* –, percebendo-se agora com maior detalhe a natureza das interações que rodeiam o seu consumo, e a disseminação dessa modalidade de interação a eventos de características físicoambientais muito variadas. Nos nossos dados o *convívio* em redor do consumo de *cannabis* está a ocorrer no seio de pequenos grupos de participantes que já se conhecem entre si. O *convívio* precede e mantém-se nas interações que se cruzam com o consumo após a sua concretização; e a atividade do consumo é síncrona com várias outras atividades normativas de fruição que têm lugar nestes ambientes como *conversar*, *dançar*, *circular*, *namorar* ou *assistir a um concerto*. “*Os participantes estavam a dedicar-se a muitas atividades diferentes e variadas. Estavam a dançar, a circular pelo espaço do evento, a conversar, a beber bebidas alcoólicas e de outros tipos, a consumir SPA, a consumir tabaco, a namorar. Estavam a dedicar-se a estas atividades sozinhos, em pares e em pequenos grupos.*” (PO 10)

Mas existem exceções à *visibilidade* e à *convivialidade* no tema do uso de SPA. São situações em que, por contraste, o comportamento dos participantes consumidores está a rodear-se de estratégias reveladoras de um maior recolhimento, indicativo de que nem sempre o uso de SPA ilícitas merece ocupar os nichos mais centrais de um ambiente recreativo. O consumo ocorre em ambientes de grandes dimensões e com capacidade para albergar grandes quantidades de pessoas. Este processo facilita comportamentos que podem desejar-se ocultados, e que passam mais facilmente despercebidos. Esse parece ser sobretudo o caso do consumo de *cocaína*, concentrado nos nichos afastados dos espaços de centro de um evento, como as áreas exteriores e os WC’s - os mesmos espaços que albergam atividades transgressivas como *traficar SPA* ilícitas. “*Dois participantes estavam a partilhar um consumo de uma substância em pó, snifando-a, no exterior do recinto.*” (PO 4); “*Foi possível observar no WC dois indivíduos a consumirem substâncias via snifada, deduz-se que se trate de cocaína.*” (PO 2). Aqui estão a ter lugar interações de carácter mais fortuito e focado nas operações estritamente necessárias para a concretização do consumo, esvaziadas da sua componente mais convivial. Essa tendência dos dados, embora de menor expressão, faz emergir um último conceito que designamos por *ocultação*. A *ocultação* é, em suma, a situação em que um comportamento de consumo está a ocupar áreas de menor visibilidade dentro de um ambiente recreativo, e a concretizar-se por um conjunto de operações rápidas e orientadas para esse objetivo estrito.

A Figura 16 resume, sob a proposta de uma mapa conceptual, a forma como estes temas estão a relacionar-se no nosso projeto, oferecendo assim uma explicação para a manifestação do *consumo de SPA ilícitas em ambientes recreativos noturnos*.

Aqui se percebe que o consumo de SPA ilícitas está a ocorrer em ambientes *mainstream* e *heterogéneos*. Dizemos que são *mainstream* porque são eventos de grande dimensão, com capacidade para grande número de pessoas, que estão a ocorrer numa localização urbana, e que apresentam uma duração longa. Outras evidências estão a contribuir para este processo, tais como o facto de estarem a ser percebidos como centrais, comerciais, privados e acessíveis; e o facto de os seus públicos estarem a ser descritos como normativos. São ainda evidências do conceito *mainstream* o facto de serem predominantes nos eventos do GRUPO CONSUMO outras atividades descritas como normativas, seja o consumo de bebidas alcoólicas, seja o envolvimento em atividades de fruição como conversar e dançar. Estas atividades estão a acontecer de forma síncrona com o uso de SPA ilícitas, contribuindo assim para a emergência de um outro processo, e que é a *dimensão convivial* do uso dessas substâncias.

Estes ambientes também estão a ser descritos como *heterogéneos*. Esse processo está relacionado com o facto de os eventos em questão apresentarem entre si considerável contraste – alguns estão a ser descritos como *bons, seguros, com oferta variada e baratos*; enquanto que outros estão a ser descritos como *caros* e com *oferta insuficiente*.

No que diz particularmente respeito aos processos que estão a rodear o uso destacamos o tema da *ocultação*, da *visibilidade* e, como já referido, da *convivialidade*. A ocultação emerge do facto de o uso de cocaína estar a surgir em MMM recônditos e menos centrais de entre o conjunto dos nichos que compõem um ambiente recreativo noturno, especificamente os WC's e as áreas exteriores ao recinto. As interações no uso da cocaína estão orientadas específica e exclusivamente para a utilização do produto, apresentando-se neste caso ausente a dimensão convivial do mesmo – uma cena de uso que designamos por *desenvolvimento-pico*. Para a ocultação deste consumo estão a contribuir também dimensões físicoambientais destes eventos, e que se referem à sua *grande capacidade* e *grande dimensão*, resultando facilitada nesse contexto a ocultação do uso. De notar que é em associação com o *consumo de cocaína* que está a surgir, de forma síncrona, a atividade transgressiva *tráfico*.

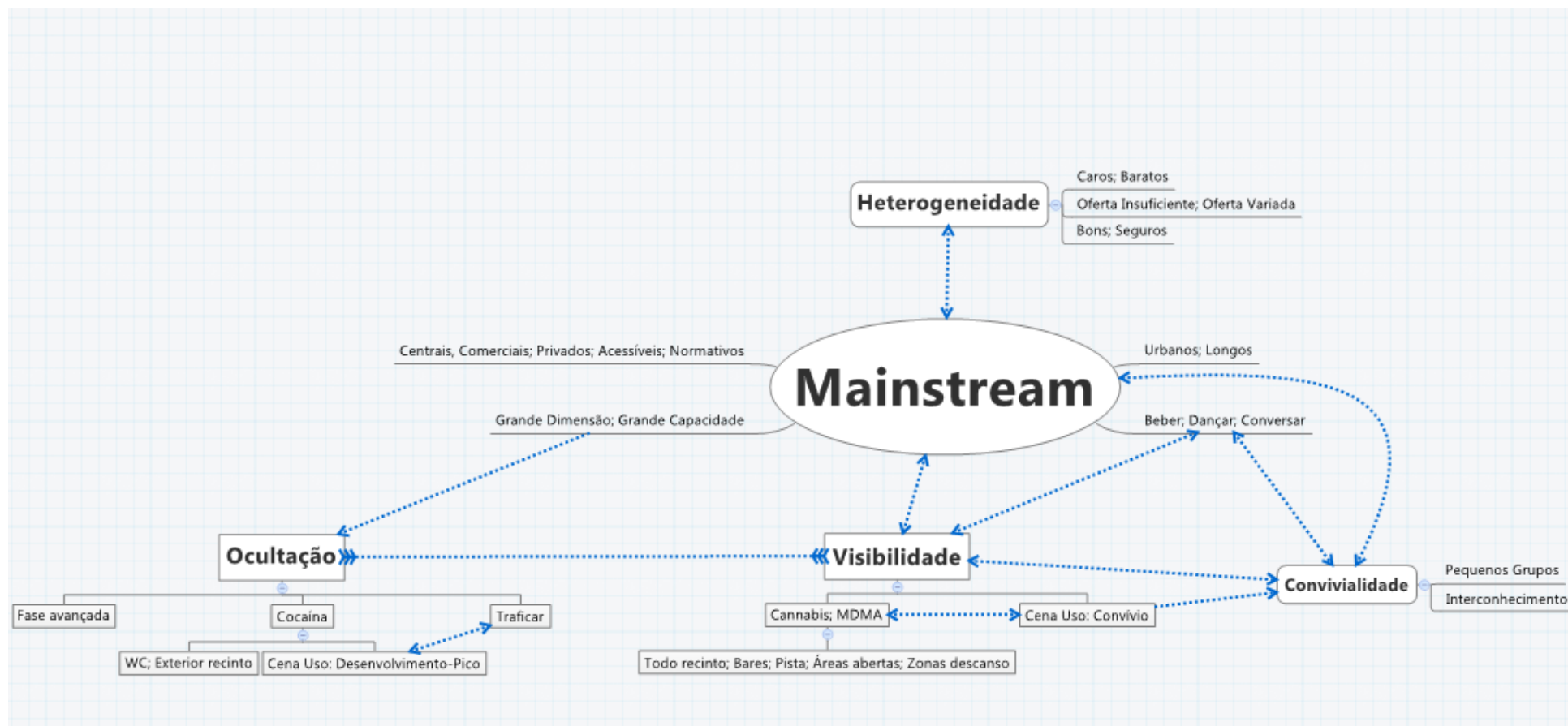
O processo da *visibilidade* está a descrever, e num sentido inverso ao anteriormente referido, a situação mais frequente de uso de *cannabis* e *mdma*, que tende a ser visível por

todo o recinto e, particularmente, em MMM de grande centralidade como a pista de dança, o bar, as áreas abertas dentro de um recinto e as suas zonas de descanso. É desta modalidade de uso que está a emergir também o tema da *convivialidade*, atendendo a que os participantes envolvidos neste consumo tendem a relacionar-se entre si em *pequenos grupos* onde predomina o *interconhecimento*. A interação que está a ter lugar nestes consumos, e especialmente no caso da *cannabis*, tende a ser precedida e sucedida pelo envolvimento dos elementos do grupo em outras atividades (normativas) de forte componente convivial, como beber bebidas alcoólicas, dançar, conversar. É nesta medida que podemos concluir que a convivialidade que rodeia o consumo de SPA ilícitas em AR está a reforçar e a servir de evidência à componente mainstreamizada e normativa destes eventos.

Enunciando algumas conclusões gerais sobre a expressão do tema do *consumo de SPA ilícitas* em emergentes do nosso projeto, diríamos que o GRUPO CONSUMO é dificilmente discernível da generalidade dos eventos observados. Isto significa que não existe, tanto quanto a nossa investigação pôde apurar, um ambiente *típico do consumo*, já que não encontramos quaisquer aspectos que possam tornar um evento do ON, do ponto de vista da sua expressão ambiental, mais propenso do que outro ao consumo de SPA ilícitas. Ou seja, não existe nenhuma especificidade ambiental reconhecível dos ambientes em que esse consumo está a decorrer, assim como não existe nenhuma característica reconhecível dos atores sociais que estão envolvidos no seu consumo. A ilustrar esse dado está o facto de esse consumo estar a ocorrer em nichos (MMM) de grande visibilidade e centralidade dentro do recinto de um evento, como acabamos de ver. Apenas o comportamento de consumo de cocaína está a rodear-se de maior ocultação, aplicando-se a conclusão anterior apenas às situações de consumo de *cannabis*, de *mdma* e de outras SPA inespecíficas cujo consumo foi observado. Ainda assim mantém-se para o caso do consumo de cocaína, a mesma ausência de especificidade do ponto de vista das características ambientais dos espaços em que a mesma está a ser utilizada.



**Figura 16.** Mapa Conceptual do Tema do Consumo de Substâncias Psicoativas Ilícitas em Ambientes Recreativos



Nota: o tamanho da fonte usada na figura reflete a frequência dos códigos agrupados por cada conceito no conjunto da análise.

Adicionalmente, e atendendo a que os eventos em que há *consumo* representam n=11 dos N=14 protocolos de observação analisados, e atendendo a que as suas características físicoambientais e socioambientais não configuram nenhuma tendência reconhecível por contraste com o conjunto das tendências descritas para a totalidade dos dados, então a descrição que foi oferecida para estes eventos pode ser assumida como uma caracterização genérica dos ambientes alvo da análise. Esta manifestação do fenómeno do uso de SPA é largamente contrastante com um outro período da evolução dos ambientes recreativos noturnos, em que a presença do uso, e especificamente do uso de algumas SPA em particular (como o *mdma* ou o *LSD*) estavam a ter lugar em ambientes que configuravam manifestações muito específicas do ponto de vista das suas características ambientais, e do ponto de vista dos grupos e subculturas neles participantes (Grynszpan, 1999; Racine, 2002; Vanthournhout, 2001). Efetivamente, vimos o fenómeno da explosão das *raves* como eventos de grandes dimensões, em espaços que sendo abertos ou fechados eram conhecidos por subverter as regras do controlo formal. Essa expressão dos ambientes recreativos noturnos validava a associação entre o consumo e as dimensões ambientais reconhecíveis nestes ambientes, sendo esse inclusive o ponto de partida do trabalho em questão. Assim, e ainda que hoje em dia a associação entre *mdma* e música electrónica do género *house* ou *techno*, ou entre alucinogénios e festas de *trance* possa continuar a fazer sentido, ela encontra-se francamente esbatida se atendermos à fraca expressão de especificidades reconhecíveis do ponto de vista dos traços subculturais dos participantes nesses ambientes.

Deste modo somos remetidos para o carácter largamente normalizado do consumo de SPA ilícitas, acompanhando uma tendência que pode apontar-se globalmente para a atitude da sociedade portuguesa relativamente ao consumo de drogas. Isto significa que não existem, do nosso ponto de vista, quaisquer evidências no argumento de que o uso de SPA ilícitas é distintivo de experiências subculturizadas de relação com os ambientes recreativos noturnos e seus públicos, de natureza mais *underground*. O nosso trabalho vem comprovar que está amplamente esbatida a expressão das subculturas juvenis no lazer noturno.

A exploração do tema do *consumo* não fica, naturalmente, esgotada com esta conceptualização, que deixa de fora um contributo mais específico para a compreensão das dinâmicas que rodeiam os usos do álcool. No entanto confirma-se a possibilidade de um conhecimento ambiental do tema do uso de SPA ilícitas em ambientes recreativos noturnos.



---

## **CAPÍTULO VI**

### **AMBIENTES RECREATIVOS NOTURNOS E RISCO**



## 1. Um ponto de situação entre os dados e a literatura.

A entrada do tema dos ambientes recreativos noturnos na agenda das preocupações contemporâneas relacionadas com os estilos de vida juvenis, toda a reflexão em redor da compreensão do comportamento de lazer da juventude na atualidade, e todo o esforço para o desenvolvimento de estratégias de intervenção nestes contextos são amplamente tributárias do foco da atenção na relação do risco com o fenómeno do lazer noturno. Exemplo disso é a extensiva investigação empírica que rodeia o fenómeno do risco em ambientes recreativos noturnos, assim como a proposta de estratégias, modelos e diretrizes para a intervenção. Mas o tema do *risco* ocupa, bem para lá da análise mais detalhada das suas diferentes manifestações, um lugar central no debate sociológico sobre as sociedades contemporâneas nas últimas décadas. Nesse debate destaca-se o contributo de U. Beck que popularizou uma conceptualização do *risco* segundo a qual “as sociedades desejam reduzir o risco de acidentes e efeitos inesperados, continuando porém a produzi-los por força da perseguição do lucro e de outros objetivos” (Beck, 1992). Esse paradoxo parece aplicar-se bem à análise destes ambientes. Junto destes assistimos, e não obstante o debate público sobre o impacto motivado pelos seus excessos e problemas, ao processo em que são tornados arena de pressões comerciais por parte da indústria do ócio noturno e do mercado das bebidas alcoólicas, tantas vezes favorecidos pelos agentes responsáveis pela regulação do seu funcionamento.

Aquando da descrição do sistema de categorias (Cap. III) tínhamos já clarificado que o foco da análise para a dimensão do RISCO (1.6) foi sobre o *risco ambiental* nestes ambientes, o que significava que os dados empíricos codificados nessa grande categoria estavam a dizer respeito, simultaneamente, a ações protagonizadas por um ator social identificável; e a características físicas dos eventos interpretadas como favorecedoras do risco ou vulnerabilidade. Nesse momento tínhamos também já discutido como essa delimitação do conceito de risco nos afastava do enfoque privilegiado pela investigação, que tende a referir-se ao risco por relação com a presença de *comportamentos de risco* dos frequentadores, centrando-se mais estritamente no indivíduo e afastando-se do olhar ambiental e ecológico que pretendíamos trazer para a análise deste fenómeno. A centralidade, na literatura, da questão dos riscos associados ao consumo de SPA ilícitas por parte dos participantes no lazer noturno pode ter contribuído para esta delimitação mais estreita do que se entende por risco nestes ambientes.

Analisando a organização do debate sobre o tema do risco no lazer noturno na literatura percebemos que a discussão se desenvolve em torno de alguns eixos identificáveis – o debate sobre a origem do risco, organizado entre os enfoques no risco inerente ao consumo vs. outras fontes de risco; e as abordagens compreensivas sobre o risco, com os enfoques que tomam os riscos à escala do sujeito, explorando as suas percepções e os significados que atribuem à sua vivência, contextualizada culturalmente vs. as abordagens que procuram explicá-lo como fenómeno sociológico contemporâneo à escala global.

A primeira linha de discussão oferece evidência sobre a associação risco-consumo. Essa associação está a ser motivada, em primeiro lugar, pela conclusão de que a prevalência do uso de SPA em ambientes recreativos noturnos é muito superior à das tendências indicadas pelos inquéritos à população geral. Essa tendência é apontada por Aldridge & Measham (1999) no âmbito do primeiro grande inquérito realizado no Reino Unido sobre a saúde dos participantes em ambientes recreativos noturnos. As autoras destacam que o risco está associado ao uso de SPA em ambientes recreativos noturnos e suas consequências, fruto da grande prevalência do uso nestes contextos, muito superior à reportada por inquéritos à população geral, dados das estatísticas criminais e inquéritos em meio escolar. Um relatório do EMCDDA (2006) que coligiu os dados dos estudos sobre o lazer noturno nos vários países da UE concluiu que os jovens frequentadores desses ambientes reportam de forma consistente prevalências de uso de SPA muitas vezes superiores às prevalências de uso detetadas pelos inquéritos à população geral. Para esta entidade tal é sugestivo de que “os settings ligados à música de dança podem constituir-se como um risco para os jovens que neles passam tempo, expondo-se assim às SPA” (p.46). Essas fontes reportam alguns desses riscos específicos. Aldridge e Measham (1999) referem o poliuso de SPA, a combinação entre álcool e outras SPA ilícitas, o uso não-médico de fármacos de prescrição como o Viagra e a Fluoxetina, os episódios de colapso e as emergências médicas no lazer noturno, entre outros. O EMCDDA (2006) destaca o risco de adulteração, a pureza e o preço que motivam que produtos muito tóxicos possam estar a ser adquiridos como produtos conhecidos e consumidos pelos participantes que não têm forma de conhecer a sua composição. Destaca ainda os riscos levantados pela Internet enquanto estratégia crescente para o fornecimento e promoção de SPA lícitas e ilícitas para consumo em ambientes recreativos noturnos. Outro risco apontado pelo EMCDDA é, apesar das dificuldades no conhecimento e monitorização dos episódios de emergência fatais e não-fatais relacionados com o uso de SPA em ambientes recreativos

noturnos, se identificarem nos poucos estudos disponíveis<sup>38</sup> (sobretudo Reino Unido, Bélgica e Holanda) números consideráveis de lacerações e lesões dos tecidos moles, risco cardiovascular, entre outros (EMCDDA, 2006). Weir (2000), numa primeira revisão a respeito do contexto canadiano, destaca as mortes relacionadas com as *raves* e enumera um conjunto de riscos associados a SPA específicas de uso mais comum, como a taquicardia, a hipertermia, a rabdomiólise, as arritmias, o risco de adulteração e o poliuso no caso do *ecstasy*; os estados dissociativos e a perda de controlo físico no caso da Cetamina; ou o risco de *minagem* de bebidas, a agressividade, a perturbação da capacidade de fazer juízos, o risco de overdoses com coma e as perigosas interações com o álcool no caso do GHB. Weir (2000) destaca também as consequências negativas do proibicionismo que foi aplicado às *raves* no Reino Unido, que motivou a transferência do consumo para as discotecas de circuito convencional e que acabou aumentando os riscos relacionados com as interações destes consumos com o álcool.

Nos nossos dados é central a associação entre as manifestações do *risco* e o *consumo*. O facto de a nossa amostra cobrir eventos de características ambientais muito diversas encoraja a exploração de potenciais tipicidades dos ambientes recreativos noturnos que emirjam da presença deste tema. Mas o que os nossos dados reforçam, adicionalmente, é também a necessidade de uma consideração do risco que não esteja exclusivamente focada nas manifestações mais diretamente relacionadas com o consumo de SPA. Bellis et al. (2002) identificam algumas dessas dimensões de risco para a saúde, necessárias na promoção de ambientes saudáveis. Os autores referem, especificamente, a necessidade de lidar com o risco da desidratação e da hipertermia através da prevenção da sobrelotação, controlo da ventilação e temperatura, criação de espaços de descanso, autonomia para circulação livre dentro e fora dos recintos, livre acesso a água, informação e *pill-testing*; a necessidade de lidar com o risco de incêndio através da criação de boas saídas de emergência e prevenção da sobrelotação; a prevenção do risco auditivo através do controlo de decibéis, criação de áreas de circulação restrita mais próximas das colunas de som e disponibilização de tampões auditivos; a prevenção do risco de contágio de ISTs e gravidez indesejada através da informação sobre sexo seguro e disponibilização de preservativos; e a consideração do risco de acidentes pessoais, proibindo beber e fumar no recinto da pista, oferta de primeiros socorros no local,

---

<sup>38</sup> De acordo com o relatório citado, esses estudos foram realizados no Reino Unido, na Holanda e na Bélgica.



substituição de copos de vidro por copos de plástico ou uso de vidro endurecido; etc. Este foco nas características ambientais, sobretudo físicas, destes ambientes na sua relação com o risco, manteve-se porém relativamente único na literatura científica, apesar da extensão atenção que lhe é dedicada nos materiais sobre boas práticas de intervenção. Com a nossa análise pretendíamos, precisamente, explicar de que forma as dimensões físicoambientais de um recinto podem ser produtoras de risco, em coerência com o nosso objetivo de procurar explicações ambientais para estes fenómenos, materializada pela exploração da relação entre o RISCO (1.6) e as categorias do sistema que remetem para essas dimensões físicoambientais<sup>39</sup>.

Outro eixo do debate sobre o tema do *risco* na literatura no domínio são as abordagens que procuram aprofundar explicações para o fenómeno. Essas explicações são propostas, num enquadramento mais global, à escala social alargada; e num enquadramento mais restrito, à escala do sujeito, quer na consideração das percepções e significados que associa aos comportamentos de envolvimento no risco, quer na necessidade da sua contextualização (sub)cultural.

A explicação sociológica mais consensual e amplamente disseminada sobre a relação das sociedades contemporâneas com o risco foi proposta, mais uma vez, por U. Beck (1992). Nesta obra o risco surge descrito como um fenómeno socialmente construído e amplamente disseminado nos nossos dias - “Vivemos numa sociedade de risco, até ao ponto em que os avanços na ciência e na tecnologia nos criaram uma consciência cada vez maior da natureza dos riscos e perigos nas nossas vidas, e sobre a probabilidade de esses riscos virem ou não a tornar-se ameaças reais.” (Beck citado por Duff, 2003, p.291). Esta condição encerra um paradoxo: não obstante a consciência aumentada sobre os riscos criada pela esfera da ciência e da tecnologia, essa mesma esfera também está a produzir novos riscos, de que são exemplo a degradação ambiental, o aparecimento de novas doenças, ou novas ameaças de guerra e exclusão social e económica. Num esforço para desenvolver a adaptação da teoria de Beck à leitura do risco protagonizado pelo comportamento juvenil de uso de SPA, Duff (2003) destaca como emergem saberes sobre o risco que competem entre si ao oferecer conhecimento técnico, científico, metódico e racional vs. conhecimento leigo, espontâneo, pragmático e

---

<sup>39</sup>É o caso da categoria ELEMENTOS DE M.M.M. (1.4) e das subcategorias que os descrevem genericamente QUANTO À SUA FUNÇÃO (1.4.1), e especificamente quanto à presença de ELEMENTOS DE RISCO (1.4.1.5).

funcional. Enquanto a primeira forma de saber está a disseminar uma visão do risco como um *problema* e uma ameaça ao bem-estar, suportada numa visão de consenso (artificial) sobre “a natureza ‘aceitável’ das normas de conduta, estilo de vida e interação” (p.292); já a segunda está a destacar a importância de considerar a leitura sobre o risco integrada em “experiências divergentes intra e inter *settings* culturalmente muito diversos” (p.292).

Questionámo-nos sobre para que tipo de discurso estariam, nesta linha, a contribuir os dados sobre o risco resultantes da nossa pesquisa. Estes dados resultam, por um lado, duma estruturação prévia da recolha dos dados que os faz depender dessa formulação mais técnica do tema a partir da literatura, anterior portanto ao que o terreno da pesquisa aponta como emergente. Mas por outro lado está a valorizar-se o ponto de vista do observador que está a ter uma experiência do contexto, também como participante, e que está a perceber de forma igualmente próxima processos protagonizados por outros participantes. Daí resulta que a categoria RISCO (1.6) tenha ultrapassado amplamente essa estruturação prévia, aproximando-se de forma em nosso entender rica, de dinâmicas muito próximas da *experiência quotidiana* da participação em ambientes recreativos noturnos. A exploração combinada entre os temas do *risco* e da *fruição*, mas também do *risco* e da *violência*, do *tráfico*, do *consumo*, entre outros temas presentes no sistema de categorias deve permitir pôr em evidência se o nosso contributo para a discussão se limita a reproduzir visões artificialmente consensuais sobre o *problema do risco* nos ambientes recreativos noturnos ou se, pelo contrário, avançamos numa compreensão mais complexa e mais próxima da experiência (observável) da participação em ambientes recreativos noturnos, com vantagens para um conhecimento pragmático e útil à intervenção, suportado em conhecimento ambiental-ecológico.

Não obstante a visão complexa sobre os discursos do risco e a ‘denúncia’ dos seus paradoxos, a proposta de Beck é apontada também por limitações que decorrem de um enfoque predominantemente social que ignora como os riscos são vividos pelas pessoas no seu quotidiano (Dobson, Brudalen & Tobiassen, 2006). Daí a necessidade de explicações que situem a leitura do fenómeno à escala do sujeito, por via da consideração das percepções que rodeiam o seu comportamento de risco e por via dos significados que lhes podem ser associados, ou por via da contextualização (sub)cultural desses comportamentos. Podem destacar-se alguns contributos para o conhecimento sobre o risco, contextualizados ao sujeito que participa nestes ambientes.

No seu relatório sobre os desenvolvimentos no uso SPA no lazer noturno, o EMCDDA (2006) resumizou o processo típico atravessado por um jovem utilizador, o que facilita a compreensão de como diversos factores se inscrevem no comportamento de uso. Nesse processo um jovem começará por ouvir relatos positivos sobre uma substância, observará o efeito da sua utilização junto de um grupo de pares, decidirá sobre a passagem à experimentação, e repetirá essa experiência se fizer dela um balanço positivo. Vários factores, relativos às SPA e também ao contexto, estão a contribuir então para o risco do consumo - desde a facilidade do acesso às SPA e à sua experimentação, até à facilidade e proximidade com pares utilizadores, a avaliação de vantagens e riscos, e a compatibilidade entre o uso e outros aspetos da vida social (idem). Os factores que afetam a prevalência (aumentada) do risco entre os jovens que participam em ambientes recreativos noturnos podem ficar a dever-se, nesta linha, não só a aspetos sociodemográficos bastante concretos (como, por e.g., ser *jovem* e *solteiro*, p.46), como a participação nesses ambientes pode ser suficiente para explicar essa vulnerabilidade, atendendo a que nestes ambientes os jovens correrão sempre um risco médio muito superior ao que se verifica com a sua participação noutros contextos de vida.

Complementarmente ao conhecimento deste padrão, mais transversal, importa também compreender como é que as populações juvenis utilizadoras estão a percepcionar o risco associado ao consumo. Não sendo este um foco facilmente detetável na literatura, existem algumas análises neste sentido. Shewan, Dalgarno & Reith (2000) não só elencaram um conjunto de riscos tal como estes eram apresentados pelos participantes num estudo qualitativo através de *grupos de discussão*<sup>40</sup>, como constataram que esses participantes estavam a desenvolver e a implementar espontaneamente estratégias variadas para lidar com eles. Faziam dirigir essas estratégias às SPA (*drug*), a si mesmos (*set*) e ao contexto físico em que ocorria a ingestão (*setting*). No seu aprofundamento das percepções dos utilizadores sobre o risco do consumo, os autores perceberam que apesar dos riscos identificados, quase todos os participantes afirmavam que os efeitos positivos ultrapassavam os negativos. E que apesar da percepção dos riscos ser encorajadora, era preocupante o reduzido impacto dos potenciais

---

<sup>40</sup> Como episódios de poli-consumo que resultaram em necessidade de assistência médica, acidentes de viação, estados mentais negativos, problemas emocionais, entre outros (Shewan, Dalgarno & Reith, 2000)

danos neurológicos para o comportamento do grupo e suas percepções de risco, parecendo imperar uma atitude desproblematizadora. O estudo suporta, então, a conclusão já conhecida em prevenção e validada por outros estudos, de que um conhecimento rigoroso e sofisticado sobre o risco e os seus impactos potenciais para a saúde não é suficiente para a modificação do comportamento de consumo de SPA (White, Degenhart, Breen, Bruno, Newman & Proudfoot, 2006), embora possa ser muito relevante para adequar as estratégias de intervenção e de redução dos riscos em AR às necessidades e conhecimentos dos seus participantes.

Os nossos dados empíricos não aprofundam a percepção do participante do ponto de vista dos seus conhecimentos sobre o risco, ou das estratégias que sabe aplicar à gestão dos mesmos. Mas uma análise da expressão ambiental do risco em ambientes recreativos noturnos representa um contributo importante para percebermos se a estrutura da oferta e a organização destes está a favorecer estas competências dos participantes ou se, pelo contrário, está a criar-lhes obstáculos. Neste sentido os nossos dados comportam implicações importantes, na medida em que um participante poderá estar, a título de exemplo, consciente da importância de descansar e hidratar-se quando dança longos períodos sob o efeito de SPA, e deparar-se com um contexto que não está a disponibilizar espaços destinados a repouso, e que está a promover a venda e a encorajar consumo de bebidas alcoólicas cujo preço compete com o da água e dos refrigerantes. Cenários como este reforçam a importância de um conhecimento das dinâmicas socioambientais e fisicoambientais dos ambientes recreativos noturnos na compreensão do fenómeno do *risco*.

Dobson e cols (2006) aprofundam, ainda neste eixo compreensivo focado no sujeito, a dimensão do significado que pode estar inerente ao envolvimento em condutas de risco na juventude. A partir da análise de um ritual norueguês que envolve o consumo de grandes quantidades de álcool para assinalar a etapa da transição do liceu para a universidade, os autores concluem que o envolvimento em condutas de risco contribui para a formação pessoal e para a aquisição de um sentimento de competência nos jovens. Esse dado significa que há uma dimensão do envolvimento nestas condutas que não é necessariamente de natureza desviante. Para os autores, a “experiência vivida de acontecimentos inesperados e os riscos que comportam podem ser transferidos para uma compreensão das culturas juvenis, tal como estes são vividos pela juventude” (p.165). Formulam, assim, um modelo compreensivo do comportamento de ‘cortejar o risco’, enquanto tipo de risco mais genérico e sem ameaça para a vida, e que representa uma tentativa deliberada do jovem de abdicar do controlo de uma

situação. No resultado desse processo, e ao perder o contacto com o sentido normal de *self* que acontece durante a embriaguez, o jovem ganha a oportunidade de experimentar um sentido, ainda que fugaz, de autossuperação, que termina com o retorno a um estado, agora aumentado, de consciência de si e de autocontrolo.

Os nossos dados não aprofundam o conhecimento sobre significações nem permitem o desenvolvimento de modelos compreensivos que articulem os comportamentos de risco com a experiência recreativa e psicoativa, ou com transições psicológicas e desenvolvimentais como as que são enunciadas por estes autores. Mas permitem uma caracterização dos *settings* que estão a oferecer o cenário em que esses comportamentos de risco estão a acontecer, ampliando o conhecimento sobre as suas manifestações e contribuindo para integrar culturalmente as práticas de risco. Esse contributo é relevante atendendo a que nas teorizações sobre o risco se enfatiza como o uso de SPA dos jovens tem sempre lugar em *settings* culturais específicos, em que o próprio *setting* influencia a forma como o risco é vivido (Beck e Giddens citados por Duff, 2003).

## **2. Dimensões Físicoambientais e Socioambientais do Risco em Ambientes Recreativos Noturnos**

Aprofundamos agora o conhecimento sobre as dimensões físicoambientais (FA) e socioambientais (SA) do *risco*, aqui contida a exploração das categorias que lhe oferecem contexto ponto de vista das características dos *atores sociais* que o protagonizam, do ponto de vista da sua contextualização temporal, do ponto de vista das *percepções* dos *observadores* que estão a ser partilhadas a seu respeito, e do ponto de vista da exploração da relação que apresenta com outros temas da análise. Estas intenções são resumidas no Quadro 28 que refina as questões de investigação emergentes na necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o tema do risco nos nossos dados empíricos.

## Quadro 28

### Questões Teóricas do Tema Risco

<p>QCI C) Como é que as dimensões FA e SA interagem para produzir esses fenómenos?</p>	<p>QT4 Dimensões FA dos eventos que rodeiam os vários fenómenos emergentes nos dados.            QT4.2 Dimensões FA do GRUPO RISCO            QT4.2.1 Em que eventos está o <i>risco</i> a apresentar expressão mais significativa?            QT4.2.2 Que características FA apresentam os eventos do GRUPO RISCO (macrofísicas e microfísicas)?            QT4.2.3 Quando é que o <i>risco</i> está a acontecer?</p> <p>QT5 Dimensões SA dos eventos que rodeiam os vários fenómenos emergentes nos dados            QT5.2 Dimensões SA do GRUPO RISCO            QT5.2.1 Quais as dimensões comerciais dos eventos do GRUPO RISCO?            QT5.2.2 Existe alguma tendência assinalável do ponto de vista do clima no GRUPO RISCO? Como é que estão a ser qualificados os eventos do GRUPO RISCO?            QT5.2.3 Quem são os protagonistas do risco? Como é que se estão a relacionar entre si esses atores sociais? Em que outras atividades estão envolvidos? Como estão a ser percepcionados os atores sociais do risco?</p>
--	--

Antes, porém, de iniciarmos a análise orientada para o conhecimento das dimensões que contextualizam as manifestações do *risco* no nosso projeto, tornou-se necessário explorar os dados disponíveis no sentido de perceber em que eventos estava o *risco* a surgir de forma mais premente (QT4.2.1). Salientamos que, ao contrário do que acontecia no caso do tema *consumo de SPA ilícitas*, não dispúnhamos para o tema do *risco* de uma classificação de atributos indicativa da *presença vs. ausência* do *risco* no universo dos eventos observados (N=128). Por esse motivo começamos por recortar, de entre a totalidade de protocolos de observação analisados (N=14), o conjunto<sup>41</sup> de eventos em que o *risco* se estava a apresentar como mais expressivo, identificando assim o GRUPO RISCO a partir do conjunto dos dados.

Para o efeito começámos por identificar, no sistema de categorias, o conjunto das subcategorias de última geração em que o tema do *risco* estava potencialmente contido. Após essa exploração reunimos condições para elaborar uma *Matriz* que cruzou essas categorias (reunidas sob a designação geral *Risco* no Quadro 29, com o conjunto dos protocolos de observação (N=14).

<sup>41</sup> No *Software QSR Nivo 9* esta operação é possível através da ferramenta *sets*.

## Quadro 29

### *Risco nos protocolos de observação*

	<i>PO1</i>	<i>PO2</i>	<i>PO3</i>	<i>PO4</i>	<i>PO5</i>	<i>PO6</i>	<i>PO7</i>	<i>PO8</i>	<i>PO9</i>	<i>PO10</i>	<i>PO11</i>	<i>PO12</i>	<i>PO13</i>	<i>PO14</i>
<b>Risco</b> (em US)	17	7	8	28	6	24	22	8	17	14	53	20	7	6

Desta exploração, e apesar da presença do *risco* nos eventos analisados se apresentar globalmente variada, resulta evidente a existência de um conjunto de  $n=5$  protocolos de observação em que essa manifestação é mais expressiva. Esse conjunto de eventos, tomado por nós como o GRUPO RISCO por encerrar o conjunto de eventos com maior frequência do tema *risco*, foi transformado num *set* de dados, permitindo assim a exploração das dimensões FA e SA no âmbito desse grupo.

Outro dado útil diz respeito às formas específicas do tema *risco* que estavam a surgir nos dados, e que ultrapassavam a informação codificada na categoria RISCO (1.6). Para esse efeito elaborámos o Quadro 31 que identifica todos os códigos interpretados como *dimensões do risco*. Percebemos, como esperado, que o tema do *risco* está a surgir em redor de *dimensões de risco comportamental*, quando se trata de comportamentos de risco protagonizados pelos atores sociais, particularmente pelos *participantes*; e *dimensões de risco ambiental*, quando se trata de risco potenciado ou decorrente de características do espaço físico e de opções na sua gestão. Mais pontualmente, como é o caso do *risco de desidratação e/ou hipertermia*, temos uma situação mista em que o risco associado a comportamentos dos participantes (por e.g. uso de álcool em padrão de *binge-drinking* e outras SPA) se vê amplificado por força de um ambiente físico gerido de modo deficiente (*má ventilação, mau acesso a água potável* ou *bebidas isotónicas, elevada temperatura*), resultando em compromisso potencialmente grave da saúde e segurança dos participantes. Também no caso do *trânsito e risco rodoviário* essa dupla vertente está presente, atendendo a que o risco pode estar a resultar de comportamento dos *participantes* (por e.g. *estacionamento irregular, condução sob efeito do álcool*), potenciado pela presença simultânea de factores ambientais (por e.g. *falta de oferta de estacionamento, dificuldades de gestão do trânsito provocado por um evento*). Algumas dimensões do risco apresentadas de forma genérica estão a englobar vários aspectos mais específicos – a *sujidade* e a *limpeza deficiente dos WC's* gera *risco sanitário*; os *copos de vidro* e os *problemas de iluminação* geram *risco de acidentes pessoais*.

Quadro 30

*Dimensões do Risco no Sistema de Categorias*

<b><i>Dimensões do Risco</i></b>		<b><i>Nº US</i></b>	<b><i>Nº PO (N=14)</i></b>
Risco Comportamental	Objetos Perigosos	4	1
	<i>Crowdsurfing</i>	1	1
	Prostituição	1	1
	<i>Binge-Drinking</i>	4	3
	Crise relacionada com SPA	4	2
	Incentivo ao Consumo	39	11
	Minagem	14	3
	Risco de Violência	1	1
	Trânsito e Risco Rodoviário	8	4
	Poliuso	7	4
	Shots	25	5
	<i>Snifado</i>	4	3
	Risco de Desidratação e Hipertermia	21	9
		$\Sigma=108$	
Risco Ambiental	Barreiras Arquitectónicas	1	1
	Fumo	1	1
	Ruído e Risco auditivo	20	11
	Temperatura	5	3
	Trânsito e Risco Rodoviário	8	4
	Ausência Áreas de Repouso	3	3
	Dificuldade Acesso Água Potável	3	1
	Risco Acidentes Pessoais	16	5
	Risco Evacuação	6	5
	Risco Sanitário	25	10
	Sobrelotação	10	5
	Risco de Desidratação e Hipertermia	21	9
		$\Sigma=107$	

Outras dimensões estão a potenciar-se entre si, como é o caso da associação entre os códigos *binge-drinking* e *incentivo ao consumo*, o que faz supor que estas estratégias estão a



ser bem sucedidas no seu propósito – levar os participantes a consumir mais bebidas alcoólicas; ou a associação entre *temperaturas elevadas*, com *problemas de ventilação*, *binge-drinking*, *poliuso*, e *risco de desidratação e hipertermia* – “*A ventilação e saídas de ar foram consideradas desadequadas, sentindo-se um ambiente muito pesado, saturado, fruto da ventilação deficiente.*” (PO 11).

Percebemos, depois, que a expressão nos dados de incidentes relativos a ambas as *dimensões de risco* é equivalente. Ou seja, o *risco* surge, na mesma medida, de *dimensões ambientais*, assim como de *dimensões comportamentais*<sup>42</sup>. Esta demonstração permite concluir que, do ponto de vista da intervenção orientada para a promoção do bem-estar e segurança em AR, é necessário tomar como alvos quer os *participantes*, quer os espaços considerados no seu conjunto assim como os responsáveis pelo seu funcionamento.

Percebemos, ainda, que a presença de *riscos* decorrentes do comportamento de uso de SPA, no âmbito das *dimensões comportamentais*, é bastante expressiva no conjunto dos dados. Embora esses comportamentos de uso estejam a ser protagonizados sobretudo por *participantes*, há que enfatizar a presença expressiva do risco resultante do *incentivo ao consumo* (de álcool), que é implementado através de um conjunto de estratégias que são da iniciativa dos promotores dos eventos e do seu *staff* – “*Na compra do bilhete tínhamos oferta de uma vodka.*” (PO 11); “*Existe também o factor tempo. Ao longo que a festa se arrasta (geralmente quando a festa está perto do fim), se pedirmos aos barmans para nos arranjam bebidas a preços ainda mais inferiores, na maioria dos casos eles aceitam.*” (PO 11)

## 2.1 Dimensões Fisicoambientais do Risco

Começamos por explorar as características macrofísicas do *risco* (cf Quadro 28, QT 4.2.2). Para o efeito começamos por rever os atributos de classificação dos dados do NFA Macrofísico, no contexto do *set* GRUPO RISCO, através da função *Group Query* do *Nvivo9*. Esses resultados são sintetizados no Quadro 31.

---

<sup>42</sup> O somatório de US relativas a *risco comportamental* e a *risco ambiental* é, respectivamente, de 108 e de 107 US.

# Quadro 31

## *Dimensões Macrofísicas do Grupo Risco*

<i>Dimensões Macrofísicas</i>	<i>PO Risco (N=5)</i>
<b>(Zona Geográfica)</b>	
Porto-Cidade	4
Porto-Ár.Metropolitana	1
<b>(Dimensão)</b>	
Médios	2
Grandes	2
<b>(Capacidade)</b>	
Média	2
Alta	3
<b>(Abertos/Fechados)</b>	
Abertos/Outdoors	2
Fechados/Indoors	3
<b>(Naturais/Construídos)</b>	
Naturais	2
Construídos	3

Percebemos que no nosso projeto os eventos de maior risco estão a ocorrer em áreas urbanas, especificamente na *zona geográfica* da Cidade do Porto e sua Área Metropolitana. Esses eventos são de dimensão e *capacidade média* ou *grande* o que significa que, a partir do contexto oferecido pelos nossos dados, é possível concluir que há menos risco nos AR mais pequenos e menos ocupados. A exploração das dimensões *aberto/fechado* e *natural/construído* não se revelou conclusiva.

Partimos, depois, para a exploração de dimensões macrofísicas contidas no sistema de categorias, especificamente no âmbito das categorias MEIOS E MICRO MEIOS (MMM) DO EXTERIOR DO RECINTO (1.3.1) e MEIOS E MICRO MEIOS DO RECINTO GLOBAL (1.3.3). Para esse efeito elaborámos uma *Matriz* que cruzou as *dimensões ambiental e comportamental do risco* com as referidas categorias. Essa *Matriz* permitiu perceber qual a expressão (em frequências de US relativas a incidentes nos dados), e qual o tipo (*comportamental* ou *ambiental*) de *risco* que estava a ocorrer nos nichos de maior escala de um recinto.

## Quadro 32

### *Dimensão Macrofísica do Grupo Risco (Meios e Micromeios do Exterior do Recinto)*

			Dimensão Comportamental do Risco	Dimensão Ambiental do Risco
Meios e Micromeios do Exterior do Recinto	Funcionamento	estacionamento	2	3
		locais de venda	0	0
		recintos urbanos complementares	0	0
	Envolvente Externa	área de passeio	1	3
		área industrial	0	0
		área residencial	2	5
		área rural	4	4
	Recinto Global	casa	0	0
		cave	0	0
		piso inferior	0	0
		piso superior	0	0
		recinto todo	9	8

Nessa exploração destacaram-se alguns MMM. O *estacionamento* está a relacionar-se com o *risco comportamental* na medida em que os participantes estacionam os seus veículos de forma descuidada – “*Os veículos ficavam estacionados na rua e não propriamente num parque de estacionamento.*” (PO 4). No entanto, a exploração da *dimensão ambiental* permite perceber que esse comportamento é motivado por deficiências nas estruturas que determinam a presença do risco, tais como a *ausência de oferta de parques de estacionamento*, e a *má iluminação* – “*A iluminação do estacionamento era desadequada. Não existia parque, os veículos eram estacionados na rua que não era muito iluminada.*” (PO 4)

Está a surgir, ainda, *risco* associado às *áreas de passeio, residenciais e rurais* que constituem os MMM DA ENVOLVENTE EXTERNA (1.3.1.2) de um recinto. A exploração das referências codificadas na *matriz* permitiu perceber que esse risco está a ser provocado, na sua *dimensão ambiental*, por *sujidade, ruído, trânsito, má iluminação e más acessibilidades* (estas últimas constituindo *risco de acidentes pessoais*) – “*Este evento realiza-se junto a uma zona residencial que, por motivos diretamente associados ao evento, assiste nas semanas que o antecedem a um aumento da circulação de camiões, quer da organização como das XXX que transportam materiais para construírem e apetrecharem a sua barraca.*” (PO 6). Na sua *dimensão comportamental* o *risco* nestes espaços macrofísicos está a ser provocado, para além do *trânsito e risco rodoviário*, pelo *comportamento de uso de SPA* – “*Dois participantes*

estavam a partilhar um consumo de uma SPA em pó, snifando-a, no exterior do recinto” (PO 4).

No que toca a MMM do RECINTO GLOBAL (1.3.3) estão a surgir referências a *risco* no código *recinto todo*. Na sua *dimensão ambiental* essas referências são relativas a factores físicos como a *sujidade, ruído e risco auditivo, temperatura elevada e ventilação deficiente* (combinação que, associada ao uso de álcool e outras SPA, pode resultar em *risco de desidratação e hipertermia*) – “No que toca a estruturas e equipamentos de segurança verifica-se que a ventilação e as saídas de ar eram desadequadas. O ambiente estava ‘saturado’ e a ventilação era inexistente ou insuficiente.” (PO 9). Na sua *dimensão comportamental* esse risco está a ser potenciado pelo *consumo de álcool em shots, minagem e poliuso*, e por *crises relacionadas com o consumo de SPA* – “Os consumos de álcool estavam a acontecer por todo o recinto. Estavam a consumir-se sobretudo cerveja, garrafas minadas e garrafas preparadas previamente com misturas de bebidas, que também se minava depois com SPA.” (PO 4).

Ainda no âmbito da exploração da relação entre dimensões físicoambientais e *risco* procurámos explorar, depois, a expressão de nível mais microfísico do fenómeno (cf. Quadro 28, QT4.2.2), no sentido de perceber quais os MMM do INTERIOR DO RECINTO (1.3.2) que estavam a oferecer o contexto para a manifestação do *risco*. Para o efeito voltamos a recorrer à ferramenta *Matrizes do Nvivo9* cruzando as referidas categorias com as *dimensões comportamental e ambiental do risco* no contexto do *set GRUPO RISCO*. Esta *Matriz* permitiu perceber qual a expressão (em frequências de US relativas a incidentes nos dados) e o tipo (*comportamental* ou *ambiental*) do *risco* que estava a ocorrer nos nichos de menor escala de um recinto, sintetizada no Quadro 33.

Quadro 33

*Dimensão Microfísica do Grupo Risco (Meios e Micromeios)*

		Dimensão Comportamental do Risco	Dimensão Ambiental do Risco
Meios e Micromeios	MMM DE APOIO	6	9
	MMM DE FUNCIONAMENTO	2	5
	MMM DE LAZER	11	7

Percebemos que do ponto de vista do nível físicoambiental microfísico, os MMM que estão a oferecer um contexto mais expressivo para o surgimento do *risco* são, em primeiro lugar, os MMM DE LAZER (1.3.2.1), depois os MMM DE APOIO (1.3.2.2), e de forma menos expressiva os MMM DE FUNCIONAMENTO (1.3.2.3).

No âmbito dos MMM DE LAZER (1.3.2.1) os incidentes observados estão a concentrar-se sobretudo no espaço do *bar*. Genericamente verifica-se a presença mais acentuada de *dimensões comportamentais do risco* como o uso SPA com *minagem*, as *situações de crise relacionadas com SPA*, *trânsito e risco rodoviário*, *incentivo ao consumo* (promoções, consumo de álcool pelos barmans, baixo preço do álcool), e no que toca também ao álcool, o consumo de *shots* e o padrão de uso em *binge-drinking* - “*As pessoas responsáveis pelas barraquinhas também estavam frequentemente a consumir bebidas alcoólicas e iam sendo substituídas com frequência.*” (PO 6)

A presença de *dimensões ambientais do risco* nos MMM de LAZER (1.3.2.1), ainda que ligeiramente menor, estava a traduzir-se em dificuldades na oferta de *água potável* (torneiras fechadas, quebra de água para venda) - “*Nota negativa para o acesso a água potável, que era desadequado. Notaram-se torneiras fechadas, e não havia forma de livre acesso a água potável. A única forma de aceder a água era comprá-la nas barraquinhas.*” (PO 6).

No âmbito dos MMM DE APOIO (1.3.2.2) os incidentes observados estão a concentrar-se sobretudo no espaço dos WC’s. Genericamente verifica-se a presença mais acentuada de *dimensões ambientais do risco*, tais como *risco sanitário* (más condições de higiene dos WC’s), *dificuldades no acesso a água potável*, *risco de acidentes pessoais* (copos de vidro), *falta de estruturas de repouso*, *sobrelotação* e *risco de evacuação* - “*Esta discoteca não inspira muita segurança na medida em que é pequena demais para o número de pessoas que alberga e só existe uma saída de emergência muito pouco visível que não dá para o exterior, mas sim para dentro de um centro comercial.*” (PO 9); “*As casas de banho estavam todas desarrumadas e cheias de copos por todo o lado.*” (PO 11)

A presença de *dimensões comportamentais de risco* nos MMM DE APOIO (1.3.2.2), ainda que menor, estava a traduzir-se em *crise relacionada com o uso de SPA* - “*Houve uma situação de crise observada diretamente, que ocorreu pelas 2.30h. O indivíduo em questão estava a ser socorrido no sofá perto do bar.*” (PO 7)

Quisemos, por último, conhecer o nível fisicoambiental NFA do *risco* do ponto de vista da sua expressão temporal. Para o efeito elaborámos um *Group Query* no sentido de conhecer como estavam os atributos *sazonalidade* e *duração* a apresentar-se no GRUPO RISCO (Quadro 34). Percebemos que o *risco* é predominante nos eventos de um *dia único*, e nos eventos que decorrem nos meses mais frios. Atendendo a que estes são também os meses em que as observações estão a ocorrer sobretudo em espaços fechados, tal poderá constituir-se como um indicador indireto de que é nestes espaços que está a verificar-se maior risco. Mais uma vez assumimos a *sazonalidade* não como um indicador de tendências diretas, mas como um factor que indiretamente nos fornece informação relevante.

#### Quadro 34

##### *Dimensão Temporal do Grupo Risco (Sazonalidade e Duração)*

<i>Dimensão Temporal</i>	<i>PO</i> (N=5)
<b>(Sazonalidade)</b>	
1ºTrim./Inverno	2
2ºTrim./Primavera	1
3ºTrim./Verão	-
4ºTrim./Outono	2
<b>(Duração)</b>	
Dia Único	3
Vários Dias	1

A exploração da dimensão fisicoambiental temporal fica completa com a matriz que situa os eventos de maior risco no contexto das *etapas da evolução do evento*, e no seu *tempo cronológico* (Quadro 35). A exploração destas duas categorias da análise no contexto dos eventos de maior risco é claramente indicativa de uma relação entre risco e etapas mais avançadas de um evento e funcionamento em horários mais tardios. É nos períodos de *fase avançada* e *fim de festa*, assim como na *madrugada* e na *manhã*, que estão a ser mais notados os comportamentos de risco dos participantes (*dimensão comportamental*) – “De referir que nesta fase do evento, pelo menos do que observei, há pessoas que tentam recuperar o estado de consciência bebendo água ou refrigerantes e outro tipo de pessoas que pedem shots e bebidas brancas para acentuar ainda mais a embriaguez.” (PO 11).

## Quadro 35

### *Dimensão Temporal do Grupo Risco (Tempo Cronológico e Etapas do Evento)*

		Dimensão Comportamental do Risco	Dimensão Ambiental do Risco
Tempo Cronológico	03.00 - 06.00. madrugada	17	17
	06.00-13.00.manhã	16	19
	06.01 - 21.00.todo dia	0	0
	13.00-21.00.tarde	0	0
	21.00 - 06.00.toda a noite	47	25
	21.00 - 21.00.24 horas	0	0
	21.01 - 03.00.noite	0	0
Etapas do Evento	fase avançada do evento	8	2
	fase inicial do evento	1	0
	fim-de-festa	6	0
	pico de afluência	0	2

É também nestes períodos que está a ser mais visível o impacto negativo dos factores ambientais promotores de risco (*dimensão ambiental*) – “*A temperatura ambiente era desadequada. Estava quente, o ar estava saturado, a ventilação era má. O espaço era pequeno e com a afluência de frequentadores o ar tornava-se mais saturado.*” (PO 7)

O facto de um grande número de referências estar a concentrar-se no período *toda a noite* foi entendido como menos relevante porque menos discriminativo, atendendo a que todos os eventos considerados de maior risco estavam a ocupar também este período horário.

## 2.2. Dimensões Socioambientais do Risco

A análise foi orientada, seguidamente, para a exploração das dimensões socioambientais no GRUPO RISCO. De acordo com a reorganização do sistema de categorias resultante da resposta à QCI A (*Quais são as dimensões ambientais dos ambientes recreativos noturnos?*) tinha sido posto em evidência que esse nível socioambiental se operacionalizava em torno de *dimensões dos eventos* e de *dimensões dos atores sociais*. Essas dimensões serão agora questionadas por relação com o tema do *risco*, oferecendo o contexto em falta para explicar as manifestações deste fenómeno nos ambientes recreativos noturnos.

Começámos por procurar perceber como se apresentavam os eventos de maior risco do ponto de vista da *dimensão comercial* do seu funcionamento (QT 5.2.1). O conhecimento sobre a *dimensão comercial* estava dependente da exploração da relação entre alguns atributos das classificações dos dados (*entidade promotora, estratégia de venda, custo do acesso,*

*estratégia de controlo do acesso*) e da categoria COMUNICAÇÃO (1.1) do nosso sistema de categorias, no GRUPO RISCO. A ferramenta *Group Query* permitiu conhecer, em primeiro lugar, a forma como os referidos atributos estavam a apresentar-se nesse grupo de eventos (Quadro 36). Percebemos que os eventos do GRUPO RISCO estavam a ser promovidos sobretudo por *entidades privadas*, com acesso vendido *à entrada*. A exploração das modalidades de *controlo do acesso* não se mostrou conclusiva.

A exploração da categoria COMUNICAÇÃO (1.1) no âmbito do GRUPO RISCO está sintetizada no Quadro 37.

Quadro 36

*Dimensões Comerciais do Grupo Risco*

<i>Dimensões Comerciais</i>	<i>PO (N=5)</i>
<b>(Entidade Promotora)</b>	
Pública	1
Privada	4
<b>(Estratégias de Venda)</b>	
À entrada	3
Várias	1
<b>(Custo)</b>	
Até 5€	1
6-15€	2
<b>(Controlo do Acesso)</b>	
Pulseira	2
Cartão	1
Bilhete	2

Alguns aspectos mais salientes desta exploração são, no âmbito dos SUPORTES DE COMUNICAÇÃO (1.1.1), o recurso a *flyers*. Analisando as referências que emergem especificamente desta codificação, percebemos que os *flyers* relativos aos eventos do GRUPO RISCO estão a circular em contextos e circuitos de públicos-alvo bastante específicos – em dois casos de festas dirigidas a estudantes (PO 11 e PO 6) os *flyers* foram recolhidos em ambientes académicos; e num outro caso (PO 7) o *flyer* foi diretamente recolhido pelos observadores junto de um promotor de uma festa de música electrónica planeada para o recinto de um antigo cinema do centro da cidade do Porto - “*O observador teve conhecimento*



do evento porque recolheu um flyer na sua universidade.” (PO 11). Esta condição dos dados faz-nos supor que a divulgação dos eventos de maior risco está a acontecer junto de circuitos mais específicos de públicos-alvo, não parecendo seguir-se a mesma tendência a uma *heterogeneidade e mainstreamização* dos públicos e da oferta correspondente, como sucede com o GRUPO CONSUMO.

Quadro 37

*Dimensões Comerciais do Grupo Risco*

			Grupo Risco (N=5)
Comunicação	Suportes de Comunicação	designação promocional	5
		patrocínio	8
		placards na cidade	0
		sms	1
		frases temáticas	3
		rádio	2
		internet	1
		flyer	23
		uniformes	0
		logótipo	6
		imprensa escrita	0
		informações	0
		merchandizing	0
	Funções dos Suportes de Comunicação	Criar uma identidade	9
		Financiar	6
		Divulgar	6
		Informar	14
	Elementos Comerciais	22 : promoções	13
		23 : preços	26
		24 : multibanco	0
		25 : pré-venda	0
		26 : serviços no exterior	2
		27 : merchandizing	0
		28 : dinheiro	3

Outro aspecto saliente desta exploração, agora no âmbito dos ELEMENTOS COMERCIAIS (1.4.1.5), é a referência abundante a *preços* e a *promoções* nos dados do GRUPO RISCO. Essas referências são potencialmente relevantes para a emergência de dinâmicas de risco propriamente ditas. Veja-se, a título de exemplo, que a exploração dessas

referências está a pôr em evidência a situação em que o valor cobrado por uma garrafa de água de 0,25ml é o mesmo do que é cobrado por um refrigerante, e também o mesmo que é cobrado por uma cerveja – *“As garrafas de água pequenas estavam a ser vendidas a 1,5€. Os refrigerantes estavam a ser vendidos a 1,5€. A cerveja estava a ser vendida a 1,5€.”* (PO 11). Não só os preços cobrados por bebidas não-alcoólicas se apresentam comparativamente caros em relação aos das bebidas alcoólicas, como globalmente se verifica também que o álcool é oferecido a muito baixo valor – *“Nas festas académicas é normal os preços serem mais baratos e acessíveis e como tal este evento não fugiu à regra: são de facto mais baratos do que qualquer outra festa organizada pelo XXXX [nome da discoteca]”* (PO 11); *“Lembro-me de arranjar um whisky por 1€ (custa 3€) e 4 shots por 2€ (supostamente deveria custar 4€).”* (PO 11); *“Existem as habituais promoções ou redução nos preços aos clientes habituais perante doses elevadas de consumo (ex. shots), o que no nosso entender incentiva o consumo dessas bebidas.”* (PO 6).

Uma exploração mais focalizada, incidindo sobre as características da oferta nestes protocolos de observação, permitiu perceber que os eventos de maior risco estão a corresponder sobretudo a uma oferta não regular. Isto significa que nenhum destes protocolos de observação corresponde a um *bar* ou *discoteca urbanos* observados durante o seu habitual funcionamento, por e.g., de fim de semana. Efetivamente, e apesar de dois destes eventos (PO 9 e PO 11) corresponderem a discotecas do circuito urbano do ócio noturno da cidade do Porto, as suas observações ocorreram no âmbito de uma oferta extraordinária, em noites em que esses espaços estavam a acolher festas de características especiais – num caso o espaço da discoteca estava a ser explorado no âmbito de uma festa académica, e noutro caso a discoteca estava a oferecer uma festa dirigida a um público específico de música electrónica por ocasião de uma atuação de um DJ estrangeiro - *“Analisando a informação contida no flyer do evento encontram-se vários elementos que anunciam globalmente o conjunto de eventos previstos para a rentrée académica. Estendem-se ao longo de 3 noites e ocorrem todos nesta discoteca, em colaboração com a Associação de Estudantes da Faculdade XXX da Universidade XXX.”* (PO 11). As restantes observações que integram o GRUPO RISCO correspondem a oferta não regular de festas que ocupam recintos urbanos, abertos e fechados, que não foram especificamente concebidos para o ócio noturno – *“Era um evento que tinha lugar nas antigas instalações do Cinema XXX, no centro da cidade do Porto, organizado pela Promotora XXX e pelo DJ XXX. Tratava-se de uma organização privada.”* (PO 7); e festas

mais afastadas do espaço urbano, em ambiente natural, e associadas a circuitos específicos da música electrónica – “*O estilo trance está intimamente ligado à natureza, daí que a festa se tenha realizado ao ar livre, numa zona arborizada tipo bosque, distante de povoações.*” (PO 4).

Estas características, mais do que as que estão a emergir da exploração direta da *dimensão comercial*, poderão estar a reforçar a ideia de que os eventos de maior risco estão a ocupar um espaço na oferta do ócio noturno correspondente a ambientes recreativos mais afastados do circuito *mainstream* dessa oferta. Ou seja, o circuito *mainstream* do ócio noturno parece estar a associar-se à presença do *consumo de SPA ilícitas*, mas não necessariamente à presença do *risco*. Esta conclusão parece plausível se atendermos ao facto de que fora dessa oferta mais regular e *mainstream*, nos deparamos com espaços não concebidos para receber eventos desta natureza, e potencialmente mais vulneráveis a factores de risco. A este facto acresce que em alguns destes eventos está por vezes também comprometida a gestão profissional e experiente, à partida garantida na oferta regular do circuito de bares e discotecas do ON urbano. A título de exemplo podemos referir-nos ao PO 7, que corresponde a uma festa de música electrónica promovida por um organizador de um género específico, num antigo cinema do centro da cidade do Porto; ou então ao PO 11, que apesar de estar a realizar-se numa conhecida discoteca, está a ser explorado por uma *associação de estudantes* no âmbito de uma festa académica dirigida a um público composto quase exclusivamente por estudantes.

Explorar a existência de tendências assinaláveis do ponto de vista do *clima* no GRUPO RISCO e perceber como estão estes a ser qualificados (QT 5.2.2) permitia-nos simultaneamente aprofundar a discussão anterior, e perceber se a presença de risco em ambientes recreativos noturnos é factor suficiente para originar uma percepção negativa sobre um evento. Para obter estas respostas começamos por elaborar uma *Matriz* que permitiu conhecer como estavam as categorias MÚSICA (1.2) e INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) a apresentar-se no Grupo Risco (Quadro 38).

Essa exploração tornou evidentes algumas características mais salientes, indicativas de uma certa especificidade do *clima* no GRUPO RISCO, desde logo porque do ponto de vista da oferta musical surgiu evidente a concentração da oferta na *música electrónica de dança*, particularmente no género *techno* – “*Este evento consistia numa noite de DJ convidado, neste caso o DJ XXX, que reproduz músicas do tipo techno minimal.*” (PO 9). Adicionalmente

também pudemos verificar que o código *ambiente académico* estava a receber uma codificação expressiva – “*Existem claras diferenças entre as entradas numa festa académica e numa festa organizada pelo próprio XXX [nome da discoteca]*” (PO 11).

#### Quadro 38

##### *Clima do Grupo Risco*

			Grupo Risco (N=5)
Clima	Géneros M. Electrónica	house	2
		electro	2
		dance music.electrónica	4
		techno	9
		trance	6
		drum'n'bass	4
		reggae	3
	Géneros M. Pop-Rock	pop-rock	1
		rock alternativo	0
		rock'n'roll	0
		Outros Géneros	13
		geral	11
		jazz	2
		africana	0
		popular portuguesa	0
	Interpretações sobre o Clima	ambiente psicadélico	1
		ambiente de discoteca	2
		ambiente festivo	1
		ambiente académico	22
		ambiente político-interventivo	0

Estas evidências reforçam as conclusões anteriores de que, por um lado, o GRUPO RISCO não apresenta os mesmos traços indistintos e generalistas que tínhamos encontrado no GRUPO CONSUMO, afastando-se por isso da tendência que resumimos no conceito de *mainstreamização*. Reforçam, ainda, a ideia que já começava a desenhar-se de que os AR cuja oferta está próxima dos públicos de *estudantes* e das comemorações académicas, estão a concentrar dinâmicas de risco potencialmente mais expressivas de entre o conjunto dos dados observados. No sentido de confirmar esta tendência entendemos útil aprofundar esta exploração voltando a considerar a *matriz* que cruzou os códigos específicos relativos às *dimensões ambientais e comportamentais do risco* no conjunto dos PO (N=14). Esperávamos com esta exploração que os PO especificamente relacionados com públicos e oferta *académicos* (PO 6 e PO 11) se apresentassem efetivamente mais expressivos quanto ao

conjunto de incidentes codificados nos dados relativos a *risco*. Esperávamos, ainda, que esses PO relativos a *ambientes académicos* se mostrassem, na mesma linha, mais expressivos quanto ao conjunto de incidentes relativos a *risco*, no contexto do conjunto dos eventos do GRUPO RISCO (n=5PO) (cf. Quadro 39).

Como podemos verificar pela matriz resumida no Quadro 39, ambas as tendências se confirmam. Ou seja, os ambientes marcados por uma oferta dirigida a públicos e a celebrações *académicos* (PO 6 e PO11) surgem, no contexto do conjunto de todos os dados analisados, como os eventos onde o fenómeno do *risco* assume dimensões mais expressivas. Essa tendência continua a verificar-se quando consideramos apenas o GRUPO RISCO<sup>43</sup> (n=5), onde com exceção de um evento associado à música electrónica de dança do género *trance* que teve lugar em ambiente natural fora de centro urbano, também são os eventos académicos a reunir maior frequência de incidentes de risco.

Com a intenção de aprofundar a identificação de características do clima dos eventos de maior risco, progredimos com a exploração das QUALIDADES (3.2) nas PERCEPÇÕES (3.) sobre estes eventos (QT5.2.2). Ainda que não abundem na literatura os estudos que caracterizam e qualificam globalmente os ambientes recreativos noturnos em função da sua relação com o risco, surgem na literatura referências que procuram descrever processos e dinâmicas específicas do risco, e que tocam com frequência aspectos da sua estrutura e funcionamento (cf. por e.g. Bellis et al, 2002; Calafat & Juan, 2002; Chatterton, 2002). Com essa intenção em mente – produzir uma caracterização global dos eventos em que o risco se apresenta de forma mais proeminente - cruzámos os códigos relativos às várias QUALIDADES POSITIVAS (3.2.1), NEGATIVAS (3.2.2), NEUTRAS (3.2.3) e MISTAS (3.2.4) com o *set* de eventos do GRUPO RISCO. Os resultados dessa exploração estão visíveis na matriz do Quadro 40.

Nessa exploração, e focando-nos especificamente nos códigos de QUALIDADES (3.2) que estavam a reportar-se a dimensões dos eventos (e não tanto dos seus atores sociais) (Quadro 40), torna-se visível uma distribuição das frequências que nos mostra que estes eventos estão a ser qualificados maioritariamente através de QUALIDADES POSITIVAS como *bom*, *variado* e *normal*. A partir de uma exploração das referências contidas nestes códigos

---

<sup>43</sup> Os PO que integram o GRUPO RISCO são PO 4, PO 6, PO 7, PO 9 e PO 11.

Quadro 39

*Risco Comportamental e Ambiental nos Protocolos de Observação (PO)*

			PO 1	PO 10	PO 11	PO 12	PO 13	PO 14	PO 2	PO 3	PO 4	PO 5	PO 6	PO 7	PO 8	PO 9		
Dimensões Ambientais e Comportamentais do Risco	Elementos de Risco	armas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		barreiras arquitectónicas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		copos vidro	1	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
		crowdsurfing	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	
		fumo	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		prostituição	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		ruído	1	0	3	2	2	0	1	0	2	1	2	2	0	2	2	
		sujidade	2	0	0	0	2	0	2	2	4	0	2	2	0	0	0	
		temperatura	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	
		torneiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
		trânsito	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4	0	0	1	
		vizinhança	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	
	Risco	ausência áreas repouso	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
		binge-drinking	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	
		crise relacionada com spa	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	
		dificuldades acesso água potável	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
		incentivo ao consumo	0	3	16	2	3	2	0	1	1	1	1	5	0	2	3	
		minagem e partilha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0
		objetos perigosos	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		risco de acidentes pessoais	2	0	2	0	0	0	0	0	1	5	1	0	0	0	0	0
		risco de desidratação e hipertermia	1	0	7	2	0	1	0	0	0	1	0	2	2	2	2	3
		risco de evacuação	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2	1
		risco de violência	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
		risco rodoviário	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
		risco sanitário	1	0	3	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	1
		ruído e risco auditivo	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
		sobrelotação	0	0	3	2	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
	Consumos (Modos de Utilização)	minado	0	2	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	5	0	0	
		poliuso	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	2	0	0	
		shots	0	4	12	2	0	0	0	0	4	0	0	3	0	0	0	
		snifado	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	1	0	0	
	Qualidades Negativas		1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
		inseguro.perigoso																
			17	14	56	14	7	6	7	9	28	6	24	22	8	17		

## Quadro 40

### Qualidades do Grupo Risco

		Grupo Risco
Qualidades dos Eventos	POSITIVAS	111
	NEGATIVAS	97
	NEUTRAS	71
	MISTAS	79

podemos verificar que os aspectos melhor qualificados (*bom*) estavam a dizer respeito a aspectos da oferta logística desses eventos – *acessibilidade, estacionamento, iluminação, controlo de acesso, área disponível, oferta de transportes públicos, staff* -, mas também aspectos do funcionamento dos seus MMM – *decoração, WC* -, e aspectos da sua oferta de bem-estar e segurança – *serviços de emergência, RRMD, acesso a água potável*. “O espaço disponível respondia assim de alguma forma ao número de participantes que estavam presentes.” (PO 11); “O INEM dispunha de uma barraca para informações e primeiros cuidados que no nosso entender era suficiente e bem localizada.” (PO 6). O código variado estava a qualificar positivamente a oferta relativa ao *staff*, relativa a *elementos complementares*, à *música* e ao *estilo visual* dos participantes – “Havia alguns gunas de tatuagens e musculados (embora fossem em número inferior a todos os outros grupos) com as *t-shirts justas*, havia pessoas de cariz normal vestidas da forma como vão para a faculdade, os chamados *estudantes académicos*, e aquele grupo de pessoas que se veste um pouco melhor, nomeadamente as *raparigas com um vestido*, e os *rapazes com um blazer e assim...*” (PO 11). Tratou-se de um conjunto de códigos e referências que estavam, em nosso entender, a reforçar a associação ao conceito de *ecletismo* do ponto de vista musical, ainda que do ponto de vista dos grupos de participantes alguma homogeneidade (como a categoria social *estudante*) pudesse ser globalmente apontada. O código *normal* estava a qualificar positivamente as percepções sobre a *lotação*, sobre os *preços* e sobre os tipos de *participantes* – “Eu arrisco a dizer que a *lotação*, mesmo que algo problemática na pista central, era aceitável e normal, tendo em conta o evento em questão.” (PO 11); “Estimou-se que o evento teria cerca de 1500 participantes espalhados por uma área de cerca de 500m<sup>2</sup>. Parece ser uma ocupação normal do espaço. Não muito cheio nem vazio.” (PO 4); “Os atores participantes eram genericamente oriundos de sectores urbanos normativos, e de subculturas mais alternativas.” (PO 7).

As QUALIDADES NEGATIVAS (3.2.2) estavam a reunir um conjunto de códigos que, embora de frequência menor do que as QUALIDADES POSITIVAS, apresentam ainda assim uma distância curta em relação a estas. Da exploração dos códigos e referências contidos nesta categoria percebemos que os aspectos que estavam a ser qualificados como *insuficientes, maus e desadequados* diziam sobretudo respeito a dificuldades ao nível da oferta logística – *espaço de dimensão reduzida, falta de estacionamento, más acessibilidades* -, dificuldades na oferta de MMM específicos – *falta de estruturas de repouso e outras complementares* -, e aspectos comprometedores da segurança e bem-estar – *dificuldades na iluminação, temperatura, ventilação, saídas de emergência, sobrelotação, WC, copos de vidro, oferta de água potável, sujidade, ruído, preço elevado dos alimentos*. - “De realçar que não havia água. Tentei comprar em três bares e não havia. Isto acontece muitas vezes nas festas académicas, a água esgota muito rapidamente. Não vi muita gente a consumir água, talvez seja um produto que a organização não compre em quantidades suficientes.” (PO 11); “O acesso da estrada até à festa era feito a pé e a iluminação era má.” (PO 4).

Outras qualidades que estavam a ser usadas nas apreciações sobre estes eventos foram *longos, centrais e baratos*. Este último código estava a ser usado para qualificar as principais ofertas comerciais dos espaços – o custo das *entradas* e o custo das *bebidas alcoólicas* (*cerveja, bebidas brancas, shots*). “Os preços das entradas estavam a ser praticados entre os 6 e os 7 euros. As garrafas de água estavam a ser vendidas a 0,50€, os refrigerantes a 1€, a cerveja a 1€, as bebidas brancas a 2,5€ e os shots a 1€. Os alimentos estavam a ser vendidos a 2,5€.” (PO 6). Alguns aspectos da oferta estavam a apresentar uma presença frequente nestes espaços –é o caso das *promoções*, do *cartaz de oferta musical*, do *número de bares*, incidentes que rodeiam as *SPA ilícitas* (*uso, venda, partilha*), a presença de *seguranças* e *serviços de emergência*, entre outros. – “Existiam promoções em todas as barraquinhas, o que no nosso entender funcionava como incentivo ao consumo, atendendo a que os preços eram muito inferiores aos normalmente praticados nos espaços noturnos.” (PO 6); “Ainda no piso inferior, que é também a área central e mais vasta do recinto, está localizada a pista de dança. Esta é rodeada de bares em todo o redor – em frente, atrás, à esquerda e à direita.” (PO 11); “Observaram-se vários episódios de consumo de SPA e vários participantes com estado de consciência visivelmente alterado.” (PO 4).

Alguns aspectos parecem-nos dignos de nota nesta revisão das QUALIDADES do GRUPO RISCO. Começaríamos por concluir genericamente que, apesar de ser predominante



uma percepção globalmente *positiva* sobre os eventos com maior risco, essa apreciação global é seguida de perto por uma de pendor mais negativo. No entanto, e por outro lado, não só as QUALIDADES POSITIVAS continuam a ser maioritárias neste conjunto de eventos, como os aspectos qualificados aqui como *bons*, são também frequentemente os mesmos que são identificados, a respeito do mesmo conjunto de eventos, como aspectos aos quais está associado o risco – a *sobrelotação*, a *falta de estacionamento* e outras dificuldades logísticas, a gestão da *ventilação* e da *temperatura*, entre outras. Este dado pode estar a significar que para os observadores, a percepção de aspectos do funcionamento promotores de risco, ou a presença de risco efetivamente observado, não são suficientes para produzir uma avaliação expressiva e globalmente negativa destes eventos. Ou seja, os eventos de maior risco podem estar a ser positivamente avaliados *apesar* do risco que apresentam. Este dado permite levantar a hipótese de que um ambiente potencialmente *mau* do ponto de vista da sua oferta e logística, e *deficiente* do ponto de vista da salvaguarda da segurança e promoção do bem-estar, pode estar ainda assim a corresponder às expectativas dos seus participantes. Esta é uma tendência que vem de encontro aos estudos que têm demonstrado que as percepções do risco entre utilizadores de SPA e participantes no ócio noturno podem estar claramente determinadas pelas crenças e normas implícitas que os participantes nesses ambientes frequentemente apresentam. Nesta linha, Widén e Erlandsson (2007) demonstraram que se um participante entender que um determinado comportamento de risco (por e.g. ouvir música muito alta sem proteção auditiva) é uma norma aceitável, então existe grande probabilidade de envolvimento no comportamento de risco apesar dos danos envolvidos e independentemente da validade desta crença. Uma dinâmica idêntica poderá explicar, adicionalmente, o facto de nos nossos dados surgirem avaliações positivas de ambientes sobrelotados, quentes e mal ventilados, claramente comprometedores do bem-estar, mas ainda assim sem que essa fosse a percepção predominante a emergir do discurso do observador – “*A temperatura estava elevada... Muito calor. (...) A pista central estava cheia e a circulação era difícil, mas perto das casas de banho e nos bares perto da entrada a circulação fazia-se de forma normal. (...) Eu arrisco a dizer que a lotação, mesmo que algo problemática na pista central, era aceitável e normal, tendo em conta o evento em questão.*” (PO 11)

Adicionalmente, e ainda que os aspectos relacionados com o uso de SPA ilícitas estejam a oferecer uma contextualização importante à presença do risco nestes eventos, eles não esgotam os motivos pelos quais estes podem ser percebidos de forma mais negativa, já

que nessa apreciação assumem considerável expressão os factores claramente de ordem mais ambiental, relacionados com as condições físicoambientais dos espaços e sua oferta (ou falta dela). No sentido de aprofundar esta hipótese, e de aprofundar a compreensão sobre a expressão do *risco comportamental* nestes eventos, voltamo-nos finalmente para a exploração sobre quais são os protagonistas do risco, que relações estabelecem entre si, em que atividades se envolvem, e como estão a ser percebidos (QT5.2.3).

Começamos por questionar-nos sobre quem são os protagonistas do risco e como estavam a relacionar-se entre si. Vários códigos e categorias do nosso sistema estavam a oferecer contexto para esta exploração, desde logo as categorias PAPEL AMBIENTAL (2.3), CARACTERÍSTICAS (2.1) e RELAÇÕES (2.2.4). Para o efeito elaborámos uma matriz que cruzou essas categorias com o conjunto dos nodes relativos a *dimensões ambientais e comportamentais* do risco, no âmbito do *set* GRUPO RISCO, cujo resultado pode ser consultado no Quadro 41. Como esperávamos, os resultados são mais expressivos no que toca ao *risco comportamental*, naturalmente mais relacionável com protagonistas específicos, do que no que toca ao *risco ambiental*. Do ponto de vista do PAPEL AMBIENTAL (2.3) destacam-se os códigos *participantes* e *barmans*. Percebemos que é escassa a codificação relativa aos papéis ambientais que envolvem agentes com responsabilidade na gestão de um evento (*promotores, patrocinadores, etc.*). Este dado parece-nos uma limitação do processo de codificação, atendendo a que seria expectável que no âmbito do *risco ambiental* fossem sobretudo estes papéis a ser identificados como os agentes protagonistas do risco. O facto de a codificação dos dados não estar a traduzir essa dimensão implícita poderá relacionar-se com a ausência de uma referência explícita aos mesmos por parte dos observadores, que não estão a identifica-los como responsáveis pelas características ambientais de maior risco. Uma exceção são as referências a *associações de estudantes*, um tipo de promotor de eventos não-profissional, envolvido sobretudo na organização de festas académicas que já vimos terem uma expressão importante no conjunto dos eventos de maior risco. “*Além das promoções, as barraquinhas das associações de estudantes ofereciam redução nos preços acima de um determinado consumo de shots ou outras bebidas.*” (PO 8).

Destacam-se, do ponto de vista das CARACTERÍSTICAS (2.1) dos atores sociais, os códigos *jovem* e *masculino*, parecendo existir uma tendência nos dados para identificar os rapazes mais novos como os protagonistas do risco, de entre os restantes protagonistas possíveis – “*Existiram situações problemáticas que foram, especificamente, o aparecimento*

de jovens rapazes em situação de crise.” (PO 7). Destaca-se, ainda, um modo de RELAÇÃO (2.2.4) em que predomina o *interconhecimento*, sobretudo no contexto de *pequenos grupos*. – “Um pequeno grupo de participantes no dance-floor estava a partilhar uma garrafa de água minada, provavelmente com mdma.” (PO 4). Parece ser possível concluir que quanto menor a dimensão de um grupo, menor a presença do risco. Este facto está a remeter-nos, à semelhança do que conceptualizávamos a respeito do GRUPO CONSUMO, para a hipótese

Quadro 41

*Caraterização dos Atores Sociais do Grupo Risco*

			Dimensão Comportamental do Risco	Dimensão Ambiental do Risco
Papel Ambiental	Gestores e Organizadores	patrocinadores	0	0
		promotores	6	3
	Utilizadores	Participantes	28	3
		Trabalhadores	15	2
		Agentes de Assistência	1	0
		Agentes de Controlo	2	1
		Traficantes	0	0
		Utilizadores Passivos	0	1
		Jornalistas	0	0
Caraterísticas	Estilo		0	0
	Classe Social	classe média	0	0
		elites	0	0
		urbano-degradados	0	0
		vários estratos sociais	0	0
	Género	ambos	0	0
		masculino	8	0
		feminino	1	0
	Grupos Etários (Faixas Etárias)	50 anos	0	0
		15-25 anos	0	0
		20-30 anos	0	0
		15-35 anos	0	0
		40 anos	0	0
	Grupos Etários (Níveis de Desenvolvimento)	crianças	0	0
		jovens	4	0
		jovem adulto	0	0
		adultos	0	0
		idosos	0	0
Relações	Grau de Interconhecimento	amigos conhecidos	4	0
		desconhecidos	0	0
	Dimensão do Grupo	sozinho	2	0
		em pares	5	0
		em pequenos grupos	10	0
		grande grupo	0	0

de as atividades de maior risco comportamental se rodearem de uma dimensão de *convivialidade*. No entanto, uma análise mais próxima das US codificadas permite perceber que essa associação do *pequeno grupo* para convívio que envolve risco não está a acontecer exclusivamente no âmbito do uso de SPA ilícitas, mas também no âmbito do uso de bebidas alcoólicas, poliuso (álcool e SPA ilícitas) e comportamentos de incentivo ao consumo por parte de barmans – “*Vi também alguns casos em que os barmans consumiam bebidas (shots) juntamente com um grupo de pessoas, supostamente amigos. Eram feitos shots para todo o grupo e bebiam todos ao mesmo tempo.*” (PO 11).

Avançamos, em seguida, para o questionamento sobre em que outras ATIVIDADES estavam envolvidos os atores sociais do GRUPO RISCO (QT5.2.3). Essa exploração permitiu-nos não só conhecer quem eram os protagonistas específicos dessas atividades, como também obter uma indicação relativamente à expressão de outros incidentes potencialmente relevantes e síncronos com o risco, no GRUPO RISCO. Para o efeito elaborámos uma matriz (cf. Quadro 42) que cruzou as diversas ATIVIDADES com os diversos PAPÉIS AMBIENTAIS no *set* do GRUPO RISCO.

Quadro 42

*Atividades dos Atores Sociais do Grupo Risco*

			Atividades de controlo	Atividades de fruição	Atividades de consumo	Atividades neutras	Atividades de proteção	Atividades transgressivas
Papel Ambiental	Observadores		4	2	1	3	1	0
	Gestores e Organizadores		5	2	1	2	2	0
	Utilizadores	Participantes	10	33	68	11	8	11
		Trabalhadores	18	7	5	3	2	0
		Agentes de Assistência	2	0	0	0	4	0
		Agentes de Controlo	7	0	0	0	2	4
		Traficantes	0	1	1	1	0	6
		Utilizadores Passivos	0	0	0	0	0	0
		Jornalistas	0	0	0	0	0	0

Com esta exploração percebemos que os *participantes* são os atores sociais que protagonizam, com maior frequência, o conjunto de todos os tipos de atividades que estão a ter lugar nestes eventos. Consoante o tipo de atividades, esse protagonismo é partilhado com outros atores sociais que estão numa posição de interação em relação aos *participantes*, como é o caso dos *trabalhadores*. No entanto, a presença destes outros protagonistas (*Seguranças, DJs, Barmans, Agentes de Controlo/Forças Policiais, Traficantes*) assume sempre uma

expressão consideravelmente menor nos dados. Percebemos, adicionalmente, que nos eventos de maior risco as atividades predominantes são as ATIVIDADES DE CONSUMO – “*Vi um grupo que consumia bebidas alcoólicas enquanto fumava um charro.*” (PO 11). Entre estas são predominantes os códigos que exprimem algum tipo de *consumo de SPA ilícitas*. É também bastante frequente o código *beber* destacando-se o facto de que as US em que este código surge estarem rodeadas de dimensões de risco como a grande disseminação do comportamento de *beber* no evento, o estado de embriaguez e alteração visível da consciência apresentado pelos participantes, o poliuso álcool e SPA ilícitas, entre outros. São seguidas pelas ATIVIDADES DE CONTROLO – “*O controlo das entradas pelos seguranças era feito através duma pulseira nos participantes.*” (PO 4); e pelas ATIVIDADES DE FRUIÇÃO – “*Dois rapazes com cerca de 20 anos estavam a apoiar-se nos ombros uns dos outros e a cantar com ar animado.*” (PO 6). Presença bastante menor têm as ATIVIDADES DE PROTECÇÃO e as ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS – “*Estava a ocorrer venda de SPA no evento. Os atores envolvidos comportavam-se de maneira relativamente discreta, trocando olhares.*” (PO 4).

Interpretamos esta distribuição das atividades em que estão envolvidos os participantes no GRUPO RISCO como indicativas da natureza das relações que estão a ter lugar entre estes diversos temas nos dados. Assim, fica aqui demonstrado que o consumo apresenta uma relação bastante mais expressiva com o risco do que acontece com a transgressão. No entanto, essa presença do consumo deve aqui ser entendida globalmente, e não apenas no que concerne à relação com o uso de SPA ilícitas, já que é saliente o papel do álcool na manifestação do risco – “*As atividades que predominaram foram beber bebidas alcoólicas e não-alcoólicas, dançar e conversar. São as mais normativas dentro do evento.*” (PO 11); “*Os consumos de álcool estavam a acontecer por todo o recinto. Estavam a consumir-se sobretudo cerveja, garrafas minadas e garrafas preparadas previamente com misturas de bebidas, que também se podem depois minar com SPA (botellón).*” (PO 4).

Percebemos, adicionalmente, que no GRUPO RISCO a presença de ATIVIDADES DE PROTECÇÃO é bastante fraca – “*Existia um espaço a ser usado como espécie de chill-out, uma zona que, apesar de não ser chill-out, era utilizada como zona de descanso. Tratava-se de uma fogueira, controlada por um elemento da organização. Os frequentadores sentavam-se em seu redor e procuravam descansar, conversar, etc.*”. Esse dado está a remeter-nos para a fraca cobertura que se verifica, neste conjunto de eventos como na

generalidade dos nossos dados, das intervenções e medidas especificamente orientadas para a prevenção do risco e para a promoção do bem-estar no conjunto dos AR de maior risco. Diríamos mesmo poder este ser o caso de uma relação inversa entre os dois temas – risco e proteção.

Do ponto de vista da exploração dos protagonistas envolvidos nas ATIVIDADES DE CONSUMO, pensamos ser relevante enfatizar as referências aos *barmans* – “*As pessoas responsáveis pelas barraquinhas também estavam frequentemente a consumir bebidas alcoólicas e iam sendo substituídas com frequência.*” (PO 6); “*Vi também alguns casos em que os barmans consumiam bebidas (shots) juntamente com um grupo de pessoas. Eram feitos shots para todo o grupo e bebiam todos ao mesmo tempo.*” (PO 11). Este dado é indicativo de uma dinâmica de risco já enunciada por nós e que reflete um comportamento de incentivo ao consumo em que os profissionais envolvidos na venda de bebidas alcoólicas estão também a protagonizar a sua utilização.

A última dimensão do conhecimento do risco diz respeito à exploração sobre as QUALIDADES que estavam a ser associadas aos atores sociais do GRUPO RISCO. A matriz anterior (Quadro 41) estava a remeter-nos para os atores sociais cuja presença no GRUPO RISCO se afigurava mais relevante, tendo-se percebido a predominância das referências aos *participantes*, e alguns interlocutores adicionais a respeito de temas específicos nos dados sobre ATIVIDADES. Essa exploração prévia permitiu-nos o enfoque, agora, nesse conjunto mais específico de atores sociais, por ocasião da exploração das percepções sobre as QUALIDADES (XXX) que estavam a ser-lhes associadas – Quadro 43).

Quadro 43

Qualidades dos Atores Sociais do Grupo Risco

	Papéis Ambientais						
	Gestores e Organizadores	Utilizadores					
	Associações de estudantes	Participantes	DJs	Seguranças	Barmans	Agentes de Controlo	Traficantes
Qualidades Positivas	4	24	7	4	9	2	1
Qualidades Negativas	3	17	2	0	0	0	1
Qualidades Neutras	8	18	4	1	1	0	0
Qualidades Mistas	6	20	5	1	5	1	1

À semelhança do que estava a suceder para o tema do consumo de SPA ilícitas, também a respeito do risco percebemos que os participantes estão a ser descritos como *normais, variados e alterados*, um dado indicativo da forte associação entre os dois temas. Os *DJs*, interlocutores dos *participantes* no contexto das ATIVIDADES DE FRUIÇÃO, estavam a ser descritos como *variados* – “O evento teve atuação de três DJs distintos, que passaram um pouco de tudo, incidindo na música comercial.” (PO 11). Os *seguranças*, interlocutores dos *participantes* no contexto das ATIVIDADES DE CONTROLO, estavam a ser descritos como *agradáveis e simpáticos* – “É de salientar que a equipa de seguranças tem uma formação que os permite distinguir dos seguranças tradicionais. São muito mais sensíveis e cordiais.” (PO 4). Os *barmans*, interlocutores dos *participantes* nas ATIVIDADES DE CONSUMO, estavam a ser descritos como *disponíveis, simpáticos e populares* – “Os barmans, sendo oriundos da faculdade, são muito simpáticos, por diversas razões: são pessoas conhecidas, populares, que têm muitos amigos e como tal o convívio com eles é fácil.” (PO 11). Finalmente os *traficantes*, interlocutores dos *participantes* nas ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS, estavam a ser descritos como *discretos e relutantes* – “O episódio de venda de substâncias que foi visível neste período do evento foi efectuado no meio da pista de dança, com alguma relutância por parte de dois atores – o comprador e o vendedor.” (PO 9). A partir desta exploração podemos concluir pela representação positiva que está a surgir sobre a figura do *segurança*, que no contexto dos nossos dados vê rejeitadas as associações habituais deste utilizador-trabalhador a imagens de rudeza, brutalidade, violência ou a outras atividades ilícitas com que é frequentemente descrita a sua função na regulação do lazer noturno (Castro & Agra, 2007; Sanders, 2005). Apesar de explorada aqui no contexto específico dos eventos de maior risco, essa percepção sobre a figura do *segurança* perpassa, na realidade, o conjunto dos nossos dados.

Outra conclusão diz respeito à figura do *barman*, interlocutor dos *participantes* no contexto das ATIVIDADES DE CONSUMO. Notaríamos a seu respeito as US que nos remetem para um trabalhador do ócio noturno que não é, na verdade, um profissional. Na verdade, os *barmans* são estudantes que estão a desempenhar essa função de um modo não profissional, o que é naturalmente mais saliente no contexto dos ambientes académicos que já vimos apresentarem uma presença importante no GRUPO RISCO. Alguns comportamentos de risco que estamos a ler como *incentivo ao consumo* no contexto destes eventos podem ser, potencialmente, o resultado desta participação amadora no trabalho no ócio noturno.

Uma nota final para a figura do *traficante*, interlocutor dos *participantes* no contexto das ATIVIDADES TRANSGRESSIVAS, em que as qualidades evocadas nos remetem para o dualismo das dinâmicas de *visibilidade* vs. *ocultação* que já havíamos descrito a respeito do tema do consumo de SPA ilícitas.

### **3. O Risco em Ambientes Recreativos Noturnos: proposta integrativa**

O conjunto das explorações anteriores pode ser reduzido a um mapa conceptual e a uma narrativa compreensiva sobre a presença do *risco* nos ambientes recreativos noturnos, organizado agora em redor de alguns conceitos cuja emergência decorre da integração dos dados. O primeiro conceito a delimitar-se é a *amplificação do risco*. Desde uma fase inicial da análise, quando o tema do risco começou por emergir, que tínhamos percebido que este está assente em dimensões ambientais e em dimensões comportamentais. Nesta fase da análise pretendemos colocar em evidência a forma como essas dimensões estão a contribuir especificamente para o processo de amplificação do risco. Da nossa análise resulta evidente que não obstante a disseminação de dimensões de risco ambiental e comportamental ser expressiva no GRUPO RISCO e no conjunto dos dados de um modo geral, algumas dessas dinâmicas estão rodeadas de sinais indicativos de maior gravidade, fruto da sua presença intensa, frequente ou coocorrente com outros processos, em alguns dos eventos analisados. Uma exploração destinada a perceber o contributo específico das dimensões de *risco ambiental* e *comportamental* para o processo de amplificação do risco demonstra que o contributo do risco ambiental para este processo é consideravelmente superior ao do risco comportamental. Ou seja, os eventos em que o risco se apresenta amplificado são aqueles em que o compromisso maior para o bem-estar e segurança dos participantes resulta de dimensões como a elevada temperatura, a fraca ventilação e sobrelotação; dificuldades ao nível da oferta de água potável; baixos preços e promoções associadas à comercialização de bebidas alcoólicas; risco na evacuação; entre outros aspectos, graves por si só, e com ocorrência frequentemente simultânea. Globalmente diríamos, então, que a nossa análise permite concluir que a presença mais gravosa do risco nos ambientes recreativos noturnos tem subjacentes aspectos ambientais (da estrutura, dinâmica ou oferta desses ambientes), mais do que de aspectos comportamentais, relacionados por e.g. com o uso de SPA ilícitas ou com a venda das mesmas.



A *convivialidade* é um conceito que já havia surgido a respeito do tema *consumo*, e que volta a emergir, associada agora ao tema do risco. Aqui, a convivialidade surge enquanto conceito explicativo das interações que rodeiam não só o consumo de SPA ilícitas como também (e sobretudo) das interações que rodeiam o consumo do álcool, assim como a situação particular do poliuso. O conceito assenta na presença destes padrões de consumo no contexto de pequenos grupos, onde prevalece o interconhecimento. No entanto, os participantes e respetivos comportamentos de uso de SPA não são o único tipo de interação que ilustra este processo. Percebemos, especificamente, que os *barmans* e o seu comportamento de incentivo ao consumo se rodeiam de uma forte base convivial, considerada necessária ao objectivo dessa interação – vender bebidas alcoólicas. Decorrente destes comportamentos de participantes e barmans existe, então, uma relação (em linha direta) entre os conceitos de convivialidade e de risco comportamental. Podemos também concluir que, na medida em que se relaciona com o risco comportamental, a convivialidade é um processo que contribui, ainda de que forma mais diferida, para a amplificação do risco.

O conceito *academia* emerge, globalmente, da constatação de que no conjunto dos eventos de maior risco estão integrados eventos organizados e participados por uma predominância de estudantes do ensino superior, e a pretexto de festividades e ocasiões diversas que marcam o calendário do ano lectivo. As associações de estudantes (AE) surgem como entidades promotoras desses eventos. E funções importantes no seu funcionamento, como a venda de bebidas alcoólicas, estão a ser também asseguradas por estudantes no papel de barmans. Decorrente do código *académico*, o conceito de academia torna visíveis outras propriedades, como o carácter irregular da oferta destes eventos na globalidade do ócio noturno, assim como o seu amadorismo. Esta última propriedade do conceito é decorrente da constatação de estarmos perante uma oferta que não é profissional nem do ponto de vista dos agentes que nela operam, nem do ponto de vista da utilização que é feita dos espaços. Efetivamente são eventos que ocupam espaços não formais do ócio noturno, ou que fazem um uso não formal de espaços formais – por e.g. a situação de contractar o uso do espaço de um bar ou discoteca para uma gestão académica, de um evento académico.

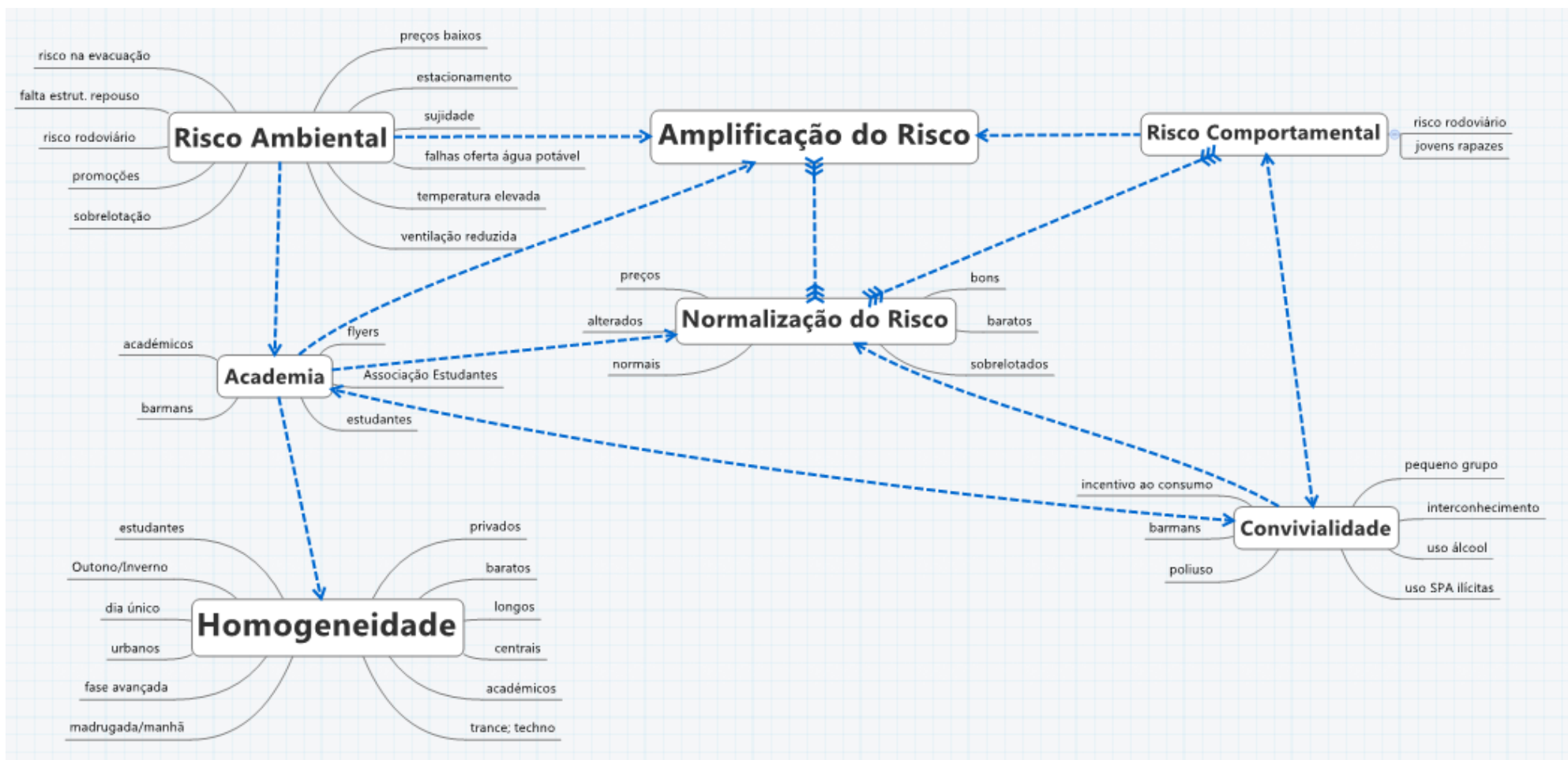
Na medida em que nestes eventos estamos a assistir a muitas das dinâmicas responsáveis pela amplificação do risco consideramos que existe uma relação direta entre o conceito de academia e aquele outro, emergindo os eventos académicos como aqueles em que

dinâmicas mais gravosas (mais intensas, mais frequentes e coocorrentes) de risco estão a ter lugar.

Quando descrevemos o tema do consumo de SPA ilícitas recorremos ao conceito de *heterogeneidade* para traduzir a forma como o GRUPO CONSUMO estava a reunir um conjunto de codificações de tónica inversa (p.e. *caros e baratos, bons e maus*). Ora, o que está a suceder relativamente ao tema do risco é claramente uma outra tendência, em que um conjunto de códigos de codificação frequente surge consistentemente associado ao GRUPO RISCO na sua globalidade. Esse processo é por nós reflectido nesta etapa da análise através do conceito de *homogeneidade*. As características dos eventos e dos seus atores sociais que estão a contribuir para a homogeneidade deste conjunto de eventos são, ao nível dos participantes, a predominância da referência a estudantes. São, adicionalmente, eventos privados, de localização urbana e central, de duração longa, e sobretudo nos meses de Outono/Inverno. Ocupam espaços de grandes dimensões, têm uma oferta musical variada, com alguma ênfase nas sonoridades electrónicas *trance* e *techno*, são descritos como baratos, e os incidentes neles observados tendem a concentrar-se numa fase avançada da duração do evento, especificamente nos períodos da madrugada e manhã. Atendendo a que os eventos que contribuem para o conceito academia apresentam globalmente as propriedades descritas para o conceito homogeneidade, concluímos pela existência de uma relação direta entre ambos, em que a dimensão académica surge como uma forte componente a contribuir para a homogeneidade dos eventos de maior risco.

Ainda que a relação entre os conceitos de homogeneidade e *underground/subcultural* não tenha sido explorada no âmbito desta análise, temos ainda assim razões para crer que as características de públicos e eventos do GRUPO RISCO não parece seguir a tendência da exploração do GRUPO CONSUMO, já que o consumo de SPA ilícitas estava a ser marcado pelo conceito de *mainstreamização*. Efetivamente, e por influência do conceito homogeneidade, existem motivos para acreditar na menor variabilidade de públicos e contextos que compõem os ambientes recreativos noturnos do GRUPO RISCO.

**Figura 17.** Mapa Conceptual do Tema do Risco em Ambientes Recreativos



Nota: o tamanho da fonte usada na figura reflete a frequência dos códigos agrupados por cada conceito no conjunto da análise.

O conceito *normalização do risco* emergiu do reconhecimento da presença de um processo em que, não obstante os conceitos de risco ambiental, risco comportamental e amplificação do risco serem definidores do GRUPO RISCO, se mantêm ainda assim conservadas percepções e qualificações positivas sobre esses ambientes, expressas nos dados. Essa avaliação positiva do GRUPO RISCO está presente não só através do código *bons*, mas também no uso do código *normais* para qualificar dinâmicas ambientais e comportamentais de risco descritas como estando a contribuir para a amplificação do mesmo. São disto exemplo os baixos preços de venda do álcool, a sobrelotação dos espaços, a apresentação de estados visivelmente alterados de consciência entre os participantes, entre outros. Como já havíamos explicado acima, este dado pode significar que, para os observadores, a percepção de aspectos do funcionamento promotores de risco ou a presença de risco efetivamente observado, não são suficientes para produzir uma avaliação globalmente negativa destes eventos. Ou seja, os eventos de maior risco podem estar a ser positivamente avaliados apesar do risco que apresentam. Este dado permite levantar a hipótese de que um ambiente potencialmente *mau* do ponto de vista da sua oferta e logística, e *deficiente* do ponto de vista da salvaguarda da segurança e promoção do bem-estar, pode estar ainda assim a corresponder às expectativas dos seus participantes. É por este motivo que consideramos que existe uma relação direta e inversa entre o conceito de normalização do risco e os conceitos de risco ambiental, risco comportamental e amplificação do risco. Essa relação é representada como *inversa* por exprimir precisamente o processo em que aspectos comprometedores da segurança e bem-estar são percebidos como *normais*, *aceitáveis* ou *positivos*.

Os conceitos de academia e convivialidade também estão a relacionar-se e a reforçar o conceito de normalização do risco. No caso do conceito academia essa relação decorre do facto de os eventos académicos estarem a exhibir as dimensões de risco ambiental responsáveis pela amplificação do risco, assim como as codificações que exprimem a percepção de normalidade dessas características. No caso do conceito convivialidade essa relação decorre do facto de dimensões de risco comportamental com reconhecida componente convivial (como o consumo de SPA lícitas e ilícitas pelos participantes, o padrão de poliuso, assim como o comportamento de incentivo ao consumo por parte dos barmans) estarem a ser igualmente qualificados como *normais*.



---

## **CAPÍTULO VII**

### **AMBIENTES RECREATIVOS NOTURNOS E PROTEÇÃO**



## 1. Um ponto de situação entre os dados e a literatura

Tínhamos já definido a *atividade de proteção* como uma categoria de comportamentos em que os atores sociais dos ambientes recreativos noturnos se envolvem com a intenção de diminuir ou prevenir o impacto de potenciais riscos relacionados com a participação num evento do ócio noturno. Tínhamos dito, ainda, que essas ações poderiam ser protagonizadas não só pelos participantes, como também por outros atores sociais dos eventos, comprometidos por via dessa ação em *proteger* do risco os participantes. Da definição fazia parte, finalmente, a salvaguarda de que uma *atividade de proteção* ultrapassa uma *atividade de controlo*, na medida em que visa intencionalmente o zelo pelo bem-estar e pela defesa dos interesses e da segurança dos participantes, estando essas ações a ser desempenhadas proactivamente, e de uma forma independente do zelo pelos interesses, por exemplo, económicos dos promotores. Da exploração dos dados da categoria *atividades de proteção* tínhamos percebido que os eventos analisados se apresentavam globalmente bastante lacunares e deficitários no que toca à implementação de estratégias especificamente orientadas para a promoção da segurança e bem-estar dos participantes, sendo possível concluir pelo fraco interesse global dos promotores de eventos por este domínio.

Na nossa definição de *atividades de proteção* fica evidente o paralelismo entre a definição por nós construída, e os objetivos da RRMD (redução de riscos e minimização de danos), apesar de uma diferença poder ser notada. É que ao contrário da RRMD, habitualmente desempenhada por agentes especializados nesse modelo de intervenção, as *atividades de proteção* podem estar, na nossa definição, a ser implementadas ou protagonizadas por outros agentes. No sentido possibilitar a discussão dos nossos dados com o panorama nacional e internacional de intervenção no lazer noturno efetuámos uma revisão da literatura primordialmente junto das organizações com responsabilidades na prevenção do risco e na promoção da segurança e do bem-estar, pesquisando a investigação disponível sobre RRMD, e especificamente a RRMD dirigida à limitação do risco relacionado com o uso de SPA em ambientes recreativos noturnos, por ser este um domínio específico da temática que tem reunido maior atenção da intervenção e investigação. Dessa revisão percebemos o estatuto relativamente menor que a RRMD parece exhibir, não só no contexto das intervenções dirigidas aos riscos associados ao uso de SPA, como a outras intervenções destinadas à prevenção do risco e promoção da segurança.



No contexto nacional, numa caracterização realizada em 2006 que visou os projetos de RRMD na área das drogas em Portugal, percebeu-se que dos N=26 projetos ativos na ocasião do levantamento, apenas n=1 se dedicava à intervenção no lazer noturno (Fernandes et al., 2006). Em 2010, o *Núcleo de Redução de Danos* do Instituto da Droga e das Toxicodependências (IDT-I.P.) publicou um relatório relativo à *Caraterização dos Projetos de RRMD* apoiados por aquela entidade. O documento faz referência ao apoio a n=20 projetos (de um total de N=47) relativos a “outras populações prioritárias” em que se contam os “consumidores de álcool e os frequentadores de contextos recreativos/noturnos” (IDT, 2010a). No entanto não é estabelecida uma relação específica com as estratégias usadas por estes projetos, o que torna a sua caraterização pouco contextualizada. Também em 2010, o mesmo instituto público apresentou o *Relatório Final do Programa de Intervenção Focalizada*, documento em que são apresentados dados relativos à seleção, monitorização e avaliação de N=23 projetos de intervenção preventiva seletiva dirigidos a populações vulneráveis, entre os quais se contavam n=7 projetos que visavam a intervenção junto de “indivíduos com padrões de consumo em contextos recreativos” (Carvalho & Frango, 2010). Apesar de neste documento encontrarmos informação exaustiva na caraterização de alvos, intervenções e ações específicas, seu alcance<sup>44</sup> e avaliação, a não replicação do programa no contexto da atividade do futuro SICAD (ex-IDT-I.P.) circunscreveu esta iniciativa no tempo e tornou-a, apesar do seu êxito evidente, inconsequente na transformação do panorama nacional de intervenção neste domínio.

O tema da proteção aparece assim rodeado de um cenário desanimador quando olhamos o envolvimento das entidades responsáveis ao nível nacional e internacional. Percebemos, adicionalmente, que o crescimento que pode, ainda assim, ser apontado à atividade de intervenção em ambientes recreativos noturnos com vista à proteção da segurança e promoção do bem-estar dos seus participantes tem crescido na Europa ao longo dos últimos anos fruto, sobretudo, da iniciativa de ONGs que acompanham de perto a atividade dos jovens na sua participação no lazer noturno. São, assim, as estruturas saídas da sociedade civil, as que aparentam estar mais atentas à evolução do comportamento e dos interesses juvenis, e a tomarem ação expressa na sua presença regular nestes contextos. Essa

---

<sup>44</sup> Estima-se que o PIF tenha atingido, no âmbito destes n=7 programas de intervenção, uma população estimada em mais de 203 mil crianças, jovens e adultos com o perfil indicado. (PIF, 2010)

atividade tem um potencial considerável, se atendermos a que um único projeto pode atingir uma cobertura anual de, por exemplo, N=128 eventos (Energy Control, 2011) ou N=168 eventos (Unity Drugs, 2011), resultando essa atividade numa cobertura estimada em cerca de 18 mil jovens ao longo de um único ano de atividade (Unity Drugs, 2011).

Deste modo, e num contexto em que é evidente que a RRMD não está a receber a atenção que a elevaria a uma medida de primeira necessidade por partes das agências públicas, não pode ser considerada inesperada a diminuta expressão que as *atividades de proteção* assumem no conjunto das atividades que estão a ter lugar nos eventos observados no nosso projeto. A presença menor da atenção ao bem-estar e segurança dos participantes dos ambientes recreativos noturnos é grave sob vários pontos de vista e é amplificada pelo aparente desinvestimento dos responsáveis políticos e dos dispositivos sócio-sanitários. Ao não incorporarem estas medidas na sua agenda de forma consistente, estas entidades *contaminam* outros agentes sociais (como os empresários do ócio noturno e os próprios participantes enquanto consumidores) com esse desinvestimento, perpetuando-se um ciclo de inoperância que deixa o nosso país numa situação de atraso e risco consideráveis no que toca a outros países e regiões com projetos mais consistentes nesta área, e que apresentam maior dinamismo do ponto de vista da ação da sociedade civil.

## **2. Dimensões Físicoambientais e Socioambientais da Proteção**

Os dados provenientes da descrição do SC, através da categoria *atividades de proteção*, permitiu uma caracterização deste tema dos nossos dados, expresso do ponto de vista da situação relativamente à oferta de várias destas estratégias, aos *elementos* que compõem a proteção, às atividades específicas que dela fazem parte, e uma avaliação sobre a sua disseminação no conjunto dos eventos observados.

À semelhança do exercício desenvolvido para os temas que foram alvo dos capítulos anteriores, aprofundaremos o conhecimento sobre as dimensões NFA e NSA que estão associadas à manifestação do tema da proteção nos ambientes recreativos noturnos através da exploração das categorias que lhe oferecem contexto do ponto de vista das características dos atores sociais que o protagonizam, do ponto de vista da sua contextualização temporal, do ponto de vista das percepções dos observadores que estão a ser partilhadas a seu respeito, do ponto de vista da exploração da relação que apresenta o tema da proteção com outros temas

da análise, entre outras questões. Estas intenções podem ser resumidas com as questões de investigação mais específicas que são resumidas no Quadro 44.

Antes, porém, de iniciarmos a análise orientada para o conhecimento das dimensões que contextualizam as manifestações da proteção no nosso projeto tornou-se necessário explorar os dados disponíveis no sentido de perceber em que eventos estava a proteção a surgir de forma mais premente (QT4.3.1). Para identificar esta presença da proteção nos dados contávamos com duas ordens de codificações – por um lado o atributo RRMD codificado para o universo dos eventos observados (N=128) e para o universo dos protocolos de observação (N=14); e por outro lado os códigos do sistema de categorias emergentes da análise aos dados de conteúdo dos protocolos de observação (N=14) relacionados com o tema da proteção – especificamente os códigos ATIVIDADES DE PROTECÇÃO e ELEMENTOS DE PROTECÇÃO.

#### Quadro 44

##### *Questões Teóricas do Tema Proteção*

QCI C) Como é que as dimensões FA e SA interagem para produzir esses fenómenos?	<p>QT4 Dimensões FA dos eventos que rodeiam os vários fenómenos emergentes nos dados.</p> <p>QT4.3 Dimensões FA do GRUPO PROTECÇÃO</p> <p>QT4.3.1 Em que eventos está a ocorrer Proteção?</p> <p>QT4.3.2 Que características FA apresenta o GRUPO PROTECÇÃO (macrofísicas e microfísicas)?</p> <p>QT4.3.3 Quando é que a Proteção está a ocorrer?</p> <p>QT5 Dimensões SA dos eventos rodeiam os vários fenómenos emergentes nos dados</p> <p>QT5.3 Dimensões SA do GRUPO PROTECÇÃO</p> <p>QT5.3.1 Quais as dimensões comerciais do GRUPO PROTECÇÃO?</p> <p>QT5.3.2 Que percepções estão a surgir sobre esses eventos? Que qualidades estão a ser-lhes associadas? Existe alguma tendência assinalável do ponto de vista do <i>clima</i> que é oferecido por esses ambientes? Como é que está a ser qualificado o ato de proteger? Que atividades estão a ter lugar a par da Proteção?</p> <p>QT5.3.3 Quem é que está a protagonizar a Proteção? Como se estão a relacionar entre si esses atores sociais? Em que outras atividades estão envolvidos os atores sociais da Proteção?</p>
---	--

Uma primeira exploração à presença do atributo RRMD no conjunto dos eventos observados permitiu perceber que esta estratégia estava a ser intencional e formalmente oferecida em cerca de ¼ dos eventos observados (n=30). Por presença intencional e formal de RRMD estamos a compreender eventos que estão a disponibilizar serviços orientados para a

prestação de cuidados (*testing* de SPA, informação, emergência médica, informação e aconselhamento, intervenção na crise, etc.) oferecidos por uma equipa especializada, com recursos especializados, e de forma articulada (contratualizada) com os organizadores desses eventos. Seguidamente procurámos perceber como estava essa codificação a apresentar-se no conjunto dos protocolos de observação (N=14). Dessa exploração resultou a identificação de um conjunto mais restrito de n=6 protocolos de observação, em que o atributo ‘existência de RRMD’ estava a ser codificado.

Ainda que o ponto de partida para a constituição do GRUPO PROTECÇÃO pudesse ser tomado como este conjunto de n=6 protocolos de observação pareceu-nos ser, no entanto, limitativa a opção por tomar como definição de proteção a presença estrita de equipas profissionais orientadas para a RRMD. Efetivamente, e de acordo com as categorias emergentes da análise, tínhamos já percebido que a proteção surgia como resultado de um conjunto de ELEMENTOS DE PROTECÇÃO e de ATIVIDADES DE PROTECÇÃO, formais e informais, cuja presença foi sendo assinalada nos dados. Partimos, deste modo, à exploração da presença destes códigos no conjunto dos protocolos de observação que adicionalmente apresentavam codificação positiva para a ‘existência de RRMD’ (n=6PO), com uma dupla intenção – por um lado identificar as dinâmicas da proteção na sua dupla vertente, formal e informal; e por outro lado perceber que eventos reuniam a conjugação mais frequente dessas várias dimensões, por forma a fazer emergir o GRUPO PROTECÇÃO (Quadro 45).

O Quadro 45 exprime a opção por valorizar, na constituição do GRUPO PROTECÇÃO, tanto as dimensões formais como as dimensões informais da garantia da proteção, segurança e bem-estar no contexto dos protocolos de observação em que está adicionalmente presente a RRMD como estratégia de intervenção. O quadro resume o conjunto das dimensões que são tomadas como ações formais da RRMD (atividades e elementos formais), assim como as dimensões que, partindo da iniciativa de participantes e outros atores sociais, ou de estruturas e equipamentos disponíveis nos ambientes recreativos noturnos, representam uma preocupação informal com a prática da proteção.

Procurando a identificação de padrões a partir da forma como se distribuem as codificações para as várias dimensões percebemos que a oferta de atividades e elementos de proteção formal está a variar consideravelmente entre os vários eventos do GRUPO PROTECÇÃO. O mesmo não acontece com as atividades e elementos informais, que se

apresentam consideravelmente mais expressivos, não só na sua frequência como também na sua diversidade, quando consideramos o conjunto dos protocolos de observação do GRUPO PROTEÇÃO. Justifica-se, deste modo, a delimitação deste grupo a partir da valorização de ambas as componentes, dado que por si só é indicativo da presença de estratégias espontâneas da RRMD nestes ambientes. Essas estratégias estão a ser protagonizadas não só por atores sociais reconhecíveis, que exibem comportamentos intencionais (por e.g. os agentes de assistência que implementam a RRMD), como também por dimensões físicas e sociais destes ambientes, implementadas por gestores e organizadores, e com um grau de intencionalidade variável, ou menos reconhecível, quanto à tarefa de assegurar proteção, segurança e bem-estar.

Assumem maior destaque, enquanto dimensões formais, a atividade do *aconselhamento*, que inclui a disponibilização de informações sobre riscos (associados por e.g. ao uso de SPA) oferecidas por um técnico especializado, num contexto que pode envolver a oferta de outros serviços (como o *testing*) – “*Existia oferta de RRMD através de uma equipa especializada. Estava a ser oferecido aconselhamento e informação, eram oferecidos espaços de prestação de cuidados para situações críticas e existiam testes de alcoolemia.*” (PO6) e a oferta de *primeiros socorros* – “*Existia oferta de primeiros socorros e emergência através de uma equipa do INEM e dos Bombeiros.*” (PO5). São dimensões informais de maior expressão a atividade *descansar* – “*Existia um espaço a ser usado como espécie de chill-out. Era uma zona que apesar de não ser chill-out era utilizada como zona de descanso. Tratava-se de uma fogueira, controlada por um elemento da organização. Os frequentadores sentavam-se em seu redor e procuravam descansar, conversar, etc.*” (PO4); e a oferta de *iluminação e sinalização* adequadas – “*A iluminação do recinto do evento era adequada e não representava risco para a circulação.*” (PO7).

A partir da exploração destas dimensões nos dados, concluímos pela formação do GRUPO PROTEÇÃO como aquele que engloba os eventos que oferecem maior variedade e frequência de atividades e elementos formais e informais que visam a proteção, segurança e promoção do bem-estar dos participantes, grupo esse constituído pelos PO1, PO2, PO4, PO5, PO6 e PO7. Este conjunto de protocolos de observação foi reunido no *set* GRUPO PROTEÇÃO, a partir do qual foram explorados padrões explicativos da presença da proteção a partir de dimensões físicoambientais e socioambientais (QT4.3.1).

### *Dimensões da Proteção nos protocolos de observação com redução de riscos (Grupo Proteção)*

Nota: os somatórios exprimem a frequência das referências codificadas para cada código de Proteção por PO.

## 2.1 Dimensões Fisicoambientais da Proteção

Começamos por explorar as características macrofísicas da proteção (QT4.3.2). Para o efeito começamos por rever os atributos de classificação dos dados do nível fisicoambiental macrofísico no *set* GRUPO PROTEÇÃO, através da função *Group Query* do *Nvivo9*. Pretendíamos perceber, especificamente, onde estavam a ocorrer os eventos do GRUPO PROTEÇÃO, e que características macrofísicas apresentavam esses eventos. Estes resultados são sintetizados no Quadro 46.

Percebemos que no nosso projeto a proteção está a concentrar-se nos eventos da zona geográfica da *Cidade do Porto*, sobretudo naqueles de maior dimensão e capacidade, e nos eventos que decorrem em áreas urbanas e abertas (*outdoors*). A exploração da dimensão *natural/construído* não se revelou conclusiva. Estes dados seguem de perto os que encontrávamos a respeito do GRUPO RISCO. Recordamos que nessa outra exploração havíamos concluído que o risco aumentado nos ambientes recreativos noturnos estava menos presente nos ambientes mais pequenos e menos ocupados. Essa tendência está a verificar-se igualmente a respeito da proteção, pelo que uma análise mais generalista nesta fase pode permitir antecipar uma copresença entre o fenómeno do risco, e o fenómeno da proteção que é dirigida à intervenção nesse risco. Diríamos, a título provisório, que pode ser possível que a proteção esteja, deste modo, a ocorrer nos ambientes em que é efetivamente mais necessária – ou seja, nos ambientes tendencialmente urbanos, de maior dimensão e de maior capacidade, em que o risco está também mais presente.

Ainda no âmbito da exploração da relação entre dimensões fisicoambientais e proteção procurámos explorar, depois, a expressão de nível mais microfísico do fenómeno (QT4.3.2), no sentido de perceber quais os MEIOS E MICROMEIOS (MMM) do INTERIOR DO RECINTO (1.3.2) que estavam a oferecer o contexto para a manifestação da proteção. Para o efeito voltamos a recorrer à ferramenta *matrizes* do *Nvivo9* cruzando as referidas categorias com as dimensões formais e informais da proteção no âmbito do *set* GRUPO PROTEÇÃO. Esta *matriz* permitiu perceber qual a expressão (em frequências de unidades de sentido relativas a incidentes nos dados) e o tipo (formal ou informal) de proteção que estava a ocorrer nos nichos de menor escala de um recinto.

Quadro 46

*Dimensões macrofísicas da Proteção*

<i>Dimensões Macrofísicas</i>	<i>PO Proteção (N=6)</i>
<b>(Zona Geográfica)</b>	
Viana do Castelo	1
Porto-Cidade	4
Porto-Área Metropolitana	1
<b>(Níveis de Tamanho)</b>	
Grandes	5
Médios	1
<b>(Capacidade)</b>	
Alta	4
Média	1
Baixa	1
<b>(Abertos/Fechados)</b>	
Abertos/Outdoors	4
Fechados/Indoors	2
<b>(Naturais/Construídos)</b>	
Naturais	3
Construídos	3
<b>(Níveis de Antropização)</b>	
Ambientes Urbanos (zonas ribeirinhas Residenciais ou de centro/”Baixa”)	4
Ambientes Rurais (próximos ou distantes de povoações)	2

Percebemos que a proteção está a ter lugar sobretudo nos MMM de Apoio, de que são exemplo as *áreas de chill-out* ou as *áreas abertas*. E percebemos, ainda, que são sobretudo do tipo informal, como por e.g. a atividade *descansar* – “*Não existia chill-out. Mas havia um local onde os organizadores tinham feito uma fogueira, e muitos aproveitavam-no como espaço de descanso e conversa.*” (PO 4); “*Mais esporadicamente observavam-se alguns indivíduos na zona dos sofás a descansar ou a conversar em pequeno grupo.*” (PO 7). Nos MMM de Lazer a presença da proteção é consideravelmente menor. Quando esta surge continua a ser tendencialmente do tipo informal, com a presença de códigos como *nadar* ou o recurso a *copos de plástico*.



Se atendermos a que nos temas do risco e do consumo as atividades estavam a concentrar-se sobretudo nos MMM de Lazer, poderemos estar perante uma tendência dos dados indicativa de limitações na forma como está a ser oferecida a proteção, particularmente a proteção formal, já que estas estratégias falham em estar presentes nos MMM do Interior do Recinto onde são potencialmente mais necessárias. De notar que com exceção de um evento (PO 2), em que foi observada a presença de uma equipa de RRMD junto ao *dance-floor*, é praticamente nula a presença de proteção formal em MMM de Lazer como o *bar*, a *plateia ou assistência*, as *áreas de divertimentos*, as *salas de concertos*, entre outros – “Existia oferta de serviços de RRMD neste evento. (...) A oferta da equipa de RRMD mostrou-se adequada à festa em questão. A equipa era composta por três elementos que se situavam ao lado do *dance-floor*, ocupando duas mesas onde se encontrava o material disponibilizado. Os elementos também iam circulando pelo espaço para melhor apreender a dinâmica do local.” (PO 2)

No que toca à proteção informal a oferta é igualmente escassa nos MMM de Lazer. São exceções a disponibilização de *copos de plástico* e a *assistência a uma situação de crise*, ambos a partir do *bar*; e a oferta de *áreas livres de descanso* junto ao *palco principal* num festival de música em *outdoor* – “No bar são visíveis os copos de plástico.” (PO 5); “Na zona do palco principal, num dos intervalos dos concertos, os participantes sentavam-se na relva, conversavam e bebiam cerveja.” (PO 5); “Esta situação de crise em que o participante estava sem sentidos foi observada diretamente e ocorreu pelas 2.30h. O participante estava deitado no sofá junto ao bar.” (PO 7)

Em suma, podemos concluir a partir da exploração do nível fiscoambiental macrofísico que é provável uma maior oferta da proteção nos eventos que são simultaneamente assinalados pela presença do tema do risco e do consumo. Este dado é indicativo da pertinência da forma como a proteção está a ser globalmente oferecida. No entanto, o que verificamos quando analisamos mais finamente os MMM específicos onde ao nível fiscoambiental microfísico a proteção está a ocorrer, é que essa oferta parece falhar em estar presente em nichos potencialmente mais relevantes – os MMM de Lazer -, comprometendo-se essa pertinência e, consequentemente, o potencial de eficácia dessas estratégias.

Quisemos, por último, conhecer o nível fiscoambiental da proteção do ponto de vista da sua expressão temporal. Para o efeito elaborámos um *Group Query* no sentido de conhecer

as características temporais dos eventos do GRUPO PROTEÇÃO, através dos atributos *sazonalidade* e *duração* (Quadro 47).

Quadro 47

*Dimensão Temporal Proteção*

<i>Dimensão Temporal</i>	<i>PO</i> <i>(N=6)</i>
<b>(Sazonalidade)</b>	
1ºTrim./Inverno	0
2ºTrim./Primavera	2
3ºTrim./Verão	2
4ºTrim./Outono	2
<b>(Duração)</b>	
Dia Único	3
Vários Dias	3

Percebemos que, com exceção da ausência de eventos no trimestre dos meses do inverno, não existe nenhum outro padrão assinalável nos dados no que toca à *sazonalidade* dos eventos do GRUPO PROTEÇÃO. O mesmo se pode dizer a respeito da *duração* dos eventos deste grupo. Interpretaríamos esta ausência de um padrão na expressão das estratégias formais e informais da proteção como indicativa de que estas características dos eventos não levantam constrangimento algum à manifestação da proteção. Esta conclusão parece-nos ser expectável se atendermos a que a RRMD tem nos seus pressupostos, enquanto estratégia formal, a procura pela aproximação aos contextos em que é mais pertinente e necessária, numa lógica de intervenção de proximidade, que se adequa às características naturais dos eventos.

A exploração da dimensão nível físicoambiental temporal fica completa com a *Matriz* que procurou situar os eventos do GRUPO PROTEÇÃO no contexto das *etapas da evolução do evento*, e no seu *tempo cronológico*. Essa exploração revelou-se, no entanto, inconclusiva. Para além da já esperada sobre-representação das estratégias informais em relação às estratégias formais, nenhuma etapa ou período cronológico da evolução dos eventos do GRUPO PROTEÇÃO se mostrou mais expressiva no que toca à manifestação dessas estratégias. Se atendermos a que no caso do tema risco havia sido evidente uma concentração dos incidentes nas etapas mais avançadas e nos horários mais tardios, podemos concluir que

mais uma vez, a expressão da proteção se afasta, quando analisada mais de perto, dos contextos (agora temporais) em que encontraria maior pertinência e potencial eficácia. Acumulam-se deste modo as evidências do que podemos antever como uma relação inconsistente, porque em vários aspectos divergente, entre as manifestações do risco e da proteção nos ambientes recreativos noturnos do nosso projeto.

## 2.2 Dimensões Socioambientais da Proteção

A análise foi orientada, seguidamente, para a exploração das dimensões de nível socioambiental no GRUPO PROTEÇÃO. Já vimos que de acordo com a reorganização do sistema de categorias resultante da resposta à QCI A (*Quais são as dimensões ambientais dos AR?*) tinha sido posto em evidência que esse nível socioambiental se operacionalizava em torno de *dimensões dos eventos* e de *dimensões dos atores sociais*. Essas dimensões são questionadas agora por relação com o tema da proteção, à semelhança do exercício já desenvolvido a respeito do consumo de SPA ilícitas e do risco, oferecendo o contexto em falta para explicar as manifestações deste fenómeno.

Começámos por procurar perceber como se apresentavam os eventos do GRUPO PROTEÇÃO do ponto de vista da *dimensão comercial* do seu funcionamento (QT 5.3.1). O conhecimento sobre a *dimensão comercial* estava dependente da exploração da relação entre alguns atributos das classificações dos dados (*entidade promotora, estratégia de venda, custo do acesso, estratégia de controlo do acesso*) e da categoria COMUNICAÇÃO (1.1) do nosso sistema de categorias, no âmbito do GRUPO PROTEÇÃO. A ferramenta *Group Query* permitiu conhecer, em primeiro lugar, a forma como os referidos atributos estavam a apresentar-se nesse grupo de eventos (Quadro 48).

Percebemos que os eventos do GRUPO PROTEÇÃO estavam a ser promovidos sobretudo por *entidades privadas*, com acesso regulado pela colocação de *pulseiras* à *entrada* do evento. Apesar de ser variada a apresentação dos dados relativos ao custo do evento, nota-se a ausência da referência a eventos de mais baixo custo neste grupo. Dois dos eventos do GRUPO PROTEÇÃO eram eventos cujo acesso era gratuito. Um deles estava a ser promovido por uma entidade pública em meio urbano, e com grande produção associada (PO 1). Destes dados emerge um padrão reconhecível, em que a proteção parece surgir sobretudo nos ambientes que envolvem a iniciativa privada e custos de produção superiores. Neste sentido poderíamos concluir que sendo a presença da proteção um factor de qualidade no ócio

noturno, estão a ser também os eventos mais caros a apresentá-la de forma tendencialmente mais expressiva.

#### Quadro 48

##### *Dimensões Comerciais da Proteção*

<i>Dimensões Comerciais</i>	<i>PO</i> <i>(N=6)</i>
<b>(Entidade Promotora)</b>	
Pública	2
Privada	4
<b>(Estratégias de Venda)</b>	
À entrada	3
Várias	2
NA (gratuito)	1
<b>(Custo)</b>	
+16€	1
6-15€	3
Gratuito	2
<b>(Controlo do Acesso)</b>	
Pulseira	3
Cartão	1
Bilhete	1
NA (gratuito)	1

A exploração da categoria COMUNICAÇÃO (1.1) no âmbito do GRUPO PROTEÇÃO apresentou-se pouco relevante para a caracterização das dimensões comerciais deste conjunto de eventos. A exceção foi a análise das unidades de sentido alusivas ao código *preços*, que reforçou a associação do GRUPO PROTEÇÃO a uma oferta de custo superior – “*Apesar de não conseguir especificar o valor dos alimentos e refeições ligeiras fiquei com a sensação de estes serem demasiado caros. Lógico que num ambiente festivo os consumíveis tendem a ter um preço mais elevado do que o normal. Contudo, por se tratar de uma festa de longa duração, acredito que muitos frequentadores não comem e o preço dos alimentos poderá ser um obstáculo.*” (PO4); “*Cerveja e refrigerantes são todos ao mesmo preço. Por parte dos*

*participantes a única coisa que comentavam era dos copos só levarem 20cl, já que o normal em outros festivais é serem 33cl e aos mesmo preço (1,5euros).” (PO 5).*

A este respeito será útil relembrar que também no tema do risco tinha sido relevante a exploração das dinâmicas que rodeavam as políticas de preços. Nessa altura havíamos concluído que o baixo custo da oferta das bebidas alcoólicas estava a contribuir para os fenómenos de *amplificação do risco* e de *normalização* da sua presença nos ambientes recreativos noturnos. Aqui surge, complementarmente, a constatação de que não obstante a possibilidade de acesso a alimentos em ambientes marcados pelo consumo de bebidas alcoólicas se constituir como uma oferta importante do ponto de vista da proteção informal, o que se verifica é que essa oferta está a surgir em modalidades de custo percepcionado como globalmente elevado (como denotam os excertos acima), e que concorre desfavoravelmente com os preços (baixos) das bebidas alcoólicas de uso mais comum – “*As garrafas de água estavam a ser vendidas a 0,50c, os refrigerantes a 1euro, a cerveja a 1euro, as bebidas destiladas a 2,5euros e os shots a 1euro. Os alimentos estavam a ser vendidos a 2,5euros.*” (PO6).

Percebemos, em suma, que a proteção está associada a eventos mais caros (no seu acesso ou na sua oferta de consumo). No GRUPO PROTEÇÃO estão a ser oferecidos alimentos como estratégia de proteção informal. No entanto existe, mais uma vez, um processo pautado pela *incongruência* dessa oferta, já que apesar de a mesma ser relevante como estratégia de proteção, o seu custo relativamente elevado cria obstáculos à sua disseminação.

Explorar a existência de tendências assinaláveis do ponto de vista do *clima* no GRUPO PROTEÇÃO, e perceber como estão estes a ser qualificados (QT5.3.2), permitia-nos perceber se a presença da proteção influencia as percepções que emergem sobre esses eventos. Atrás associávamos a presença da proteção a uma garantia de qualidade do ócio noturno. O objetivo é agora a verificação desse pressuposto, através de uma exploração que permita perceber se os eventos do GRUPO PROTEÇÃO surgem ou não associados de forma predominante com percepções positivas. Pretendíamos, então, conhecer as percepções que surgem em redor do GRUPO PROTEÇÃO, que QUALIDADES lhes são associadas, e se apresentam alguma tendência assinalável do ponto de vista do clima. Para obter estas respostas começamos por elaborar uma *Matriz* que permitiu conhecer como estavam as categorias MÚSICA (1.2) e INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) a apresentar-se no GRUPO PROTEÇÃO.

Da exploração dessa percebemos que apesar de uma concentração superior de codificação nos *géneros do universo da música electrónica*, essa tendência é seguida de perto por uma codificação igualmente intensa em *outros géneros*. Verifica-se, adicionalmente, que dentro da música electrónica, é o género *house* a reunir o maior número de codificações. Já a exploração da categoria INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA (3.1) revela-se inconclusiva, não emergindo qualquer especificidade do ponto de vista de uma tipificação espontânea dos observadores sobre os eventos do GRUPO PROTEÇÃO que os associe, por e.g., a um universo estético ou cultural em particular.

Estes dados são substancialmente distintos do que verificávamos a respeito do GRUPO RISCO. Nesse outro grupo havíamos percebido que a oferta musical estava não só quase exclusivamente concentrada na *música electrónica de dança* e no género *techno*, como era também evidente que um certo tipo de ambientes recreativos – os *ambientes académicos* – eram pregnantes na sua associação com o tema do risco. Percebemos, deste modo, que ao contrário do risco, a proteção está presente num conjunto bastante mais indistinto de eventos do ponto de vista do clima, se atendermos ao facto de que outros géneros musicais assumem a mesma relevância que a música electrónica de dança; e se atendermos ao facto de que nenhuma outra especificidade surge do ponto de vista do clima. Ao contrário do GRUPO RISCO, o GRUPO PROTEÇÃO parece estar então bastante mais próximo do GRUPO CONSUMO no que toca ao carácter *mainstreamizado* do clima dos seus eventos.

Identificada a ausência de especificidade do clima dos eventos do GRUPO PROTEÇÃO prosseguimos com a intenção de explorar as QUALIDADES (3.2) nas PERCEÇÕES (3.) sobre estes eventos (QT5.3.2). Antecipávamos codificações mais expressivas em códigos relativos a *qualidades positivas*, esperando-se assim a influência da presença da proteção sobre as percepções dos observadores sobre os eventos. Pretendíamos, adicionalmente, identificar outras percepções que estivessem a surgir de forma mais premente neste grupo de eventos, e que contribuíssem para a caracterização da sua especificidade a outros níveis. Para esse efeito cruzámos os códigos relativos às várias QUALIDADES POSITIVAS (3.2.1), NEGATIVAS (3.2.2), NEUTRAS (3.2.3) e MISTAS (3.2.4) com o *set* do GRUPO PROTEÇÃO.

Nessa exploração, e focando-nos nos códigos de QUALIDADES (3.2) que estavam a reportar-se a dimensões sociais dos eventos e dos seus atores sociais, torna-se visível um padrão que nos mostra que o GRUPO PROTEÇÃO está a ser qualificado de forma muito

expressiva através do recurso a QUALIDADES POSITIVAS como *bom*, *variado* e *normal* (160 US) O código *bom* reuniu um total de 47 US; o código *variado* reuniu um total de 24 US; e o código *normal* reuniu um total de 10 US.

No que dizia respeito ao código *bom* quisemos perceber em que medida estavam as codificações específicas de elementos da proteção formal e informal a contribuir para essa percepção. Através de uma matriz complementar percebemos que cerca de metade destas codificações (20 US) diziam respeito a dimensões específicas da proteção, particularmente da proteção informal (15 US) – “*Notas positivas são a boa ventilação, a presença de equipas de emergência, a acessibilidade a estruturas de repouso em livre acesso, a substituição dos copos de vidro por copos de plástico, a sinalização de WC’s, a adequação da temperatura ambiente e a boa iluminação do recinto.*” (PO1). Ou seja, há uma percepção positiva sobre a proteção nos eventos deste grupo. No entanto, após explorarmos as US contidas no código *bom* pudemos perceber que apesar da forma claramente positiva como estava a ser referida a presença de dimensões da proteção, não existem elementos nos dados que nos indiquem que essas apreciações estão a ser generalizadas em avaliações globalmente positivas sobre os eventos, suportadas na existência dessa oferta. Ou seja, é positivamente percepcionada a presença da proteção, mas essa presença não parece ser definidora da avaliação globalmente positiva que um evento deste grupo pode potencialmente receber.

Aspetos positivamente percepcionados através do código *variado* foram as acessibilidades existentes, os públicos presentes, as estruturas complementares de lazer e serviços, e a oferta musical. Finalmente, aspectos positivamente percepcionados através do código *normal*, foram os grupos de pertença dos públicos de participantes do evento, e seu visual; as atividades a que se dedicavam os participantes, incluindo o consumo de bebidas alcoólicas e de SPA ilícitas, e a elevada ocupação do espaço.

Outras qualidades que emergiram desta exploração das percepções sobre o GRUPO PROTEÇÃO foram, embora em frequência consideravelmente inferior, a sua *longa duração* (um código de QUALIDADES NEUTRAS) (14US); e a *insuficiência* (um código de QUALIDADES NEGATIVAS) de aspectos como o estacionamento, a manutenção dos WC’s, as dificuldades na sinalização, a pobreza de oferta complementar, e a ventilação (31 US) – “*Notas negativas são a desadequação dos WC’s (em reduzido número e sem limpeza adequada), as condições do parque de estacionamento (situado num terreno acidentado e sem luz suficiente), e a ausência de acesso a água potável.*” (PO 1); “*Não existe oferta*

*relativamente a estruturas complementares de lazer e repouso. Apenas uma área aberta, com algumas mesas, onde se pode descansar e onde os frequentadores se concentram para fumar.” (PO 2); “Não havia estruturas de repouso.” (PO 6). Emergiram ainda, sob o código frequentes (um código de QUALIDADES MISTAS) (54 US), aspectos como os preços elevados – “Os preços praticados foram, a título de exemplo, água (0,25cl) 2euros, cerveja/copo 2,5euros, bebidas brancas 5euros. Regra geral o público referia que os preços eram um pouco elevados.” (PO1); o consumo de SPA ilícitas – “Na parte exterior do recinto observavam-se frequentadores a consumir haxixe em pequenos grupos de forma muito frequente” (PO 2); “Observaram-se vários episódios de consumo de SPA e vários participantes com estado de consciência visivelmente alterado.” (PO 4); “Numa mesma ocasião é possível observar até cerca de 6 situações de uso de SPA em simultâneo. No total talvez 100 por bloco horário.” (PO 5) ; o consumo de bebidas alcoólicas – “O consumo de cerveja era muito frequente- 3 em cada 5 pessoas estaria a consumir cerveja.” (PO 5); as intervenções em situação de crise e emergência – “OS excessos visíveis e as constantes idas do INEM ao recinto levam-nos a afirmar que estes intervieram e estavam preparados para as situações mais frequentes” (PO 6); e o tráfico – “Embora não tivesse assistido diretamente a uma situação de tráfico nesta fase, observou-se a presença do mesmo indivíduo por diversas vezes no WC feminino, exibindo um conjunto de notas. A afluência de frequentadores ao WC fez-se sentir de forma muito expressiva a partir das 05.00 da manhã.” (PO 7).*

Os dados contidos nesta exploração remetem-nos para algumas tendências ou padrões nos dados. Em primeiro lugar, os eventos do GRUPO PROTEÇÃO partilham características do GRUPO RISCO no que toca à presença de elementos negativamente percebidos e até no que toca a presença de dinâmicas de risco acrescido. Entendemos essa como uma tendência lógica, que torna a presença da proteção mais pertinente e necessária nestes eventos, e que uma exploração inicial da coincidência dos eventos do GRUPO RISCO e dos eventos do GRUPO PROTEÇÃO já havia posto em evidência.

Em segundo lugar estes dados parecem reforçar outra ideia anterior – a de estarmos, no caso do GRUPO PROTEÇÃO, perante ambientes de caráter mais *mainstreamizado*, fruto da presença de grupos normativos e de oferta variada do ponto de vista musical e de propostas de lazer complementares; e em que as atividades de consumo de SPA ilícitas, ainda que frequentes e com uma presença visível e impactante na dinâmica de um evento, são percebidas como *normativas*.



Não foram exploradas dimensões relativas aos atores sociais protagonistas da proteção, assim como não foram exploradas as atividades específicas e complementares à proteção, que poderiam acrescentar à caracterização do nível socioambiental do GRUPO PROTEÇÃO. O motivo pelo qual não desenvolvemos estas análises prende-se com o facto de entendermos que as mesmas são já suficientemente esclarecidas a respeito do exercício inicial de identificação das dimensões formais e informais da proteção. Entendemos que o protagonismo da proteção se deve, informalmente, aos participantes e ao seu envolvimento em *estratégias espontâneas de redução do risco*, ou aos promotores e organizadores. Existem graus de intencionalidade variáveis no exercício da proteção, já que apenas no caso dos agentes de assistência, responsáveis pela disseminação formal da proteção, podemos efetivamente ter garantias sobre a intencionalidade da atividade de proteger do risco e promover o bem-estar (QT 5.3.3).

### **3. A Proteção em Ambientes Recreativos Noturnos: proposta integrativa**

Definimos globalmente o tema da proteção como o conjunto de estratégias dos ambientes recreativos noturnos que visam o zelo pelo bem-estar e pela defesa dos interesses e da segurança do público de um evento desempenhados proactivamente, e independentemente do zelo pelos interesses, por e.g., comerciais ou de controlo dos promotores de um evento.

O conjunto das explorações anteriores sobre as condições em que o tema se manifesta pode ser agora traduzido num mapa conceptual (cf Figura 18) e numa narrativa de carácter mais compreensivo sobre a presença da proteção nos ambientes recreativos noturnos, organizado em redor de alguns conceitos cuja emergência decorre da integração e da exploração da relação entre os padrões emergentes nos dados.

Os primeiros conceitos a delimitarem-se foram os conceitos de *proteção formal* e de *proteção informal*. Decorrem da constatação de que a promoção do bem-estar e da segurança do público dos ambientes recreativos noturnos resulta, simultaneamente, de ações orientadas para a prestação de cuidados por equipas especializadas, com recursos especializados, de forma articulada e contratualizada com os promotores desses eventos – *proteção formal*; assim como de iniciativas espontâneas dos próprios participantes (estratégias espontâneas de redução de riscos), e de estruturas e equipamentos dos ambientes recreativos noturnos cuja presença é interpretada como representativa de uma preocupação, embora menos intencional, com a prática da proteção – *proteção informal*.

A *proteção formal* está a emergir de atividades de atividades como *aconselhar, intervir* ou *distribuir*; e de elementos de proteção como *primeiros socorros, kits de sniff* ou *testes de alcoolemia*. Essas atividades são protagonizadas por *agentes de intervenção*, e a sua oferta varia consideravelmente no conjunto dos vários eventos que integram o GRUPO PROTEÇÃO. Daqui se depreende que estas estratégias estão a ser oferecidas de forma pouco consistente. Já a *proteção informal* emerge de atividades de proteção como *descansar, circular* ou *partilhar boleias*; e de elementos de proteção como *iluminação, sinalização, copos de plástico, ventilação*, entre vários outros. Essas atividades e elementos estão a ser oferecidos não só por atores sociais reconhecíveis, que exibem comportamentos intencionais (por e.g. os participantes), como também por dimensões físicas e sociais dos ambientes promovidas pelos organizadores, e com um grau de intencionalidade variável no que toca à relação com a proteção. A proteção informal assume, comparativamente com a proteção formal, uma presença mais frequente e disseminada no conjunto dos eventos do GRUPO PROTEÇÃO. A diferença da dimensão da representação dos dois conceitos no mapa conceptual da proteção (Figura 18) procura traduzir a variação da sua expressão no conjunto dos dados, com claro ênfase para a predominância da situação em que a proteção está a surgir no decurso de situações em que são os participantes a zelar espontaneamente por si mesmos, ou em que são iniciativas de intencionalidade menos reconhecível dos promotores a produzirem tal efeito.

Emergiram seguidamente dois outros conceitos – a *congruência* e *divergência risco-proteção*. O conceito *congruência risco-proteção* explica o facto de a proteção ser mais expressiva nos eventos em que estão também mais representadas as formas mais frequentes e graves do risco e do consumo, e nos eventos que partilham características de nível fisicoambiental macrofísico associadas ao risco, tais como o seu carácter urbano, a sua grande dimensão, a sua grande capacidade, e o seu carácter aberto. A proteção não sofre influência de factores fisicoambientais dos eventos como a sua sazonalidade, duração, nível de antropização, ou dimensão natural-construída – dados consonantes com o esforço que a RRMD se esforça por integrar, numa lógica de intervenção de proximidade e de adequação às características naturais dos eventos do ócio noturno. Nesse sentido entendemos que a proteção formal é o tipo de proteção que mais contribui para o processo de *congruência risco-proteção*.

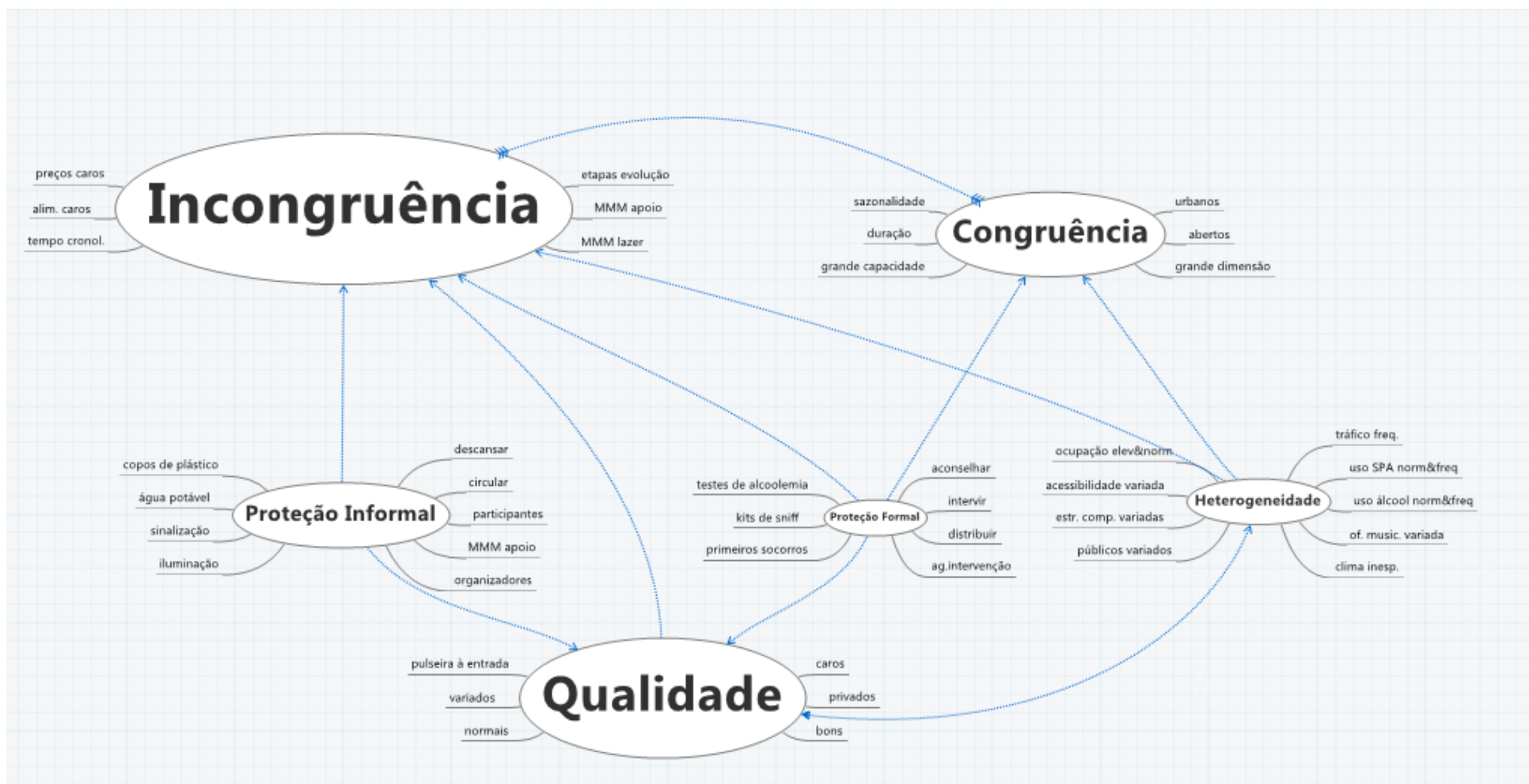
Quando se analisam, porém, outras dimensões como os MEIOS E MICROMEIOS (MMM) e o nível físicoambiental macrofísico temporal, em que estão a ter lugar os incidentes nos dados relativos à ocorrência da proteção, emerge um padrão que é marcado pela *divergência* na relação entre *risco e proteção*. Nessa exploração percebemos que a proteção não está a ocorrer nos MMM de um evento em que o risco e o consumo são mais intensos - os MMM de lazer. Assim como não ocorre nas etapas de evolução do evento em que o risco é mais expressivo, i.e., nos horários mais tardios e nas fases mais avançadas da sua evolução. A nossa exploração coloca, então, em evidência limitações na forma como é oferecida a proteção – exemplos específicos são o facto de não ser oferecida proteção formal nos MMM de lazer; e de apesar de serem disponibilizados alimentos como estratégia de proteção informal, o seu preço é percebido como caro, criando obstáculos à sua disseminação como estratégia de proteção. Nesta medida, a *incongruência risco-proteção* está a ser reforçada quer pelas estratégias formais, quer pelas estratégias informais da proteção.

A relação com a percepção de *qualidade* ficou evidente devido à presença dos códigos *bom, variado e normal*. Os aspetos que estavam a ser percebidos como *bons* eram a própria existência de proteção formal e informal; os aspetos que estavam a ser percebidos como *variados* eram as acessibilidades, os públicos, a oferta de estruturas complementares de lazer e repouso, e a oferta musical; os aspetos que estavam a ser percebidos como normais eram os grupos de pertença e a estética visual dos participantes, mesmo quando esses visuais eram descritos como *modernos, urbanos e excêntricos*. Também estavam a ser percebidos como *normais*, aspetos como o comportamento frequente de uso de álcool pelos participantes, o seu uso de SPA ilícitas, e a elevada ocupação de um espaço.

No entanto, e apesar da forma claramente positiva como é percebida a presença da proteção, essa apreciação não se generaliza a uma avaliação globalmente positiva de um evento suportada na existência de proteção. Assim, e tal como antes concluíamos que a existência da presença generalizada do consumo de SPA ilícitas ou que a presença amplificada do risco não eram suficientes para suscitar uma avaliação negativa de um evento, também a presença do bem-estar e da segurança não se constituem como critérios que assegurem uma avaliação positiva de um evento.

Associado em várias medidas com o conceito de *qualidade*, está o conceito de *heterogeneidade*. A heterogeneidade já havia sido útil na caracterização do GRUPO CONSUMO. Nessa altura o facto de o GRUPO CONSUMO reunir eventos de maior

**Figura 18.** Mapa Conceptual do Tema da Proteção em Ambientes Recreativos Noturnos



Nota: o tamanho da fonte usada na figura reflete a frequência dos códigos agrupados por cada conceito no conjunto da análise.

dimensão, capacidade e duração, em ambiente urbano, e relativamente inespecíficos do ponto de vista dos públicos participantes, ditou a emergência do conceito heterogeneidade e do conceito *mainstreamização*, que lhe estava associado. Essas mesmas características podem ser encontradas nos eventos do GRUPO PROTEÇÃO. Está presente a mesma diversidade nos públicos, na oferta musical, e nas estruturas complementares de lazer e repouso. Os eventos do GRUPO PROTEÇÃO também estão a ser descritos como ambientes inespecíficos do ponto de vista do clima. Neste sentido são ambientes heterogêneos, que se afastam do que descrevíamos a respeito do GRUPO RISCO. E nessa medida concluímos que a *heterogeneidade* contribui para a *incongruência risco-proteção*. Atendendo a que a variedade de públicos e oferta são percebidos como uma boas características dos eventos do GRUPO PROTEÇÃO, entendemos que os conceitos *qualidade* e *heterogeneidade* são conceitos associados entre si.

No entanto também encontramos no GRUPO PROTEÇÃO uma visão normalizada sobre o uso do álcool, das SPA ilícitas, do tráfico, e da elevada ocupação dos espaços (um factor que tínhamos descrito como risco ambiental). Para além de *normais*, essas situações estão a ser percebidas como frequentes. Este padrão dos dados torna, em nosso entender, pertinente a presença da proteção nestes eventos – o que reforça, por outro lado, a *congruência risco-proteção*.

Temos a reter, em suma, e a respeito da presença da proteção nos ambientes recreativos noturnos que a mesma acontece de forma marcada pela incongruência. A existência de proteção é sinónimo de qualidade e está associada a eventos mais caros e em que existe maior investimento ao nível da produção. Mas é desproporcional a presença da proteção informal em relação à proteção formal (ainda pouco disseminada). E apesar de a proteção estar globalmente presente nos eventos de maior risco e consumo, ela não acontece necessariamente nos micro-contextos espaciais e temporais em que esse risco e consumo tendem a ocorrer. Daí podermos concluir que existem lacunas na forma como é oferecida a proteção nos ambientes recreativos noturnos, revelado o padrão inconsistente e pouco intencional dessa oferta. Este dado não prejudica necessariamente, porém, a apreciação que um observador faz dos eventos em que existe proteção. Mais uma vez percebemos que, tal como a existência de risco e consumo não determinam uma má avaliação de um evento, também não é a circunstância da proteção a determinar uma avaliação positiva de um evento.

---

## **CAPÍTULO VIII**

### **DISCUSSÃO FINAL**



Três grandes questões de investigação orientaram a pesquisa. Pretendíamos identificar as dimensões ambientais do funcionamento dos ambientes recreativos noturnos, descrever os fenómenos que emergiam desse funcionamento, e compreender a sua manifestação ambiental e ecológica do ponto de vista da interação entre dimensões físicas e sociais desses ambientes. Concluído o percurso de apresentação do trabalho de investigação podemos globalmente inferir que essas pretensões foram atingidas com êxito. A nossa amostra de eventos dos ambientes recreativos noturnos oferece, apesar da sua limitação geográfica, um conjunto amplo e variado de dados que permite ancorar as conclusões da pesquisa em sólida evidência. O processo percorrido foi, do ponto de vista metodológico, rigoroso e exaustivo; e a apresentação dos resultados permite a validação do olhar externo. Os contributos que se apresentam são, apesar de pouco inovadores na perspetiva do cidadão que tem a experiência de sair à noite, mais inovadores para as ciências sociais e humanas que não têm olhado o tema do lazer noturno urbano de forma sistemática. Essa limitação é especialmente verdadeira para o nosso país, e limita o alcance que poderia ser obtido com a discussão dos resultados da investigação num contexto de investigação mais dinâmico.

Os dados permitem globalmente concluir que o lazer, e particularmente o lazer noturno urbano, apresenta hoje em dia exatamente as mesmas motivações que apresentava no tempo em que se delimitou como processo social alargado, aquando do nascimento da industrialização. Hoje procuramos a diversão porque precisamos de descanso e de períodos de descontinuidade com o tempo dedicado ao trabalho (motivação clássica, humanista e filantrópica); porque se o não fizessemos não seríamos tão produtivos (motivação crítica); porque a sociedade de consumo já não dispensaria esse nosso investimento (motivação económica). A única diferença é que, enquanto que durante décadas os diversos teóricos entenderam estas como motivações conflitantes, hoje em dia não as vemos como mutuamente exclusivas, e podemos tranquilamente assumi-las no seu conjunto.

O percurso teórico e empírico que percorremos mostra-nos que o lazer noturno e os seus ambientes é um fenómeno de grande centralidade para as sociedades do capitalismo avançado, do ponto de vista civilizacional, económico, político, social, e desenvolvimental. A necessidade de trazer sobre ele o olhar da investigação científica é reforçada pela escassez de estudos, particularmente os que contextualizam ecologicamente os fenómenos que emergem do funcionamento destes ambientes e que são origem de grande preocupação social.



A produção científica disponível tem contribuído para reforçar a aproximação do fenómeno do lazer noturno urbano ao tema do risco, com o elenco exaustivo dos problemas e implicações sanitárias, sociais e criminológicas que decorrem do seu funcionamento. Esta investigação não permite superar, na verdade, essa limitação. O nosso foco foi sobretudo na explicação sobre como é que os ambientes recreativos noturnos produzem riscos variados, entre estes os riscos associados ao uso de SPA. Outros temas emergiram da análise cuja exploração poderia ter oferecido, neste sentido, um contributo mais original. No entanto, esses outros temas não tinham uma presença tão pregnante no conjunto dos dados. Deste modo, o contributo mais amplo da investigação tem que ver com a procura de um foco divergente para a compreensão de uma preocupação comum, e que é trazida pela aposta na leitura ambiental e ecológica de fenómenos que habitualmente não conhecemos nesta perspetiva.

A nossa pretensão de descrever as dimensões ambientais dos ambientes recreativos noturnos foi atingida. Percebemos que a grelha oferecida pela Psicologia Ambiental Ecológica pode ser utilizada de forma útil e produtiva na compreensão destes ambientes, e discriminamos como é que analisadores físicoambientais micro e macrofísicos, temporais e socioambientais (respeitantes aos eventos e aos seus atores sociais) se materializam nos ambientes recreativos noturnos. Também foi atingido o objetivo de identificar e explicar alguns dos fenómenos que emergem do funcionamento destes ambientes.

Relativamente ao consumo, esta investigação oferece diversos argumentos que ilustram o papel apontado aos ambientes recreativos noturnos na transformação dos padrões de uso de SPA, concretamente o afastamento do paradigma do consumo problemático e a aproximação a um cenário de normalização. Este foi um dos temas que mereceu uma análise mais aprofundada, enraizada não só em dados sobre quais as substâncias lícitas e ilícitas, psicoativas e não psicoativas que estavam a ser usadas nestes ambientes, como também em dados sobre as vias dessa utilização, os espaços mais restritos em que ocorriam e as cenas do seu uso em que se envolviam os seus atores sociais. Percebemos que o consumo do álcool é mais frequentemente observado do que o consumo de tabaco, de água ou de outras SPA. Percebemos que o uso de *cannabis*, e em menor frequência também de *mdma* e cocaína, são comportamentos amplamente disseminados nos ambientes recreativos noturnos deste estudo. As cenas descritas nos dados remetem para o carácter convivial do uso de SPA ilícitas, que é também neste sentido muito próximo dos usos de álcool.

Os padrões de uso observados seguem as tendências conhecidas da epidemiologia no que toca às SPA ilícitas de eleição, mas não seguem as tendências de uso de álcool da população geral em termos de tipos de bebidas. Nos ambientes recreativos noturnos o vinho, que é o tipo de bebida mais consumido em Portugal, é substituído pelas bebidas destiladas, de maior teor alcoólico.

Os usos de SPA lícitas e ilícitas revestem-se, com frequência, de dinâmicas de risco acrescido como é o caso da *minagem* de bebidas, o poliuso, o consumo de *shots*, o uso de SPA por via nasal, a embriaguez e o *binge-drinking*. Têm globalmente uma presença muito visível, numa grande amplitude de eventos de características ambientais muito diversas. E apesar das reações do controlo social poderem variar pontualmente constata-se que a presença do consumo de SPA ilícitas é amplamente tolerada pelos gestores dos ambientes recreativos.

Este conjunto de dinâmicas permitiu a emergência de alguns conceitos que explicam a manifestação ambiental do fenómeno do consumo de substâncias psicoativas ilícitas em ambientes recreativos noturnos. Esses conceitos estavam a remeter para o carácter *mainstream, comercial e heterogéneo* dos ambientes dos dados que apresentavam consumo, assim como para a indistinção geral dos protagonistas da sua utilização. Os usos revestiam-se de grande visibilidade e convivialidade. Para além dos riscos mais imediatamente relacionados com o comportamento de usar SPA, os ambientes em que esse comportamento estava a ocorrer não apresentavam quaisquer dimensões acrescidas de risco ambiental. Basicamente, os nossos dados permitem concluir que o uso de SPA ilícitas pode ocorrer em qualquer tipo de ambiente recreativo. Este conjunto de dinâmicas pode ser resumido na tendência amplamente normalizadora de que se reveste a presença do consumo de SPA ilícitas nos ambientes recreativos noturnos.

O risco foi outro dos temas analisado em maior detalhe a partir dos nossos dados. Privilegiámos um enfoque não só nas manifestações comportamentais, como também nas manifestações ambientais do risco. Ou seja, pudemos descrever não só os aspetos do risco resultantes de comportamentos protagonizados, sobretudo, pelos participantes como também o risco que resulta de condições ambientais deficientes dos ambientes observados. Os nossos dados apontam para uma presença mais intensa desta segunda vertente do risco nos ambientes recreativos. Recolhemos evidência de que o fenómeno do risco é, à semelhança do consumo, um fenómeno amplamente disseminado. Apesar dessa circunstância, a convivialidade volta a ser um tema central, definidor destes ambientes de maior risco. Esse é um dos aspetos que

justifica a emergência de um outro tema que se repete – a normalização – atendendo sobretudo ao facto de as percepções sobre estes ambientes traduzirem frequentemente avaliações muito positivas dos observadores, não obstante reportarem-se por vezes a situações graves do ponto de vista da presença do risco.

Ao contrário do grupo que partilha o fenómeno do consumo, o grupo de eventos de maior risco é um conjunto muito homogéneo, formado pelos eventos que proporcionam uma oferta dirigida especificamente a estudantes universitários. Os eventos académicos foram aqueles que apresentaram uma expressão mais saliente dos riscos ambientais e comportamentais que identificámos no conjunto dos dados.

O tema da proteção, o último a que dedicamos um olhar mais aprofundado na procura de uma compreensão ambiental, foi integrado na análise por entendermos ser necessário diversificar o foco da pesquisa para fora do olhar sobre os problemas. Quisemos contemplar também a exploração da manifestação das estratégias que visavam a contenção dos riscos e a promoção da segurança e do bem-estar dos participantes. Seguimos, deste modo, a lógica aceite na atualidade de acordo com a qual a preocupação com a promoção do bem-estar, da qualidade de vida, e a promoção dos factores de proteção deve merecer a mesma atenção da investigação e intervenção em saúde que merece a preocupação com fatores de risco. Estão presentes nos ambientes recreativos, embora com reduzida frequência e intensidade, um conjunto de ações que se caracterizam por esse interesse em zelar, ativa e intencionalmente, pelos interesses, saúde e segurança dos participantes, e que se distinguem claramente de atividades de controlo social de motivação comercial ou securitária, que têm por vezes apenas a ilusão de oferecer proteção. O melhor exemplo deste fenómeno nos dados é a presença de intervenções de RRMD em ambientes recreativos que, como dizíamos, apresenta uma frequência muito baixa no conjunto dos eventos observados. Ainda assim, o estudo permite concluir que a proteção nos ambientes recreativos noturnos ocorre não só através dessa ação mais formal de entidades especializadas, mas sobretudo de modo mais informal, e por iniciativa dos próprios participantes que assumem a promoção da sua saúde e segurança e a dos seus pares. A situação em que a proteção ocorre por via informal é muito mais frequente nos dados do que a presença de estratégias formais.

Essa presença da proteção acontece num conjunto muito heterogéneo de eventos, sem características ambientais ou clima reconhecíveis. Quando ocorre está a ser percebida como um fator de qualidade dessa oferta. No entanto, e como víamos a respeito do risco, a

percepção de qualidade é em muitos aspetos independente da presença da proteção, ocorrendo mesmo relativamente a eventos de risco elevado. Por esse motivo a investigação explorou a relação entre a presença do fenómeno do risco e a presença do fenómeno da proteção nos ambientes recreativos. Essa relação é marcada por uma dualidade. Existem evidências de que em alguns casos, a relação entre ambos é uma relação congruente – ou seja, num conjunto menos frequente de situações, a proteção está a ocorrer nos eventos e nas dinâmicas que encerram maior risco, sobretudo por via de estratégias formais. Mas a situação mais comum nos dados a este nível mostra-nos que a ação da proteção é frequentemente incongruente com as dinâmicas do risco, já que não está presente nos eventos de maior risco e consumo, não ocorre nos meios e micromeios em que esse risco e consumo estão a ter lugar, e não surge nas etapas do evento em que os mesmos são mais prováveis de ocorrer.

Para além destes temas mais pregantes também reunimos evidência sobre um conjunto de outros processos. Percebemos que a fruição é a principal motivação para a participação em ambientes recreativos noturnos, e recolhemos uma perspetiva bastante detalhada sobre os comportamentos que ilustram essa atitude de prazer e envolvimento. Esses são, aliás, os comportamentos mais frequentemente exibidos pelos participantes do lazer noturno. A consequência de disfrutar do lazer noturno parece estar a ser motivada e reforçada pela oportunidade de convívio com pares socialmente valorizados, pela experiência da música e da dança, pela oportunidade de envolvimento em interações erotizadas, e pelo consumo de substâncias.

Se a fruição é o tema central na perspetiva dos atores participantes no lazer noturno, já a dimensão comercial é o tema que se encontra mais próximo dos seus gestores. O lazer noturno é, antes de mais, uma atividade económica. É dessa materialidade que resultam quase todos os outros processos. É o caso do controlo social que tem, antes de qualquer outra motivação, a intenção de zelar pela vantagem comercial dos eventos. É também o caso do risco, dada a presença de um amplo leque de processos que buscam essa vantagem, frequentemente suportados em processos perversos ilustrados pela promoção do consumo irresponsável de bebidas alcoólicas, por exemplo.

Sobre a presença do tema da transgressão e da violência ficamos a perceber que os ambientes recreativos do nosso estudo não acompanham a tendência da literatura anglo-saxónica. Os episódios que envolvem violência física, por exemplo, são acontecimentos de muito baixa frequência e gravidade. Quando ocorrem estão a ter lugar exclusivamente entre

atores participantes, e não são motivados nem têm envolvimento ativo de membros do *staff* ou das forças policiais, a não ser na sua resolução. As suas consequências são de baixo impacto, e os atores envolvidos não apresentam quaisquer traços sociais ou culturais distintivos em termos de grupos de pertença. Esta tendência já tinha sido apontada por investigação anterior (Castro & Agra, 2007; Rodrigues, 2010, 2012) que descreveu o lazer noturno na cidade do Porto como seguro, e a violência como rara e atípica. Entre nós, a violência associada ao lazer noturno é não só atípica, como estes ambientes têm sido associados a uma vivência mais segura do centro urbano após as horas de encerramento dos serviços diurnos, e a uma diminuição da criminalidade (Rodrigues, 2010, 2012). Também não encontramos evidência para a presença de um *cluster* comum de problemas descrito na literatura, e que tem que ver com a associação entre permissividade para com o consumo de SPA ilícitas, pressão sexual e agressões físicas (Homel, et al, 2004). Nos nossos dados, os episódios de transgressão são restritos a um conjunto de eventos identificável, mas que não se distingue por dinâmicas de intensidade acrescida do ponto de vista dos usos de SPA. Igualmente, os eventos em que o uso de SPA está presente de forma mais intensa não apresentam relação particular com a ocorrência de situações de violência ou outros problemas de gravidade acrescida.

No caso particular da transgressão relativa à venda de substâncias ilícitas percebemos que este fenómeno está a ser protagonizado por atores sociais dificilmente discerníveis do participante e consumidor comum, não existindo praticamente distância social entre atores sociais do consumo e atores sociais que fornecem as SPA ilícitas. Também percebemos que a presença de tráfico não está a ser percebida como problemática pelos observadores, apesar de ser uma atividade facilmente detetável e apesar de a atitude dos gestores dos espaços poder revestir-se, em alguns casos, de evidente permissividade.

Ficamos também a perceber que a participação em ambientes recreativos noturnos não é, na atualidade, uma questão subcultural ditada pela adesão a grupos de pertença de identidade cultural reconhecível. Os ambientes recreativos noturnos são, se atendermos às características dos seus participantes, contextos hegemónicos e largamente *mainstreamizados*. Consequentemente, o tema da subculturação no lazer noturno é um *não-tema* que ilustra bem como na atualidade a exibição de sinais de estilo deixou de ditar qualquer tipo de desacordo em relação à ordem social estabelecida. O estilo está encerrado em si mesmo, e a estética não comunica mais nada para fora de si mesma. A consequência é que, mais uma vez em contraste com a literatura anglo-saxónica, o lazer noturno que observámos é também

muito mais inclusivo, porque estamos distantes dos processos de genderização e diferenciação que ditam as preocupações com a exclusão social decorrentes do funcionamento dos espaços de lazer noutras cidades europeias (Measham & Hadfield, 2009). A literatura anglo-saxónia tem andado preocupada em explicar os processos através dos quais as opções de regulação da economia do lazer noturno promovem a formação de elites, genderizam o tecido social e excluem as minorias socialmente mais vulneráveis. Na nossa investigação estes processos são praticamente impercetíveis. Encontramos, porventura, a tendência contrária se atendermos à *democratização* dos ambientes recreativos noturnos que têm recentemente proliferado nos centros urbanos das grandes cidades portuguesas, a partir da ocupação das ruas pelo ócio noturno.

Logo no início do nosso texto fomos discutindo que a literatura avança que dificilmente os problemas decorrentes do funcionamento do lazer noturno se solucionam por autorregulação dos seus participantes, sendo expectável a necessidade de ação social e política intencional para lidar com esses problemas. Esta constatação é prisioneira de um paradoxo. Hoje em dia, o lazer noturno tornou-se tão expressivo para a economia urbana e, por esse motivo, também para a política urbana, que não é possível condicioná-lo ou limitar o seu crescimento a pretexto dos riscos que encerra. Os problemas decorrentes do funcionamento do lazer noturno que são descritos nesta investigação são inteiramente expectáveis para um fenómeno de tão larga escala, e que se alimenta do excesso e, necessariamente, também do risco e da desordem. Nesse entendimento acreditamos que a única estratégia responsável para lidar com o fenómeno é valorizar o conhecimento sobre a sua ecologia e reforçar o investimento público na promoção do bem-estar e na proteção das populações que alimentam essa dinâmica no quotidiano. Esse investimento deve caber às entidades públicas e privadas que mais beneficiam com essa forma de consumo. Não é uma preocupação que possa ser deixada exclusivamente à iniciativa de ONGs de recursos limitados e financiamentos intermitentes, ainda que totalmente capazes do ponto de vista técnico. É necessária uma estratégia concertada em que todos os agentes sociais cumpram, em responsabilidade, o seu papel – as populações, mais ou menos jovens, divertem-se, excedem-se, arriscam-se; as forças policiais controlam, vigiam e punem; os poderes públicos e privados incentivam, promovem, lucram, mas também regulam e investem na proteção dos participantes; as ONGs e outras esferas técnicas asseguram no terreno essa proteção; e a ciência monitoriza tendências e ajuda a encontrar soluções eficazes.

Este trabalho foi ancorado nos pressupostos da Psicologia Ambiental Ecológica, um paradigma em busca de soluções modernas para uma pergunta antiga, sobre o que precede o quê – se a estrutura em que o indivíduo se integra e assim molda a sua conduta, se a agência que emerge da construção de uma relação com o mundo que se reveste de significado. Se este estudo parece aproximar-se mais da primeira perspectiva, essa circunstância fica a dever-se a uma limitação da abordagem metodológica, que não procurou processos de atribuição de significado à experiência do lazer noturno. Ainda que sem esse contributo que se revestiria de interesse fundamental, e ainda que suportados em evidência que apesar de procurar o encontro das duas dimensões é claramente mais tributária dos contextos do que dos seus atores sociais, é evidente que a nossa convicção é mais transacional, encontrando-se mais próxima do segundo pólo. Não temos dúvida que é a na interação entre participantes e ambientes recreativos noturnos que emerge a compreensão para os fenómenos de que este trabalho se ocupa.

A investigação foi orientada para responder ao *o quê* e ao *como* dos fenómenos que decorrem do funcionamento do lazer noturno e que estavam acessíveis à observação. A metodologia que foi seguida não permitia responder ao *porquê* desses fenómenos já que o ponto de vista dos atores sociais que participam destes ambientes não foi diretamente auscultado. Em consequência o estudo resulta relativamente pobre em conteúdo interpretativo, embora seja claramente abundante em conteúdo descritivo. A investigação futura sobre os ambientes recreativos noturnos deverá explorar esse outro eixo de análise sobre os fenómenos do uso de SPA, risco, proteção, controlo, entre outros, beneficiando do contributo que resulta desta investigação sobre as suas dimensões ambientais.

À medida que progredimos na análise dos dados fomos nos apercebendo da centralidade do tema do controlo social não só para a compreensão mais específica dos fenómenos de uso de SPA, risco e proteção, como também para a compreensão do funcionamento mais global dos ambientes recreativos noturnos. Apesar deste trabalho não ter aprofundado a compreensão do tema do controlo social, algumas evidências sobre este fenómeno emergiram. Destacáramos que o controlo social formal em ambientes recreativos noturnos tem, mais frequentemente, uma função ilusória, quase exclusivamente estética. Referimo-nos ao recurso a estratégias de maior exuberância como os detetores de metais, as revistas aos participantes à entrada do recinto, o patrulhamento dos perímetros, etc., que não têm qualquer impacto nem na prevenção da circulação de SPA ilícitas para venda, nem na

prevenção do seu consumo. De igual como não apresentam qualquer intenção de conter outros tipos de riscos ambientais, cujo controlo escapa totalmente às iniciativas dos participantes.

Assim, diríamos que o controlo social implementando nos ambientes recreativos noturnos é *estético* na forma, e *económico* na motivação, já que tem subjacente a motivação central de zelar pela vantagem económica dos seus promotores. Nesta medida o nosso contexto também se afasta do cenário posto em evidência pela literatura de outros países, em que a presença do controlo social de motivação securitária é muito mais visível, ativa e musculada – não só por iniciativa dos agentes de promoção interna da segurança, como por parte das forças policiais, e também por parte das agências de regulação pública (Chatterton, 2002). Efetivamente, e com exceção da legislação que passou a regular o consumo de tabaco dentro de espaços comerciais e de lazer noturno, entre nós as iniciativas regulatórias são praticamente inexistentes, o que representa um cenário muito distinto do que assistimos noutros países, em que o lazer noturno está recorrentemente sob a mira de iniciativas deste tipo.

A presença do tema do controlo social nos nossos dados chegou a ser explorada e a constituir-se como um capítulo adicional desta monografia. No entanto, e por motivos de ordem prática, tomámos a opção por excluir esse contributo dos dados neste texto final. O tema do controlo social não é o único aspeto que lamentamos excluir. Também teria sido possível levar mais longe a análise do ponto de vista do aprofundamento da relação conceptual entre os diversos temas e seus conceitos enraizados. Assumimos estas limitações como consequências de qualquer processo de investigação que apresenta sempre, em certa medida, critérios algo arbitrários que ditam o seu término. Efetivamente, o fim da análise assinala sobretudo uma decisão do investigador, e não o ponto em que a exploração dos dados está concluída. No procedimento que seguimos desenvolvemos esforços para garantir critérios como a coerência entre desenho e análise, a integração entre as várias etapas e a relação com a teoria, e a transparência dos procedimentos que tornam a pesquisa escrutável por um olhar externo. Essa opção significa assumir que muitas das possibilidades oferecidas pela investigação ficam necessariamente por explorar, pelo que um trabalho exaustivo não é, necessariamente, um trabalho completo.

Se, como aconselha a *grounded theory* que inspirou muitos dos procedimentos metodológicos deste trabalho, tivéssemos progredido até à identificação de uma categoria analítica central, com a capacidade de reunir todos os códigos e temas emergentes da análise



(Glaser & Strauss, 1967), intuímos que essa categoria central seria a normalização. O conceito, importado da literatura anglo-saxónica, explica os processos através dos quais o uso de SPA ilícitas foi transportado, a partir de finais dos anos 90, de um entorno pautado pela desviância para um cenário de progressiva acomodação dessa conduta como um aspeto mais da vida social (Aldridge, Measham & Williams, 2013; Parker, Aldridge & Measham, 1999). Entendemos que o conceito se adequa, transportado para o fenómeno que nos ocupa, à explicação do conjunto das dinâmicas que rodeiam não só o uso de SPA ilícitas no lazer noturno, como também o que acontece com os fenómenos do risco, da proteção e do controlo social.

Os dados que constituem o corpo empírico desta investigação foram recolhidos nos anos de 2007, 2008 e 2009. Decorreu, portanto, um período de tempo considerável entre essa recolha e o momento em que os apresentamos para discussão pública. Nessa altura, o centro urbano da cidade do Porto estava a iniciar uma transformação na relação da cidade com o lazer noturno, que entretanto cresceu e se consolidou. Referimo-nos à ocupação do espaço urbano em *outdoors* como um ambiente recreativo em si mesmo, ocupação essa que é independente das dinâmicas que acontecem dentro do recinto de um bar, café ou discoteca. Digamos que, neste passado recente, a rua se tornou um ambiente recreativo em si mesma, com vários públicos, vários participantes a habitarem-na para efeitos de lazer noturno de forma demorada, nela permanecendo. Este tipo de dinâmica é muito diferente da mera ocupação relacionada com a circulação de pessoas dum espaço para outro. Também tem crescido de forma significativa o turismo na cidade, alimentado e alimentando as novas dinâmicas que rodeiam o lazer noturno. Assim, em pelo menos 4 noites da semana, e com um pico na noite de sábado, é possível encontrar-se um número crescente de pessoas que frequentam o lazer noturno, na ordem dos vários milhares, a ocupar as ruas num período cujo início é difícil de determinar, mas que termina ou diminui consideravelmente a partir das 04.00h da manhã - hora de fecho da maioria dos estabelecimentos licenciados. Nesse período é possível observar-se consumo massivo e generalizado de álcool na rua. Abriu também uma loja especializada em *legal highs* (vulgo *smartshop*) numa localização central cujo impacto para esta dinâmica é desconhecido, entretanto encerrada pela entrada em funcionamento do sistema de alerta rápido sobre novas substâncias psicoativas. Novos riscos ambientais estão, portanto, na ordem do dia – lixo, garrafas de vidro pelas ruas, e até mesmo relatos de espaços

de bar que dentro de estabelecimentos licenciados se dedicam exclusivamente à venda de *legal highs* em proximidade com a venda de álcool.

O que significam estes novos cenários no contexto do nosso projeto? Tornam-no necessariamente incompleto para explicar a diversidade dos ambientes recreativos, um dos objetivos centrais a que nos propúnhamos. Mantemos a convicção de que os nossos dados preservam a sua integridade na capacidade para explicar as formas de lazer noturno observadas, e que continuam a reunir na atualidade grande adesão por parte do público. Mas ficam por conhecer as dinâmicas da relação pessoa-ambiente nestas formas de lazer noturno mais recentes entre nós, e o seu impacto sobre os fenómenos do risco, controlo, segurança, bem-estar, violência proteção ou uso de SPA.



---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



- Abelson, R. (1981). Psychological status of the script concept. *American Psychologist*, 36(7), 715-729.
- Adler, P. A. (1993). *Wheeling and dealing: An ethnography of an upper-level drug dealing and smuggling community*. Columbia University Press.
- Adler, P. A., & Adler, P. (1994). Observational techniques. In N. Denzin & Y. S. Lincoln, *Handbook of qualitative research*. (Cap.1). London: SAGE. (Cap.1; 377-392).
- Agra, C., Marques Teixeira, J., Carvalho, J., & Fernandes, L. (1993). *Dizer a droga, ouvir as drogas*. Porto: Radicário.
- Agra, C. (1995). Da rapsodia à sinfonia-epistema. Os modos elementares do pensamento das drogas. *Revista Toxicodependências*, 3, 47-59.
- Agra, C. (2008). *Entre Droga e Crime*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Aguila, C., Sicilia-Camacho, A., & Roberts, K. (2012). Youth Culture, Postmodernism, and Social Divisions: An Exploration of Activities, Restrictions, and Expenditures in the Leisure of Spanish University Students. *Journal Of Leisure Research*, 44(1). Retrieved from <http://js.sagamorepub.com/jlr/article/view/2511>
- Alcohol and Public Policy Group, (2010). Alcohol: No Ordinary Commodity – a summary of the second edition. *Addiction*, 105, 769-779.
- Alcohol Advisory Council of New Zealand & New Zealand Police, (2010). *Guidelines for managing alcohol at large events*. (August 2010). Obtido de: <http://www.mstn.govt.nz/services/liquor/GuidelinesManAlcohol13.pdf>
- Aldridge, J., & Measham, F. (1999). Sildenafil (Viagra) is used as a recreational drug in England. *British Medical Journal*, 318(7184), 669.
- Aldridge, J., Measham, F., & Williams, L. (2013). *Illegal leisure revisited: Changing patterns of alcohol and drug use in adolescents and young adults*. London: Routledge.
- Allart, M. (2011). *Ten things you should know for implementing a Safer Nighlife label*. Obtido de: <http://www.nuit-blanche.ch/wp/wp-content/uploads/2014/07/newip>
- Alves, T. (2010). *Geografia da noite. Conhecer, compreender e repensar os territórios. (Programa)*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- American Psychological Association, (2010). Human perception and performance. *Journal of Experimental Psychology*. Obtido de <http://www.apa.org/pubs/journals/xhp/>
- Anderson, P., Braddick, F., Reynolds, J. & Gual, A. (eds). (2012). *Alcohol: from home to pub: evidence from Amphora*. Obtido de <http://www.amphoraproject.net>.
- Anderson, P., Moller, L. & Galea, G. (2012). *Alcohol in the European Union. Consumption, harm and policy approaches*. Obtido do website da Organização Mundial de Saúde: [http://www.euro.who.int/\\_data/assets/pdf\\_file/0003/160680/e96457.pdf](http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0003/160680/e96457.pdf)
- Anguera, T. (1997). *Metodologia de la observación en las ciencias humanas*. Madrid: Catedra.
- Anguera, T. (2001). Hacia uma avaliação de la atividade cotidiana y su contexto: presente o futuro para la metodologia? In A. Bazán Ramírez & A. Arce Ferrer (Eds.). *Estrategias de Evaluación y Medición del Comportamiento em Psicología*. México: Instituto Tecnológico de Sonora y Universidad Autónoma de Yucatán. (pp.11-86)

- Bahora, M., Sterk, C. E., & Elifson, K. W. (2009). Understanding recreational ecstasy use in the United States: a qualitative inquiry. *International Journal of Drug Policy*, 20(1), 62-69.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bairrão Ruivo, J. (1991). Tendências atuais da Psicologia Educacional. *Psicologia*, 1, 5-9.
- Balsa, C. (2005). Festa e droga: circunstâncias dos consumos de SPA ilícitas na população portuguesa. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 17, 17-31.
- Balsa, C., Pascueiro, L., Urbano, C., Vital, C. (2008). *Inquérito Nacional ao consumo de substâncias psicoativas na população geral – Portugal 2007*. Lisboa: Instituto da Droga e das Toxicodependências, IDT,IP.
- Balsa, C., Vital, C., Pascueiro, L. (2011). *O consumo de bebidas alcoólicas em Portugal – prevalências e padrões de consumo 2001-2007*. Lisboa: Instituto da Droga e das Toxicodependências, IDT,IP.
- Balsa, C., Vital, C. & Urbano, C. (2013). *III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral – Portugal 2012*. Lisboa: SICAD.
- Barker, R. G. (1968). *Ecological psychology*. Palo Alto: Stanford University Press.
- Beck, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage.
- Bellis, M. & Hughes, K. (2005). Nightlife in Liverpool: tackling substance use in a flourishing night time economy. *Nordiskalkohol & Narkotikatidskrift*, 22, 135-137.
- Bellis, M., Hughes, K. & Lowey, H. (2002). Healthy nightclubs and recreational substance use – from a harm minimization to a healthy settings approach. *Addictive Behaviors*, 27, 1025-1035.
- Blumer, H. (1982; orig.1969). *El interaccionismo simbólico: perspectiva y método*. Barcelona: Hora, S.A.
- Bogt, T. & Engels, R. (2004). “Partying” hard: party style, motives for and effects of MDMA use at rave parties. *Substance use & Misuse*, 40, 1479-1502.
- Bogt, T. F., Engels, R. C., & Dubas, J. S. (2006). Party people: Personality and MDMA use of house party visitors. *Addictive behaviors*, 31(7), 1240-1244.
- Bouso, J. C. (2010). Medicinas Recreativas. Baile, Trance y Transformación. *Revista Ulisses*, 12, 32-35.
- Bourgois, P. (2003). *In search of respect: Selling crack in El Barrio* (Vol. 10). Cambridge: Cambridge University Press.
- Brake, M. (1980). *The sociology of youth culture and youth subcultures*. London: Routledge.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development. Experiments by nature and design*. Harvard: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1995). Developmental ecology through space and time. In P. Moen, G.H. Helder, JR & K. Luscher (Eds.), *Examining lives in context: perspectives on the ecology of human development*. (p.619-647). Washington DC: American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. *Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts*, 3-28.
- Brower, S., Taylor, R. & Gottfredson, S. (1984). Responding to threat: informal social control of space in residential areas. In E. Pol, J. Muntanola & M. Morales (Eds.), *Man-Environment – Qualitative aspects*. 7<sup>th</sup> international Conference on People and their Physical Surroundings.
- Brown, S., Martinez, M. L. & Parsons, L. (2006). The neural basis of human dance. *Cerebral Cortex*. Doi:10.1093/cercor/bhj057.

- Brown, S. & Parsons, L. (2008). Neurociencia de la danza. *Investigación y Ciencia*, Septiembre, 84-89.
- Calafat, A. (Coord.). (2001). *Risk and control in the recreational drug culture – SONAR Project*. Palma de Mallorca: IREFREA.
- Calafat, A., Bellis, M.A., Fernández del Rio, E., Juan, M., Hughes, K., Moleo, M., Becoña, E., Duch, M., Stamos, A. & Mendes, F. (2013). Nightlife, verbal and physical violence among young European holidaymakers: what are the triggers?. *Public Health*, 127, 908-915. doi: 10.1016/j.puhe.2013.05.010
- Calafat, A., Blay, N., Juan, M., Adrover, D., Bellis, M., Hughes, K., Stocco, P., Siamou, I., Mendes, F. & Bohrn, K. (2009). Traffic risk behaviors at nightlife: drinking, taking drugs, driving and use of public transport by young people. *Traffic Injury Prevention*, 10, 162-169.
- Calafat, A., Blay, N., Bellis, M., Hughes, K., Kokkevi, A., Mendes, F., Cibir, B., ... & Tripodi, S. (2011). Tourism, Nightlife and Violence: a cross- cultural analysis and preventive recommendations. Obtido de [http://www.irefrea.eu/uploads/PDF/Calafatetal\\_2010.pdf](http://www.irefrea.eu/uploads/PDF/Calafatetal_2010.pdf)
- Calafat, A. & Juan, M. (2003). Health and safety problems in recreational nightlife in the Island of Mallorca. *International Journal of Drug Policy*, 15, 157-162.
- Calafat, A., Juan, M., Becoña, E., Fernández, C., Gil Carmena, E., Palmer, A., Sureda, P. & Torres, M.A. (2000). *Salir de marcha y consumo de drogas*. Madrid: Delegacion del Gobierno para el Plan Nacional sobre Drogas.
- Calafat, A., Montecón, A., Juan, M., Adrover-Roig, D., Blay, N. & Rosal, F. (2011). Violent behavior, drunkenness, drug use and social capital in nightlife contexts. *Psychosocial Intervention*, 20(1), 45-51.
- Calafat, A. & Pompidou Group (2010). *Prevention in Recreational Settings*. Estrasburgo: Conselho da Europa – Grupo Pompidou. Obtido de <http://www.irefrea.eu/index.php?page=2-1-21>
- Caldwell, L.L. (2005). Leisure and health: Why is leisure therapeutic? *British Journal of Guidance and Counselling*, 33, 7–26.
- Caldwell, L. L., & Darling, N. (1999). Leisure context, parental control, and resistance to peer pressure as predictors of adolescent partying and substance use: An ecological perspective. *Journal of Leisure Research*, 31(1), 57.
- Caldwell, L. & Faulk, M. (2013). Adolescent leisure from a developmental and prevention perspective. In T. Freire (Ed.), *Positive leisure science: from subjective experience to social contexts*. Dordrecht: Springer.
- Câmara Municipal de Gaia (s.d.). *Regulamento do horário de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de prestação de serviços*. Acedido em [www.gaiurb.pt](http://www.gaiurb.pt).
- Câmara Municipal do Porto (s.d.). *Código Regulamentar da CMP sobre horários de abertura e funcionamento alargados*. Acedido em [www.cm-porto.pt](http://www.cm-porto.pt).
- Campo, D. & Ryan, B. (2008). The Entertainment Zone: Unplanned Nightlife and the Revitalization of the American Downtown. *Journal of Urban Design*, 13(3), 291–315.
- Carlés, A. A. (2004). *Historia del baile y de la danza*. Madrid: Alianza Editorial.
- Carneiro, C. & Bindé, P. J. (1997). A Psicologia Ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária. *Estudos de Psicologia*, (2)2, 277-285.
- Carvalho, I. S. (2007). Clima psicológico como preditor da saúde e do bem-estar de profissionais de saúde em contexto hospitalar. *Psicologia*, XXI(1), 27-58.



- Carvalho, J. & Frango, P. (2010). *Programa de Intervenção Focalizada – Relatório Final: Ensaio para uma Intervenção Preventiva Baseada na Evidência Científica*. Lisboa: IDT,IP.
- Carvalho, M. C. (2007). *Culturas juvenis e novos usos de drogas – o trance psicadélico como analisador*. Porto: Campo das Letras.
- Carvalho, M. C., Pinto de Sousa, M., Frango, P., Dias, P., Carvalho, J., Rodrigues, M., & Rodrigues, T. (2014). Crisis Intervention Related to the Use of Psychoactive Substances in Recreational Settings - Evaluating the Kosmicare Project at Boom Festival. *Current Drug Abuse Reviews*, 7(2), 81-100.
- Castro, J. & Agra, C., (2007). Violence, leisure and actors: an empirical study in Porto. In A. Recasens (Coord.), *Violence between young-people in nighttime leisure zones*. Barcelona: Escola de Policia de Catalunya, Generalitat de Catalunya. (pp.115-140)
- Charmaz, K. (1990). Discovering chronic illness: using grounded theory. *Social Science and Medicine*, 30(11), 1161-1172.
- Charmaz, K. (2006). *Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative analysis*. London: Sage.
- Chatterton, P. (2002). Governing nightlife: profit, fun, and (dis)order in the contemporary city. *Entertainment Law*, 1(2), 23-49.
- Chatterton, P., & Hollands, R. (2002). Theorising urban playscapes: producing, regulating and consuming youthful nightlife city spaces. *Urban studies*, 39(1), 95-116.
- Chaves, M. (2003). Rave: imagens e éticas de uma festa contemporânea. In G. Cordeiro, L. Baptista e A. Firmino da Costa (Orgs.), *Etnografias Urbanas*. Oeiras. Celta.
- Chicka, G. (1998). Leisure and culture: issues for an anthropology of leisure. *Leisure Sciences: an interdisciplinary Journal*. Doi: 10.1080/01490409809512269.
- Collin, M. (1997). *Altered State – the story of ecstasy culture and acid house*. Londres: Serpent Tail.
- Creswell, J. (2007). *Qualitative inquiry and research design – choosing among five approaches*. Thousand Oaks: Sage.
- Crichter, C. (2000). 'Still raving': social reaction to ecstasy. *Leisure Studies*, 19, 145-162.
- Crichter, C., Bramham, P. & Tomlinson, A. (Eds). (1995). *Sociology of Leisure*. London: E & FN Spon.
- Cruz, O. (2011). *Histórias e trajetórias de consumidores 'não problemáticos' de drogas ilícitas*. (Tese de doutoramento não-publicada). Escola de Psicologia da Universidade do Minho. Braga.
- Machado, C. & Cruz, O. (2010). Consumo “não problemático” de drogas ilegais. *Revista Toxicodependências*, 16, 39-47.
- Cruz, O., Machado, C. & Fernandes, L. (2010). Consumo “Não Problemático” de Drogas Ilícitas: Experiências e Estratégias de Gestão dos Consumos numa Amostra Portuguesa. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia Universidade do Minho, Portugal, 4 a 6 de Fevereiro de 2010. Obtido de: <http://viisnip.wordpress.com/2010/02/>
- Csete, J. (2012). *A Balancing Act: Policymaking on Illicit Drugs in the Czech Republic*. Open Society Foundations. [Lessons for Drug Policy Series]. Obtido de [http://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/A\\_Balancing\\_Act-03-14-2012.pdf](http://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/A_Balancing_Act-03-14-2012.pdf)
- Csikzentmihaly, M. (1981). Leisure and socialization. *Social Forces*, 60(2), 332-340.

- Culley, D. M., Skoupy, J., Rubin, J., Hoorens, S., Disley, E., & Rabinovich, L. (2012). *Assessment of the implementation of the EU drugs strategy 2005–2012 and its action plans*. Prepared for the European Commission Directorate General for Justice. Santa Monica, CA: RAND Corporation.
- de Bruyn, E. H., & Cillessen, A. H. (2008). Leisure activity preferences and perceived popularity in early adolescence. *Journal of Leisure Research*, 40(3), 442–457.
- Decreto Lei 48/96 de 15 de Maio.
- Decreto Lei 169/99 de 18 de Setembro.
- Degenhardt, L., Copeland, J. & Dillon, p. (2005). Recent Trends in the Use of “Club Drugs”: An Australian Review. *Substance Use & Misuse*, 40, 1241–1256. Doi: 10.1081/JA-200066777
- Denzin, N. S. & Lincoln, Y.S. (1994). Introduction: entering the field of qualitative research. In N. K. Denzin & Y.S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*. (pp.1-17). London: Sage Publications.
- Dias, M. J. (2000). *Espaços de trabalho e percepção do clima organizacional: da Psicologia Ambiental ao comportamento organizacional*. (Dissertação de Mestrado). Obtida de <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/487>. Lisboa: ISPA.
- Dishion, T. J., Capaldi, D. M., Spracklen, K. M., & Li, F. (1995). Peer ecology of male adolescent drug use. *Development and Psychopathology*, 7, 803–824.
- Dobson, S., Brudalen, R., & Tobiassen, H. (2006). Courting risk: The attempt to understand youth cultures. *Young*, 14(1), 49-59.
- Domostawski, A. (2011). *Política da droga em Portugal: os benefícios da descriminalização do consumo de drogas*. Warsaw: Open Society Foundations. Obtido de [www.soros.org/initiatives/drugpolicy](http://www.soros.org/initiatives/drugpolicy)
- Dorkin, S. & Birks, D. (2007). *Victims and offenders of night time economy violence*. Middlans: UCL Jill Dando Institute of Crime Science.
- Durlak, J. A. (1998). Common risk and protective factors in successful prevention programs. *American Journal of Orthopsychiatry*, 68(4), 512-520.
- Duncan, R. (2007). Drugs, clubs and young people: sociological and public health perspectives. *Probation Journal*, 54, 87-89. Doi: 10.1177/026455050705400113
- Duff, C. (2003). The importance of culture and context: rethinking risk and risk management in young drug using populations. *Health, Risk and Society*, 5(3), 287-299.
- Duff, C. (2004). Party drugs and party people: examinig the 'normalization' of recreational drug use in Melbourne, Australia. *International Journal of Drug Policy*, 16, 161-170. Doi: 10.1016/j.drugpo.2005.02.001
- Duch, M., Calafat, A. & Juan, M. (2011). *Manual: set of standards to improve the health and safety of recreational nightlife venues*. Obtido de IREFREA website: [http://www.irefrea.eu/uploads/PDF/STANDARDS\\_Manual\\_EN.pdf](http://www.irefrea.eu/uploads/PDF/STANDARDS_Manual_EN.pdf)
- Eisner, B. (1994). *Ecstasy: the mdma story*. Berkeley: Ronin Publishing, Inc.
- Energy Control. (2011). Ativity Report 2011. Acedido em [www.energycontrol.org/files/pdfs/Energy\\_Control\\_Ativity\\_Report\\_2011.pdf](http://www.energycontrol.org/files/pdfs/Energy_Control_Ativity_Report_2011.pdf).
- European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA). (2003a). *Quality models and approaches for prevention in recreational settings*. Obtido de [www.emcdda.europa.eu](http://www.emcdda.europa.eu).

- European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA). (2003b). *Evaluation indicators for prevention in recreational settings*. Obtido de [www.emcdda.europa.eu](http://www.emcdda.europa.eu).
- European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA). (2006). *Developments in drug use in recreational settings – Selected Issue 3*. Lisbon: EMCDDA.
- European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA). (2008). *Drugs and vulnerable groups of young people – Selected Issue*. Lisbon: EMCDDA.
- European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA) (2012). *Polydrug use: patterns and responses – Selected Issue*. Lisbon: EMCDDA.
- European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA) (2012). *Prevention Profiles 2011*. Obtido de [www.emcdda.europa.eu/country\\_data/prevention/2011](http://www.emcdda.europa.eu/country_data/prevention/2011)
- European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA) (2012). *Responding to drug use and related problems in recreational settings*. [Thematic Papers]. Lisbon: EMCDDA. Obtido de <http://www.emcdda.europa.eu>
- Fazano, C. A. (2006). *Qualidade: a evolução de um conceito*. São Paulo: Banas Qualidade.
- Feijão, F. (2012). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2011 – Secundário. Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas: uma abordagem integrada. Síntese de resultados*. Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências – SICAD.
- Feijão, F., Lavado, E. & Calado, V. (2011). *Estudo sobre o consumo de álcool, tabaco e drogas ECATD/2011*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Fernandes, L. (1997). *Atores e territórios psicotrópicos: etnografia das drogas numa periferia urbana*. (Dissertação de Doutoramento Não-Publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto.
- Fernandes, L. (2002a). *O sítio das drogas*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Fernandes, L. (2002b). Acteurs et territoires psychotropiques: Ethnographie des drogues dans une périphérie urbaine. *Déviance et société*, 26(4), 427-441.
- Fernandes, L. (2008). La réduction des risques au Portugal: évolution et analyse critique. *Alter-Ego*, 57.
- Fernandes, L. & Carvalho, M. (2000). Problemas no estudo etnográfico de objetos fluidos: os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social. *Revista Educação, Sociedade e Culturas*, 14, 59-87.
- Fernandes, L. & Carvalho, M. C. (2003a). *Consumos problemáticos de drogas em populações ocultas*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Fernandes, L. & Carvalho, M.C. (2003b). Ver de longe para olhar de perto: a intervenção sócio-sanitária junto de grupos marginalizados em S. Francisco. *Revista Toxicodependências*, 9(3), 47-59.
- Fernandes, L. (2009). O que a droga fez à norma. *Revista Toxicodependências*, 15, 3-18. Obtido de <http://www.sicad.pt/PT/RevistaToxicodependencias/Paginas/default.aspx>
- Fernandes, L., Neves, T. & Chaves, M. (2001). Investigação etnográfica em territórios psicotrópicos: notas de terreno e comentário. *Revista Educação, Sociedade e Culturas*, 16, 171-201.
- Fernandes, L., Pinto, M. & Oliveira, M. (2006). Caracterização e análise crítica das práticas de redução de riscos na área das drogas em Portugal. *Revista Toxicodependências*, 12(2), 71-82.

- Fernandes, L. & Pinto, M. (2008). Juventude urbana pobre e cidade predatória – o *guna* como figura da ameaça. In M. I. Cunha (Ed.), *Aquém e além da prisão*. Lisboa: 90 Graus Editora.
- Fernandes, L. & Ribeiro, C. (2002). Redução de riscos, estilos de vida *junkie* e control social. *Sociologia, Problemas e Prática*, 39, 57-68.
- Fielding, J. (1993). Coding and managing data. In N. Gilbert (Ed.), *Researching social life*. London: Sage Publications. (pp. 218-238).
- Finney, A. (2004). *Violence in the night-time economy: key findings from the research*. London: Home Office.
- Firmino da Costa, A. (1999). A pesquisa de terreno. In A. Santos Silva e J. M. Pinto, *Metodologia das Ciências sociais*. Porto: Afrontamento.
- Fischer, G. (1989). *Psicologia Social do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fletcher, A., Calafat, A., Pirona, A. & Olzewski, D. (2011). Young people, recreational drug use and harm reduction. *Addiction*, 106, 37-46. Doi:10.1111/j.1360-0443.2010.03316.
- Flinn, J., & Frew, M. (2014). Glastonbury: managing the mystification of festivity. *Leisure Studies*, 33(4), 418-433.
- Forsyth, A., Barnard, M. & McKeganey, N. (1997). Musical preferences as an indicator of adolescent drug use. *Addiction*, 92(10), 1317-1325.
- Forsyth, A. (2009). ‘Lager, Lager Shouting’: the role of music and DJs in nightclub disorder control. *Addictions*, 21(4), 327-345.
- Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade – A vontade de saber*. Lisboa: Relógio D’Água.
- Freire, T. (2013). *Positive leisure science*. Dordrecht: Springer Netherlands.
- Gaspar de Matos, M., Simões, C., Tomé, G., Camacho, i., Ferreira, M., Ramiro, I., Reis, M., Dinis, J., Gaspar, T., Veloso, S., Loureiro, N., Borges, A. & Equipa Aventura Social (2010). *Aventura Social & Saúde – A saúde dos adolescentes Portugueses. Relatório do estudo HBSC 2010*. Lisboa: Equipa do Projeto Aventura Social & Saúde.
- Gamella, J. F., & Roldán, A. Á. (1999). *Las rutas del éxtasis: drogas de síntesis y nuevas culturas juveniles*. Madrid: Ariel.
- Gállico, F.C., Indave, I., Álvarez, N. & Montejo, J. (2012). *Guia de atención sanitaria en espacios de ocio*. Barcelona: ABD-Energy Control. Retrieved from [www.energycontrol.org](http://www.energycontrol.org).
- Geertz, C. (1994). Thick description: Toward an interpretive theory of culture. In M. Martin & L. C. McIntyre (Eds.), *Readings in the philosophy of social science* (pp. 213-231). Cambridge, MA: MIT Press.
- Giuliani, M. & Scopelliti, M. (2009). Empirical research in Environmental Psychology: past, present and future. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 375-386.
- Glaser, B. S., & Strauss, A. A. (1967). *The discovery of grounded theory*. New York: Aldine Publisher.
- Goulding, C. & Shankar, A. (2004). Age is just a number: rave culture and the cognitively young “thirty something”. *European Journal of Marketing*, 38(5/6), 641-658.
- Gorley, M. (2004). A subcultural study of recreational ecstasy use. *Journal of Sociology*, 40, 59-73. Doi: 10.1177/1440783304040453

- Graham, K., Bernards, Sh., Osgood, D. & Wells, S. (2006). Bad nights or bad bars? Multi-level analysis of environmental predictors of aggression in late-night large capacity bars and clubs. *Addiction*, 101(11), 1569-1580.
- Graham, K., & Homel, R. (2012). *Raising the bar*. London: Routledge.
- Greenberg, S. & Rohe, W. (1986). Informal social control and crime prevention in modern urban neighborhoods. In R. B. Taylor (Ed.), *Urban Neighborhoods: Research and Policy*. New York: Praeger Publishers.
- Greenwald, G. (2009). *Drug decriminalization in Portugal. Lessons for creating fair and successful drug policies*. Washington: Cato Institute. Retrieved from <http://www.cato.org/publications/white-paper/drug-decriminalization-portugal-lessons-creating-fair-successful-drug-policies>
- Grynspan, E. (1999). *Bruyante techno – reflexion sur le son de la free-party*. Nantes: Éditions Seteun.
- Grund, J-P.C, & Brecksema, J. (2013). *Coffee Shops and Compromise*. Open Society Foundations. Obtido de <http://hdl.handle.net/1765/50745>.
- Guba, E. G. & Lincoln, Y.S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y.S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*. (pp.105-117). London: Sage Publications.
- Günther, H. & Rozenstraten, R. (2005). Psicologia Ambiental: Algumas Considerações sobre a sua Área de Pesquisa e Ensino. *Textos de Psicologia Ambiental*, 10, 1-7.
- Gwiazdzinski, L. (2012). Temps et territoires: les pistes de l'hyperchronie. *TERRITOIRES* 2040, 6, 75-97.
- Hadfield, Ph. (2011). Night Time Economy Management: International Research and Practice – a review for the city of Sidney. Acedido em [www.philhadfield.co.uk](http://www.philhadfield.co.uk).
- Hadfield, P., Lister, S. & Traynor, P. (2009). 'This town's a different town today': policing and regulating the night-time economy. *Criminology and Criminal Justice*, 9. Doi: 10.1177/1748895809343409.
- Hadfield, Ph. & Newton, A. (2010). *Alcohol, crime and disorder in the night-time economy*. Alcohol Concern's information and Statistical Digest. Acedido em <http://www.philhadfield.co.uk/otherpublications.aspx>
- Hall, S. & Jefferson, T. (1975). *Resistance through rituals – youth subcultures in Post-War Britain*. Essex: Hutchinson & Co.
- Hammersley, M. & Atkinson, P. (1995). *Ethnography: Principles in Practice*. London: Routledge.
- Hannerz, U. (1986). *Exploración de la ciudad*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- Healthy Nightlife Toolbox (HNT) (2010). How to create a healthy and safe nightlife. Utrecht: HNT.
- Hebdige, D. (2002; orig. 1979). *Subculture – the meaning of style*. Londres: Routledge.
- Hennion, A. (2006). Musiques, présentez-vous! Une comparaison entre le rap et la techno. *French Cultural Studies*, 16(2), 121-134.
- Henriques, S. (2003). *O Universo do Ecstasy - Contributos para uma Análise dos Consumidores e Ambientes*. Azeitão: Autonomia.
- Homel, R., Carvolth, R., Hauvitz, M., Mcilwain, G. & Teague, R. (2004). Making licensed venues safer for patrons: what environmental factors should be the focus of interventions? *Drug and Alcohol Review*, 23, 19-29. Doi: 10.1080/09595230410001645529.
- Hughes, K., Anderson, Z., Morleo, M. & Bellis, M. (2007). Alcohol, nightlife, and violence: the relative contributions of drinking before and during nights out to negative and criminal justice outcomes. *Addiction*, 103, 60-65.

- Hughes, K., Bellis, M., Calafat, A., Blay, N., Kockevi, A., Boyadji, G., Mendes, F. & Bajcárova, L. (2011). Substance use, violence and unintentional injury in young holidaymakers visiting Mediterranean destinations. *Journal of Travel Medicine*, 18(2), 80-89.
- Hughes, K., Quigg, Z., Bellis, M., Calafat, M., Hasselt, N., Kosir, M., Voorham, L., Goossens, F., Duch, M., Juan, M. (2012). Drunk and Disorganised: Relationships between Bar Characteristics and Customer Intoxication in European Drinking Environments. *International Journal of Environmental Research in Public Health*, 9, 4068-4082. Doi:10.3390/ijerph9114068.
- Hughes, K., Quigg, Z., Bellis, M., Calafat, A., Van Hasselt, N. & Kosir, M. (2012). From home to pub. In P. Anderson, F. Braddick, J. Reynolds & A. Gual (Ed.), *Alcohol Policy in Europe: Evidence from Amphora*. Retrieved from <http://www.amphoraproject.net>
- Hughes, K., Stuart, J., Bennett, A. & Bellis, M. (2011). The NightScope Manual. Acedido em: <http://clubhealth.eu>.
- Hutson, S. R. (1999). Technoshamanism: Spiritual Healing in the Rave Subculture. *Popular Music and Society*, 23(1), 53-77.
- IDT (2010). *Caraterização dos projetos de Redução de Riscos e Minimização de Danos apoiados pelo IDT,IP*. Lisboa: Núcleo de Redução de Danos. Departamento de Intervenção na Comunidade do IDT,IP. Acedido em [www.idt.pt](http://www.idt.pt).
- Internacional Harm Reduction/IHRA. (2012). *Global State of Harm Reduction – towards an integrated response*. London: Harm Reduction International. Acedido em [www.ihra.net](http://www.ihra.net).
- Instituto Europeo de Estudios en Prevención (IREFREA). [www.irefrea.org](http://www.irefrea.org)
- Ittelson, W.H., Proshansky, H.M., Rivlin, L.G., Winkel, G.H. (1974). *An Introduction to Environmental Psychology*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- James, G., Siegenthaler, K., & Lord, M. A. (2000). Risk behaviors of college students and recreation majors: a comparison. *Cyber Journal of Applied Leisure and Recreation Research*, (December), 1-13.
- Jenks, Ch. (2005). *Subculture. The fragmentation of the social*. London: Sage.
- Jessor, R., Turbin, M. S., & Costa, F. M. (1998). Protective factors in adolescent health behavior. *Journal of personality and social psychology*, 75(3), 788.
- Keller, E. & Ferreira de Aguiar, M. A. (2004). Análise crítica teórica da evolução do conceito de clima organizacional. *Terra e Cultura*, XX(39), 91-113.
- Kelly, J.R. (1981). Leisure interaction and the social dialectic. *Social Forces*, 60(2), 304-322.
- Kelly, J.R. (1992). Counterpoints in the Sociology of Leisure. *Leisure Sciences: an Interdisciplinary Journal*. Doi: 10.1080/01490409209513171.
- Killfoyle, M. & Bellis, M. (1998). The Health of the Clubbing Nation. In M. Kilfoyle & M. Bellis (Eds.), *Club Health*. Liverpool: Molyneux Associates.
- Kleiber, D., Hutchinson, S. & Williams, R. (2002). Leisure as a resource in transcending negative life events: self-protection, self resolution, and personal transformation. *Leisure Sciences*, 24(2), 219-235. Doi: 10.1080/01490400252900167.
- Korpela, K. (1992). Adolescents' favourite places and environmental self-regulation. *Journal of Environmental Psychology*, 12, 249-258. Doi:10.1016/S0272-4944(05)80139-2.



- Kramer, B. (1995). Classification of generic places: Explorations with implications for evaluation. *Journal of Environmental Psychology*, 15, 3–22.
- Lamo De Espinosa, E. (1993). Delitos sin víctima. Orden social y ambivalencia moral. *Reis*, 47(89), 321-343.
- Lallemant, A. & Scheppens, P. (2002). *As novas drogas da geração rave*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Larrauri, H. (1994). Control informal: las penas de las mujeres... In E. Larrauri (Ed.), *Mujeres, derecho penal y Criminología*. Madrid: Siglo XXI.
- Lee, R. (2003). *Métodos Não Interferentes em Pesquisa Social*. Lisboa: Gradiva.
- Legendre, A., Bignami, L., Canales, A. & Amador, S. (2002, july). Seeking Intimacy in the Use of an Indoor Recreational Space: A Behavioral Approach of Location Choice. Paper session: Public and natural sites. IAPS 17, Culture, quality of life and globalization 2002. Coruna, Spain.
- Lerner, R. & Galambos, N. (1998). Adolescent Development: challenges and opportunities for research, programs, and policies. *Annual review of Psychology*, 49, 413-446.
- Lima M. L. & Sautkina E. (2007). Psicologia ambiental: um esboço sobre o seu desenvolvimento em Portugal e no mundo. *Psicologia*, XXI, 5–15.
- Lincoln, Y. & Guba, E. (1991). *Naturalistic Inquiry*. Newbury Park. Sage Publications.
- Lomba, L., Apóstolo, J., Mendes, F. & Campos, D. (2011). Jovens portugueses que frequentam AR. Quem são e comportamentos que adotam. *Revista Toxicodependências*, 17(1), 3-15.
- Long, T., & Johnson, M. (2000). Rigour, reliability and validity in qualitative research. *Clinical effectiveness in nursing*, 4(1), 30-37.
- Lopes, J.T., Bóia, P.S., Ferro, L. & Guerra, P. (2010). Género e música eletrónica de dança – experiências, percursos e “retratos” de mulheres “clubbers”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 62, 35-56.
- Lyttle, Th. & Montagne, M. (1992). Drugs, dance music and ideology: a social pharmacological interpretation of the acid house movement. *International Journal of the Addictions*, 10, 1159-1177.
- Machado, C. (2004). *Crime e Insegurança. Discursos do medo, imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Pais, José Machado (2008). Young people, citizenship and leisure. In R. Bendit e M. Hahn-Bleibtreu (Eds.), *Youth Transitions - Processes of social inclusion and patterns of vulnerability in a globalised world* (pp. 227-243). Leverkusen: Barbara Budrich Publishers Opladen & Farmington Hills.
- Machado Pais, J. (2010). Is leisure studies 'ethnocentric'? Other musics, other insights: a view from Lisbon, Portugal. *World Leisure Journal*, 52(3), 181-184.
- Manita, C. (1998). *Auto-organização psicológica e transgressão: análise empírico-crítica de duas figuras do comportamento desviante: criminosos e consumidores de drogas*. (Dissertação de Doutoramento não-publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto.
- Mannell, R. C., & Kleiber, D. A. (1997). *A social psychology of leisure*. State College, PA: Venture.
- Marsland, D. (1982). *It's my life: young people and leisure*. *Leisure Studies*, 1(3), 305-322.
- Marshall, C. & Meier, R. (2011). *Sociology of Deviant Behavior*. California: Wadsworth.
- Mason, M., Mennis, J., Coatsworth, J., Valentel, T., Lawrence, F. & Patef, P. (2009). The relationship of place to substance use and perceptions of risk and safety in urban adolescents. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 485-492. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvp.2009.08.004>.

- Matos, R. & Machado, C. (2007). Reclusão e laços sociais: discursos no feminino. *Análise Social*, XVII(185), 1041-1054.
- Matos, M., Simões, C., Tomé, G., Camacho, I., Ferreira, M., Ramiro, L., Reis, M., Diniz, J., Gaspar, T., Veloso, S., Loureiro, N., Borges, A. & Equipa Aventura Social. (2010). *Aventura social e saúde – a saúde dos adolescentes portugueses – Relatório do Estudo HBSC 2010*. Lisboa: Aventura Social.
- McCaughan, J. Carlson, R., Falck, R. & Siegal, H. (2005). From "candy kids" to "chemy kids"\_ a typology of young adults who attend raves in the midwestern United States. *Substance Use and Misuse*, 40, 1532-2491. Doi: 10.108/JÁ-200066830
- McDonald, M., Wearing, S. & Ponting, S. (2007). Narcissism and Neo-Liberalism: Work, Leisure, and Alienation in an Era of Consumption. *Society and Leisure*, 30(2), 489-510. Doi: 10.1080/07053436.2007.10707762
- MacDonald, R., & Shildrick, T. (2007). Street corner society: leisure careers, youth (sub) culture and social exclusion. *Leisure studies*, 26(3), 339-355.
- McRobbie, A. (1993). Shut up and dance: youth culture and changing modes of femininity. *Young*, (1)13, 13-31.
- Measham, F. (2004). Play space: historical and socio-cultural reflections on drugs, licensed leisure locations, commercialization and control. *International Journal of Drug Policy*, 15, 337-345.
- Measham, F. (2002). "Doing gender" – "doing drugs". Conceptualizing the gendering of drugs cultures. *Contemporary drug problems*, 29, 335-373.
- Measham, F. & Hadfield, Ph. (2009). Everything starts with an 'E': exclusion, ethnicity and elite formation in contemporary English clubland. *Addiciones*, 21(4), 363-386.
- Measham, F., Newcombe, R. & Parker, H. (1994). The normalization of recreational drug use amongst young people in North-West England. *British Journal of Sociology*, 45(2), 287-312.
- Measham, F., Parker, H. & Aldridge, J. (1998). *Starting, switching, slowing and stopping*. [Report for the Drugs Prevention Initiative Integrated Programme]. Manchester: Department of Social Policy and Social Work University of Manchester. Obtido de [http://www.academia.edu/1145808/Starting\\_Switching\\_Slowing\\_and\\_Stopping\\_report\\_for\\_the\\_drugs\\_prevention\\_initiative\\_integrated\\_programme](http://www.academia.edu/1145808/Starting_Switching_Slowing_and_Stopping_report_for_the_drugs_prevention_initiative_integrated_programme)
- Meier, R. (1982). Perspectives on the concept of social control. *Annual Review of Sociology*, 8, 35-55.
- Mendo, A.H. & Sánchez, V. M. (2008). Una revisión teórica: ocio, tiempo libre y animación sociocultural. EFDeportes Revista Digital. Obtido de <http://www.efdeportes.com/efd127/una-revision-teorica-ocio-tiempo-libre-y-animacion-sociocultural.htm>
- Mignon, P. (1991). La démocratisation de la bohème: drogues, jazz et pop music. In A. Ehtenberg (Coord.) *Individous sous influence..* Paris: Éditions Esprit.
- Miles, M. & Huberman, M. (1994). *Qualitative data analysis: An expanded sourcebook*. New York: Sage.
- Mimoso, J. (1998). *As Actividades de Lazer Nocturno na Cidade do Porto e seus Arredores: uma visão geográfica*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.



- Miranda, A. (2012). *A relação fusional clubbing e drogas – percepções pelos profissionais do ócio noturno*. Dissertação de Mestrado em Psicologia não publicada. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.
- Mithen, S. (2009). The music instinct. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1169(1), 3-12. Doi: 10.1111/j.1749-6632.2009.04590.x
- Modus Vivendi & Quality Nights (2009). *Methodological Guide for Local Operators who wish to implement Quality Nights in their region*. Obtido de [www.qualitynights.be](http://www.qualitynights.be)
- Moffata, B., Johnsona, J. & Shovellerb, J. (2009). A gateway to nature: teenager's narratives on smoking marijuana outdoors. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 86-94. doi: 10.1016/j.jenvp.2008.05.007
- Moore, M., Measham, F., Østergaard, J., Fitzpatrick, C. & Bhardwa, B. (2011). *Emerging Drug Trends in Lancashire: Focusing on young adults' alcohol and drug use. Phase Two Report*. Lancashire: Lancashire Drug and Alcohol Action Team. Obtido de [http://www.research.lancs.ac.uk/portal/en/publications/emerging-drug-trends-in-lancashire\(d029f99d-f22b-41de-b62b-b447c4833ecb\)/export.html](http://www.research.lancs.ac.uk/portal/en/publications/emerging-drug-trends-in-lancashire(d029f99d-f22b-41de-b62b-b447c4833ecb)/export.html)
- Moser, G. (1998). Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 121-130.
- Moser, G. (2003). Examinando a congruência pessoa-ambiente: o principal desafio para a Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia*, 8(2), 331-333. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n2/19050.pdf>
- Muggleton, D. (2005). From classlessness to clubculture: a genealogy of post-war British youth cultural analysis. *Young*, 13(2), 205-219.
- Mulder, J., Bogt, T., Raaijmakers, Q., Gabhainn, S., Monshouwer, K. & Vollenbergh, W. (2009). The soundtrack of substance use: music preference and the adolescent smoking and drinking. *Substance use and misuse*, 44(4), 514-531.
- Nathanson, D. (1992). *Shame and pride: affect, sex and the birth of the self*. London: WWW Norton.
- Negreiros, J. (1998). *Prevenção do abuso do álcool e drogas nos jovens*. Porto: Radicário.
- Negreiros, J. & Magalhães, A. (2009). *Estimativas da prevalência do consumo problemático de drogas – Portugal 2005*. Lisboa: Instituto da Droga e das Toxicodependências – IDT,IP.
- Center for Parenting and Research - New South Wales Government. (2007). *Risk, Protection and Resilience in Children and Families*. (Research to Practice Notes – November). Obtido de [http://www.community.nsw.gov.au/docswr/\\_assets/main/documents/researchnotes\\_resilience.pdf](http://www.community.nsw.gov.au/docswr/_assets/main/documents/researchnotes_resilience.pdf)
- New Zealand Police & ALAC (2010). *Guidelines for Managing Alcohol at Large Events*. (August 2010 Publication). Obtido de <http://www.mstn.govt.nz/services/liquor/GuidelinesManAlcohol13.pdf>
- NEWIP-TEDI (2013). *2TEDI Trend Report*. (Report number 2). Obtido de [http://www.tediproject.org/uploads/trend\\_reports\\_file\\_1390218723.pdf](http://www.tediproject.org/uploads/trend_reports_file_1390218723.pdf)
- Northcote, J. (2006). Nightclubbing and the search for identity: making the transition from childhood to adulthood in an urban milieu. *Journal of Youth Studies*, 9 (1), 1-16.
- Ogien, A. (2012). *Sociologie de la déviance*. Paris: P.U.F.
- Owens, P. (1985). Conflict as a social interaction process in environment and behaviour research: the example of leisure and recreation research. *Journal of Environmental Psychology*, 5, 243-259. Doi:10.1016/S0272-4944(85)80025-6

- Park, R. E. (1984). *The city*. University of Chicago Press.
- Parker, H. (2005). Normalization as a barometer: Recreational drug use and the consumption of leisure by younger britons. *Addiction Research and Theory*, 13, 205-215. doi: 10.1080/16066350500053703
- Parker, H., Aldridge, J. & Measham, F. (1999). *Illegal leisure – the normalization of adolescent recreational drug use*. London: Routledge.
- Parker, H., Williams, J. & Aldridge, J. (2002). The normalization of 'sensible' recreational drug use: further experience from the North West England Longitudinal Study. *Sociology*, 36, 941-964. Doi: 10.1177/003803850203600408
- Patton, C., Coffey, C., Sawyer, S., Viner, R., Haller, D., Bose, K., Vos, T., Ferguson, C. & Mathers, C. (2009). Global patterns of mortality in young people: a systematic analysis of population health data. *The lancet*, 374. Obtido de [www.thelancet.com](http://www.thelancet.com).
- Peden, M., Scurfield, R., Sleet, D., Mohan, D., Hyder, A., Jarawan, E. & Mathers, C. (2004). *World report on road traffic injury prevention*. Obtido do website da Organização Mundial de Saúde: [http://www.wpro.who.int/philippines/topics/injuries/world\\_report\\_traffic\\_injury\\_prevention.pdf](http://www.wpro.who.int/philippines/topics/injuries/world_report_traffic_injury_prevention.pdf)
- Percy, A. (2008). Moderate adolescent drug use and the development of substance-use self-regulation. *International Journal of Behavioral Development*, 32, 451-458. Doi: 10.1177/0165025408093664
- Pinheiro, J. (1997). Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 377-398. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n2/a11v02n2.pdf>
- Pinto dos Santos, N. & Moreira, C. (2008). O Lazer e a Noite. Imagens de uma Cidade Universitária. In N. Pinto dos Santos & A. Gama (Coords), *Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas*. (pp. 247-271). Obtido de: <https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/14039/1/O%20lazer%20e%20a%20noite.pdf>
- Pinto dos Santos, N. & Oliveira Moreira, C. (2012). Evening/Nighttime leisure in Coimbra. In M. M. Valença, F. Cravidão, et al (Eds), *Urban developments in Brazil and Portugal*. (Cap.17). New York: Nova Science Publishers, Inc.
- Pordata (2014). Conhecer a crise. Obtido de: <http://www.pordata.pt/Pesquisa/Lazer>.
- Popov, L. (2010). The behavior setting theory: an analysis and evaluation. *Journal of US-China Public Administration*, (7) 5, 62-78. Obtido de <http://connection.ebscohost.com/c/articles/55070542/behavior-setting-theory-analysis-evaluation>
- Priez, J. (Dir.) (2012). *Using – Selling*. Technoplus. Acedido em <http://www.safernightlife.org/digital-library>.
- Quigley, B., Leonard, K. & Collins, L. (2003). Characteristics of violent bars and bar patrons. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, 64(6), 765-772.
- Quintas, J. (2011). *Regulação legal do consume de drogas – impactos da experiência portuguesa da descriminalização*. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Racine, E. (2002). *Le phenomena techno – clubs, raves, free-parties*. Editions Imago.
- Readhead, S. (1997). *From subculture to clubcultures - na introduction to popular cultural studies*. Oxford: Blackwell.
- Recasens, A. (2007). *La violencia entre jóvenes en espacios de ocio nocturno - un estudio comparativo europeo*. Barcelona: Escuela de Policia de Barcelona/Atelier.
- Rief, S. (2009). *Club Cultures: boundaries, identities and otherness*. London: Routledge.

- Ritchie, J. & Lewis, J. (2003). *Qualitative Research Practice - a guide for social science students and researchers*. London: SAGE.
- Roberts, K. (2006). *Leisure in Contemporary Society*. Wallingford: CAB International.
- Roberts, K. (2011). Leisure: the importance of being inconsequential. *Leisure Studies*. Doi: 10.1080/02614367.2010.506650.
- Roberts, K., & Parsell, G. (1994). Youth cultures in Britain: the middle class take-over. *Leisure Studies*, 13(1), 33-48.
- Rodrigues, C. (2010). Obra aberta: Ensaio para uma aproximação às narrativas visuais da cidade notívaga no Porto. *O Cabo dos Trabalhos: Revista Eletrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*, 4, 2-16.
- Rodrigues, C. (2012). *Night at the city, City at night: cosmopolitan and colonization rhythms in the neo-bohemian inner Porto*. In CES-UC 'Cities are Us' Conference Proceedings. Coimbra.
- Rojek, C. (2004). Post Modern Work and Leisure. In J. Haworth & A. J. Veal, *Work and Leisure*. London and New York: Routledge.
- Rojek, C. (2005). An outline of the action approach to leisure studies. *Leisure Studies*, 24(1), 13-25.
- Rojek, C. (2009). *The Labour of Leisure: the culture of free time*. New York: SAGE.
- Romani, O. (1999). *Las drogas. Sueños y Razones*. Barcelona: Ariel.
- Romani, O. (2007). Juvenile leisure time and violence: fact or fiction? In A. Recasens (Coord.), *Violence between young-people in nighttime leisure zones*. Barcelona: Escola de Policia de Catalunya, Generalitat de Catalunya. (pp.115-140)
- Romo, N. (2001). Género y etnografía entre personas usuarias de drogas: el caso del "extásis" en la "cultura del baile". *Trabajo social y salud*, 39, 321-332.
- Rosmarin, A. & Eastwood, N. (2012). *A quiet revolution: drug decriminalization policies in practice across the globe*. Release. Retrieved from [www.release.ork.uk](http://www.release.ork.uk)
- Sadler, N. & Kosir, M. (2011). Database of Legislative and National Policy Responses. *Case studies of collected legislative and policy measures*. ClubHealth Conference Website. Retrieved from: <http://club-health.eu/products/case-studies-of-collected-legislative-and-policy-measures/>
- Saegert, S. (1986). *Environmental psychology and the world beyond the mind*. American Psychological Association.
- Saldaña, J. (2009). *The coding manual for qualitative researchers*. London: SAGE.
- Saldaña, J. (2011). *Fundamentals of Qualitative Research*. New York: Oxford University Press.
- San Julián, E. & Quirós, I. (2001). Estructura y funcionalidad de las formas de diversión nocturna: límites y conflictos. *Estudios de Juventud*, 54, 9-23.
- Sanders, B. (2005). In the club: ecstasy use and supply in a London nightclub. *Sociology*, 39, 241-258.
- Sanders, B. (2006). Young people, clubs and drugs. In B. Sanders Ed., *Drugs, clubs and young people* (pp.1-11). California: Ashgate.
- Santos, N. P. (2005). Lazer, espaço e lugares. In *Os Lugares do Lazer*, R. M. Gomes (Ed.). Lisboa: Col. Estudos, Instituto do Desporto de Portugal. (pp. 122-143).
- Schur, E. (1965). *Crimes without victims*. New Jersey: Prentice Hall.

- Sedgwick, E. & Frank, A. (1995). *Shame and it's sisters: a Sylvan Tomkins reader*. London: Duke University Press.
- Serviço para a Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Outras Dependências - SICAD (2013). *Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020*. Obtido de [http://www.sicad.pt/PT/Institucional/Coordenacao/Documents/PNRCAD\\_2013\\_2020.pdf](http://www.sicad.pt/PT/Institucional/Coordenacao/Documents/PNRCAD_2013_2020.pdf)
- Shapiro, H. (1999). Dances with drugs: Pop music, drugs and youth culture. In N. South (Ed.), *Cultures, Controls & Everyday Life* (pp.17-35). London: SAGE.
- Shewan, D., Dalgarno, Ph. & Reith, G. (2000). Perceived risk and risk reduction among ecstasy users: the role of drug, set and setting. *International Journal of Drug Policy*, 10, 431-453. Obtido de [https://www.erowid.org/references/refs\\_view.php?A=ShowDocPartFrame&ID=5975&DocPartID=5636](https://www.erowid.org/references/refs_view.php?A=ShowDocPartFrame&ID=5975&DocPartID=5636)
- Shiner, M., & Newburn, T. (1999). Taking tea with Noel: The place and meaning of drug use in everyday life. In N. South (Ed.), *Drugs: cultures, controls and everyday life* (pp.140-159). London: SAGE.
- Shinew, K. J., & Parry, D. C. (2005). Examining college students' participation in the leisure pursuits of drinking and illegal drug use. *Journal of Leisure Research*, 37(3), 364.
- Shildrick, T. (2002). Young people, illicit drug use and the question of normalization. *Journal of youth studies*, 5, 36-48.
- Silva, V. (2005). *Techno, House e Trance*. Uma incursão pelas culturas da 'dance music'. *Revista Toxicodependências*, 11(2), 11-19.
- Schnitzer, S., Bellis, M. A., Anderson, Z., Hughes, K., Calafat, A., Juan, M., & Kokkevi, A. (2010). Nightlife violence: a gender-specific view on risk factors for violence in nightlife settings: a cross-sectional study in nine European countries. *Journal of interpersonal violence*, 25(6), 1094-1112.
- Sousa Santos, B. (1988). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- Stockwell, T. R. & Chikritzhs, T.N. (2009). Do relaxed trading hours for bars and clubs mean more relaxed drinking? A review of international research on the impacts of changes to permitted hours of drinking. *Crime Prevention and Community Safety: An International Journal* 11 (3): 153-170.
- Stokols, D. (1982). Environmental psychology: A coming of age. In A. Kraut (ed.), *The G. Stanley Hall Lecture Series*, Volume 2. Washington, D.C.: American Psychological Association.
- Stokols, D. (2000). Environmental psychology. In A. Kazdin (Ed.), *Encyclopedia of psychology*, Volume 3. New York: Oxford University Press.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research – grounded theory procedures and techniques*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Sumnall, H., Bellis, M. A., Hughes, K., Calafat, A., Juan, M., & Mendes, F. (2010). A choice between fun or health? Relationships between nightlife substance use, happiness, and mental well-being. *Journal of Substance Use*, 15(2), 89-104.
- Sylvan, R. (2013). *Trance formation: The spiritual and religious dimensions of global rave culture*. London: Routledge.
- Szasz, T. (1992). *Nuestro derecho a las drogas. En defensa de un mercado libre*. Barcelona: Anagrama.

- Talbot, D. (2011). The juridification of nightlife and alternative culture: two UK case studies. *International Journal of Cultural Policy*, 17(1), 81-93.
- Teixeira Lopes, J. (2000). *A Cidade e a Cultura*. Porto: Afrontamento.
- Tesch, R. (1990). *Qualitative Research – analysis types and software tools*. Hampshire: The Falmer Press.
- Thornton, S., & Gelder, K. (Eds.). (1996). *The subcultures reader*. London: Routledge.
- Trochim, W. & Donnelly, J. (2007). *The Research Methods Knowledge Base*. (3rd ed). Cincinnati, OH: Atomic Dog Publishing.
- Tomkins, S. (1979). *Script theory: differential magnification of affects*. In Nebraska Symposium on Motivation. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Tomkins, S. (1987). Script theory. In J. Aronoff, A. Rabin & R. Zucker, *The emergence of personality*. New York: Springer Publishing Company. (p.147-216).
- Touraine, A. (2000). *O retorno do ator*. Porto: Instituto Piaget.
- Trainor, S., Delfabbro, P., Anderson, S., & Winefield, A. (2010). Leisure activities and adolescent psychological well-being. *Journal of Adolescence*, 33(1), 173-186.
- Trenberth, L. (2005). The role, nature and purpose of leisure and its contribution to individual development and well-being. *British Journal of Guidance & Counselling*. Doi: 10.1080/03069880412331335849.
- Trimbos Institute (2011). *The Healthy Nightlife Toolbox (HNT)*. Retrieved from <http://www.irefrea.org/index.php?page=6-6-1>
- Twisk, D. & Stacey, C. (2007). Trends in young driver risk and counter measures in european countries. *Journal of Safety Research*, 38(2), 245-57.
- Tutenges, S. (2013). Stirring up effervescence: An ethnographic study of youth at a nightlife resort. *Leisure Studies*, 32(3), 233-248.
- Unity Drugs (2011). *Jaar Verslag Unity*. Amsterdam: Unity Drugs.
- Van Havere, T., Vanderplasschen, W., Broekaert, E., & De Bourdeaudhui, I. (2009). The influence of age and gender on party drug use among young adults attending dance events, clubs, and rock festivals in Belgium. *Substance use & misuse*, 44(13), 1899-1915.
- Vanthourhout, A. (2001). *Techno, rêves... et drogues*. Bruxelles: De Boeck&Belin.
- Veal, A. J. (2004). A brief history of work and its relationship to leisure. In J. T. Haworth & A. J. Veal (Eds). *Work and Leisure*. London and New York: Routledge.
- Veal, A. J. (2001). Leisure, culture and lifestyle. *Loisir et Société/Society and Leisure*, 24(2), 359-376.
- Wearing, S. L., McDonald, M., & Wearing, M. (2013). Consumer culture, the mobilisation of the narcissistic self and adolescent deviant leisure. *Leisure Studies*, 32(4), 367-381.
- Weber, T. (1999). Raving in Toronto: Peace, Love, unity and Respect in transition. *Journal of Youth Studies*, 2(3), 317-336.
- Weir, E. (2000). Raves: a review of the culture, the drugs and the prevention of harm. *Canadian Medical Association Journal*, 162(3), 1843-8. Obtido de <http://www.cmaj.ca/>
- Wehster, R. (2008). *Safer Nightlife – Best practice for those concerned about drug use and the nightlife economy*. London: Home Office Publications Service.
- Wellsmith, M. (2009). Book review : Raising the bar: Preventing aggression in and around bars, pubs and clubs.

- Authors :Kathryn Graham and Ross Homel. *Crime Prevention and Community Safety: An International Journal*, 11 (3). pp. 235-237.
- Westover, T. N. (1989). Perceived Crowding in Recreational Settings An Environment-Behavior Model. *Environment and Behavior*, 21(3), 258-276.
- White, B., Degenhardt, L., Breen, C., Bruno, R., Newman, J. & Proudfoot, P. (2006). Risk and benefit perceptions of party drug use. *Addictive Behaviors*, 31, 137-142. doi: 10.1016/j.addbeh.2005.04.003
- Wicker, A. W. (1979). Ecological psychology: Some recent and prospective developments. *American Psychologist*, 34(9), 755.
- Widén, S. E., & Erlandsson, S. I. (2007). Risk perception in musical settings-a qualitative study. *International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being*, 2(1), 33-44.
- Williams, D. J., & Walker, G. J. (2006). Leisure, deviant leisure, and crime: "Caution: Objects may be closer than they appear". *Leisure/Loisir*, 30(1), 193-218.
- Wilson, R. N. (1981). The courage to be leisured. *Social Forces*, 60(2), 282-303.
- Winkel, G., Saegert, S. & Evans, G. (2009). An ecological perspective on theory, methods, and analysis in environmental psychology: advances and challenges. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 318-328. Doi: 10.1016/j.jenvp.2009.02.005
- World Health Organization – WHO (2009). *Milestones in Health Promotion – Statements from Global Conferences*. Obtido de [http://www.who.int/healthpromotion/Milestones\\_Health\\_Promotion\\_05022010.pdf](http://www.who.int/healthpromotion/Milestones_Health_Promotion_05022010.pdf)
- Yin, R.K. (2003). *Case study research: design and methods*. London: Sage Publications.
- Yu, S. (2009). A new look at Neighborhood-Level Informal Social Control: Solving Social Dilemmas of Achieving Public Order. Acedido em <http://paa2010.princeton.edu/papers/100209>
- Zeijl, E., du Bois-Reymond, M., & Te Poel, Y. (2001). Young adolescents' leisure patterns. *Loisir et société/Society and Leisure*, 24(2), 379-402.

---

## **ANEXOS**

---

**ANEXO A**

**Exemplo de Dados Empíricos**

**GOMF (Grelha de Observação em Meio Festivo) e respetivo Protocolo de**

**Observação**



# G.O.M.F. (Grelha de Observação em Meio Festivo) – Versão de Estudo

M. Carmo Carvalho

(2007)

**G.O.M.F. nº** (código da observação: nº observação+ iniciais investigador+ano+mês+dia do preenchimento): **10.AD.PC.2007.Agosto.17** (e.g.: 1.MCC.2007.abr.12)

## Descrição e Instruções de Preenchimento:

SECÇÃO N°	DESIGNAÇÃO	INSTRUÇÕES PREENCHIMENTO
SECÇÃO I	Mapa do Evento	Desenhe de forma simples e esquemática, um pequeno croqui identificando as principais estruturas físicas do evento e sua distribuição relativa no espaço.
SECÇÃO II	Imagens	Anexe num suporte à sua escolha (ficheiro digital em Word, pdf, cd, impressão, ...) imagens recolhidas no evento de acordo com alguns critérios/temáticas sugeridos.
SECÇÃO III	Flyers, notícias de imprensa e outros materiais divulgação	Anexe à grelha quaisquer materiais deste tipo que tenha tido oportunidade de recolher e que digam respeito ao evento em questão.
SECÇÃO IV	Ficha Técnica	Preencha esta secção reportando-se à sua experiência directa de participação no evento.
SECÇÃO V	Caracterização do evento	Preencha esta secção reportando-se à observação naturalista desenvolvida no decurso do evento.
SECÇÃO VI	Episódios de violência e outras situações problemáticas	Preencha esta secção reportando-se à observação naturalista desenvolvida no decurso do evento.
SECÇÃO VII	Caracterização dos actores participantes	Preencha esta secção reportando-se a três momentos distintos do evento – um intervalo de 30 minutos numa fase inicial do evento, até às 03.manhã; um intervalo de 30 minutos numa fase avançada do evento, entre as 03.00h e as 06.00 da manhã; um intervalo de 30 minutos numa fase final do evento, a partir das 06.00h da manhã.
SECÇÃO VIII	Caracterização dos consumos de substâncias em meio festivo	Preencha esta secção reportando-se a três momentos distintos do evento – um intervalo de 30 minutos numa fase inicial do evento, até às 03.manhã; um intervalo de 30 minutos numa fase avançada do evento, entre as 03.00h e as 06.00 da manhã; um intervalo de 30 minutos numa fase final do evento, a partir das 06.00h da manhã.

## SECÇÃO I – Mapa do Evento

(elabore, de forma esquemática – croqui –, uma representação gráfica que permita situar especialmente a localização das principais estruturas que integram o evento; no caso de vários pisos, elabore um esquema por piso.)



## SECÇÃO II – Imagens

(Inclua em anexos a este ficheiro, imagens em formato digital recolhidas neste evento. Sugiram-se as seguintes temáticas: a) panorâmicas gerais sobre o espaço; b) estruturas específicas que integram o evento – por e.g. bares, outros pontos de venda ou informação, bilheteiras, WC's e outras estruturas de apoio logístico, etc.; c) panorâmicas gerais sobre actores participantes – **recolhidas com respeito**

**pela reserva da imagem e identidade pessoais;** d) aspectos específicos do comportamento dos participantes, **recolhidas com consentimento ou no respeito pela reserva da imagem e identidade pessoais** – por e.g. consumos de álcool e outras substâncias, dança, socialização, ...).

**Inventário de imagens:**

x (nº) Imagens com a temática “panorâmicas gerais”

x (nº) Imagens com a temática “estruturas específicas”

x (nº) Imagens com a temática “panorâmicas gerais sobre actores”

\_\_\_\_ (nº) Imagens com a temática “aspectos específicos comportamento de participantes”

\_\_\_\_ (nº) Imagens com outras temáticas (indique quais): \_\_\_\_\_

**Tipo de suporte utilizado para a manipulação das imagens:**

☐ Ficheiro digital em Word

☐ Impressão

☐ Ficheiro digital em pdf

☐ Outro (indique qual: \_\_\_\_\_)

x CD / DVD

**SECÇÃO III – Flyers, notícias de imprensa e outros materiais de divulgação recolhidos**

(Inclua em anexos a este ficheiro, em formato impresso ou digitalizando para esta grelha, quaisquer elementos adicionais que tenha recolhido relativos a este evento).



**Festival Heineken**  
**paredes da gaiola 07**

**12 Agosto**  
 Palco After Hours (02h00): Simian Mobile Disco | DJ Fra | Sizo | Devoichka

**13 Agosto**  
 Jazz na Relva (16h00): Low Budget Research Kitchen  
 Ibero Sounds (17h00): Slimmy | The Blows  
 Palco Heineken (18h00): BabyShambles | M.I.A. | Mando Diao | Blasted Mechanism | Sparta | New Young Pony Club  
 After Hours (02h00): Crystal Castles | Guns n Bombs

**14 Agosto**  
 Jazz na Relva (16h00): Paulo Barros 4tet  
 Ibero Sounds (17h00): Mundo Gao | 6 PM  
 Palco Heineken (18h00): Dinosaur Jr | New York Dolls | Mão Morta | Architecture in Helsinki | Gagal Bardello | Spoon  
 After Hours (02h00): DJ AJ | Foreign Islands

**15 Agosto**  
 Jazz na Relva (16h00): Fandarra Recreativa e Improvisada Colher de Sopa  
 Ibero Sounds (17h00): Born A Lion | The Right Ons  
 Palco Heineken (18h00): Sonic Youth | Cansel de Ser Sexy | The Sunshine Underground | Electrelane | Peter Bjorn & John | Linda Martini  
 After Hours (02h00): Boys Noize | U-Clic

**Bilhetes**  
 Diário - 40€ | Passe 4 Dias - 70€

**Locais de Venda**  
 Ticketline e Locais Habituais

*Das Saudades de Paredes da Gaiola*  
[concertos@pt](http://concertos@pt)  
<http://concertospt.blogspot.com>

**SECÇÃO IV – Ficha Técnica** (Preencha os itens que se seguem tomando o ponto de vista da sua **experiência directa** de participação no evento)

<b>IV.1 Como tomou conhecimento do evento?</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<input type="checkbox"/> <b>Flyers</b> (identifique o local em que recolheu o flyer: _____) <input type="checkbox"/> <b>Imprensa escrita</b> (identifique a publicação: _____) <input checked="" type="checkbox"/> <b>Imprensa Audiovisual</b> (identifique a rádio ou canal TV: Antena 3) <input checked="" type="checkbox"/> <b>Sítio web</b> (identifique o site: <a href="http://www.paredesdecoura.com">www.paredesdecoura.com</a> ) <input type="checkbox"/> <b>Informante</b> (anexe “ficha do actor”) <input type="checkbox"/> <b>Outro:</b> _____
<b>IV.2 Indique a(s) data(s) e duração em que o evento ocorreu:</b> <i>(Assinale um único item)</i>	<input type="checkbox"/> <b>Um único dia/noite:</b> ____ / ____ / ____ <input checked="" type="checkbox"/> <b>Espaço de vários dias/noites:</b> De 12/08/07 a 15/08/07
<b>IV.3 Indique o local em que o evento ocorreu:</b> (por e.g. cidade ou região ou Concelho ou Freguesia ou lugar)	a _____ Paredes de Coura
<b>IV.4 Existia uma designação / título promocional do evento?</b> <i>(Assinale um único item)</i>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim:</b> (indique qual) Festival Heineken Paredes de Coura <input type="checkbox"/> <b>Não</b>
<b>IV.5 Existia uma entidade promotora do evento?</b> <i>(Assinale um único item)</i>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Sim, existia:</b> (indique qual) Ritmos <input type="checkbox"/> <b>Sim, existia.</b> (Mas não foi possível identificar qual a promotora.) <input type="checkbox"/> <b>Não existia.</b> (Tratou-se de um encontro espontâneo de participantes; organização espontânea/informal)
<b>IV.6 Indique como se deslocou ao evento:</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<div style="display: flex;"> <div style="flex: 1;"> <input type="checkbox"/> <b>Sozinho(a)</b>  <input checked="" type="checkbox"/> <b>Acompanhado(a)</b> </div> <div style="flex: 1;"> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Em viatura própria</b>  <input type="checkbox"/> <b>Em viatura de terceiros</b>  <input type="checkbox"/> <b>Em transporte público</b> (indique de que tipo): _____  <input type="checkbox"/> <b>Em transporte gratuito disponibilizado pela organização</b>  <input type="checkbox"/> <b>Em transporte pago disponibilizado pela organização</b> </div> </div>
<b>IV.7 Indique as características da cobrança do acesso ao evento:</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Cobrada na entrada do evento</b> (diário - 40, 00€; 4 dias - 70€; promoção familiar, no mínimo 3 pessoas (pais e irmãos) desconto de 20€ no passe); <input checked="" type="checkbox"/> <b>Venda on-line antes do evento</b> (antes 30 aprox. (dias) da data evento com o valor desconto 20 €) <input checked="" type="checkbox"/> <b>Venda em locais específicos</b> (indique qual (ais): Fnac, Ticketline;
<b>IV.8 Indique, relativamente à sua permanência no evento:</b>	<b>Hora/dia de chegada:</b> 14/08/07 16h00m <b>Hora/dia de partida:</b> 14/08/07 00h00m <b>Total tempo no evento:</b> 8h00m
<b>SECÇÃO V – Caracterização do evento</b> <i>(Preencha os itens que se seguem a partir da observação naturalista desenvolvida no decurso do evento.)</i>	

<b>V.1 Indique, relativamente à organização do evento:</b> (Assinale um único item)	<b>x Organização formal</b> (existe uma entidade promotora responsável pela divulgação e promoção comerciais, logística, cartaz, etc.; a dimensão lucrativa é relevante para quem organiza). <input type="checkbox"/> <b>Organização informal</b> (o evento resulta de uma associação espontânea e informal de participantes, em contexto aberto/público ou privado; a dimensão lucrativa não é relevante para quem organiza).		
<b>V.2 Indique, relativamente às características gerais do espaço do evento:</b> (Assinale todos os itens aplicáveis)	<input type="checkbox"/> <b>Meio Rural</b> <input type="checkbox"/> <b>Meio Urbano</b>	<input type="checkbox"/> <b>Indoors</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Outdoors</b>	<input type="checkbox"/> <b>Meio Clubbing</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Contexto Natural</b> <input type="checkbox"/> <b>Outro recinto urbano</b> (descreva: _____)
<b>V.3.1 Caracterize este evento quanto à sua tipologia:</b> (Assinale todos os itens aplicáveis)	<input type="checkbox"/> <b>Clubbing</b> (indique qual a discoteca: _____) <input type="checkbox"/> <b>Outro recinto urbano</b> (indique qual/que tipo: _____) <input type="checkbox"/> <b>After-hours</b> (associado ao evento _____) <input type="checkbox"/> <b>Free-party</b> <input type="checkbox"/> <b>Festa Privada</b> <input type="checkbox"/> <b>Acesso Restrito</b> <input type="checkbox"/> <b>Acesso Alargado</b> <input type="checkbox"/> <b>Eventos associados a géneros específicos da dancemusic:</b> <input type="checkbox"/> <b>Festa de Trance</b> <input type="checkbox"/> <b>Festa de Reggae</b> <input type="checkbox"/> <b>Festa de Drum'n'Bass</b> <input type="checkbox"/> <b>Festa de Techno</b> <input type="checkbox"/> <b>Festa de House</b> <input type="checkbox"/> <b>Outro género</b> (_____)		
<b>V.3.2 Descreva a tipologia do evento em questão:</b>	O festival de Heineken Paredes de Coura é um festival de grande prestígio, devido à qualidade do seu cartaz musical e também devido a forma calorosa que a Vila do Alto Minho recebe os participantes. Este festival inicialmente era um festival pequeno e modesto, que era organizado por um grupo de amigos da região. Todavia, foi-se transformando numa organização profissional e competente. Ou seja, nos dias de hoje é um festival com uma grande organização, que promove um cartaz musical repleto de grandes artistas. Paredes de Coura é um evento que se realiza num contexto natural, debruçado sobre o rio, com um ambiente relaxado, deste modo, existe a conjugação da música com a natureza.		
<b>V.4.1 Caracterize a inserção do evento no seu espaço envolvente:</b> (Assinale todos os itens aplicáveis)	<input type="checkbox"/> <b>O evento está inserido numa zona urbana</b> <input type="checkbox"/> <b>Centro histórico</b> <input type="checkbox"/> <b>"Baixa"</b> <input type="checkbox"/> <b>Zona residencial</b> <input type="checkbox"/> <b>Zona industrial</b> <input type="checkbox"/> <b>Outra</b> (indique qual: _____)		
<b>V.4.1 Caracterize a inserção do evento no seu espaço envolvente:</b> (cont.) (Assinale todos os itens aplicáveis)	<input type="checkbox"/> <b>O evento está inserido numa zona rural</b> <input type="checkbox"/> <b>Distante de povoações</b> (distância aproximada: _____ km) <input checked="" type="checkbox"/> <b>Próximo de povoações</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Ocupa um espaço arborizado</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Ocupa espaços ao ar livre próximos de cursos de água</b> (albufeiras, margem de rios, ...) <input type="checkbox"/> <b>Outras características</b> (descreva: _____)		

<b>V.4.2 Descreva a inserção do evento no seu espaço envolvente:</b> <i>(caracterize-a física e espacialmente)</i>	O festival de Paredes de Coura localiza-se na vila do Alto Minho, num contexto natural, debruçado sobre o rio, com um ambiente relaxado e acolhedor. Apesar do evento se localizar numa zona a beira-rio, num espaço arborizado, fica perto de povoações, pois os participantes deslocam-se a pé para o centro da vila que fica perto.	
<b>V.4.3 Caracterize a relação que o evento apresenta com o espaço envolvente relativamente à presença de elementos de perturbação:</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<input checked="" type="checkbox"/> O evento gera ruído <input checked="" type="checkbox"/> O evento produz sujidade <input type="checkbox"/> O evento gera problemas de trânsito <input type="checkbox"/> O local e imediações do evento estão mal iluminados <input type="checkbox"/> O evento está localizado num local que gera um sentimento de insegurança <input type="checkbox"/> O evento gera perturbações com a vizinhança <input type="checkbox"/> Outros elementos de perturbação (indique quais: _____)	
<b>V.4.4 Descreva a relação que o evento apresenta com o espaço envolvente relativamente à presença de elementos de perturbação:</b>	A nível de elementos de perturbação não existe nenhum que se destaque negativamente. Apesar do evento gerar ruído e produzir sujidade, estes elementos não se podem considerar como de perturbação, pois o ruído não afecta a população e é normal neste tipo de evento, e a sujidade no final é removida.	
<b>V.5.1 Indique as estruturas disponíveis e meios de transporte predominantes, relacionados com o acesso ao evento:</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<input type="checkbox"/> Parque de estacionamento  <input checked="" type="checkbox"/> Viatura própria	<input type="checkbox"/> Dimensão adequada <input type="checkbox"/> Dimensão insuficiente  <input checked="" type="checkbox"/> Veículos ligeiros / utilitários <input type="checkbox"/> Veículos ligeiros / “gama alta” <input checked="" type="checkbox"/> Veículos “todo-o-terreno” <input type="checkbox"/> Veículos pesados adaptados <input type="checkbox"/> Outros: (descreva): _____
	<input type="checkbox"/> Transportes públicos  <input type="checkbox"/> Transporte concessionado pela organização	<input type="checkbox"/> Paragens de autocarros e “carreiras” <input type="checkbox"/> Paragens de táxi <input type="checkbox"/> Outros: _____
	<input type="checkbox"/> “Boleias”	
	<input type="checkbox"/> Outro tipo: (descreva): _____	

<b>V.5.2</b> Descreva o evento relativamente às estruturas disponíveis e meios de transporte predominantes usados para o acesso (bodal/má e porquê; clareza das indicações de acesso; meios transportes predominantes e sua caracterização; relação com perfis de participantes; etc.)	Na perspectiva de observador não foi possível perceber com nitidez qual o meio de transporte mais utilizado, todavia pareceu-nos ser o veículo próprio ligeiro, visto que todos os estacionamento perto do evento estavam lotados, fazendo com que se tivesse que estacionar longe da entrada. No que se refere às indicações de acesso para o evento em questão não existia, todavia existiam indicações para o local de Paredes de Coura, e estas eram acessíveis, contudo na perspectiva de observador, para quem não conhece o itinerário, por vezes o acesso pode ser um pouco difícil.								
<b>V.5.3</b> Caracterize o evento relativamente às barreiras de segurança. Identifique: - Nº (1º, 2º, 3º, ...); - Localização relativamente ao recinto do evento;	<table border="1"> <tr> <th data-bbox="375 138 470 1615">Nº</th> <th data-bbox="470 138 582 1615">Localização: entrada principal</th> <th data-bbox="470 138 582 1615">Objectivo(s): verificação pulseiras e bilhetes</th> </tr> <tr> <td data-bbox="375 138 470 1615">Nº1</td> <td data-bbox="470 138 582 1615">Localização: segunda entrada</td> <td data-bbox="470 138 582 1615">Objectivo(s): controlar entradas, verificação de mochilas, controlar objectos que podem ou não entrar, passar no detector de metais.</td> </tr> </table>			Nº	Localização: entrada principal	Objectivo(s): verificação pulseiras e bilhetes	Nº1	Localização: segunda entrada	Objectivo(s): controlar entradas, verificação de mochilas, controlar objectos que podem ou não entrar, passar no detector de metais.
Nº	Localização: entrada principal	Objectivo(s): verificação pulseiras e bilhetes							
Nº1	Localização: segunda entrada	Objectivo(s): controlar entradas, verificação de mochilas, controlar objectos que podem ou não entrar, passar no detector de metais.							
<b>V.5.4</b> Caracterize o evento quanto ao tipo de controlo de acesso e entrada: (Assinale todos os itens aplicáveis)	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="582 138 790 1615"> <input type="checkbox"/> Cartão de consumo mínimo obrigatório  <input checked="" type="checkbox"/> Bilhete de ingresso pré-comprado apresentado à entrada  <input checked="" type="checkbox"/> Bilhete de ingresso comprado e apresentado à entrada  <input checked="" type="checkbox"/> Pulseira         </td> <td data-bbox="582 138 790 1615">           Idade mínima de acesso: <input type="checkbox"/> Aplicável: <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável (ausência de informação/controlo)         </td> </tr> </table>			<input type="checkbox"/> Cartão de consumo mínimo obrigatório <input checked="" type="checkbox"/> Bilhete de ingresso pré-comprado apresentado à entrada <input checked="" type="checkbox"/> Bilhete de ingresso comprado e apresentado à entrada <input checked="" type="checkbox"/> Pulseira	Idade mínima de acesso: <input type="checkbox"/> Aplicável: <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável (ausência de informação/controlo)				
<input type="checkbox"/> Cartão de consumo mínimo obrigatório <input checked="" type="checkbox"/> Bilhete de ingresso pré-comprado apresentado à entrada <input checked="" type="checkbox"/> Bilhete de ingresso comprado e apresentado à entrada <input checked="" type="checkbox"/> Pulseira	Idade mínima de acesso: <input type="checkbox"/> Aplicável: <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável (ausência de informação/controlo)								
<b>V.5.5</b> Descreva o evento relativamente às barreiras de segurança e estratégias para controlo entradas. (são facilitadoras ou perturbadoras?; é possível relacioná-las com alguma dimensão comercial?; são agressivas do ponto de vista do participante?; etc...)	No que se refere as barreiras de segurança estas eram em grande número, sendo muitas as estratégias de controlo de entradas, desde verificação de pulseiras e bilhetes, de mochilas e ainda todos os participantes tinham de ser revistados, e passar pelo detector de metais. As pessoas que faziam a segurança eram simpáticas, acessíveis e esclareciam qualquer dúvida.								
<b>V.6.1</b> Indique a capacidade/lotação do evento:	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="1013 138 1125 1615">27.000 pessoas</td> <td data-bbox="1013 138 1125 1615">           Fonte: <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do observador  <input type="checkbox"/> Informação da organização  <input type="checkbox"/> Informação dos meios comunicação social  <input type="checkbox"/> Outra: (indique qual: )         </td> </tr> </table>			27.000 pessoas	Fonte: <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do observador <input type="checkbox"/> Informação da organização <input type="checkbox"/> Informação dos meios comunicação social <input type="checkbox"/> Outra: (indique qual: )				
27.000 pessoas	Fonte: <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do observador <input type="checkbox"/> Informação da organização <input type="checkbox"/> Informação dos meios comunicação social <input type="checkbox"/> Outra: (indique qual: )								
<b>V.6.2</b> Qual a área aproximada ocupada pelo evento?	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="1125 138 1236 1615">7000 m2 /km2/ ha</td> <td data-bbox="1125 138 1236 1615">           Fonte: <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do observador  <input type="checkbox"/> Informação da organização  <input type="checkbox"/> Informação de outras fontes de divulgação  <input type="checkbox"/> Outra: (indique qual: )         </td> </tr> </table>			7000 m2 /km2/ ha	Fonte: <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do observador <input type="checkbox"/> Informação da organização <input type="checkbox"/> Informação de outras fontes de divulgação <input type="checkbox"/> Outra: (indique qual: )				
7000 m2 /km2/ ha	Fonte: <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do observador <input type="checkbox"/> Informação da organização <input type="checkbox"/> Informação de outras fontes de divulgação <input type="checkbox"/> Outra: (indique qual: )								
<b>V.6.3</b> Descreva a relação entre a	A chegada ao evento, as portas de acesso ao recinto encontravam-se fechadas, havendo alguns participantes formando fila. Após a entrada no recinto,								



capacidade de lotação do evento e a área ocupada avaliados à sua chegada ao evento (hora: 16h00 m)	sendo um espaço amplo, com vários pontos de paragem para os participantes, conforme as suas intenções, este não se revelou lotado.	
<b>V.7.1</b> Indique os elementos de staff presentes no evento:	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Barmans</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>DJ's</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Seguranças</b> <input type="checkbox"/> <b>Porteiros</b> <input type="checkbox"/> <b>R.P.'s (Relações Públicas)</b> <input type="checkbox"/> <b>Bailarinos(as) contratados</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Responsáveis pela organização</b> <input type="checkbox"/> <b>Outros profissionais:</b> _____	
<b>V.7.2</b> Descreva o evento relativamente ao seu staff (recursos humanos suficientes/insuficientes e de que tipos; atitudes e comportamentos no contacto com os participantes; etc.)	O staff era em grande número e variado, estes eram simpáticos e acessíveis.	
<b>V.8.1</b> Caracterize o evento relativamente aos principais momentos horários: (Assinale todos os itens aplicáveis)	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Hora abertura portas/acesso:</b> 16 h30m ou dia ____ / ____ / ____ <input checked="" type="checkbox"/> <b>Hora abertura pista/dancefloor principal:</b> 18h15m (Palco Heineken Paredes de Coura) <input checked="" type="checkbox"/> <b>Hora abertura outras estruturas</b>	
		Indique qual: Palco Ruby Hora: 16h00m
		Indique qual: Palco Ibero Sounds Hora: 16h45m
		Indique qual: Palco After Hours Hora: 02h00m
	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Duração total estimada do evento:</b> 14h00m (por dia) ou ____ dias	Fonte: <input type="checkbox"/> <b>Estimativa do observador</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Informação da organização</b> <input type="checkbox"/> <b>Informação de outras fontes de divulgação</b> <input type="checkbox"/> <b>Outra:</b> (indique qual: _____)
	<input type="checkbox"/> <b>Hora do "fim de festa":</b> ____ h ____ m ou dia ____ No início, após abertura das portas, o número de participantes era reduzido, no entanto, foi aumentando com o decorrer do tempo e início das actuações no palco principal. Sendo a noite o principal momento horário com mais participantes.	
<b>V.8.2</b> Descreva o evento relativamente aos principais momentos horários.	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Entrada</b>	
<b>V.9.1</b> Caracterize o evento relativamente aos preços praticados. (Assinale todos os itens aplicáveis).	40, 00€ ou 70€	
	<input type="checkbox"/> <b>Acesso a estruturas específicas dentro do evento</b>	_____, _____ € Descreva: _____

<b>V.9.1</b> Caracterize o evento relativamente aos preços praticados. (cont.) (Assinale todos os itens aplicáveis).	<b>x Bebidas</b>		Água <input type="checkbox"/> Gfa0,25L __, __ € <input type="checkbox"/> Gfa0,50L __, __ € <input type="checkbox"/> Gfa1L __, __ €
			<input type="checkbox"/> Refrigerantes __, __ €
			<input type="checkbox"/> Refrigerantes energéticos e smart-drinks
			<b>x Cerveja</b> l, 50€
			<input type="checkbox"/> Bebidas brancas __, __ €
			<input type="checkbox"/> Shots __, __ €
			<input type="checkbox"/> Outras bebidas: (descreva: licor beirão 2,50€)
	<b>x Alimentos e refeições ligeiras</b>		(descreva: cachorros 3,00; bifanas 2,50; pão com chouriço 2,50; fatia de pizza 2,50; 2 fatias 4,50; uma pizza 18,00; sopa 2,50; maça 0,50; Menu (sopa+massa+fruta) 5 €).
	<input type="checkbox"/> <b>Outros consumíveis:</b>		(descreva: __; __; __, __ €)
<b>V.9.2</b> Descreva o evento relativamente aos preços praticados. (Como são recebidos os preços pelos participantes? É possível inferir algo sobre os públicos que acedem ao evento a partir dos preços praticados? Há implicações para o tipo de consumos efectuados no evento?; etc. ....)	Relativamente aos preços praticados estes eram acessíveis, e não observamos nenhum comentário no que se refere aos mesmos por parte dos actores participantes.		
<b>V.10.1</b> Caracterize o evento relativamente à oferta ao nível musical. (Assinale todos os itens aplicáveis)	<b>x Géneros divulgados/anunciados em Cartaz</b>	<input type="checkbox"/> <b>Techno</b> <input type="checkbox"/> <b>House</b> Song / Ghettotech / Jungle; punk, música cigana; powerpop e new wave; Experimental; soul; funk; <input type="checkbox"/> <b>Trance</b> <input type="checkbox"/> <b>Drum'n'bass</b> <input type="checkbox"/> <b>Chill-out</b> <b>xRock'n'Roll</b>	<b>Outros géneros dancemusic</b> (Descreva: __) <b>Outros géneros</b> (Descreva: jazz; Electrónica; Alternative/Indie; Melodramatic Popular (Descreva: __)

	<b>x Bandas/Dj's presentes (nº     )</b>	(Descreva: Spoon; Gogol Bordelo; Architecture in Helsinki; Mão Morta; New York Dolls; Dinossaur JR.; Paulo Barros Quartet; Mundo Cão; 6PM; Dj Jean Nipon; Foreign Islands)
	<input type="checkbox"/> <b>Pistas/Dancefloors (nº ____)</b>	<div> <div> <b>Géneros Mainfloor:</b>  <input type="checkbox"/> <b>Techno</b>  <input type="checkbox"/> <b>House</b>  <input type="checkbox"/> <b>Trance</b>  <input type="checkbox"/> <b>Outros</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Rock'n'Roll</b>  <input type="checkbox"/> <b>House</b>  <input type="checkbox"/> <b>Drum'n'bass</b>  <input type="checkbox"/> <b>Chill-out</b>  <input type="checkbox"/> <b>Outros</b> </div> <div> <b>Géneros outros espaços:</b>  <input type="checkbox"/> <b>Techno</b>  <input type="checkbox"/> <b>House</b>  <input type="checkbox"/> <b>Trance</b>  <input type="checkbox"/> <b>Drum'n'bass</b>  <input type="checkbox"/> <b>Chill-out</b>  <input type="checkbox"/> <b>Outros</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Outros</b> </div> </div>
<b>V.10.2 Descreva o evento relativamente à oferta musical.</b> (há diversidade ou "fechamento"?; Há implicações dessa condição para o perfil de participante? Como é que essa dimensão permite caracterizar o evento?; etc. ...)	O festival Paredes de Coura destaca-se pela apresentação de novos projectos e bandas bem conhecidas do público. A oferta musical, com a existência de quatro palcos, revela-se diversificada, apostando em vários géneros musicais, desde música electrónica, jazz, rock, entre outros. Neste sentido permite caracterizar o evento, pela já esperada apresentação de um cartaz diversificado.	
<b>V.10.3 Caracterize o evento quanto à oferta de estruturas complementares de lazer e repouso.</b> (Assinale todos os itens aplicáveis)	<input type="checkbox"/> <b>Instalações/exposições de arte</b> <input type="checkbox"/> <b>Chill-out ou equivalente</b> (qualquer espaço do evento especificamente relacionado com o repouso) <b>x Espectáculos multimédia (V'jing; projecção filmes; etc.)</b> <input type="checkbox"/> <b>Conferências / workshops</b> <b>X Restaurantes / áreas alimentação</b> <b>X Chai-shops</b> <b>X Acampamento</b>	(Descreva: _____) (Descreva: _____) (Descreva: Projecção de filmes/documentários todos os dias do festival, dedicado à música) (Descreva: _____) (Descreva: roulotes e "tendas" do KFC, PizzaHut; (Descreva: _____)
<b>V.10.4 Descreva o evento quanto à oferta de estruturas</b>	<b>x Outras</b>	(Descreva: Artesanato; Despertares: yoga e pedaços de música clássica; poesia; internet; Relativamente as ofertas de lazer e repouso, revelou-se muito diversificada, pelo tipo e local do evento. Para além da área de alimentação com mesas e bancos, os participantes optam pelo repouso junto ao rio, ou no próprio recinto. No que se refere ao acampamento, este era gratuito, ou seja,

<b>complementares de lazer e repouso.</b> (Há diversidade? Essa oferta é ou não esperada atendendo ao tipo de evento? como é avaliada a qualidade dessa oferta? etc. ...)	oferecido pela organização a quem comprar o bilhete para o festival. (Não foi possível observá-lo, porque o bilhete diário não dá acesso ao mesmo). A programação diária revelou-se diversificada, com yoga, o ciclo de cinema dedicado à música e poesia. No intervalo das actuações alguns participantes deslocavam-se para o espaço da rádio Antena 3, onde participavam cantando e dançando, recebendo t-shirts e sacos com a publicidade da rádio. Por último, a existência de um espaço de acesso à internet.	
<b>V.10.5 Caracterize o evento quanto à oferta de elementos cénicos e estéticos.</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<div> <input type="checkbox"/> <b>Logos luzes/laser</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Esculturas e outras construções</b>  <i>(Descreva: _____)</i> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Mensagens</b>  <i>(Descreva: _____)</i> </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Outros elementos</b>  <i>(Descreva: Publicidade a bebidas; rádio Antena 3; Toyota)</i> </div>	
<b>V. 10.6 Descreva o evento quanto à oferta de elementos cénicos e estéticos.</b> (que função desempenham?; contribuem para a formação de um ambiente específico?; Esse ambiente relaciona-se com comportamentos dos actores participantes?; etc. ...)	Os elementos cénicos e estéticos restringiram-se a publicidade, desde a cerveja Heineken que da nome ao festival, com várias barraquinhas espalhadas pelo recinto, permitindo relacionar-se com o consumo por parte dos participantes, já que o acesso a esta era facilitado. A existência de barraquinhas de licor beirão, com garrafas insufláveis igualmente fazendo a publicidade.	
<b>V.10.7 Caracterize o evento quanto à oferta de equipamentos e estruturas relacionados com a segurança.</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<div> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Existência de detectores de metais e outras armas</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Existência de detectores de substâncias ilícitas</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Boa ventilação e existência de saídas de ar</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Existência de equipamentos de medição da poluição</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Existência de equipamentos de medição níveis ruído</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Existência de extintores de incêndio</b> </div>	
	<div> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Existência de estruturas de emergência e primeiros socorros</b>  <i>(hora da obs.: 18h00m)</i> </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Presença INEM/Bombeiros</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Equipas de emergência do evento</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Equipas de emergência do evento com Viatura própria</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Espaços destinados a prestação de cuidados</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Staff com treino em primeiros socorros</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>PSP</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>GNR</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Protecção civil</b> </div>	
	<div> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Existência de estruturas de controlo formal (no evento ou imediações)</b>  <i>(hora da obs. 18h00m)</i> </div>	

<b>V.10.7</b> Caracterize o evento quanto à oferta de equipamentos e estruturas relacionados com a segurança. (cont.) (Assinale todos os itens aplicáveis)		<b>X Bombeiros</b> <input type="checkbox"/> <b>ONG's</b> (Descreva: _____) <input type="checkbox"/> <b>Outras</b> (Descreva: _____)
	<b>x Adequação dos WC's</b> (hora da obs.: 18h30m)	<b>x Adequados</b> (em nº suficiente; bem distribuídos pelo recinto; limpeza adequada) <input type="checkbox"/> <b>Desadequados</b> (em nº insuficiente; mal distribuídos pelo recinto; limpeza deficiente) (Descreva: _____)
	<input type="checkbox"/> <b>Disponibilização de tampões para ouvidos</b>	<input type="checkbox"/> <b>Cedidos gratuitamente pela organização</b> <input type="checkbox"/> <b>Disponíveis para compra</b>
	<b>x Existência de saídas de emergência/bons acessos ao exterior</b>	(Descreva: _____) <input type="checkbox"/> <b>Adequada</b> (boa refrigeração) <input type="checkbox"/> <b>Desadequada</b> (muito elevada; ar saturado; má ventilação) (Descreva: _____)
	<input type="checkbox"/> <b>Adequação da iluminação do parque de estacionamento</b>	<input type="checkbox"/> <b>Adequada</b> (boa iluminação; área segura; boa visibilidade do terreno de circulação) <input type="checkbox"/> <b>Desadequada</b> (mal iluminada; área insegura; terreno acidentado) (Descreva: _____)
	<b>X Adequação da iluminação do espaço do evento/recinto</b>	<b>X Adequada</b> (sem risco para a circulação no recinto) <input type="checkbox"/> <b>Desadequada</b> (com risco para a circulação no recinto) (Descreva: _____)
	<input type="checkbox"/> <b>Adequação do acesso a água potável</b> (hora da obs.: ____h____m)	<input type="checkbox"/> <b>Adequada</b> (circulação de água nos WC's; torneiras/cisternas espalhadas pelo recinto; proximidade com cursos de água – tanques, fontes, ribeiros, albufeiras) <input type="checkbox"/> <b>Desadequada</b> (torneiras fechadas; inacessibilidade a fontes de água potável) (Descreva: _____)

<b>V.10.8 Descreva o evento quanto à oferta de equipamentos e estruturas relacionados com a segurança geral.</b> (São adequadas ou insuficientes?; Qual a postura de quem as implementa? Como as avalia?; etc. ...)	A segurança em geral era suficiente e adequada, quem implementava, desde os bombeiros, seguranças, eram simpáticos, acessíveis e muito atentos. Estes andavam em pequenos grupos, espalhados pelos diversos sítios dorecinto, intervindo imediatamente em qualquer situação de risco. Na perspectiva de observador eram muito eficientes e em grande número.
<b>V.10.9 Caracterize o evento quanto à oferta de relacionada com a Redução de Riscos e Minimização de Danos (RR/MD)</b> (Assinale todos os itens aplicáveis)	<div> <input type="checkbox"/> <b>Entidades/organizações representadas</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Serviços disponibilizados</b>          (hora obs.: ____h ____m)       </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Espaços de contacto/informação/aconselhamento</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Espaços de descanso/repouso</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Espaços de prestação de cuidados</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Pill-Testing</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Testes alcoolémia</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Distribuição preservativos</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Informação sobre IST's</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Distribuição alimentos</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Distribuição água</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Distribuição bebidas revigorantes</b> </div> <div> <input type="checkbox"/> <b>Outros</b>          (Descreva: _____)       </div>
<b>V.10.10 Descreva o evento quanto à oferta relacionada com a RR/MD.</b> (São adequadas ou insuficientes?; Que postura de quem implementa? Como as avalia?)	Não observamos oferta de RR/MD. No entanto, sabemos pela comunicação social que esteve presente no recinto o projecto Check-in, embora não tivesse permanecido durante toda a duração do festival.

**SECÇÃO VI. Episódios de violência e outras situações problemáticas** (Preencha os itens que se seguem a partir da **observação naturalista** desenvolvida no decurso do evento.)

<input type="checkbox"/> Não, não existiram situações deste tipo.	
<b>VI.1.1 Caracterize o evento relativamente à ocorrência de episódios de violência ou outras situações problemáticas.</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<div> <input checked="" type="checkbox"/> Sim, existiram situações deste tipo:           <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Acidentes de viação</li> <li><input type="checkbox"/> Agressões sexuais</li> <li><input type="checkbox"/> Vandalismo</li> <li><input checked="" type="checkbox"/> Desordem</li> <li><input type="checkbox"/> Agressões e rixas</li> <li><input type="checkbox"/> Venda de substâncias ilícitas</li> <li><input type="checkbox"/> Outros (Descreva: _____)</li> </ul> </div>
<b>VI.1.2 Descreva o evento relativamente à ocorrência de episódios de violência ou outras situações problemáticas.</b> (Descreva aspectos de detalhe dos episódios que presenciou; refira aspectos comportamentais dos actores implicados; etc. ...)	<div> <p><b>Episódio 1</b></p> <p><b>Tipo:</b> (Descreva: desordem e pancadaria entre participantes)</p> <p><b>Hora obs.:</b> 19h00m</p> <p><b>Espaço em que ocorreu:</b> (Descreva: perto do palco principal)</p> <p><b>Actores envolvidos:</b> (Descreva: dois ou mais participantes)</p> <p><b>Fonte:</b> <input type="checkbox"/> Observação directa  <input type="checkbox"/> Informante  <input type="checkbox"/> Informação da organização  <input type="checkbox"/> Informação dos meios comunicação social  <input checked="" type="checkbox"/> Outra: (indique qual: comentários de outros participantes que se encontravam no evento)         </p> </div>
<b>VI.1.2 Descreva o evento relativamente à ocorrência de episódios de violência ou outras situações problemáticas.</b> (Descreva aspectos de detalhe dos episódios que presenciou; refira aspectos comportamentais dos actores implicados; etc. ...)	Relativamente a ocorrência de episódios de violência existiu um episódio por volta das 19h00, quando estávamos perto do palco principal a assistir a um concerto, e observamos os seguranças a correr e a deslocarem-se para o lado do palco principal. Depois, ouvimos comentários de actores participantes que assistiram à desordem, estes referiram que foi uma briga, e juntamente faziam gestos de murro para explicar.

**SECÇÃO VII. Caracterização dos actores participantes.** O preenchimento desta secção da grelha resulta de alguns critérios de observação. Partindo da identificação de 3 momentos/etapas da evolução do evento (início – até às 03.00; fase avançada – 03.00-06.00; fim-de-festa – 06.00 em diante), o observador efectuará a recolha de informação nos 30 minutos iniciais de cada um destes períodos.

**Momento 1: INÍCIO EVENTO**

(até às 03.00)

Obs.: atendendo a que a chegada ao recinto se registou cerca das 16h horas, este bloco horário inicia-se nessa hora e termina às 19h.

<b>VII.1.1 Caracterize a afluência de público neste bloco horário.</b> (Assinale todos os itens aplicáveis)	6000 Pessoas (hora obs.: 16h50m)	<b>Fonte:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do observador <input type="checkbox"/> Informação da organização <input type="checkbox"/> Informação dos meios comunicação social <input type="checkbox"/> Outra: (indique qual: _____)
<b>VII.1.2 Caracterize o pico de afluência de público, caso aplicável, a este bloco horário.</b> (Assinale todos os itens aplicáveis)	<b>Pico de Afluência no recinto:</b> (hora obs.: ____h ____m) <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<b>Pico de afluência no mainfloor:</b> (hora obs.: ____h ____m) <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
<b>VII.1.3 Descreva a afluência de público neste bloco horário.</b> (Como avalia essa afluência?; Ela traz consequências ao bem-estar no recinto do evento?; etc. ....)	Neste bloco horário, consideramos o início da tarde, isto é, a abertura para o recinto do festival, ou seja, das 16h00 as 19h00. Chegado ao local, começou a formar-se uma fila, sendo um espaço amplo com várias “divisões”, nunca houve consequências para o bem – estar no interior do recinto, alguns participantes deslocaram-se para o palco Ibero Sounds, enquanto outros iam entrando, ou circulando no recinto.	
<b>VII.2.1 Caracterize os actores participantes quanto a dimensões socio-demográficas, neste bloco horário.</b> (hora obs.: ____h ____m) (Assinale todos os itens aplicáveis)	<b>Faixa(s) etária(s):</b> <input type="checkbox"/> > 15 Anos   x30-35 anos <input checked="" type="checkbox"/> 15-20 Anos   x 35-40 anos <input type="checkbox"/> 20-25 Anos   x <40 anos <input type="checkbox"/> 25-30 Anos	<b>Sexo:</b> <input type="checkbox"/> Sexo fem. sobrerrepresentado <input checked="" type="checkbox"/> Sexo masc. sobrerrepresentado <input type="checkbox"/> Presença equitativa de ambos os Sexos
<b>VII.2.2 Descreva os actores participantes quanto a dimensões socio-demográficas neste bloco horário.</b> (Trace um breve perfil sócio-demográfico; o que se pode inferir de uma presença acentuadamente feminina/masculina? O que se pode inferir da presença distintiva de alguma faixa etária em particular?; etc. ....)	<b>Grupos étnicos:</b> (Descreva: _____ _____ _____ _____)	
<b>VII.3.1 Caracterize os actores participantes quanto à pertença a grupos sociais e/ou subculturas, neste bloco horário.</b>	<input type="checkbox"/> Estudantes (festas académicas) <input checked="" type="checkbox"/> Actores juvenis oriundos de sectores urbanos normativos	<input type="checkbox"/> Trancers <input type="checkbox"/> High-techs <input checked="" type="checkbox"/> Rastaffarians



<p>(Assinale todos os itens aplicáveis)</p>	<p><input type="checkbox"/> Actores juvenis oriundos de zonas urbano-degradadas</p> <p><input type="checkbox"/> Actores juvenis oriundos de elites socialmente diferenciadas</p> <p><input type="checkbox"/> Actores juvenis oriundos de outros sectores sociais identificáveis</p> <p>(Descreva: _____)</p>	<p><input type="checkbox"/> Ganas</p> <p><input type="checkbox"/> Gangs futebol</p> <p><input type="checkbox"/> Skinheads</p> <p><input type="checkbox"/> Outros</p> <p>(Descreva: _____)</p>
<p><b>VII.3.2</b> Caracterize os actores participantes quanto a elementos de estilo e estética visual.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Piercing</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Bonés</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Tatuagem</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Rastas</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Térérés</p> <p><input type="checkbox"/> Cortes “Mohawk”</p>	<p><input type="checkbox"/> Estética cyber-punk</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Estética inspiração urbana/contemporânea</p> <p><input type="checkbox"/> Cachecóis</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Gangas</p> <p><input type="checkbox"/> Fazer-se acompanhar animais</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Estética inspiração <i>hippie</i></p>
<p><b>VII.3.3</b> Descreva os actores participantes quanto a elementos de estilo e estética visual. (Apresente todos os elementos de estética visual mais marcantes dos actores participantes, que possam auxiliar ao seu retrato <i>subcultural</i>; que leituras se podem fazer do recurso a esses elementos de estética visual?; Esta é normativa ou agressiva, do ponto de vista do seu impacto? O que permite inferir sobre a postura dos actores); etc. ...)</p>	<p>Relativamente aos elementos de estilo e estética visual, este revelou-se diversificado, os actores variavam de uma inspiração hippie, punk, gótico, com piercing's e tatuagens. No entanto, um estilo de inspiração urbana mostrou-se o mais comum, apresentavam-se com um estilo descontraido, desde calças de ganga ou calças largas, casacos desportivos, sapatilhas, e ainda mochilas. Ou seja, uma inspiração urbana, mas muito descontraida e desportiva.</p>	
<p><b>VIII.3.4</b> Caracterize as actividades que ocupam os actores participantes na sua permanência no evento. (Assinale todos os itens aplicáveis)</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Dançar</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Circular pelo espaço do evento</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Conversar</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Assistir ao concerto/actuação</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Beber bebidas alcoólicas</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Beber outro tipo de bebidas</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Consumir substâncias psicoativas</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Consumir tabaco</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Namorar/Envolver-se em comportamentos erotizados</p> <p><input type="checkbox"/> Outras _____</p> <p>(Descreva: _____)</p>	<p><input type="checkbox"/> Actores isolados</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Em pares</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Em pequenos grupos</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Em grandes grupos</p>
<p><b>VIII.3.5</b> Descreva as actividades que ocupam os actores participantes na sua permanência no evento. (por e.g.: Quais predominam? Quais apresentam um carácter mais normativo no contexto do evento? Quais</p>	<p>Os participantes circulavam pelo espaço envolvente, bebiam bebidas e namoravam, todavia as actividades que mais predominavam eram assistir ao concerto, beber bebidas alcoólicas e fumar. Ainda existiam alguns grupinhos que fumavam ganza. Estas actividades eram realizadas em pares, em grandes e pequenos grupos, contudo a maioria predominava em pequenos grupos.</p>	

<p>apresentam um carácter mais transgressivo no contexto do evento? Quais apresentam uma função socializadora mais evidente? Quais são praticadas isoladamente/em pares/ em grupos? Etc.)</p>	
---	--

Momento II: FASE AVANÇADA DO EVENTO

(entre as 03.00h e as 06.00h)

Obs.: Na realidade diz respeito ao período entre as 19h e as 22h

<b>II.1.1 Caracterize a afluência de público neste bloco horário.</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	13000 Pessoas <i>(hora obs.: 21h30m)</i>	<b>Fonte:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do observador <input type="checkbox"/> Informação da organização <input type="checkbox"/> Informação dos meios comunicação social <input type="checkbox"/> Outra: (indique qual: _____)
<b>VII.1.2 Caracterize o pico de afluência de público, caso aplicável, a este bloco horário.</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<b>Pico de Afluência no recinto:</b> <i>(hora obs.: 21h00m)</i> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<b>Pico de afluência no mainfloor:</b> <i>(hora obs.: 21h30m)</i> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
<b>VII.1.3 Descreva a afluência de público neste bloco horário.</b> (Como avalia essa afluência?; Ela traz consequências ao bem-estar no recinto do evento?; etc. ...)	Neste bloco horário, consideramos o final da tarde, ou seja das 19h até as 22h00, isto é, o meio do festival. O local encontrava-se com um número elevado de participantes, todavia nunca houve consequências para o bem – estar no interior do recinto, alguns participantes encontravam-se a ver os concertos, outros na tenda da Antena 3, e outros circulavam pelo espaço do recinto.	
<b>VII.2.1 Caracterize os actores participantes quanto a dimensões socio-demográficas, neste bloco horário.</b> <i>(hora obs.: ____h ____m)</i> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<b>Faixa(s) etária(s):</b> <input type="checkbox"/> > 15 Anos <input type="checkbox"/> 30-35 anos <input checked="" type="checkbox"/> 5-20 Anos <input checked="" type="checkbox"/> 35-40 anos <input checked="" type="checkbox"/> 20-25 Anos <input checked="" type="checkbox"/> <40 anos <input checked="" type="checkbox"/> 25-30 Anos	<b>Sexo:</b> <input type="checkbox"/> Sexo fem. sobrerrepresentado <input checked="" type="checkbox"/> Sexo masc. sobrerrepresentado <input type="checkbox"/> Presença equitativa de ambos os Sexos
		<b>Grupos étnicos:</b> <i>(Descreva: _____)</i> _____ _____ _____
<b>VII.2.2 Descreva os actores participantes quanto a dimensões socio-demográficas neste bloco horário.</b> (Trace um breve perfil sócio-demográfico; o que se pode inferir de uma presença acentuadamente feminina/masculina? O que se pode inferir da presença distintiva de alguma faixa etária em particular?; etc. ...)	No que se refere aos actores participantes, sexo masculino apresentou-se sobrerrepresentado, na nossa perspectiva talvez pelas condições ao nível de higiene e mesmo o dormir na tenda, não seja tão bem recebido pelo sexo feminino. No que diz respeito as idades, estas eram variadas. Ou seja, existiam desde adultos sozinhos, adultos em grupo, pais a acompanhar os filhos e crianças. Todavia, a maioria dos participantes eram jovens e tinham idades compreendidas entre os 18 aos 30 anos	
<b>VII.3.1 Caracterize os actores participantes quanto à pertença a grupos sociais e/ou</b>	<input type="checkbox"/> Estudantes (festas académicas) <input checked="" type="checkbox"/> Actores juvenis    oriundos de    outros    sectores    urbanos	<input checked="" type="checkbox"/> Trancers <input type="checkbox"/> High-techs

<b>subculturas, neste bloco horário.</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<b>normativos</b> <input type="checkbox"/> Actores juvenis oriundos de zonas urbano-degradadas <input type="checkbox"/> Actores juvenis oriundos de elites socialmente diferenciadas <input type="checkbox"/> Actores juvenis oriundos de outros sectores sociais identificáveis (Descreva: _____)	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Rastaffarians</b> <input type="checkbox"/> <b>Gunas</b> <input type="checkbox"/> <b>Gangs futebol</b> <input type="checkbox"/> <b>Skinheads</b> <input type="checkbox"/> <b>Outros</b> (Descreva: _____)
<b>VII.3.2 Caracterize os actores participantes quanto a elementos de estilo e estética visual.</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Piercing</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Bonés</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Tatuagem</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Rastas</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Térérés</b> <input type="checkbox"/> <b>Cortes “Mohawk”</b>	<input type="checkbox"/> <b>Estética cyber-punk</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Estética inspiração urbana/contemporânea</b> <input type="checkbox"/> <b>Cachecóis</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Gangas</b> <input type="checkbox"/> <b>Fazer-se acompanhar animais</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Estética inspiração hippie</b>  Relativamente aos elementos de estilo e estética visual, este revelou-se diversificado, os actores variavam de uma inspiração hippie, punk, gótico, com piercing's e tatuagens. No entanto, um estilo de inspiração urbana mostrou-se o mais comum, apresentavam-se com um estilo descontraido, desde calças de ganga ou calças largas, casacos desportivos, sapatilhas, e ainda mochilas. Ou seja, uma inspiração urbana, mas muito descontraida e desportiva.
<b>VII.3.3 Descreva os actores participantes quanto a elementos de estilo e estética visual.</b> (Apresente todos os elementos de estética visual mais marcantes dos actores participantes, que possam auxiliar ao seu retrato <i>subcultural</i> ; que leituras se podem fazer do recurso a esses elementos de estética visual?; Esta é normativa ou agressiva, do ponto de vista do seu impacto? O que permite inferir sobre a postura dos actores); etc. ...)		
<b>VIII.3.4 Caracterize as actividades que ocupam os actores participantes na sua permanência no evento.</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Dançar</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Circular pelo espaço do evento</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Conversar</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Assistir ao concerto/actuação</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Beber bebidas alcoólicas</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Beber outro tipo de bebidas</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Consumir substâncias psicoativas</b> <input type="checkbox"/> <b>Consumir tabaco</b> <input type="checkbox"/> <b>Namorar/Envolver-se em comportamentos erotizados</b> <input type="checkbox"/> <b>Outras</b> (Descreva: _____)	<input type="checkbox"/> <b>Actores isolados</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Em pares</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Em pequenos grupos</b> <input checked="" type="checkbox"/> <b>Em grandes grupos</b>

<b>VIII.3.5 Descreva as actividades que ocupam os actores participantes na sua permanência no evento.</b> <i>(por e.g.: Quais predominam? Quais apresentam um carácter mais normativo no contexto do evento? Quais apresentam um carácter mais transgressivo no contexto do evento? Quais apresentam uma função socializadora mais evidente? Quais são praticadas isoladamente/em pares/ em grupos? Etc.)</i>	Os participantes circulavam pelo espaço envolvente, bebiam bebidas, namoravam, todavia as actividades que mais predominavam eram assistir ao concerto, beber bebidas alcoólicas e fumar. Ainda existiam alguns grupinhos que fumavam ganza. Estas actividades eram realizadas em pares, em grandes e pequenos grupos, contudo a maioria predominava em pequenos grupos.
--	---

Momento III: FIM-DE-FESTA

(A partir das 06.00h)

Obs.; na realidade, este bloco horário diz respeito ao período das 22h em diante.

<b>VII.1.1 Caracterize a afluência de público neste bloco horário.</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	18000 Pessoas <i>(hora obs.: 22h30m)</i>	<b>Fonte:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Estimativa do observador <input type="checkbox"/> Informação da organização <input type="checkbox"/> Informação dos meios comunicação social <input type="checkbox"/> Outra: (indique qual: _____)
<b>VII.1.2 Caracterize o pico de afluência de público, caso aplicável, a este bloco horário.</b> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<b>Pico de Afluência no recinto:</b> <i>(hora obs.: 22h30m)</i> <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<b>Pico de afluência no mainfloor:</b> <i>(hora obs.: 22h00m)</i> <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>VII.1.3 Descreva a afluência de público neste bloco horário.</b> (Como avalia essa afluência?; Ela traz consequências ao bem-estar no recinto do evento?; etc. ...)	Neste bloco horário, consideramos o final da noite, ou seja das 22h00 em diante, isto é, o final do festival naquele dia. O local encontrava-se com muitos participantes, todavia nunca houve consequências para o bem – estar no interior do recinto, a maioria dos participantes encontravam-se a ver os concertos, outros circulavam pelo espaço do recinto. Na perspectiva de observador este foi o momento com mais afluência de público.	
<b>VII.2.1 Caracterize os actores participantes quanto a dimensões socio-demográficas, neste bloco horário.</b> <i>(hora obs.: ____h ____m)</i> <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i>	<b>Faixa(s) etária(s):</b> <input checked="" type="checkbox"/> > 15 Anos <input checked="" type="checkbox"/> 30-35 anos <input checked="" type="checkbox"/> 15-20 Anos <input checked="" type="checkbox"/> 35-40 anos <input checked="" type="checkbox"/> 20-25 Anos <input checked="" type="checkbox"/> <40 anos <input checked="" type="checkbox"/> 25-30 Anos	<b>Sexo:</b> <input type="checkbox"/> Sexo fem. sobrerrepresentado <input type="checkbox"/> Sexo masc. sobrerrepresentado <input checked="" type="checkbox"/> Presença equitativa de ambos os Sexos
<b>VII.2.2 Descreva os actores participantes</b>	<b>Grupos étnicos:</b> <i>(Descreva: _____)</i> _____ _____ _____	
No que se refere aos actores participantes, o sexo masculino apresentou-se sobrerrepresentado, na nossa perspectiva talvez pelas condições		

<p><b>quanto a dimensões socio-demográficas neste bloco horário.</b> (Trace um breve perfil sócio-demográfico; o que se pode inferir de uma presença acentuadamente feminina/masculina? O que se pode inferir da presença distintiva de alguma faixa etária em particular?; etc. ...)</p>	<p>ao nível de higiene e mesmo o dormir na tenda, não seja tão bem recebido pelo sexo feminino. No que diz respeito às idades, estas eram variadas. Ou seja, existiam desde adultos sozinhos, adultos em grupo, jovens em grupo e adolescentes em grupo. Todavia, a maioria dos participantes eram jovens e tinham idades compreendidas entre os 18 aos 30 anos.</p>	
<p><b>VII.3.1 Caracterize os actores participantes quanto à pertença a grupos sociais e/ou subculturas, neste bloco horário.</b> (Assinale todos os itens aplicáveis)</p>	<p><input type="checkbox"/> Estudantes (festas académicas)  <input checked="" type="checkbox"/> Actores juvenis oriundos de outros sectores urbanos normativos  <input type="checkbox"/> Actores juvenis oriundos de zonas urbano-degradadas  <input type="checkbox"/> Actores juvenis oriundos de elites socialmente diferenciadas  <input type="checkbox"/> Actores juvenis oriundos de outros sectores sociais identificáveis  (Descreva: _____)</p>	<p><input type="checkbox"/> Trancers  <input type="checkbox"/> High-techs  <input checked="" type="checkbox"/> Rastaffarians  <input type="checkbox"/> Gunas  <input type="checkbox"/> Gangs futebol  <input type="checkbox"/> Skinheads  <input type="checkbox"/> Outros  (Descreva: _____)</p>
<p><b>VII.3.2 Caracterize os actores participantes quanto a elementos de estilo e estética visual.</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Piercing  <input type="checkbox"/> Estética inspiração x x urbana/temporânea  <input checked="" type="checkbox"/> Tatuagem  <input type="checkbox"/> Cachecóis  <input checked="" type="checkbox"/> Rastas  <input checked="" type="checkbox"/> Gangas  <input checked="" type="checkbox"/> Têrérés  <input type="checkbox"/> Fazer-se acompanhar animais  <input checked="" type="checkbox"/> Cortes “Mohawk”  <input type="checkbox"/> Estética inspiração hippie  Outros _____  (Descreva: _____)</p>	<p><input type="checkbox"/> Estética cyber-punk  <input checked="" type="checkbox"/> Bonés</p>
<p><b>VII.3.3 Descreva os actores participantes quanto a elementos de estilo e estética visual.</b> (Apresente todos os elementos de estética visual mais marcantes dos actores participantes, que possam auxiliar ao seu retrato subcultural; que leituras se podem fazer do recurso a esses elementos de estética visual?; Esta é normativa ou agressiva, do ponto de vista do seu impacto? O que permite inferir sobre a postura dos actores); etc. ...)</p>	<p>Relativamente aos elementos de estilo e estética visual, este revelou-se diversificado, os actores variavam de uma inspiração hippie, punk, gótico, com piercing's e tatuagens. No entanto, um estilo de inspiração urbana mostrou-se o mais comum, apresentavam-se com um estilo descontraído, desde calças de ganga ou calças largas, casacos desportivos, sapatilhas, e ainda mochilas. Ou seja, uma inspiração urbana, mas muito descontraída e desportiva.  Neste bloco horário consideramos o mesmo estilo e estética visual, apesar da maioria dos participantes, devido a chuva, encontrarem-se com impermeáveis iguais, o que suspeitamos serem vendidos no festival.</p>	
<p><b>VIII.3.4 Caracterize as actividades que ocupam os actores participantes na sua</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Dançar  <input type="checkbox"/> Circular pelo espaço do evento</p>	<p><input type="checkbox"/> Actores isolados  <input checked="" type="checkbox"/> Em pares</p>

<p><b>permanência no evento.</b> (Assinale todos os itens aplicáveis)</p>	<p><b>x Conversar</b>  <b>x Assistir ao concerto/actuação</b>  <b>x Beber bebidas alcoólicas</b>  <b>x Beber outro tipo de bebidas</b>  <b>x Consumir substâncias psicoativas</b>  <b>x Consumir tabaco</b>  <b>x Namorar/Envolver-se em comportamentos erotizados</b>  <input type="checkbox"/> <b>Outras</b> _____          (Descreva: _____)</p>	<p><b>x Em pequenos grupos</b>  <b>x Em grandes grupos</b></p>
<p><b>VIII.3.5 Descreva as actividades que ocupam os actores participantes na sua permanência no evento.</b> (por e.g.: Quais predominam? Quais apresentam um carácter mais normativo no contexto do evento? Quais apresentam um carácter mais transgressivo no contexto do evento? Quais apresentam uma função socializadora mais evidente? Quais são praticadas isoladamente/em pares/ em grupos? Etc.)</p>	<p>Nesta fase do evento, encontrávamo-nos abrigadas na zona das árvores, no entanto, foi possível verificar os participantes a fumar ganza, namorar, beber e circular no espaço envolvente.          Sendo a actividade predominante, assistir às actuações no palco principal.          Sendo de salientar que à saída do evento, pela 00.00, eram alguns os participantes que abandonavam o recinto, recolhendo-se nas tendas.</p>	

**SEÇÃO VIII. Caracterização dos consumos e aquisição de substâncias em meio festivo.** (O preenchimento desta secção da grelha resulta de alguns critérios de observação. Partindo da identificação de 3 momentos/etapas da evolução do evento (início – até às 03.00; fase avançada – 03.00-06.00; fim-de-festa – 06.00 em diante), o observador efectuará a recolha de informação nos 30 minutos iniciais de cada um destes períodos.)

**Momento I: INÍCIO EVENTO**  
(até às 03.00)

<p><b>VIII.1.1 Caracterize (geral e especificamente) os episódios de consumo de substâncias pelos actores participantes no evento, que observou neste intervalo.</b> (Não considere, para este efeito, o consumo de bebidas alcoólicas).  (Assinale todos os itens aplicáveis)</p>	<p><b>x Sim, observei diversos episódios de consumo de substâncias e estes eram comuns nesta fase do evento. N° _____</b>  <input type="checkbox"/> <b>Sim, observei alguns episódios de consumo de substâncias, no entanto estes foram raros nesta fase do evento. N° _____</b>  <input type="checkbox"/> <b>Sim, existiram episódios de consumo de substâncias nesta fase do evento, mas não os observei directamente.</b>  <input type="checkbox"/> <b>Não. Não observei quaisquer episódios de consumo de substâncias nesta fase do evento.</b>          _ <b>Sim, foi possível observar diversos actores com estado de consciência visivelmente alterado, nesta fase do evento.</b>  <b>x Sim, foi possível observar actores com estado de consciência visivelmente alterado, mas essa situação era rara nessa fase do evento.</b>  <input type="checkbox"/> <b>Não, não observei quaisquer actores com estado de consciência visivelmente alterado, nesta fase do evento.</b></p>
--	---

<p>(Reproduza as células seguintes as vezes necessárias de modo a dar conta da totalidade de episódios de consumo de substâncias observados nessa fase do evento)</p> <p><b>VIII.2.1</b> Caracterize genericamente os episódios de ingestão de bebidas alcoólicas pelos actores participantes no evento, que observou neste intervalo.</p> <p>(Assinale todos os itens aplicáveis)</p>	<p><input type="checkbox"/> Nesta fase do evento os consumos de substâncias estavam concentrados nos seguintes espaços do evento: (por e.g. WC's, chill-out, dance-floor, espaços exteriores, todo o recinto, ...) (Descreva:)</p> <p><b>x</b> Nesta fase do evento nenhum espaço do evento se destacava relativamente a consumos de substâncias.</p>		
	<p><b>Episódio N.º  </b> (hora obs.</p> <p><b>Consumo:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Isolado</p> <p><input type="checkbox"/> Em par</p> <p><input type="checkbox"/> Em pequeno grupo</p> <p><input type="checkbox"/> Em grande grupo (+5/6 pessoas)</p>	<p><b>Modalidade apresentação substância:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Pastilha</p> <p><input type="checkbox"/> Pó</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Erva</p> <p><input type="checkbox"/> Resina</p> <p><input type="checkbox"/> Selos</p> <p><input type="checkbox"/> Líquido/garrafa “minada”</p> <p><input type="checkbox"/> Não foi possível identificar</p> <p><input type="checkbox"/> Outra _____</p> <p>(Descreva: _____)</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><b>Tecnologia de ingestão:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Fumada</p> <p><input type="checkbox"/> Ingestão por via oral</p> <p><input type="checkbox"/> Snifada</p> <p><input type="checkbox"/> Injectada</p> <p><input type="checkbox"/> Não foi possível observar</p> <p><input type="checkbox"/> Outra _____</p> <p><b>Espaço do consumo</b> (por e.g. WC's, chill-out, dance-floor, espaços exteriores, todo o recinto, ...) (Descreva: todo o recinto)</p>
<p><b>Descreva:</b></p> <p>Nesta fase, que corresponde a chegada dos participantes ao recinto, várias vezes se sentia o cheiro a ganza, todavia era difícil identificar claramente o grupo de onde provinha o cheiro, deste modo não nos é possível descrever com detalhe o consumo.</p>			
<p><b>Bebidas mais consumidas:</b></p> <p><b>x</b> Bebidas destiladas em copo</p> <p><input type="checkbox"/> Bebidas destiladas em shot</p> <p><b>x</b> Cervejas</p> <p><b>x</b> Refrigerantes</p> <p><input type="checkbox"/> Bebidas revigorantes</p> <p><b>x</b> Água</p> <p><input type="checkbox"/> Garrafas “minadas”</p> <p><input type="checkbox"/> Não foi possível observar</p> <p><input type="checkbox"/> Outras: _____</p>	<p><b>Consumo:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Isolado</p> <p><b>x</b> Em par</p> <p><b>x</b> Em pequeno grupo</p> <p><b>x</b> Em grande grupo (+5/6 pessoas)</p>	<p><b>Espaço do consumo</b> (por e.g. WC's, chill-out, dance-floor, espaços exteriores, todo o recinto, ...) (Descreva: _____)</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	

<p><b>VIII.2.2 Descreva genericamente os episódios de ingestão de bebidas alcoólicas pelos actores participantes no evento, que observou neste intervalo.</b> (Por e.g. bebidas mais consumidas; aspectos de socialização relacionados com esse consumo; espaços; em associação com consumo de outras substâncias; consumos por membros do staff – por e.g. barmans, barmaids, outros ; ofertas, “promoções e outras estratégias de incentivo ao consumo”, etc.)</p>	<p>A bebida mais consumida era a cerveja. No que se refere ao consumo de álcool em geral é de salientar que os bombeiros tiveram que intervir diversas vezes, devido ao consumo em excesso de álcool.</p>
<p><b>VIII.3.1 Caracterize os episódios de venda ou troca de substâncias ilícitas, pelos actores participantes neste evento, que observou neste intervalo.</b> (Considere transacções efectuadas no espaço do evento ou nas suas imediações).  (Assinale todos os itens aplicáveis)</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim, observei diversos episódios em que se efectuou a venda de substâncias, nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, observei episódios de venda de substâncias, no entanto estes foram raros nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, existiram episódios de venda de substâncias nesta fase do evento, mas não os observei directamente.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não. Não observei quaisquer episódios de venda de substâncias nesta fase do evento.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim, observei diversos episódios de troca/partilha de substâncias nesta fase do evento.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim, observei episódios de troca/partilha de substâncias, no entanto estes foram raros nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, existiram episódios de troca/partilha de substâncias nesta fase do evento, mas não os observei directamente.</p> <p><input type="checkbox"/> Não. Não observei quaisquer episódios de troca/partilha de substâncias nesta fase do evento.</p>
	<p>Caracterize o tipo acesso às substâncias ilícitas consumidas no evento:</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes adquiriram substâncias no próprio evento/imediações.</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes trazem para o evento substâncias que adquiriram previamente.</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes consomem substâncias que produziram ou adquiriram directamente (auto-cultivo; compra on-line)</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes privilegiam canais formais de venda e distribuição de substâncias. (vulgo tráfico)</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes privilegiam canais informais de acesso às substâncias. (baseados no interconhecimento)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível observar quaisquer dinâmicas relacionadas com o acesso às substâncias.</p> <p><input type="checkbox"/> Outras modalidades. (Descreva: _____)</p>
<p><b>VIII.3.2 Descreva genericamente os episódios de venda ou troca/partilha de substâncias que observou nesta fase do evento.</b> (Por e.g. frequência; caracterização dos actores envolvidos; caracterização das substâncias; caracterização do espaço e condições da transacção; etc.)</p>	<p>Não foi possível observar dinâmicas relacionadas com o acesso às substâncias. No que se refere à troca e partilha de substâncias existiam pequenos grupos, que partilhavam entre si a substância que fumavam.</p>



## Momento II: FASE AVANÇADA DO EVENTO

(entre as 03.00h e as 06.00h)

<p><b>VIII.1.1</b> Caracterize (geral e especificamente) os episódios de consumo de substâncias pelos actores participantes no evento, que observou neste intervalo. <i>(Não considere, para este efeito, o consumo de bebidas alcoólicas).</i></p>	<p><b>x Sim</b>, observei diversos episódios de consumo de substâncias e estes eram comuns nesta fase do evento. N° _____</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Sim</b>, observei alguns episódios de consumo de substâncias, no entanto estes foram raros nesta fase do evento. N° _____</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Sim</b>, existiram episódios de consumo de substâncias nesta fase do evento, mas não os observei directamente.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Não</b>. Não observei quaisquer episódios de consumo de substâncias nesta fase do evento.</p>
<p><i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i></p>	<p><b>x Sim</b>, foi possível observar diversos actores com estado de consciência visivelmente alterado, nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Sim</b>, foi possível observar actores com estado de consciência visivelmente alterado, mas essa situação era rara nessa fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Não</b>, não observei quaisquer actores com estado de consciência visivelmente alterado, nesta fase do evento.</p>
	<p><b>x Nesta fase do evento os consumos de substâncias estavam concentrados nos seguintes espaços do evento:</b>  <i>(por e.g. WC's, chill-out, dance-floor, espaços exteriores, todo o recinto, ...)</i>  <i>(Descreva: junto ao palco principal)</i></p> <p><b>_ Nesta fase do evento nenhum espaço do evento se destacava relativamente a consumos de substâncias.</b></p>

<p>(Reproduza as células seguintes as vezes necessárias de modo a dar conta da totalidade de episódios de consumo de substâncias observados nessa fase do evento).</p>	<p><b>Episódio N° 1</b> (hora obs.: 19h00m)</p> <p><b>Consumo:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Isolado</p> <p><b>x Em par</b></p> <p><input type="checkbox"/> Em pequeno grupo</p> <p><input type="checkbox"/> Em grande grupo (+5/6 pessoas)</p>	<p><b>Modalidade apresentação substância:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Pastilha</p> <p><input type="checkbox"/> Pó</p> <p><b>x Erva</b></p> <p><input type="checkbox"/> Resina</p> <p><input type="checkbox"/> Selos</p> <p><input type="checkbox"/> Líquido/garrafa “minada”</p> <p><input type="checkbox"/> Não foi possível identificar</p> <p><input type="checkbox"/> Outra _____ (Descreva: _____)</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><b>Tecnologia de ingestão:</b></p> <p><b>x Fumada</b></p> <p><input type="checkbox"/> Ingestão por via oral</p> <p><input type="checkbox"/> Snifada</p> <p><input type="checkbox"/> Injectada</p> <p><input type="checkbox"/> Não foi possível observar</p> <p><input type="checkbox"/> Outra</p> <p><b>Espaço do consumo</b> (por e.g. WC's, chill-out, dance-floor, espaços exteriores, todo o recinto, ...)</p> <p>(Descreva: junto ao palco principal)</p>
	<p><b>Descreva:</b></p> <p>Na zona do palco principal, um rapaz que inicialmente parecia estar sozinho, dançava e tinha a mão fechada, a dada altura pára e começa a fazer o charro, alternando com a conversa de um amigo e com a actuação do concerto, depois de feito, partilha-o com o amigo.</p>		
	<p><b>Episódio N°2</b> (hora obs.: 19h45m)</p> <p><b>Consumo:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Isolado</p> <p><input type="checkbox"/> Em par</p> <p><b>x Em pequeno grupo</b></p> <p><input type="checkbox"/> Em grande grupo (+5/6 pessoas)</p>	<p><b>Modalidade apresentação substância:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Pastilha</p> <p><input type="checkbox"/> Pó</p> <p><b>x Erva</b></p> <p><input type="checkbox"/> Resina</p> <p><input type="checkbox"/> Selos</p> <p><input type="checkbox"/> Líquido/garrafa “minada”</p> <p><input type="checkbox"/> Não foi possível identificar</p> <p><input type="checkbox"/> Outra _____ (Descreva: _____)</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><b>Tecnologia de ingestão:</b></p> <p><b>x Fumada</b></p> <p><input type="checkbox"/> Ingestão por via oral</p> <p><input type="checkbox"/> Snifada</p> <p><input type="checkbox"/> Injectada</p> <p><input type="checkbox"/> Não foi possível observar</p> <p><input type="checkbox"/> Outra</p> <p><b>Espaço do consumo</b> (por e.g. WC's, chill-out, dance-floor, espaços exteriores, todo o recinto, ...)</p> <p>(Descreva: junto ao palco principal)</p>

	<p><b>Descreva:</b></p> <p>Na zona do palco principal, num dos intervalos dos concertos, os participantes sentavam-se na relva e mesmo ao nosso lado um grupo de quatro rapazes conversava e bebia cerveja, enquanto um deles preparava o charro sob a “vigilância” dos restantes, posteriormente partilharam-no.</p>		
<p><b>VIII.2.1</b> Caracterize genericamente os episódios de ingestão de bebidas alcoólicas pelos actores participantes no evento, que observou neste intervalo. <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i></p>	<p><b>Bebidas mais consumidas:</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Bebidas destiladas em copo</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Bebidas destiladas em shot</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Cervejas</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Refrigerantes</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Bebidas revigorantes</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Água</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Garrafas “minadas”</p> <p><input type="checkbox"/> Não foi possível observar</p> <p><input type="checkbox"/> Outras:</p>	<p><b>Consumo:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Isolado</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Em par</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Em pequeno grupo</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Em grande grupo (+5/6 pessoas)</p>	<p><b>Espaço do consumo</b> (por e.g. WC's, chill-out, dance-floor, espaços exteriores, todo o recinto, ...) (Descreva: _____ _____ _____)</p>
<p><b>VIII.2.2</b> Descreva genericamente os episódios de ingestão de bebidas alcoólicas pelos actores participantes no evento, que observou neste intervalo. (Por e.g. bebidas mais consumidas; aspectos de socialização relacionados com esse consumo; espaços; em associação com consumo de outras substâncias; consumos por membros do staff – por e.g. barmans, barmaids, outros -; ofertas, “promoções e outras estratégias de incentivo ao consumo”, etc.)</p> <p><b>VIII.3.1</b> Caracterize os episódios de venda ou troca de substâncias ilícitas, pelos actores participantes neste evento, que observou neste intervalo. (Considere transacções efectuadas no espaço do evento ou nas suas imediações). <i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i></p>	<p>A bebida mais consumida era a cerveja. No que se refere ao consumo de álcool em geral é de salientar que os bombeiros tiveram que intervir diversas vezes, devido ao consumo em excesso de álcool.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, observei diversos episódios em que se efectuou a venda de substâncias, nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, observei episódios de venda de substâncias, no entanto estes foram raros nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, existiram episódios de venda de substâncias nesta fase do evento, mas não os observei directamente.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não. Não observei quaisquer episódios de venda de substâncias nesta fase do evento.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim, observei diversos episódios de troca/partilha de substâncias nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, observei episódios de troca/partilha de substâncias, no entanto estes foram raros nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, existiram episódios de troca/partilha de substâncias nesta fase do evento, mas não os observei directamente.</p> <p><input type="checkbox"/> Não. Não observei quaisquer episódios de troca/partilha de substâncias nesta fase do evento.</p>		

	<p><b>Caracterize o tipo acesso às substâncias ilícitas consumidas no evento:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes adquiriram substâncias no próprio evento/imediações.</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes trazem para o evento substâncias que adquiriram previamente.</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes consomem substâncias que produziram ou adquiriram directamente (auto-cultivo; compra on-line)</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes privilegiam canais formais de venda e distribuição de substâncias. (vulgo <i>tráfico</i>)</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes privilegiam canais informais de acesso às substâncias. (baseados no interconhecimento)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível observar quaisquer dinâmicas relacionadas com o acesso às substâncias.</p> <p><input type="checkbox"/> Outras <span style="float: right;">(Descreva: _____)</span></p>
<p><b>VIII.3.2 Descreva genericamente os episódios de venda ou troca/partilha de substâncias que observou nesta fase do evento.</b> (Por e.g. frequência; caracterização dos actores envolvidos; caracterização das substâncias; caracterização do espaço e condições da transacção; etc.)</p>	<p>Não foi possível observar dinâmicas relacionadas com o acesso às substâncias. No que se refere à troca e partilha de substâncias existiam pequenos grupos que partilhavam entre si a substância que fumavam.</p>
<p><b>Momento III: FIM-DE-FESTA</b></p> <p>(A partir das 06.00h)</p>	
<p><b>VIII.1.1 Caracterize (geral e especificamente) os episódios de consumo de substâncias pelos actores participantes no evento, que observou neste intervalo.</b> (Não considere, para este efeito, o consumo de bebidas alcoólicas).</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim, observei diversos episódios de consumo de substâncias e estes eram comuns nesta fase do evento. N° _____</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim, observei alguns episódios de consumo de substâncias, no entanto estes foram raros nesta fase do evento. N°2</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, existiram episódios de consumo de substâncias nesta fase do evento, mas não os observei directamente.</p> <p><input type="checkbox"/> Não. Não observei quaisquer episódios de consumo de substâncias nesta fase do evento.</p>
<p>(Assinale todos os itens aplicáveis)</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim, foi possível observar diversos actores com estado de consciência visivelmente alterado, nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, foi possível observar actores com estado de consciência visivelmente alterado, mas essa situação era rara nessa fase do evento.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não, não observei quaisquer actores com estado de consciência visivelmente alterado, nesta fase do evento.</p>



	<p><b>Episódio N° 2</b> (hora obs.: 23h00m)</p> <p><b>Consumo:</b>  <input checked="" type="checkbox"/> Isolado  <input type="checkbox"/> Em par  <input type="checkbox"/> Em pequeno grupo  <input type="checkbox"/> Em grande grupo (+5/6 pessoas)</p>	<p><b>Modalidade de apresentação substância:</b>  <input type="checkbox"/> Pastilha  <input type="checkbox"/> Pó  <input checked="" type="checkbox"/> Erva  <input type="checkbox"/> Resina  <input type="checkbox"/> Selos  <input type="checkbox"/> Líquido/garrafa “minada”  <input type="checkbox"/> Não foi possível identificar  <input type="checkbox"/> Outra _____          (Descreva: _____          _____          _____          _____)</p>	<p><b>Tecnologia de ingestão:</b>  <input checked="" type="checkbox"/> Fumada  <input type="checkbox"/> Ingestão por via oral  <input type="checkbox"/> Snifada  <input type="checkbox"/> Injectada  <input type="checkbox"/> Não foi possível observar  <input type="checkbox"/> Outra _____</p> <p><b>Espaço do consumo</b> (por e.g. WC's, chill-out, dance-floor, espaços exteriores, todo o recinto, ...)          (Descreva: Na direcção do palco principal, zona das árvores)</p>
<p><b>VIII.2.1</b> Caracterize genericamente os episódios de ingestão de bebidas alcoólicas pelos actores participantes no evento, que observou neste intervalo.           (Assinale todos os itens aplicáveis)</p>	<p><b>Descreva:</b>          No mesmo local, durante actuação de uma das bandas e com a chuva a cair, um rapaz com intenção de se abrigar, sentou-se perto de nós, debaixo da árvore, preparou o seu charro e fumou, enquanto assistia atentamente ao concerto.</p>	<p><b>Consumo:</b>  <input type="checkbox"/> Isolado  <input type="checkbox"/> Em par  <input checked="" type="checkbox"/> Em pequeno grupo  <input checked="" type="checkbox"/> Em grande grupo (+5/6 pessoas)</p>	<p><b>Espaço do consumo</b> (por e.g. WC's, chill-out, dance-floor, espaços exteriores, todo o recinto, ...)          (Descreva: _____          _____          _____)</p>
<p><b>VIII.2.2</b> Descreva genericamente os episódios de ingestão de bebidas alcoólicas pelos actores participantes no evento, que observou neste intervalo. (Por e.g. bebidas mais consumidas; aspectos de socialização relacionados com esse consumo; espaços; em associação com consumo de outras substâncias; consumos por membros do staff – por e.g. barmans, barmmaids, outros -; ofertas, “promoções e outras estratégias de incentivo ao</p>	<p><b>Bebidas mais consumidas:</b>  <input checked="" type="checkbox"/> Bebidas destiladas em copo  <input checked="" type="checkbox"/> Bebidas destiladas em shot  <input checked="" type="checkbox"/> Cervejas  <input checked="" type="checkbox"/> Refrigerantes  <input type="checkbox"/> Bebidas revigorantes  <input checked="" type="checkbox"/> Água  <input type="checkbox"/> Garrafas “minadas”  <input type="checkbox"/> Não foi possível observar  <input type="checkbox"/> Outras:</p>		<p><b>A</b> bebida mais consumida era a cerveja. No que se refere ao consumo de álcool em geral é de salientar que os bombeiros tiveram que intervir diversas vezes, devido ao consumo em excesso de álcool.</p>

<i>consumo”, etc.)</i>	<p><b>VIII.3.1</b> Caracterize os episódios de venda ou troca de substâncias ilícitas, pelos actores participantes neste evento, que observou neste intervalo. (Considere transacções efectuadas no espaço do evento ou nas suas imediações).</p> <p><i>(Assinale todos os itens aplicáveis)</i></p>	<p><input type="checkbox"/> Sim, observei diversos episódios em que se efectuou a venda de substâncias, nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, observei episódios de venda de substâncias, no entanto estes foram raros nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, existiram episódios de venda de substâncias nesta fase do evento, mas não os observei directamente.</p> <p><b>X Não.</b> Não observei quaisquer episódios de venda de substâncias nesta fase do evento.</p> <p><b>x</b> Sim, observei diversos episódios de troca/partilha de substâncias nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, observei episódios de troca/partilha de substâncias, no entanto estes foram raros nesta fase do evento.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, existiram episódios de troca/partilha de substâncias nesta fase do evento, mas não os observei directamente.</p> <p><input type="checkbox"/> Não. Não observei quaisquer episódios de partilha/troca de substâncias nesta fase do evento.</p> <p><b>Caracterize o tipo acesso às substâncias ilícitas consumidas no evento:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes adquiriram substâncias no próprio evento/imediações.</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes trazem para o evento substâncias que adquiriram previamente.</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes consomem substâncias que produziram ou adquiriram directamente (auto-cultivo; compra on-line)</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes privilegiam canais formais de venda e distribuição de substâncias. (vulgo <i>tráfico</i>)</p> <p><input type="checkbox"/> Os actores participantes privilegiam canais informais de acesso às substâncias. (baseados no interconhecimento)</p> <p><b>x</b> Não foi possível observar quaisquer dinâmicas relacionadas com o acesso às substâncias.</p> <p><input type="checkbox"/> Outras _____ )</p> <p>(Descreva: _____)</p>
<p><b>VIII.3.2</b> Descreva genericamente os episódios de venda ou troca/partilha de substâncias que observou nesta fase do evento. (Por e.g. frequência; caracterização dos actores envolvidos; caracterização das substâncias; caracterização do espaço e condições da transacção; etc.)</p>	<p>Não foi possível observar dinâmicas relacionadas com o acesso às substâncias. No que se refere a troca e partilha de substâncias existiam pequenos grupos que partilhavam entre si a substância que fumavam.</p>	

Terminou o preenchimento desta grelha de observação em meio festivo. A *check-list* que se segue vai auxiliá-lo(a) a verificar se anexou a este ficheiro todos os documentos que integram a grelha:

X Mapa do evento

X Fotografias em formato digital

☐ Ficha do actor (caso se tenha socorrido de informantes na recolha de informação adjuvante à GOMF)

X Flyers, notícias de imprensa ou outros materiais de divulgação recolhidos

X Secções IV, V, VI relativas à sua experiência directa e observação naturalista no evento, acrescentando comentários e descrições.

X Secções VII e VIII relativas à observação naturalista em intervalos de tempo pré-definidos, acrescentando comentários e descrições.

☐ Outros elementos: (enumere) \_\_\_\_\_

**Verifique que dispõe de todos os elementos antes de finalizar o preenchimento. A manipulação deste instrumento está preparada para ocorrer exclusivamente em formato digital, se assim o desejar.**

Esta grelha começou a ser preenchida em 18/08/07 e terminou-se o seu preenchimento em 11/09/07.

Assinatura do investigador: Ana Moreira e Patrícia Costa



O evento designa-se Festival HEINEKEN Paredes de Coura 2007.

Decorreu na localidade de Paredes de Coura, na praia fluvial, entre 12 e 15 de Agosto de 2007.

Existe um flyer do evento com representação do mapa e serviços disponíveis no recinto. Nele se identifica a existência de campismo, WCs, chuveiros, alimentação, bares, posto médico, multibanco, artesanato, 3 palcos, cabide, e sinalética de zonas de entrada e saída do recinto.

Com o mapa percebe-se que o recinto ocupa uma vasta área verde, que rodeia o rio Coura. A oferta que se encontra mais próxima da entrada principal é a área de bares, venda de artesanato e WC's. O Posto médico está situado mais ou menos a meio dos três palcos do recinto, numa área aparentemente central. As áreas de alimentação e a zona de campismo são as que estão mais distantes da entrada no recinto.

Existe um outro flyer do evento com informações relativas ao cartaz e outras indicações.

Graficamente, o flyer apresenta alguns elementos naturais sobre um fundo azul, tais como areia, um gafanhoto em cartoon, e dois cogumelos do tipo “amanita muscaria”.

Está visível a referência ao principal patrocinador – a marca de cerveja HEINEKEN.

A mancha principal do flyer é ocupada com a descrição dos 4 dias de programa (indicação de palcos, horas e bandas/actuações).

Por esta apresentação se percebe existirem 4 tipos de oferta musical – um palco AFTER HOURS com actuações de música electrónica; uma área de JAZZ NA RELVA dedicada a este género; o palco IBERO SOUNDS dedicado a uma selecção de bandas nacionais e espanholas; e o PALCO HEINEKEN, o palco central do recinto.

A actividade de cada palco está programada para acompanhar o período da tarde e noite, de forma a não colidir – JAZZ NA RELVA 16h; IBERO SOUNDS 17h; HEINEKEN 18h; e AFTER HOURS 02.00h.

O flyer apresenta ainda indicação de preços de entradas – existem duas modalidades: a de um dia por 40euros, e o passe de 4 dias por 70 euros.

Os locais de venda indicados são a ticketline e os *locais habituais*.

A oferta musical predominante é, atendendo às bandas indicadas para o palco HEINEKEN no mesmo flyer, do universo da pop rock e rock alternativo – por eg Sonic Youth, Gogol Bordello, Mão Morta, etc.

Existe um conjunto de imagens relativas a fotografias do evento.

A imagem 1 foi recolhida a partir da zona interior do palco.

Vê-se um músico da banda cuja actuação está a decorrer (ou a terminar) que se dirige aos participantes mais próximos da vedação do palco, para oferecer autógrafos e interagir com o público. O artista está de costas na imagem.

O público, que aparece de frente, tem idades situadas aproximadamente na faixa etária dos 15-20 anos.

Alguns elementos do público parecem conversar com o artista, seguram na mão papéis dos autógrafos e sorriem. Isto acontece ainda com luz do dia.

A imagem 2 é uma imagem recolhida a partir do backstage durante a actuação da mesma banda.

Pode ver-se o elemento da bateria, o guitarrista e outros elementos, que tocam e dançam.

A actuação está a decorrer ainda com luz do dia.

Ao fundo percebe-se público numeroso a assistir ao concerto.

O público está de pé sobre um enorme anfiteatro a céu aberto, que aproveita o declive natural do terreno.

A imagem 3 é uma vista sobre o público a partir de um dos bares do recinto, próximo do palco principal.

De costas para a imagem está um barman de um bar de cerveja Heineken – marca patrocinadora do evento.

São visíveis os copos de plástico e a torneira de pressão por onde é servida a cerveja.

O bar está protegido por um gradeamento.

Neste gradeamento foi fixada uma lona de grandes dimensões com a marca HEINEKEN.

O Barman usa uma t-shirt da marca, que o identifica como “bares”.

O público está todo de pé, voltado na direcção suposta do palco, que não está visível na imagem.

Há uma nuvem de pó que se levanta a partir do local onde está a concentração dos participantes.

Estes estão de pé, muitos deles com o braço no ar, acompanhando o concerto que está a decorrer. Parecem situar-se aproximadamente na faixa etária dos 15-20 anos.

O concerto está a decorrer durante o dia, a céu aberto, numa zona de descampado, mas com árvores e vegetação visível por perto.

A Imagem 4 mostra um músico que se dirigiu aos participantes mais próximos do palco para dar autógrafos.

O músico está de um lado da vedação do palco, e os participantes do outro.

O músico segura na mão um pequeno pedaço de papel e está a dar um autógrafo a um participante que o observa e sorri.

Outro participante segura o telemóvel e recolhe uma imagem do momento.

Um pouco mais distanciados, outros participantes sentam-se na relva e observam a cena.

Isto sucede ainda durante o dia, numa zona de descampado, a céu aberto.

Alguns participantes usam bonés, casacos de capuz e t-shirts sem mangas.

A Imagem 5 mostra uma vista frontal de um concerto que está a decorrer – é uma vista sobre o palco, retirada a partir do público.

Vê-se o palco em toda a largura, com os vários elementos da banda, que tocam vários instrumentos – guitarras, bateria, acordeão, etc.

O palco tem fundo negro, sem adornos, apenas com a estrutura metálica visível.

A actuação está a decorrer durante o dia.

Imediatamente abaixo do palco, na zona de segurança entre palco e público, no espaço protegido pela vedação que isola o palco, são visíveis 3 seguranças que estão de costas para a actuação e observam o público.

Vestem de preto, com óculos de sol escuros.

A observação no evento esteve a cargo de 3 observadores – um elemento que trabalhou no recinto no transporte de músicos e material, e dois elementos que estiveram como participantes, no público.

As formas como sinalizaram o evento foram diversas – o elemento que trabalhou ficou a saber do evento através da pessoa que o contratou para esse trabalho (informante); as observadoras que estiveram a participar no festival souberam do evento através dos meios de comunicação social (uma estação de rádio) e da internet.

O evento durou vários dias (entre 12 e 15 de Agosto de 2007) e decorreu na localidade de Paredes de Coura, no norte de Portugal, na praia fluvial de Tabuão.

O evento tinha uma designação promocional – Festival Heineken Paredes de Coura. Era organizado por uma empresa promotora de eventos (a Ritmos) e foi patrocinado por uma marca de cerveja – HEINEKEN.

O observador VMR deslocou-se ao evento acompanhado de outros trabalhadores, em viatura da organização (de terceiros, portanto).

Os bilhetes de entrada estavam disponíveis também em modalidade de pré-venda. Se fossem adquiridos até 15 dias antes do evento, beneficiavam de um preço promocional de 50 euros (em vez de 70 euros), na compra do passe de 4 dias.

O observador VMR frequentou os 4 dias do festival, entre as 10.30 a.m. da manhã do primeiro dia até à 01.00 do último dia.

Durante este período fez incursões várias no recinto, já que tinha de deslocar-se com frequência para dentro e fora do recinto, fazendo deslocações em viatura de transportes entre o Porto (Aeroporto), o Hotel de alojamento dos músicos (Porto) e o recinto do Festival (Paredes de Coura).

O evento em questão *trata-se de um festival do circuito comercial de festivais de verão, que vai já na sua 15ª edição.*

*O festival de Heineken Paredes de Coura é um festival de grande prestígio, devido à qualidade do seu cartaz musical e também devido a forma calorosa que a Vila do Alto Minho recebe os participantes.*

*Este festival inicialmente era um festival pequeno e modesto, que era organizado por um grupo de amigos da região.*

*Todavia, foi-se transformando numa organização profissional e competente.*

*Ou seja, nos dias de hoje é um festival com uma grande organização, que promove um cartaz musical repleto de grandes artistas.*

*Paredes de Coura é um evento que se realiza num contexto natural, debruçado sobre o rio, com um ambiente relaxado, deste modo, existe a conjugação da música com a natureza.*

*Este ano celebrava-se esse aniversário. Dentro do circuito de festivais de Verão, este é o festival mais longo.*

*Apesar de estar integrado no circuito comercial de festivais de verão, é um evento cuja organização privilegia um cartaz composto por bandas alternativas/não comerciais, promovendo assim o conhecimento de outras sonoridades menos conhecidas do público em geral.*

*Ocupa o espaço da praia fluvial do Tabuão no Concelho de Paredes de Coura, no norte do país (Minho).*

*O recinto é ao ar livre – outdoors, com rigoroso controle de entradas.*

*Quanto à sua envolvente, o evento situava-se numa zona rural, próxima de povoações, num espaço arborizado e ribeirinho.*

*O recinto ocupado pelo festival fica na margem do rio Coura, dentro da vila de Paredes de Coura.*

*O festival de Paredes de Coura localiza-se na vila do Alto Minho, num contexto natural, debruçado sobre o rio, com um ambiente relaxado e acolhedor. Apesar do evento se localizar numa zona a beira-rio, num espaço arborizado, fica perto de povoações, pois os participantes deslocam-se a pé para o centro da vila que fica perto.*

*No espaço do evento estão localizados os vários palcos (3), e serviços;*

*O acampamento estende-se pelos arredores da zona baixa da vila, em áreas privadas disponibilizadas para o efeito pela população local.*

*Quanto a elementos de perturbação é de destacar que o evento tem um carácter bastante pacífico, com uma grande disponibilidade da população local para acolher o festival anualmente.*

*Especificamente: não existem problemas ao nível de perturbação sonora porque o recinto fica distante da zona residencial da Vila;*

*Ao nível da sujidade não existem problemas porque quer o espaço do recinto quer a Vila são limpos diariamente durante estes 4 dias;*

*Não se verificaram quaisquer problemas de trânsito ou circulação automóvel na Vila ou nas imediações do recinto;*

*Não existem zonas mal iluminadas ou com outras características passíveis de provocar sentimento de insegurança nos participantes – a este nível de destacar também o contributo da elevada circulação de pessoas;*

*Dado o bom acolhimento do evento pela população local, também não há a registar quaisquer problemas na relação com a vizinhança ou população local.*

*É visível algum aproveitamento do evento por parte da população, para efeitos comerciais, ao nível, por e.g., da exploração de espaços para acampamento – alguns residentes divulgam “Parque de Campismo com acesso a água potável”, depreendendo-se que se trataria de um serviço pago.*

*Por outro lado, seria de esperar um maior investimento do comércio local para rentabilizar a afluência de pessoas com oferta de serviços à altura dessa afluência, o que não se verifica – os horários de funcionamento não são alterados, há serviços (por e.g. quiosques, cafés, bombas de gasolina) fechados, etc...*

*O Parque de estacionamento tinha dimensão adequada. Os participantes estavam a chegar ao evento sobretudo em viatura própria. Reconheciam-se sobretudo os veículos ligeiros, utilitários. Estavam disponíveis transportes públicos (autocarros e comboio até uma localidade próxima). Adicionalmente, tb. existia transporte para o recinto disponibilizado pela organização.*

*O parque de estacionamento disponível é o que existe junto aos acampamentos, e é suficiente para as necessidades;*

*para além disso, o parque de estacionamento municipal está articulado com a organização e oferece-se, a título extraordinário, uma tarifa de apenas 10cent./hora, durante os 4 dias do evento.*

*O trajecto em viatura própria é o meio de transporte mais utilizado – veículos utilitários/ligeiros.*

*Também se recorre à camioneta e comboio e, em anos anteriores, existiu transporte gratuito concessionado pela organização, desde o comboio (Valença) até ao recinto. Não foi possível confirmar se este ano tal sucedeu também, embora seja provável que sim.*

*Na perspectiva de observador não foi possível perceber com nitidez qual o meio de transporte mais utilizado, todavia pareceu-nos ser o veículo próprio ligeiro, visto que todos os estacionamento perto do evento estavam lotados, fazendo com que se tivesse que estacionar longe da entrada.*

No que se refere as indicações de acesso para o evento em questão não existia, todavia existiam indicações para o local de Paredes de Coura, e estas eram acessíveis, contudo na perspectiva de observador, para quem não conhece o itinerário, por vezes o acesso pode ser um pouco difícil.

Foram identificadas 6 barreiras de segurança.

A primeira barreira estava localizada no acesso à praia fluvial de Tabuão – a zona do recinto. Aqui estavam agentes da GNR e da segurança privada do festival, que bloqueavam o acesso de viaturas ao recinto.

*A segunda barreira estava localizada já dentro do recinto da praia fluvial, na zona de acesso pago ao evento. Os agentes desta barreira eram os membros da organização que vendiam entradas em guichets ambulantes. Existiam 4 postos de venda e de colocação de pulseiras aos portadores de bilhetes de 4 dias. O objectivo era controlar entradas, verificação de mochilas, controlar objectos que podem ou não entrar, passar no detector de metais.*

*A terceira barreira estava localizada logo a seguir ao posto de venda dos bilhetes e estava identificada como a entrada 1. Os agentes desta barreira eram os seguranças privados, que controlavam as entradas e verificavam os bilhetes de acesso.*

*A quarta barreira estava localizada um pouco adiante do posto anterior. Os agentes eram também seguranças privados que também controlavam entradas e verificavam bilhetes. Tinham o mesmo objectivo do posto anterior, o que significava que os participantes que entravam por esta entrada deviam passar por dois postos de controlo.*

*A quinta barreira estava localizada junto à entrada 2. Os agentes eram seguranças privados que controlavam as entradas e verificavam os bilhetes para os participantes que entravam por esta porta.*

*A sexta barreira estava também na porta 2. Aqui, os seguranças verificavam pela segunda vez as entradas e bilhetes dos participantes desta porta.*

*Apesar do elevado nº de barreiras (6 no total), verifica-se que apenas 4 delas são sequenciais.*

*Na segunda barreira, destinada à venda de bilhetes, existiam 4 postos de venda, sendo que um deles se destinava exclusivamente ao staff e a convidados da organização – para distribuição de convites ou free-pass's a fotógrafos, jornalistas, etc.*

*Este controle é extremamente rigoroso, tendo-se registado a quase total impossibilidade de aceder ao evento por estratégias paralelas (contactos privilegiados, etc...).*

*Especificamente, assistiu-se a uma situação neste posto para convites, em que foi bloqueado o acesso a dos jornalistas de uma organização, porque o nome e B.I. não correspondiam com o que a organização possuía em registo.*

*No que se refere as barreiras de segurança estas eram em grande número, sendo muitas as estratégias de controlo de entradas, desde verificação de pulseiras e bilhetes, de mochilas e ainda todos os participantes tinham de ser revistados, e passar pelo detector de metais.*

*As pessoas que faziam a segurança eram simpáticas, acessíveis e esclareciam qualquer dúvida.*

*Já na posse do bilhete/pulseira, o participante podia escolher a porta de acesso ao recinto – entradas 1 e 2.*

*Na entrada 1, o participante acede directamente à área do palco principal e passa obrigatoriamente por duas barreiras de controlo com segurança privada.*

*Na entrada 2 o participante acede igualmente ao recinto, mas junto à zona de serviços e palco secundário. (Aqui existiam igualmente 2 barreiras de controle com segurança privada.)*

Estima-se que o evento contaria com 20 a 30 mil participantes, podendo a lotação variar de noite para noite, consoante o interesse dos participantes numa ou noutra banda do cartaz.

*Na altura em que foi realizada a observação, a proporção entre o espaço existente, serviços oferecidos e lotação máxima foi considerada ajustada.*

*À chegada ao evento, as portas de acesso ao recinto encontravam-se fechadas, havendo alguns participantes formando fila. Após a entrada no recinto, sendo um espaço amplo, com vários pontos de paragem para os participantes, conforme as suas intenções, este não se revelou lotado.*

*No início, após abertura das portas, o número de participantes era reduzido, no entanto, foi aumentando com o decorrer do tempo e início das actuações no palco principal. Sendo a noite o principal momento horário com mais participantes.*

Como elementos do staff foram identificados barmans, seguranças, porteiros, responsáveis pela organização, e outros profissionais como músicos, paramédicos, runners, técnicos de palco, road managers, pessoal de limpeza e manutenção do recinto, pessoal de catering, pessoal dos serviços de restauração no recinto, promotores de marcas patrocinadoras (em bancas no recinto) e pessoal de ONGs.

*Dada a dimensão do evento e variedade da oferta disponível, o staff era numeroso e variado, distribuindo-se entre pessoal de apoio aos concertos e backstage, até pessoal dos serviços de restauração, segurança, organização, etc.*

*Os recursos humanos foram considerados suficientes e adaptados às necessidades do evento e participantes.*

*O contacto com os participantes foi sempre avaliado positivamente, nos diversos momentos de observação ao longo de todo o evento.*

*Em situações limite (e.g. crowdsurfing – em que os participantes se deixam transportar sobre a multidão, elevando-se do solo na horizontal, para assim se aproximarem do túnel do palco), a segurança via-se obrigada a transportar estas pessoas para longe do palco, no final da assistência, o que acontecia num clima sereno e sem distúrbios ou violência.*

*As portas do recinto abriam diariamente por volta das 18h;*

*esta era também a hora em que começavam os concertos no palco secundário.*

*O palco principal abria por volta das 19h.*

*Durante toda a tarde os participantes podiam assistir a concertos no palco Jazz, junto à margem – praia fluvial.*

*Existiam outros eventos complementares ao festival, distribuídos por outras estruturas da Vila – por e.g. ciclo de cinema na Casa da Cultura (para o efeito, consultar flyer anexo).*

*Os concertos no palco principal tinham uma duração aproximada de 45-60m/banda/actuação; existiam cerca de 4 -5 bandas/noite, terminado os concertos por volta das 01h- 02h madrugada.*

*De salientar o extraordinário rigor dos horários, promovido pela organização.*

*Num dos dias, em que ocorreu um cancelamento de uma das bandas previstas para o palco principal, a organização deu-se ao cuidado de distribuir por todo o recinto e acampamento, informação em papel sobre o reagendamento e novo horário para esse dia.*

Quanto aos preços praticados, os refrigerantes e as cervejas estavam a ser vendidos ao mesmo preço – 1,5euros. Alguns alimentos e snacks (como bifanas, pão com chouriço, hamburguers) estavam a ser vendidos a 3 euros.

*Cerveja e refrigerantes são todos ao mesmo preço e por parte dos participantes a única coisa que comentavam era dos copos só levarem 20 cl, já que o normal em outros festivais é serem de 33 cl e ao mesmo preço de 1.5€.*

*Relativamente aos preços praticados estes eram acessíveis, e não observamos nenhum comentário no que se refere aos mesmos por parte dos actores participantes.*

Os géneros musicais representados eram o pop-rock, o jazz e alguns géneros de música electrónica – house, techno, drum'n'bass.

*O cartaz do palco principal é essencialmente composto por bandas de r'n'r, embora não com perfil comercial.*

*Existia uma outra tenda de música electrónica com 2 dj's diferentes cada noite.*

*No entanto, este espaço não é o que mais caracteriza o evento nem o que mais mobiliza os seus participantes.*

*O festival Paredes de Coura destaca-se pela apresentação de novos projectos e bandas bem conhecidas do público.*

*A oferta musical, com a existência de quatro palcos, revela-se diversificada, apostando em vários géneros musicais, desde música electrónica, jazz, rock, entre outros.*

*Neste sentido permite caracterizar o evento, pela já esperada apresentação de um cartaz diversificado.*

Em termos de oferta, o festival disponibilizava espectáculos de multimédia, zona de alimentação, chai-shops (com venda de artesanato, merchandizing, bijuterias, etc.), serviço de massagens, e acampamento (“selvagem” ou no recinto disponibilizado pela organização para o efeito.).

*Relativamente as ofertas de lazer e repouso, revelou-se muito diversificada, pelo tipo e local do evento. Para além da área de alimentação com mesas e bancos, os participantes optam pelo repouso junto ao rio, ou no próprio recinto.*

*No que se refere ao acampamento, este era gratuito, ou seja, oferecido pela organização a quem comprar o bilhete para o festival. (*

*Não foi possível observa-lo, porque o bilhete diário não dá acesso ao mesmo).*

*A programação diária revelou-se diversificada, com yoga, o ciclo de cinema dedicado à música e poesia.*

*No intervalo das actuações alguns participantes deslocavam-se para o espaço da rádio Antena 3, onde participavam cantando e dançando, recebendo t-shirts e sacos com a publicidade da rádio. Por último, a existência de um espaço de acesso à internet.*

*Dentro da área do festival existe uma praia fluvial que é um espaço relvado que os participantes aproveitam para relaxar e também para um mergulho no rio Coura que é muito agradável e refresca o pessoal que está um pouco mais queimado da bebida e das drogas leves.*

Existia oferta de primeiros socorros e emergência – INEM, Bombeiros, equipa de RRMD (Check-IN), Protecção Civil e equipa de prevenção do HIV.

Os WCs, a temperatura ambiente, e a iluminação foram considerados adequados.

O acesso a água potável foi considerado desadequado.

*A oferta quanto a segurança para este tipo de eventos é adequada e sem qualquer tipo de risco para os participantes, a única situação que poderá ser mais limitativa será não existir áreas de saída de emergência. Mas é complicado face ao recinto existir tal situação, mas de qualquer forma caso houvesse necessidade a muitas formas de o fazer era só os seguranças deixarem de controlar os vários espaços de controle.*

*A segurança em geral era suficiente e adequada, quem implementava, desde os bombeiros, seguranças, eram simpáticos, acessíveis e muito atentos. Estes andavam em pequenos grupos, espalhados pelos diversos sítios do recinto, intervindo imediatamente em qualquer situação de risco. Na perspectiva de observador eram muito eficientes e em grande número.*

*Os elementos cénicos e estéticos restringiram-se a publicidade, desde a cerveja Heineken que dá nome ao festival, com várias barraquinhas espalhadas pelo recinto, permitindo relacionar-se com o consumo por parte dos participantes, já que o acesso a esta era facilitado.*

*A existência de barraquinhas de licor beirão, com garrafas insufláveis igualmente fazendo a publicidade.*

Os serviços de RRMD disponíveis integravam informação e aconselhamento, área de cuidados, oferta de preservativos, área de repouso, informação sobre ISTs, e divulgação do teste ao HIV.

Considerou-se que a RRMD estava bem presente no evento. O tipo de oferta presente era o indicado acima. Apenas foi notada a presença da equipa do Check-In, sem que com a mesma tenha existido contacto directo – logo, não é possível fazer nenhum comentário acerca dos itens propostos.

*Foi observada uma situação problemática que envolveu violência entre participantes. A situação aconteceu cerca das 19 horas, perto do palco principal e envolveu dois ou mais participantes numa cena de desordem e pancadaria. Estávamos*

*perto do palco principal a assistir a um concerto, e observamos os seguranças a correr e a deslocarem-se para o lado do palco principal. Depois, ouvimos comentários de actores participantes que assistiram à desordem, estes referiram que foi uma briga, e juntamente faziam gestos de murro para explicar.*

No período inicial da noite (até às 3 da manhã) estima-se que estariam no recinto cerca de 25 mil pessoas. Este era também o momento do pico de afluência ao recinto, por ser o momento da actuação das bandas de maior projecção mundial.

*Neste bloco horário, consideramos o início da tarde, isto é, a abertura para o recinto do festival, ou seja, das 16h00 as 19h00.*

*Chegado ao local, começou a formar-se uma fila, sendo um espaço amplo com várias “divisões”, nunca houve consequências para o bem – estar no interior do recinto, alguns participantes deslocaram-se para o palco Ibero Sounds, enquanto outros iam entrando, ou circulando no recinto.*

Os participantes presentes tinham faixas etárias variadas, situadas globalmente entre os 15 e os 40 anos. Estavam presentes mais homens do que mulheres no recinto. Eram participantes portugueses, e de etnia caucasiana. O observador considerou que na nossa cultura, os participantes neste tipo de evento (festivais) são sobretudo os homens.

*No que se refere aos actores participantes, o sexo masculino apresentou-se sobrerrepresentado, na nossa perspectiva talvez pelas condições ao nível de higiene e mesmo o dormir na tenda, não seja tão bem recebido pelo sexo feminino. No que diz respeito as idades, estas eram variadas. Ou seja, existiam desde adultos sozinhos, adultos em grupo, pais a acompanhar os filhos e crianças. Todavia, a maioria dos participantes eram jovens e tinham idades compreendidas entre os 18 aos 30 anos.*

Os participantes foram descritos como sendo sobretudo jovens oriundos de sectores urbanos normativos e de classes mais baixas.

Alguns elementos de estética visual identificados eram as gangas, os piercings, a estética hippie, e contemporânea.

*Relativamente aos elementos de estilo e estética visual, este revelou-se diversificado, os actores variavam de uma inspiração hippie, punk, gótico, com piercing's e tatuagens. No entanto, um estilo de inspiração urbana mostrou-se o mais comum, apresentavam-se com um estilo descontraído, desde calças de ganga ou calças largas, casacos desportivos, sapatilhas, e ainda mochilas. Ou seja, uma inspiração urbana, mas muito descontraída e desportiva.*

Algumas actividades e comportamentos mais observados nos participantes eram dançar, circular pelo espaço do evento, conversar, assistir aos concertos e actuações, beber bebidas alcoólicas. Para este efeito os participantes estavam reunidos sobretudo em pares e em pequenos grupos.

*Os participantes estavam sobretudo a conversar e a assistir aos diversos concertos que estão a actuar durante a noite.*

*Os participantes circulavam pelo espaço envolvente, bebiam bebidas e namoravam, todavia as actividades que mais predominavam eram assistir ao concerto, beber bebidas alcoólicas e fumar. Ainda existiam alguns grupinhos que fumavam ganza. Estas actividades eram realizadas em pares, em grandes e pequenos grupos, contudo a maioria predominava em pequenos grupos.*

*Neste bloco horário, consideramos o final da tarde, ou seja das 19h até as 22h00, isto é, o meio do festival. O local encontrava-se com um número elevado de participantes, todavia nunca houve consequências para o bem – estar no interior do recinto, alguns participantes encontravam-se a ver os concertos, outros na tenda da Antena 3, e outros circulavam pelo espaço do recinto.*

*Neste bloco horário, consideramos o final da noite, ou seja das 22h00 em diante, isto é, o final do festival naquele dia.*

*O local encontrava-se com muitos participantes, todavia nunca houve consequências para o bem – estar no interior do recinto, a maioria dos participantes encontravam-se a ver os concertos, outros circulavam pelo espaço do recinto. Na perspectiva de observador este foi o momento com mais afluência de público.*

*Nesta fase do evento, encontrávamo-nos abrigadas na zona das árvores, no entanto, foi possível verificar os participantes a fumar ganza, namorar, beber e circular no espaço envolvente.*

*Sendo a actividade predominante, assistir às actuações no palco principal.*

*Sendo de salientar que à saída do evento, pela 00.00, eram alguns os participantes que abandonavam o recinto, recolhendo-se nas tendas.*

O consumo de SPA foi considerado muito frequente, no período da observação que era até às 03.00 a.m..

*Numa mesma ocasião é possível observar até cerca de 6 situações de uso de substâncias em simultâneo. No total, talvez 100 por bloco horário.*

Também era possível identificar vários participantes com estado de consciência visivelmente alterado.

Nenhum espaço do recinto parecia estar a ser usado de forma mais específica ou intencional para o uso de SPA, parecendo o uso espalhar-se de forma indiscriminada por todo o recinto.

Os consumos observados eram de cannabis, fumada. Os participantes reuniam-se em pares ou em pequenos grupos para este efeito.

*Nesta fase, que corresponde a chegada dos participantes ao recinto, várias vezes se sentia o cheiro a ganza, todavia era difícil identificar claramente o grupo de onde provinha o cheiro, deste modo não nos é possível descrever com detalhe o consumo.*

*Numa fase mais intermédia da noite, o palco principal concentrava muitos dos consumos que estavam a acontecer.*

*Numa cena observada, na zona do palco principal, um rapaz que inicialmente parecia estar sozinho, dançava e tinha a mão fechada, a dada altura pára e começa a fazer o charro, alternando com a conversa de um amigo e com a actuação do concerto, depois de feito, partilha-o com o amigo.*

*Noutra cena observada, na zona do palco principal, num dos intervalos dos concertos, os participantes sentavam-se na relva e mesmo ao nosso lado um grupo de quatro rapazes conversava e bebia cerveja, enquanto um deles preparava o charro sob a “vigilância” dos restantes, posteriormente partilharam-no.*

*Numa fase mais avançada da noite a chuva aumentou o que condicionou a circulação pelo recinto, num dos abrigos improvisados junto às árvores, que ficava na direcção do palco principal. Ao nosso lado um casal partilhava o charro já preparado, quando chegamos.*

*No mesmo local, durante actuação de uma das bandas e com a chuva a cair, um rapaz com intenção de se abrigar, sentou-se perto de nós, debaixo da árvore, preparou o seu charro e fumou, enquanto assistia atentamente ao concerto.*

Os consumos de bebidas observados eram sobretudo de refrigerantes e de cervejas. Para este efeito os participantes poderiam estar sozinhos, mas também em pares ou em pequenos grupos.

O consumo de cerveja era muito frequente – 3 em cada 5 pessoas estaria a consumir cerveja.

*A bebida mais consumida era a cerveja. No que se refere ao consumo de álcool em geral é de salientar que os bombeiros tiveram que intervir diversas vezes, devido ao consumo em excesso de álcool.*

Em várias das situações de consumo de cannabis observado estava a acontecer partilha de SPA - *A partilha de substâncias é normalmente feita com conhecidos e usadas logo em seguida com o mesmo grupo que a esta a partilhar.*

*Não foi possível observar dinâmicas relacionadas com o acesso às substâncias. No que se refere à troca e partilha de substâncias existiam pequenos grupos, que partilhavam entre si a substância que fumavam.*

Não foram observadas quaisquer situações de venda de SPA no recinto



---

## **ANEXO B**

### **CARACTERIZAÇÃO DOS EVENTOS OBSERVADOS**

Quadro 49

*Caraterização Geral dos Eventos Observados*

Código	Ano	Estratégia Sinalização	Imagens (S/N)	Mapa (S/N)	Tempo no Registo	Total Horas Observadas	Área Geográfica
3MA	2007	sistemática	não	não	≤ 2 dias	4 - 6 horas	Porto - Área Metropolitana
2PAFL	2007	informantes	não	não	mesmo dia	2 - 4 horas	Porto - Cidade
4PAFL	2007	sistemática	não	não	mesmo dia	2 - 4 horas	Porto - Cidade
3BM	2008	saída regular	sim	não	3-15 dias	4 - 6 horas	Porto - Cidade
13TSR	2008	informantes	não	não	Unassigned	+24 horas	Outras
2MRS	2008	informantes	sim	sim	Unassigned	4 - 6 horas	Porto - Área Metropolitana
7DMB	2008	informantes	não	sim	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Porto - Área Metropolitana
12PC	2008	internet	não	sim	16-60 dias	6-24 horas	Braga
3TSR	2007	informantes	não	não	Unassigned	4 - 6 horas	Porto - Cidade
1FMT	2008	flyers	sim	sim	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
2FMT	2008	informantes	sim	não	3-15 dias	1 - 2 horas	Porto - Cidade
6PA	2008	saída regular	não	não	≤ 2 dias	1 - 2 horas	Porto - Cidade
3MCC	2007	internet	sim	sim	16-60 dias	1 - 2 horas	Porto - Cidade
2TSR	2008	informantes	não	não	Unassigned	4 - 6 horas	Porto - Área Metropolitana
7VC	2008	flyers	não	não	Unassigned	2 - 4 horas	Viana do Castelo
7MCC	2007	saída regular	não	sim	16-60 dias	<1hora	Porto - Cidade
6VC	2008	informantes	não	não	3-15 dias	2 - 4 horas	Viana do Castelo
1DMB	2008	informantes	não	sim	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
2PC	2007	internet	não	sim	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
4TSR	2008	informantes	não	não	Unassigned	4 - 6 horas	Porto - Cidade
3ADPC	2007	internet	sim	sim	mesmo dia	2 - 4 horas	Aveiro
4CCAP	2007	flyers	não	sim	Unassigned	2 - 4 horas	Aveiro
12TSR	2008	internet	não	sim	3-15 dias	4 - 6 horas	Porto - Cidade
14TSR	Unassigned	internet	Unassigned	Unassigned	Unassigned	4 - 6 horas	Porto - Cidade
1SS	2008	informantes	não	sim	Unassigned	2 - 4 horas	Braga
2MC	2008	flyers	não	não	3-15 dias	2 - 4 horas	Braga
3FCMR	2007	informantes	não	não	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Aveiro
1CC	2007	sistemática	não	sim	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
4MB	2008	media	sim	sim	3-15 dias	6-24 horas	Braga
2AD	2007	flyers	não	não	3-15 dias	4 - 6 horas	Porto - Área Metropolitana
8TSR	2008	internet	sim	não	3-15 dias	+24 horas	Outras
8PA	2008	media	não	não	3-15 dias	6-24 horas	Outras
9PA	2008	media	não	não	Unassigned	6-24 horas	Outras
5MB	2008	media	sim	sim	3-15 dias	2 - 4 horas	Braga
6DMB	2008	media	sim	não	≤ 2 dias	4 - 6 horas	Porto - Área Metropolitana
1ADPC	2007	media	sim	não	16-60 dias	1 - 2 horas	Porto - Cidade
1TSR	2007	informantes	não	não	Unassigned	2 - 4 horas	Outras
2AEPM	2007	outro	não	sim	Unassigned	6-24 horas	Porto - Cidade
2VCMA	2007	flyers	não	não	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Viana do Castelo
2FCMR	2007	flyers	não	não	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
3PC	2007	internet	não	não	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
4PC	2007	saída regular	não	não	mesmo dia	Unassigned	Porto - Cidade
9PC	2008	media	sim	não	3-15 dias	1 - 2 horas	Porto - Cidade
3FMT	2008	informantes	não	não	3-15 dias	1 - 2 horas	Porto - Cidade
4FMT	2008	informantes	não	não	16-60 dias	1 - 2 horas	Porto - Cidade
4MA	2007	sistemática	não	não	mesmo dia	1 - 2 horas	Porto - Cidade
4MCC	2007	sistemática	sim	não	16-60 dias	1 - 2 horas	Porto - Cidade
5TSR	2008	informantes	não	não	Unassigned	2 - 4 horas	Porto - Cidade
2CC	2007	flyers	sim	não	Unassigned	4 - 6 horas	Porto - Cidade

1BM	2008	flyers	sim	sim	mesmo dia	4 - 6 horas	Porto - Àrea Metropolitana
1MCC5ADPC	2007	internet	não	sim	16-60 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
3MRS	2008	informantes	não	não	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
6TSR	2008	informantes	não	não	Unassigned	4 - 6 horas	Porto - Cidade
SEM	2009	informantes	sim	sim	Unassigned	2 - 4 horas	Porto - Cidade
1JML	2008	media	não	não	3-15 dias	4 - 6 horas	Porto - Àrea Metropolitana
5DMB	2008	media	sim	não	3-15 dias	4 - 6 horas	Porto - Àrea Metropolitana
9ADPC	2007	media	sim	sim	Unassigned	4 - 6 horas	Porto - Àrea Metropolitana
1AEPM	2007	saída regular	não	não	3-15 dias	4 - 6 horas	Porto - Cidade
1PA	2007	saída regular	não	não	Unassigned	4 - 6 horas	Porto - Cidade
3PAFL	2007	saída regular	não	não	Unassigned	2 - 4 horas	Porto - Cidade
8MCC	2007	informantes	não	não	Unassigned	2 - 4 horas	Porto - Cidade
1MA	2007	sistemática	não	não	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
1PA	2007	internet	não	não	mesmo dia	4 - 6 horas	Porto - Àrea Metropolitana
1DF	2008	informantes	não	sim	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
1VC	2008	informantes	não	não	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Viana do Castelo
11TSR	2008	media	não	sim	≤ 2 dias	6-24 horas	Porto - Cidade
4DMBVMR	2008	media	não	sim	3-15 dias	6-24 horas	Outras
5AD	2008	informantes	não	não	3-15 dias	4 - 6 horas	Viana do Castelo
1VMR	2007	media	sim	sim	16-60 dias	+24 horas	Viana do Castelo
10PC	2008	sistemática	sim	não	16-60 dias	<1hora	Porto - Cidade
11PC	2008	sistemática	sim	não	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
3DMB	2008	informantes	sim	sim	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
6MCC	2007	sistemática	não	não	16-60 dias	1 - 2 horas	Porto - Cidade
6AD	2008	informantes	não	não	16-60 dias	2 - 4 horas	Viana do Castelo
1VCMA	2007	flyers	não	não	≤ 2 dias	4 - 6 horas	Porto - Àrea Metropolitana
6PC	2007	saída regular	não	não	3-15 dias	1 - 2 horas	Porto - Cidade
7PC	2007	saída regular	não	não	16-60 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
3ADPC	2008	informantes	não	não	16-60 dias	2 - 4 horas	Porto - Àrea Metropolitana
2MB	2008	sistemática	sim	não	Unassigned	2 - 4 horas	Porto - Cidade
8PC	2008	sistemática	não	sim	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
13PC	2007	internet	não	sim	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
2MA	2007	sistemática	sim	não	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
5VC	2007	informantes	não	não	≤ 2 dias	1 - 2 horas	Porto - Cidade
1MRS	2008	informantes	não	sim	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
4AD	2008	informantes	não	não	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Porto - Àrea Metropolitana
1SEM	2009	saída regular	não	não	Unassigned	2 - 4 horas	Porto - Cidade
2DF	2008	informantes	não	não	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
9TSR	2007	sistemática	não	não	Unassigned	2 - 4 horas	Porto - Àrea Metropolitana
1APCC	2007	internet	não	não	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Aveiro
2ADPC	2007	internet	sim	sim	≤ 2 dias	4 - 6 horas	Aveiro
4ADPC	2007	media	sim	sim	3-15 dias	6-24 horas	Coimbra
1CCAP	2007	flyers	sim	sim	Unassigned	6-24 horas	Porto - Cidade
2APCC	2007	media	não	não	Unassigned	6-24 horas	Porto - Cidade
2BM	2008	flyers	sim	não	3-15 dias	4 - 6 horas	Porto - Cidade
5BM	2008	flyers	não	sim	16-60 dias	4 - 6 horas	Porto - Cidade
5CCAP	2007	flyers	não	sim	mesmo dia	6-24 horas	Porto - Cidade
6ADPC	2007	media	não	sim	3-15 dias	6-24 horas	Porto - Cidade
6CCAP	2007	media	não	não	≤ 2 dias	6-24 horas	Porto - Cidade
7ADPC	2007	media	não	sim	16-60 dias	6-24 horas	Porto - Cidade

8ADPC	2007	media	sim	não	16-60 dias	6-24 horas	Porto - Cidade
7TSR	2007	internet	não	não	Unassigned	6-24 horas	Aveiro
4BM	2008	informantes	sim	não	≤ 2 dias	6-24 horas	Porto - Área Metropolitana
BM	2008	media	sim	sim	16-60 dias	+24 horas	Outras
2DMB	2008	sistemática	não	sim	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
2LT	2008	flyers	não	sim	≤ 2 dias	+24 horas	Outras
MB	2008	flyers	sim	sim	mesmo dia	2 - 4 horas	Braga
3MB	2008	sistemática	sim	sim	mesmo dia	1 - 2 horas	Braga
1BMRR	2008	sistemática	não	sim	3-15 dias	2 - 4 horas	Coimbra
1BM	2008	sistemática	sim	sim	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Aveiro
4MRS	2008	informantes	não	sim	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
5PC	2007	flyers	sim	não	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Área Metropolitana
2MCC	2007	informantes	sim	não	16-60 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
2VC	2007	saída regular	não	não	mesmo dia	2 - 4 horas	Braga
8VC	2007	flyers	não	não	≤ 2 dias	Unassigned	Porto - Área Metropolitana
5MCC	2007	sistemática	sim	sim	16-60 dias	até 1 hora	Porto - Cidade
7PA	2008	informantes	não	não	16-60 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
1MC	2008	flyers	não	sim	16-60 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
3PA	2008	flyers	não	não	≤ 2 dias	4 - 6 horas	Porto - Cidade
3VC	2007	flyers	não	não	≤ 2 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
4PAFL	2007	flyers	não	não	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
4VC	2007	flyers	não	não	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
5PA	2007	flyers	não	não	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
9VC	2009	flyers	não	não	Unassigned	1 - 2 horas	Porto - Cidade
1FCMR	2007	flyers	não	não	3-15 dias	4 - 6 horas	Porto - Cidade
1AD	2007	informantes	sim	não	≤ 2 dias	4 - 6 horas	Porto - Área Metropolitana
10TSR	2008	informantes	não	não	Unassigned	6-24 horas	Porto - Cidade
2PA	2007	saída regular	não	não	3-15 dias	2 - 4 horas	Porto - Cidade
7AD	2008	informantes	não	não	mesmo dia	2 - 4 horas	Porto - Área Metropolitana

Quadro 50

*Níveis Físico-Ambientais dos Eventos Observados*

Nível Físicoambiental							
Código	capacidade	Níveis Antropização	Indoors/ Outdoors	Naturais/ Construídos	Duração do evento	Níveis de Tamanho	Sazonalidade
3MA	média	urbano zona ribeirinha	Indoors	Construído	dia único	médio	Outono
2PAFL	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Primavera
4PAFL	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Primavera
3BM	média	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	grande	Verão
13TSR	alta	rural próximo de povoações	Outdoor	Natural	vários dias	grande	Verão
2MRS	média	rural próximo de povoações	Indoors	Construído	dia único	médio	Verão
7DMB	baixa	urbano zona ribeirinha	Indoors	Construído	dia único	pequeno	Verão
12PC	alta	rural próximo de povoações	Outdoor	Natural	vários dias	grande	Verão
3TSR	média	urbano "baixa"	Indoor	Construído	dia único	Unassigned	Outono
1FMT	média	urbano zona ribeirinha	Indoors	Construído	dia único	médio	Inverno
2FMT	média	urbano zona ribeirinha	Indoors	Construído	dia único	médio	Inverno
6PA	média	urbano zona residencial	Indoors	Construído	dia único	médio	Inverno
3MCC	alta	urbano zona ribeirinha	Indoors	Construído	dia único	médio	Verão
2TSR	média	urbano outro	Indoors	Construído	dia único	médio	Inverno
7VC	Unassigned	urbano zona residencial	Indoors	Construído	dia único	Unassigned	Primavera
7MCC	média	urbano zona residencial	Indoors	Construído	dia único	médio	Verão
6VC	alta	urbano zona residencial	Indoors	Construído	dia único	Unassigned	Inverno
1DMB	baixa	urbano "baixa"	Indoors	Construído	dia único	Unassigned	Inverno
2PC	média	urbano "baixa"	Indoors	Construído	vários dias	médio	Verão
4TSR	média	urbano "baixa"	Indoors	Construído	dia único	médio	Inverno
3ADPC	alta	rural próximo de povoações	Outdoor	Natural	dia único	grande	Primavera
4CCAP	alta	rural distante de povoações	Outdoor	Natural	dia único	grande	Primavera
12TSR	alta	urbano centro histórico	Indoors	Natural	vários dias	grande	Verão
14TSR	alta	urbano centro histórico	Indoors	Natural	Unassigned	grande	Verão
1SS	alta	rural próximo de povoações	Indoors	Construído	dia único	grande	Inverno
2MC	alta	rural próximo de povoações	Indoors	Construído	dia único	grande	Primavera
3FCMR	alta	urbano outro	Indoors	Construído	dia único	médio	Primavera
1CC	baixa	urbano zona residencial	Indoors	Construído	dia único	Unassigned	Inverno
4MB	alta	urbano zona residencial	Outdoor	Construído	vários dias	grande	Verão
2AD	alta	urbano outro	Outdoor	Construído	vários dias	grande	Verão
8TSR	alta	rural próximo de povoações	Outdoor	Natural	vários dias	grande	Verão
8PA	alta	rural próximo de povoações	Outdoor	Natural	vários dias	grande	Verão
9PA	alta	rural próximo de povoações	Outdoor	Natural	dia único	grande	Verão
5MB	alta	urbano zona residencial	Outdoors	Construído	vários dias	grande	Verão
6DMB	alta	urbano zona ribeirinha	Outdoor	Construído	vários dias	grande	Verão
1ADPC	alta	urbano "baixa"	Outdoors	Construído	dia único	grande	Primavera
1TSR	alta	rural distante de povoações	Outdoor	Natural	vários dias	grande	Outono
2AEPM	média	urbano "baixa"	Indoors	Construído	dia único	médio	Primavera
2VCMA	alta	urbano zona ribeirinha	Indoors	Construído	dia único	Unassigned	Primavera
2FCMR	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Primavera
3PC	baixa	urbano "baixa"	Indoors	Construído	dia único	pequeno	Outono
4PC	baixa	urbano centro histórico	Indoors	Construído	dia único	pequeno	Outono
9PC	baixa	urbano centro histórico	Indoors	Construído	dia único	pequeno	Inverno
3FMT	média	urbano zona ribeirinha	Indoors	Construído	dia único	médio	Inverno
4FMT	média	urbano zona ribeirinha	Indoors	Construído	dia único	médio	Primavera
4MA	média	urbano zona ribeirinha	Indoors	Construído	dia único	médio	Outono
4MCC	média	urbano zona ribeirinha	Indoors	Construído	dia único	médio	Verão

5TSR	média	urbano zona ribeirinha	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Primavera
2CC	alta	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	vários dias	grande	Primavera
1BM	média	urbano zona residencial	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Inverno
1MCC5ADPC	alta	urbano "baixa"	<i>Outdoors</i>	Construído	dia único	Not Applicable	Primavera
3MRS	média	urbano zona ribeirinha	<i>Indoors</i>	Construído	vários dias	médio	Primavera
6TSR	baixa	urbano zona ribeirinha	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Primavera
SEM	média	urbano zona ribeirinha	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Primavera
1JML	alta	urbano zona ribeirinha	<i>Outdoor</i>	Construído	vários dias	grande	Verão
5DMB	alta	urbano zona ribeirinha	<i>Outdoor</i>	Construído	vários dias	grande	Verão
9ADPC	alta	urbano zona ribeirinha	<i>Outdoor</i>	Natural	vários dias	grande	Verão
1AEPM	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Primavera
1PA	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Primavera
3PAFL	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Primavera
8MCC	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Outono
1MA	média	urbano centro histórico	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	pequeno	Outono
1PA	média	urbano zona industrial	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	pequeno	Outono
1DF	baixa	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	pequeno	Primavera
1VC	alta	urbano centro histórico	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Primavera
11TSR	alta	urbano zona ribeirinha	<i>Outdoor</i>	Natural	vários dias	grande	Verão
4DMBVMR	alta	urbano zona ribeirinha	<i>Outdoor</i>	Construído	vários dias	grande	Verão
5AD	alta	urbano outro	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	grande	Verão
1VMR	alta	rural próximo de povoações	<i>Outdoor</i>	Natural	vários dias	grande	Verão
10PC	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	pequeno	Inverno
11PC	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	pequeno	Inverno
3DMB	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	pequeno	Inverno
6MCC	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	pequeno	Verão
6AD	alta	urbano zona ribeirinha	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Verão
1VCMA	média	urbano zona residencial	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	grande	Primavera
6PC	baixa	urbano centro histórico	<i>Indoors</i>	Construído	vários dias	pequeno	Outono
7PC	baixa	urbano centro histórico	<i>Indoors</i>	Construído	vários dias	pequeno	Outono
3ADPC	média	urbano zona residencial	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Inverno
2MB	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Verão
8PC	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Inverno
13PC	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Verão
2MA	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Verão
5VC	Unassigned	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	Unassigned	Outono
1MRS	média	urbano zona ribeirinha	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Inverno
4AD	baixa	urbano zona ribeirinha	<i>Outdoors</i>	Construído	dia único	médio	Verão
1SEM	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Primavera
2DF	média	urbano "baixa"	<i>Indoors</i>	Construído	dia único	médio	Primavera
9TSR	alta	rural distante de povoações	<i>Outdoor</i>	Natural	dia único	grande	Outono
1APCC	alta	urbano zona industrial	<i>Outdoor</i>	Construído	vários dias	Unassigned	Primavera
2ADPC	alta	urbano outro	<i>Outdoor</i>	Construído	vários dias	grande	Primavera
4ADPC	alta	urbano zona ribeirinha	<i>Outdoor</i>	Construído	vários dias	grande	Primavera
1CCAP	alta	urbano zona industrial	<i>Outdoor</i>	Construído	vários dias	grande	Primavera
2APCC	alta	urbano zona residencial	<i>Outdoor</i>	Construído	vários dias	grande	Primavera
2BM	alta	urbano zona residencial	<i>Outdoor</i>	Construído	vários dias	grande	Primavera

5BM	alta	urbano zona residencial	Outdoor	Construído	vários dias	grande	Primavera
5CCAP	alta	urbano zona residencial	Outdoor	Construído	vários dias	grande	Primavera
6ADPC	alta	urbano zona residencial	Outdoor	Construído	vários dias	grande	Primavera
6CCAP	alta	urbano zona residencial	Outdoor	Construído	vários dias	grande	Primavera
7ADPC	alta	urbano zona residencial	Outdoor	Construído	vários dias	grande	Primavera
8ADPC	alta	urbano zona residencial	Outdoor	Construído	vários dias	grande	Primavera
7TSR	alta	rural distante de povoações	Outdoor	Natural	vários dias	grande	Outono
4BM	baixa	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	Unassigned	Verão
BM	alta	urbano zona residencial	Outdoor	Construído	vários dias	grande	Verão
2DMB	alta	urbano "baixa"	Indoors	Construído	dia único	grande	Inverno
2LT	alta	rural próximo de povoações	Outdoors	Construído	vários dias	grande	Verão
MB	média	urbano zona residencial	Indoors	Construído	dia único	pequeno	Inverno
3MB	média	urbano zona residencial	Indoors	Construído	dia único	médio	Verão
1BMRR	alta	rural próximo de povoações	Outdoor	Natural	vários dias	pequeno	Primavera
1BM	média	urbano outro	Indoors	Construído	dia único	médio	Inverno
4MRS	média	urbano "baixa"	Indoors	Construído	dia único	pequeno	Inverno
5PC	média	urbano zona residencial	Indoors	Construído	dia único	pequeno	Outono
2MCC	alta	urbano zona ribeirinha	Outdoors	Construído	dia único	grande	Primavera
2VC	alta	rural próximo de povoações	Indoors	Construído	dia único	médio	Outono
8VC	alta	urbano zona residencial	Indoors	Construído	dia único	grande	Outono
5MCC	média	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Verão
7PA	baixa	urbano zona residencial	Indoors	Construído	dia único	pequeno	Inverno
1MC	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Inverno
3PA	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Inverno
3VC	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Outono
4PAFL	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Outono
4VC	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Outono
5PA	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Outono
9VC	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Primavera
1FCMR	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Inverno
1AD	média	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	grande	Verão
10TSR	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Inverno
2PA	alta	urbano zona industrial	Indoors	Construído	dia único	médio	Outono
7AD	baixa	urbano centro histórico	Indoors	Construído	dia único	pequeno	Verão

Quadro 51

Níveis Socioambientais dos Eventos Observados

Código	Companhia na Deslocação (S/N)	Controle do Acesso	Custo do Acesso	Entidade Promotora	Estratégia de Venda	RRMD (S/N)	Uso de SPA (S/N)	Venda de SPA (S/N)	Violência e Sit. Problem. (S/N)	Tipo de Transporte
3MA	sim	cartão	>16€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
2PAFL	sim	cartão	≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
4PAFL	sim	cartão	6€-15€	privada	à entrada	não	sim	não	não	em viatura própria
3BM	sim	outro	6€-15€	privada	várias	não	sim	não	sim	em viatura própria
13TSR	sim	pulseira	Unassigned	privada	à entrada	sim	sim	sim	não	em viatura própria
2MRS	sim	outro	>16€	pública	locais específicos	não	não	não	não	em viatura de terceiros
7DMB	sim	bilhete	6€-15€	privada	à entrada	não	sim	não	sim	em viatura de terceiros
12PC	sim	pulseira	≤5€	privada	várias	não	sim	Unassigned	não	em viatura própria
3TSR	sim	cartão	Unassigned	privada	à entrada	sim	sim	sim	sim	em viatura própria
1FMT	sim	cartão	6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
2FMT	sim	cartão	6€-15€	privada	à entrada	não	sim	não	não	em viatura própria
6PA	não	cartão	6€-15€	privada	à entrada	não	sim	não	não	em viatura própria
3MCC	sim	outro	6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
2TSR	sim	cartão	Unassigned	privada	à entrada	sim	sim	sim	não	em viatura de terceiros
7VC	sim	cartão	6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
7MCC	sim	outro	gratuito	privada	Unassigned	não	não	não	sim	em viatura própria
6VC	sim	cartão	≤5€	privada	à entrada	não	não	Unassigned	não	em viatura própria
1DMB	sim	bilhete	≤5€	pública	à entrada	não	sim	não	não	em transporte público
2PC	sim	cartão	≤5€	privada	à entrada	não	sim	não	não	em viatura própria
4TSR	sim	cartão	≤5€	privada	Unassigned	sim	sim	não	não	em viatura própria
3ADPC	sim	pulseira	>16€	privada	à entrada	não	sim	não	não	em viatura de terceiros
4CCAP	sim	pulseira	>16€	privada	à entrada	não	sim	sim	não	em viatura de terceiros
12TSR	não	pulseira	6€-15€	privada	à entrada	sim	sim	não	não	em viatura própria
14TSR	Unassigned	pulseira	≤5€	privada	à entrada	Unassigned	Unassigned	Unassigned	Unassigned	Unassigned
1SS	sim	cartão	≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura de terceiros
2MC	sim	cartão	6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
3FCMR	sim	cartão	6€-15€	privada	à entrada	não	sim	não	não	em viatura própria
1CC	sim	bilhete	≤5€	privada	à entrada	não	não	não	sim	em viatura própria
4MB	sim	bilhete	6€-15€	pública	à entrada	não	sim	não	não	em viatura própria
2AD	sim	Not Applicable	gratuito	pública	Not Applicable	não	não	não	não	em viatura própria
8TSR	sim	pulseira	>16€	privada	à entrada	sim	sim	sim	não	em viatura própria
8PA	sim	pulseira	>16€	privada	várias	sim	sim	não	não	em viatura própria



9PA	sim	bilhete		>16€	privada	várias	sim	sim	sim	sim	sim	em viatura própria
5MB	sim	bilhete		6€-15€	privada	várias	não	não	não	não	não	em viatura de terceiros
6DMB	sim	pulseira		6€-15€	pública	várias	sim	sim	não	não	não	em transporte público
1ADPC	sim	Not Applicable		gratuito	pública	Not Applicable	não	não	não	não	não	em transporte público
1TSR	sim	pulseira		Unassigned	privada	à entrada	sim	sim	sim	não	não	em viatura própria
2AEPM	sim	Unassigned		≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	não	em viatura própria
2VCMA	sim	cartão		6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	não	em viatura própria
2FCMR	sim	cartão		≤5€	privada	à entrada	não	não	não	sim	sim	em viatura própria
3PC	sim	cartão		≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	não	em viatura própria
4PC	sim	cartão		≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	não	em viatura própria
9PC	sim	cartão		Unassigned	privada	à entrada	não	não	não	não	não	em viatura própria
3FMT	não	cartão		≤5€	privada	à entrada	não	sim	sim	não	não	em viatura própria
4FMT	sim	cartão		6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	não	em viatura própria
4MA	sim	cartão		6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	não	em viatura própria
4MCC	sim	bilhete		≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	não	em viatura própria
5TSR	sim	cartão		Unassigned	pública	Unassigned	sim	não	não	não	não	em viatura própria
2CC	sim	bilhete		6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	não	em viatura própria
1BM	sim	outro		≤5€	privada	à entrada	não	sim	sim	não	não	em viatura de terceiros
1MCC5ADPC	sim	Not Applicable		gratuito	pública	Not Applicable	não	sim	sim	não	não	em viatura própria
3MRS	sim	cartão		≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	não	em viatura própria
6TSR	sim	cartão		Unassigned	privada	à entrada	sim	sim	sim	sim	não	em viatura própria
SEM	sim	cartão		6€-15€	privada	à entrada	não	sim	sim	não	não	em transporte público
1JML	sim	bilhete		6€-15€	pública	várias	sim	sim	não	não	não	em transporte público
5DMB	sim	bilhete		6€-15€	pública	várias	sim	sim	não	não	não	em transporte público
9ADPC	sim	pulseira		≤5€	pública	várias	não	sim	sim	não	sim	em viatura de terceiros
1AEPM	sim	cartão		≤5€	privada	à entrada	não	sim	sim	não	não	em viatura própria
1PA	sim	cartão		≤5€	privada	à entrada	não	sim	sim	não	não	em viatura própria
3PAFL	sim	cartão		≤5€	privada	à entrada	não	sim	sim	não	não	em viatura própria
8MCC	não	cartão		≤5€	privada	à entrada	não	sim	sim	não	não	em viatura própria
1MA	sim	cartão		≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	não	em viatura própria
1PA	sim	cartão		6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	não	em viatura própria
1DF	sim	cartão		≤5€	privada	à entrada	sim	sim	não	não	não	em viatura própria

1VC		sim	cartão	6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
1TSR		sim	Not Applicable	gratuito	pública	Not Applicable	sim	sim	não	não	em viatura de terceiros
4DMBVMR		sim	bilhete	> 16€	privada	locais específicos	não	sim	sim	não	em viatura de terceiros
5AD		sim	pulseira	6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura de terceiros
1VMR		sim	pulseira	>16€	privada	várias	sim	sim	não	não	em viatura própria
10PC		sim	cartão	Unassigned	privada	Unassigned	não	não	não	não	em viatura própria
11PC		sim	cartão	≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
3DMB		sim	bilhete	6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	em transporte público
6MCC		sim	Not Applicable	Unassigned	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
6AD		sim	Not Applicable	gratuito	privada	Not Applicable	não	sim	não	não	em viatura de terceiros
1VCMA	Unassigned		Unassigned	6€-15€	privada	à entrada	não	sim	sim	não	Unassigned
6PC	sim		Not Applicable	gratuito	privada	Not Applicable	não	não	não	não	em viatura própria
7PC	sim		Not Applicable	gratuito	privada	Not Applicable	não	não	não	não	em viatura própria
3ADPC	sim		cartão	≤5€	privada	à entrada	não	não	não	sim	em viatura de terceiros
2MB	sim		cartão	≤5€	privada	à entrada	não	sim	não	não	em viatura própria
8PC	sim		cartão	Unassigned	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
13PC	sim		cartão	≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
2MA	sim		Unassigned	gratuito	privada	Unassigned	não	sim	não	não	em viatura própria
5VC	sim		cartão	≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
1MRS	sim		cartão	≤5€	privada	à entrada	não	sim	não	sim	em viatura de terceiros
4AD	sim		Not Applicable	gratuito	privada	Not Applicable	não	sim	não	não	em viatura de terceiros
1SEM	sim		cartão	gratuito	privada	à entrada	não	sim	não	não	Unassigned
2DF	sim		cartão	≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
9TSR	sim		pulseira	Unassigned	privada	Unassigned	sim	sim	sim	não	em viatura própria
1APCC	sim		bilhete	Unassigned	pública	locais específicos	não	sim	não	não	em viatura de terceiros
2ADPC	sim		bilhete	6€-15€	pública	locais específicos	não	sim	não	não	em viatura de terceiros
4ADPC	sim		bilhete	6€-15€	pública	locais específicos	sim	sim	não	não	em viatura de terceiros
1CCAP	sim		bilhete	6€-15€	pública	locais específicos	sim	sim	não	não	em viatura de terceiros
2APCC	sim		bilhete	Unassigned	pública	locais específicos	sim	sim	não	não	em viatura de terceiros
2BM	sim		bilhete	6€-15€	pública	locais específicos	sim	sim	não	não	em viatura própria
5BM	sim		bilhete	6€-15€	pública	locais específicos	sim	sim	não	sim	em transporte público
5CCAP	sim		bilhete	6€-15€	pública	locais específicos	sim	sim	não	sim	em viatura de terceiros

6ADPC	sim	bilhete	6€-15€	pública	várias	sim	sim	não	não	em transporte público
6CCAP	sim	bilhete	6€-15€	pública	várias	sim	sim	não	não	em viatura de terceiros
7ADPC	sim	bilhete	6€-15€	pública	várias	sim	sim	não	não	em transporte público
8ADPC	sim	bilhete	6€-15€	pública	várias	sim	sim	não	sim	em transporte público
7TSR	sim	pulseira	Unassigned	privada	à entrada	sim	sim	não	não	em viatura de terceiros
4BM	sim	Unassigned	6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
BM	sim	bilhete	>16€	privada	online	sim	sim	não	não	em transporte público
2DMB	sim	bilhete	6€-15€	privada	várias	não	sim	sim	não	em transporte público
2LT	sim	bilhete	6€-15€	pública	à entrada	não	sim	não	não	em viatura própria
MB	sim	bilhete	≤5€	privada	à entrada	não	sim	não	não	em viatura própria
3MB	sim	pulseira	≤5€	privada	à entrada	não	sim	não	não	em viatura própria
1BMRR	sim	bilhete	≤5€	privada	à entrada	não	sim	não	sim	em viatura própria
1BM	sim	cartão	6€-15€	privada	à entrada	não	sim	sim	sim	em viatura própria
4MRS	sim	cartão	≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura de terceiros
5PC	sim	cartão	≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
2MCC	sim	Not Applicable	gratuito	pública	Not Applicable	sim	sim	não	não	em viatura própria
2VC	sim	cartão	≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
8VC	sim	cartão	6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
5MCC	sim	cartão	Unassigned	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
7PA	sim	cartão	≤5€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
1MC	sim	bilhete	6€-15€	privada	várias	não	não	não	não	em viatura própria
3PA	sim	bilhete	6€-15€	privada	à entrada	não	sim	não	sim	em viatura própria
3VC	sim	bilhete	6€-15€	pública	à entrada	não	não	não	sim	em viatura própria
4PAFL	sim	bilhete	6€-15€	pública	à entrada	não	não	não	sim	em viatura própria
4VC	sim	bilhete	6€-15€	pública	locais específicos	não	sim	não	sim	em viatura própria
5PA	sim	bilhete	6€-15€	pública	várias	não	não	não	não	em viatura própria
9VC	sim	bilhete	6€-15€	pública	à entrada	não	sim	não	não	em viatura própria
1FCMR	sim	cartão	6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura de terceiros
1AD	sim	cartão	6€-15€	privada	Unassigned	não	não	não	não	em transporte público
10TSR	sim	pulseira	Unassigned	privada	à entrada	sim	sim	não	não	em viatura própria
2PA	sim	cartão	6€-15€	privada	à entrada	não	não	não	não	em viatura própria
7AD	sim	Not Applicable	gratuito	privada	Not Applicable	não	não	não	não	em viatura própria

---

## **ANEXO D**

### **SISTEMA DE CATEGORIAS** **(Grelhas de Dados de Conteúdo)**

(1) O EVENTO				
(1.1) COMUNICAÇÃO	Estratégias que apoiam a divulgação de um evento e/ou de um espaço recreativo. Essas estratégias, a que chamamos SUPORTES podem servir, para além do objetivo mais imediato da divulgação, e complementarmente a este, vários outros fins (FUNÇÕES DOS SUPORTES).			
(1.1.1) SUPORTES DE COMUNICAÇÃO	Referências a estratégias de comunicação específicas.			
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) Nº de US (Refs)
(1.1.1.1)	<b>Designação Promocional</b>	O evento tem uma identidade conferida por uma designação diferente da do espaço que o acolheu.	"O evento tinha uma designação promocional – Noite da XXX – inserido na semana XXX da XXX." (PO 11)	10 18
(1.1.1.2)	<b>Flyers</b>	Tipo de media gráfico que está a promover o evento. Versátil, de grande maneabilidade, de grafismo exuberante.	"Surge depois o terzo médio da imagem, ao centro, que é ocupado por uma fotografia de um cogumelo alucinógeno gigante." (PO 14)	6 31
(1.1.1.3)	<b>Rádio</b>	Tipo de media que está a promover o evento, e que também está a promover-se, por exemplo, através da presença física num evento.	"No intervalo das atuações alguns participantes deslocavam-se para o espaço da rádio XXX, onde participavam cantando e dançando, recebendo t-shirts e sacos com publicidade da rádio." (PO 5)	4 6
(1.1.1.4)	<b>Patrocínios</b>	Entidades ou marcas que estão a associar-se a um evento, oferecendo serviços ou outro tipo de apoio ou vantagem.	"Neste gradeamento foi afixada uma lona de grandes dimensões com a marca de cerveja XXX." (PO 5)	5 27
(1.1.1.5)	<b>Frases Temáticas</b>	Slogans ou mensagens que são usados como estratégias para reforçar a identidade de um evento. A sua função não é apenas publicitária.	"Entre os elementos cénicos e estéticos encontram-se mensagens de cariz pró-pacifista e político." (PO13)	4 10
(1.1.1.6)	<b>Internet</b>	Tipo de media que está a ser usado para promover o evento.	"A partir da observação percebia-se que para além da designação promocional, o evento estava a ser promovido pela casa e por uma série de parcerias online." (PO 10)	3 4
(1.1.1.7)	<b>Logótipos</b>	Ícones de identidade visual do evento usados em vários outros suportes de comunicação visual.	"No canto inferior esquerdo do flyer surge a expressão 'Rentrée Académica', seguida do destaque com o logotipo do espaço XXX." (PO 11)	3 7
(1.1.1.8)	<b>SMS</b>	Estratégia de divulgação do evento entre participantes.	"O observador teve conhecimento do evento através de uma mensagem de sms." (PO 12)	3 3
(1.1.1.9)	<b>Uniformes</b>	Fardamento do staff que reforça a identidade de um evento.	"De costas para a imagem está um barman de um bar da cerveja XXX, marca patrocinadora do evento." (PO 5)	1 1
(1.1.1.10)	<b>Merchandizing</b>	Brindes e outros equipamentos que incluem ícones da identidade visual do evento.	"(...) Era comum a presença de t-shirts com mensagens políticas, de paz, partidárias, ou alusivas a outros eventos como por exemplo a Festa do XXX." (PO 13)	1 1
(1.1.1.11)	<b>Imprensa Escrita</b>	Tipo de media audiovisual que está a ser usado para promover o evento.	"Existia uma nota de imprensa sobre o espaço num conhecido jornal diário que foi reproduzida pelo observador." (PO 10)	1 2
(1.1.1.12)	<b>Informações</b>	Conteúdos incluídos em alguns suportes que ultrapassam a componente publicitária, e procuram oferecer dados (de localização, horário ou outros, úteis ao participante).	"Do nosso ponto de vista o acesso ao evento é facilitado, uma vez que é fornecida informação, no site, relativamente à localização do mesmo." (PO 10).	1 1

(1.1.1.13)	<b>Cartazes</b>	Tipo de <i>media</i> gráfico que está a promover o evento.	“O evento foi sinalizado a partir de informação dos <i>media</i> , concretamente publicidade afixada em placards em vários locais estratégicos de divulgação na cidade.” (PO 1)	2	4
<b>(1.1.2) FUNÇÕES DE COMUNICAÇÃO</b>					
Os vários suportes de comunicação estão a ser usados com intenções variadas, que não se extinguem na intenção de tornar um evento do conhecimento do seu público potencial.					
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Refs)
(1.1.2.1)	<b>Criar uma Identidade</b>	Utilização dos suportes de comunicação para associar uma identidade própria a um evento, que ultrapassa a do espaço em que este tem lugar.	“O evento tinha uma designação promocional – XXX Ladies Night – e foi organizado pela discoteca XXX, situada na zona industrial de Matosinhos.” (PO 3)	10	28
(1.1.2.2)	<b>Informar</b>	Função que satisfaz a necessidade do público potencial de obter elementos básicos que assegurem a sua participação.	“Um último flyer apresenta um croqui alusivo aos diversos postos de venda de bilhetes.” (PO 6)	7	25
(1.1.2.3)	<b>Financiar</b>	Função presente nas referências à colaboração entre promotores de eventos e seus patrocinadores.	“Para além do apelo do referido patrocinador, também promovia o evento a autarquia local. (...)” (PO1)	4	19
(1.1.2.4)	<b>Divulgar</b>	Função menos específica, disseminada pelos vários suportes, relativa à função de dar a conhecer a existência de um evento.	“O observador teve conhecimento do evento através de um flyer recolhido num bar.” (PO 10).	9	15
<b>(1) O EVENTO</b>					
<b>(1.2) MÚSICA</b>	Dimensão diferenciadora dos eventos analisados, na medida em que determina quais os públicos participantes, dinâmicas de uso de SPA, risco, entre outros fenómenos. Essa diferenciação está a ser introduzida pela presença de géneros (ou especialidades) musicais variadas. Podem surgir num evento de forma exclusiva, ou indiferenciada. Podem ser géneros percebidos como estando a captar públicos muito estritos (subculturas que definem uma adesão de tipo mais <i>underground</i> ) ou públicos mais generalistas ( <i>mainstream</i> ). Inclui grandes famílias de géneros musicais – géneros de música eletrónica de dança e géneros da pop-rock. Inclui ainda um conjunto de outros géneros não classificáveis nestes grupos.				
<b>(1.2.1) GÉNEROS DO UNIVERSO DA M. ELETRÓNICA DE DANÇA</b>	Estão a ser codificadas todas as referências dos observadores a géneros ou sub-géneros da música eletrónica de dança.				
Código	Designação	Descrição <sup>45</sup>	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Refs)
(1.2.1.1)	<b>Dance Music (geral)</b>	Referências que não especificam um género e se referem genericamente a música eletrónica de dança.	“A dance music era o único género representado.” (PO 1)	3	9

<sup>45</sup> Na secção de dados de conteúdo, a categoria *música* e os seus géneros são apresentados tal como são referidos pelos observadores. Aqui optámos por apresentar descrições que, embora exteriores aos dados, contribuem para oferecer ao leitor uma visão mais contextualizada dos mesmos. Essas descrições são adaptadas do site [www.pt.wikipedia.org](http://www.pt.wikipedia.org)

(1.2.1.2)	<b>House</b>	Género da música eletrónica de dança cuja designação é inspirada no nome do club de Chicago ( <i>Warehouse</i> ) onde começou a ser originalmente tocada. Inspirado no <i>disco sound</i> e no <i>electro-pop</i> dos anos 70. A sua estrutura musical é uma batida do tipo 4/4, gerada em bateria eletrónica, com linha de baixo e por vezes acréscimos de ‘samplers’ ou pequenos excertos de voz de outras músicas.	“(…) No XXX predomina o house e o techno mais puro (…)” (PO 11)	7	13
(1.2.1.3)	<b>Techno</b>	Género da música eletrónica de dança que se desenvolve a partir de sonoridades percussivas não-harmónicas. Dependendo do sub-género pode variar entre 120 e 150 bpm.	“Este evento consistia numa noite normal de DJ convidado, neste caso o DJ XXX, que reproduz músicas do tipo techno minimal”. (PO 9)	4	12
(1.2.1.4)	<b>Drum’n’Bass</b>	Género da música eletrónica de dança proveniente do <i>jungle</i> , caracterizado por batidas rápidas, superiores a 170 bpm ( <i>beats per minute</i> ).	“Atravessando o topo do flyer surge a designação do evento – ‘Jungle flavours’. Em letras menores, sob esta designação geral alusiva ao género em cartaz, surgem as designações dos géneros mais específicos – ragga, jungle, D’n’B.” (PO 14)	3	14
(1.2.1.5)	<b>Electro</b>	Género da música eletrónica de dança influenciado pelo uso de baterias específicas e <i>sampling</i> de inspiração funk. Caracterizada por sons electrónicos ‘pesados’ e de bateria, sem som vocal ou apenas vocalização electronicamente distorcida.	“De seguida os DJs residentes da discoteca continuaram a reprodução deste género de música passando por vezes pelo electro.” (PO 9)	2	9
(1.2.1.6)	<b>Reggae</b>	Género musical inspirado na cultura tradicional jamaicana.	“Nesta noite, por ser XXX [referência a conhecido DJ de reggae] o cabeça de cartaz, foi possível ver mais atores com rasteiras entre os participantes. (...)”. (PO 6)	1	3
(1.2.1.7)	<b>Trance</b>	Género da música eletrónica de dança experimental de sonoridades harmoniosas e melódicas. Caracteriza-se por batidas entre 125 e 150 bpm.	“Trata-se de uma festa de trance realizada pelos XXX, um grupo de organizadores especializado neste género musical.” (PO 4)	1	6
<b>(1.2.2) GÉNEROS DO UNIVERSO DA POP-ROCK</b>		Estão a ser codificadas todas as referências dos observadores a géneros ou sub-géneros da música pop-rock.			
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(1.2.2.1)	Pop-Rock	Género musical que combina um estilo pop apelativo com letras ligeiras em canções em que a guitarra tem um papel central.	“A oferta musical predominante é, atendendo às bandas indicadas para o palco XXX [que tem o nome de uma conhecida marca de cerveja], do universo da pop-rock e rock alternativo.” (PO 5)	3	5
(1.2.2.2)	Rock Alternativo	Sub-género da música rock que deriva da música independente underground dos anos 80, como o punk rock. São característicos os sons altos de guitarras em distorção.	“O cartaz é composto por bandas de rock’n’roll, embora de perfil não comercial.” (PO 5)	2	11

(1.2.2.3)	Rock'n'Roll	Género de música popular de origem norte-americana, com raízes nos blues, country, jazz, gospel, entre outras influências. Caracteriza-se por uma batida inspirada no ritmo dos blues, por um backbeat acentuado introduzido pela bateria, e por som de guitarra e baixo.	“Nessa noite atuaram 2 DJ's. Um passou música do género house, e outro passou diversos géneros, incluindo rock'n'roll e música africana.” (PO 10)	1	1
<b>(1.2.3) OUTROS GÉNEROS</b>		Estão a ser codificadas referências a géneros que não cabem nas duas subcategorias anteriores, ou referências inespecíficas a géneros musicais.			
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(1.2.3.1)	<b>Geral</b>	Referências gerais a música, sem qualquer outra especificação de géneros ou famílias de géneros.	“As festas académicas têm a tradição de apresentar um estilo de música generalista, comercial, sem serem muito específicas quanto a um género musical.” (P 11).	5	43
(1.2.3.2)	<b>Jazz</b>	Estilo musical originário das comunidades negras do início do séc. XX no sul dos EUA, englobando misto de tradições africanas e europeias. Caracteriza-se pelo uso de notas de blues, improvisação, poli-ritmos, entre outros aspetos.	“O flyer com a programação da Tenda cine-Jazz apresenta a lista de atuações de bandas de jazz para este espaço específico das Noites XXX dentro do recinto.” (PO 6)	2	7
(1.2.3.3)	<b>Africana</b>	Género muito vasto, que cobre distintas tradições e culturas do continente com o mesmo nome. Aqui as referências são sobretudo relativas à música de inspiração sub-sahariana, e originária dos PALOP (p.e. Angola).	“Nessa noite atuaram 2 DJ's. Um passou música do género house, e outro passou diversos géneros, incluindo rock'n'roll e música africana.” (PO 10)	1	1
(1.2.3.4)	<b>Popular Portuguesa</b>	Género influenciado pela Música Tradicional (típica de um povo, país ou região), mas que constitui um género próprio, de influência também contemporânea. Reflete, nos nossos dados, a música nacional em geral, incluindo o pop de origem nacional.	“A principal oferta musical no evento era de música popular portuguesa. Este tipo de música parecia estar de acordo com a maior parte dos sujeitos presentes no evento e caracterizava o tipo de festa em questão.” (PO 13)	1	3
<b>(1) O EVENTO</b>					
<b>(1.3) MEIOS E MICROMEIOS (M.M.M.)</b>	Descreve nichos de que é composto um dado tipo de AR. Estão a contextualizar as ações e os protagonistas dos incidentes observados. Está a ser usado como sinónimo de <i>setting</i> , na medida em que enquanto contexto das atividades, actua como modelo de conduita e dá lugar a sistemas de interações entre características físicas e sociais (Barker, s.d. citado por Dias, 2000). Está a surgir nos dados organizado em <i>meios do exterior (envolve exterior)</i> e do <i>interior</i> do recinto. Nesta última subcategoria percebem-se distintas funções que organizam os vários meios.				
(1.3.1) M.M.M. DO EXTERIOR DO RECINTO	São os M.M.M. localizados fora do perímetro do recinto de um evento. A sua distância em relação a esse perímetro é muito variável.				
(1.3.1.1) M.M.M. DE FUNCIONAMENTO	M.M.M. exteriores ao recinto, mas que estão a apresentar com ele uma relação direta, satisfazendo necessidades e cumprindo com funções complementares ao evento.				
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos</b>	<b>Nº de US</b>



		(Sources)		(Refs)	
(1.3.1.1.1)	Estacionamento	(...)	“Notas negativas são as condições do parque de estacionamento, situado num terreno acidentado, sem piso alcatroado	10 22	
(1.3.1.1.2)	Recintos Urbanos Complementares	Espaços exteriores que estão distantes do recinto, que podem ou não apresentar relação com o evento do ponto de vista da organização, mas que estão a oferecer serviços e atividades de interesse complementar dirigidas aos participantes.	“Existiam outros eventos complementares ao festival, distribuídos por outras estruturas da vila, como por e.g. o ciclo de cinema na Casa da Cultura.” (PO5)	3 3	
(1.3.1.1.3)	Locais de Venda	Podem estar próximos, mas também muito distantes do recinto. O critério para a sua localização é comercial, no sentido de ser a localização que permite maior proximidade e acessibilidade por parte do público-alvo.	“Existem locais de venda dirigidos ao público geral e a estudantes, localizados em permanência em dois locais, desde uma semana antes do evento, e até ao final do mesmo.” (PO 6)	2 4	
(1.3.1.2) M.M.M. DA ENVOLVENTE EXTERNA	M.M.M. exteriores ao recinto, e que não apresentam com ele qualquer relação de necessidade ou função. No entanto, são M.M.M. que podem relacionar-se com o evento do ponto de vista do impacto que este tem sobre aqueles. Esse impacto está relacionado com a questão da proximidade e pode ser de carácter positivo ou negativo.				
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (References)
(1.3.1.2.1)	Área Residencial	Quando o recinto do evento se situa na proximidade de uma área residencial que está a ser identificada pelos observadores.	“Apesar de o evento se localizar num prédio de habitação e por vezes a música estar bastante alta, não se verificou nenhuma queixa por parte da vizinhança, pois penso que o som da música não se ouve do exterior.” (PO12)	8	26
(1.3.1.2.2)	Área Comercial/Passoio	Área urbana próxima do recinto de um evento em que há oferta comercial e/ou que está a ser usada como zona de passeio por outros atores sociais que não os participantes no evento.	“Espaços como este, situados no centro da cidade, são chamaziz de movimentação de pessoas durante o período noturno, contribuindo para transformar estas zonas, habitualmente desertificadas, em espaços mais seguros.” (PO 14)	7	28
(1.3.1.2.3)	Área Rural/Natural	Quando o recinto do evento está situado na proximidade de uma área não-urbana e/ou natural.	“Quanto à sua envolvente, o evento situava-se numa zona rural, próxima de povoações, num espaço arborizado e ribeirinho.” (PO5)	2	16
(1.3.1.2.4)	Área Industrial	Quando o recinto do evento está situado numa zona industrial, com atividade diurna.	“O espaço do evento está inserido numa zona industrial urbana da cidade do Porto.” (PO 11)	2	4
(1.3.2) M.M.M. DO	Espaços de nicho em que, independentemente da natureza aberta (Outdoors) ou fechada (Indoors) do evento do recinto, se localizam obrigatoriamente dentro do seu perímetro.				

INTERIOR DO RECINTO		Apresentam contributos e funções distintos para o evento.			
(1.3.2.1) M.M.M. DE LAZER		Espaços de nicho interiores ao recinto cuja função está associada à promoção e facilitação da diversão dos participantes.			
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (References)
(1.3.2.1.1)	Bar	Espaço dedicado à venda de bebidas e, por esse motivo, concentrador de muitos participantes. Também é o espaço onde estão a acontecer diversas dinâmicas relacionadas com o consumo de álcool.	“Estavam a acontecer promoções de bebidas, com uma oferta de shotsno bar 2, através de um aviso sonoro que se fazia ouvir em todo o espaço.” (PO 10)	11	65
(1.3.2.1.2)	Pista de Dança	Área de localização central num recinto, que ocupa tendencialmente a maior parte do espaço disponível. Por aí se percebe a importância que está a ser atribuída à dança como atividade (de lazer) central num evento. Não está sempre presente.	“Apesar de uma maior afluência de participantes melhorar o bem-estar relativamente ao espaço de dança, também gera alguma confusão e diminui o bem-estar de alguns participantes, pois impossibilita de certa forma a realização de atividades como dançar e conversar.” (PO 10)	11	51
(1.3.2.1.3)	Palco Principal	Em eventos cuja oferta de lazer consiste nos concertos ao vivo, o palco principal é o que assume maior centralidade, é o que concentra a atenção dos participantes.	“Quando nos deslocamos para esta zona para assistir ao DJ set do cabeça de cartaz desta noite, o espaço encontrava-se já repleto, mantendo-se embora boa circulação – seriam cerca de 02.00 da madrugada.” (PO 14).	7	68
(1.3.2.1.4)	Área Exposição	Está a surgir como atividade complementar.	“Na área central do recinto existem duas grandes zonas de stands que cobrem as cidades do país. (...)” (PO 13)	4	20
(1.3.2.1.5)	Área Comercial	Está a surgir como atividade complementar.	“Outros tipos de oferta incluem pontos de venda (barracas) dum conhecido centro comercial com marca própria, e roupas em saldo para compra. Este espaço esteve aberto todo o dia.” (PO 1)	4	8
(1.3.2.1.6)	Palco Secundário	Em eventos cuja oferta de lazer consiste nos concertos ao vivo, pode acontecer existir mais do que um espaço para apresentação de atuações.	“Na entrada 2 o participante acede igualmente ao recinto, mas junto à zona de serviços e palco secundário. Aqui existiam igualmente duas barreiras de controlo com segurança privada.” (PO 5)	3	7
(1.3.2.1.7)	Plateia	Em eventos cuja oferta de lazer consiste nos concertos ao vivo, a área da plateia (do palco principal) é a mais central e aquela à qual está a ser reservada uma área de maior dimensão.	“O público está de pé sobre um enorme anfiteatro a céu aberto, que aproveita o declive natural do terreno.” (PO 5)	2	11
(1.3.2.1.8)	Sala de Concertos	Em eventos cuja oferta de lazer consiste nos concertos ao vivo, mas que estão a acontecer em espaços fechados e de pequena dimensão.	“No piso de baixo há dois grandes espaços – o espaço da sala de concertos, com um palco, e o espaço para a assistência, com uma porta de acesso.” (PO 8)	2	9

(1.3.2.1.9)	Área internet	Está a surgir como oferta complementar.	“Havia um espaço com acesso à internet.” (PO 5)	2	2
(1.3.2.1.10)	Praia Fluvial	Oferta complementar que surge devido a condições particulares de um recinto em ambiente natural.	“O evento durou vários dias entre 12 e 15 de agosto de XXX e decorreu na localidade de XXX, no norte de Portugal, na praia fluvial de XXX.” (PO 5)	1	8
(1.3.2.1.11)	Área VIP	É sempre uma área de acesso exclusivo e controlado. Pode surgir em eventos de características muito diferentes.	“O evento tinha um carácter gratuito, sendo que era apenas distribuída uma pulseira de controlo para os participantes com acesso à zona VIP do recinto.” (PO 1)	1	2
(1.3.2.1.12)	Área Divertimentos	Está a surgir como oferta complementar.	“(…) Outras estruturas de lazer existentes eram os habituais carrinhos de choque, matraquilhos e carrinhas de peluches.” (PO 6)	1	2
(1.3.2.2) M.M.M. DE APOIO	Espaços de nicho interiores ao recinto que oferecem serviços orientados para a promoção do bem-estar. Nessa medida, são espaços que oferecem serviços que estão a reduzir riscos potenciais ou que estão a assistir em situações de risco efetivo (minimizando danos), decorrentes da participação em AR. Esta finalidade não exclui a possibilidade destes espaços estarem a ser usados pelos participantes com intenção contrária a essa função.				
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Referenc es)
(1.3.2.2.1)	WC's	(...)	“As casas de banho em festas académicas não primam pela excelência. Mas desta vez, nem água havia!” (PO 11)	13	54
(1.3.2.2.2)	Área de Descanso	Estão a codificar-se como áreas de descanso não só os espaços intencionalmente oferecidos para esse fim, como também áreas de pequena dimensão e até com outras funções, mas que possam também ser usadas como tal.	“O evento não oferta no que se refere a áreas de lazer ou repouso. No entanto havia no piso superior uma zona com banquinhos alguns participantes utilizavam para descansar quando estavam cansados de dançar.” (PO 3)	10	28
(1.3.2.2.3)	Área de Prestação de Cuidados	Espaços intencionalmente oferecidos para a redução de riscos, primeiros socorros ou outras formas de assistência no local.	“Existiam estruturas de emergência e primeiros socorros, especificamente, uma área do evento destinada a prestação de cuidados.” (PO 10)	5	10
(1.3.2.2.4)	Área Aberta	Estão a surgir em eventos fechados (Indoors) mas que contemplam áreas a céu aberto contidas num recinto que é predominantemente fechado.	“Outro corredor leva a dois pátios exteriores. E a uma sala de espetáculos mais fechada e reservada.” (PO 14)	4	45
(1.3.2.2.5)	Saída de Emergência	Estão a codificar-se as referências a uma sinalização que remete para uma saída alternativa para evacuação de emergência. No entanto, em vários eventos está a acontecer que apesar dessa sinalização existir, remete para a via de acesso comum ao evento.	“A entrada e saída do espaço faz-se pelo mesmo acesso. A saída de emergência, apesar de assinalada, também dá para a mesma saída da saída comum, o que significa que, na verdade, é uma saída de emergência algo fictícia.” (PO 14)	4	17
(1.3.2.2.6)	Área de	Referências a um espaço do recinto com esta função	“Verifica-se que em termos de estruturas disponíveis e	4	13

Alimentação		específica e que assegura a oferta de alimentos.	oferta no evento, a área alimentar é a que se encontra mais distante da zona inicial e central do recinto. (PO 6)	3	11
(1.3.2.2.7)	Área de Campismo	Referências a um espaço do recinto apropriado para o acolhimento de campistas.	“Ainda alinhado com a entrada, mas numa área lateral mais afastada, existe a entrada para a zona do campismo.” (PO 13)		
(1.3.2.2.8)	Bengaleiro	Referências a um espaço do recinto destinado à guarda de objetos pessoais dos participantes.	“No piso inferior, e mais próximo da entrada, estão situados serviços como o bengaleiro, os WC’s e o acesso ao piso superior (escadas).” (PO 11)	3	3
(1.3.2.3) M.M.M. DE FUNCIONAMENTO					
Espaços de nicho interiores ao recinto que regulam serviços e asseguram o funcionamento do evento. Podem incluir espaços de serviços cuja função assiste, mas não está diretamente relacionada, com a oferta de lazer.					
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Referenc es)
(1.3.2.3.1)	Entrada	Referências a uma via de acesso central à área interior de um recinto onde o controlo desse acesso é vigiado e regulado, independentemente do evento ser de carácter pago ou gratuito.	“A entrada do evento agentes da PSP indicavam e controlavam a entrada no recinto assim como o tráfego automóvel no local. (PO 1)	14	79
(1.3.2.3.2)	“Limbo”	Espaço situado entre a primeira barreira de acesso ao perímetro de um evento e a última passagem desse acesso efetivo a uma zona mais central do evento. Pode ter extensão muito variável.	“Era necessário percorrer uma distância considerável desde a porta até à festa em si, um trilho no meio da floresta que estava mal iluminado.” (PO 4)	4	13
(1.3.2.3.3)	Cabine DJ	Espaço próximo da pista de dança, numa posição elevada, por forma a permitir ao DJ uma vista panorâmica ampla sobre a plateia que dança. Pode ser apenas um cubículo de dimensões muito reduzidas, apenas o suficiente para incluir o equipamento de Djing. (Pratos, vinis e outros discos, equipamento informático ou de outro tipo).	“Junto ao bar da direita está a cabine do DJ, voltada para a pista de dança.” (PO 11)	4	8
(1.3.2.3.4)	Caixas de Pagamento	Referências a uma área do recinto destinada à cobrança das despesas realizadas em consumo.	“Outros atores formavam uma fila junto das caixas de pagamento, enquanto que outros descansavam nos sofás da zona superior.” (PO 9)	3	4
(1.3.2.3.5)	Backstage	Referências a uma área de serviço de circulação restrita, reservada a staff e a artistas.	“A imagem 2 é uma imagem recolhida a partir do backstage durante a atuação da mesma banda.” (PO 5)	1	2
(1.3.3.) M.M.M. DO RECINTO GLOBAL					
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Refs)

(1.3.3.1.)	<b>Piso Inferior</b>	Referências ao piso inferior de um recinto que apresentava esta arquitectura específica.	“O piso inferior é a área central mais vasta do recinto. Está localizada aí a pista de dança. Esta é rodeada de bares – em frente, atrás, à esquerda e à direita.” (PO 11)	2	7
(1.3.3.2.)	<b>Piso Superior</b>	Referências ao piso superior de um recinto que apresentava estava arquitectura específica.	“O piso de cima era a zona restrita para se poder fumar e também estava algo lotado.” (PO 11)	2	5
(1.3.3.3.)	<b>Recinto Todo</b>	Referências gerais e de carácter global ao recinto de um evento. Referências que se reportam à espacialidade do evento de modo inespecífico.	“(…) Existia segurança privada que percorria o recinto com o mesmo objetivo de evitar confrontos.” (PO 1)	14	98
<b>(1) O EVENTO</b>					
<b>(1.4) ELEMENTOS DE M.M.M.</b>		Elementos físicos e sociais, de ordem material, relativos a objetos ou a tipos de oferta, e que classificam o tamanho do ambiente e a compreensão das transações que nele têm lugar.			
<b>(1.4.1) QUANTO ÀS FUNÇÕES</b>		Categoria que apresenta interpretações sobre as funções cumpridas pelos vários Elementos de M.M.M..			
<b>(1.4.1.1) Função LAZER</b>		Elementos que estão a contribuir para potenciar um objetivo central dos AR que é proporcionar aos seus participantes uma experiência de fruição.			
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Referenc es)
(1.4.1.1.1)	<b>Atuação</b>	Performances apresentadas por músicos ou artistas que animam um evento.	“O evento é uma festa em meio clubbing que tem como nome promocional ‘Noite Acad+emica’; pelo facto de ser uma noite diferente contando com a presença de muitos estudantes e com a actuação da ‘Tuna Mista da XXX’.” (PO 12)	10	119
(1.4.1.1.2)	<b>Jogo Luzes</b>	Efeitos visuais produzidos pela iluminação ou por laser.		10	16
(1.4.1.1.3)	<b>Decoração</b>	Elementos cénicos usados para decorar um espaço.	“Existiam esculturas e outros elementos decorativos. Era uma festa de Halloween e a decoração era apropriada, com a utilização de cores bem vivas e fluorescentes (...)” (PO 4).	7	13
(1.4.1.1.4)	<b>Multimedia</b>	Oferta de projeções vídeo e outras instalações que vão para além da oferta musical.	“Houve oferta de espéáculos multimédia e outros divertimentos (...)” (PO6). “Existia a projeção de um filme na sala do bar onde se encontrava a grande maioria dos participantes.” (PO8)	6	7
(1.4.1.1.5)	<b>Cartaz</b>	Elenco de músicos e outros artistas que estão a atuar num evento.	“O Festival XXX é um festival de grande prestígio, devido à qualidade do seu cartaz musical.” (PO5).	5	23
(1.4.1.1.6)	<b>Outros</b>	Referências a outros elementos, tais como cinema, divertimentos, exposições, artesanato, conferências e debates, strip tease, feira livro, improvisações,	“A programação diária era diversificada, com yôga, ciclo de cinema dedicado à música e poesia.” (PO5). “Anunciava-se ainda ‘strip feminino’; acompanhado da	(1-2)	44

massagens, poesia, teatro, yoga, etc.				
frase promocional – ‘A melhor noite da invicta!’.” (PO10)				
Elementos cuja presença está relacionada com o objetivo de oferecer ao participante uma experiência em que estão asseguradas a sua segurança e bem-estar.				
<b>(1.4.1.2) Função PROTEÇÃO</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>
	<b>Código</b>			<b>Nº de US (Refs)</b>
(1.4.1.2.1)	<b>Iluminação</b>	Utilização das luzes com o objetivo de garantir uma circulação segura pelo recinto.	“Considerou-se que a localização era num local que gera sentimentos de insegurança dado que se encontra em ruas conhecidas pela prostituição, pouco movimentadas e com iluminação deficiente.” (PO 10)	14
(1.4.1.2.2)	<b>Sinalização</b>	Marcos de orientação ao participante sobre como chegar.	“Como o bar se localiza no centro da cidade de XXX torna-se acessível. Porém, na minha opinião, quem não conhece o bar pode ser um pouco complicado saber onde é, pois não possui indicações com o acesso.” (PO 12)	10
(1.4.1.2.3)	<b>Ventilação</b>	Referências à existência e qualidade do sistema de renovação do ar num evento.	“Nota positiva é a boa ventilação, já que se tratava de um evento em outdoor.” (PO1). “A ventilação e as saídas de ar foram consideradas adequadas.” (PO10)	8
(1.4.1.2.4)	<b>Copos de Plástico</b>	Referências à substituição dos copos de vidro por copos de plástico, eliminando-se o risco relativo à presença de vidros e cortes.	“Nota positiva é a substituição dos copos de vidro por copos de plástico.” (PO1). “Os copos de vidro tinham sido substituídos por copos de plástico.” (PO7)	7
(1.4.1.2.5)	<b>Água Potável</b>	Referências à disponibilidade de água potável em livre acesso.	“Existia acesso livre a água potável.” (PO9)	7
(1.4.1.2.6)	<b>Extintores</b>	Referências à acessibilidade a extintores para controlo do risco de incêndio.	“Existiam extintores de incêndio.” (PO11)	7
(1.4.1.2.7)	<b>Mapa</b>	Referências a um mapa do recinto do evento para orientação do participante.	“Nessa estrutura em outdoors percebia-se, através do mapa do evento, que existia um recinto que foi vedado para o efeito aproveitando uma zona de passeio pedonal do Parque da Cidade.” (PO1)	5
(1.4.1.2.8)	<b>Outros</b>	Referência a outros elementos de proteção, tais como primeiros socorros, sofá, preservativos, saídas de emergência, livro de reclamações, testes de alcoolemia, chuveiros, isolamento sonoro, kits	“Existia oferta de RRMD através de uma equipa especializada. Estava a ser oferecido aconselhamento e informação, eram oferecidos espaços de prestação de cuidados para situações	(1-2)

de sniff, sacos do lixo, testes HIV, etc..						críticas (INEM), e existiam testes de alcoolemia.” (PO6)					
Elementos cuja presença está relacionada com o objetivo de facilitar a vigilância do acesso, entrada e monitorização do espaço aos atores com responsabilidades de gestão do evento.											
Código		Designação		Descrição		Exemplos dos dados		Nº Documentos (Sources)		Nº de US (Refs)	
(1.4.1.3.1)		Barreiras		Referências a equipamentos destinados à delimitação do espaço físico do evento, na entrada ou no perímetro.		“Existiam duas barreiras de acesso ao evento. Na primeira, localizada à entrada, dois porteiros que eram segurançasprivados geriam o acesso ao local e a distribuição de cartões de consumo.” (PO 2).		14		51	
(1.4.1.3.2)		Bilhete		Referências ao bilhete físico do acesso ao evento, pré-comprado, e a promoções associadas a esse ingresso. Os eventos cujo acesso se dá por bilhete habitualmente não têm controlo por cartão de consumo obrigatório.		“O evento em questão denominava-se ‘Noite da Gaitice’. Na compra de bilhete tínhamos oferta de uma vodka.” (PO 11).		9		30	
(1.4.1.3.3)		Cartão de Consumo		Referências ao suporte físico onde se efetua o registo do consumo durante o evento. Poderá implicar o consumo de um montante mínimo em bebidas. Os eventos cujo acesso se dá por cartão de consumo habitualmente não têm bilhete de acesso pré-comprado.		“O acesso ao evento estava a ser gratuito, pois não estava a ser cobrada entrada nem exigido cartão de consumo mínimo obrigatório, embora existisse cartão para controlo do consumo das bebidas efetuado.” (PO10).		8		16	
(1.4.1.3.4)		Aviso		Referências a informações ao participante em local visível.		“Existia aviso sobre a idade mínima de acesso – 16 anos”. (PO3)		6		9	
(1.4.1.3.5)		Detetores de Metais		Referências a equipamentos eletrónicos de deteção de armas e outros objetos proibidos.		“Existiam 4 postos de venda e colocação de pulseiras aos portadores de bilhetes de 4 dias. O objetivo era controlar entradas, verificar mochilas, controlar objetos que podem ou não passar, e passar no detetor de metais.” (PO5)		5		9	
(1.4.1.3.6)		Pulseira		Referências a pulseiras provisórias colocadas no participantes como estratégias de controlo do acesso ao evento.		“O evento tinha um caráter gratuito, sendo que era apenas distribuída uma pulseira de controlo para os participantes com acesso à zona VIP do recinto.” (PO1)		3		10	
(1.4.1.3.7)		Horários		Referências a horas previstas para atuações musicais e outros serviços do evento.		“No que se refere aos horários é importante realçar o atraso na atuação dos XXX. Excetuando-se isto tudo correu dentro da normalidade.” (PO8)		3		9	

(1.4.1.3.8)	<b>Fila</b>	Referências a filas que perturbam a circulação e acessibilidade a serviços do evento.	“Atingiu-se um pico por volta das 4 da manhã. A partir dessa hora a circulação no evento tornou-se muito mais difícil, principalmente o acesso ao bar, já que as filas eram bastante significativas, bem como para o acesso ao WC.” (PO7)	3	4
(1.4.1.3.9)	<b>Vedação</b>	Referências a equipamentos destinados à delimitação do espaço físico do evento, em zonas do interior do recinto, visando condicionar ou impedir a acessibilidade dos participantes.	“Imediatamente abaixo do palco, na zona de segurança entre palco e público, no espaço protegido pela vedação que isola o palco, são visíveis 3 seguranças que estão de costas para a atuação e observam o público.” (PO5)	2	7
(1.4.1.3.10)	<b>Outros BI</b>	Referências a outras estratégias de controle tais como <i>pedir BI, operações stop, convites, fardas e uniformes, free-pass</i> .	“O barman usa uma t-shirt da marca que o identifica como ‘bares’.” (PO5)	(1-2)	10
<b>(1.4.1.4) Função RISCO</b> Elementos cuja presença está associada a risco na perspectiva de quaisquer atores sociais do evento, e também na perspectiva de outros agentes externos sobre os quais o evento pode exercer impacto negativo.					
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(1.4.1.4.1)	<b>Ruído</b>	Referências ao ruído como fator de perturbação da vizinhança do evento.	“Do ponto de vista dos elementos de perturbação gerados pelo evento foram identificados alguns aspectos começando pelo ruído, fruto da proximidade para com uma área residencial.” (PO 1)	10	18
(1.4.1.4.2)	<b>Sujidade</b>	Referências à sujidade do espaço do recinto, bem como às suas imediações, como fator de perturbação.	“Na pista de dança por vezes os atores participantes deitam copos das bebidas para o chão. Isto não é um elemento de grande perturbação porque no final da festa o recinto é limpo. Todavia torna-se por vezes incômodo tropeçar nos copos de vidro.” (PO 3)	7	16
(1.4.1.4.3)	<b>Trânsito</b>	Referências a problemas de trânsito gerados pela afluência de pessoas e veículos nas imediações do evento.	“Atendendo a que o acesso ao evento se situava em cima de uma rotunda com intensa circulação automóvel, a par com a ausência de estacionamento com capacidade para a afluência registada, traduziu-se em problemas de trânsito.” (PO1)	4	8
(1.4.1.4.4)	<b>Agressões Físicas</b>	Referências a ocorrências de violência e agressão física no interior ou nas imediações de um evento.	“Vi um rapaz cá fora ensanguentado no pescoço, com dois polícias a separar os dois	4	8



grupos." (PO 11)				
(1.4.1.4.5)	<b>Vizinhança</b>	Referências a impacto negativo, geral e específico, para a vizinhança do recinto de um evento.	<i>"Esta discoteca apresenta na medida do possível uma relação harmoniosa com o ambiente envolvente na medida em que se localiza abaixo do nível de solo. Mas contudo, pelo facto de se localizar numa zona residencial, os problemas de estacionamento e a forte afluência de pessoas gera algum ruído que durante a noite chega a ser incómodo para os residentes próximos."</i> (PO9)	3
(1.4.1.4.6)	<b>Temperatura</b>	Referências a temperatura elevada e a problemas na refrigeração do espaço.	<i>"A temperatura ambiente também foi considerada desadequada. Era muito elevada, e o ar saturado."</i> (PO11)	4
(1.4.1.4.7)	<b>Copos de Vidro</b>	Referências a copos de vidro descartados pelo recinto de forma a que constituem risco de cortes.	<i>"Na pista de dança por vezes os participantes deitam os copos das bebidas para o chão. Isto não é um elemento de grande perturbação porque no final da festa o recinto é limpo. Todavia torna-se por vezes incómodo tropeçar nos copos de vidro."</i> (PO3)	4
(1.4.1.4.8)	<b>Outros</b>	Referências a outros elementos que comportam risco para os atores sociais que participam diretamente ou que são influenciados pelo evento, tais como <i>agressões verbais, armas, barreiras arquitetónicas, crowdsurfing, fumo, prostituição, torneiras fechadas.</i>	<i>"Nota negativa para o acesso à água potável, que era desadequado. Notaram-se torneiras fechadas, e não havia forma de livre acesso a água potável. A única forma de obter água era comprá-la nas barraquinhas."</i> (PO6) <i>"Em situações limite, como por exemplo no crowdsurfing, em que os participantes se deixam transportar sobre a multidão, elevando-se do solo na horizontal, para assim se aproximarem do túnel do palco, a segurança via-se obrigada a transportar estas pessoas para longe do palco, no final da plateia, o que acontecia num clima sereno e sem distúrbios ou violência."</i> (PO5)	1

(1.4.1.5)Função COMERCIAL		Elementos cuja presença está associada a incentivo ao consumo no evento ou suas imediações, em atividades lícitas ou ilícitas.		
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) N° de US (RefS)
(1.4.1.5.1)	Preços	Referências a políticas de preços e a percepções sobre o custo do evento.	"A maior representação do público entre os 15 e os 25 anos pode ter a ver com o facto de se tratar de um evento gratuito, não requerendo assim um público com capacidades económicas elevadas." (PO 1)	13 65
(1.4.1.5.2)	Promoções	Referências a promoções que envolvem, predominantemente, o acesso a bebidas alcoólicas associado à compra de um ingresso.	"Ainda na área central do flyer surge a oferta de cartaz para os 3 dias de eventos(...) seguido da expressão 'Oferta de duas cervejas !'" (PO 11).	8 22
(1.4.1.5.3)	Serviços no Exterior	Referências a oferta de consumo ou serviços situada nas imediações do recinto.	"Seria de esperar um maior investimento do comércio local para rentabilizar a afluência de pessoas com oferta de serviços à altura dessa afluência, o que não se verifica. Os horários de funcionamento não são alterados, há serviços (por e.g. quiosques, cafés, bombas de gasolina) que estão fechados, etc..." (PO5)	3 5
(1.4.1.5.4)	Dinheiro	Referências à circulação de dinheiro no recinto.	"Observou-se um indivíduo com um volume considerável de dinheiro (em notas) no WC, durante o tráfego. O mesmo indivíduo eslocava-se com muita frequência ao WC e abordava alguns frequentadores, e vice-versa." (PO7)	2 3
(1.4.1.5.5)	Outros	Referências a outros elementos associados a incentivo ao consumo no evento e suas imediações, tais como multibanco, pré-venda ou merchandizin.	"No intervalo das atuações alguns participantes deslocavam-se para o espaço da rádio XXX, onde participavam cantando e dançando, recebendo t-shirts e sacos com a publicidade da rádio." (PO5)	(1) 4
(1.4.1.6)Função MOBILIDADE		Elementos cuja presença está associada à mobilidade dos atores sociais de um evento.		
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) N° de US (RefS)
(1.4.1.6.1)	Viaturas	Referências aos vários tipos de viaturas que asseguram a mobilidade.	"A acessibilidade ao evento fazia-se de formas variadas, mas predominantemente através de viaturas privadas como veículos ligeiros, sobretudo utilitários." (PO 1)	5 10

Categoria que classifica os Elementos de M.M.M. em elementos físico-ambientais e em elementos socio-ambientais. Esta codificação “banhou” o conjunto das referências já codificadas a respeito das várias Funções de MMM (1.4.1) – de entre o conjunto destes códigos identificaram-se os mais próximos de dimensões físicas e os mais próximos de dimensões sociais. As referências desses códigos foram depois, no seu conjunto, codificadas para as subcategorias abaixo.					
Elementos de M.M.M. que estão a contribuir para a identificação do NFA. São elementos de ordem física aos quais o observador está a fazer corresponder uma leitura simbólica.					
Elementos de M.M.M. que estão a contribuir para a identificação do NSA. São elementos molares dos AR, de ordem menos material, mas referidos a aspetos muito concretos da oferta dos eventos.					
A partir duma classificação básica em PAE, organiza-se a classificação dos Elementos de M.M.M. em função da sua configuração <i>natural vs. construída</i> (Giulliani & Scopelliti, 2009).					
Elementos naturais presentes nos eventos.					
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (RefS)
(1.4.3.1.1)	Natureza	Referências genéricas ao ambiente natural de um evento.	“Durante a actuação de uma dasbandas, e com a chuva a cair, um rapaz com intenção de se abrigar sentou-se perto de nós, debaixo da árvore, preparou o seu charro e fumou, enquanto assistia atentamente ao concerto.” (PO 5)	1	8
(1.4.3.1.2)	Árvores	Referências a vegetação nos eventos em outdoor.	“O concerto está a decorrer durante o dia, a céu aberto, numa zona de descampado, mas com árvores e vegetação visível por perto.” (PO5)	1	4
(1.4.3.1.3)	Outros	Referências a outros elementos naturais, tais como chuva, fogueira, pó.	“Não existia espaço chill-out, mas havia um local onde os XXX (organizadores) tinham feito uma fogueira, e muitos aproveitavam-no como espaço de descanso e conversa.” (PO 4).	(1)	4
Elementos construídos presentes em alguns AR.					
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (RefS)
(1.4.3.2.1)	Escadas e Pisos	Referências a vias de acesso interior em recintos com vários pisos.	“No piso intermédio estão apenas as escadas de acesso ao piso inferior, vedado aos participantes.” (PO 8) “A XXX (nome do espaço) foi feito na cave de uma casa restaurada, com vários pisos, não estando os superiores abertos aos participantes.” (PO8)	3	8
(1.4.3.2.2)	Outros	Referências a outros elementos construídos, tais como portas de acesso e toldos.	“Não se observaram elementos cénicos ou estéticos específicos para este evento. Destaca-se apenas a presença de um toldo que cobria a área do dance-floor e a cabine do DJ, cuja função seria a separação dos dois espaços.” (PO7)	(1)	4

(1) O EVENTO					
(1.5)TEMPO	Codificação cronológica e experiencial das etapas de um evento tal como são percebidas pelo Observador.				
(1.5.1)TEMPO CRONOLÓGICO	Codificação do tempo cronológico em intervalos horários				
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Referenc es)
(1.5.1.1)	Noite	Codificação dos eventos que decorrem entre as 21.00 e as 03.00.	...	6	599
(1.5.1.2)	Toda a Noite	Codificação dos eventos que decorrem entre as 21.00 e as 06.00.	...	4	338
(1.5.1.3)	Tarde	Codificação dos eventos que decorrem entre as 13.00 e as 21.00.	...	3	329
(1.5.1.4)	Madrugada	Codificação dos eventos que decorrem entre as 03.00 e as 06.00.	...	3	285
(1.5.1.5)	Manhã	Codificação dos eventos que decorrem entre as 21.00 e as 06.00.	...	3	223
(1.5.2)ETAPAS DO EVENTO	Codificação da evolução do evento avaliada não a partir de uma escala cronológica objectiva, mas antes a partir de momentos percebidos pelo Observador para essa evolução, por ele experienciados, e cuja cronologia pode variar de evento para evento.				
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Referenc es)
(1.5.2.1)	Fase Inicial	Referências relativas à etapa da chegada dos participantes a um evento em que se regista ainda uma reduzida afluência de pessoas e reduzida frequência de atividades.	"Aquando da nossa chegada. A ocupação não correspondia a um quarto do tamanho total do espaço, parecendo-nos contar com aproximadamente 30 pessoas, distribuídas maioritariamente pelo Bar1, mais numa lógica de convívio...café..." (PO 10)	13	74
(1.5.2.2)	Fase Avançada	Referências relativas a uma etapa de pleno funcionamento e em que a afluência, independentemente de fraca ou elevada, é descrita como estável.	"Quando nos deslocamos a esta zona para assistir ao set do cabeça de cartaz desta noite – o XXXX – o espaço encontrava-se já repleto. Mantendo-se embora boa circulação. Seriam cerca das 02.00 da madrugada." (PO14)	12	108
(1.5.2.3)	Pico de Afluência	Referências a uma etapa em que o evento atinge o pico máximo de participantes e atividades.	"Relativamente aos barmans, estes eram em grande número e simpáticos. Contudo existiu uma hora da noite em que eram tantos os participantes a aceder ao bar para pedir bebidas, que os barmans não eram em número suficiente para atender a tantos pedidos; e consequentemente alguns participantes esperavam mais de 30 minutos por uma bebida." (PO 3)	8	17

(1.5.2.4)	<b>Fim de Festa</b>	Referências a uma etapa de diminuição progressiva de atividades e em que de forma reconhecível se inicia o abandono do recinto por parte dos participantes, com consequente diminuição da afluência.	“Este episódio foi observado cerca das 07.00 da manhã. Aconteceu no exterior do recinto perto da entrada da discoteca. Estavam envolvidos um rapaz, dois polícias, e os grupos de amigos. A polícia estava a averiguar o estado do rapaz e a separar um grupo de jovens que estava todo junto.” (PO 11).	2	24
<b>(1) O EVENTO</b>					
<b>(1.6)RISCO</b>		Codificação de dimensões de risco nos eventos que decorrem quer de características do seu espaço físico quer de comportamentos exibidos pelos atores sociais, sejam estes participantes ou de outros tipos.			
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(1.6.1)	<b>Incentivo ao Consumo</b>	Codificação de episódios de incentivo irresponsável ao consumo de bebidas alcoólicas pelos participantes, por parte de staff e agentes promotores.	“Os preços praticados para as bebidas sem álcool são um pouco elevados.” (PO10). “O evento em questão denominava-se XXX. Na compra do bilhete tínhamos oferta de uma vodka.” (PO11)	11	39
(1.6.2)	<b>Desidratação e Hipertermia</b>	Codificação de episódios que apontam para risco de desidratação e hipertermia nos participantes motivado por condições temperatura elevada e deficiente ventilação dos eventos.	“A ventilação e saídas de ar foram considerados desajustados, sentindo-se um ambiente muito pesado, saturado, fruto da ventilação deficiente.” (PO11) “A afluência de público a partir da meia noite era muita, trazendo consequências negativas para o recinto, devido ao excesso de fumo e ao excesso de pessoas, o que tornava por um lado o ar saturado e por outro a circulação no espaço muito complicada.” (PO12)	9	21
(1.6.3)	<b>Risco de Acidentes Pessoais</b>	Codificação de episódios de risco de acidentes pessoais para o participante, motivados por barreiras arquitetónicas e outras características dos espaços físicos do evento.	“A sujidade provocada pelo evento também foi significativa, fruto de os participantes deitarem no chão os recipientes vazios das bebidas.” (PO1).	5	11
(1.6.4)	<b>Sobrelotação</b>	Codificação de episódios de risco para o participante associado à sobrelotação e sobrepopoamento do recinto.	“Havia zonas em que era muito difícil circular, sobretudo na pista central.” (PO11) “Esta discoteca não inspira muita confiança na medida em que é pequena demais para o número de pessoas que alberga.” (PO9)	5	10
(1.6.5)	<b>Risco Sanitário</b>	Codificação de episódios de risco sanitário para o participante motivado por condições de higiene e limpeza deficiente do eventos.	“As casas de banho em festas académicas não primam pela excelência. Mas desta vez nem água havia.” (PO11).	5	9
(1.6.6)	<b>Risco de Evacuação</b>	Codificação de episódios de risco de evacuação para o participante, motivado por sinalização deficiente ou por ausência de saídas de emergência.	“Há sinalização e saídas de emergência. Mas o acessos ao exterior não são muito fáceis, uma vez que estas saídas são muito estreitas.” (PO10)	5	6

(1.6.7)	<b>Binge-Drinking e Embriaguez</b>	Codificação de episódios de binge-drinking protagonizados pelo participante, i.e., em que o uso de bebidas alcoólicas estava a ser percebido como globalmente problemático, fruto da sua intensidade e frequência observáveis ao longo de um mesmo intervalo de tempo.	<i>“No que se refere ao consumo de álcool em geral é de salientar que os bombeiros tiveram de intervir diversas vezes, devido ao consumo em excesso de álcool.” (PO5)</i> <i>“Foi de notar que diversas pessoas apresentavam um estado de consciência visivelmente alterado, devido ao consumo excessivo de álcool.” (PO6).</i>	3	4
(1.6.8)	<b>Ausência de áreas de repouso</b>	Codificação de episódios em que o participante está em risco por não serem oferecidos espaços e equipamentos destinados ao repouso.	<i>“Não existem restaurantes ou até mesmo espaços “verdadeiramente” de repouso.” (PO11).</i>	3	3
(1.6.9)	<b>Crise por uso SPA</b>	Codificação de episódios em que o participante está em risco por estar a passar por uma crise associada a um episódio agudo de sintomatologia provocada pelo uso de SPA.	<i>“O excesso de álcool provocou mal-estar físico em alguns participantes. Por volta da uma da manhã, à porta do bar, um rapaz e uma rapariga estavam no exterior porque um deles estava a sentir-se mal fruto do consumo excessivo de álcool.” (PO12)</i>	2	4
(1.6.10)	<b>Risco Acesso Água Potável</b>	Codificação de episódios em que o participante está em risco por não ser assegurado no evento o livre acesso a água potável.	<i>“Nota negativa para o acesso a água potável, que era desadequado. Notaram-se torneiras fechadas, e não havia forma de livre acesso a água potável. A única forma de aceder a água potável era comprá-la nas barraquinhas.” (PO6)</i>	2	4
(1.6.11)	<b>Risco Rodoviário</b>	Codificação de episódios em que o participante está em risco porque a localização do evento é de difícil acessibilidade, e por não estarem a ser oferecidas alternativas de mobilidade seguras.	<i>“Os veículos ficavam estacionados na rua e não propriamente num parque de estacionamento.” (PO4)</i>	2	4
(1.6.12)	<b>Ruído e Risco Auditivo</b>	Codificação de episódios em que o participante está em risco por exposição a som de volume intenso e prolongado.	<i>“Foram identificados alguns elementos de perturbação do evento sobre o seu entorno, especificamente a produção de ruído e sujidade.” (PO2)</i>	2	2
(1.6.13)	<b>Minagem e Partilha SPA</b>	Codificação de episódios em que o participante está em risco por estar a misturar SPA com álcool, por estar a partilhar SPA, ou por estar globalmente a apresentar um padrão de políuso de SPA.	<i>“Um grupo de indivíduos estava a minar uma das bebidas e a partilhá-la com os restantes elementos do grupo.” (PO7)</i>	1	3
(1.6.14)	<b>Circulação de Objetos Perigosos</b>	Codificação de episódios em que o participante está em risco por estarem potencialmente a circular no recinto objetos perigosos (por e.g. armas ou outros objetos cortantes).	<i>“Não foram feitas revistas aos participantes o que foi indicado como um potencial risco de entrada de objetos perigosos.” (PO1)</i>	1	2

(2) ATORES SOCIAIS						
(2.1) CARACTERÍSTICAS		Codificação das características socio-demográficas dos atores sociais participantes dos eventos, do ponto de vista da perceção do observador.				
(2.1.1) GRUPOS ETÁRIOS		Codificação da caracterização etária dos patores sociais participantes, em termos de faixas etárias e idades desenvolvimentais percebidas pelos observadores.				
(2.1.1.1) FAIXAS ETÁRIAS		...				
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Refs)	
(2.1.1.1.1)	15-25 anos	...	...	6	11	
(2.1.1.1.2)	15-35 anos	...	...	7	8	
(2.1.1.1.3)	18-30 anos	...	...	3	4	
(2.1.1.1.4)	20-30 anos	...	...	8	14	
(2.1.1.1.5)	40-49 anos	...	...	2	2	
(2.1.1.1.6)	>50 anos	...	...	2	2	
(2.1.1.2) IDADE DESENVOLVIMENTAL		Codificação etária dos participantes de acordo com categorias desenvolvimentais usadas pelos observadores.				
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Refs)	
(2.1.1.2.1)	Crianças	...	...	3	4	
(2.1.1.2.2)	Jovens	...	...	10	31	
(2.1.1.2.3)	Jovens-Adultos	...	...	5	7	
(2.1.1.2.4)	Adultos	...	...	3	4	
(2.1.1.2.5)	Idosos	...	...	1	1	
(2.1.2) GÉNERO		Codificação do evento quanto ao género predominante dos participantes.				
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Refs)	

(2.1.2.1)	<b>Homens</b>	...	...	12	82
(2.1.2.2)	<b>Mulheres</b>	...	...	12	44
(2.1.2.3)	<b>Ambos</b>	...	...	11	22
<b>(2.1.3) CLASSE SOCIAL</b>					
Codificação da origem social dos participantes tal como está a ser percebida pelos observadores.					
(2.1.3.1)	<b>Classe Média</b>	...	"O sexo masculino estava globalmente mais representado e os participantes podem genericamente ser situados na "classe média." (PO1)	10	12
(2.1.3.2)	<b>Vários estratos sociais</b>	Codificação da situação em que o evento é percebido como tendo participantes de condição social diversa.	"Os participantes no evento eram jovens oriundos de sectores urbanos normativos e de zonas urbanas-degradadas." (PO2)	5	7
(2.1.3.3)	<b>Urbano-Degradados</b>	Codificação da situação em que o evento é percebido como tendo participantes de baixo estrato social.	"Obviamente, isto chama outro género de públicos, pessoas como menos possibilidades. Relativamente aos consumos, parece-me que é sempre superior neste tipo de festas." (PO11)	3	4
(2.1.3.4)	<b>Elites</b>	Codificação da situação em que o evento é percebido como tendo participantes de estrato social elevado.	"O tipo de transporte predominantemente utilizado para o evento é o veículo ligeiro e de "gama-alta" (PO3)	2	2
<b>(2.1.4) ESTILO</b>					
Codificação de um conjunto de sinais que fazem parte da imagem dos participantes e que informam sobre a pertença a grupos ou subculturas identificáveis pelo observador.					
<b>(2.1.4.1) ELEMENTOS DE IMAGEM</b>					
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(2.1.4.1.1)	<b>Gangas</b>	...	"Como elementos de estilo percebia-se o uso de gangas, piercings, bonés, tatuagens". (PO7)	11	15
(2.1.4.1.2)	<b>Outros</b>	(Por e.g. calções, calças largas, casacos com capuz, fluorescentes, mochilas, traje académico, roupa clássica, ...)	"Alguns participantes usam bonés, casacos de capuz e t-shirts sem mangas." (PO5)	(1-8)	34
(2.1.4.1.3)	<b>Bonés</b>	...	"Alguns jovens exibiam um outro tipo de visual – cabelo em rastas, calças largas, bonés e faziam-se acompanhar de animais." (PO1)	4	7
(2.1.4.1.4)	<b>Brincos e colares</b>	...	"A maioria dos participantes femininos veste-se de forma pouco discreta e utilizam bastantes acessórios, como pulseiras, brincos, colares". (PO10)	3	5



(2.1.4.2) GRUPOS DE PERTENÇA		Codificação da presença integrada de vários sinais no estilo do participante, que permitem ao observador a interpretação sobre um grupo de pertença.		
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) N° de US (References)
(2.1.4.2.1)	Estilo Alternativo	...	"Visualmente, alguns elementos de estilo que puderam ser identificados dizem respeito a estilos alternativos (gargas justas, sapatilhas all-star, piercings, óculos ray-ban, tranças decorativas no cabelo, camisolas alusivas a discotecas e vida noturna)." (PO1)	10 19
(2.1.4.2.2)	Estilo Hippie	...	"Em termos de elementos de estilo percebia-se a presença de piercings, rastas, estética urbana e contemporânea, estética de inspiração hippie e t-shirts com mensagens temáticas de cariz político-partidário." (PO13)	3 5
(2.1.4.2.3)	Estilo Reggae	...	"Em termos de elementos de estilo, podiam identificar-se alguns rastafarians – rastas, cachecóis, gargas..." (PO6)	3 4
(2.1.4.2.4)	Estilo Académico	...	"Os actores participantes na sua maioria são jovens oriundos de sectores urbanos normativos, porém como era uma festa académica, quase metade dos actores estavam vestidos com o traje académico, facto este que se deve a um jantar mensal organizado pelos estudantes universitários da cidade." (PO12)	2 5
(2.1.4.2.5)	Outros Estilos	(Por e.g. trance; garga; gótico; rave; punk)	"Dentro de todos estes grupos talvez os "gargas" fossem aqueles que destoavam um pouco mais e fossem do tipo estético aqueles que se apresentavam de forma menos normativa e mais agressiva." (PO11)	6 10
(2) ATORES SOCIAIS				
(2.2) COMPORTAMENTOS	Codificação da dimensão socioambiental dos eventos que contribuem para o conhecimento de dimensões observáveis do comportamento dos actores sociais em contexto. Ficam de fora desta codificação as dimensões relacionadas com as motivações, cognições, emoções ou atitudes subjacentes a esses comportamentos dos actores sociais.			
(2.2.1) ATIVIDADES DE PROTEÇÃO	Codificação das condutas molares e moleculares dos actores sociais que emergem da sua relação com os eventos.			
	Codificação das atividades em que os actores sociais se envolvem com a intenção de diminuir ou prevenir o impacto de potenciais riscos dos eventos.			
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) N° de US (Refs))
(2.2.1.1.1)	Descansar	Codificação de episódios em que os participantes buscam espaços destinados a repouso, realizando intervalos nas atividades	Cada stand disponibilizava mesas e bancos corridos, com capacidade para grandes grupos e era aí que a maior parte dos sujeitos se encontrava. Era uma forma privilegiada de socialização e, por vezes, assistia-se a uma actuação no próprio stand. Era também grande o	6 13

		de fruição.	número de sujeitos que circulava pelo espaço do evento ou que se sentava nos espaços de reja disponíveis. (PO13)		
(2.2.1.1.2)	<b>Aconselhar</b>	Codificação de episódios em que atores sociais especializados em RRMD oferecem aconselhamento aos participantes com vista à sua proteção relativamente a aspetos de vulnerabilidade da participação em ARN.	Existia oferta de serviços de RRMD neste evento. O tipo de serviços especificamente oferecidos eram o teste de SPA, os testes de alcoolemia, informação e aconselhamento sobre SPA e ISTs, e a distribuição de preservativos. (PO5)	6	12
(2.2.1.1.3)	<b>Intervir</b>	Codificação de episódios em que atores sociais do staff ou de outros tipos de apoio intervêm na prevenção ou resolução de problemas.	Finalmente, dentro do recinto da festa, os seguranças zelavam pelo bom funcionamento da festa, controlando os frequentadores, evitando situações de confusão e intervindo sempre que necessário. (PO4)	5	7
(2.2.1.1.4)	<b>Apoiar</b>	Codificação de episódios em que os participantes são auxiliados por atores sociais do staff ou por outros participantes.	Durante o período de observação assistiu-se a um indivíduo deitado no sofá, aparentemente estar em crise. Permaneceu aí deitado durante mais de uma hora, tendo posteriormente aparecido um colega, tendo o indivíduo reagido mas continuado deitado. (PO7)	3	4
(2.2.1.1.5)	<b>Circular</b>	Codificação de episódios em que atores sociais de controlo ou do staff percorrem o recinto numa atitude de supervisão preventiva, com vista a detetar e antecipar a resolução de situações problemáticas.	No interior do recinto, agentes da GNR faziam patrulha a fim de evitar confrontos e problemas de segurança envolvendo os participantes. Finalmente existia ainda Segurança Privada, que percorria também o recinto com o mesmo objectivo. (PO1)	3	3
(2.2.1.1.6)	<b>Distribuir</b>	Codificação de episódios em que atores sociais especializados em RRMD distribuem parafernália com vista à sua proteção relativamente a aspetos de vulnerabilidade da participação em ARN.	Existia oferta de serviços de RRMD neste evento. O tipo de serviços especificamente oferecidos eram o teste de SPA, os testes de alcoolemia, informação e aconselhamento sobre SPA e ISTs, e a distribuição de preservativos. (PO2)	3	3
(2.2.1.1.7)	<b>Outras atividades de proteção</b>	Por e.g. hidratar-se, nadar, partilhar.	De referir que nesta fase do evento, pelo menos do que observei, há pessoas que tentam recuperar o estado de consciência bebendo água ou refrigerantes e outro tipo de pessoas que pedem shots e bebidas brancas para acentuar ainda mais a embriaguez. (PO11)	1	10
<b>(2.2.1.2) ATIVIDADES DE CONSUMO</b> Codificação de comportamentos de consumo de SPA lícitas e ilícitas pelos atores sociais dos eventos.					
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (Refs)</b>
(2.2.1.2.1)	<b>Beber</b>	Codificação de episódios em que são consumidas bebidas de todos os tipos.	O consumo de álcool acontecia por todo o recinto. As bebidas aparentemente mais consumidas pareciam ser a cerveja e as bebidas	13	84

<i>destiladas em copo (whisky e vodka misturados com refrigerantes). O consumo parecia fazer-se maioritariamente em pequenos grupos e por vezes em associação com o consumo de SPAs e tabaco. Não foi possível perceber se estariam ou não a ser usadas pelo staff, estratégias de incentivo ao consumo. (PO1)</i>					
(2.2.1.2.2)	<b>Fumar</b>	Codificação de episódios em que são consumidas substâncias lícitas e ilícitas por via fumada.	Observamos, ainda, que havia grande consumo de tabaco e um consumo moderado de bebidas alcoólicas. (PO10)	12	64
(2.2.1.2.3)	<b>Partilhar</b>	Codificação de episódios em que são partilhados consumos de qualquer tipo de produto.	<i>Na fase mais avançada do evento observou-se um episódio de uso de SPA. Foi pelas 04.30 da manhã. Num pequeno grupo de cerca de 4 elementos, um jovem começou a fazer um charro, fumou, e depois passou-o para os restantes elementos. Isto aconteceu na pista, na zona mais perto do bar de trás. (PO11)</i>	10	20
(2.2.1.2.4)	<b>Consumir</b>	Codificação de episódios em que existe referência a consumos de SPA ilícitas.	<i>Os consumos de SPA estavam a acontecer sobretudo no WC e na zona exterior do recinto (varanda). (PO2)</i>	9	37
(2.2.1.2.5)	<b>Enrolar</b>	Codificação de episódios em que se desempenham atividades associadas ao consumo fumado de SPA ilícitas.	<i>Na imagem 2, o grupo de três rapazes parece conversar. O rapaz de rastas enrola agora o preparado numa mortalha. (PO6)</i>	5	16
(2.2.1.2.6)	<b>Snifar</b>	Codificação de episódios em que se desempenham atividades associadas ao consumo por via nasal de SPA ilícitas.	<i>Foi possível observar no WC dois indivíduos a consumirem substâncias via snifada, deduz-se que se trate de cocaína. (PO2)</i>	4	10
(2.2.1.2.7)	<b>Misturar</b>	Codificação de episódios em que estão a ser combinados consumos de vários tipos de Spa lícitas e ilícitas, numa padrão de poliuo.	<i>Foi observado um grupo de indivíduos a minarem uma das bebidas e a partilharem-na com os restantes elementos do grupo. (PO5)</i>	4	8
(2.2.1.2.8)	<b>Comprar/Vender</b>	Codificação de episódios em que são adquiridos e vendidos produtos de qualquer tipo.	<i>Apesar de não se poder saber ao certo se os indivíduos compravam substâncias no local do evento ou nas imediações deste, foi possível observar que os sujeitos trazem para o evento substâncias que adquiriam previamente, sendo estas substâncias em forma de erva ou resina. (PO6)</i>	4	6
(2.2.1.2.9)	<b>Queimar</b>	Codificação de episódios em que se desempenham atividades associadas ao consumo fumado de SPA ilícitas.	<i>Há 3 imagens deste evento recolhidas pelos observadores. Trata-se de uma sequência em que se vê a preparação e o uso de um charro (cannabis). Na primeira imagem, estão três vultos de jovens com cerca de 20 anos. Um deles, de costas, usa um casaco com capuz. O outro, de rastas, tem uma das mãos em concha; com a outra mão segura um isqueiro e mistura com o indicador o preparado de tabaco e haxixe. (PO6)</i>	2	3

(2.2.1.3) ATIVIDADES DE CONTROLO		Codificação de comportamentos dos atores sociais que se destinam à gestão do espaço de um evento, com a intenção de salvaguardar interesses comerciais ou securitários.		
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) N° de US (Refs)
(2.2.1.3.1)	<b>Gerir Entrada</b>	Codificação de episódios em que alguns atores sociais estão a desempenhar atividades que se destinam a organizar a entrada de participantes num recinto.	<i>Estavam localizados à entrada e tinham por objectivo controlar o tráfego de pessoas, entregar cartões e revistar pessoas. (PO10)</i>	14 62
(2.2.1.3.2)	<b>Vigiar</b>	Codificação de episódios em que alguns atores sociais estão a desempenhar atividades que se destinam a monitorizar e prevenir a ocorrência de situações problemáticas.	<i>No interior do recinto, agentes da GNR faziam patrulha a fim de evitar confrontos e problemas de segurança envolvendo os participantes. Finalmente existia ainda Segurança Privada, que percorria também o recinto com o mesmo objectivo. (PO1)</i>	8 33
(2.2.1.3.3)	<b>Revistar</b>	Codificação de episódios em que alguns atores sociais estão a desempenhar atividades que se destinam a impedir a entrada de objetos perigosos num recinto.	<i>À entrada do evento existem seguranças que revistam os frequentadores. No interior observa-se um segurança atento a alguns comportamentos dos frequentadores, visto as situações de violência ou de algum incumprimento serem comuns neste tipo de festas. (PO2)</i>	6 20
(2.2.1.3.4)	<b>Selecionar</b>	Codificação de episódios em que alguns atores sociais estão a seleccionar os participantes que podem, de acordo com critérios de grupo social de pertença, aceder a um evento.	<i>A primeira barreira estava situada à entrada do recinto. Dois seguranças estavam a seleccionar os participantes e a entregar os cartões de consumo mínimo obrigatório. (PO9)</i>	2 3
(2.2.1.4) ATIVIDADES DE FRUIÇÃO		Codificação de comportamentos dos atores sociais, sobretudo participantes dos eventos, que são percebidos como iniciando uma relação de envolvimento e gozo na vivência do contexto.		
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) N° de US (Refs)
(2.2.1.4.1)	<b>Conversar</b>	Codificação de episódios em que os participantes se dedicam a esta atividade.	<i>Neste bloco de tempo, observámos que havia predominância de pequenos grupos que dançavam, embora com menos frequência, estando estes, na sua maioria, a conversar. (PO10)</i>	13 58
(2.2.1.4.2)	<b>Circular</b>	Codificação de episódios em que os participantes se dedicam a esta atividade.	<i>Existiam algumas pessoas a circular nos corredores e pátios fechados a céu aberto (com mesas), mas estes não se encontravam lotados nesta hora. (PO14)</i>	13 34

(2.2.1.4.3)	<b>Dançar</b>	Codificação de episódios em que os participantes se dedicam a esta atividade.	<i>A maior parte dos frequentadores do evento encontravam-se a dançar no dance floor em pequenos grupos. (PO2)</i>	11	44
(2.2.1.4.4)	<b>Assistir</b>	Codificação de episódios em que os participantes se dedicam disfrutar de atuações que estão a ocorrer.	Ao fundo percebe-se público numeroso a assistir ao concerto. (PO5)	6	34
(2.2.1.4.5)	<b>Namorar</b>	Codificação de episódios em que os participantes se envolvem em comportamentos erotizados.	De referir também que foi neste bloco horário que eu assisti ao surgimento de comportamentos erotizados. Perto do fim da festa, era frequente ver pares a dançar a envolverem-se em comportamentos erotizados. (PO11)	5	18
(2.2.1.4.6)	<b>Outras Atividades de Fruição</b>	Codificação de episódios em que os participantes se dedicam a outras atividades de fruição como <i>cantar, jogar, sorrir, nadar, etc.</i>	<i>Ainda, existiam pequenos grupos que faziam brindes entre si. (PO3)</i>	(1-3)	21
Codificação de comportamentos dos atores sociais que configuram atos antissociais e ilegais. Não está aqui a ser codificado o comportamento de uso de SPA ilícitas.					
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Refs)
(2.2.1.6.1)	<b>Traficar</b>	Codificação de episódios em que se podem identificar participantes que estão a dedicar-se à venda de SPA ilícitas.	<i>Apesar de não se ter observado directamente a venda de substâncias ilícitas foi possível identificar os indivíduos que estavam a traficar pela afluência com que se deslocavam à casa-de-banho (um dos possíveis locais de tráfico e consumo) e a forma como abordavam os restantes frequentadores. (PO2)</i>	4	23
(2.2.1.6.2)	<b>Agredir</b>	Codificação de episódios em que os atores sociais se envolvem em cenas de violência física.	<i>Foi observada uma situação problemática que envolveu violência entre participantes. A situação aconteceu cerca das 19 horas, perto do palco principal e envolveu dois ou mais participantes numa cena de desordem e pancadaria. Estávamos perto do palco principal a assistir a um concerto, e observamos os seguranças a correr e a deslocarem-se para o lado do palco principal. Depois, ouvimos comentários de actores participantes que assistiram à desordem, estes referiram que foi uma briga, e juntamente faziam gestos de murro para explicar. (PO5)</i>	3	8

(2) OS ATORES SOCIAIS				
(2.2.2) CONSUMOS	Codificação dos dados relativos aos episódios de uso de substâncias, psicoativas e não-psycoativas, lícitas e ilícitas, que estavam a ser utilizadas nos eventos observados.			
(2.2.2.1) CENAS DE USO	Codificação de episódios que descrevem como se desenvolve a interação entre atores sociais durante uma situação de consumo de SPA ilícitas. Essas interações configuram padrões típicos que podem ser apresentados sob a forma de guia.			
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) Nº de US (Refs)
(2.2.2.1.1)	Convívio – Desenvolvimento – Partilha - Convívio	Codificação de episódios em que a interação entre atores sociais do consumo é precedente ao ato de consumir SPA, podendo manter-se também após esse consumo.	<i>Numa cena observada, na zona do palco principal, um rapaz dançava e tinha a mão fechada, a dada altura para e começa a fazer o charro, alternando com a conversa de um amigo e com a actuação do concerto, depois de feito, partilha-o com o amigo. (PO5)</i>	10 27
(2.2.2.1.2)	Desenvolvimento - Pico	Codificação de episódios em que o ator social consumidor de SPA pode estar sozinho ou acompanhado, mas em que o grau de interação é muito limitado e pobre, circunscrevendo-se às ações estritamente necessárias para a prática do consumo.	<i>No primeiro episódio, cerca da 01.55 da manhã, um participante fumou sozinho uma substância que não se conseguiu identificar, possivelmente cannabis. O consumidor encontrava-se acompanhado, apesar de o consumo ter sido isolado. (PO10)</i>	7 29
(2.2.2.1.3)	Abordagem – Desenvolvimento – Pico – Partilha - Convívio	Codificação de episódios em que uma interação com vista ao consumo se desencadeia entre desconhecidos. Após o consumo mantém-se a interação.	<i>Num desses episódios, especificamente no chill-out, foi observado um consumo de cannabis – eram cerca de 19h e tratava-se de dois jovens adultos do sexo masculino com cerca de 30 anos, aparentemente desconhecidos entre si. Um deles tirou a substância do bolso e começou a “queimar”; entretanto o outro sentou-se ao seu lado e pediu para “fumar”. O primeiro misturou a substância com tabaco e enrolou o preparado numa mortalha. Depois de acender e travar algumas passas, passou para o desconhecido. Depois de terminarem o consumo ficaram os dois sentados a conversar. (PO1)</i>	1 1
(2.2.2.2) MODOS DE UTILIZAÇÃO	Codificação dos dados relativos às vias de ingestão das SPA lícitas e ilícitas.			
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) Nº de US (Refs)
(2.2.2.2.1)	Ingerido	...	O consumo de álcool acontecia por todo o recinto. As bebidas aparentemente mais consumidas pareciam ser a cerveja e as bebidas destiladas em copo (whisky e vodka misturados com refrigerantes). O consumo parecia fazer-se maioritariamente em pequenos grupos e por vezes em associação com o consumo de SPAs e tabaco. (PO1)	13 79

(2.2.2.2.2)	<b>Fumado</b>	...	Neste bloco horário verificamos uma descida nas conversações acompanhada por um aumento na dança, consumo de bebidas alcoólicas (bem como água) e consumo de tabaco. (PO10)	12	80
(2.2.2.2.3)	<b>Shots</b>	Codificação de episódios em que são rapidamente ingeridas pequenas quantidades de bebidas de elevado teor alcoólico.	Verificamos o encorajamento do staff, quer devido ao impulsionamento sonoro já mencionado, quer por experiência pessoal (mal entrámos, dirigimo-nos a um segurança, a fim de pedir algumas informações e este, prontamente, levou-nos a beber um shot). (PO10)	5	25
(2.2.2.2.4)	<b>Poliuso</b>	Codificação dos episódios em que estão a ser ingeridas de forma contígua ou simultânea distintas SPA.	Os consumos de álcool estavam a acontecer por todo o recinto. Estavam a consumir-se sobretudo cerveja, garrafas minadas e garrafas preparadas previamente com misturas de bebidas, que também se podem depois minar com SPA (botellón). (PO4)	4	7
(2.2.2.2.5)	<b>Minagem</b>	Codificação de episódios que dizem respeito a um tipo específico de poliuso, em que uma bebida alcoólica ou não, está a ser combinada por uma SPA ilícita.	Um pequeno grupo de participantes no dance-floor estava a partilhar uma garrafa de água “minada”, provavelmente com mdma. (PO4)		
<b>(2.2.2.3) SUBSTÂNCIAS</b>					
(2.2.2.3.1)	<b>SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS</b>	...			
(2.2.2.3.1.1)	<b>SPA LÍCITAS</b>	...			
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b>	<b>Nº de US (References)</b>
(2.2.2.3.1.1.1)	<b>Inespecíficas</b>	Codificação de episódios em que o observador não pode discriminar quais os tipos de bebidas alcoólicas que estão a ser ingeridos.	As actividades a que os participantes se dedicavam eram sobretudo dançar, circular pelo recinto e ingerir bebidas alcoólicas. Todas estas actividades apresentavam um carácter normativo e adequado ao evento em questão. Estas actividades decorriam sobretudo em grupo, embora por vezes tb. se notassem pessoas sozinhas ou em pares a circular pelo recinto. (PO1)	14	66
(2.2.2.3.1.1.2)	<b>Bebidas Destiladas</b>	Codificação de episódios em que estão a ser ingeridas bebidas destiladas, de elevado teor alcoólico.	Estavam a acontecer promoções de bebidas - Oferta limitada de shots, no Bar2, através de aviso sonoro, que se fazia ouvir em todo o espaço. (PO10)	13	79
(2.2.2.3.1.1.3)	<b>Cerveja</b>	...	Na fase inicial do evento onde decorreu a observação os participantes estavam a beber shots de destiladas, cerveja,	13	62

(2.2.2.3.1.1.4)		Vinho	...	refrigerantes, água e a beber café. Estavam a beber por todo o recinto e em pequenos grupos. (PO12)	2	10
(2.2.2.3.1.2) SPA ILÍCITAS		...		No que toca ao consumo de álcool estavam a ser consumidas cervejas, água e copos de vinho. Esse consumo estava a acontecer por todo o recinto, em pequenos e grandes grupos. (PO13)		
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (References)	
(2.2.2.3.1.2.1)	Cannabis	...	Um outro episódio foi observado cerca das 24.30h. Tratou-se de um grupo de jovens também no chill-out, com idades entre os 17 e os 21 anos aprox., com elementos de ambos os sexos. A substância foi enrolada com tabaco por um dos elementos e rodada por todos os membros do grupo em círculo. Terminado o consumo permaneceram a conversar e a beber bebidas alcoólicas em círculo. (PO1)	10	65	
(2.2.2.3.1.2.2)	Inespecíficas	Codificação de episódios em que o observador não pode discriminar quais os tipos de SPA ilícitas que estão a ser ingeridos.	Os participantes dedicavam-se sobretudo a dançar, circular pelo recinto e consumir SPA. Podiam ver-se sobretudo em pequenos grupos, mas também isoladamente. (PO4)	10	45	
(2.2.2.3.1.2.3)	Cocaína	...	Observou-se um consumo que ocorreu no WC, entre um par de participantes, que snifaram uma substância em pó. Parecia tratar-se do consumo de cocaína. (PO7)	4	11	
(2.2.2.3.1.2.4)	MDMA		Um pequeno grupo de participantes no dance-floor estava a partilhar uma garrafa de água “minada”, provavelmente com mdma. (PO4)	3	9	
(2.2.2.3.2) SUBSTÂNCIAS NÃO-PSICOATIVAS LÍCITAS		...				
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (References)	
(2.2.2.3.2.1)	Água	...	Neste bloco horário verificamos uma descida nas conversações acompanhada por um aumento na dança, consumo de bebidas alcoólicas (bem como água) e consumo de tabaco. (PO10)	11	38	
(2.2.2.3.2.2)	Tabaco	...	Observamos, ainda, que havia grande consumo de tabaco e um consumo moderado de bebidas alcoólicas. (PO10)	9	33	
(2.2.2.3.2.3)	Refrigerantes	...	De referir que nesta fase do evento, pelo menos do que observei,	8	18	



(2.2.2.3.2.3)	Bebidas não-alcoólicas Inespecíficas	...	<i>há pessoas que tentam recuperar o estado de consciência bebendo água ou refrigerantes e outro tipo de pessoas que pedem shots e bebidas brancas para acentuar ainda mais a embriaguez.</i>	7	12
(2.2.2.3.2.4)	Café	...	<i>Os preços praticados são um pouco elevados principalmente os que dizem respeito a bebidas sem álcool, no entanto esta situação não tem implicações na quantidade de consumo de bebidas. (PO10)</i>	3	5
(2.2.2.3.2.5)	Bebidas Energéticas	...	<i>E as tendas do patrocinador de bebidas energéticas eram iluminadas e th. eram usadas para repouso. Este facto talvez explique o os promotores não terem investido muito na questão dos pontos de descanso. (PO1)</i>	2	4

(2) OS ATORES SOCIAIS					
(2.2.3) MOBILIDADE	Codificação do comportamento dos participantes do ponto de vista dos meios de transporte utilizados na deslocação ao evento.				
(2.2.3.1) MEIOS DE TRANSPORTE	Codificação dos meios de deslocação cuja utilização foi observada.				
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Refs)
(2.2.3.1.1)	Automóveis ligeiros utilitários	...	<i>Os participantes estavam a chegar em viatura própria, sobretudo viaturas ligeiras de gama média (PO12)</i>	14	44
(2.2.3.1.2)	Transportes Públicos	...	<i>Assim sendo, caracteriza-se por ser um local de fácil acesso, tendo o metro e vários autocarros, nas imediações. É, também, um local que se situa perto da “Baixa”. (PO10)</i>	12	26
(2.2.3.1.3)	A Pé	...	<i>O acesso para este evento é feito a pé ou em viatura própria. (PO13)</i>	9	12
(2.2.3.1.4)	Táxi	...	<i>Neste tipo de eventos, as pessoas deslocam-se normalmente por viatura própria ou por táxi. (PO11)</i>	7	15
(2.2.3.1.5)	Outros Meios de transporte	Como por e.g. boleias, caravanas, transporte da organização, etc.	<i>Em relação às infra-estruturas de acesso a esta discoteca pode-se referir como principais o transporte em veículos privados, em que geralmente o proprietário “dá boleia” a mais quatro pessoas. (PO9)</i>	(1-8)	43

(2.2.2.2) MODOS DE UTILIZAÇÃO		Codificação dos recursos de mobilidade presentes nas imediações do recinto, independentemente da sua efetiva utilização pelos participantes.		
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) Nº de US (Refs)
(2.2.2.2.1)	Disponíveis	Codificação dos dados sobre recursos de mobilidade disponíveis nas imediações de um evento, independentemente da sua utilização pelos participantes.	<i>A localização do XXX é de fácil acesso, visto tratar-se de uma zona entre a Ribeira e a Foz do Porto. Possui próximo local para estacionamento das viaturas, embora não exista um parque exclusivo para frequentadores do Maré Alta, no entanto, é suficiente para o número de frequentadores. Possui também paragens de autocarro que permitem a deslocação dos frequentadores através de transportes públicos. (PO2)</i>	14 52
(2.2.2.2.2)	Utilizados	Codificação dos dados sobre recursos de mobilidade efetivamente usados pelos participantes.	<i>A AD deslocou-se acompanhada a este evento, e usou transportes públicos para o acesso – comboio e depois metro. (PO3)</i>	14 43
(2.2.4) RELAÇÕES		Codificação da organização/grupal dos atores sociais, predominantemente entre os participantes.		
(2.2.4.1) DIMENSÃO DO GRUPO		Codificação da organização dos grupos de Participantes quanto à sua dimensão.		
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) Nº de US (Refs)
(2.2.4.1.1)	Pequenos Grupos	Codificação da estrutura observável de grupos até 4 elementos.	<i>Dançar, conversar e também consumir substâncias pareciam ser as actividades que mais se relacionavam com a organização em pequenos grupos – as pessoas reuniam-se em círculos, interagindo entre si. (PO1)</i>	12 100
(2.2.4.1.2)	Sozinho	...	<i>O terceiro episódio foi cerca das 3.27h, , de uma SPA fumada, não identificada, provavelmente camabis, por um participante sozinho, próximo da saída de emergência. (PO10)</i>	10 27
(2.2.4.1.3)	Em pares	...	<i>Observa-se ainda que muitos pares de participantes envolvem-se em comportamentos erotizados. (PO10)</i>	9 40
(2.2.4.1.4)	Grandes Grupos	Codificação da estrutura observável de grupos com 5 e mais elementos.	<i>A maior parte dos sujeitos presentes no evento encontravam-se em grandes grupos, que conversavam e bebiam de forma animada. (PO13)</i>	4 11
(2.2.4.2) GRAU DE INTERCONHECIMENTO		Codificação do tipo de relação percebida entre os participantes, expressa em termos da sua aparente familiaridade/proximidade vs. Distanciamento/desconhecimento.		
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) Nº de US (Refs)
(2.2.4.2.1)	Amigos/Conhecidos	Codificação das relações percebidas entre grupos	<i>que muitos dos “clientes” pareciam amigos ou colegas (PO13)</i>	7 16

de participantes próximos entre si.		
<b>Desconhecidos</b>	Codificação das relações percebidas entre participantes que aparentam distância ao nível do interconhecimento.	1
(2.2.4.2.2)	Os consumos observados decorreram no dance-floor, chill-out e área circundante ao dance-floor. Num desses episódios, especificamente no chill-out, foi observado um consumo de cannabis – eram cerca de 19h e tratava-se de dois jovens adultos do sexo masculino com cerca de 30 anos, aparentemente desconhecidos entre si. (PO1)	2

(2) OS ATORES SOCIAIS			
<b>(2.3) PAPEL AMBIENTAL</b>	Codificação do inventário de papéis presentes num evento, que caracterizam a relação pessoa-ambiente que os diversos atores sociais assumem em relação a estes contextos.. Têm em conta o tipo de envolvimento e a duração da relação estabelecida com o evento.		
<b>(2.3.1) GESTORES E ORGANIZADORES</b>	Codificação dos dados quanto à presença de atores sociais com um papel activo e prolongado de envolvimento com o evento, e com ações do foro da gestão, do desenho e concepção do setting e, tb. neste caso, da sua promoção e viabilização financeira.		
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados
(2.3.1.1)	<b>Patrocinadores</b>	Codificação da situação em que marcas de grande consumo oferecem o seu patrocínio a um evento, enquanto privados, como oportunidade de publicidade.	De costas para a imagem está um barman de um bar de cerveja Heineken – marca patrocinadora do evento. (PO5)
(2.3.1.2)	<b>Promotores</b>	Codificação da situação em que diferentes agentes promovem um evento, custeando autonomamente, ou com recurso a patrocínios, o risco financeiro dessa promoção. Podem tratar-se de <i>associações de estudantes, autarquias, partidos políticos, ou privados</i> .	Para além do apoio do referido patrocinador, também promovia o evento a autarquia local – concretamente, a estrutura da CMP responsável pela dinamização cultural na cidade (a empresa Porto-Lazer, uma estrutura pública, portanto. (PO1)
<b>(2.3.2) OBSERVADORES</b>	Codificação dos dados quanto à presença destes atores sociais da pesquisa, que são "experimental subjects".		
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados
(2.3.2)	<b>Observadores</b>	Codificação dos dados relativos à presença dos observadores que foram ativos na recolha.	A observação foi conduzida por elementos da equipa de RRMD a colaborar com a investigação, que se deslocaram ao evento na viatura da equipa, num total de 3 elementos. (PO1)
			Nº Documentos (Sources) 14
			Nº de US (Refs) 80

(2.3.3) UTILIZADORES		Exemplos dos dados			
Código	Designação	Descrição	Nº Documentos (Sources)	Nº de US (Refs)	
(2.3.3.1)	Agentes de Assistência	Codificação dos dados quanto à presença de técnicos que não são trabalhadores internos ao evento (actuam frequentemente de forma autónoma e/ou voluntária num evento), nem têm responsabilidades na sua concepção. Atores sociais cuja ação é sobretudo dirigida à garantia do bem-estar e segurança de um outro tipo de utilizadores, que são os participantes.lincluem equipas de emerg e equipas de rrmd (aui incluídas as de prev hiv).	Este evento teve representada uma equipa de RRMD que ofereceu os seguintes serviços: informação/contacto/aconselhamento, área de descanso, área de prestação de cuidados, pill-testing, testes de alcoolemia, distribuição de preservativos, informação sobre DST's e distribuição de kits de sniff. Tratava-se ao todo de 3 elementos do sexo feminino, com idades entre os 22 e os 29 anos. A postura de equipa privilegiou a receptividade e disponibilidade para o esclarecimento de dividas. Foram assistidas algumas situações mais críticas. O facto de existir uma zona de descanso oferecida pela equipa (alguns puffs) constituiu-se como oportunidade de estabelecer contacto com os participantes. (PO1)	5	18
(2.3.3.2)	Agentes de Controlo	Codificação dos dados quanto à presença de agentes cuja atuação difere da de um trabalhadorpor não estar subordinada (pelo menos não totalmente) ao papel do organizador/gestor. É o caso da policia que, ainda que possa ser contratada pelo organizador, tem uma actuação independente. A sua ação é dirigida não só ao participante (garantia da segurança e bem-estar), como também à sociedade em geral (pela imposição do controlo social). Não estão aqui incluídos os seguranças.	Foi detectada a presença de forças de controlo policial – PSP. (PO11)	5	23
(2.3.3.3)	Jornalistas	Codificação dos dados quanto à presença de representantes dos media, que utilizam o evento para a sua atividade profissional.	Especificamente, assistiu-se a uma situação neste posto para convites, em que foi bloqueado o acesso a dos jornalistas de uma organização, porque o nome e B.I. não correspondiam com o que a organização possuía em registo. (PO5)	1	3
(2.3.3.4)	Participantes	Codificação dos dados quanto à presença dos clientes dos eventos.	Este espaço caracteriza-se por ser um espaço LGBT sendo frequentado maioritariamente por pessoas homossexuais. (PO10)	14	461
(2.3.3.5)	Trabalhadores	Codificação dos dados quanto à presença de trabalhadores internos ao evento. Aqui incluem-se seguranças, barmans, artistas, vendedores,, porteiros, relações públicas, etc.	A partir das 17h iniciou-se a actuação de vários DJs convidados – ou seja, a hora de abertura do recinto coincidiu com o início das actuações, cada uma com a duração de 1 a 2 horas, sempre ininterruptamente. (PO1) A Imagem 4 mostra um músico que se dirigiu aos participantes mais próximos do palco para dar autógrafos. (PO5)	14	264
(2.3.3.6)	Traficantes	Codificação dos dados quanto à presença de atores sociais que utilizam o espaço do evento para a	Estava a ocorrer vende de SPA no evento. Os actores comportam-se de maneira, relativamente, discreta, trocando olhares. (PO4)	4	9

venda de SPA ilícitas.			
(2.3.3.7)	<b>Utilizadores Passivos</b>	<p>Codificação dos dados quanto à presença de população local de uma região (vila, aldeia) que recebe um evento. Codificam-se estes atores sociais porque estes jogam um papel, na medida em que oferecem serviços e outras condições importantes para os participantes e os organizadores, embora não participem activamente no evento, nem estejam necessariamente dentro do seu recinto.</p> <p><i>É visível algum aproveitamento do evento por parte da população, para efeitos comerciais, ao nível, por e.g., da exploração de espaços para acampamento – alguns residentes divulgam “Parque de Campismo com acesso a água potável”, depreendendo-se que se trataria de um serviço pago. (PO5)</i></p>	2 6

(3) AS PERCEPÇÕES				
(3.1)	<b>INTERPRETAÇÕES SOBRE O CLIMA</b>	Codificação DO CLIMA Psicológico de um evento, expresso em termos da perceção e significação que os observadores conferem à sua vivência de um evento. Integra uma consideração global de dimensões físicas e sociais nessa perceção global.		
Código	Designação	Descrição	Exemplos dos dados	Nº Documentos (Sources) Nº de US (Refs)
(3.1.1)	<b>Ambiente Académico</b>	...	<i>O evento é uma festa em meio clubbing, que tem como nome promocional Noite Académica, pelo facto de ser uma noite diferente contando com a presença de muitos estudantes e com a actuação especial da Tuna Mista XXX. (PO12)</i>	2 26
(3.1.2)	<b>Ambiente de Discoteca</b>	...	<i>No que se refere a elementos cénicos e estéticos existia diversidade, desde os jogos de luzes, o tecto com as bolas gigantes, e plasmas com projecção de imagens, ou frases alusivas ao evento em questão. Esta decoração coopera para um ambiente específico de discoteca, e contribui para os actores participantes dançarem de uma forma mais livre. (PO3)</i>	2 3
(3.1.3)	<b>Ambiente Psicadélico</b>	...	<i>Existiam jogos de luzes, esculturas e outros elementos decorativos. Era uma festa de halloween e a decoração era apropriada, coma utilização de cores bem vivas e fluorescentes. As cores fluorescentes são características do meio trance, daí que a decoração se adequava a este estilo. (PO4)</i>	2 2
(3.1.4)	<b>Outros Ambientes</b>	Codificação de outros climas gerais dos eventos como festivo, ou político-interventivo.	<i>Este tipo de exposição contribuiu fortemente para a formação de um ambiente específico, marcadamente político/interventivo e</i>	2 2

<i>identificava-se com o perfil dos participantes.</i>				
<b>(3.2) QUALIDADES DOS EVENTOS</b>		Codificação da adjetivação usada pelos observadores nas suas descrições dos eventos. Codificam-se as percepções que qualificam, avaliam e adjetivam as várias dimensões dos eventos e dos seus atores sociais.		
<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplos dos dados</b>	<b>Nº Documentos (Sources)</b> <b>Nº de US (Refs)</b>
(3.2.1)	<b>Qualidades Positivas</b>	Por e.g. <i>simpático, disponível, normal, seguro, variado, acessível.</i>	<i>O evento tinha um carácter gratuito, sendo que era apenas distribuída uma pulseira de controlo para os participantes com acesso à zona VIP do recinto. (PO1) Sendo de referir que não se verificou nenhum elemento de perturbação, na minha opinião porque é uma estrutura conhecida pelos vizinhos e como se localiza num bom local este não traz qualquer sentimento de insegurança. (PO12)</i>	14 409
(3.2.2)	<b>Qualidades Negativas</b>	Por e.g. <i>raro, insuficiente, mau, problemático, caro, sujo, vazio.</i>	<i>Relativamente ao barmans estes eram em grande número e simpáticos, contudo existiu uma hora da noite em que eram tantos os participantes a aceder ao bar para adquirir bebidas, que os barmans não eram neste horário suficientes, para atender a tantos pedidos, e consequentemente alguns participantes esperavam mais de 30 min por uma bebida. (PO3)</i>	14 207
(3.2.3)	<b>Qualidades Mistas</b>	A utilização destas qualidades exprime avaliações de tonalidade positiva e de tonalidade negativa, dependendo dos aspetos dos eventos e atores sociais a que se reportam. Por e.g. <i>barato, elevado, fechado.</i>	<i>Outro corredor leva a dois pátios exteriores. E a uma sala de espetáculos mais fechada e reservada. (PO14) Os participantes em questão estavam em pequeno grupo e estavam a partilhar haxixe (via fumada). Na parte exterior do espaço, porém, observava-se grupos de indivíduos a consumirem haxixe de forma muito frequente. (PO2)</i>	14 163
(3.2.4)	<b>Qualidades Neutras</b>	A utilização destas qualidades não exprime uma tonalidade reconhecível. Por e.g. <i>curto, longo, próximo, urbano, central, comercial.</i>	<i>O evento está inserido numa zona urbana e residencial de Paredes. (PO12) Os participantes desta foto parecem ser adultos e pessoas de meia-idade, alguns em família. Há mulheres que calçam chinelos, roupa muito informal e casual. Vêem-se algumas crianças. (PO13)</i>	14 187

---

## **ANEXO D**

### **QUADROS E MATRIZES**

Quadro 52

Elementos de Estilo

Elementos de Estilo																	
	Animais	bonés	brincos e colares	cachecóis	calças largas	casaco com capuz	Chinelos e sandálias	cores vivas	gangas	óculos de sol	piercings	rastas	roupa descontraída	sapatilhas	tatuagens	traje académico	t-shirt
	animais	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
	bonés	1	7	3	0	1	1	0	1	2	2	1	1	0	2	0	0
	brincos e colares	0	3	5	0	0	0	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0
	cachecóis	0	0	0	2	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0
	calças largas	1	1	0	0	2	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	0
	casaco com capuz	0	1	0	0	1	3	0	1	0	1	1	2	1	1	0	0
	Chinelos e sandálias	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	cores vivas	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0
	gangas	0	1	1	1	1	1	1	15	1	8	2	2	4	5	1	1
	óculos de sol	0	2	2	0	0	0	0	1	4	1	0	0	1	0	0	0
	piercings	0	2	0	0	1	1	0	8	1	12	3	1	2	7	0	1
	rastas	1	1	0	1	1	1	0	2	0	3	10	0	0	1	0	1
	roupa descontraída	0	1	0	1	2	0	1	2	0	1	0	4	2	1	0	0
	sapatilhas	0	0	1	0	1	0	0	4	1	2	0	2	4	1	0	0
	tatuagens	0	2	0	0	1	0	0	5	0	7	1	1	1	9	0	0
	traje académico	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0
	t-shirt	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	3

Nota: Os valores exprimem o número de US (unidades de sentido ou referências) codificadas.



Quadro 53

*Atividades Transgressivas nos PO*

		Atividades Transgressivas	
		agredir	traficar
Protocolos de Observação	P1	0	0
	P10	0	0
	P11	5	0
	P12	0	0
	P13	0	0
	P14	0	0
	P2	0	6
	P3	0	0
	P4	0	3
	P5	1	0
	P6	0	0
	P7	0	9
	P8	2	0
	P9	0	5

*Nota:* Os valores exprimem o número de US (unidades de sentido ou referências) codificadas. A tonalidade do sombreado exprime a relevância da associação entre as duas categorias.

Quadro 54

*Clima do Grupo Consumo*

		Grupo Consumo (N=11)
Música	Géneros do universo da M. electrónica	10
	Géneros do universo da Pop-Rock	3
	Outros Géneros	5
Clima	ambiente académico	1
	ambiente de discoteca	1
	ambiente festivo	1
	ambiente político-interventivo	1
	ambiente psicadélico	2

*Nota:* Os valores exprimem o número de US (unidades de sentido ou referências) codificadas. A tonalidade do sombreado exprime a relevância da associação entre as duas categorias.

*Caraterísticas dos Atores Sociais do Consumo de Substâncias Psicoativas Ilícitas*

			CONSUMIDORES DE SPA ILÍCITAS
Caraterísticas dos Atores Sociais	Grupos Etários por Faixas Etárias	15-25 anos	1
		15-35 anos	0
		18-30	0
		20-30 anos	3
		40 anos	0
		50 anos	0
	Grupos Etários por Níveis de Desenvolvimento	adultos	0
		crianças	0
		idosos	0
		jovem adulto	1
			2
		jovens	
	Género	ambos	4
		feminino	2
		masculino	7
	Classe Social	classe média	0
		elites	0
		urbano-degradados	0
		vários estratos sociais	0
	Relações	quanto à dimensão do grupo	0
		em pares	7
		em pequenos grupos	11
		grande grupo	3
		sozinho	5
		quanto ao grau de interconhecimento	0
		amigos conhecidos	3
		desconhecidos	1
	Papel Ambiental Gestores e Organizadores	patrocinadores	0
		promotores	0
		associações de estudantes	0
		autarquias	0
		partido político	0
		privados	0
	Papel Ambiental Utilizadores	UTILIZADORES	13
		AGENTES DE ASSISTÊNCIA	0
		AGENTES DE CONTROLO	0
		JORNALISTAS	0
		PARTICIPANTES	13
		TRABALHADORES	4
		artistas	0
		barmans	1
		DJs	0
		eco-team	0
		logística	0
		outros músicos	0
		porteiros	0
		RPs	0
		seguranças	3
		staff em geral	0
		vendedores	0
		TRAFICANTES	3
		UTILIZADORES PASSIVOS	0

Quadro 56

*Atividades dos Consumidores de SPA Ilícitas*

		CONSUMIDORES DE SPA ILÍCITAS
Atividades de Proteção	aconselhar	0
	apoiar	0
	circular	0
	descansar	2
	distribuir	0
	hidratar-se	0
	intervir	1
	nadar	1
	partilhar	0
Atividades de Consumo	beber	24
	comprar.vender	3
	consumir	31
Atividades de Controlo	autorizar	0
	gerir entrada	2
	revistar	0
	seleccionar	0
	vigiar	9
Atividades de Fruição	assistir.observar	8
	brindar	0
	cantar	1
	circular	11
	conversar	16
	dançar	11
	dar autógrafos	0
	fotografar	0
	jantar	0
	jogar	0
	nadar	1
	namorar	8
	sorrir	0
	tocar	0
Atividades Transgressivas	agredir	0
	traficar	16
Atividades Neutras	acolher	0
	aproveitar-se	0
	atender	0
	deslocar-se	1
	divulgar	0
	esperar	0
	ignorar	0
	observar	0
	pagar	0
	perguntar	0
	reclamar	0
	vender	0

